ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

ATA N.º 19/2019

Ao décimo oitavo dia do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Designação da Encarregada da Proteção de Dados; **1.3.** Documentos Previsionais para o ano de 2020; **1.4.** Mapa de Pessoal 2020; **1.5.** Documentos Previsionais para o ano de 2020 – SMAS de Mafra; **1.6.** Mapa de Pessoal 2020 – SMAS de Mafra; **1.7.** Concurso Público para a execução da empreitada referente à Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento/ Futuras instalações da GNR do Livramento; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Processos de Transporte Escolar não enquadráveis no Regulamento Municipal – Atribuição de transporte escolar para frequência de estabelecimentos de ensino fora do concelho de Mafra; **2.2.** Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, de sala do Auditório Municipal Beatriz Costa, sito na Av. 25 de Abril – Mafra, à CMP – Confederação Musical Portuguesa; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro e Relatório de Ponderação da discussão pública

– Envio para aprovação da Assembleia Municipal; **3.2.** Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira – Envio da Proposta de Plano e do Relatório Ambiental para discussão pública; **3.3.** Mafra Requalifica – Fichas de avaliação do nível de construção de imóveis; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** ----------

--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso da competência delegada, conforme listagem em anexo (anexo I). ----------

-- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- INTERVENÇÕES: ----------

--- DO VEREADOR HUGO MOREIRA LUÍS: ----------

--- O Vereador Hugo Moreira Luís deu nota dos eventos ocorridos no Concelho de Mafra: no dia 4 de outubro, no Complexo Cultural Quinta da Raposa, em Mafra, "Uma pausa com o Mestre Soares Branco", visita guiada à exposição "Retrospetiva da Obra do Mestre Soares Branco"; nos dias 4 e 5 de outubro, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o Teatro "A Revolução", com o Grupo TEMA Teatro Mafra; nos dias 5 e 12 de outubro, no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, Desporto ao ar livre, com diversas modalidades desportivas; de 5 a 6 de outubro, no Terreiro D. João V, em Mafra, a Feira de Artesanato e Produtos Regionais; no dia 5 de outubro, Aquatlo – Prova de natação e corrida, no Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 6 de outubro: no Complexo Cultural Quinta da Raposa, em Mafra, "Do Esboço à Obra", atividade pedagógica e, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o VIII Ciclo de Concertos a 6 órgãos; nos dias 11 e 12 de outubro, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, o Teatro "A Revolução", do Grupo TEMA - Teatro Mafra; no dia 12 de outubro: - no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, o Campeonato Nacional de Rugby Sub18 – Ericeirense X CR Setúbal; - a abertura do Parque Multiusos das Palmeiras, na Ericeira; - a abertura da exposição de "José Fanha: 50 anos de

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

poesia às costas", na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira; apresentação por Luísa Ducla Soares e Carlos Vale Ferraz; momento musical com Carlos Alberto Moniz; no dia 13 de outubro, na Sala dos Actos Literários do Real Edifício de Mafra, o Ciclo de Concertos "In'Musica" – "Da Áustria para Mafra", Real Ensemble; de 18 a 20 de outubro, nos restaurantes do Concelho de Mafra, "À mesa com os generais", mostra gastronómica integrada nas comemorações do Dia Nacional das Linhas de Torres. ----- --- Anunciou, ainda, os próximos eventos a decorrer no Concelho: no dia 18 de outubro, pelas 13h30, no Complexo Cultural Quinta da Raposa, em Mafra, "Uma pausa com o Mestre Soares Branco", visita guiada à exposição *Retrospetiva da Obra do Mestre Soares Branco*; nos dias 18, 19, 25 e 26 de outubro, pelas 21h30, no Auditório Municipal Beatriz Costa, em Mafra, Teatro "A Revolução", com o Grupo TEMA - Teatro Mafra; nos dias 19 e 26 de outubro, a partir das 9h00, no Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro, Desporto ao ar livre, com diversas modalidades desportivas; no dia 19 de outubro: - pelas 15h00, na Piscina do Parque Desportivo Municipal de Mafra, a 1.ª etapa do Circuito de Natação; - pelas 21h30, na Sala Elíptica da Escola das Armas, em Mafra, o Ciclo de Concertos *In'Musica – O nascimento da modinha portuguesa*, concerto campestre; no dia 20 de outubro: - a partir das 9h00, no Parque Intermodal de Mafra, a Feira Mensal de Mafra; - pelas 9h00, no Ericeira Camping, o Trail Ericeira – Reserva Mundial de Surf; - pelas 10h30, no Centro de Interpretação das Linhas de Torres de Mafra, *Ficaram a ver navios*, o ciclo *Contos com história dentro*, no âmbito das Comemorações do Dia Nacional das Linhas de Torres; - pelas 18h00, na Sala Elíptica da Escola das Armas, em Mafra, o Ciclo de Concertos *In'Musica – Joias do Barroco Alemão* – Ensemble Barroco de Lisboa; no dia 26 de outubro: - pelas 15h30, na Biblioteca Municipal de Mafra *Histórias que a minha avó me contava*, hora do conto; - pelas 17h00, na Sala dos Actos Literários do Real Edifício de Mafra, *Liderança nas organizações*, Conferência por Alexandre Dianine-Havard; - pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, Ciclo de guitarras, com André Santos; no dia 27 de outubro, pelas 16h00, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, Futebol – Liga Portugal – Casa Pia AC X AC Viseu; de 28 de

outubro a 13 de novembro, das 10h00 às 17h00, Espaço Além Fronteiras, na Delegação de Vila Franca do Rosário da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário; no dia 30 de outubro, pelas 16h00, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, Futebol – Liga Portugal – CD Mafra X SC Covilhã; nos dias 30 e 31 de outubro, a partir das 9h30, na Sala Elíptica do Real Edifício de Mafra, o II Congresso de Justiça Restaurativa da Família e da Criança na Promoção e Proteção; no dia 31 de outubro, pelas 20h00, nas Piscinas Municipais da Azueira, Mega Hidro *Halloween*; José Fanha: *50 anos de poesia às costas*: no dia 2 de novembro, pelas 15h30, visita guiada à exposição por José Fanha; 16h00, Espetáculo de Poesia por José Fanha, Licínia Quitério e Maria do Rosário Marrão; 17h00, Espetáculo de Poesia e canções por José Fanha, A. P. Braga, Francisco Fanhais e Manuel Freire, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira; no dia 3 de novembro: passagem pelo Concelho de Mafra Passeio de TT ProLama Reguengos de Monsaraz a Mafra; pelas 16h00: - na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o VIII Ciclo de Concertos a 6 órgãos; José Fanha: "50 anos de poesia às costas", no dia 3 de novembro, pelas 16h00, apontamentos literários por representantes do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro (alunos e professores); pelas 16h30, Espetáculo de Poesia e canções para crianças por Daniel Completo e José Fanha; pelas 17h00, Espetáculo de Poesia e Dança por José Fanha, João Fanha e Raquel Santos, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira. ----------

--- <u>DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA:</u> ----------

--- O Vereador José Graça recordou que, passados seis meses da inauguração do Centro de Saúde de Mafra, o aparelho de raio X continua sem funcionar, situação esta que tem motivado notícias em órgãos de comunicação social. Sendo esta uma área tutelada pelo Ministério da Saúde, indagou quais as diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal, a fim de assegurar a disponibilização deste equipamento. De seguida, o Vereador referiu que, de acordo com a informação de que dispõe, a recolha de animais abandonados no Concelho, nos termos da lei, tem implicado a lotação do canil municipal. Aludiu à alegada existência de uma matilha na zona de Vila Franca do Rosário e Enxara do Bispo e, a ser verdade esta situação, faz com que os animais procurem, de forma natural, alimentos e causem transtornos à comunidade, por culpa daqueles que negligentemente os abandonam. Neste contexto, questionou se está prevista a ampliação do canil ou a disponibilização de outros serviços. ----------

--- <u>DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:</u> ----------

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

--- O Vereador Sérgio Santos agradeceu a todos os funcionários da Câmara Municipal e às pessoas que, de alguma forma, participaram no ato eleitoral no passado dia 6 de outubro. Face aos problemas existentes na Tapada Nacional de Mafra e porque se inicia um novo ciclo de Governo, referiu que este é o momento certo para se atuar na defesa deste espaço, agora Património Mundial. Assim, solicitou que o Executivo Municipal, integrando representantes dos dois partidos, agendasse uma reunião, com a maior celeridade possível, com a nova Ministra da Agricultura, para discutir os problemas inerentes à Tapada e, de uma vez por todas, se encontrar uma solução. ----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** ----------

--- O Presidente da Câmara reforçou a urgência da introdução de uma nova dinâmica de preservação, valorização e divulgação da Tapada. No entanto, disse ser prudente aguardar a tomada de posse dos novos membros do Governo, a fim de confirmar, face à nova orgânica, se a tutela deste espaço será do Ministério da Agricultura. Disse que, à semelhança de outros grandes desígnios do Concelho de Mafra, esta é uma questão que motiva a união das várias forças políticas, voltando a reforçar a disponibilidade da Câmara para assumir mais responsabilidades na gestão da Tapada. ----------

--- Relativamente à questão colocada sobre o aparelho de raio X, afirmou que a questão deve ser colocada ao Diretor do ACES, sendo que, de acordo com as interações com ele realizadas, obteve a informação de que o processo ficará concluído em breve, pois está a decorrer, pela ARS, o processo de licenciamento do equipamento e da respetiva sala. Acrescentou que também falou com o referido Diretor sobre outros assuntos, nomeadamente a falta de equipamentos para a atividade de dentista na Unidade de Saúde Mafra Leste, situação esta que, não sendo referenciada na comunicação social, também está por resolver. ----------

--- No que diz respeito ao Canil Municipal, informou que, para além da resposta por este prestada, a Câmara Municipal celebrou protocolos de colaboração com as associações zoófilas do Concelho, em matéria de alojamento de canídeos e gatídeos, de esterilização e de promoção da adoção. ----------

--- **DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA:** ----------

--- O Vereador José Graça declarou que em momento algum da sua intervenção pretendeu pôr em causa a atividade da Câmara desenvolvida em matéria de proteção animal, pois infelizmente a situação que abordou deve-se, quase exclusivamente, a mão humana. Disse que as campanhas de esterilização que têm vindo a acontecer no Concelho levarão algum tempo a produzir os seus efeitos. Por fim, saudou a colaboração que a Câmara tem desenvolvido com os movimentos associativos. --------

--- Em relação à situação descrita sobre a falta de material de dentista, disse que o Presidente encontrará sempre, da parte do Partido Socialista, a correspondente solidariedade nas ações que tomar enquanto responsável da Câmara, nomeadamente junto das organizações estatais. Sobre a questão do raio X, frisou a necessidade de apelar à rápida intervenção do responsável do ACES, Dr. António Martins. ----------

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** ----------

--- O Vereador Sérgio Santos alertou para a existência de um Parque Intergeracional na Carvoeira que pertence à Junta de Freguesia da Carvoeira e que está ao abandono, não estando ao serviço da população. Nesse sentido, questionou sobre a possibilidade de assegurar a devida requalificação. Em relação à Tapada, disse partilhar das mesmas dúvidas, sobre qual é o Ministério que vai ficar com a tutela, mas, na sua opinião, deve ser tomada uma posição o mais rápido possível, no início do ciclo legislativo. Relativamente às matérias na área de saúde, disse não querer fazer qualquer crítica à pessoa que é o Diretor do ACES, mas sim à sua capacidade de resolução das situações.

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** ----------

--- O Presidente respondeu que o parque da Carvoeira, propriedade da Junta de Freguesia, foi objeto de limpeza recentemente. Quanto à questão da Tapada Nacional de Mafra, partilhou da necessidade de ser proativo, referindo que, juntamente com os Vereadores do Partido Socialista, se articulará o pedido de audiência. ----------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ---

---- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ----------

--- 1.1. ATA: ----------

--- Presente a ata n.º 17/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 20 de setembro de 2019. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 17/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 20 de setembro de 2019. A Vereadora Célia Batalha Fernandes não votou por se encontrar ausente na aludida reunião de Câmara. ----------

--- Presente a ata n.º 18/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 4 de outubro de 2019. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 18/2019, da reunião de Câmara, realizada no dia 04 de outubro de 2019. A Vereadora Célia Batalha Fernandes não votou por se encontrar ausente na aludida reunião de Câmara. ----------

--- 1.2. DESIGNAÇÃO DA ENCARREGADA DA PROTEÇÃO DE DADOS: ----------

--- Presente, em anexo, a Proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, em 8 de outubro de 2019 (anexo II). ----------

--- Atenta a Proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea a) do n.º 1 e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 37.º do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º, o n.º 1, a alínea c) do n.º 2 e a alínea c) do n.º 3 do artigo 12.º, ambos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, atentos os fundamentos expendidos na mesma Proposta, e prescindindo da votação por escrutínio secreto ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 55.º do Anexo I à Lei n.º à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, designar Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, como Encarregada da Proteção de Dados, para o desempenho das correspondentes funções, na Câmara Municipal de Mafra, designadamente as plasmadas no artigo 39.º do mencionado Regulamento e no artigo 11.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, com efeitos imediatos, cessando, com

esta designação, os efeitos do Despacho n.º 57/2018-PCM, proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 24 de maio de 2018. ----------

--- O Presidente sugeriu que os pontos 1.3., 1.4., 1.5. e 1.6. fossem analisados e discutidos em último lugar. Não havendo nada a opor, passou-se à análise do ponto 1.7. da ordem de trabalhos. ----------

--- 1.7. CONCURSO PÚBLICO PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA REFERENTE À REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA EB1 DO LIVRAMENTO/ FUTURAS INSTALAÇÕES DA GNR DO LIVRAMENTO: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15049, e respetivos anexos, elaborada na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 15 de outubro de 2019 (anexo III). ----------

--- Interveio o Vereador Sérgio Santos, afirmando que o Partido Socialista também já tinha, no ano de 2017, apresentado uma proposta para o novo posto de GNR do Livramento. ----------

--- O Presidente afirmou que se trata de uma infraestrutura necessária para a União das Freguesias e para o Concelho, esperando que a tutela proceda ao reforço de mais efetivos da Guarda Nacional Republicana na zona norte do Concelho. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo dos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 30 de março, a abertura de procedimento por concurso publico para a formação de contrato de empreitada de obras referente à "Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento/ Futuras instalações da GNR do Livramento", nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; a aprovação dos projetos, anúncio de procedimento, programa de concurso e caderno de encargos; o preço base do procedimento de € 759.967,18 (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos), acrescido do IVA a taxa legal em vigor; o

prazo de execução da obra em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; a proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade da melhor relação qualidade-preço como critério de adjudicação; a composição do júri para a condução do procedimento proposta na referida informação, bem como a designação, para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, com o artigo 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, do Gestor do Contrato. ---

--- 2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: ----------

--- 2.1. PROCESSOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NÃO ENQUADRÁVEIS NO REGULAMENTO MUNICIPAL - ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO FORA DO CONCELHO DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2019/15023, elaborada em 14 de outubro de 2019, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, todos datados de 15 de outubro do corrente ano (anexo IV). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea gg) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a comparticipação financeira dos processos de transporte escolar, nos termos constantes da Informação mencionada supra, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. ----------

--- 2.2. CONTRATO EM REGIME DE COMODATO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE SALA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL BEATRIZ COSTA, SITO NA AV. 25 DE ABRIL - MAFRA, À CMP - CONFEDERAÇÃO MUSICAL PORTUGUESA: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2019/15103, elaborada em 11 de outubro de 2019, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Ação Social e Apoio Institucional e

da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados, respetivamente, de 14 e 15 de outubro de 20219, bem como o despacho de concordância da Vereadora Aldevina Rodrigues, exarado a 15 de outubro do corrente ano (anexo V). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a celebração do Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, de acordo com a minuta anexa à referida Informação, através da qual o Município de Mafra cede, a título gratuito e em regime de comodato, a sala do Auditório Municipal Beatriz Costa, sito na Av. 25 de Abril - Mafra, à CMP - Confederação Musical Portuguesa, para instalação da sua sede. ---------

--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: ----------

--- 3.1. PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA MALVEIRA/ VENDA DO PINHEIRO E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA - ENVIO PARA APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15032, elaborada a 14 de outubro de 2019, na Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 14 de outubro corrente (anexo VI). ----------

--- Atenta à informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, concordar com a proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, através de instrumento próprio, contendo o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, PERU, organizado de acordo com o artigo 22.º do mesmo regime jurídico, bem como o Relatório de Ponderação da Discussão Pública. Mais deliberou enviar para a Assembleia Municipal para a respetiva aprovação da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do RJRU e,

simultaneamente, proceder à divulgação da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro e do Relatório de Ponderação da Discussão Pública nos respetivos sites oficiais da Câmara Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 5 artigo 17.º do RJRU. ----------

--- 3.2. PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA - ENVIO DA PROPOSTA DE PLANO E DO RELATÓRIO AMBIENTAL PARA DISCUSSÃO PÚBLICA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15025, elaborada a 15 de outubro de 2019, na Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 15 de outubro corrente (anexo VII). ----------

--- A técnica superior Sofia Santos procedeu à apresentação, através de visionamento em *power point*, do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, conforme documento anexo, o qual faz parte integrante da presente ata (anexo VIII). ----------

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo dos artigos 86.º e 87.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, concordar com a proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira e o respetivo Relatório Ambiental. Mais deliberou remeter a referida a proposta de Plano e do respetivo relatório ambiental a discussão pública, pelo período de 20 dias, nos termos do referido no artigo 89.º do referido regime jurídico. ----------

--- 3.3. MAFRA REQUALIFICA - FICHAS DE AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15012, elaborada a 14 de outubro de 2019, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual

recaíram os pareceres de concordância dos dirigentes do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, todos datados de 14 de outubro corrente (anexo IX). ---

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o estado de conservação proposto para os imóveis identificados, no seguimento das vistorias realizadas pela comissão de vistoriais, e de acordo com as Fichas de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios em anexo, avaliadas e confirmadas nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro. ----------

--- III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----------

--- Quando eram dez horas e trinta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público, verificando-se não ter comparecido qualquer munícipe. ----------

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS (CONTINUAÇÃO): ----------

--- 1.3. – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/15009, elaborada na Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento da Administração Geral e Finanças, datado do dia 15 de outubro do corrente ano, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Hugo Moreira Luís, da mesma data, acompanhado dos Documentos Previsionais, cujo original se anexa, compostos pelo Preâmbulo; Introdução; Análise da Situação Financeira: Estrutura da Receita e da Despesa; Previsão da Dívida Total; Resumo das Grandes Opções do Plano; Análise comparativa do Orçamento e das GOP: Evolução de Empréstimos a Médio e Longo Prazo; Evolução Previsional de Despesas com o Serviço de Dívida; Mapas do Orçamento e das GOP: Resumo do Orçamento; Orçamento da Receita; Orçamento da Despesa por Classificação Orgânica/ Económica; Orçamento da Despesa por Classificação Económica; Resumo das Grandes Opções do Plano; Grandes Opções do Plano; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal; Outros Documentos: Mapa de Empréstimos; Mapa das Entidades Participadas; Quadro Plurianual Municipal; Responsabilidades Contingentes; Termo de Encerramento; Termo de Aprovação Final, que contém 80 folhas. Acrescem, ainda, os Orçamentos das Empresas Locais (Giatul, E.M, S.A. e Matadouro Regional de Mafra, S.A.) e o Orçamento dos SMAS de Mafra, bem como, no exercício do direito de consulta previsto

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

no artigo 5.º, n.º 3 do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o envio de contributos do PAN — Pessoas-Animais-Natureza para o exercício de 2020, e-mail do PAN – Pessoas-Animais-Natureza a referir a forma pouco atempada com que foi encaminhada a proposta para análise, e-mail da Câmara Municipal a prestar os devidos esclarecimentos informando, ainda, sobre o e-mail enviado com o link onde o documento poderia ser consultado e qual o prazo de pronúncia (anexo X). ----------

--- O Presidente da Câmara apresentou uma nota introdutória aos Documentos Previsionais para o ano económico de 2020 do seguinte teor: ----------

--- "***Este é o orçamento da consolidação***. *Dois anos volvidos, o documento que se submete à aprovação dá continuidade à implementação dos projetos enquadrados nos princípios programáticos definidos para o presente mandato. A consolidação implica fazer um* ***duplo exercício****: por um lado, um exercício de rigor e de responsabilidade na gestão das contas públicas, garantindo o imprescindível equilíbrio financeiro; por outro, um exercício de reforço da coesão social e de dinamização da atividade económica, fazendo de Mafra um Concelho capaz de produzir conhecimento, talento e riqueza.* ----------

--- *Tal exercício só é eficaz quando sustentado numa* ***visão de longo prazo****, o que significa que a autarquia adotou uma postura proativa, e não reativa, assegurando uma atualização permanente da missão municipal na antecipação de respostas aos desafios.* ----------

--- *Os investimentos previstos para 2020 traduzem este paradigma, integrando-se nos três vetores definidos para o quadriénio 2017/2021:* ***preservar*** *para garantir a salvaguarda dos recursos locais;* ***qualificar*** *para elevar as condições para a plena realização das pessoas; e* ***valorizar*** *para tornar o território cada vez mais atrativo para habitantes, visitantes e investidores,* ----------

--- *No eixo "Preservar", o* ***ambiente*** *assume-se como prioridade, quer na construção de equipamentos como o Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, o Parque Verde e de Estacionamento da Póvoa da Galega e diversas zonas verdes nas*

freguesias, quer ainda na qualificação de serviços fundamentais. Neste âmbito, evidencia-se a limpeza urbana (prevendo-se um reforço das transferências para as Freguesias, na ordem dos 25%), a recolha de resíduos sólidos urbanos (incluindo a atribuição de incentivos aos munícipes para deposição seletiva), bem como a renovação da rede de água e a ampliação da rede de saneamento, investimentos estes que são alocados ao orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, no valor total de 4,9 milhões de euros. ----------

--- Ainda no eixo "Preservar", a ***mobilidade*** *constitui uma aposta estratégica, não só pelo cofinanciamento municipal do sistema de transportes públicos de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, mas também pela componente infraestrutural, destacando-se: a conclusão do Parque Intermodal da Ericeira e a adaptação do atual Terminal Rodoviário para parque de estacionamento; a conclusão do passeio Ribamar/ Ribeira d'Ilhas; a construção de uma nova via, no prolongamento da Rua do Castelo, em Mafra; a conservação da rede viária e a criação de passeios nas várias freguesias; e a renovação da rede de iluminação pública, com recurso à tecnologia LED.* ----------

--- A ***reabilitação urbana*** *continua a assumir primazia no contexto deste primeiro vetor, seja pela ampliação dos apoios a atribuir aos privados no âmbito do programa "Mafra Requalifica", seja pelo investimento municipal na regeneração de equipamentos e espaços públicos, em particular, a reconversão do antigo edifício das Finanças de Mafra para acolher serviços municipais, a conclusão da Casa de Cultura da Malveira, a reabilitação do Largo da Feira da Malveira ou a conclusão do arranjo urbanístico na envolvente do Posto de Assistência Social da Malveira.* ----------

--- No vetor "Preservar", integram-se, igualmente, as questões da ***segurança****, fundamentais à salvaguarda dos índices de qualidade de vida. Novamente, o Município de Mafra assume ser parte da solução, cooperando com a Administração Central na construção do Posto Territorial do Livramento da Guarda Nacional Republicana (GNR).*

--- A aposta no eixo "Qualificar" reflete o pendor humanista das políticas municipais. Para 2020, e no âmbito da ***ação social****, prevê-se a construção de habitações para arrendamento a custos controlados na Quinta de Santa Bárbara e o desenvolvimento dos projetos para a Rua Júlio da Conceição Ivo, em Mafra, assim como o reforço dos apoios no âmbito do programa "arrenDAR". Já no que concerne à* ***educação****, e concluída que está a modernização do parque escolar sob responsabilidade municipal, a autarquia procederá à ampliação da Creche de Mafra e pugnará, junto do Governo, pelo urgente aumento da capacidade de resposta no ensino secundário.* ----------

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

--- O último vetor, "Valorizar", é bem ilustrativo do objetivo de capitalização económico-turística da imagem que o Concelho de Mafra tem vindo a construir nos últimos anos, para a qual contribuiu indelevelmente a distinção da Ericeira como Reserva Mundial de Surf e, no passado dia 7 de julho de 2019, do Real Edifício de Mafra como Património Mundial pela UNESCO. ----------

--- Assim, enquadradas neste vetor e associadas ao monumento mandado edificar por D. João V, as prioridades na área da ***cultura*** *centram-se na instalação do Museu Nacional da Música em Mafra e na criação do Polo de Investigação em Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, a par da manutenção da excelência da programação cultural já consolidada e geradora de dinâmicas de visitação.* ----------

--- No âmbito do ***desporto****, destaca-se o desenvolvimento do projeto referente ao Polo de Turismo Equestre, em cooperação com o Exército, enquanto que, na área do* ***turismo****, se evidenciam a requalificação dos apoios de praia (Matadouro e Sul) e a ampliação da rede municipal de áreas de serviço de autocaravanas.* ----------

--- Os exemplos que se enumeram neste preâmbulo não esgotam a totalidade da atividade prevista, mas exprimem, nas respetivas áreas, uma estratégia municipal que se caracteriza pela transversalidade. Importa sublinhar, como premissa fundamental, que os projetos apresentados não são isolados, antes se articulam entre si. ----------

--- Afinal, preservar, qualificar e valorizar são vetores indissociáveis de um mesmo projeto: a ***prosperidade coletiva!*** ----------

--- De seguida, no uso da palavra, o Vereador Hugo Moreira Luís procedeu à apresentação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019: Orçamento, Estrutura da Receita e da Despesa, Receita e Despesa – comparação das dotações previstas, Impostos do Estado – Evolução Previsional, GOP'S - Grandes Opções do Plano – Por objetivo e comparação das dotações previstas, Empréstimos de medio e longo prazo - Evolução prevista; Quadro Plurianual Municipal; Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra; e, por ultimo, o Resumo do Orçamento Municipal com a inclusão dos SMAS, através de visionamento em *powerpoint*, conforme *slides* em anexo (anexo XI). ----------

--- O Vereador José Graça classificou os Documentos Previsionais para o ano de 2020 como um documento estruturante e longo, requerendo um adequado tempo de análise. Declarou que, relativamente à visão transmitida pelo Presidente da Câmara em matéria de ensino secundário, discorda da mesma, mas respeita. Disse que o Presidente sempre culpou a administração central pela falta de resposta para os alunos deste ciclo de ensino, mas que esta situação é transversal a um conjunto de Governos. Na sua opinião, chegou-se a este ponto por uma falta reiterada de visão global e a longo prazo da própria gestão municipal, quando se verifica um crescimento da população jovem aqui residente, que teve como consequência uma pressão sobre o parque escolar. Disse discordar das opções do PSD, contando que o Estado daria sempre continuidade aos apoios financeiros aos Colégios em contrato de associação. Quanto ao reforço significativo de 25% de transferências para as Freguesias/ Uniões de Freguesia, disse que os Vereadores do Partido Socialista saúdam o mesmo, privilegiando a proximidade de intervenção, no entanto considera que se devia ir mais além. Por último, salientou as palavras proferidas pelo Presidente de Câmara que, na sua intervenção inicial, reforçou a necessidade de coesão social, a qual tem de englobar todos, incluindo os Vereadores do Partido Socialista. Nesta medida, disse que este Executivo Municipal é composto com dois Vereadores do Partido Socialista, mas que não têm pelouros atribuídos, não sendo respeitada a sua vontade, pese embora tenham dado a sua concordância ao Orçamento de 2019 (que está em curso). Sustentou que, nessa ocasião, receberam o compromisso da implementação de três das diversas medidas, designadamente a construção de uma Residência Sénior para antigos funcionários, a criação de um serviço municipal de pessoas cuidadoras informais, designadas Bolsa de Cuidadores, e a proibição do uso do glifosato. Face ao exposto, declarou que, atendendo a que existem medidas não implementadas, não poderão dar idêntico voto para o Orçamento de 2020, manifestando a intenção de se abster, voto este que não inviabiliza o exercício, pois entendem que quem recebeu o direito a governar deve fazê-lo e as avaliações fazem-se no fim. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que o voto seria de abstenção e que, genericamente, até concordam com este orçamento, apesar de existirem diferenças acentuadas em termos de ideologia, salientando que nunca poderiam aceitar um orçamento em que a ação social direta representa 1,1%, correspondendo a €432.000,00, como se não existissem pessoas com carências no Concelho de Mafra, o que não corresponde à verdade. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

--- O Presidente lamentou a posição assumida até porque o Vereador Sérgio Santos disse que se revê globalmente na proposta. Face aos comentários proferidos, disse discordar do Vereador José Graça, até porque a estatística contraria isso mesmo, tanto a nível do crescimento demográfico como do aumento da população jovem no Concelho. Sustentou, ainda, que a comunidade tem validado este modelo de gestão municipal através do voto. No que diz respeito às escolas, afirmou que têm existido várias visões por parte de vários Governos sobre a questão do ensino público e do ensino privado, sendo que a sua visão, e a do PSD, é de que quem fizer com mais qualidade e a menor preço é a melhor opção. Sustentou que, quando o Governo do PS, por uma questão ideológica, decidiu cortar com os contratos de associação às cegas, deveria ter tido em consideração a realidade dos Municípios como Mafra, onde a população escolar está a aumentar e a oferta pública é insuficiente. Relativamente à ação social, disse que não pode apenas ser contabilizada a ação social direta, mas também o apoio ao arrendamento, a construção de habitações a custos controlados ou os vários apoios às famílias, a exemplo das refeições e dos transportes escolares. Uma vez que o Vereador Sérgio Santos considera que este valor é insuficiente, questionou qual aquele que deveria constar e que, na sua ótica, faria falta às famílias do Concelho de Mafra. Concluindo, disse ser digno de registo que se possa este ano trazer, em conjunto, o orçamento da Câmara e o orçamento dos SMAS, lamentando que os Vereadores do Partido Socialista não se associem a um desígnio que também é deles: a remunicipalização do serviço de águas e saneamento. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos salientou que nunca aceitará que não seja pública a educação, a justiça, a saúde e a segurança, considerando que são pilares de uma sociedade democrática. Nesse sentido, afirmou que, se for desígnio que o Colégio de St.º André, na Venda do Pinheiro, venha a ser público e que a Câmara tenha um papel facilitador nesta matéria, então terá todo o apoio dos Vereadores do Partido Socialista. Seguidamente, disse que os factos são os que foram por si apresentados, ou seja, 1,1% do orçamento está afeto à ação social direta, sendo que, na sua opinião, esta rubrica precisava de um valor superior, ficando na expetativa de verificar se, no

relatório de contas correspondente ao ano de 2020, o valor será este. Disse que, se se dividisse o valor de € 430.000,00 pela população do Concelho, este montante seria muito diminuto por pessoa. ----------

--- O Presidente discordou, afirmando que as contas que o Vereador está a fazer não estão corretas, porque a base de incidência não são todas as famílias, mas as carenciadas. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos disse, no que concerne à habitação, que este tem sido um problema frequente e a pressão sobre o arrendamento, em Mafra, é abordada recorrentemente, verificando-se que, pela primeira vez, existe um valor para a habitação de dois milhões de euros. ----------

--- O Presidente salientou que, no ano transato, foram gastos € 600.000,00 na aquisição de edifícios para disponibilização de habitações de arrendamento a custos controlados, para além das manutenções que se fazem anualmente nas habitações sociais e do apoio ao arrendamento. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos considerou que este valor também era pouco, aditando que são nestas matérias que divergem, razão pela qual os Vereadores do Partido Socialista se abstêm. Sabendo que um orçamento não é um documento estanque e que todas as rubricas poderão ser alteradas, gostaria de ver um apoio mais claro a essas situações, percebendo que o Presidente, ideologicamente, também não goste de ver o investimento significativo no apoio social direto, porque isso significaria que existiam problemas sociais no Concelho. ----------

--- O Vereador José Graça, em complemento, referiu que a visão dos Vereadores do Partido Socialista é uma visão crítica da gestão do PSD nestes quarenta anos, em matéria de gestão do parque escolar, privilegiando o privado, quando deve ser o Estado a assumir o cumprimento da constituição. ----------

--- O Presidente objetou, afirmando que o Governo também deveria ter antecipado respostas face ao crescimento da população escolar, assumindo a sua responsabilidade tanto nas escolas básicas do segundo e terceiro ciclo, onde o contributo da Câmara foi imprescindível para solucionar um problema que não era da sua responsabilidade, como no ensino secundário. Sustentou que é incoerente que o Governo não invista na expansão da oferta do ensino secundário público, estando sobrelotada a Escola Secundária José Saramago, e que depois diminua o número de turmas em contrato de associação nos Colégios. Lamentou, ainda, que se aproveite o investimento feito na ampliação e requalificação de escolas básicas do segundo e terceiro ciclos,

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

investimento este realizado com o apoio municipal para dar resposta específica àquele nível de ensino, para ali instalar turmas de ensino secundário, tal como está a suceder nas escolas da Malveira e da Ericeira, as quais não têm vocação para tal. Portanto, enquanto Presidente da Câmara, apela a que seja adotada uma solução que sirva os interesses dos alunos, independentemente de que esta seja pública ou privada. --------

--- O Vereador Sérgio Santos declarou que estarão sempre ao lado do Presidente da Câmara Municipal, quer se opte pela ampliação da escola pública, quer pela aquisição do Colégio St.º André, quer pela construção de uma escola nova, porque a educação deve ser pública e universal para todos. Disse que os Vereadores do Partido Socialista percebem que o tempo passa e que os problemas se mantêm, pelo que este é o momento de procurar as soluções, como seja, a título de exemplo, um aluguer da parte do colégio ao Estado. Salientou, no entanto, que discordam relativamente ao ensino privado, uma vez que, no entendimento dos Vereadores do Partido Socialista, deve ser o ensino público a arranjar soluções, para isso se pagam os impostos. --------

--- O Presidente elucidou que as turmas em contrato associação são ensino público e não ensino privado. ----------

--- O Vereador Sérgio Santos respondeu que a questão não é essa, ou seja, discorda que seja uma entidade privada a praticar ensino público, quando deve ser o público a fazê-lo. Na sua opinião, se alguém quiser colocar o seu filho num colégio privado, essa é uma decisão sua, pessoal. ----------

--- Por último, o Presidente apresentou a proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, bem como dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS). ----

--- Após análise dos Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, no valor total de € 87.950.964,00 (oitenta e sete milhões novecentos e cinquenta mil novecentos e sessenta e quatro euros), sendo dos SMAS de Mafra € 21.148.534,00 (vinte e um milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e trinta e quatro euros) e do Orçamento Municipal € 66.802.430,00 (sessenta e seis milhões oitocentos e dois mil quatrocentos e trinta euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a € 39.579.780,00 (trinta e nove milhões

quinhentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos € 14.879.785,00 (catorze milhões oitocentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta e cinco euros) e do Plano de Atividades Municipal o valor de € 24.699.995,00 (vinte e quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e cinco euros), a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33.º, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submetê-los à aprovação do Órgão Deliberativo. ----------

--- 1.4. PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2020: ----------

--- Presente proposta subscrita pela Chefe de Divisão de Recursos Humanos, informação Rechumanos/2019/4877, datada de 14 de outubro do ano em curso, acompanhada da Proposta do Mapa de Pessoal para 2020 (anexo XII). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta do Mapa de Pessoal para 2020, determinando que o mesmo seja submetido à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--- 1.5. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020 - SMAS DE MAFRA:----------

--- Presente, em anexo, a Proposta dos Documentos Previsionais 2020-2024, subscrita pelo Conselho de Administração dos SMAS de Mafra, datada de 15 de outubro do corrente ano, acompanhada da respetiva deliberação (anexo XIII). ----------

--- Após análise da proposta dos Documentos Previsionais 2020-2024 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município de Mafra, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submetê-los à aprovação do Órgão Deliberativo. ----------

--- 1.6. MAPA DE PESSOAL 2020 – SMAS: ----------

--- Presente proposta subscrita pelo Conselho de Administração dos SMAS de Mafra, datada de 15 de outubro do ano em curso, acompanhada da deliberação do Conselho de Administração com proposta do Mapa de Pessoal para 2020 (anexo XIV). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta

ATA DA REUNIÃO DE 18.10.2019 (PÚBLICA)

do Mapa de Pessoal para 2020, determinando que o mesmo seja submetido à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. ----------

--- IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ----------

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram onze horas e cinquenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 26 de setembro a 9 de outubro de 2019.

Mafra, 10 de outubro de 2019.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	215/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/09/09	2019/09/30	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ARQUICARMO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, SA	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO MULTIFAMILIAR E GARAGEM RUA CONSTANÇA MARIA RODRIGUES, LOTE 2-PARTE
OP	84/2016	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2019/09/19	2019/09/26	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLA SOFIA DA SILVA CARVALHO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM RUA DO PALHEM, N.º 25 - MONGEIRA
OP	406/2017	ALTERAÇÕES	2019/09/23	2019/09/30	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ENGAIM-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMINIO HABITACIONAL COMPOSTO POR 4 MORADIAS UNIFAMILIARES GEMINADAS E MUROS RUA DA PONTE, N.º 21 - VALBOM
LP	6/2015	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2019/07/25	2019/10/01	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	ESCALAS E TIMBRES, LDA	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO CARRASQUEIRA DE CIMA - LOTE 35 - ERICEIRA
OP	209/2019	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/09/12	2019/10/01	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FRANCISCO MANUEL DO VALE FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO RUA DAS MAGNÓLIAS LOTE 23 - ALOJAMENTO VALE SÃO GIÃO
OP	378/2019	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/09/10	2019/10/01	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOÃO PAULO CASTANO LOPES ALVES	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE PISCINA PRAÇETA DA FONTINHA N.1 - MARVÃO
OP	105/2019	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2019/04/01	2019/10/03	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA JOÃO MARQUES TORRES	LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ANEXOS PARA ARRUMOS E ESPAÇO DE LAZER RUA DO MERCADO-VENDA DO PINHEIRO
OP	459/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2019/09/12	2019/09/30	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	SODIMALVEIRA-SUPERMERCADOS, LDA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFICIO COMERCIAL RUA DA LAGOA, N.º 37 - MALVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROPOSTA

Assunto: **Designação da Encarregada da Proteção de Dados**

Considerando que:

1. O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, doravante designado abreviadamente por RGPD ou Regulamento, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, na sua redação atual, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, veio reforçar a proteção do direito fundamental dos indivíduos à proteção dos dados pessoais, refletindo a natureza da proteção de dados enquanto direito fundamental da União Europeia, direito que a Câmara Municipal de Mafra também pretende continuar a defender;
2. Estabelece o n.º 5 do artigo 37.º do RGPD, aplicável às entidades públicas por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo, que "*O encarregado da proteção de dados é designado com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções referidas no artigo 39.º*", requisitos também acolhidos no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, diploma que pretende assegurar a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD;
3. Prevê, por seu turno, o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, a designação, obrigatória, "*de encarregados de proteção de dados nas entidades públicas, de acordo com os números seguintes*", nomeadamente nas "*autarquias locais*" [cf. a alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo], preconizando a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo 12.º a existência de "*pelo menos um encarregado de proteção de dados*", por "*cada município*", sendo "*designado pela câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e subdelegação no respetivo presidente*";

anexo II

4. Estabelece, ademais, o n.º 6 do artigo 37.º do RGPD, que "*O encarregado da proteção de dados pode ser um elemento do pessoal da entidade responsável pelo tratamento (...)*", *in casu*, da Câmara Municipal de Mafra;

5. A Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, Maria Bernardete Rodrigues Sabina Rosa Calhaço, é possuidora da Licenciatura em Direito (pré-Bolonha) e do título de Auditora em Segurança Interna (cf. Portaria n.º 326/2008, de 28 de abril), possuindo, ainda, o Mestrado em Direito e Segurança, revelando, atentas as funções que vem exercendo no respetivo cargo, deter as qualidades e a capacidade necessárias ao desempenho das funções atribuídas ao Encarregado da Proteção de Dados, nomeadamente as previstas no artigo 39.º do RGPD e no artigo 11.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto,

PROPONHO, nos termos da alínea a) do n.º 1 e dos n.ºs 5 e 6 do artigo 37.º do RGPD, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º, o n.º 1, a alínea c) do n.º 2 e a alínea c) do n.º 3 do artigo 12.º, ambos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, **que a Câmara Municipal delibere designar MARIA BERNARDETE RODRIGUES SABINA ROSA CALHAÇO, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, como ENCARREGADA DA PROTEÇÃO DE DADOS, para o desempenho das correspondentes funções, na Câmara Municipal de Mafra,** designadamente as plasmadas no artigo 39.º do mesmo Regulamento e no artigo 11.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, **com efeitos imediatos**, cessando, com esta designação, os efeitos do meu Despacho n.º 57/2018-PCM, de 24 de maio de 2018.

Paços do Município de Mafra, 8 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente

15/10/2019

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior.

15/10/2019

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património,

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

À reunião de Câmara

15/10/2019.

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15049

ASSUNTO: Concurso Público para a execução da empreitada referente à "Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"

Considerando que os Municípios constituem parceiros privilegiados do Governo na manutenção de um Estado seguro, o que se traduz numa mais-valia para o interesse público nomeadamente na prossecução da segurança de pessoas e bens, face à ação de proximidade, a área governativa da Administração Interna, através da Secretaria -Geral da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana (GNR), acordaram a celebração de um contrato de cooperação interadministrativo com a Câmara Municipal de Mafra, tendo em vista a cedência e a obra de reabilitação para instalação do Posto Territorial de Livramento.

Atenta a **Informação Interno/2019/14486**, e conjunto de elementos técnicos em anexo à Distribuição **EDOC/2019/67861**, exarada pela **Divisão de Obras Municipais - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**, onde é manifestada a necessidade de, não possuindo o Município no seu seio, meios, quer técnicos ou humanos,

anexo III

que lhe permita concretizar tal projeto, o que remete, assim, para a necessidade de despoletar o devido procedimento concursal nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que conduza à celebração de contrato para a execução da empreitada referente à "Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento", tendo em conta que a verba referente à despesa em apreço se encontra prevista no projeto/ação expresso em Plano Plurianual de Investimento **(2019|I|12)**, na rubrica **0301/07010399**, referente a "Reabilitação do Posto Territorial do Livramento da GNR".

Pelo que se propõe:

1. Tipo de Procedimento:

Abertura de Procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada referente à construção de **"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"**

2. Preço Base:

Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado, o valor de **759.967,18 € (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

2.1 Considerar-se-á, nos termos conjugados dos art.º(s) 71.º e 132.º do CCP, como preço anormalmente baixo aquele que seja inferior a 80% da base, devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos;

2.2 Sendo que nos termos do art.º 46.º-A do CCP, a adjudicação não ocorrerá por lotes por imperativos técnicos ou funcionais, pois a separação por lotes não permitiria uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

3. Critério de Adjudicação:

3.1 Considerar como Critério de Adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual o da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço;**

3.2 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) **Preço global da proposta (50,00%);**

b) **Qualidade técnica da proposta (50,00%)**, dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

3.3 Nos termos do n.º 6 do art.º 74.º do CCP, o desempate far-se-á dando preferência à proposta de mais baixo preço.

4. Júri do Concurso

4.1 Que o júri do concurso, nos termos do artigo 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras Municipais;
- 1º Vogal: Rui Constantino, Técnico Superior da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Cátia Sousa, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): João Tavares, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais;

- 2.º Vogal Suplente: Carolina Ganito, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;

4.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

5. Aprovação do projeto, anúncio de procedimento, Programa de Concurso e Caderno de Encargos, em anexo à presente informação, cujo clausulado prevê, nomeadamente:

5.1 Prazo de execução de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias;

5.2 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

5.3 Atribuir carácter de gratuitidade às peças procedimentais.

5.4 Prazo para a apresentação das propostas: nos termos do n.º 1 do art.º 135.º do CCP definir um prazo de **24 (vinte e quatro) dias** para a apresentação das propostas.

6. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como **Gestor do Contrato**: João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

À consideração superior,

2019/10/15

O Dirigente da UCPA

(Vasco Mota)

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concurso Público

Designação da Empreitada:

"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ÍNDICE GERAL

I. PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

II. CADERNO DE ENCARGOS

ANEXOS:

ANEXO I - Modelo de Declaração – aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

ANEXO II – Modelo de Declaração – Habilitação;

ANEXO III – Modelo de Caução – Depósito;

ANEXO IV – Modelo de Caução - Garantia Bancária/Seguro-Caução

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE:

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS
5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA
   E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO
9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS
10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS
13. INDICAÇÃO DO PREÇO
14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES
15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO
19. MINUTA DO CONTRATO
20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO
22. DESPESAS E ENCARGOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada referente à **"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento".**

1.2. O processo de concurso público para execução da empreitada referente à **"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"** encontra-se patente para consulta na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município 2644-001 Mafra, onde poderá ser consultado durante as horas normais de expediente (todos os dias úteis, das 9.00 às 17.00 horas), desde a data da publicitação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

As peças do concurso serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

1.3. O concurso foi aberto ao abrigo dos critérios que se encontram enunciados no na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, adiante designado por CCP.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a **Câmara Municipal de Mafra.**

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

3.1 A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 30 de março.

3.2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri nomeado para conduzir o procedimento, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica *SaphetyGov* - http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, via plataforma de contratação pública eletrónica. A falta de resposta até esta data, implica a prorrogação, por período correspondente, do prazo para apresentação das propostas. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e notificar-se-á do facto todos os interessados que tenham adquirido as peças procedimentais.

4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

4.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.

4.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

4.3 Durante o primeiro terço do prazo que decorre até à apresentação das propostas, os interessados poderão, mediante solicitação ao dono da obra, inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

5. DOCUMENTO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser constituída pelos documentos previstos no artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão, nomeadamente:

5.1. **Declaração**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP

5.2 **Atributos da Proposta:**

5.2.1 **Memória descritiva e justificativa** do modo de execução da empreitada;

5.2.2 **Plano de trabalhos;**

5.2.3 **Plano de equipamento** a utilizar nesta obra;

5.2.4 **Plano de mão-de-obra** a utilizar nesta obra;

5.2.5 **Plano de Pagamentos** e Cronograma Financeiro;

5.2.6 **Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**;

5.2.7 Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º do CCP, juntar a Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução (**não obstante a resposta em sede de corpo da proposta, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido e enviado o ficheiro Excel denominado LPU – Mapa de Quantidades**);

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1. Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

6.2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3. Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement

6.4. Para tal é necessário o registo que poderá ser efetuado em http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, dirigindo-se à área de pré-adesão de Fornecedores.

6.5. Adicionalmente poderá encontrar os requisitos mínimos necessários para aceder à plataforma BizGov em www.bizgov.pt/conteudos/default.asp?ID=71&IDP=18&P=18.

6.6. Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, a Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 707 101 249, ou através do correio eletrónico helpdesk@saphety.com.

6.7. Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

6.8. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

6.9. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

6.10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de Agosto.

7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

a) Tradução devidamente legalizada;
b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJECTO

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas com variantes ao projeto patenteado (ou parte dele).

9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS

9.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

9.4. No caso da adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão entregues, até às **17.00 horas do 24.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República, (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 horas do dia útil imediato.**

11.PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

12.CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

12.2. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) Preço global da proposta (50%);

b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

12.3. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 serão aplicados os seguintes métodos:

a) No que concerne **ao preço global das propostas** as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação abaixo indicada:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

$$xi = \sqrt{(100-75)^2 - (100-75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

vi - valor da proposta de cada concorrente;

vB - valor Base do concurso.

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, será aplicada a seguinte fórmula:

QTP = 0,50 MDJ + 0,20 PT + 0,15 MO + 0,15 PE

- sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos, dos meios a mobilizar e dos métodos e técnicas construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra. É de salientar que a pontuação, para além de ponderar o atrás exposto, deverá ponderar o que acrescenta à definição e caracterização da proposta, tendo como objetivo dar cumprimento às exigências globais do concurso. Refira-se ainda que, durante a execução da empreitada, o concorrente ficará obrigado a cumprir o que defina na memória descritiva e justificativa. Acresce que não se atribuirá grande valoração ao que corresponda a uma mera transcrição do que já exista em outros documentos obrigatórios da

proposta, sem lhe acrescentar algo de relevante, dado corresponder a uma redundância.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. ----------[0-20[Pontos

- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências.----------[20-40[Pontos

- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes.----------[40-60[Pontos

- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas.----------[60-80[Pontos

- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição das técnicas e dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos e dos meios a utilizar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada.----------[0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. ----------[20-40[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências.----------[40-60[Pontos

- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. ----------[60-80[Pontos

- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

b.3) Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser afeta à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão de obra a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão de obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos.----------[0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão de obra não é a adequada para a realização de trabalhos.----------[20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento.----------[40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão de obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.----------[60-80[Pontos

- Bem elaborado, com a mão de obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.---------- [80-100] Pontos.

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, as características, a garantia de segurança, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da mesma.

A atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos.----------[0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento.----------[20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento.----------[40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.------[60-80[Pontos

- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

12.4. **Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.**

13.INDICAÇÃO DO PREÇO

13.1. O preço base para efeitos do concurso é de **759.967,18 € (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.

13.2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

13.3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

13.4. O concorrente deverá indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar nos termos dos números 4 e 5 do artigo 60.º do CCP.

13.5. Devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com os valores médios que estão a ser praticados no mercado, não apresentando já grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, será considerado anormalmente baixo o valor das propostas que sejam inferiores a 80% do preço base.

13.6. Atento o art.º 46.º- A do CCP a não contratação por lotes resulta de, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitiria uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

14.PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

14.1. O Júri procederá, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement.

14.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, a todas as propostas apresentadas.

14.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

14.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 13.1 e 13.2.

15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Após a análise das propostas, tendo em conta todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas, bem como eventuais exclusões.

15.2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos, sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

15.3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

15.4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica SaphetyGov -

http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

15.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos das disposições conjugadas dos artigos 147.º e 123.º, n.º 1, do CCP.

16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

16.1. A decisão da adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

16.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificado o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o n.º 17 deste programa de procedimentos, conforme disposto no artigo 81.º do CCP;
b) Prestar a caução, nos termos do ponto 18 deste programa de procedimentos, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação, indicando expressamente o seu valor;
c) Confirmar, no prazo de 10 dias, eventuais compromissos, assumidos por terceiros, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

17.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de concurso;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

ii. ii. Situação regularizada relativamente a **impostos devidos** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, sendo pessoa coletiva, registo criminal desta e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

d) **Alvará de construção ou certificado** (ou cópia do mesmo), nos termos da Lei n.º 41/2015 de 3 de junho, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as autorizações referidas no n.º 17.2.

e) **Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;**

f) **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro:** De acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, consta no Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Outros edifícios, até à classe 6 de obra, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

17.2. Para efeitos da alínea d) do número anterior, o alvará de construção a apresentar deverá conter:

a) 4.ª Subcategoria da 1ª Categoria, de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de junho, na Classe correspondente ao montante da empreitada.

b) 1.ª; 2.ª; 5.ª; 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategorias, da 1ª categoria; 6.ª, 8.ª, 9.ª e 11.ª subcategorias da 2ª Categoria; 1.ª; 9.ª; 10.ª; 11.ª e 12.ª subcategorias da 4ª Categoria e 1.ª, 2.ªe 11.ª subcategorias, da 5ª categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.

c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

17.3. A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

17.4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

17.5. O incumprimento da entrega dos referidos documentos de habilitação, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos.

18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

18.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP e mais 5% para reforço da caução, que serão retidos na altura dos pagamentos dos autos de medição, conforme artigo 353.º do Código atrás referido.

18.2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a aprestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

18.3. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente.

18.4. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.

18.5. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.

18.6. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

18.7. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.

18.8. Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

18.9. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

18.10. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

19. MINUTA DO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de cinco dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement e são fornecidas gratuitamente.

22. DESPESAS E ENCARGOS

22.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas são da responsabilidade do concorrente;

22.2 Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, se aplicável, serão da responsabilidade do adjudicatário;

22.3 Decorrem ainda por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da prestação de cauções e da emissão de seguros, quando a elas houver lugar.

15./10./2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa] e , se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos

públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h)* do n.º 1do artigo 55.º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.º s 4 e 5 do artigo 57.º.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(*a)* no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h) do n.º 1* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

---

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO III

Modelo de Caução

GUIA DE DEPÓSITO

Vai (a) _____, com morada/sede em_____

_____, contribuinte n.º_____

depositar na (b) _____, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Mafra de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de (c) _____ , que se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a **(d)** _____ , constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, _____ de _____ de _____

(e) _____

****

a) Identificação da entidade depositante (cocontratante);
b) Designação da Instituição Bancária
c) Quantia por extenso;
d) Descrição do Procedimento
e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de **(1)** _____, vem o/a **(2)** _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de **(3)** _____ **€** (por algarismos e por extenso), destinada(o) a cauclonar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito **(4)** _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a (instituição garante) _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

_____

****

(1) - Identificação completa do cocontratante;
(2) - Identificação completa da Instituição garante;
(3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
(4) – Identificação do procedimento.

Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:

"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144
E-MAIL: aprovisionamento@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Índice

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1.ª – Objeto

Cláusula 2.ª – Disposições por que se rege a empreitada

Cláusula 3.ª – Interpretação dos documentos que regem a empreitada

Cláusula 4.ª – Esclarecimento de dúvidas

Cláusula 5.ª – Projeto

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

SECÇÃO I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª – Preparação e planeamento da execução da obra

Cláusula 7.ª – Plano de trabalhos ajustado

Cláusula 8.ª – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

SECÇÃO II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª – Prazos de execução da empreitada

Cláusula 10.ª – Cumprimento do plano de trabalhos

Cláusula 11.ª – Multas por violação dos prazos contratuais

Cláusula 12.ª – Atos e direitos de terceiros

SECÇÃO III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª – Condições gerais de execução dos trabalhos

Cláusula 14.ª – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

Cláusula 15.ª – Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

Cláusula 16.ª – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Cláusula 17.ª – Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

Cláusula 18.ª – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 19.ª – Aplicação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 20.ª – Substituição de materiais e elementos de construção

Cláusula 21.ª – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

Cláusula 22.ª – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos
Cláusula 23.ª – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro
Cláusula 24.ª – Menções obrigatórias no local dos trabalhos
Cláusula 25.ª – Ensaios
Cláusula 26.ª – Medições
Cláusula 27.ª – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
Cláusula 28.ª – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

SECÇÃO IV

Pessoal

Cláusula 29.ª – Obrigações gerais
Cláusula 30.ª – Horário de trabalho
Cláusula 31.ª – Segurança, higiene e saúde no trabalho

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA

Cláusula 32.ª – Preço e condições de pagamento
Cláusula 33.ª – Adiantamentos ao empreiteiro
Cláusula 34.ª – Reembolso dos adiantamentos
Cláusula 35.ª – Descontos nos pagamentos
Cláusula 36.ª – Mora no pagamento
Cláusula 37.ª – Revisão de preços

SECÇÃO V

Seguros

Cláusula 38.ª – Contratos de seguros
Cláusula 39.ª – Objeto dos contratos de seguro

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 40.ª – Representação do empreiteiro
Cláusula 41.ª – Representação do dono da obra
Cláusula 42.ª – Livro de registo de obra

CAPÍTULO V

RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

Cláusula 43.ª – Receção provisória

Cláusula 44.ª – Prazo de garantia

Cláusula 45.ª – Receção definitiva

Cláusula 46.ª – Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 47.ª – Deveres de colaboração recíproca e informação

Cláusula 48.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 49.ª – Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 50.ª – Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 51.ª – Foro competente

Cláusula 52.ª – Comunicações e notificações

Cláusula 53.ª – Contagem dos prazos

Cláusula 54.º - Legislação Aplicável

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I
Disposições iniciais
Cláusula 1.ª
Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização empreitada referente à **"Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"**

Cláusula 2.ª
Disposições por que se rege a empreitada

1 — A execução do Contrato obedece:

a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente, doravante designado CCP;
c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
e) Às regras da arte.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos;
d) O projeto de execução [ou o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP];
e) A proposta adjudicada;

f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1 — No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 — Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 — No caso de divergência entre as várias peças do projeto de:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;

b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;

c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1 — As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 — No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 — O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª
Projeto

1 — O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, sendo integrado pelas seguintes peças:

- Plantas de Localização;
- Projeto de Arquitetura;
- Projeto de Estabilidade;
- Projeto da rede de abastecimento de água;
- Projeto da rede de drenagem de águas residuais, águas pluviais e águas subterrâneas;
- Projeto de AVAC;
- Projeto das instalações elétricas;
- Projeto de telecomunicações;
- Projeto de AVAC;
- Projeto Solar Térmico;
- Plano de segurança e saúde em projeto;
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- Projeto de segurança contra incêndios;
- Mapa de quantidades (LPU);
- Programa e projeto de execução.

Capítulo II

Obrigações do empreiteiro

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª

Preparação e planeamento da execução da obra

1 — O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 — A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 — O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 – A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto:
g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);
i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 –Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas, quer dos peões, na rua onde ocorre esta empreitada (Rua de S. Pedro).

6 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Durante a obra se existirem anomalias nos arruamentos, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato, sendo que as propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a este assunto.

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, a receção provisória da obra não será efetuada enquanto tal não ocorrer, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, para executar os respetivos trabalhos, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago.

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos ajustado

1 — No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 — No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 — O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 — O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 — O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 — O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 — No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 — Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 — Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 — Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.º

Prazo de execução da empreitada

1 — O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** a contar da data da sua consignação.

2 — No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 — Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

1 — O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 — Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 — No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1 — Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 — No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 — O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Atos e direitos de terceiros

1 — Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 — No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as caraterísticas de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 - Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior

em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas, resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da

aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

Cláusula 14.ª

Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1 — Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos, tomando em também consideração o referido na cláusula 13ª, no que respeita à qualidade.

2 — Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas caraterísticas, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3 — No caso de alguma indefinição quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar -se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP quando aplicável, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem

como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.

5 — A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.

6 — Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta referida no ponto anterior e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

7 — O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os trabalhos complementares e para os trabalhos a menos.

Cláusula 15.ª

Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

1 — Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2 — O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 16.ª

Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — O empreiteiro deve submeter à aprovação da Fiscalização / Dono da Obra a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar, com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, tomando em consideração o mencionado na claáusula 13ª e apresentar também os respetivos documentos de homologação.

2 — Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando -se a mesma concedida se a Fiscalização / Dono da Obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro. É de salientar que a contagem do prazo definido neste artigo só se inicia após o empreiteiro apresentar todos os elementos definidos na cláusula 13ª.

3 — O empreiteiro é obrigado a fornecer à Fiscalização / Dono da Obra as amostras de materiais e elementos de construção que estes lhe solicitarem.

4 — A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5 — Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios, ou outros testes necessários para verificação das características dos materiais, ou equipamentos, conforme mencionado na cláusula 13ª, correrão por conta do empreiteiro.

Cláusula 17.ª

Reclamação contra a não aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida, pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, incluindo o cumprimento da cláusula 13ª, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e toda a documentação técnica comparativa das soluções objeto de análise e ainda os documentos de homologação e apresentar à Fiscalização / Dono da Obra a reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 10 dias.

2 — A reclamação considera -se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 — Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pelo empreiteiro.

Cláusula 18.ª

Efeitos da aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Uma vez aprovados os equipamentos, materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade, ou o empreiteiro tenha ocultado qualquer informação relevante sobre os mesmos.

2 — No ato de aprovação dos materiais, equipamentos e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 — Se a modificação da qualidade dos equipamentos, materiais, equipamentos e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

Cláusula 19.ª

Aplicação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Os equipamentos, os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas e as recomendações técnicas dos fabricantes, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pela Fiscalização / Dono da Obra.

Cláusula 20.ª

Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

a) Sejam diferentes dos aprovados;

b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas e recomendações técnicas dos fabricantes ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 — As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 — Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras, ou informação técnica e documentos de homologação e reclamar.

Cláusula 21.ª

Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 22.ª

Trabalhos complementares que se destinam a corrigir os erros e omissões

1 — Aplica-se o previsto no código da Contratação Pública.

Cláusula 23.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1 — Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 — Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 — Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 24.ª

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 — O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra, ou o dossier das atas e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 — O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 — Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 25.ª

Ensaios

1 — Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 — Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, cabe ao empreiteiro evidenciar a qualidade dos mesmos e caso este não tenha evidenciado o cumprimento integral do caderno de encargos e persistam dúvidas, pode a Fiscalização / Dono de Obra exigir a realização de quaisquer outros ensaios, ou testes que se justifiquem, de forma a comprovar o cumprimento do caderno de encargos, sendo o seu custo suportado pelo empreiteiro.

3 – Em complemento ao ponto anterior, caso o empreiteiro tenha apresentado todos os documentos técnicos e de homologação e aparentemente os equipamentos, os materiais e métodos construtivos, cumpram o Caderno de Encargos e, ainda assim, a Fiscalização tenha dúvidas, poderá a Fiscalização solicitar ensaios, ou testes complementares. Caso estes resultados complementares se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas sejam da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e testes e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do Dono da Obra.

Cláusula 26.ª Medições

1 — As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e devidamente aprovados e ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 — As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 — Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 27.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 — Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 — No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 28.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 — O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 — Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com a Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 — Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 — No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354. º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 29.ª

Obrigações gerais

1 — São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 — O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 — A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 — As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 30.º

Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 31.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 — O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 — O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 — Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 38.ª.

5 — O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 32.ª

Preço e condições de pagamento

1 — Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a entidade adjudicante pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base correspondente, na empreitada em apreço, a **759.967,18 € (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

2 — O preço base foi estabelecido através da aplicação às quantidades, das várias espécies constantes do mapa de quantidades, de preços unitários consonantes com valores praticados no mercado.

3 — Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª.

4 — Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura.

5 — As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo dono da obra.

6 — Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

7 — No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o dono da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo dono da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

8 — O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 33.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 — O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.

3 — Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 — A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 34.ª

Reembolso dos adiantamentos

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$Vri = Va \times Vpt - Vrt\ Vt$

b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = Va \times V'pt - Vrt\ Vt$$

em que:

Vri é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

Va é o valor do adiantamento;

Vt é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

Vpt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 35.ª

Descontos nos pagamentos

1 — Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5 %** desse pagamento.

2 — O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 36.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 37.ª

Revisão de preços

A modalidade de revisão de preços desta empreitada é efetuada com base na fórmula correspondente a F07 – reabilitação profunda de edifícios, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

Secção V

Seguros

Cláusula 38.ª

Contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 — O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 — O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 — Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 — Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 — Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 39.ª

Objeto dos contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3 — O empreiteiro obriga -se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4 — No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5 — O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

Capítulo IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 40.ª

Representação do empreiteiro

1 — Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação de acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a titular de qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, como consta no Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Outros edifícios, até à classe 6 de obra, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

3 — Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 — As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5 — O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 — O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7 — Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 — O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

Cláusula 41.ª

Representação do dono da obra

1 — Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 — O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

4 — Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, desempenhará as funções de Gestor do Contrato: Eng.º João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

Cláusula 42.ª

Livro de registo da obra

1 — O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 — O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 43.ª

Receção provisória

1 — A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 — No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 — O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 44.ª

Prazo de garantia

1 — **Conforme indicado no mapa de trabalhos.**

2 — Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 45.ª

Receção definitiva

1 — No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 — Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 — A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 — No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 46.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1 — Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 — Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

a) No final do primeiro ano, 30 % do valor da caução;
b) No final do segundo ano, 30 % do valor da caução;
c) No final do terceiro ano, 15 % do valor da caução;
d) No final do quarto ano, 15 % do valor da caução;
e) No final do quinto ano, os 10 % restantes.

3 — Nos contratos sujeitos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 397.º, a diferentes prazos de garantia e, consequentemente, a receções provisórias e definitivas parciais, a liberação parcial da caução, nos termos do disposto nos números anteriores, é promovida na proporção do valor

respeitante a cada um dos conjuntos de elementos que compõem a obra, designadamente estruturais, construtivos não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos.

Capítulo VI
Disposições finais
Cláusula 47.ª
Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 48.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

1 — O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 — O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

3 — Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 — O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 — O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 — No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 — A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 — A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 49.ª

Resolução do contrato pelo dono da obra

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 — Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 — No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 — A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 50.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

I) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 — No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 — O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 — Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o

dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 51.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 52.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 53.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 54.ª

Legislação Aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

15../..12./2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2019

Classificação Orgânica 0301 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Classificação Económica 07010399 Edifícios
Outros

Classificação Funcional 1.2.2. 04 Polícia municipal
Reabilitação do Posto Territorial do Livramento da GNR

N.º Rubrica do Plano 2019 I 12

		Ano Corrente	2020	2021	2022	Seguintes
1	Orçamento Inicial					
2	Reforços / Anulações	5,00	563.900,00	241.670,00		
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 -3	Orçamento Corrigido	5,00	563.900,00	241.670,00		
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	5,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)		563.895,62	241.669,59		
8 = 6 - 7	Saldo Residual	5,00				

Data: 2019/10/14 Numero de lançamento no diário do orçamento: 9975

Proposta de Cabimento n.º 2019/2664
CONCURSO PUBLICO - B), ART.º19º - EMPREITADAS - CONFORME O PEDIDO DE AQUISIÇÃO N. 1574/2019 - PCO CPE 2/2019: "Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento"

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Município de Mafra
NIPC: 502177080
Endereço: Praça do Município
Código postal: 2644 001
Localidade: Mafra
País: PORTUGAL
NUT III: PT170
Distrito: Lisboa
Concelho: Mafra
Freguesia: Freguesia de Mafra
Telefone: 261810143
Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Remodelação do Edifício da Antiga EB1 do Livramento / Futuras instalações da GNR do Livramento
Descrição sucinta do objeto do contrato: Remodelação do Edifício de antiga EB1 para instalações da GNR
Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas
Preço base do procedimento: Sim
Valor do preço base do procedimento: 759967.18 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)
Objeto principal
Vocabulário principal: 45262700

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Referência interna: CPE2/2019
O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não
Contratação por lotes: Não
O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não
O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não
É utilizado um leilão eletrónico: Não
É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL
NUT III: PT170
Distrito: Lisboa
Concelho: Mafra
Freguesia: União das Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias
365 dias
O contrato é passível de renovação? Não

7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:
Alvará ou Certificado
Descrição:

Exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas

7.2 - Informação sobre contratos reservados
O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Telefone: 261810143

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

Saphety (http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement)

9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 17 : 00 do 24 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim

Critério relativo à qualidade

Nome: Qualidade técnica da proposta

Ponderação: 50 %

Critério relativo ao custo

Nome: Preço global da proposta

Ponderação: 50 %

12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Câmara Municipal de Mafra

Endereço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna

Portaria n.º 501/2019

Sumário: Autorização para a assumir os encargos orçamentais decorrente da contratação de empreitada e serviços de fiscalização e coordenação de segurança, para a reabilitação de imóvel para instalação do Posto Territorial de Livramento, para os anos de 2020 a 2021.

A Secretaria-Geral da Administração Interna é a entidade responsável pela execução financeira dos procedimentos adstritos à Lei n.º 10/2017, de 3 de março, Lei da Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna.

Neste contexto, a área governativa da Administração Interna procura estabelecer parcerias de colaboração com as autarquias locais para a execução das responsabilidades de construção e reabilitação de instalações e edifícios.

Considerando que os Municípios constituem parceiros privilegiados do Governo na manutenção de um Estado seguro, a área governativa da Administração Interna, através da Secretaria-Geral da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana (GNR), acordaram a celebração de um contrato de cooperação interadministrativo com a Câmara Municipal de Mafra, tendo em vista a cedência e a obra de reabilitação para instalação do Posto Territorial de Livramento.

O encargo orçamental decorrente da contratação de empreitada e serviços de fiscalização e coordenação de segurança, para a reabilitação de imóvel para instalação do Posto Territorial de Livramento, durante os anos económicos de 2020 a 2021, tem um valor global de 759.967,18 € (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Assim:

Considerando que as despesas que deem lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização não podem ser efetivadas sem prévia autorização conferida por portaria conjunta da área governativa das Finanças e da Tutela, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 10/2017, de 3 de março (Lei da Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna), conjugado com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, revogado pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março e repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do despacho de delegação de competências n.º 7316/2017, de 4 de agosto, publicado no *Diário da República* n.º 160, 2.ª série, de 21 de agosto de 2017, e pela Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, nos termos da alínea *e*) do n.º 5 do despacho de delegação de competências n.º 10673/2017, de 16 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 7 de dezembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica a Secretaria-Geral da Administração Interna autorizada a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de empreitada e serviços de fiscalização e coordenação de segurança, para a reabilitação de imóvel para instalação do Posto Territorial de Livramento, para os anos de 2020 a 2021, até ao montante máximo de 759.967,18 € (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

O encargo orçamental resultante da aquisição referida no artigo anterior não poderá, em cada ano económico, exceder os seguintes montantes, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor:

a) 2020 — 531.977,00 €;
b) 2021 — 227.990,18 €.

Artigo 3.º

Os encargos financeiros decorrentes da presente Portaria serão satisfeitos por conta das verbas a inscrever no orçamento da Secretaria Geral da Administração Interna.

Artigo 4.º

As importâncias fixadas para o ano económico de 2021 poderão ser acrescidas dos saldos apurados na execução orçamental do ano anterior.

Artigo 5.º

A presente Portaria produz efeitos a partir da data da sua publicação.

26 de julho de 2019. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 25 de julho de 2019. — A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, *Maria Isabel Solnado Porto Oneto*.

312480897

Versão Web

2 4.2.1.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

PARECER

Concordo com o proposto. Remeto à Consideração do Sr. Presidente

15 / 10 / 2019

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

15/10/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o teor da Informação. À consideração superior.

15/10/19

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À Reunião.

15/10/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15023

ASSUNTO: Processos de Transporte Escolar não enquadráveis no Regulamento Municipal – Atribuição de transporte escolar para frequência de estabelecimentos de ensino fora do concelho de Mafra

Na sequência da análise de quatro pedidos de comparticipação de transporte escolar para o ano letivo de 2019/2020, não enquadráveis no artigo 1.º (âmbito) do *Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*, por frequentarem estabelecimentos de ensino fora do Concelho, informa-se:

Um dos alunos frequenta o 11.º ano de escolaridade, do curso de Línguas e Humanidades, na Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo – Loures, por inexistência de horários de transporte compatíveis para frequência de escola com ensino secundário no concelho de Mafra;

Outros três alunos frequentam o ensino artístico especializado, na Escola Artística António Arroio, em Lisboa, por não existir esta oferta formativa nas escolas do concelho de Mafra;

Tendo em conta que todos os alunos se encontram abrangidos pela escolaridade obrigatória, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto *(a escolaridade obrigatória cessa com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário de*

anexo IV

educação; ou, independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos de idade);

Considerando, também, que a frequência destes percursos escolares se revela como um meio primordial de inclusão dos alunos no sistema educativo, contrariando indubitavelmente a tendência para o abandono escolar e incentivando a orientação para oferta educativa adaptada aos interesses, motivações e aspirações dos alunos;

Considerando, ainda, que os parceiros educativos do Município de Mafra prosseguem os objetivos do sucesso escolar e que a escolha da área de estudos, até ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não é alheia a esse sucesso escolar;

Propõe-se que a comparticipação do transporte escolar se realize na mesma percentagem do apoio que os alunos teriam caso frequentassem os estabelecimentos de ensino do Concelho, mediante conjugação com os apoios estatais (*passe 4_18@escola.tp*), nos seguintes termos:

Ensino Básico / Secundário	Câmara	Família	IMT
Sem escalão	75%	0%	25%

N.º do Processo	Local de embarque	Estabelecimento de ensino	Curso	Ano	Escalão Ação Social	Valor mensal do passe	Comparticipação IMT	Estimativa comparticipação mensal da Câmara	Estimativa para o ano letivo 2019/2020	Encargo mensal das famílias
10249	Mafra	Escola Artística António Arroio - Lisboa	Design de Comunicação	11.º	Sem escalão	40,00€	10,00€	30,00	270,00€	0,00€
10469	Frielas (reside no Casal do Borralho)	Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo - Loures	Línguas e Humanidades	11.º	Sem escalão	40,00€	10,00€	30,00	270,00€	0,00€
10494	Venda do Pinheiro	Escola Artística António Arroio - Lisboa	Produção Artística	11.º	Sem escalão	40,00€	10,00€	30,00	270,00€	0,00€
10964	Venda do Pinheiro	Escola Artística António Arroio - Lisboa	Curso Artístico Comum	10.º	Sem escalão	40,00€	10,00€	30,00	270,00€	0,00€
							TOTAIS	**120,00€**	**1.080,00€**	**0,00€**

O encargo mensal da Câmara Municipal será de 120,00€ (cento e vinte euros) e o encargo total, para o presente ano letivo (outubro/2019 a junho/2020), será de 1.080,00€ (mil e oitenta euros).

Mafra, 14 de outubro de 2019.

A Coordenadora Técnica,

(Fátima Franco)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Concordo. Proponho que o assunto seja presente a reunião de Câmara.

15./10./2019

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

15./10./2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

14./10./2019

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Aprovado.

15./10./2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15103

ASSUNTO: Contrato em Regime de Comodato de cedência de instalações, de sala do Auditório Municipal Beatriz Costa, sito na Av. 25 de Abril - Mafra, à CMP Confederação Musical Portuguesa

Fundada em 6 de Junho de 2001 com o objetivo de promover e desenvolver a prática musical e favorecer o acesso à formação de jovens, regentes e dirigentes, a Confederação Musical Portuguesa constitui-se como a maior associação de músicos amadores em Portugal com 718 Bandas Filarmónicas, 100 Fanfarras, 1.200 Escolas de Música, num total de 60.000 músicos amadores.

Para dar continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver necessita de um espaço para instalação da sua sede, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal.

Tendo em conta que nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal criar, constituir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de

anexo V

circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;

E da alínea u) também do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Propõe-se, na sequência da solicitação efetuada pela CMP Confederação Musical Portuguesa, a celebração de um Contrato em Regime de Comodato de Cedência de Instalações com esta Entidade, com vista à cedência de sala localizada no Auditório Municipal Beatriz Costa, Av. 25 de Abril – Mafra, para instalação da sua sede, conforme proposta de minuta que se anexa à presente Informação.

Mafra, 11 de outubro de 2019

A Dirigente da Unidade de Apoio Institucional

(Paula Santos)

CONTRATO EM REGIME DE COMODATO

DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES

Considerando as atribuições que os municípios dispõem no domínio da educação, ensino e formação profissional, património, cultura, ciência, tempos livres, desporto, saúde e ação social, em conformidade com as disposições conjugadas do artigo 2.º, do n.º 1 e das alíneas d) a h), do n.º 2, do artigo 23.º, ambos do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

Considerando que, no âmbito das competências conferidas pelo Anexo I à citada Lei, nomeadamente na alínea u) do n.º 1 do seu artigo 33.º, compete, designadamente, à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

Considerando que, atento o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I ao mesmo diploma legal, cabe ainda à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal; e

Considerando o trabalho desenvolvido pela Confederação Musical Portuguesa na promoção do ensino e desenvolvimento da filarmonia, em especial junto das camadas mais jovens, a nível nacional;

É celebrado e reciprocamente aceite, entre o **Município de Mafra**, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hélder António Guerra de Sousa Silva, adiante designado

como Primeiro Contraente ou Comodante, e a **CMP Confederação Musical Portuguesa**, Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 504 610 503, com sede em Rua 25 de Abril, n.º 110, Mira Sintra, 2735-418 Agualva-Cacém, neste ato representada pelo(a) _____, _____, e pelo(a) _____, _____, adiante designados, como Segundo Contraente ou Comodatário, o presente Contrato de Comodato, o qual se rege pelos artigos 1129.º e seguintes do Código Civil e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O Primeiro Contraente é proprietário e legítimo possuidor do prédio sito na Av. 25 de Abril, 2640-456 Mafra, designado por Auditório Municipal Beatriz Costa.

Cláusula Segunda

Pelo presente contrato, o Primeiro Contraente entrega ao Segundo Contraente, a título gratuito e em regime de comodato, uma sala do edifício identificado na cláusula anterior, melhor identificada em planta anexa, para instalação da sua sede.

Cláusula Terceira

O presente contrato tem a duração de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, considerando-se automática e sucessivamente prorrogado por iguais períodos, enquanto vigorar o contrato de comodato mencionado na Cláusula Segunda, e nas mesmas condições, enquanto não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo contratual ou do termo da sua renovação, ou resolvido pelo Comodante nos termos legais.

Cláusula Quarta

Constitui obrigação do Primeiro Contraente abster-se da prática de actos que impeçam ou restrinjam o uso do edifício pelo Segundo Contraente.

Cláusula Quinta

Constituem obrigações do Segundo Contraente:

a) Manter a sala em bom estado de conservação;
b) Não aplicar a sala a fim diverso daquele a que o mesmo se destina;
c) Não utilizar a sala de modo imprudente;
d) Avisar imediatamente o Primeiro Contraente, sempre que tenha conhecimento de vícios na sala ou saiba que o ameaça algum perigo ou que terceiros se arroguem direitos em relação a ele sem que para tal estejam autorizados pelo Primeiro Contraente;
e) Restituir a sala, findo o contrato;
f) Não proporcionar a terceiro o uso da coisa, exceto se o comodante o autorizar.

Cláusula Sexta

O Primeiro Contraente reserva-se o direito de utilizar a sala, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias.

Cláusula Sétima

É da responsabilidade do Segundo Contraente o pagamento de todas as despesas inerentes à utilização, manutenção e conservação da sala objeto do presente contrato de comodato.

Cláusula Oitava

O Segundo Contraente responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, exceptuando-se as que decorram de um uso normal e prudente da sala.

Cláusula Nona

1.O Segundo Contraente não poderá realizar quaisquer obras ou benfeitorias na sala sem o prévio consentimento do Primeiro Contraente.
2. As benfeitorias realizadas passam a integrar o imóvel, não dando lugar a qualquer indemnização no fim do uso.

Cláusula Décima

A restituição a que se refere a alínea e) da Cláusula Quinta far-se-á 60 (sessenta) dias após a notificação para o efeito, dirigida pelo Primeiro Contraente ao Segundo Contraente, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula Décima Primeira

No final do contrato de comodato, ou das suas renovações, a sala cedida deverá ser restituída pelo Segundo Contraente ao Primeiro Contraente no estado em que aquele a recebeu, livre de pessoas e bens, sem prejuízo das deteriorações inerentes a um uso normal e prudente.

Cláusula Décima Segunda

O Primeiro Contraente poderá resolver o presente contrato de comodato a todo o tempo e sem a interpelação prévia do Segundo Contraente para o efeito, desde que se verifique o incumprimento, por este, das obrigações estabelecidas no presente contrato de comodato.

Cláusula Décima Terceira

1. As questões resultantes da execução ou interpretação do presente contrato de comodato serão dirimidas por acordo do Comodante e do Comodatário, atenta a legislação em vigor, designadamente os artigos 1129. ° e seguintes do Código Civil, com as necessárias adaptações.
2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, ouvido o Comodatário e atenta a legislação em vigor.

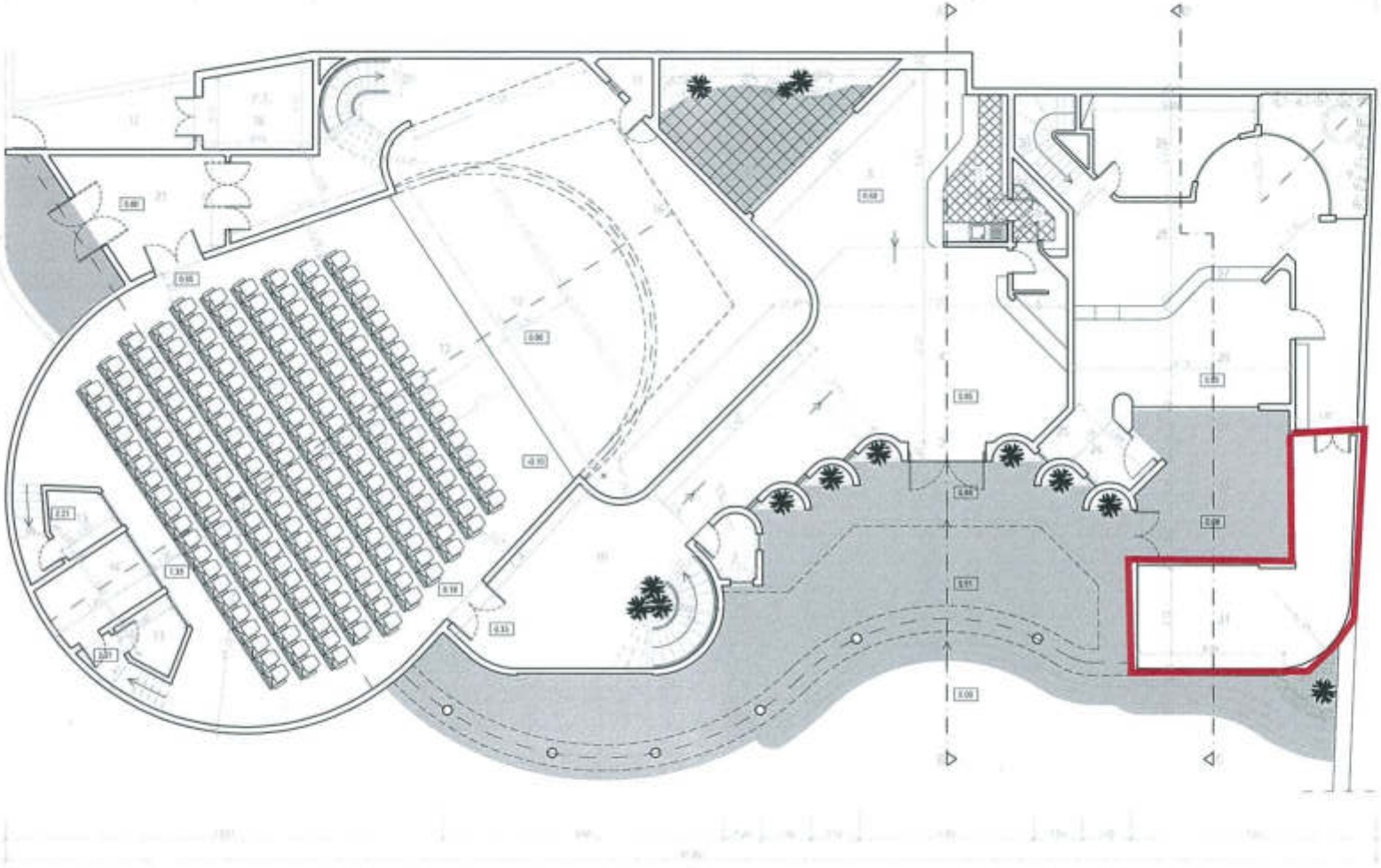
O presente contrato é celebrado em duplicado, valendo como documentos originais, os quais vão ser assinados por ambas as partes, ficando cada uma com um exemplar.

Mafra, _____ de _____ de 20__.

O Comodante, O Comodatário,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva) (_____)

(_____)



DEZEMBRO/2016	VETORIZAÇÃO DO PROJETO INICIAL E TELAS FINAIS	CARLA LEITÃO
ALTERADO EM:	MOTIVO:	O TÉCNICO: APROVADO:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO:
DESENHADOR:
CALCULISTA:
TOPÓGRAFO:
URBANISTA:

ASSUNTO: AUDITÓRIO BEATRIZ COSTA
PROJECTO DE ARQUITETURA
LOCAL: MAFRA

VISTORIAÇÃO:
APROVAÇÃO:

Nº DE ARQUIVO: MFR-002006
Nº PROCESSO:
DATA: DEZEMBRO/2016

DESIGNAÇÃO: PLANTA DO PISO TÉRREO

ESCALA: 1/100
FASE DO PROJECTO: TELAS FINAIS

DESENHO Nº: 03

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concordo com a informação prestada. Proponho o seu envio à Reunião de Câmara.
À consideração superior

14./10./2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

FACE À INFORMAÇÃO PRESTADA, COM A QUAL CONCORDO, PROPONHO O SEU ENVIO À REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.
14/10/2019

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunir

15./10./2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15032

ASSUNTO: Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro e Relatório de Ponderação do período de discussão pública – Envio para aprovação da Assembleia Municipal

1. Considerando que:

1.1. Por deliberação da Assembleia Municipal de Mafra, de 27 de julho de 2018, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro (ARU), ao abrigo do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, posteriormente publicada no DR, 2.ª série, através do aviso n.º 14304/2018, de 08 de outubro,

1.2. De acordo com o RJRU, à ARU da Malveira e Venda do Pinheiro deve corresponder uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU), realizada num prazo de 3 anos, cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 17.º do RJRU.

1.3. A proposta de ORU Sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro foi submetida a discussão pública, após reunião de câmara de 28 de junho de 2019, nos termos do artigo 17.º do RJRU, em

Anexo VI

conjugação como o previsto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), conforme artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, para os planos de pormenor e, simultaneamente enviada para parecer não vinculativo do IRHU.

1.4. O período de discussão pública decorreu de 21 de agosto a 17 de setembro de 2019, nos termos do n.º 4 do art.º 17º do RJRU, na sua redação atual, tendo sido tornado público através do Aviso n.º 12907/2019, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 154 de 13 de agosto de 2019 e publicitado nos sites oficiais da Câmara Municipal e nos editais da Câmara.

1.5. A 8 de outubro de 2019 foi recebido o parecer favorável do IRHU à proposta de ORU sistemática, da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 17º do RJRU.

1.6. Decorrido o período de discussão pública da proposta de ORU sistemática, os serviços técnicos procederam à elaboração do Relatório de Ponderação da Discussão Pública, não tendo tido lugar qualquer tipo de participação de eventuais interessados, quer pessoas individuais quer coletivas.

1.7. A proposta de ORU sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro presente na reunião de Câmara de 28 de junho de 2019, com meras correções propostas pelos serviços técnicos para melhor clarificar o documento, constitui a sua versão final.

2. Propõe-se que a Câmara Municipal de Mafra delibere:

2.1. Concordar com a ORU sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, definida através de instrumento próprio, contendo o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), conforme o disposto no art.º 8º do RJRU e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública;

2.2. Enviar para a Assembleia Municipal para a respetiva aprovação da ORU sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, nos termos do n.º 1 do art.º 17º do RJRU.

14/10/2019

X

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS

A Dirigente da Unidade de Planeamento e Ordenamento do território

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA



OUTUBRO 2019

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO

INDICE – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

I | INTRODUÇÃO |3
II | PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA |4
III | METODOLOGIA DA DISCUSSÃO PÚBLICA |9
IV | RESULTADO DA DISCUSSÃO PÚBLICA |10
V | CONCLUSÕES |11
VI | ANEXO – PARECER DA IHRU

INDICE DE FIGURAS

Figura 1| Minuta da aprovação da Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro| Submissão a discussão pública e envio para parecer da IHRU 4
Figura 2| Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019 5
Figura 3| Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019 6
Figura 4| Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019 6
Figura 5| Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019 6

I. INTRODUÇÃO

Consiste o presente documento no Relatório de Análise e Ponderação das participações e dos respetivos resultados da Discussão Pública da Estratégia de Reabilitação Urbana para efeitos da aprovação e execução da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro (ARU Malveira e Venda do Pinheiro), assente num instrumento próprio de programação de ação territorial o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

O programa estabelece a visão, os eixos estratégicos e os projetos de reabilitação e define estimativas globais de investimento, possíveis fontes de financiamento e benefícios fiscais resultantes da aprovação da delimitação da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, conforme deliberação da Assembleia Municipal, publicada através do Aviso n.º 14304/2018, de 8 de outubro.

Importa referir, que a promoção da reabilitação urbana é hoje um objetivo estratégico e um desígnio da administração pública, com implicações nas políticas do ordenamento do território, assumidos através da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que republica o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU).
A discussão pública e respetiva publicitação do projeto de Operação de Reabilitação Urbana permite desenvolver um processo de cidadania ativa, através do envolvimento dos cidadãos na definição das políticas de ordenamento do território, dando cumprimento ao disposto no n.º 4° do art.º 17° do RJRU, em conjugação como o estabelecido no art.º 89º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), na redação dada pela Dec. Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

II| PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

A abertura do período de discussão pública do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro foi aprovada em reunião de câmara, realizada a 28 de junho de 2019, de acordo com a informação interno/2019/9134. Em simultâneo foi decidido remeter ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 17º, do Decreto-lei nº 307/2009 de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14 agosto, para emissão de parecer não vinculativo.



MINUTA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA **REUNIÃO DE** 2019/06/28
UNIDADE DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO **PROC.ºS16.1.6/2015/7**
ASSUNTO: Envio para discussão pública da ORU da área de reabilitação urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno/2019/9134, elaborada a 24 de junho de 2019, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 24 de junho de 2019.

DELIBERAÇÃO: Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, concordar com o projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Mafra, através instrumento próprio, contendo o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, organizado de acordo com o artigo 33.º do mesmo regime jurídico.
--- Mais deliberou remeter o referido projeto de ORU a discussão pública, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, conjugado com o artigo 89.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.
--- Deliberou, ainda, enviar o projeto de ORU ao IHRU, ao abrigo do n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias.
Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~.
Votos a favor: dos Vereadores e do Sr. Presidente
Votos contra:
Abstenções:
Declarações de voto:
ASSINATURAS:

Figura 1 Minuta da aprovação da Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro| Submissão a discussão pública e envio para parecer do IHRU

O referido período de discussão pública decorreu de 21 de agosto a 17 de setembro de 2019, nos termos do n.º 4 do art.º 17º do RJRU, na sua redação atual, e promovida nos termos previstos no art.º 89º do RJIGT, em vigor, o qual previa um período de 20 dias úteis, nos termos do público pelo Aviso nº 12907/2019, publicado através Diário da República, 2ª série, n.º 154 de 13 de agosto.

Diário da República, 2.ª série — PARTE H

N.º 154 — 13 de agosto de 2019 — Pág. 164

MUNICÍPIO DE MAFRA

Aviso n.º 12907/2019

Sumário: Aprovação do projeto de operação de reabilitação urbana sistemática da ARU da Malveira/Venda do Pinheiro.

Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, torna público que a Câmara Municipal, em reunião realizada em 28 de junho de 2019, deliberou aprovar o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Malveira/Venda do Pinheiro e submetê-la a discussão pública, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação atual, promovida nos termos previstos no artigo 89.º do regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Mais se torna público que a discussão pública decorrerá pelo período de 20 dias, com início a partir do 5.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República* e que os interessados poderão apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, as quais poderão ser entregues nos serviços da Câmara Municipal de Mafra ou remetidas por correio para a Praça do Município, 2644-001 Mafra, ou por correio eletrónico para div.pot@cm-mafra.pt

Mais se torna público, ainda, que o referido projeto de Operação de Reabilitação Urbana poderá ser consultado na Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sita na Praça do Município, em Mafra, todos os dias úteis das 9 às 17 horas, e na referida página da Câmara Municipal de Mafra.

8 de julho de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Hélder António Guerra de Sousa Silva*.

312449566

Figura 2 Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019

O período de discussão pública foi, também, publicitado no portal oficial do município, na Internet, tanto na área de Apreciação e consulta pública, como na área de Editais e avisos.

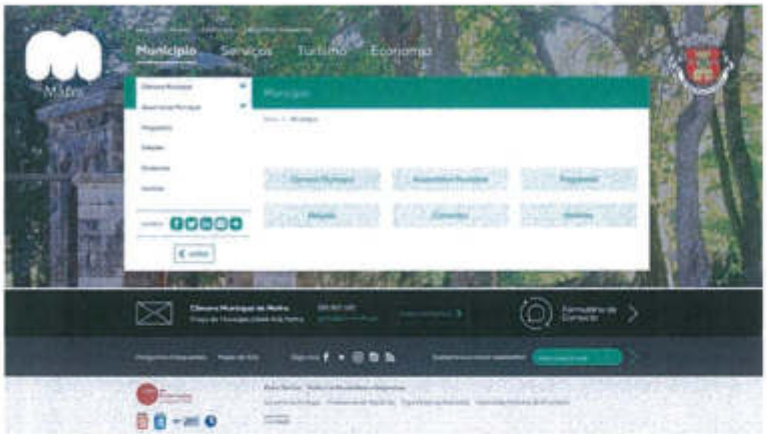


Figura 3 Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019

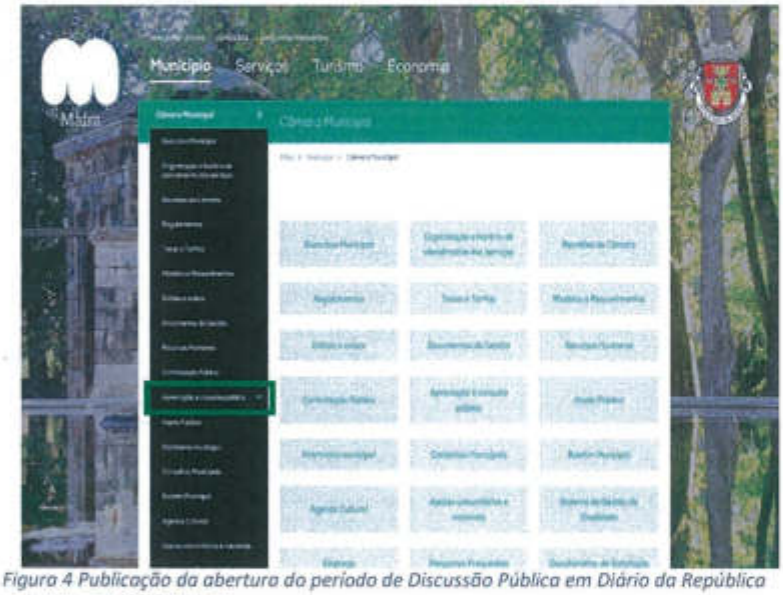


Figura 4 Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019



Figura 5 Publicação da abertura do período de Discussão Pública em Diário da República pelo Aviso nº 12907/2019

No Intuito de informar o maior número de cidadãos possível, a abertura do período de discussão pública do Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, foi ainda publicitada através de edital na Câmara Municipal, bem como na imprensa escrita.

Todos os documentos que constituem o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro foram disponibilizados para consulta na Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e no referido portal da Câmara Municipal, correspondendo aos seguintes:

- **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU Malveira e Venda do Pinheiro;**
- **Anexo I** – Peças desenhadas:
- **P01|** Extrato do Ortofotomapa 2017 – Planta de Localização
- **P02|** Extrato da Cartografia 2010 – Planta de Localização
- **P03|** Extrato da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo
- **P04|** Extrato da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal
- **P05|** Extrato da Planta de Ordenamento – Património Municipal
- **P06|** Extrato da Planta de Ordenamento – Riscos
- **P07|** Extrato da Planta de Condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública
- **P08|** Unidades de Caraterização
- **P09|** Estado de Conservação Geral do Edificado
- **P10|** Estado de Utilização do Edificado
- **P11|** Número de Pisos do Edificado (pisos acima da cota de soleira)
- **P12|** Data de Construção do Edificado
- **P13|** Análise Cromática do Edificado (simplificada)
- **P14|** Espaço de Uso Público, Espaços Verdes e Património Arbóreo
- **P15|** Rede Viária e Mobilidade
- **P16|** Vazios Urbanos
- **P17|** Equipamentos e Serviços
- **P18|** Rede de Abastecimento de Água
- **P19|** Rede de Drenagem de Águas Residuais
- **P20|** Rede de Distribuição de Gás
- **P21|** Rede de Distribuição Elétrica
- **P22|** Rede de Contentorização de Resíduos Sólidos Urbanos
- **P23 |** Modelo de Reabilitação – Estrutura Urbana e Mobilidade Estratégica
- **P24 |** Modelo de Reabilitação Urbana – Estrutura Verde
- **P25 |** Projetos Estruturantes
- **P26 |** Programa de Regeneração Urbana – Mafra Requalifica

III|METODOLOGIA DA DISCUSSÃO PÚBLICA

No decorrer do período de discussão pública os interessados puderam apresentar por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões através de requerimento próprio dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, identificando devidamente o seu subscritor, os quais poderiam ser entregues nos serviços da Câmara Municipal de Mafra, remetidos por correio para a Praça do Município, 2644 -001 Mafra, por correio eletrónico para **geral@cm -mafra.pt,** ou ainda, através do **Portal GeoMafra**.

IV|RESULTADO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Deste modo e decorrido o período de discussão pública do Projeto da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, não foram recebidas quaisquer participações ou propostas de eventuais alterações a introduzir no projeto apresentado por parte de particulares. Pelo que as reduzidas alterações efetuadas no documento são referentes a pequenas lacunas identificadas pelos Serviços Técnicos.

IV. I |PARECER DA IHRU

Foi remetido ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), o Projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, registado em 14/08/2019, sob o nº saída/2019/14691 e com o registo de receção no IHRU nº 832100. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 17º, do Decreto-lei nº 307/2009 de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14 agosto, foi dada resposta ao mesmo, tendo merecido parecer favorável, recebido em 8/10/2019, sob o nº entrada/2019/51646. O referido parecer encontra-se anexo ao presente relatório.

V| CONCLUSÕES

Findo o período de discussão pública, não obstante e divulgação feita pela Câmara Municipal, através de vários meios explicitados, tendo-se verificado que não foram recebidas quaisquer reclamações, observações ou sugestões, manteve-se quase na integra a Estratégia de Reabilitação Urbana para efeitos de aprovação e execução da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro (ARU Malveira e Venda do Pinheiro).

Pelo que de acordo com o artigo 17º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, entende-se que a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sob a proposta da Câmara Municipal.

VI | ANEXO – PARECER DO IHRU

IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Exmo Senhor Presidente
Câmara Municipal de Mafra
Engº Helder António de Sousa Silva
Praça do Município
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
08 OUT. 2019
ENTRADA/...../..... Data

Sua referência	Nossa referência	
	834831	2019-10-02

ASSUNTO: Parecer referente ao projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática, a executar na Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

Em resposta ao pedido rececionado no IHRU com o nº 832100, anexa-se o parecer deste Instituto de acordo com o disposto no nº 3, do artigo 17º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro, na sua atual redação.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar a inteira disponibilidade deste Instituto para prestar os esclarecimentos que eventualmente considerem necessários no âmbito da reabilitação urbana.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho Diretivo

Luís Maria Gonçalves

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 - 1099-019 LISBOA
Delegação: Rua D. Manuel II, 296 - 6º - 4050-344 PORTO
E-mail: ihru@ihru.pt http://www.portaldahabitacao.pt
Telefone: 217 231 500 Fax: 217 360 729
Telefone: 226 079 670 Fax: 226 079 679

2019-10-02
Luís Maria Gonçalves
Vogal do Conselho Diretivo

PARECER – MUNICÍPIO DE MAFRA

PROJECTO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA, A EXECUTAR NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA MALVEIRA/VENDA DO PINHEIRO

1. A Câmara Municipal de Mafra, para efeitos do disposto no nº 5, do artigo 13º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro, na sua atual redação, em 2018-10-26, comunicou ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), a aprovação pela Assembleia Municipal de Mafra em 2018-09-27, da nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Malveira / Venda do Pinheiro, que tinha sido publicada através do Aviso nº 14304/2018, do Diário da República nº193, Série II de 2018-10-08.

2. Foi opção do município de Mafra, que a aprovação da delimitação da referida ARU, de acordo com possibilidade prevista no nº 3 do artigo 7º do RJRU, tivesse lugar em momento anterior à aprovação da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU).

3. Conforme disposto no artigo 15º do RJRU o município possui um prazo três anos, para aprovar a ORU a desenvolver na ARU então aprovada e como tal, decidiu elaborar o respetivo projeto para o efeito, tendo optado pelo recurso à figura de instrumento próprio.

4. O supracitado projeto de ORU foi aprovado em reunião do executivo camarário, realizada a 2019-06-28, tendo sido também deliberado proceder à abertura do período de discussão pública previsto no nº 4, do artigo 17º, do RJRU, período esse publicitado através do Aviso n.º 12907/2019, na Série II do Diário da República nº 154, no dia 2019-08-13.

5. Neste âmbito e em conformidade com o nº 3, do artigo 17º, do RJRU, a Câmara Municipal de Mafra, remeteu para apreciação o referido projeto de ORU, tendo este sido rececionado no IHRU com o nº 832100.

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 – 1099-019 LISBOA Telefone: 217 231 500 Fax: 217 260 729

6. **Resumidamente o projeto apresentado refere-se à ORU Sistemática, a aprovar através do recurso à figura de instrumento próprio, a executar na ARU da Malveira / Venda do Pinheiro, com a delimitação aprovada e publicada através do Aviso nº 14304/2018, do Diário da República nº193, Série II de 2018-10-08. A ARU, com 168,9 ha, pretende articular o crescimento urbano das duas vilas e caracteriza-se como um espaço urbano denso, constituído por 1351 edificações, 3596 alojamentos, 5395 habitantes e 73 vazios urbanos, segundo os censos de 2011 e o levantamento de campo efetuado. O investimento público previsto em reabilitação do edificado, requalificação do espaço público e regeneração da mobilidade é da ordem dos 9,8 M€, valor esse que será alavancado quando estiverem contabilizadas todas as ações cujo investimento público ainda se encontra por definir, assim como o investimento da responsabilidade dos particulares. A ORU será executada pela entidade gestora que será assumida pelo próprio município, que fará uso de todas as competências ao seu dispor num prazo previsto de 15 anos.**

7. O projeto de ORU faz uma caracterização e diagnóstico do contexto histórico, da ocupação urbana, do edificado, do espaço público, do espaço verde, das infraestruturas, dos serviços, da rede viária e da mobilidade da ARU da Malveira e Venda do Pinheiro e estabelece os eixos estratégicos de intervenção, em que se enquadram os projetos a executar.

8. Para a caracterização do edificado da ARU - foram elaboradas fichas de caracterização do edificado, para disponibilizar toda a informação num site de Requalificação Urbana a construir, integrado no Portal GeoMafra.

9. É apresentada ainda uma análise SWOT, que relaciona um conjunto de potencialidades com um conjunto de fragilidades, das quais resultou uma síntese de conclusões que constituíram importantes orientações para o desenvolvimento da estratégia de reabilitação urbana.

10. Pretende-se assim dar continuidade ao processo de revitalização do concelho, que levou ao desenvolvimento do programa "Mafra Requalifica" no final de 2016, com 10 medidas e que já conta neste momento com doze, que decorrem diretamente do

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 – 1099-019 LISBOA Telefone: 217 231 500 Fax: 217 260 729

Orçamento do estado e do Código do Iva, sendo a mais popular o apoio para a reabilitação das fachadas.

11. Tendo em consideração o atrás referido, somos de opinião que o documento apresentado, constitui o instrumento de programação para o conjunto de intervenções que se pretende levar a cabo na ARU da Malveira / Venda do Pinheiro, que conforme disposto no nº 2, do artigo 33º, do Decreto-Lei nº307/2009 de 23 de Outubro, na sua atual redação, sistematiza as matérias tidas como relevantes nomeadamente:

- **Apresentando as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da ARU** que se consubstanciam na: Reformulação da Estrutura Funcional; Reforço da Estrutura de Acessibilidades e Mobilidade; Valorização do Espaço Público de Valor Patrimonial e na Promoção e Requalificação da Estrutura Verde e **demonstrando a sua compatibilidade** com as opções de desenvolvimento do município de Mafra nomeadamente com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor.

- **Estabelecendo o prazo de execução** da Operação de Reabilitação Urbana em 15 anos.

- **Definindo como prioritárias,** as operações a executar no primeiro triénio. De referir que as operações se encontram calendarizadas em 5 triénios. Ao 1º triénio correspondem os projetos a concretizar a curto prazo; ao 2º triénio os projetos a concretizar a curto/médio prazo; ao 3º triénio os projetos a concretizar a médio prazo; ao 4º triénio os projetos a concretizar a médio/longo prazo e ao 5º triénio os projetos a concretizar a longo prazo.

- **Estabelecendo o programa da ORU,** estruturado em três eixos: Reabilitação do edificado; Requalificação do Espaço Público e Regeneração da Mobilidade.

- **Determinando o modelo de gestão da ARU e de execução da respetiva ORU,** que prevê que o município se assuma como entidade gestora, fazendo uso dos instrumentos de execução de política urbanística previstos no artigo 54º do RJRU,

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 – 1099-019 LISBOA Telefone: 217 231 500 Fax: 217 260 229

independentemente dos deveres de reabilitação dos edifícios que competem aos particulares.

- **Apresentando um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação** executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos, nomeadamente incentivos de natureza fiscal que decorrem dos benefícios previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, no Orçamento de Estado em vigor e no Código do IVA para as Áreas de Reabilitação Urbana. De salientar o programa Municipal "Mafra Requalifica", que para além de incentivos financeiros, prevê a isenção/redução de algumas taxas, parcerias com o setor da construção civil para descontos em materiais de construção e com a banca através de uma linha de crédito específica. Salienta-se também a importância do portal geográfico GeoMafra e o desenvolvimento do site "Requalificação Urbana" onde os munícipes poderão aceder a toda a informação georreferenciada Urbana da ARU da Malveira / Venda do Pinheiro, nomeadamente a já referida caracterização dos imóveis.

- **Descrevendo um programa de investimento** publico sintetizado no quadro que sistematiza a informação nomeadamente: a identificação do projeto, a estimativa de investimento (para algumas das intervenções), o prazo de execução e as entidades envolvidas.

- **Definindo o programa de financiamento** a aplicar para o desenvolvimento da ORU, descriminando as fontes de financiamento a considerar, designadamente: do Município (através de diversas iniciativas), dos Programas no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020, de Instrumentos Financeiros e outros. O investimento público até agora estimado é de cerca de 9,8 M€ valor esse que será alavancado quando estiverem contabilizadas todas as ações cujo investimento ainda se encontra por definir e o da responsabilidade dos particulares. Para a reabilitação deste edificado, da responsabilidade dos respetivos proprietários, com base no seu estado de conservação, nível de intervenção e respetivos custos associados, foram estimados patamares de custos e alocados os edifícios por esses patamares não se indicando contudo o valor do investimento total.

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 – 1099-019 LISBOA Telefone: 217 231 500 Fax: 217 260 729

12. **Assim, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, conforme disposto no nº 3, do artigo 17º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 307/2009 de 23 de Outubro, na sua atual redação, nada tem a opor ao projeto de Operação Reabilitação Urbana Sistemática a executar na Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Malveira / Venda do Pinheiro, publicada através do Aviso nº 14304/2018, do Diário da República nº193, Série II de 2018-10-08, tendo em consideração a necessidade de se criarem condições para a promoção das medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que dela careçam.**

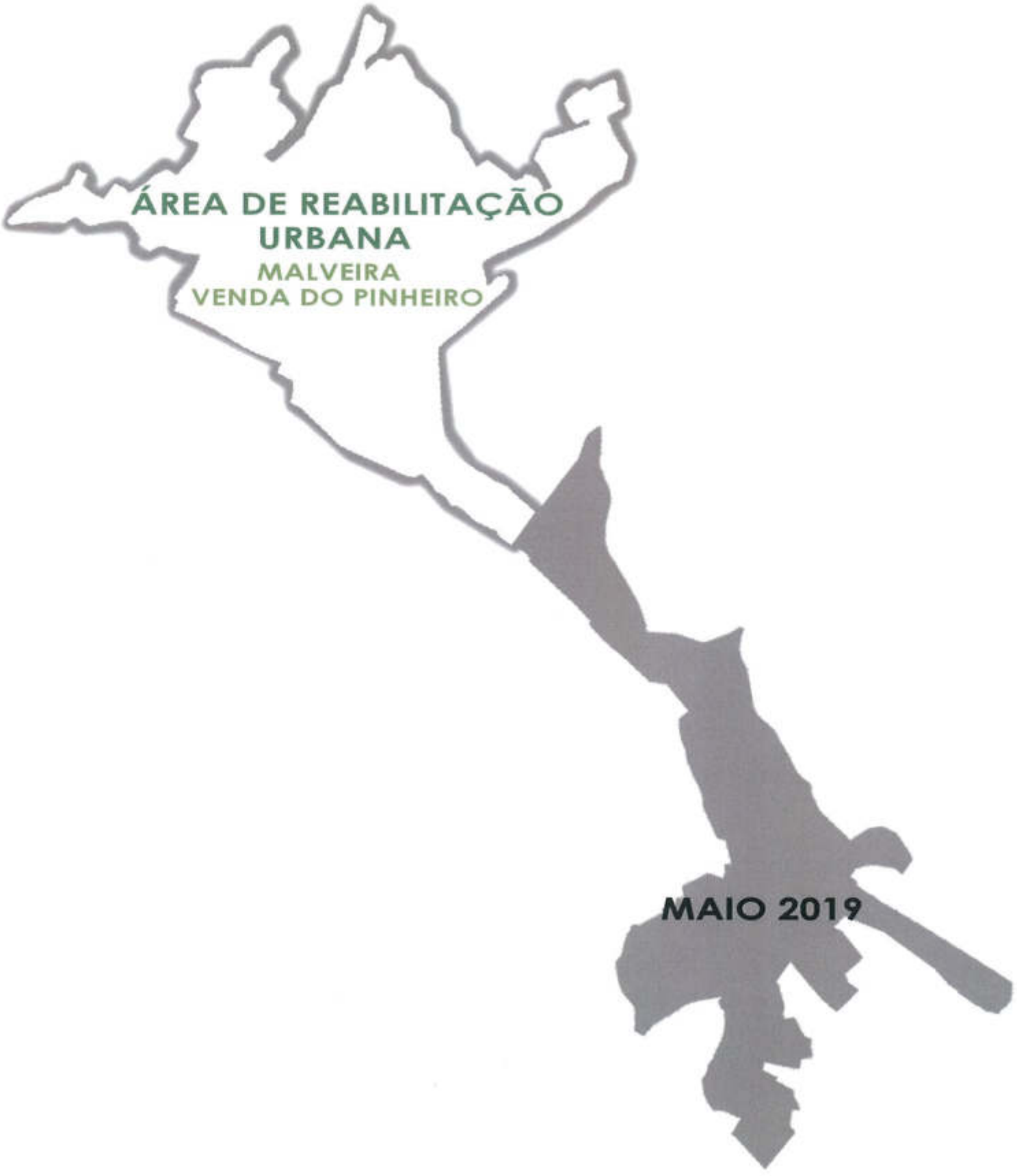
Por último o IHRU solicita o envio, em formato eletrónico, de uma coleção completa das peças escritas e gráficas que constarem do processo final da aprovação da ORU, bem como cópia do aviso publicado na 2ª série do Diário da Republica, com a publicitação do ato de aprovação pela Assembleia Municipal.

Lisboa, Setembro de 2019

Margarida Colaço, arquiteta

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5 - 1099-019 LISBOA Telefone: 217 231 500 Fax: 217 260 729


MAIO 2019
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA



MAIO 2019

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA

"*A Reabilitação Urbana é um desígnio municipal:*
eleva as condições de vida dos residentes, aumenta a atratividade do território e dinamiza a economia local."

Hélder Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal de Matra

FICHA TÉCNICA

Título: *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro*

Autoria: Câmara Municipal de Mafra – Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente – Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística – Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território – Área de Regeneração Urbana

Equipa Consultiva: Bruno Miranda (Urbanista – Diretor de Departamento)

Pedro Martins (Arquiteto – Chefe de Divisão)

Equipa Técnica:

Sofia dos Santos (Urbanista – Dirigente da Unidade)

Sandra Garrido (Arquiteta – Coordenação da Área de Regeneração Urbana)

Ana Carolina Ferreira (Engenheira do Território – Técnica UPOT)

Miriam Pombo (Engenheira Civil – Técnica UPOT)

Carina Ribeiro (Arquiteta – estagiária UPOT)

Mariana Aguiar (Geografa – estagiária UPOT)

Filipa Raimundo (Arquiteta Paisagista – Técnica UPOT)

Pedro Rondão (Desenhador)

Colaboração: Unidade Sistemas de Informação Geográfica – Lucília Gaspar (Geógrafa); Área de Projetos

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO 2
1 CONCEITOS DE REABILITAÇÃO URBANA 4
2 OBJETIVOS GERAIS DE REABILITAÇÃO URBANA 6
II. ENQUADRAMENTO E LOCALIZAÇÃO 9
1 ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO 9
2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO 14
2.1 MALVEIRA 14
2.2 VENDA DO PINHEIRO 19
3 ENQUADRAMENTO DO PDM EM VIGOR 24
III. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO 31
1 OCUPAÇÃO URBANA E EDIFICADO 32
2 ESPAÇOS PÚBLICOS E ESPAÇOS VERDES 49
3 INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS 51
4 REDE VIÁRIA E MOBILIDADE 59
5 PERSPETIVAS DE FUTURO 60
IV. ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA 63
1 VISÃO ESTRATÉGICA PARA A ARU DE MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO 63
2 EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO 65
3 MODELO DE REABILITAÇÃO 66
3.1 ESTRUTURA URBANA E MOBILIDADE ESTRATÉGICA 70
3.2 ESTRUTURA VERDE URBANA ESTRATÉGICA 80
4 PROJETOS ESTRUTURANTES 88
V. OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ARU MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO. 89
1 MODALIDADE DA ORU 90
2 PRAZO DE EXECUÇÃO 91
3 ESTIMATIVAS DE INVESTIMENTO 92
4 FONTES DE FINANCIAMENTO 94
5 APOIOS E INCENTIVOS À REABILITAÇÃO 98
6 MODELO DE GESTÃO DE EXECUÇÃO DA ORU 102
7 INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA URBANÍSTICA 103
8 FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO DA ORU, CONFORME IHRU 105
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS 106
VII. REFERÊNCIAS 107
VIII. ANEXOS 108

ÍNDICE - FIGURAS

Figura 1| Moinhos de Santa Maria FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019) 8
Figura 2| Capela Nossa Senhora dos Remédios FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)....8
Figura 3| Feira da Malveira e Feira do Gado FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)....8
Figura 4| Extrato da Cartografia ARU Malveira e Venda do Pinheiro FONTE| CMM 10
Figura 5| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro FONTE| CMM 10
Figura 6| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro FONTE| CMM 10
Figura 7| Unidade de saúde de Mafra Leste – Fase de proposta FONTE| CMM 12
Figura 8| Unidade de Saúde de Mafra Leste FONTE| CMM 12
Figura 9| Escala Básica Professor Armando de Lucena na Malveira FONTE| CMM 12
Figura 10| Escala Básica 2º e 3º ciclo da Venda do Pinheiro FONTE| CMM 12
Figura 11| Vestígios do Forte de Santa Maria FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)....16
Figura 12| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019) 16
Figura 13| Moinhos de Santa Maria FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019) 16
Figura 14| Quinta de Santo António FONTE| (Nunes, 2015)....20
Figura 15| Casa do Galo; Casa Olival e Cruzeiro do Largo de Santo António FONTE| (Nunes, 2015)....20
Figura 16| Implantação dos fortes FONTE| (Freguesia da Malveira , 2019) 22
Figura 17| Forte Matoutinho (reduto nº 68); Forte da Quinta do Estrangeiro (reduto nº 70) FONTE| (Freguesia da Malveira , 2019) 22
Figura 18| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de classificação e Qualificação do Solo – Peça desenha nº 03 26
Figura 19| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de Estrutura Ecológica Municipal – Peça desenha nº 04 27
Figura 20| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de Riscos – Peça desenha nº 05....28
Figura 21| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta do Património Municipal– Peça desenha nº 06....29
Figura 22| Espaços de Uso Público, Espaços Verdes e Património Arbóreo – Peça desenhada nº 14. 50
Figura 23| Equipamentos e Serviços – Peça desenhada nº 17. 52
Figura 24| Rede de Abastecimento de água – Peça desenhada nº 18 54
Figura 25| Rede de Drenagem de Águas Residuais – Peça desenhada nº 19. 55
Figura 26| Rede de Distribuição de Gás – Peça desenhada nº 20 56
Figura 27| Rede de Distribuição Elétrica – Peça desenhada nº 21. 57
Figura 28| Rede de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Peça desenhada nº 22. 58
Figura 29| Rede Viária e Mobilidade – Peça desenhada nº 15. 59
...**Figura 30|** Vista geral da Malveira (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019). 62

Figura 31| Vista geral da Malveira (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019). **62**
Figura 32| A8 – Sentido Loures – Malveira (S/i, 2019). **62**
Figura 33| Edifício Histórico em estado de degradação – Malveira. **69**
Figura 34| Habitação projetada pelo arquiteto Raul Lino. 69
Figura 35| Casa do Galo projetada pelo arquiteto Norte Júnior. 69
Figura 36 | Largo de Santo António e Cruzeiro - Venda do Pinheiro 69
Figura 37 | Largo da Feira da Malveira. 69
Figura 38|Evolução do património edificado (1919 a 2006). **70**
Figura 39|Morfologia urbana atual da ARU Malveira e Venda do Pinheiro. **71**
Figura 40| Análise de situações de fraca acessibilidade pedonal. **73**
Figura 41| Análise de situações de dimensionamento de passagens pedonais. **73**
Figura 42| Proposta de rede de Circulação Ciclável Pedonais. **74**
Figura 43| Exemplo de Sistema de Circulação por Via partilhada. Ribeira das Naus (Lisboa). **75**
Figura 44| Exemplo de Sistema de Circulação por Faixa Ciclável. Avenida Duque de Ávila (Lisboa). **75**
Figura 45| Exemplo de Zonas de Coexistência em Londres e na Av. Praia da Vitória (Lisboa). **75**
Figura 46| Hierarquia viária na ARU. **76**
Figura 47| Exemplo de Estacionamento em Zonas Comerciais e Residenciais (Malveira). **78**
Figura 48| Exemplo de Mobiliário Urbano em Espaço Público. **78**
Figura 49| Exemplo de Espaços de Jogo e Recreio com Interação entre Crianças/Adultos. **79**
Figura 50| Integração de Arte Pública Histórica na Paisagem Urbana. Fonte do Largo da Feira (Malveira) e Painel de Azulejos de 1775 (Venda do Pinheiro). **79**
Figura 51| Enquadramento dos Estacionamentos 80
Figura 52| Espécies Invasoras (*Cortaderia selloana e* **Acacia dealbata***)* (Malveira). **80**
Figura 53| Dimensionamento de Caldeiras. **81**
Figura 54| Ausência de Vegetação em Avenidas. **81**
Figura 55|Património Arbóreo Existente na ARU. **82**
Figura 56| Morfologia da Paisagem. Vista do Largo da Feira para Orientação a Sul, Malveira. **83**
Figura 57| Morfologia da Paisagem. Vista da Rua dos Juncais, Malveira. **83**
Figura 58| **Corredores Verdes Propostos na ARU** **85**
Figura 59| Zonas de Conflito na ARU **85**
Figura 60| Estrutura Verde Proposta para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro. **85**
Figura 61| Requalificação Proposta do Espaço Público no Núcleo Histórico do Núcleo Urbano da Venda do Pinheiro.. ..... **86**
Figura 62| Requalificação Proposta do Espaço Público no Núcleo Central do Largo da Feira, Malveira. **87**
Figura 63| Forte da Feira (Malveira). **87**

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1| Tipo de utilização dos Edifícios.....34
Gráfico 2| Tipo de Edifícios.....36
Gráfico 3| Estado de Conservação dos Edifícios.....38
Gráfico 4| Época de Construção dos Edifícios.....40
Gráfico 5| Levantamento Cromático do Edificado.....42
Gráfico 6| Número de pisos dos Edifícios.....44

ÍNDICE - TABELAS

Tabela 1|Estatísticas de Classificação e Qualificação do Solo.....26
Tabela 2| Estatísticas de Estrutura Ecológica Municipal 27
Tabela 3| Estatística da zona de riscos.....29
Tabela 4| Estatística da utilização dos edifícios.....33
Tabela 5|Estatística do tipo de edifícios.....35
Tabela 6|Estatística do estado de conservação dos edifícios. 37
Tabela 7|Estatística da época dos edifícios. 39
Tabela 8|Estatística do cromático dos edifícios.....41
Tabela 9|Estatística do número de pisos. 43
Tabela 10|Estatística do tipo de estrutura. 45
Tabela 11|Estatística do tipo de revestido 46
Tabela 12|Estatística do tipo de cobertura.....47
Tabela 13|Estatística dos edifícios com entrada de cadeira de rodas. 47
Tabela 14|Estatística dos edifícios com elevador 48
Tabela 15|Análise quantitativa dos polos de equipamentos e serviços existentes 53
Tabela 16|Matriz SWOT. 61
Tabela 17|Critérios para delimitação de corredores verdes na ARU Malveira e Venda do Pinheiro 84
Tabela 18|Prazo de execução dos projetos de intervenção por triénio.....91
Tabela 19|Custo médio, sem IVA, por estado de conservação e tipo de intervenção. 92
Tabela 20|Estimativas de investimento, sem IVA, dos projetos de intervenção.....93
Tabela 21|Dados referentes ao Mafra Requalifica. 101

Peça desenhada n.º 1| Extrato do Ortofotomapa 2017 – Planta de Localização
Peça desenhada n.º 2| Extrato da Cartografia 2010 – Planta de Localização
Peça desenhada n.º 3| Extrato da planta de ordenamento – Classificação de Qualificação do Solo
Peça desenhada n.º 4| Extrato da planta de ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal
Peça desenhada n.º 5| Extrato da planta de ordenamento – Património Municipal
Peça desenhada n.º 6| Extrato da planta de ordenamento - Riscos
Peça desenhada n.º 7| Extrato da planta de condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública
Peça desenhada n.º 8| Unidades de Caraterização
Peça desenhada n.º 9| Estado de Conservação Geral do Edificado
Peça desenhada n.º 10| Estado de Utilização do Edificado
Peça desenhada n.º 11| Número de Pisos do Edificado (pisos acima da cota de soleira)
Peça desenhada n.º 12| Data de Construção do Edificado
Peça desenhada n.º 13| Análise Cromática do Edificado (simplificada)
Peça desenhada n.º 14| Espaço de Uso Público, Espaços Verdes e Património arbóreo
Peça desenhada n.º 15| Rede Viária e Mobilidade
Peça desenhada n.º 16| Vazios Urbanos
Peça desenhada n.º 17| Equipamentos e Serviços
Peça desenhada n.º 18| Rede de Abastecimento de Água
Peça desenhada n.º 19| Rede de Drenagem de Águas Residuais
Peça desenhada n.º 20| Rede de Distribuição de Gás
Peça desenhada n.º 21| Rede de Distribuição Elétrica
Peça desenhada n.º 22| Rede de Contentorização de Resíduos Sólidos Urbanos
Peça desenhada n.º 23| Modelo de Reabilitação – Estrutura Urbana e Mobilidade Estratégica
Peça desenhada n.º 24| Modelo de Reabilitação Urbana – Estrutura Verde
Peça desenhada n.º 25| Projetos Estruturantes
Peça desenhada n.º 26| Programa de Regeneração Urbana – Mafra Requalifica

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ARS-LVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

ARU – Área de Reabilitação Urbana

CMM – Câmara Municipal de Mafra

DL – Decreto-Lei

EMM – Estrutura Ecológica Municipal

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

JESSICA – *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*

MAL – Malveira

MVP – Malveira e Venda do Pinheiro

PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PNAEE – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

REN- Reserva Ecológica Nacional

RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

SWOT – Strenghts (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

VDP – Venda do Pinheiro

PREÂMBULO

O presente **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana** estabelece a visão, os eixos estratégicos, o modelo de reabilitação e os projetos estruturantes, a nível de reabilitação do edificado, da requalificação do espaço público e estabelece também a melhoria da mobilidade da **Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro**, adiante designada por ARU Malveira e Venda do Pinheiro permitindo a definição da **Operação de Reabilitação Urbana** assente num instrumento de programação de ação territorial. O programa estabelece, designadamente, estimativas globais de investimento, possíveis fontes de financiamento e benefícios fiscais resultantes da aprovação da delimitação da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 27 de setembro, publicada através do Aviso n.º 14304/2018, de 8 de outubro. O referido programa foi elaborado nos termos do **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana**, consagrado no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua atual redação.

De acordo com o previsto no art.º 33.º do referido regime jurídico, o presente documento foi estruturado da seguinte forma:

- **Introdução e Enquadramento** - Apresentação do quadro legal da reabilitação e da ARU Malveira e Venda do Pinheiro;
- **Caracterização e Diagnóstico** - Relativa à situação existente da ARU Malveira e Venda do Pinheiro face à ocupação urbana e edificado, espaço público e espaço verde, infraestruturas, rede viária e mobilidade, enquadramento do PDM e perspetivas de futuro;
- **Estratégia de Reabilitação Urbana** - Identificação da visão e eixos estratégicos do modelo de reabilitação e dos projetos de intervenção para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro;
- **Operação de Reabilitação Urbana da ARU Malveira e Venda do Pinheiro** – Indicação da respetiva modalidade, prazo de execução, estimativas de investimento, fontes de financiamento, apoios e incentivos à reabilitação, bem como o modelo de gestão e de execução com respetivos instrumentos de execução.

I. INTRODUÇÃO

A promoção da reabilitação urbana constitui um objetivo estratégico e um desígnio nacional assumidos na Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que republica o **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana**, adiante designado por **RJRU** estabelecendo, na atual política do ordenamento do território, uma aposta num paradigma de cidades com sistemas coerentes e bairros vividos.

Desta forma, a reabilitação urbana, associada também à requalificação e à regeneração, contribui para a promoção da melhoria da qualidade ambiental e paisagística do território urbano, através da recuperação dos tecidos urbanos, incluindo espaços públicos e espaços verdes, da proteção e valorização do património cultural, da modernização das infraestruturas e da integração funcional de equipamentos de utilização coletiva e de atividades económicas.

Neste contexto, deverá a reabilitação urbana ser integrada na política pública urbana, em que a autoridade pública local será o motor de todo o processo, através da implementação de ações de reabilitação e regeneração, bem como da mobilização dos atores locais, garantindo uma gestão concertada, com o apoio de uma equipa técnica interdisciplinar e com o envolvimento dos cidadãos.

Assim, o **RJRU**, publicado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, define que compete às Câmaras Municipais desenvolverem as estratégias de reabilitação assumindo-se estas "*como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.*" [1]

A Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que republicou o RJRU, define ainda no seu art.º 30.º, que a estratégia de reabilitação urbana deve apresentar opções compatíveis com as do desenvolvimento do Município, para um progresso coordenado do território

[1] Preâmbulo do D.L. 307/2009 de 23 de outubro, Diário da República, 1.ª série, n.º 206.

Municipal. Neste sentido, a compreensão do conceito de reabilitação urbana é crucial para promover uma estratégica coordenada e sustentável a longo prazo.

1 Conceitos de Reabilitação Urbana

As definições de **Área, Ação ou Intervenção de Reabilitação Urbana** têm sido objeto, ao longo dos anos, de diversos conceitos, mais ou menos complexos, que se encontram vertidos na abundante legislação urbanística em vigor. Considerando que a simples certificação de uma intervenção, como de reabilitação, pode significar a atribuição de um apoio ou benefício fiscal, compreende-se a necessidade de uma definição clara e rigorosa.

A concessão de benefícios fiscais e a redução de taxas municipais em obras de reabilitação têm, hoje em dia, um significado relevante. Porém, é importante que esses benefícios incidam em efetivas obras de reabilitação. Deste modo, o entendimento destes conceitos para efeitos do presente Programa Estratégico, conforme as alíneas b), i) e j) do artigo 2.º do **RJRU**, na sua atual redação, correspondem aos seguintes:

> **«Área de reabilitação urbana»** é a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana;
>
> **«Reabilitação de edifícios»** é a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às frações eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas;

«Reabilitação urbana» é a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.

2 Objetivos Gerais de Reabilitação Urbana

A aplicação dos conceitos referidos anteriormente, deve contribuir de forma articulada, para a prossecução dos seguintes **objetivos gerais,** conforme o artigo 3.º do **RJRU,** na sua atual redação:

a. Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;

b. Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;

c. Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados;

d. Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;

e. Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;

f. Modernizar as infraestruturas urbanas;

g. Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos;

h. Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica;

i. Assegurar a integração funcional e a diversidade económico e sociocultural nos tecidos urbanos existentes;

j. Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;

l. Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão territorial;

m. Assegurar a igualdade de oportunidade dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;

n. Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna;

o. Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;

p. Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação;

q. Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;

r. Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados.



Figura 1| Moinhos de Santa Maria
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)



Figura 2| Capela Nossa Senhora dos Remédios
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)



Figura 3| Feira da Malveira e Feira do Gado
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)

II. ENQUADRAMENTO E LOCALIZAÇÃO

1 ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

A **ARU Malveira e Venda do Pinheiro** apresenta uma área de 168.9 hectares, que se concentra de modo genérico na delimitação dos aglomerados urbanos densificados e consolidados. A delimitação desta ARU, conforme deliberação da Assembleia Municipal, publicada através do **Aviso n.º 14304/2018**, de 8 de outubro, pretende articular o crescimento urbano do conjunto dos dois aglomerados. Considerando o seu rápido crescimento nas últimas décadas, surge atualmente a necessidade de avaliação das características e capacidades urbanas daquelas localidades, e a consequente definição das necessidades de ação que promovam o seu desenvolvimento no panorama do concelho.

Esta delimitação mais abrangente da **ARU Malveira e Venda do Pinheiro** tem como propósito fundamental a **revitalização da malha urbana dos aglomerados numa zona economicamente mais atrativa, tirando partido dos elementos naturais e culturais,** fatores importantes nas vivências dos núcleos urbanos, e pela necessidade de incrementar competitividade e atratividade. Nesta ARU existem elementos dignos de destaque pelo papel polarizador que desempenham na dinâmica diária destes núcleos urbanos e apresentam ótimas caraterísticas para incrementar a competitividade e a atratividade, tais como:

- de **valor patrimonial**, o Forte e os Moinhos de Santa Maria, ambos localizados na Malveira, constituem dois polos de elevado interesse de dinamização.
- de **valor religioso e social** cumpre fazer referência à Capela de Nossa Senhora dos Remédios.
- de **valor económico e social**, o largo Feira da Malveira e o largo da Feira do Gado. Estes elementos promovem dinâmicas primordiais na vida daquela localidade, com uma importante componente estratégica na vitalidade e desenvolvimento da região, na produção agrícola e animal, e com conotação de centralidades urbanas, albergando os demais utilizadores das feiras por períodos alargados de tempo.
- de **valor ecológico**, através da ribeira do Casal Novo que constitui a cabeceira da bacia hidrográfica do rio Lizandro.



Figura 4| Extrato da Cartografia ARU Malveira e Venda do Pinheiro
FONTE| CMM



Figura 5| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro
FONTE| CMM



Figura 6| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro
FONTE| CMM

Em sequência desta delimitação, a **Operação de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, ORU da Malveira e Venda do Pinheiro**, incide, sobretudo, sobre a revitalização dos centros dos aglomerados urbanos, através da qualificação do seu espaço público e ambiente urbano, da valorização do património como fator de identidade, diferenciação e competitividade regional e nacional, da promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer e da reabilitação, regeneração física e reconversão do tecido urbano e a requalificação da ribeira do Casal Novo, através da valorização da Estrutura Ecológica.

Neste sentido a construção do **Parque Ecológico da Venda do Pinheiro** localizado numa zona de transição entre a União de freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça e a União das freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, a Venda do Valador encontra-se envolvida nos aglomerados urbanos consolidados da Malveira e Venda do Pinheiro, cujas densidades populacionais são consideravelmente elevadas. A construção do Parque Urbano prende-se com a necessidade de atribuir àquelas localidades um espaço verde amplo de descompressão, para desenvolvimento de atividades de recreio e lazer, que quebra a massa edificada continua e incrementa a qualidade de vida nas localidades adjacentes – quer do ponto de vista ambiental como da melhoria da paisagem urbana.

Como objetivos fundamentais do projeto destacam-se os seguintes:

a) Preservar o equilíbrio ecológico da Ribeira do Casal Novo e zona adjacente às suas margens, e promover a sensibilização das populações para a sua proteção e preservação;

b) Valorizar a componente ambiental e ecológica caraterística dos espaços verdes urbanos e promover a centralidade de área do Parque relativamente ao perímetro urbano em que ele se insere;

c) Promoção da definição da Estrutura Ecológica daquelas localidades, e a sua relação com o Concelho, constituindo o Parque como uma infraestrutura verde de valor paisagístico.

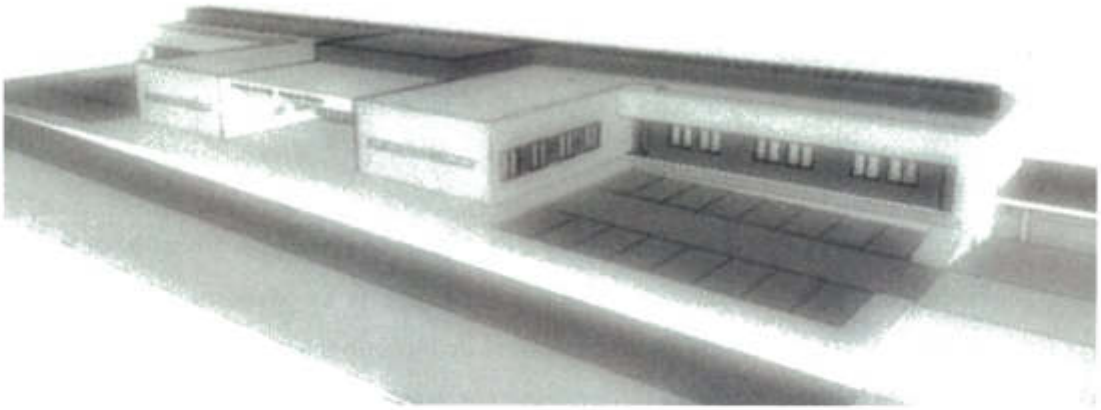


Figura 7| Unidade de saúde de Mafra Leste – Fase de proposta
FONTE| CMM



Figura 8| Unidade de Saúde de Mafra Leste
FONTE| CMM



Figura 9| Escala Básica Professor Armando de Lucena na Malveira FONTE| CMM



Figura 10| Escala Básica 2º e 3º ciclo da Venda do Pinheiro
FONTE| CMM

No seguimento da lógica de promover um espaço urbano com qualidade surge a construção do **Parque Intermodal da Venda do Pinheiro** que tem como objetivo especifico o reordenamento da circulação viária e do estacionamento na zona central deste núcleo. A existência de inúmeros movimentos pendulares diários, entre a Venda do Pinheiro e Lisboa, efetuados em carreiras de Transporte Público, provoca um excessivo estacionamento nas zonas envolventes às paragens de transportes públicos, de ligação direta à autoestrada – A8. Com a construção desta bolsa de estacionamento, podemos garantir a reorganização de 12000 veículos, o que resulta numa diminuição considerável da libertação de CO2 ao longo da Avenida 9 de Julho.

A **Unidade de Saúde de Mafra Leste na Malveira** (figura 7 e 8), com cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) e o Município de Mafra. O edifício é constituído por um módulo polivalente que acautela os cuidados continuados de saúde, bem como a prestação de cuidados médicos no âmbito da psicologia, inaloterapia, podologia e ainda na assistência social, e simultaneamente um módulo de fisioterapia que permite manter os serviços de saúde que já ali tinham lugar. Vem, desta forma, dar resposta ás populações de várias freguesias, fundamentalmente para garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde primária.

A **Escola Básica Professor Armando de Lucena na Malveira** (figura 9), foi objeto de uma obra de dimensão assinalável, que constitui na criação de mais oito salas de aula, na reabilitação total dos diferentes espaços, nomeadamente na mudança de cobertura em todos os pavilhões, na substituição de caixilharias e envidraçadas, na correção da funcionalidade das salas e ampliação dos pavilhões, para além da passagem da parte administrativa, secretaria e direção escolar, assim como a biblioteca e sala de informática, para as instalações da Casa da Cultura da Malveira, confinante com o complexo escolar.

A **Escola Básica 2º e 3º ciclo da Venda do Pinheiro** (figura 10), foi alvo de uma intervenção considerável de reabilitação zona da cozinha e espaços complementares, substituição dos vãos exteriores (janelas), substituição de alguns pavimentos em avançado estado de degradação e ampliação sobre a sala de convívio de alunos existente criando assim uma biblioteca com condições de acessibilidade, sobretudo para as pessoas com mobilidade condicionada.

2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Os lugares são referências na paisagem, em constante atualização num contexto de memórias coletivas. São estes lugares que sustentam a identidade coletiva, fomentando uma certa afetividade em relação a um espaço e a uma história partilhada. A identidade do lugar é determinada pela lembrança de imagens, sentimentos, valores e atitudes que fazem parte da interação do Homem com os lugares.

2.1 MALVEIRA

Compreender o lugar como veículo para a compreensão do passado é uma das principais premissas de geógrafos, antropólogos, sociólogos e arquitetos. A Malveira é, portanto, um lugar repleto de identidade, com uma carga histórica insígnia. Tornou-se num lugar fulcral na história do concelho pela sua localização junto à capital, pela sua cultura popular, e desta forma, pelo comércio implícito à comunicação entre povos através da linha de caminho-de-ferro.

As primeiras vivências neste lugar remontam a tempos idos de conquistas e vitórias, com um ambiente ideal para a formação de uma comunidade, crê-se ter sido povoada por romanos – povoação ou simples lugar de passagem, onde um caminho vicinal a ligaria a outras povoações romanas como Lexim e Mafra.

Estava-se em 1363, em pleno reinado de D. Pedro I que governou entre 1357 e 1367, quando o Prior de Santa Maria de Cheleiros, Vicente Annes Fróis, fez referência ao Casal da Malveira. Este lugar viveu a história de amor de Dom Pedro I e Inês de Castro, foi testemunha da magnitude de D. João V, vivenciou a fugaz presença de D. Maria I e por ela passaram as duras invasões Francesas.
Já no reinado de D. João V – 1706 a 1750 – foi construída a importante ligação entre o lugar da Malveira e a Porta Vermelha da Tapada de Mafra, o que terá contribuído para o desenvolvimento deste aglomerado.

Em 1782, a rainha D. Maria I –1777 a 1816 – concebeu o foral que permitia o desenvolvimento da feira no dia 26 de março de cada ano, consentia ainda a presença do mercado a todas as quinta-feira, no sitio chamado Campo da Feira.

Em 1808, José Maria das Neves Costa redigiu um documento direcionado ao Conde da Feira, onde ressalvava a importância do lugar para a defesa de Lisboa:

> *"(...) n'aquele terreno existiam posições, que os nossos antepassados não tinham sabido avaliar, e que permitiam grandes vantagens defensivas a um pequeno número de tropas contra forças muito superiores. (...) no mês de fevereiro de 1809, tive a sorte de concluir o trabalho do reconhecimento que havia proposto e ocupei-me na redação e configuração da carta topográfica militar que desejava, a qual entreguei ao secretário da guerra em ofício datado de 4 de março de 1809. Constou-me que ele fora depois mostrado pelo dito secretario a Lord Wellington, ou a algum dos principais oficiais do seu estado-maior, antes de marchar contra o inimigo que se encontrava na cidade do Porto."*

O tenente coronel Inglês *W. F. P. Napier* afirmou a importâncias das "montanhas da Malveira":

> *"As montanhas, que cobrem a lingua de terra em que Lisboa está edificado, deram hipótese de resolver o problema do defesa da cidade, Lord Wellington possuia as plantas executadas em 1799 pela direção de Carlos Stuart"* (Silva, século XVIII)

Foi *Lord Wellington* que concebeu o projeto de transformar estas vastas montanhas numa imensa e inexpugnável cidadela, na qual se devia encerrar a defesa de toda a península. A construção destas celebres linhas foi, pode-se dizer, com tanto segredo e tal rapidez, que o marechal do exercito francês *Massena*, na terceira invasão encontrou-se subitamente diante de uma indestrutível defesa, e depois de alguns combates em 1810 reconheceu a impossibilidade de as vencer.

Conhecida como Terra de agricultores e produtores de gado, a Malveira era a "capital" da região saloia, sendo que a principal fonte de rendimento dos seus habitantes era a produção e o comércio de produtos agrícolas e de gado, garantindo alimentação da população lisboeta.

A História Local está associada inevitavelmente à História Social, desta forma apraz mencionar as origens populares da família Canas, o destaque social desta família advém fundamentalmente do considerável património imobiliário de Vicente Franco Canas, sendo marchante na célebre feira da Malveira, onde está implantada "a **casa Canas**", classificada como imóvel de Interesse Patrimonial – MAL. 038 (código de inventário municipal).



Figura 11| Vestígios do Forte de Santa Maria
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)



Figura 12| Parque Ecológico da Venda do Pinheiro
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)



Figura 13| Moinhos de Santa Maria
FONTE| (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019)

Os **vestígios do Forte de Santa Maria,** obra nº 65 e o **Forte da Feira** (figura 11), obra nº 66 classificados como Monumentos Nacionais conforme Decreto Lei nº 10/2019 de 27 de março, representam um atrativo histórico e cultural de elevada importância na questão da atratividade da zona. Integrado na 2ª linha das Linhas de Torres Vedras, este imóvel é parte integrante do património histórico do concelho de Mafra.

A **Capela de Nossa Senhora dos Remédios** (figura 12), elemento classificado como **imóvel de interesse patrimonial** – MAL.019 – a sua construção teve altura numa fase de elevado fervor religioso decorrido em inícios do séc. XVIII.

Os Moinhos de Santa Maria (figura 13), embora localizados fora dos limites da ARU, constituem também um elemento que poderá desempenhar um papel importante na reabilitação urbana da Malveira. O **Moinho da Serra de Santa Maria**, inscrito como imóvel de interesse patrimonial – MAL. 005, o **Moinho Zé Ângelo** – MAL. 006, **Moinho do Rodrigues** – MAL. 007, **Moinho do António Ângelo** – MAL. 008, **Moinho do João Violas** – MAL. 009, **Moinho do José Veríssimo** – MAL. 010 e **Moinho do Diabalma** – MAL. 011.

Também o **chafariz do Largo da Feira** inscrito como Imóvel de Interesse Patrimonial – MAL. 038 (código atribuído a este imóvel no âmbito da revisão do plano diretor municipal) por **arquitetura civil**, valorizando a centralidade do Largo na Matriz urbana em que se insere, por forma a promover a sua dinamização e utilização pelos utilizadores do espaço.

Outro elemento fundamental na valorização e desenvolvimento deste aglomerado é a **Estação de caminhos-de-ferro da Malveira**, inscrito como imóvel de interesse patrimonial – MAL. 037 (código atribuído a este imóvel no âmbito da revisão do plano diretor municipal). As primeiras notícias sobre a construção da Linha do Oeste datam de 1880, que entrou em funcionamento por volta de 1920 e foi considerada, durante um longo período, o principal elo de ligação da Estremadura. Pelo seu valor arquitetónico e artístico chegou a ser distinguido com o 2º prémio no concurso nacional das "Estações floridas" em 1962.

Sobre a Malveira, cumpre ainda acrescentar a indústria das **"Trouxas da Malveira"** como elemento fulcral na caraterização deste aglomerado. Esta receita conventual, do convento de Odivelas, foi trazida para a Malveira pela fundadora da "fábrica das trouxas" que a produziu desde 1906. Esta designação – trouxas – surgiu em 1952, inspirada na figura das lavadeiras saloias que se deslocavam com as trouxas de roupa à cabeça. Esta é uma prestigiada iguaria doce da região, com larga aceitação da população, considerado um testemunho etnográfico da cultura local.

Do ponto de vista do património arbóreo é de ressalvar a **Mata Paroquial**, é como um espaço verde com expressão na malha urbana que assume o caráter de parque verde urbano, e que tira partido de um sistema pedonal de circulação que interliga diversas áreas de estadia.

Com cerca de 6500 habitantes a Malveira é considerada uma zona em expansão e com tendência para o crescimento populacional. Pensar o espaço, implica pensar a delimitação espacial, a facilidade de acessos à capital fomenta o crescimento populacional.

2.2 VENDA DO PINHEIRO

A Venda do Pinheiro é um lugar que se encontra inserido na confluência de diversas vias de comunicação – autoestradas, estradas nacionais, estradas e caminhos municipais – acessos estes que fazem a ligação da capital com o noroeste do país.

A origem da povoação de Venda do Pinheiro é incerta e difícil de estabelecer, ainda que existam construções datadas do século XVII, como a Quinta de Santo António e um painel de azulejos datado de 1775, a formação do povoado não é precisa, no entanto, encontram-se relatos sobre o "caminho real" entre Montachique e Venda do Pinheiro no tempo do reinado de D. João V (1706-1750). (Nunes, 2015)

A atual União de freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés é a "porta de entrada" do concelho de Mafra, pois os limites urbanos da localidade – a sul – confinam com a periferia do concelho de Loures.
A Venda do Pinheiro por estar inserida numa encruzilhada de caminhos foi "mudando" de freguesia e de concelhos, é possível constatar-se através de registos datados do ano de 1620 que este lugar esteve integrado no Termo de Lisboa. Posteriormente em 1852, com a reorganização administrativa que ocorreu em Lisboa, certifica-se que foram criados dois concelhos – Belém e Olivais – este último abrangia parte de Lisboa e todas as terras a oeste e noroeste da capital, onde se insere a Venda do Pinheiro. (Nunes, 2015)

Até 1855, a localidade da Venda do Pinheiro terá pertencido, em parte, à freguesia de Alcainça – concelho de Mafra, bem como à freguesia do Milharado – concelho da Enxara do Cavaleiros. Com a reorganização administrativa de 24 de outubro de 1855 a freguesia do Milharado, Santo Estevão das Galés foram integradas no concelho de Mafra e o concelho de Enxara dos Cavaleiros foi extinto e incorporado no concelho de Mafra. Está comprovado que a Venda do Pinheiro só passou a integrar definitivamente a freguesia do Milharado em 1855, situação que se manteve até à reorganização administrativa de 1985, quando foi criada a freguesia de Venda do Pinheiro.



Figura 14| Quinta de Santo António
FONTE| (Nunes, 2015)



Figura 15| Casa do Galo; Casa Olival e Cruzeiro do Largo de Santo António
FONTE| (Nunes, 2015)

Relativamente à Arquitetura Civil, equipamentos e mobiliário urbano, o lugar da Venda do Pinheiro por ser uma povoação de origem moderna não possui edifícios notáveis em termos históricos. Destaca-se a **Quinta de Santo António** (figura 14), propriedade da família Canas, complementada por um pátio ajardinado e por uma capela com traços evidentes de arquitetura religiosa. (Nunes, 2015)

A **Casa do Galo** (figura 15) situada no centro do núcleo urbano é uma construção que remonta ao ano de 1942, projeto do arquiteto Manuel Norte Júnior, encontrando-se em bom estado de conservação e habitada pela família que a mandou edificar.

O **Casal dos Ninhos** é um conjunto de 6 moradias situadas numa área residencial, com 1 ou 2 pisos e de caraterísticas semelhantes, com logradouros e jardins, muito apreciadas como estadia de férias pelos lisboetas. A proximidade e os fáceis acessos à capital é, até aos dias de hoje, a maior qualidade do lugar da Venda do Pinheiro.
A **Casa do Olival** (figura 15) é uma moradia construída em 1940 projetada pelo arquiteto Raúl Lino.

O **Chafariz das Alminhas**, ou **Chafariz do Espaldar**, do século XVIII, localizado junto à estrada nacional, contém ilustrações alusivas à religiosidade. (Nunes, 2015)

> *"No frontispício em forma de triângulo ostentava a legenda "MOSTRANOS SNOR ATVA FACE", que significa "Mostra-nos Senhor a tua face", pedido orações com as iniciais "P.N.A.M.", "Padre Nosso, Ave Maria". Por baixo do frontispício estava esculpida uma pequena cruz."* (Nunes, 2015)

O Painel de azulejo próximo do Largo de Santo António, que representa Santo António datado de 1775, encontra-se em bom estado de conservação.
No que diz respeito à arquitetura religiosa a Venda do Pinheiro apresenta 3 elementos arquitetónicos relevantes: a Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, anexa à Quinta de Santo António, do século XVII revestida com painéis de azulejo do século XVII, esculturas em pedra e em madeira policromada com elevado interesse arquitetónico. A Igreja-Matriz datada de 1995 e o cruzeiro implantado no Largo de Santo António, elemento fulcral ao longo dos anos na vida social da povoação, pois era junto a este cruzeiro que se realizavam os bailes e romarias. (Nunes, 2015)



Figura 16| Implantação dos fortes

FONTE| (Freguesia da Malveira , 2019)

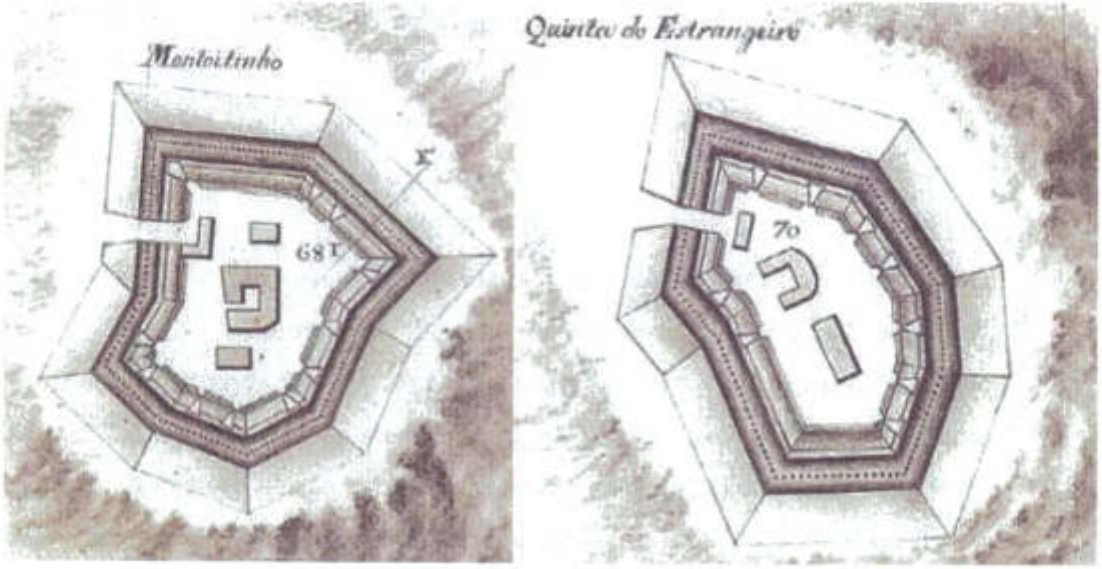


Figura 17| Forte Matoutinho (reduto nº 68); Forte da Quinta do Estrangeiro (reduto nº 70)

FONTE| (Freguesia da Malveira , 2019)

Assim como a Malveira, a Venda do Pinheiro também foi assinalada como um lugar fundamental para a defesa das invasões francesas.

> *"A Venda do Pinheiro tinha uma orografia com especial interesse para serem implantados redutos de vigia e defesa. Na verdade, em seu redor, os colinos mais altas eram estratégicos para implantar fortes de defesa pertencentes à 2ª linha da defesa de Lisboa, com objetivo de impedir a invasão do exercito francês comandado pelo Marechal Massena"* (Nunes, 2015)

A defesa deste lugar foi, portanto, assegurada por quatro redutos com muralhas: O reduto nº 68 estava implantado no **Matoutinho** (figura 17) a 357 metros de altitude, o **forte da Quinta do Estrangeiro** – reduto nº 70 (figura 17); o **forte da Portela** – reduto nº 71, e o **forte da Coutada** – reduto nº 73.

3 ENQUADRAMENTO DO PDM EM VIGOR

O Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM), revisto, foi aprovado ao abrigo do anterior regime jurídico, por deliberação da Assembleia Municipal a 30 de abril de 2015 e tornado público no Diário da República, 2.ª Série, através do Aviso n.º 6614/2015 de 15 de junho, tendo entrado em vigor aquando da publicação da Portaria n.º 292/2015 de 18 de setembro, que aprovou a delimitação da REN.

Após a sua entrada em vigor e através de procedimentos de dinâmica, previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), foi possível atualizar o plano face à entrada em vigor de leis ou regulamentos; à necessidade de compatibilização com outros programas ou planos; ou de acordo com a evolução de condições económicas-sociais, ambientais ou culturais. Neste contexto, o PDM já foi objeto de três atualizações, publicadas no Diário da República 2.ª Série: Declaração n.º 74/2017 de 18 de setembro; Declaração n.º 20/2018 de 28 de maio; Declaração n.º 26/2018 de 12 de junho.

Neste momento, ao abrigo do RJIGT, aprovado pelo Dec. Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, e de modo a dar cumprimento ao artigo 81.º da Lei de bases gerais de política pública de solos do ordenamento do território e do urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), está a decorrer a quarta atualização do plano.

O PDM é constituído pela Planta de Ordenamento, composta pelas seguintes cartas: classificação e qualificação do solo, estrutura ecológica municipal; distribuição de habitats e espécies, riscos, zonamento acústico, património municipal, espaços canais e outras infraestruturas, unidades operativas de planeamento e gestão; e pela Planta de condicionantes, composta pelas seguintes cartas: servidões administrativas e restrições de utilidade pública, reserva ecológica nacional, e, reserva agrícola nacional.

O artigo 10º do PDM traduz a **Classificação do solo** como a opção de planeamento territorial que determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental em **solo rural** e **solo urbano**. No artigo 11º, número 2, pode ler-se as categorias de solo rural, identificadas na planta de ordenamento – carta de classificação e qualificação do solo:

a) Espaços agrícolas;
b) Espaços agroflorestais;
c) Espaços florestais;
d) Espaços naturais;
e) Espaços de recursos geológicos;
f) Espaços afetos a atividades industriais;
g) Espaços destinados a equipamentos e outras estruturas;
h) Aglomerados rurais;
i) Áreas de edificação dispersa;

A qualificação do Solo Urbano processa-se através da respetiva integração em **categorias operativas e funcionais**. As **categorias operativas** são relativas ao grau de urbanização do solo e de consolidação do tecido urbano, definindo a programação da urbanização e da edificação, sendo divididas em:

i) Solo urbanizado;
ii) Solo urbanizável;

Relativamente às **categorias funcionais** do solo urbanizado são estabelecidas com base na utilização dominante do acordo com a afetação funcional:

i) Espaços residenciais:
   1. Áreas consolidadas;
   2. Áreas consolidadas de valor patrimonial;
   3. Áreas a estruturar
   4. Áreas edificadas em faixa de risco na orla costeira
ii) Espaços de atividades económicas:
   1. Áreas consolidadas;
   2. Áreas a estruturar;
iii) Espaços verdes;
iv) Espaços de uso especial
   1. Áreas de equipamentos e outras estruturas;
   2. Áreas de infraestruturas;

Procedendo à confrontação do PDM com a Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, relativamente à classificação e qualificação do solo, podemos concluir o seguinte: as áreas consolidadas predominam correspondendo a 72% da área toral da ARU.

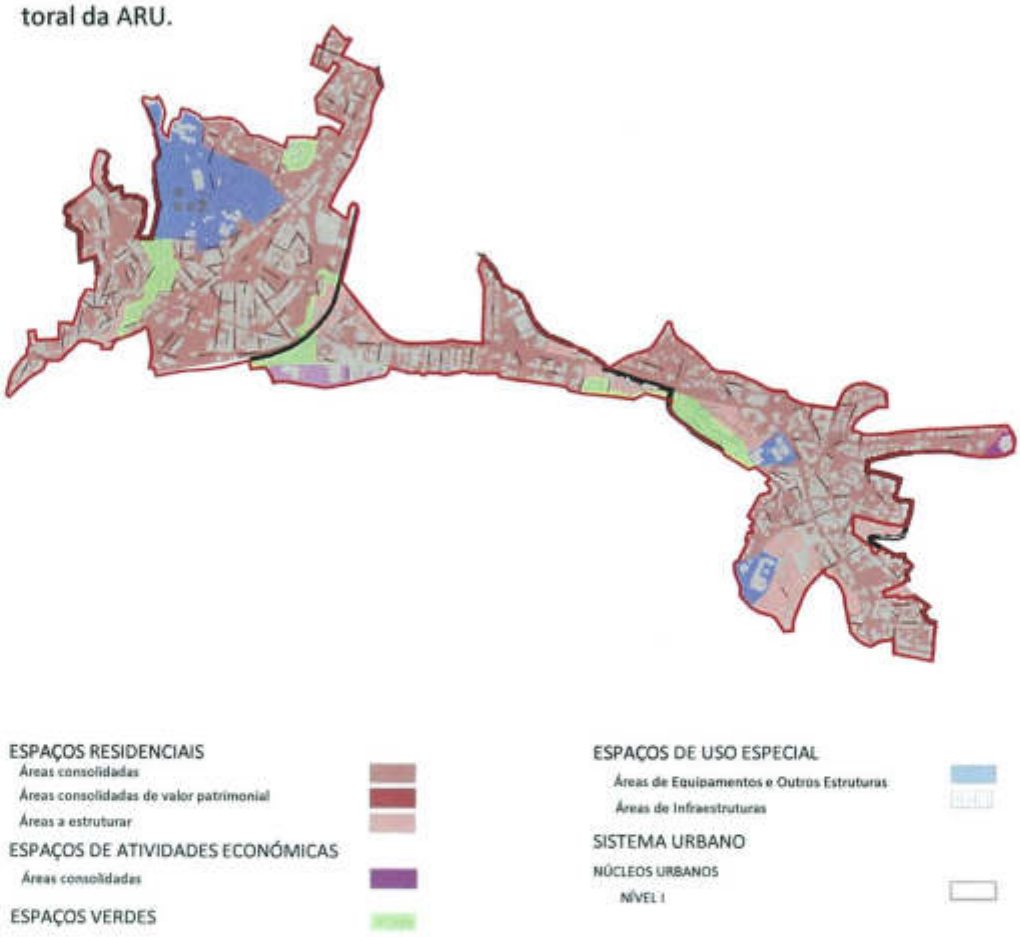


Figura 18| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de classificação e Qualificação do Solo – Peça desenha nº 03

E. ATIVIDADES ECONÓMICAS - ÁREAS A ESTRUTURAR	28 764, 91 m²	2,88 ha
E. ATIVIDADES ECONÓMICAS - ÁREAS CONSOLIDADAS	7002,79 m²	0,70 ha
E. RESIDENCIAIS - ÁREAS A ESTRUTURAR	142 649,96 m²	14,26 ha
E. RESIDENCIAIS - ÁREAS CONSOLIDADAS	1 216 637,45 m²	121,66 ha
E. USO ESPECIAL - ÁREAS DE EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS	169 247,94 m²	16,92 ha
E. VERDES	108 417,53 m²	10,84 ha

Tabela 1| Estatísticas de Classificação e Qualificação do Solo

Segundo o artigo 62.º do Regulamento do PDM a **Estrutura Ecológica Municipal** (EMM) é constituída pelo conjunto das áreas que têm como função principal contribuir para o equilíbrio ecológico, proporcionando a proteção, a conservação e a valorização ambiental e paisagística do solo rural e urbano, dividindo-se em Áreas de proteção e Áreas de valorização especifica.

Procedendo à confrontação do PDM com a Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro, podemos concluir que a EEM representa apenas 0,0024 ha do território da ARU.

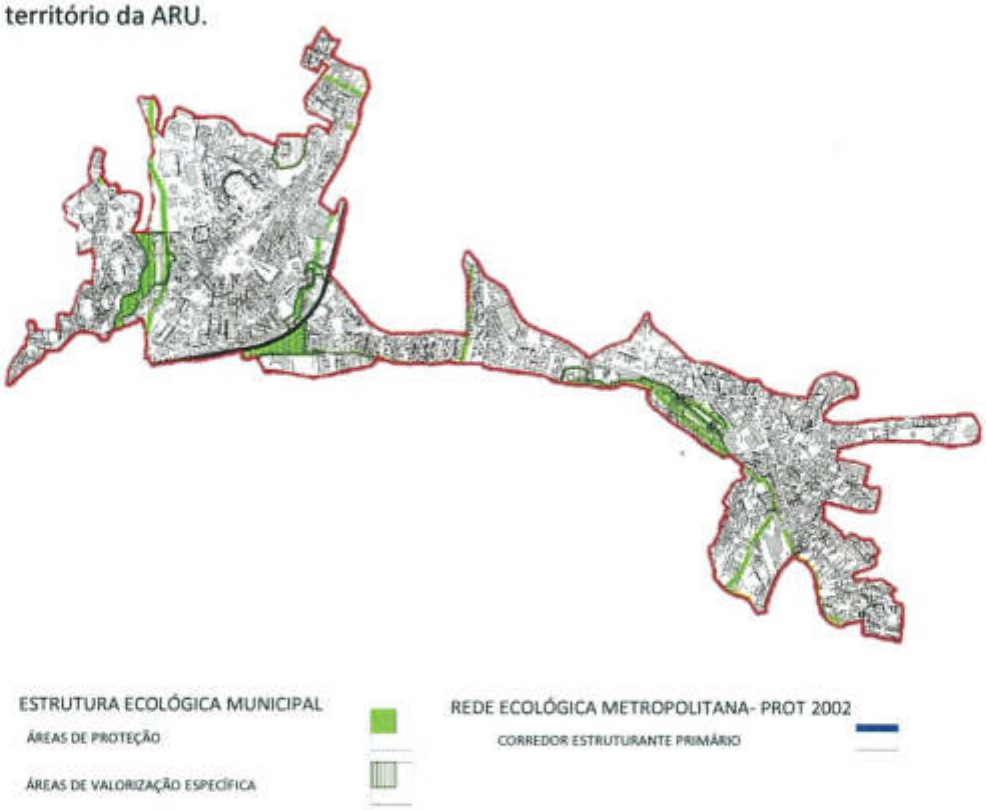


Figura 19| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de Estrutura Ecológica Municipal – Peça desenha nº 04

ÁREAS DE PROTEÇÃO	12, 77m²	0,0013 ha
ÁREAS DE VALORIZAÇÃO ESPECÍFICA	10, 84m²	0,0011 ha

Tabela 2| Estatísticas de Estrutura Ecológica Municipal

As **Zonas de Risco**, conforme definidas no artigo 69.º do PDM, correspondem a determinadas caraterísticas do território ou a fatores a que está sujeito que, para além das condicionantes legais em presença, o que implica regulamentação adicional que condiciona as utilizações e ocupações dominantes estabelecidas para cada categoria de espaço. As zonas de risco delimitadas na planta de ordenamento são:

a) Risco sísmico;
b) Risco de ameaça de cheia;
c) Risco de instabilidade de vertentes;
d) Risco de erosão do litoral;
e) Risco de incêndios;
f) Risco tecnológico;

Procedendo à confrontação do PDM com a Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro podemos concluir que as zonas de risco de instabilidade de vertentes, por estarem associadas às áreas de vale, são mais representativas.



Figura 20| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta de Riscos – Peça desenha nº 05

RISCO DE INCÊNDIO ELEVADO	9710,94 m²	0,97 ha
RISCO DE INCÊNDIO MUITO ELEVADO	6638,46 m²	0,66 ha
RISCO SISMICO	1689 000,000 m²	168,90 ha
Risco de Instabilidade de vertentes	106 704,78 m²	10,67 ha
ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS	32 411,59 m²	3,24 ha

Tabela 3| Estatística da zona de riscos

Relativamente às **Zonas de Património Histórico-Cultural e Paisagístico**, pode ler-se no artigo 76.º do Regulamento do PDM, que estas são constituídas por elementos de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico, artístico ou paisagístico, que pelas suas caraterísticas, se assumem como valores a proteger.

Na Área de Reabilitação Urbana da Malveira e Venda do Pinheiro destacam-se os seguintes imóveis de interesse patrimonial:

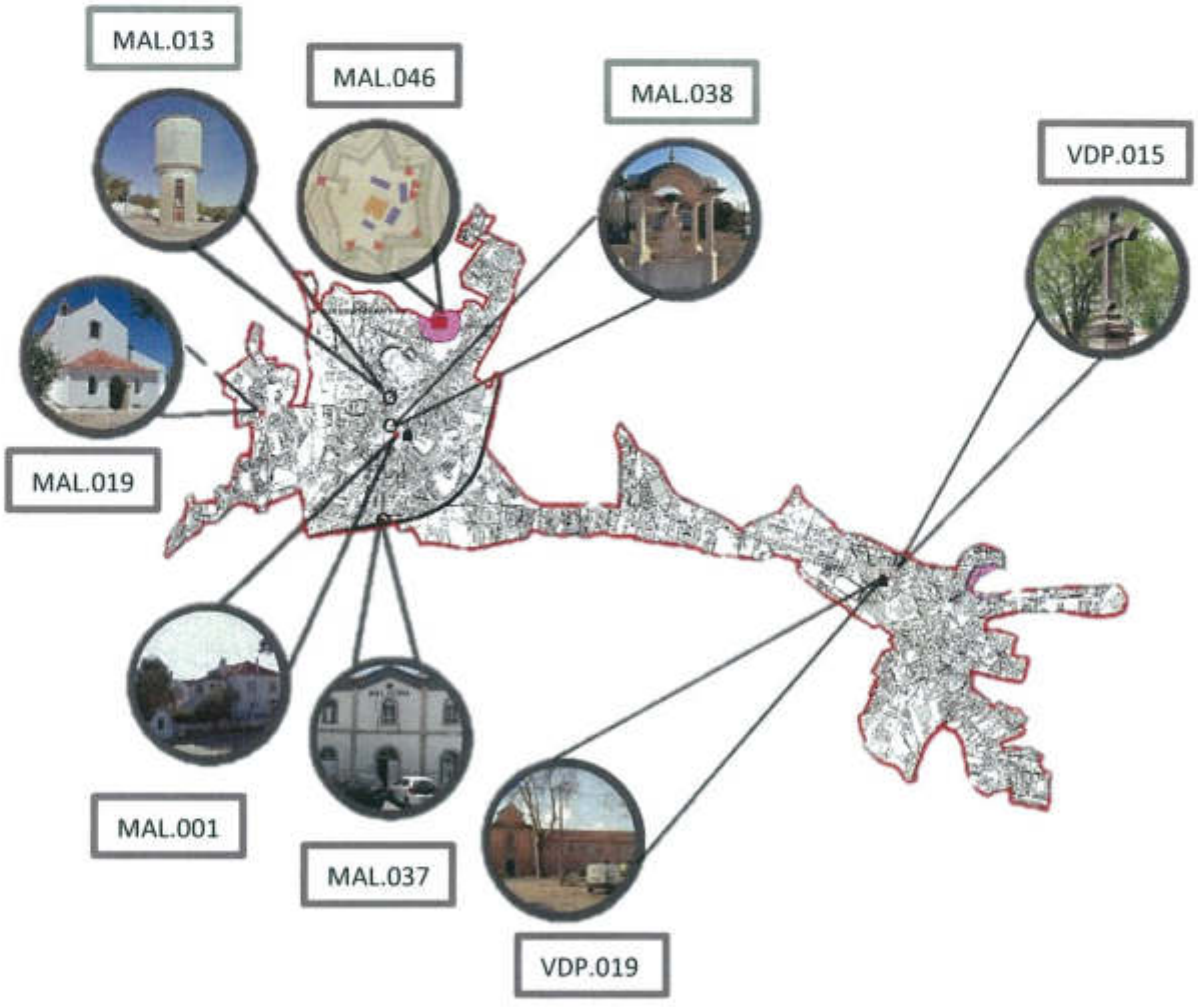


Figura 21| Extrato da Planta de Ordenamento – Carta do Património Municipal– Peça desenha nº 06

Quinta de Santo António - VDP.019 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil;

Estação de Caminho de Ferro da Malveira - MAL.037 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil;

Quinta de Santo António – Casa Canas - MAL.001 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil;

Chafariz do Largo da Feira - MAL.038 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil;

Fontanário - MAL.013 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Civil;

Cruzeiro do Largo de Santo António - VDP 015 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Religiosa e Industrial;

Capela Nossa Senhora dos Remédios e Cruzeiro - MAL.019 - Outros Imóveis de Interesse Patrimonial, por Arquitetura Religiosa e Industrial;

Forte da Malveira - MAL.046 - Em Vias de Classificação.

III. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Pretende-se desenvolver uma caracterização e diagnóstico da área de intervenção, relativa à **ARU Malveira e Venda do Pinheiro**, de modo a avaliar a sua situação atual, do ponto de vista do edificado, espaço público, espaço verde, infraestruturas, equipamentos e/ou serviços e rede viária, bem como da génese dos locais. Assim, procurou-se apreender as origens dos aglomerados, como se chegou à sua urbanidade atual e potenciar as suas perspetivas de futuro, face às políticas de reabilitação urbana.

1 Ocupação Urbana e Edificado

De modo a proceder-se à caracterização e diagnóstico da situação atual da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, foi constituída uma equipa de trabalho que realizou diversas deslocações ao local para levantamento de campo e posterior cruzamento com os dados provenientes dos Censos de 2011.

De modo a conseguirmos ter uma perceção mais próxima da realidade relativamente a cada um dos edifícios, foram elaboradas **fichas de caracterização do edificado** que, de uma forma sucinta, identificam as características principais de cada edifício. Com os referidos levantamentos conseguiu-se atribuir os **níveis de conservação**, o **número de pisos**, os **tipos de utilização**, entre outras características que se considerou serem relevantes identificar para uma melhor análise do edificado existente na ARU da Malveira e Venda do Pinheiro.

Relativamente ao nível de conservação apurado em cada edifício, este foi efetuado por observação pelo exterior, pelo que, para efeitos da atribuição do nível do estado de conservação, determinado no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, será necessário efetuar uma vistoria pela comissão de técnicos definida para o efeito.
No seguimento das referidas fichas será produzido um *site* a partir do **Portal GeoMafra – Requalificação Urbana**, que permitirá aceder a toda a informação georreferenciada da ARU, constituindo uma plataforma colaborativa com os particulares/ proprietários dos edifícios/ imóveis. Aqui os particulares poderão aceder à ficha de caracterização do seu imóvel, descarregar e sugerir alterações/ correções, via correio eletrónico.
A área de intervenção da ARU carateriza-se como um espaço urbano denso, constituído por 1351 edificações, 3596 alojamentos e 5395 habitantes e 73 vazios urbanos, segundo os Censos 2011 e o levantamento de campo efetuado.

O edificado, de modo geral, é não só um elemento estruturante da paisagem urbana como também assume um caráter de organização do território. Como tal, a edificação e o modo de utilização são fundamentais não só do ponto de vista da funcionalidade como para quem percorre o espaço público.

O **tipo de utilização dos edifícios** na área de intervenção varia entre:

- → Armazém e/ou Anexos;
- → Comércio;
- → Comércio e Serviços;
- → Equipamentos;
- → Garagem;
- → Habitação;
- → Habitação, Comércio e Armazém;
- → Habitação, Comércio Serviço e Indústria;
- → Indústria e ou Armazém;
- → Serviços

TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

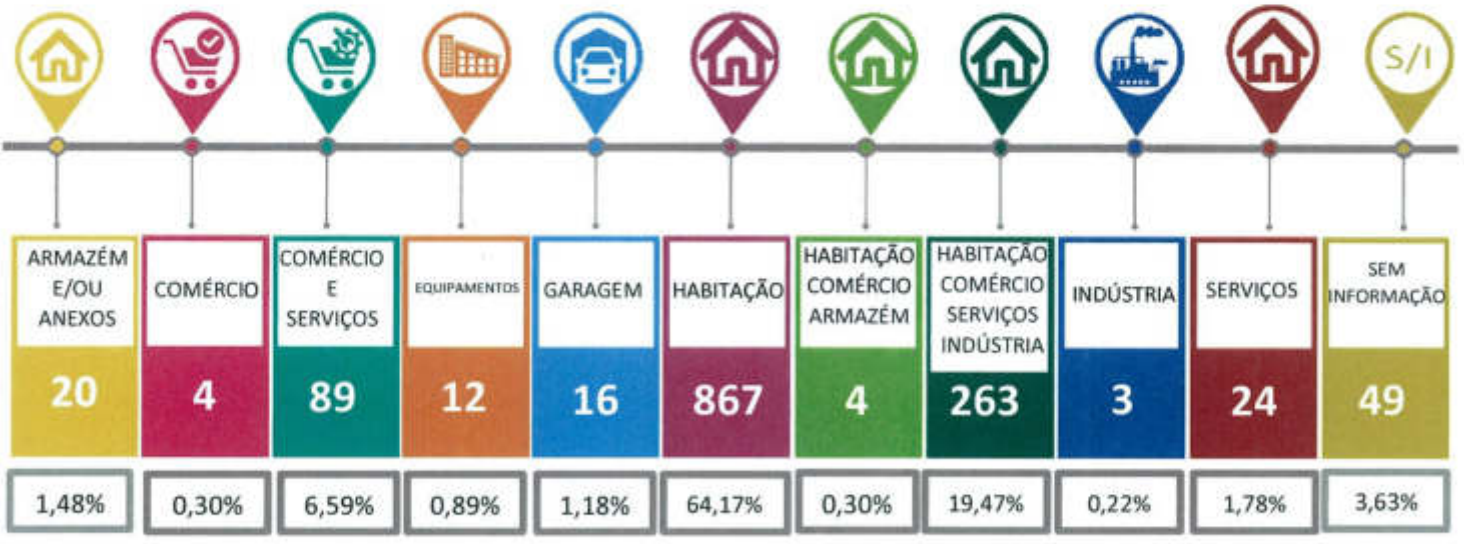


Tabela 4| Estatística da utilização dos Edifícios.

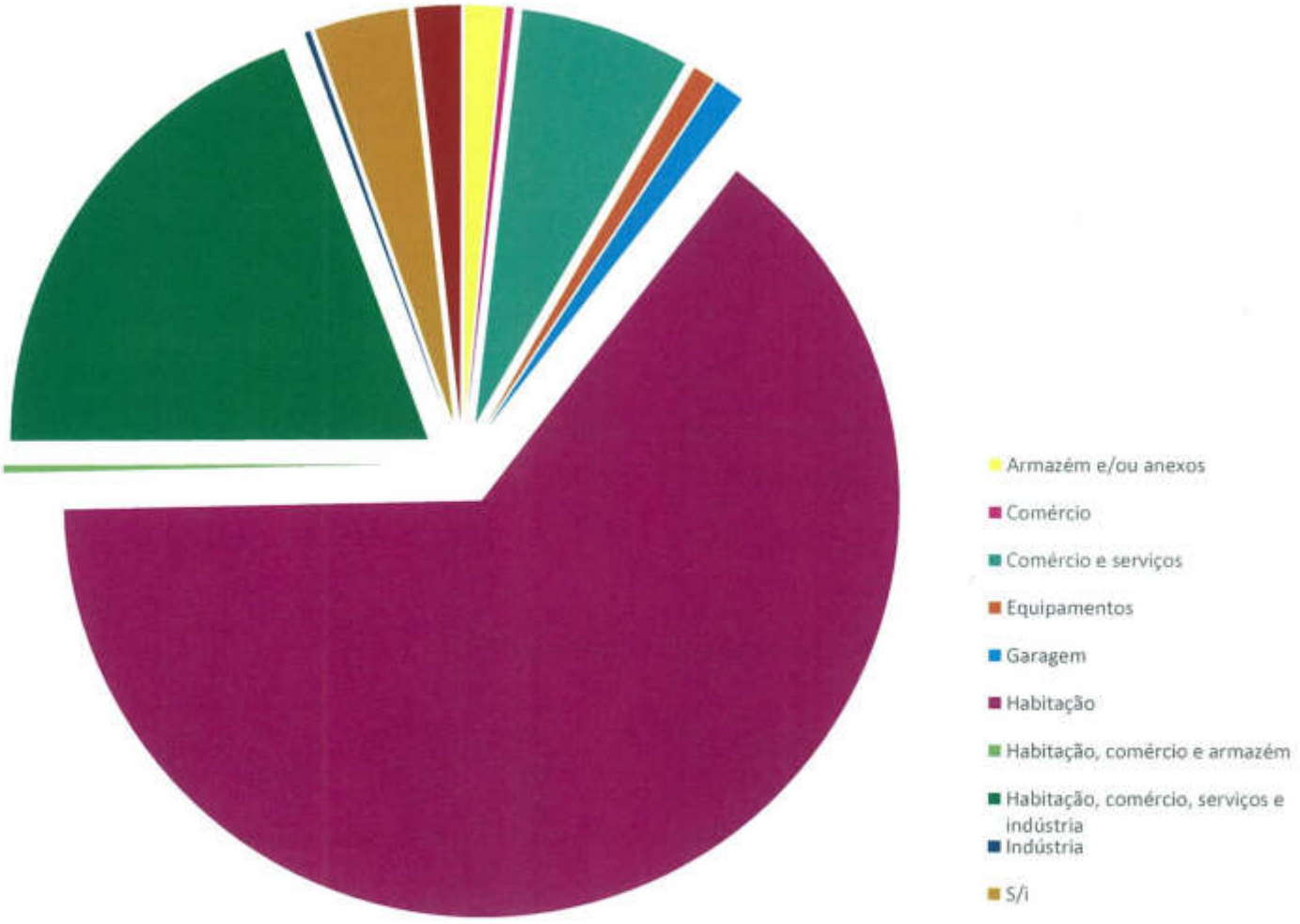


Gráfico 1| Tipo de Utilização dos Edifícios.

Da análise do gráfico acima, conclui-se que o uso predominante na área de intervenção é a habitação com 867 edifícios, correspondendo a 64,17% do total dos usos da ARU, o que significa que a área de estudo é, sobretudo, habitacional.

Quanto ao **tipo de edifícios**, esta área caracteriza-se por uma predominância de edifícios clássicos com 1 ou 2 alojamentos familiares, representando um total de 879, o que corresponde a 65,06% do total do parque edificado.

TIPO DE EDIFÍCIOS

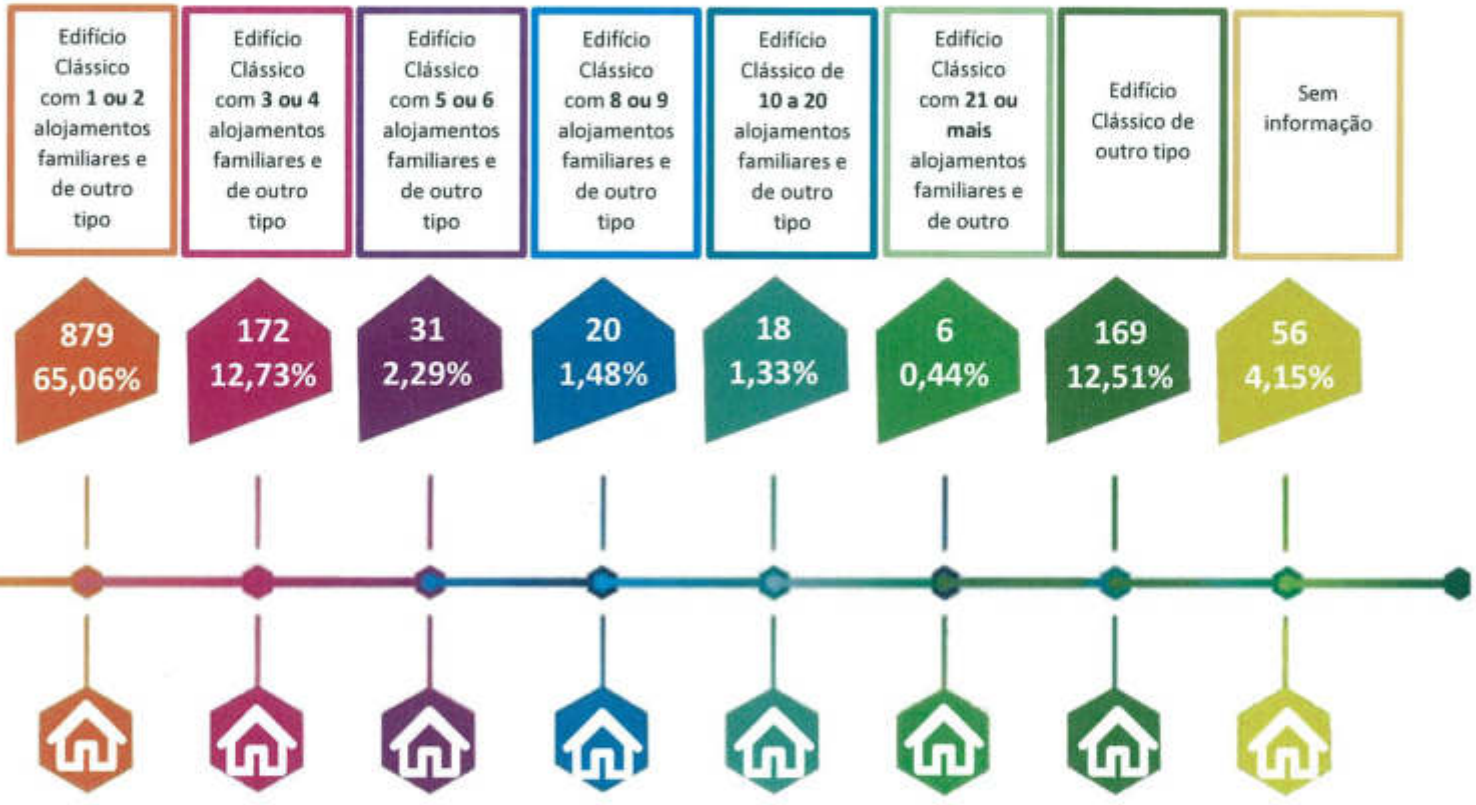


Tabela 5 | Estatística do tipo de Edifícios.

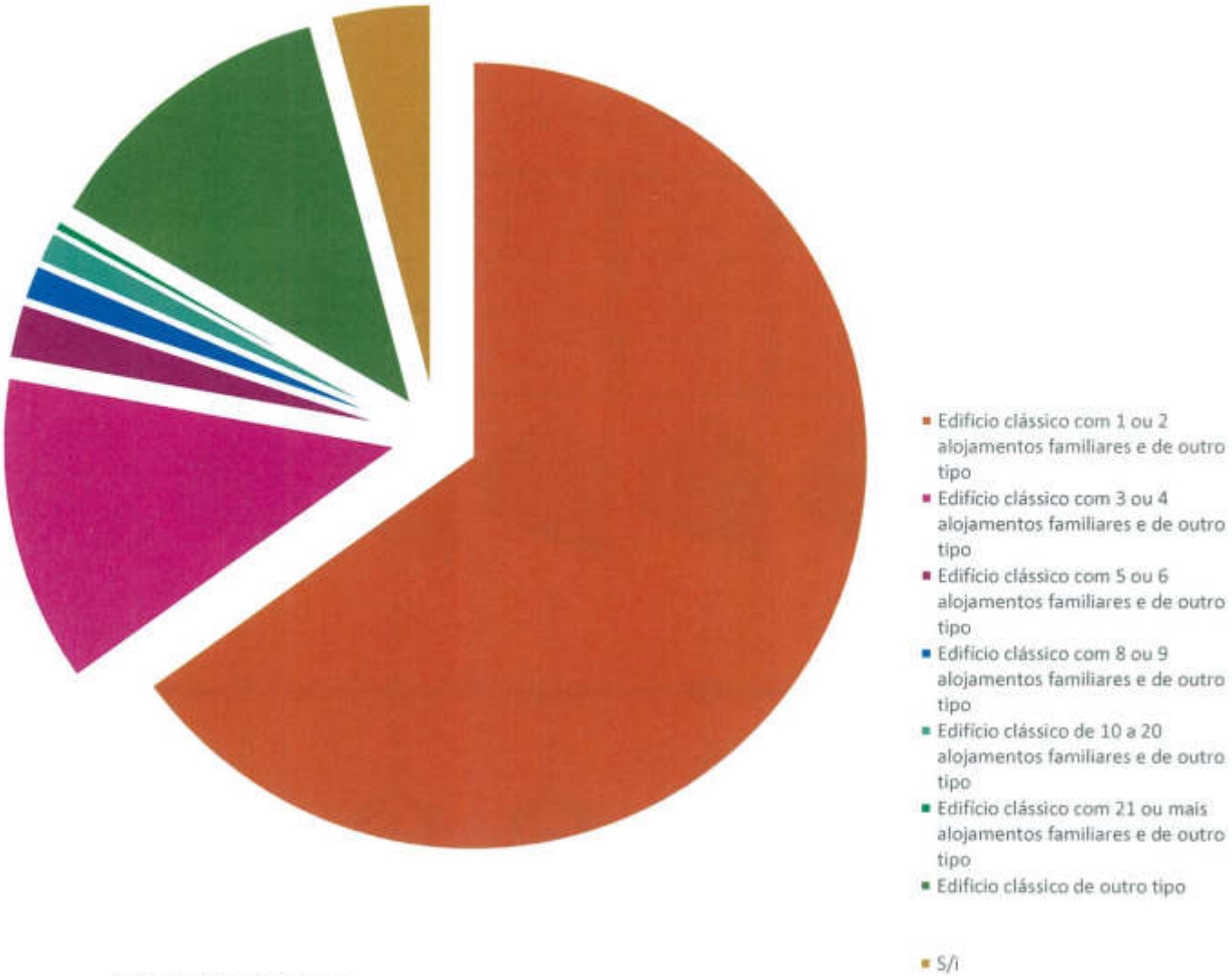


Gráfico 2| Tipo de Edifícios.

Em termos de **estado de conservação**, os 1351 edifícios foram analisados de acordo com a classificação de elevado, bom, médio, mau e péssimo. Neste sentido, verificou-se que, na área de intervenção, o estado predominante é o médio, com 928 edifícios, representando cerca de 68,69% dos existentes na ARU Malveira e Venda do Pinheiro, seguido de 3,48% em estado péssimo.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

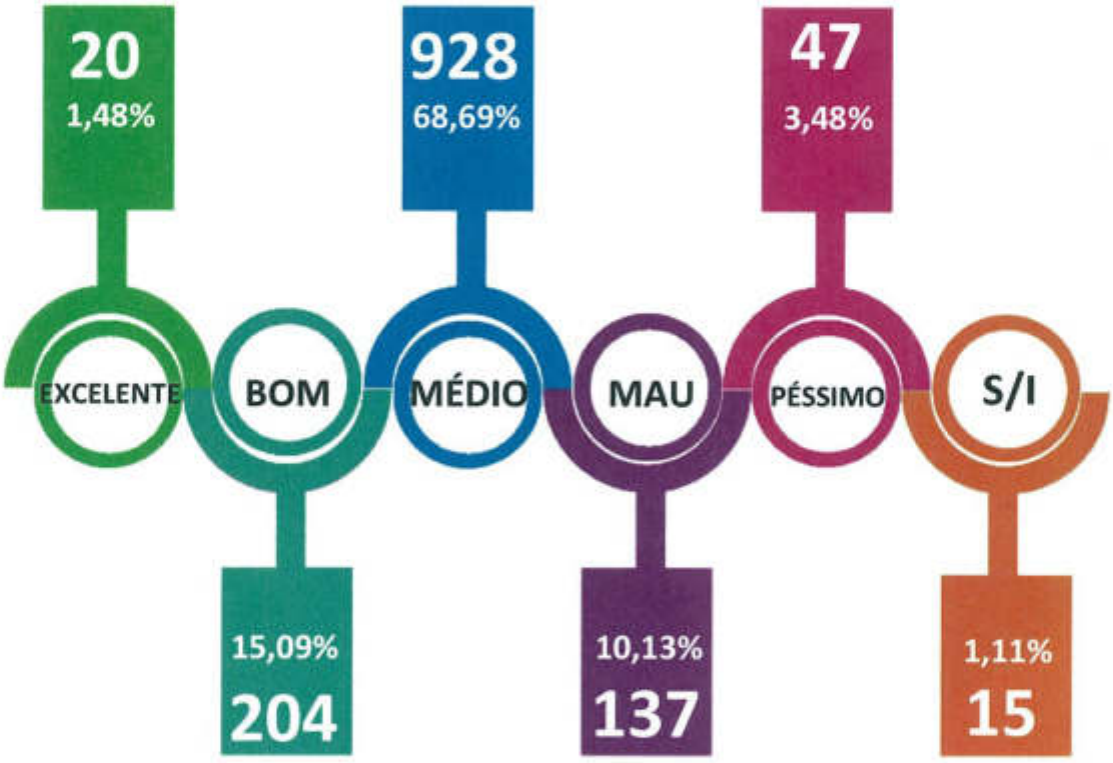


Tabela 6| Estatística do Estado de Conservação dos Edifícios.

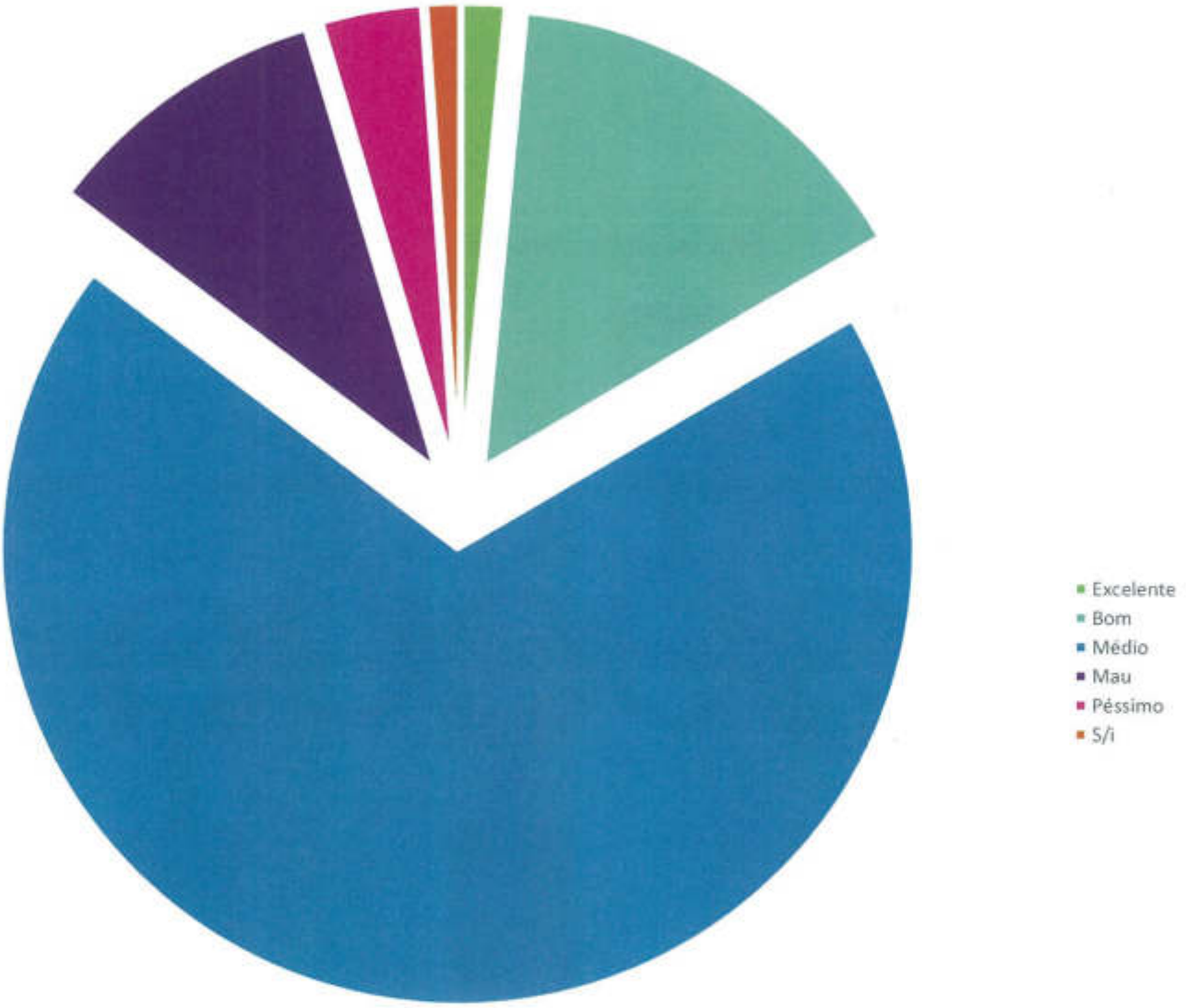


Gráfico 3 | Estado de Conservação dos Edifícios.

Avaliando a **data de construção** dos edifícios da área de intervenção, conclui-se que o desenvolvimento urbano foi, ao longo das décadas, gradualmente decrescendo, tendo ocorrido sobretudo entre 1946 a 1960. A análise efetuada aos Censos 2011, juntamente com a pesquisa à base de dados dos processos da Câmara Municipal, permitiu obter um conjunto de épocas, representado os seguintes intervalos: até 1919, 1919 - 1945, 1946 - 1960, 1961 - 1970, 1971 - 1980, 1981 – 1995, 1996 - 2000, 2001-2005, 2006-2011 e 2012 a 2019. Importa referir que não foi possível apurar a data de construção de 264 edifícios, correspondendo a 19,5% do edificado.

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

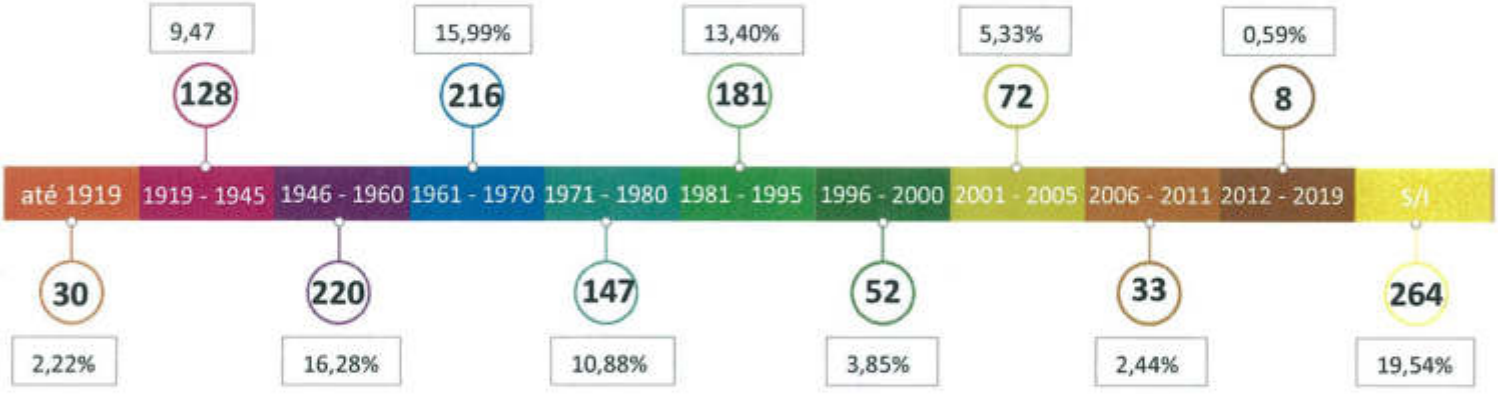


Tabela 7 | Estatística da Época dos Edifícios.

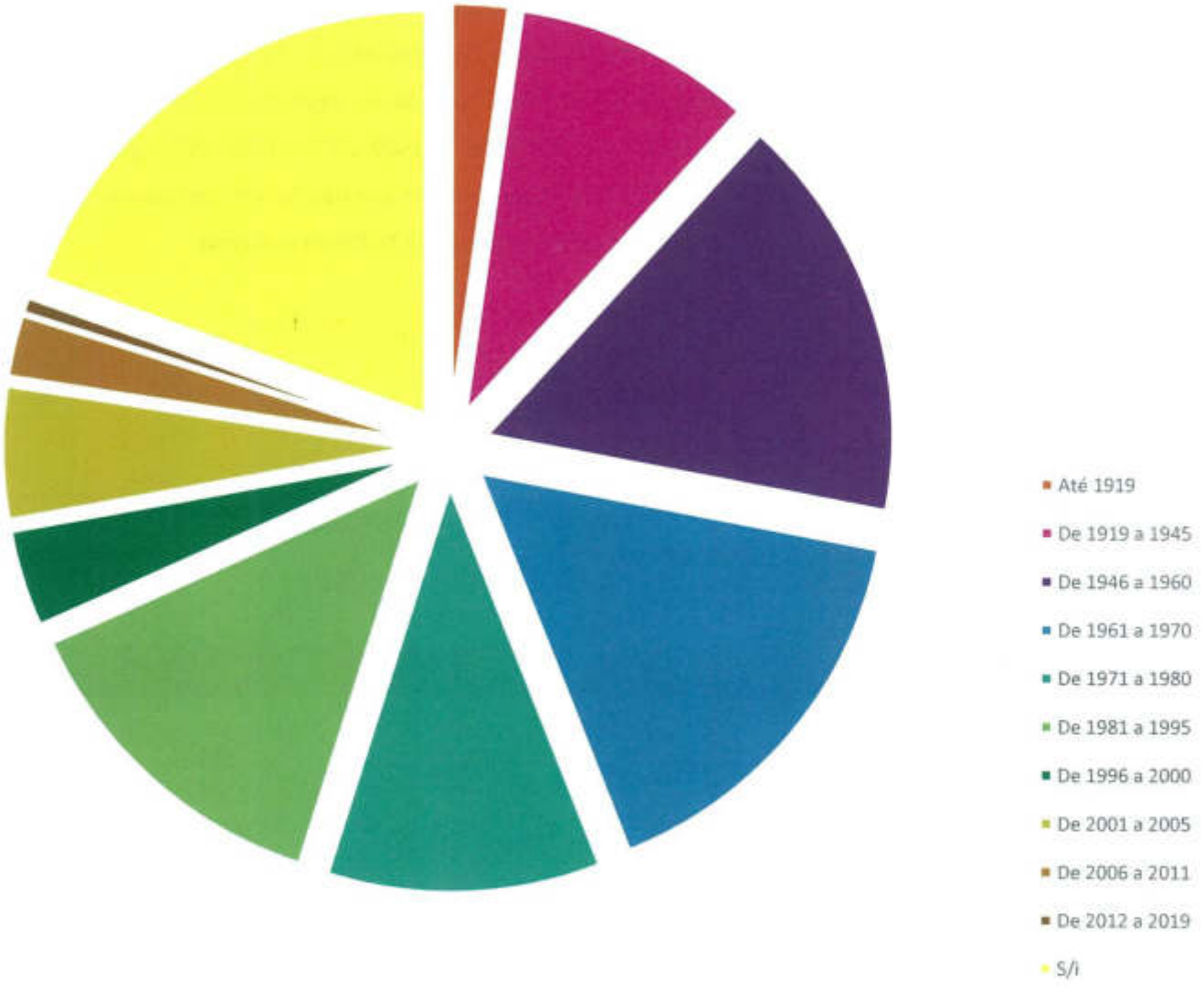


Gráfico 4| Época de Construção dos Edifícios.

Relativamente ao **levantamento cromático dos edifícios**, este é bastante diversificado, tendo-se efetuado um conjunto de intervalos de cores, dos quais se obteve uma vasta distribuição e, da qual se destaca o branco com 38,86% e o amarelo com 16,06%.

LEVANTAMENTO CROMÁTICO DOS EDIFÍCIOS

BRANCO	BRANCO E OUTRAS CORES	AMARELO	AMARELO E OUTRAS CORES	AZUL	BEGE	BEGE E OUTRAS CORES
498	276	217	24	18	37	17
36,86%	20,43%	16,06%	1,78%	1,33%	2,74%	1,26%

CASTANHO	CINZENTO	COR DE LARANJA	COR DE ROSA	PRETO	VERDE	VERDE E OUTRAS CORES
8	27	28	87	2	43	8
0,59%	2,00%	2,07%	6,44%	0,15%	3,18%	0,59%

VERMELHO	S/I
15	46
1,11%	3,40%

Tabela 8|Estatística do Cromático dos Edifícios.

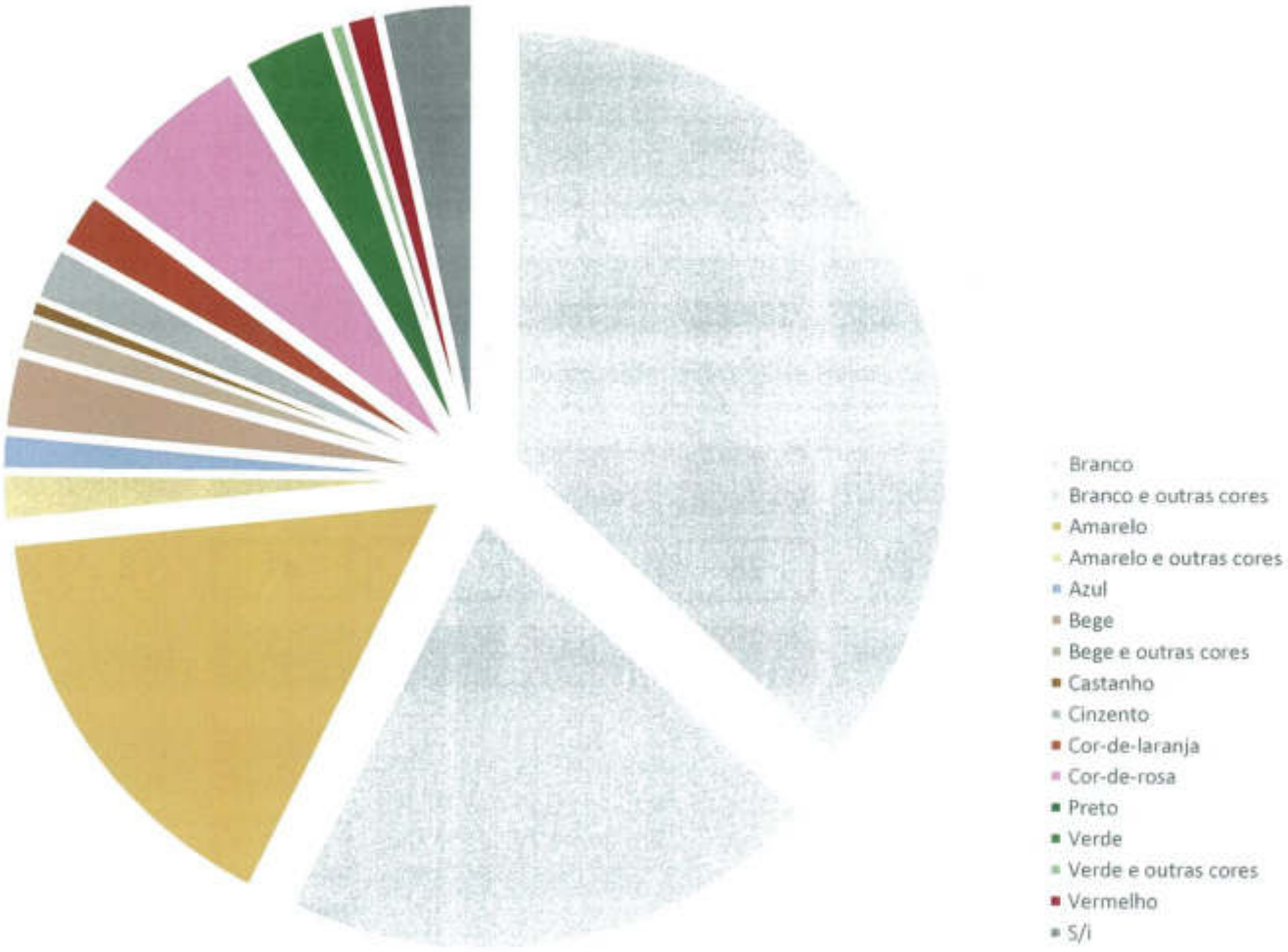


Gráfico 5 | Levantamento Cromático do Edificado.

Relativamente à **volumetria do edificado**, a área de intervenção é caracterizada por uma mistura de diferentes volumetrias, sendo o número de pisos **1 e 2** a volumetria predominante, com 410 e 578 edifícios, respetivamente, que correspondem a um total de 73,13%. Este número contrasta com a existência de apenas dois edifícios com 8 e 9 pisos.

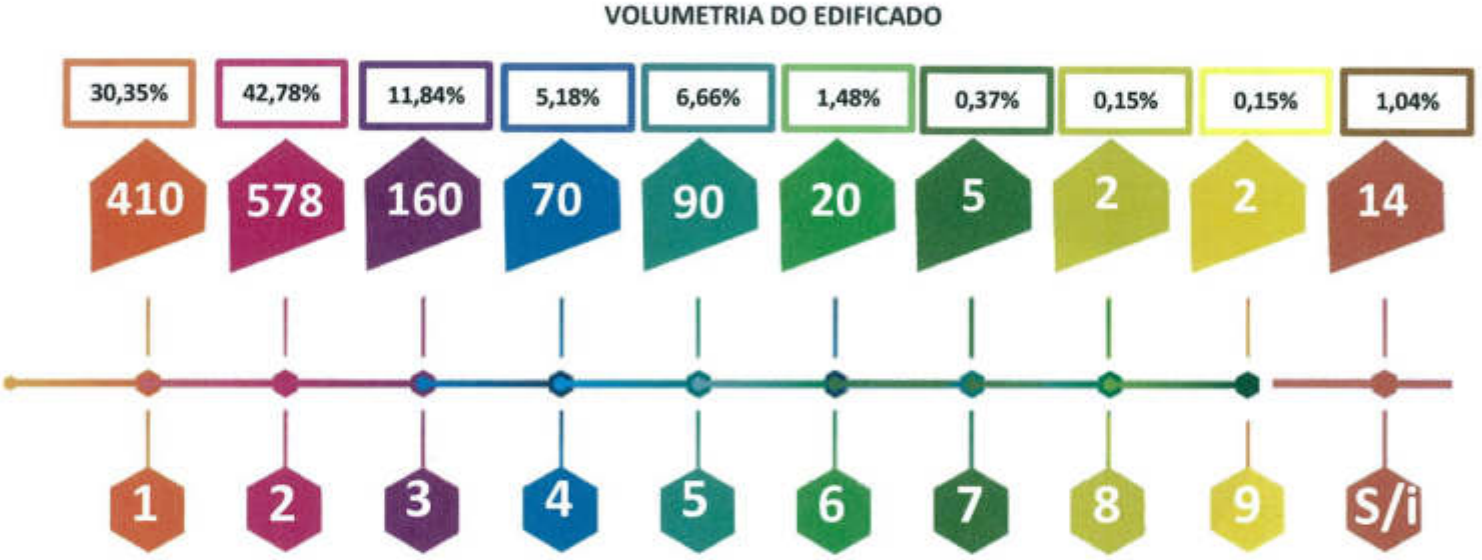


Tabela 9| Estatística do Número de Pisos.

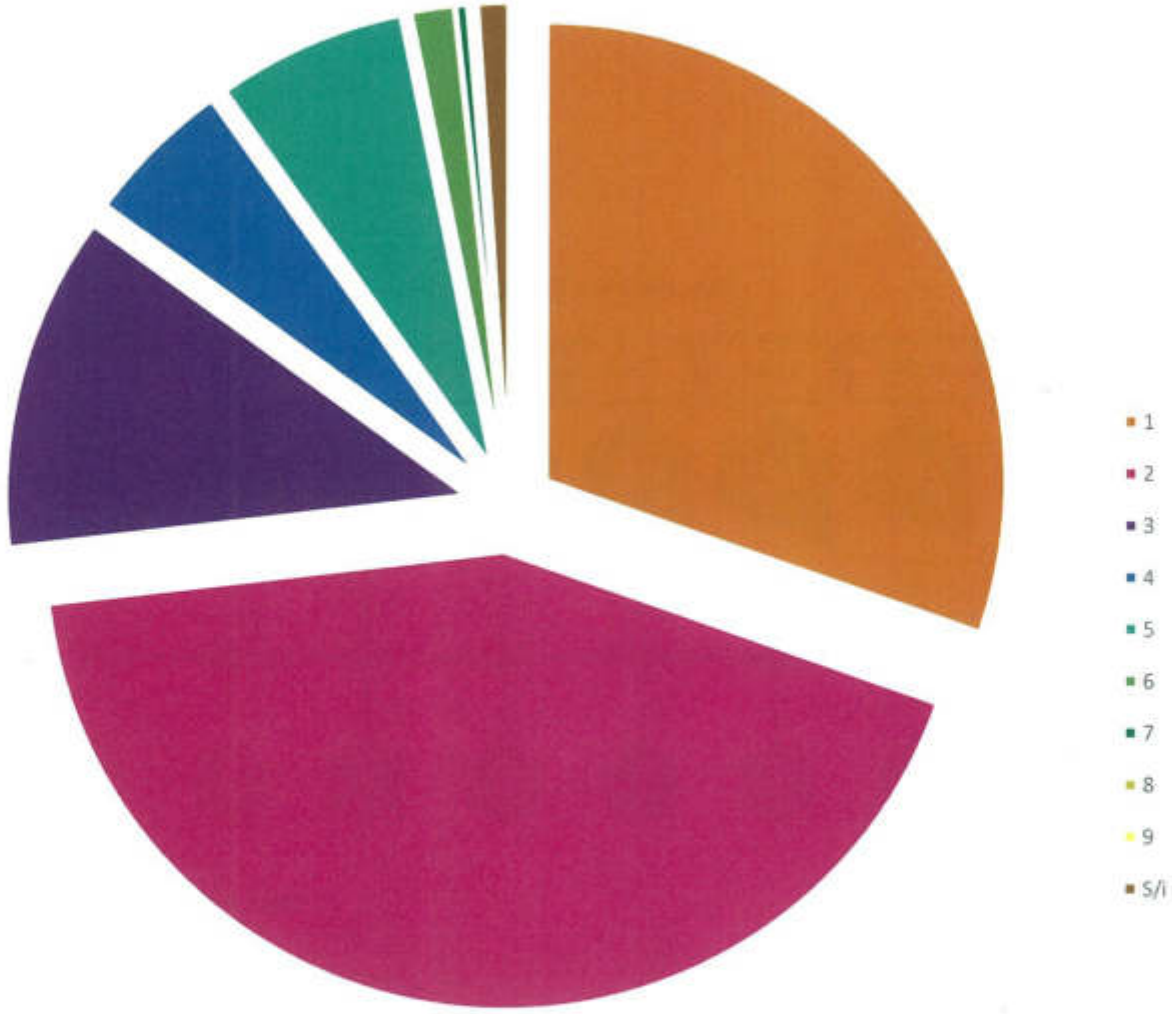


Gráfico 6| Número de pisos dos Edifícios.

A **estrutura dos edifícios** na ARU Malveira e Venda do Pinheiro é, predominantemente, em betão armado, com 56,18% do edificado, representando 759 edifícios. A estrutura em betão armado e metal, betão armado e paredes de alvenaria sem placa, betão e estrutura metálica são os materiais que apresentaram menor utilização para a estrutura dos edifícios, com 0,07%, o que significa que se está na presença de um edificado mais recente.

ESTRUTURA DOS EDIFÍCIOS

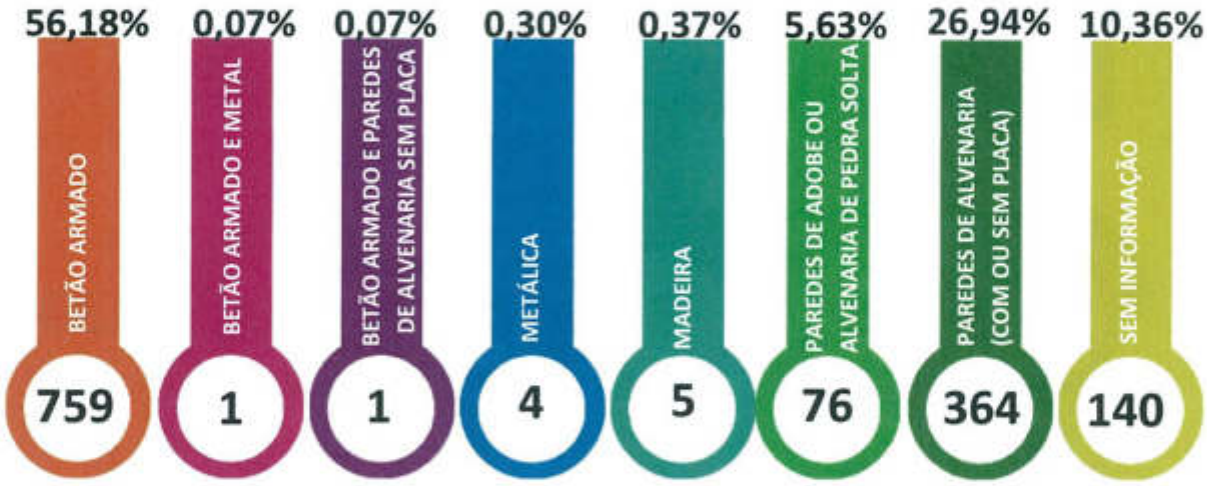


Tabela 10| Estatística do Tipo de Estrutura.

O **revestimento do edificado** na área de estudo é, predominantemente, o reboco tradicional ou marmorite, com 81,42% dos edifícios. Por outro lado, os revestimentos do tipo "Chapa Metálica" e "Madeira" apenas representam 0,30% e 0,37 respetivamente dos edifícios.

REVESTIMENTO DO EDIFICADO

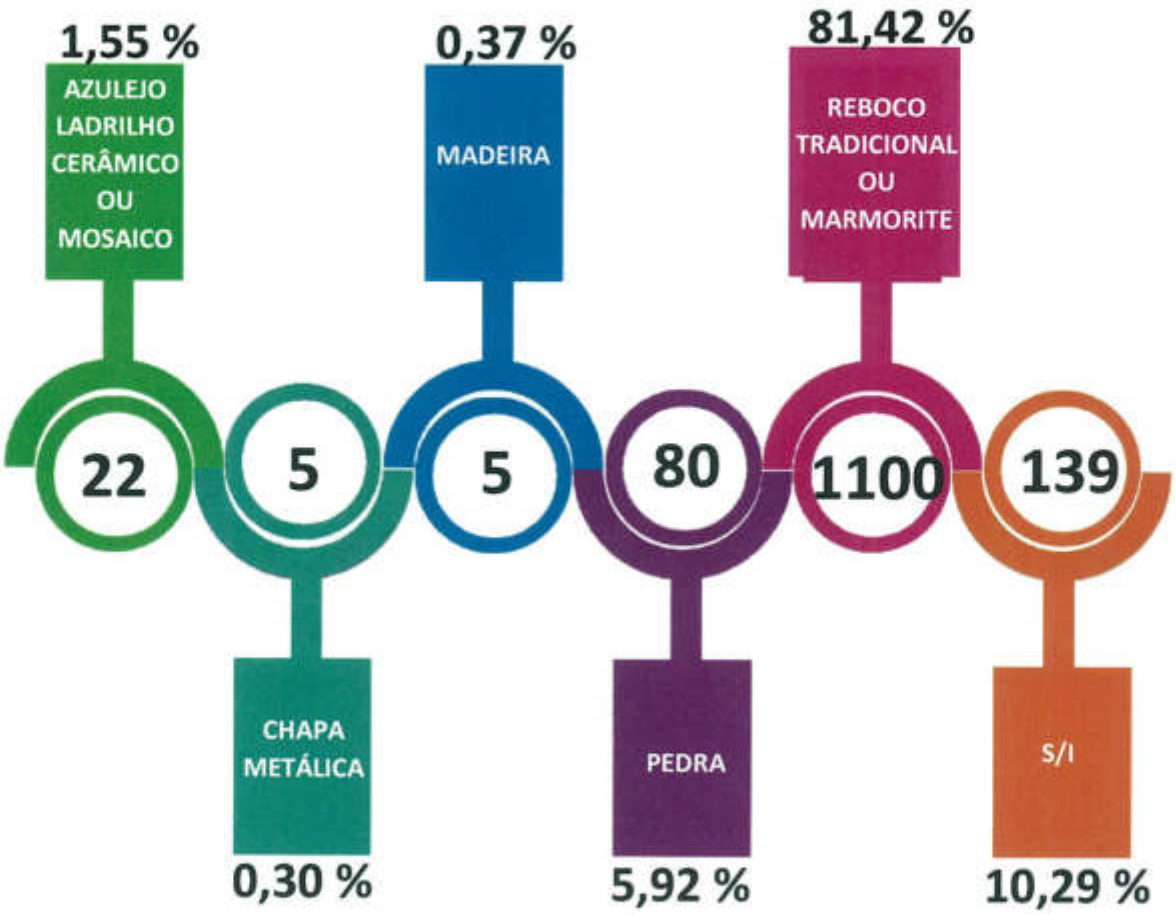


Tabela 11 | Estatística do Tipo de Revestimento.

O **tipo de cobertura dos edifícios** da área de estudo é, maioritariamente, inclinada, o que corresponde a quase 91,94% dos edifícios.

TIPO DE COBERTURA DOS EDIFÍCIOS

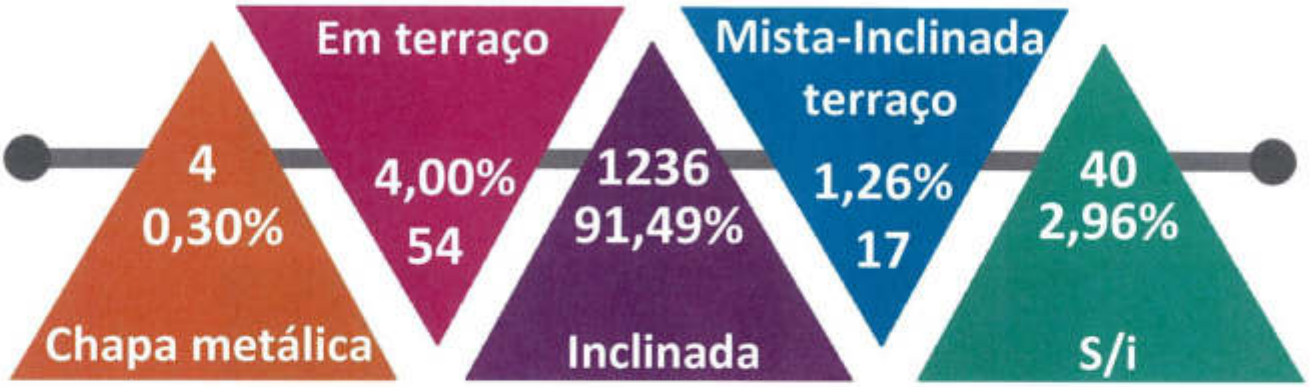


Tabela 12|Estatística do Tipo de Cobertura.

Do ponto de vista da **acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida**, conclui-se que ainda há muito a fazer, pois apenas 311 edifícios têm acesso para cadeira de rodas.

EDIFIÍCIOS COM ACESSIBILIDADE

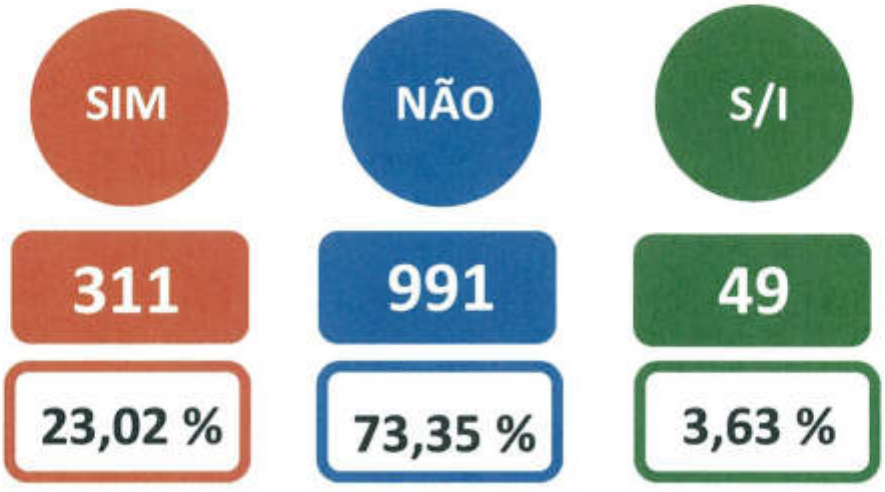


Tabela 13|Estatística dos Edifícios com Entrada de Cadeira de Rodas.

Quanto à **existência de edifícios com elevador**, verificou-se a existência de apenas 5,18% de elevadores no total de 1351 edifícios.

EDIFÍCIOS COM ELEVADOR



Tabela 14| Estatística dos Edifícios com Elevador.

2 Espaços Públicos e Espaços verdes

Espaço público é o espaço por excelência da/na cidade. Conhece-se a cidade através do espaço público, este devendo ser entendido como uma necessidade básica urbana. As estruturas criadas pela rua / praça / largo e pelos jardins / parques /corredores verdes, constituem, eixos fundamentais do espaço urbano, relevantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, o conceito de espaço de uso público não é consensual nem estanque, encontrando-se exposto à interpretação singular das mais variadas culturas populares, facto que torna o seu conceito variável, tanto no meio onde se localiza, como no tempo. Ao longo dos anos, a forma como se encaram e utilizam estes espaços urbanos tem forçado a evolução do estatuto do espaço público, pelo que as suas funções devem ser reavaliadas e renovadas com regularidade.

Assim, a análise destes espaços carecerá sempre do seu entendimento como herança do passado, que inevitavelmente se mantém presente no quotidiano e da qual se apreende parte da identidade local.

Na área de intervenção existem espaços públicos (ruas, largos, praças, parques e miradouros) que são locais de concentração de serviços, de feiras, palco de festejos, zonas de lazer, convívio e partilha de saberes que importa salvaguardar e preservar. Espaços esses que, com as intervenções efetuadas até aos dias de hoje, continuam a assumir imensa importância nas vivências de quem reside ou visita a Malveira.

O Espaço Público integrado na ARU da Malveira e Venda do Pinheiro apresenta características distintas de acordo com a tipologia dos diferentes núcleos edificados, verificando-se uma diferenciação entre as diversas zonas que compõem esta Área de Reabilitação Urbana.





Figura 22| Espaços de Uso Público, Espaços Verdes e Património Arbóreo – Peça desenhada nº 14.

No núcleo da Malveira destaca-se a Mata Paroquial e o Largo da Feira. No lugar da Venda do Pinheiro é de destacar o Parque Ecológico.

Relativamente ao património arbóreo importa referir que existem poucos espaços arborizados sobretudo nos arruamentos. Destaca-se também a reduzida dimensão dos passeios como no caso do eixo viário EN116, que representa atualmente um papel de Avenida, e a falta de ciclovias.

3 INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

Uma questão de relevante importância na fixação da população, em determinada zona, prende-se com a existência e organização dos demais **equipamentos e serviços** de necessidade quotidiana.

Como tal, uma rede de **equipamentos**, estabelecida com base no conceito da proximidade à população que serve, garantirá um maior grau de fixação de indivíduos e famílias.

Na área de intervenção, o cariz denso e compacto da malha urbana implica um cuidado especial na distribuição espacial dos demais equipamentos – sendo comum o aproveitamento da reabilitação e renovação de edifícios para dinamização de novos serviços ou equipamentos.



Figura 23| Equipamentos e Serviços – Peça desenhada nº 17.

Como demonstra a distribuição representada na peça desenhada n.º 17 – Equipamentos e Serviços verifica-se que:

- O equipamento de saúde – Unidade de Saúde de Mafra Leste ocupa um lugar central e estratégico da malha urbana, garantindo o seu fácil acesso;
- O parque escolar é agrupado, formando um polo educativo diverso e concentrado, numa zona relativamente periférica à malha urbana consolidada;
- Os equipamentos de recreio e lazer concentram-se, também, numa zona periférica do parque habitacional, em relação estreita com os equipamentos escolares/serviços educativos;
- Todos os restantes equipamentos e serviços distribuem-se, de forma disseminada, pela malha urbana consolidada.

Esta lógica desempenha uma importante função organizadora na vivência, utilização e circulação na malha urbana, já que impõe uma lógica forte na vida quotidiana da

população. O quadro seguinte resume, numericamente, o parque de equipamentos e edifícios afetos a serviços que serve a área de intervenção:



Tabela 15 | Análise Quantitativa dos Polos de Equipamentos e Serviços Existentes.

No que respeita às **redes infraestruturadas** da área de Intervenção, apresentam-se os seguintes temas:

- Abastecimento de água;
- Drenagem de águas pluviais;
- Recolha e tratamento de águas residuais;
- Distribuição de gás;
- Distribuição elétrica
- Recolha de resíduos urbanos (reciclagem e indiferenciados).

De um modo geral, todas as redes analisadas servem, de forma igualitária, toda a área de intervenção. Relativamente ao **abastecimento e recolha de águas**, a entidade gestora e responsável é a empresa *Be Water* – Águas de Mafra.

Na zona de intervenção, os núcleos históricos dos lugares apresentam uma rede de abastecimento de água a atingir o seu limite útil de vida, necessitando de intervenções de renovação e reabilitação das tubagens a médio ou curto prazo. A ligação entre núcleos – Estrada Nacional 8 – apresenta uma rede de abastecimento de água considerada recente, datando a maior percentagem do período de 2000 a 2009.



Figura 24| Rede de Abastecimento de água – Peça desenhada nº 18

Sobre a **rede de recolha de águas residuais** além do facto de servir toda a área de intervenção, cumpre referir que, embora ainda seja maioritariamente unitária, são atualmente concentrados esforços na sua atualização e reconversão para a situação separativa – sendo esta a opção tomada já em todos os loteamentos mais recentes.

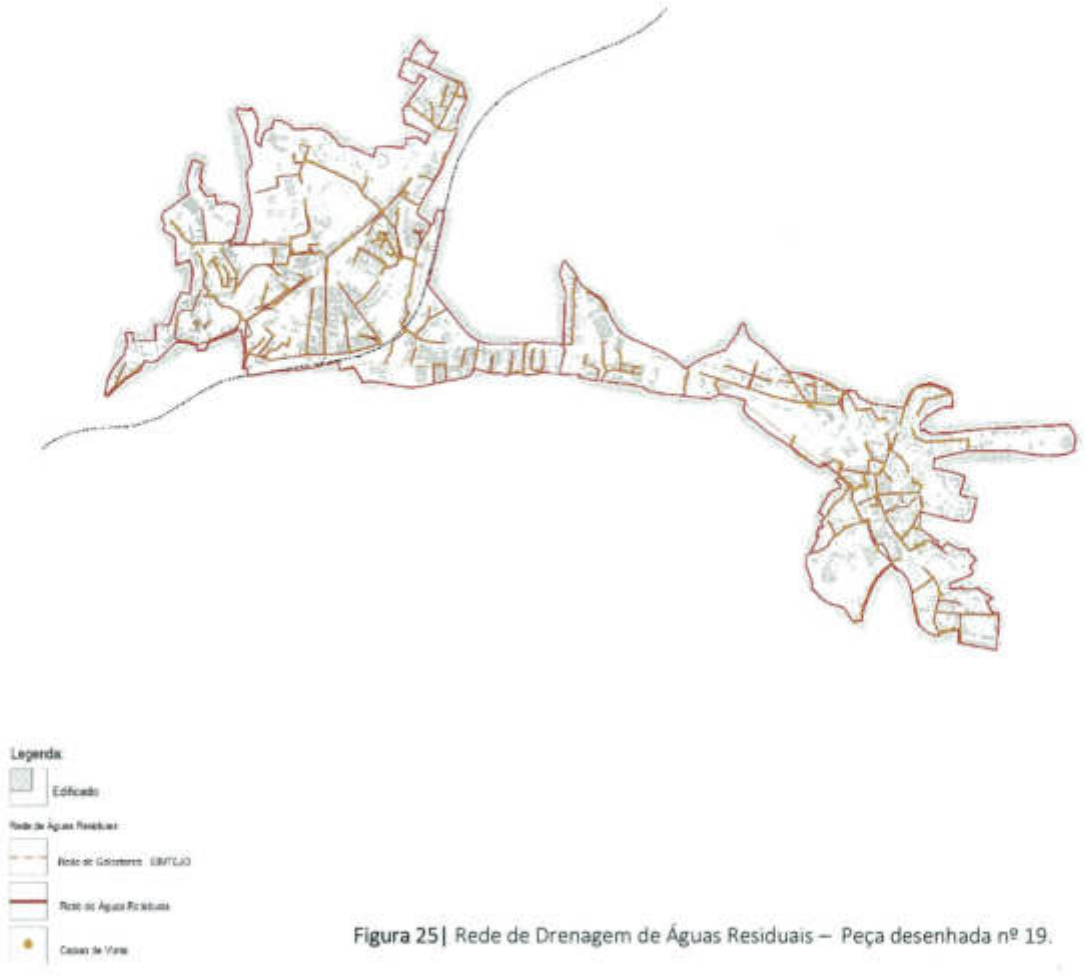


Figura 25| Rede de Drenagem de Águas Residuais – Peça desenhada nº 19.

Sobre a **distribuição de gás** a empresa principal é a LisboaGás, responsável pela distribuição e infraestruturas relativas à distribuição de gás natural.



Figura 26| Rede de Distribuição de Gás – Peça desenhada nº 20

A **rede de distribuição de energia elétrica** apresenta uma cobertura total à área de intervenção, estabelecida através de uma rede maioritariamente enterrada.

Pontualmente, ainda se verificam situações de instalação aérea de cablagens em fachadas de edifícios, que progressivamente tendem a ser corrigidas.

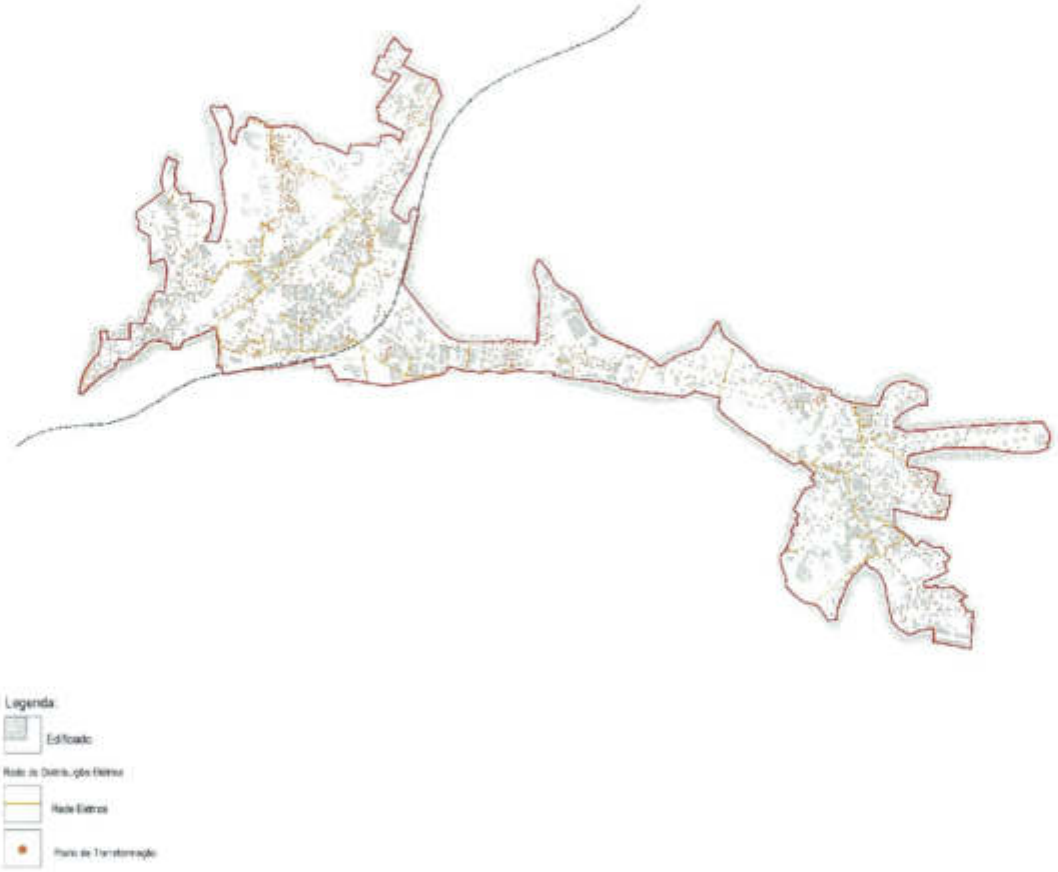


Figura 27| Rede de Distribuição Elétrica – Peça desenhada nº 21.

Relativamente à **recolha de resíduos sólidos urbanos**, ao encargo da empresa *EcoAmbiente*, cumpre referir que a recolha de lixos indiferenciados cobre toda a área de intervenção e que, atualmente, é acompanhada, na grande maioria dos pontos, pela localização de ecopontos destinados à recolha seletiva de lixos.



Figura 28| Rede de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos – Peça desenhada nº 22.

4 Rede Viária e Mobilidade

Neste estudo foi elaborado um diagnóstico sucinto do sistema de transportes e estacionamento, que não pressupõe a caraterização exaustiva do território em análise, mas a identificação de aspetos estruturantes relacionados com a rede de transportes, estacionamento e espaço público que permitem compreender os problemas e disfunções atuais.

A rede viária na ARU da Malveira e Venda do Pinheiro apresenta uma estrutura hierarquizada inexistente, definindo-se por uma série de ruas irregulares. De uma forma geral, a rede viária principal e secundária, não apresenta uma malha completa e o estado de conservação das vias nem sempre apresenta as melhores condições – essencialmente no que diz respeito à segurança dos modos ativos.
Por outro lado, o crescimento urbano em torno da antiga EN116 não foi acompanhado com a necessária adequação da via à circulação pedonal.

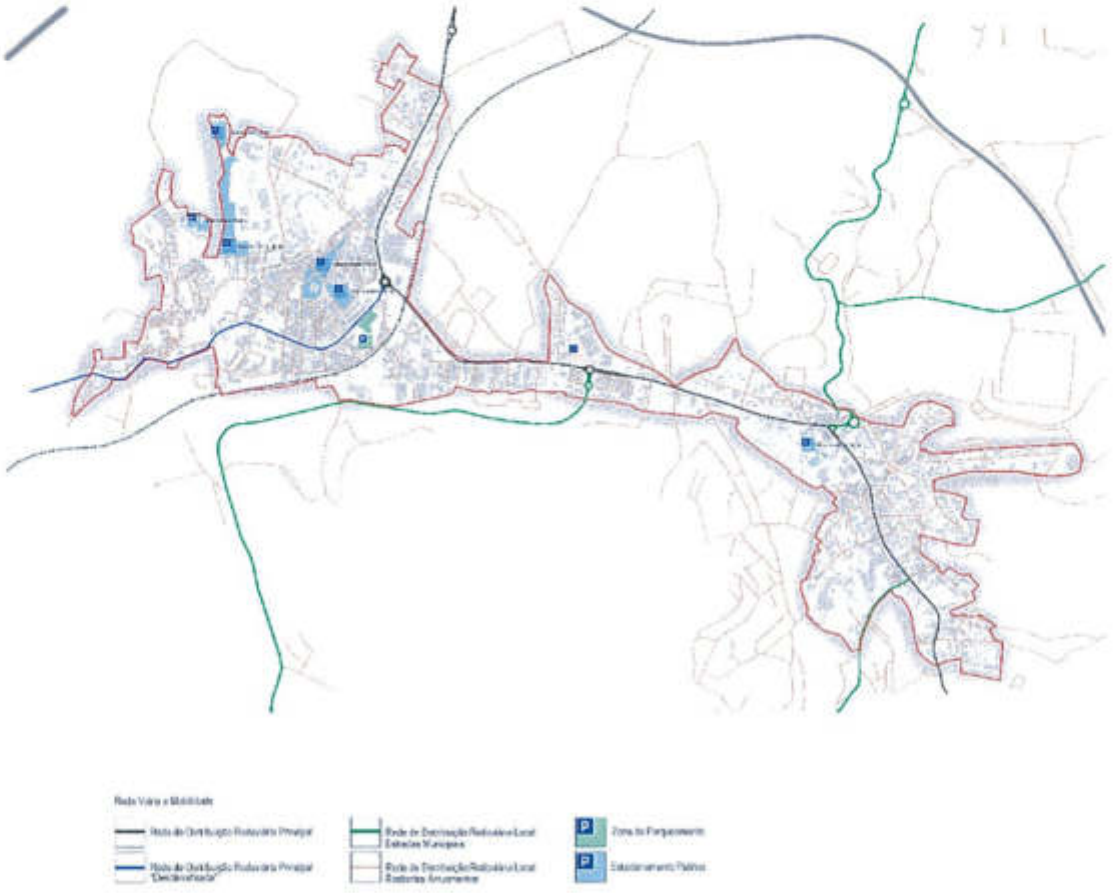


Figura 29| Rede Viária e Mobilidade – Peça desenhada nº 15.

5 PERSPETIVAS DE FUTURO

Este capítulo pretende apresentar uma síntese e uma análise prospetiva desenvolvida ao nível da caracterização e do diagnóstico do território. Foi realizada uma análise SWOT, que envolve um conjunto de conceitos específicos e distintos entre si. As quatro letras que compõem a palavra **SWOT** significam: "**S**" *Strengths* (pontos fortes), "**W**" *Weaknesses* (pontos fracos), "**O**" *Opportunities* (oportunidades) e o "**T**" *Threats* (ameaças).

Este tipo de análise permite, de uma forma muito eficaz, identificar as **forças** e **fraquezas**, sendo uma forma de analisar as **oportunidades** e **ameaças** de determinada situação.

Os **pontos fortes e os pontos fracos** relacionam-se com as características intrínsecas, identificadas a partir de uma análise interna da área de estudo, implicando uma radiografia e dinâmica dos recursos existentes, bem como o inventário de pontos, que se classificam como sendo fortes ou fracos, consoante as potencialidades que apresentam, os seus problemas e se são considerados ou não como recurso relevante e de proveito.

As **oportunidades** e as **ameaças** envolvem, para além das características intrínsecas da área em estudo, as características extrínsecas, nomeadamente como a forma da envolvente pode influenciar positiva ou negativamente a área de intervenção proposta. Referem-se, ainda, à evolução previsível desta área e às características que podem tornar evidentes as condicionantes positivas e negativas resultantes da envolvente.

Em súmula, o recurso a este método de análise de dados dá-nos uma perspetiva de futuro para a definição de uma estratégia.

Neste contexto, de seguida é apresentada a análise SWOT realizada para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

PONTOS FORTES

- Elementos de elevado valor patrimonial em ambos os aglomerados.
- Existência do mercado semanal, quinta-feira, que serve como uma forte influência económica.
- O Município poderá constituir-se como entidade gestora da reabilitação, com capacidade qualificada e dotado de modernidade e simplificação de processos, como é o caso da plataforma geográfica - GeoMafra, que permite a partilha de informação e a comunicação entre o munícipe e a Câmara.
- Proximidade e bons acessos viários à capital Lisboa.
- Boa dotação de transportes públicos.
- Reduzida percentagem de edifícios em péssimo e mau estado de conservação.
- Intervenções recentes na qualificação de alguns espaços públicos, nomeadamente o Parque Ecológico da Venda do Valador.

PONTOS FRACOS

- Alguma degradação urbana e carência na dinamização de alguns espaços públicos, infraestruturas e edificado, sem se verificar a adaptação de espaços a pessoas com mobilidade reduzida.
- Crise económica e a perda de vitalidade das atividades económicas existentes, nomeadamente ao nível de algumas áreas do comércio local.
- Proprietários com pouca motivação para reabilitar os imóveis e/ou deixam os seus prédios em ruína ou devolutos.
- Estacionamento insuficiente e, em alguns locais, desregulado.
- Reduzida acessibilidade
- Reduzida área afeta a espaços verdes.
- Elevado preço do património imobiliário.
- Falta de planeamento estratégico urbano coeso e integrado.

S W O T

OPORTUNIDADES

- Promover a revitalização urbana, de forma sustentada e com o acesso a benefícios fiscais.
- Proteção e valorização da identidade histórica e dos seus valores patrimoniais e culturais com a possibilidade de se efetuar um levantamento sistemático daqueles que devem ser protegidos.
- Reabilitar tecidos urbanos degradados, aumentando a sua competitividade e atratividade no panorama do Concelho e da região, contribuindo também para a revitalização do mercado imobiliário.
- Melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade, mobilidade e de segurança.
- Requalificar, modernizar e melhorar os espaços públicos, espaços verdes, infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva.
- Município como parceiro ativo e dinamizador do processo, representando contenção de custos, aproveitamento do conhecimento, experiência técnica desenvolvida no âmbito do planeamento e gestão do território aliada à informação georreferenciada.
- Fixação da população residente e das atividades económicas compatíveis, bem como introdução de novos usos que contribuam para suprir necessidades e também para promover a criação de emprego.

AMEAÇAS

- Limitações jurídicas e financeiras que podem contribuir para uma adesão reduzida ao programa.
- Pouca capacidade de resposta dos serviços para gerir o programa.
- Dificuldade em modernizar os serviços, devido à fraca adesão à consulta do portal geográfico, e a consequente integração da tecnologia SIG.
- Alguma redução de receitas para o Município.

Tabela 16 | Matriz SWOT.



Figura 30| Vista geral da Malveira (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019).





Figura 31| Vista geral da Malveira (União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça , 2019).





Figura 32| A8 – Sentido Loures – Malveira (S/i, 2019).

IV. ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA

1 VISÃO ESTRATÉGICA PARA A ARU DE MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

Tal como já foi anteriormente referido, a delimitação da ARU Malveira e Venda do Pinheiro tem como principal objetivo a reconversão do seu tecido urbano numa área economicamente mais atrativa, não só do ponto de vista da habitabilidade e da oferta de emprego, mas também da oferta de turismo. Através da requalificação de elementos urbanos polarizadores de novas dinâmicas, será possível o aumento da competitividade e da atratividade no panorama do Concelho e da região.

Para além da requalificação dos elementos polarizadores, a visão estratégica para a reabilitação urbana da ARU Malveira e Venda do Pinheiro assenta em três pilares fundamentais:

a. Ao Município compete a reabilitação dos equipamentos, infraestruturas e do espaço público, que tem um efeito indutor de investimento na reabilitação dos imóveis particulares, na medida em que qualifica o espaço urbano;
b. Aos particulares corresponde uma grande parte do volume de investimento na reabilitação dos imóveis que apresentam sinais de degradação;
c. Ao mercado imobiliário compete impulsionar a oferta de imóveis para arrendamento ou venda em meio urbano.

Desta forma, a visão estratégica que se delineou para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro tem como pressuposto que os meios de financiamento devem assentar no investimento público, designadamente não só em parcerias entre o Município e a Administração Central, mas também no investimento privado, sendo o papel de cada um dos atores envolvidos fundamental para o sucesso da estratégia de reabilitação: **a reabilitação é um dever da Administração Central, do Município e dos particulares**.

A visão estratégica para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro constitui um modelo de reabilitação, conforme as peças desenhadas n.º 23 e 24, que se anexam, e consiste no seguinte:

A. **Reformulação da Estrutura Funcional,** através da:
   - Requalificação do edificado na zona consolidada;
   - Requalificação e salvaguarda do polo patrimonial e cultural;
   - Requalificação e promoção dos polos desportivo, de recreio e lazer e de educação;
   - Promoção e requalificação do Largo da Feira;
   - Construção do novo Centro de Saúde de Mafra Leste;

B. **Reforço da Estrutura de Acessibilidades e Mobilidade,** através da qualificação dos eixos de circulação e da rede de transportes, da criação de parques de estacionamento, bem como da beneficiação a rede de circulação pedonal potencial;

C. **Valorização do Espaço Público de Valor Patrimonial,** através da beneficiação das zonas de envolventes aos imóveis classificados ou em vias de serem classificados.

D. **Promoção e Requalificação da Estrutura Verde,** através do reforço e criação de corredores verdes, como a criação do Parque Ecológico da Venda do Pinheiro, e sombreamento nas aberturas da malha urbana, na sequência da requalificação dos espaços públicos.

Com a visão estratégica para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro e com o envolvimento dos atores locais, sobretudo os particulares dos imóveis privados, pretende-se um lugar dinâmico e vivo, de elevada competitividade e atratividade num contexto concelho e regional.

2 Eixos Estratégicos de Intervenção

A visão estratégica para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro assenta num conjunto de eixos estratégicos de intervenção definidos pelo Município, no que respeita à qualidade do espaço urbano, em termos ambientais e paisagísticos, à diversidade sociocultural, ao desenvolvimento económico e à criação de emprego, à afirmação dos valores patrimoniais e à promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer.

Assim, os eixos estratégicos de intervenção podem sintetizar-se nos seguintes conceitos, para os quais serão desenvolvidos projetos estruturantes e outros projetos de requalificação:

a. **Valorização do ambiente urbano e paisagem urbana**, permitindo a revitalização das áreas consolidadas e recorrendo à qualificação dos espaços públicos;

b. **Reabilitação, regeneração física e reconversão do edificado**, de modo a reabilitar e rejuvenescer o aglomerado, aumentar a coesão social, atrair novas famílias e fixar empresas e emprego;

c. **Promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer**, promovendo a reutilização e adaptação do edificado existente e aumentando a qualidade ambiental dos espaços urbanos;

d. **Valorização do património** como fator de identidade, diferenciação e competitividade regional e nacional, mantendo a memória do lugar e restaurando o património histórico, arquitetónico e paisagístico;

e. **Promoção da multifuncionalidade do edificado e do espaço público**, de modo a assumir a requalificação e valorização para equipamentos coletivos e espaços de uso público que possam integrar a componente verde vegetal, para melhoria da qualidade do ambiente urbano.

3 Modelo de Reabilitação

O modelo de reabilitação urbana para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro deve incidir num conjunto de intervenções que incidem em:

a. **Estrutura Funcional e Mobilidade Estratégica;**
b. **Estrutura Verde Urbana**

As estratégias de reabilitação urbana, da competência da Câmara municipal incidem sobretudo ao nível dos espaços públicos, da mobilidade e da estrutura verde.

Relativamente aos espaços públicos, estes representam elevada importância no contexto urbano uma vez que permitem a renovação dos centros urbanos e a promoção da fixação de novos residentes. Neste sentido, é necessário criar condições de excelência, com bons espaços públicos, com equipamentos públicos apelativos que convidem à estadia e ao habitar próximo destes polos. A sua formação resulta de sucessivas ações intencionais, de investimento, que modificam o desenho urbano, o seu uso e o seu caráter identitário.

Camillo Sitte [2]propôs uma abordagem do carácter do espaço urbano, na qual a praça foi considerada uma referência, pela sua diversidade morfológica e como elemento morfológico marcante, distinguindo-se dos restantes espaços públicos, pelas vivências geradas na importância urbana.

Enquadrados nos eixos estratégicos de intervenção, designadamente valorização do ambiente urbano e paisagem urbana, promoção dos espaços dedicados ao turismo, cultura e lazer e valorização do património, apresentam-se as seguintes ações estratégicas:

- **Reformulação da Morfologia Urbana, através de:**
  - Propostas de classificação de património edificado histórico e integração de serviços de uso público;

[2] Camillo Sitte (Viena, 17 de abril de 1843 — Viena, 16 de novembro de 1903) foi um arquiteto e historiador da arte austríaco, diretor da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena. Foi o autor do estudo urbanístico: *Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos ("Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen")*. Onde, através de uma análise das cidades na história, Sitte propõe reavaliar a cidade através dos seus espaços existentes, principalmente das suas praças.

- Requalificação do património edificado, preferencialmente em zonas de praças;
- Requalificação do espaço público existente, através da reformulação de praças públicas);
- Atribuir importância à rua, ao percurso e ao lugar;
- Equipar os espaços públicos com mobiliário urbano diversificado e espaços verdes integrados, de modo a aumentar o conforto bioclimático dos locais;
- Equipar os espaços públicos com elementos de água de forma a promover a qualidade do meio urbano;
- Valorização dos espaços públicos de valor patrimonial, através da beneficiação das zonas de envolventes aos imóveis classificados ou em vias de serem classificados.

- **Reformulação da mobilidade urbana, através de:**
  - Atribuição da priorização do peão em detrimento do automóvel;
  - Requalificação da rede pedonal e de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais;
  - Introdução de zonas de velocidade reduzida, dentro de zonas requalificadas;
  - Organização do sistema de estacionamento, através da criação e relocalização de parques de estacionamento, de modo a retirar o automóvel dos centros mais urbanos, para a melhoria da qualidade de vida;
  - Criação de uma rede pedonal alternativa e afastada da circulação automóvel.
- **Recriar Vivências do Passado nos tempos atuais, através de:**
  - Criar interligações entre a o largo da feira e a antiga estação de comboio, através de passeio pedonal;
  - Requalificação e adequação de uso da Estação de Comboio da Malveira, atraindo novos utilizadores, nomeadamente com a criação de "museu vivo", centro de exposições;
  - Arborização de vias pedonais e criação de zonas de estadia.
- **Requalificação dos espaços Públicos e criação de espaços Verdes, através de:**
  - Reforço e criação de corredores verdes e zonas de sombras, nas aberturas da malha urbana ou nos vazios urbanos, a selecionar e na sequência da requalificação dos espaços públicos, como a requalificação da Avenida 9 de julho e do Largo de Santo António;

- Requalificação dos jardins históricos com valor cultural presente, como a Quinta de Santo António;
- Criação de novas áreas pedonais como o alargamento de áreas de passeio público, estadia ou lazer.




Figura 33| Edifício Histórico em estado de degradação – Malveira.



Figura 34| Habitação projetada pelo arquiteto Raul Lino.



Figura 35| Casa do Galo projetada pelo arquiteto Norte Júnior.



Figura 36 | Largo de Santo António e Cruzeiro - Venda do Pinheiro.



Figura 37 | Largo da Feira da Malveira.

3.1 Estrutura Urbana e Mobilidade Estratégica

A elevada percentagem de edificado habitacional, em mau estado conservação, devolutos, localizados ao longo dos principais eixos estruturantes da malha urbana, promove um desapegamento ao "espírito do lugar", e consequentemente a procura de novos centros urbanos mais apelativos e com mais espaços públicos.

A qualidade do desenho arquitetónico marca os diferentes lugares, no caso da ARU, o património arquitetónico não apresenta grande valor patrimonial.
No entanto, ao longo da história muitos foram os acontecimentos ocorridos nestes lugares que marcaram a existência de edificado e espaços públicos neste lugar da Venda do Pinheiro, que remontam provavelmente ao século XVII, existindo nesta povoação ainda os fortes das linhas de Torres e outras peças históricas, como os painéis de azulejos. A Malveira ligada à linha de comboio, à Estação Férrea e às suas feiras, que marcaram o crescimento de todo o território da AML.

O processo de alteração do espaço público iniciou-se quando a população sentiu necessidade de nova habitação e por isso começa a ocupar os terrenos então utilizados para produção agrícola.



Figura 38|Evolução do património edificado (1919 a 2006).

REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A rede de espaços de circulação pedonal constitui a estrutura de suporte que garante o acesso quer ao edificado quer aos diferentes modos de transporte inerentes a uma mobilidade e acessibilidade em meio urbano.

Os espaços de circulação pedonal integram a rede de percursos pedonais acessíveis, estabelecida e definida pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, como:

- uma rede contínua e coerente que abrange toda a área urbanizada e que deve estar articulada com as atividades e funções urbanas realizadas tanto no solo público como no solo privado;
- necessidades especiais a considerar, que decorrem da condição e da capacidade dos peões, a qual pode variar significativamente em função da idade, de eventuais insuficiências ou incapacidades físicas, e também do tipo de desempenho.

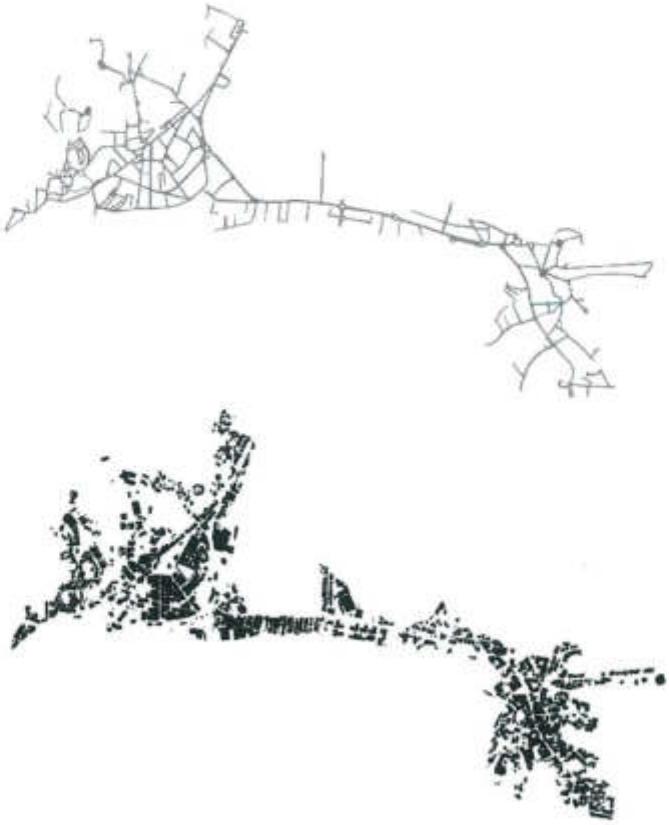


Figura 39|Morfologia urbana atual da ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

Os espaços de circulação pedonal não podem ser entendidos apenas como os passeios que complementam as faixas de rodagem ou, como o espaço sobrante. Pelo contrário, os espaços públicos reservados aos peões devem, desde logo, ser caracterizados e programados no quadro dos objetivos de planeamento definidos anteriormente à elaboração dos projetos de espaço público, e o desenho dos espaços de circulação pedonal deverá sempre entender o peão como o utente primordial da cidade e procurar as melhores e mais aprazíveis soluções para a sua deslocação em meio urbano.

Na conceção de qualquer espaço de circulação pedonal devem ser garantidas as condições de segurança física e de conforto adequadas e um adequado nível de legibilidade do espaço.

Os espaços de circulação pedonal podem incluir:

- passeios;
- passadeiras de peões;
- escadarias, escadarias em rampa e rampas;
- outros espaços de circulação e permanência de peões.

As superfícies destinadas à circulação pedonal e cicláveis são normalmente sobrelevadas em relação aos eixos de circulação rodoviária. Pretende-se nesta estratégia repensar todo o espaço público através do alargamento dos passeios. O aumento da dimensão dos passeios deverá ser conseguido através do desenho e redimensionamento dos eixos rodoviários, sem que tal comprometa a segurança e a fluidez do tráfego rodoviário.

Da análise aos circuitos pedonais da ARU da Malveira/ Venda do Pinheiro, verifica-se que:

- Os circuitos pedonais apresentam-se interrompidos e não garantem de forma contínua a sua acessibilidade geral;
- A fraca qualidade e diversidade de pavimentos;
- O dimensionamento de passeios reduzidos.



Figura 40| Análise de situações de fraca acessibilidade pedonal.



Figura 41| Análise de situações de dimensionamento de passagens pedonais.

No espaço público e mais concretamente nas áreas de passagem de peões, dever-se-á ter em consideração ao tipo de piso tátil proposto, nomeadamente, com tipos de revestimento específico, com cores contrastantes e texturas diversas, que permitam ao peão detetar a existência de travessias. O piso tátil proposto dever apresentar três componentes, com faixas de alerta, guias de encaminhamento e molduras de desgaste.

Espaços de Circulação Ciclável



Figura 42| Proposta de rede de Circulação Ciclável Pedonais.

A área da ARU apresenta inexistência de faixas cicláveis sendo que as áreas de circulação atualmente são mistas. Na presente estratégia torna-se importante a criação de uma rede de mobilidade interna da ARU, com o objetivo de promover a opção pelos modos de deslocação, quer pedonal quer ciclável, devendo o mesmo garantir o acesso às principais interfaces de transporte ferroviário ou rodoviário, zonas de comércio, de serviços, e de zonas residenciais.

Os espaços de circulação ciclável deverão ser através de via partilhada, pelo próprio desenho urbano existente que permite a utilização de marcas rodoviárias próprias, por forma a melhorar a comunicação entre os diferentes utentes.



Figura 43| Exemplo de Sistema de Circulação por Via partilhada. Ribeira das Naus (Lisboa).



Figura 44| Exemplo de Sistema de Circulação por Faixa Ciclável. Avenida Duque de Ávila (Lisboa).



Figura 45| Exemplo de Zonas de Coexistência em Londres e na Av. Praia da Vitória (Lisboa).

Espaços de Circulação Rodoviária

Atendendo aos conceitos de mobilidade e sustentabilidade ambiental, e da análise efetuada à ARU, verifica-se que a maioria da rede viária seja ela qual for o seu nível, apresenta bastante betuminoso, o que provoca a impermeabilização dos solos e aumentanto a velocidade de escorrencias de águas pluvias. Também a predominância do veículo em detrimento do peão, leva a uma descaracterização dos lugares e à perda de qualidade das ruas.



Figura 46| Hierarquia viária na ARU.

Como forma de reduzir a velocidade dentro dos centros urbanos e ordenar a circulação automóvel, propõe-se a introdução do conceito de zonas de maior redução de velocidade (por exemplo zona 30), com o objetivo de devolver o espaço público à população (residente e visitante) através de medidas de acalmia de tráfego.

Adotar este conceito no desenho e requalificação dos centros urbanos é amplamente aconselhada pela Comissão Europeia quer pela Organização Mundial de Saúde.

Estas zonas devem ser implementadas em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial, proximidade com equipamentos, escolas, centros de saúde e na proximidade com itinerários cicláveis.

A limitação das velocidades a 30km/h visa promover uma mudança de comportamento dos condutores promovendo uma circulação mais segura, menos ruidosa e com menos poluição, proporcionando assim uma utilização mais equitativa do espaço público. Neste sentido são introduzidas medidas de acalmia de tráfego que promovam os seguintes objetivos:

- Reduzir a velocidade de circulação;
- Reduzir a ocorrência e a gravidade de acidentes;
- Diminuir o tráfego de atravessamento indesejado;
- Reduzir a poluição sonora e ambiental;
- Garantir a segurança rodoviária.

Espaços de Estacionamento e Paragem

Ao longo dos anos tem-se verificado o aumento da circulação automóvel assim como a disseminação dos estacionamentos aleatórios, ver figura seguinte, em detrimento de zonas pedonais e de prioridade ao peão.



Figura 47| Exemplo de Estacionamento em Zonas Comerciais e Residenciais (Malveira).

Os veículos motorizados passam demasiado tempo imobilizados, pelo que se devem criar áreas de parqueamento destes em espaço público, de forma ordenada e integrados na paisagem urbana recorrendo a à utilização de vegetação.

Mobiliário Urbano

Relativamente ao mobiliário urbano existente na ARU, pode referir-se que são poucas as ofertas relativamente a este item. As poucas zonas de estadia para a população levam a que estas usufruam pouco dos espaços exteriores.

O Mobiliário urbano a propor deverá ser:

- Esteticamente apelativo;
- Prático;
- Fácil manutenção.



Figura 48| Exemplo de Mobiliário Urbano em Espaço Público.

Relativamente aos espaços de Jogo e de Recreio Propostos deveram ser apelativos e adequados às faixas etárias presentes em cada localidade, assim como também oferecer oportunidade de adultos poderem acompanhar os menores e também participarem nas atividades de recreio e lazer.



Figura 49| Exemplo de Espaços de Jogo e Recreio com Interação entre Crianças/Adultos.

ARTE PÚBLICA

Na área de reabilitação urbana deve ter-se em consideração e proteger todo o espólio histórico que marcou a história da evolução dos lugares da Malveira e da Venda do Pinheiro.



Figura 50| Integração de Arte Pública Histórica na Paisagem Urbana. Fonte do Largo da Feira (Malveira) e Painel de Azulejos de 1775 (Venda do Pinheiro).

3.2 Estrutura Verde Urbana Estratégica

A arborização em meio urbano assegura a estrutura ecológica, contribuindo para a qualificação do espaço público e melhoria das condições ambientais. O *continuum naturale* promovido pelos eixos arborizados, promovem a continuidade biológica no interior do espaço urbano.

Da análise aos espaços verdes e à arborização nos arruamentos verifica-se que:

- Os espaços verdes apresentam-se desenquadrados e mal aproveitados pela população;
- Parte do património arbóreo existente apresenta pouca qualidade arbórea;
- Presença de vegetação invasora em zonas da ARU (figura 50 e 51);

Falta de dimensionamento das caldeiras de árvores (figura 52);



Figura 51| Enquadramento dos Estacionamentos com a Vegetação Existente.



Figura 52| Espécies Invasoras (*Cortaderia selloana* e *Acacia dealbata*) (Malveira).



Figura 53| Dimensionamento de Caldeiras.



Figura 54| Ausência de Vegetação em Avenidas.

O planeamento e a conceção do projeto de eixos arbóreos no espaço público, requerem a escolha de espécies arbóreas a utilizar nos arruamentos.

A presença da vegetação arbórea uma variedade de volumes, de formas, de cores, texturas e cheiros que se inspiram nos elementos urbanos, transformando-os e complementando-os.

A arborização das ruas com árvores de alinhamento permite a existência de uma estrutura verde contínua que se articula com os restantes espaços verdes, criando corredores verdes estruturantes fundamentais para a climatização e harmonização da ecologia do meio urbano, sendo um dos principais componentes na melhoria da qualidade do ambiente urbano, mas também um elemento cultural essencial.

A escolha das espécies arbóreas a utilizar nos arruamentos, devem por isso ter em consideração os critérios estabelecidos no Plano Diretor Municipal, designadamente no que refere à caracterização dos Valores Naturais.

Da análise resultante ao património arbóreo existente em espaço Público verifica-se que é bastante diverso, ver figura seguinte, no entanto, encontra-se disperso e com fraco dimensionamento e de integração no espaço público, resultando em fracas áreas públicas com ensombramento em meio urbano.

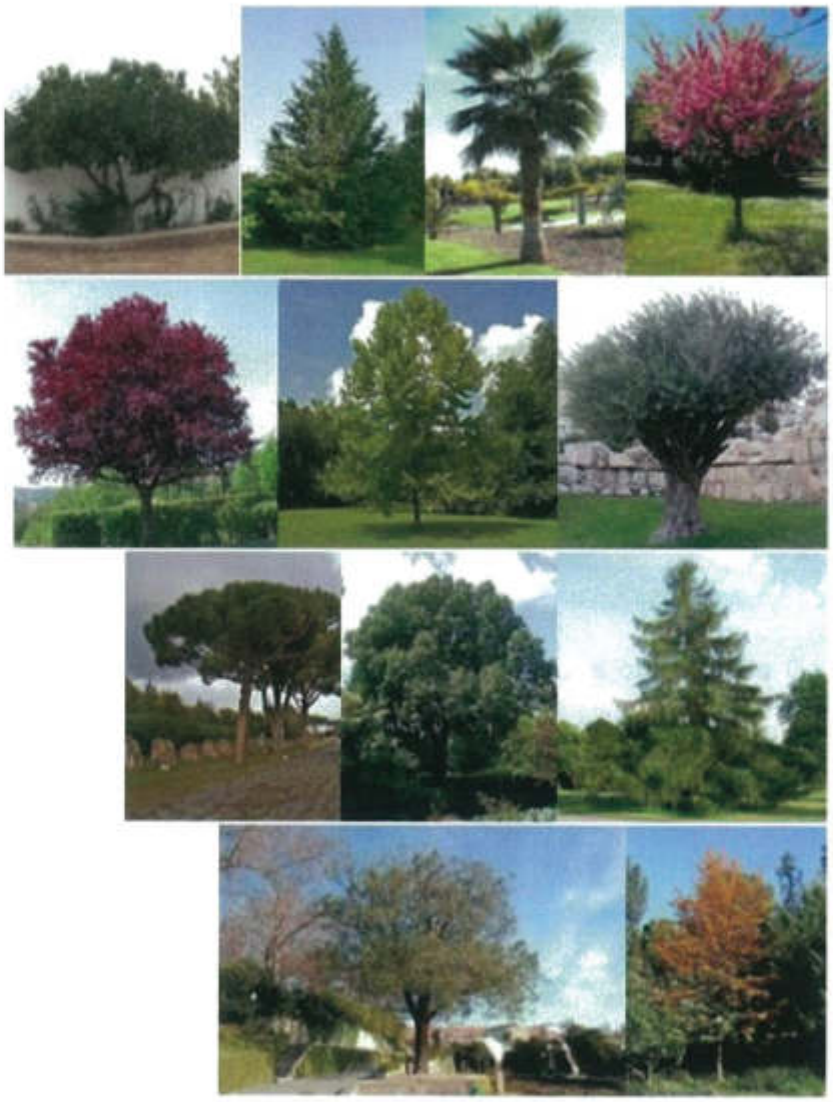


Figura 55| Património Arbóreo Existente na ARU.

A definição de uma estratégia de planeamento para a integração dos espaços verdes e de alinhamentos de árvores em espaços públicos deverão ter em consideração alguns objetivos específicos que ajudaram na conceção do desenho urbano e promover a melhoria da qualidade ambiental da ARU, nomeadamente:

- Promover a arborização dos espaços públicos existentes;
- Garantir a presença de arborização nos novos espaços públicos;
- Preservar os eixos arborizados nos passeios;
- Minimizar os inconvenientes causados pelas árvores no espaço público;
- Reduzir custos de manutenção das árvores, através da seleção das espécies arbóreas e a sua inserção no espaço público.

O parque ecológico constitui um excelente exemplo na requalificação de um espaço urbano, através da definição e valorização da estrutura verde urbana estratégica.

Análise da Paisagem

A conglomeração urbana da Malveira/ Venda do Pinheiro localiza-se numa envolvente com cones vulcânicos, ver figura seguinte, legado da formação geológica do continente europeu.

A morfologia do terreno condiciona as vistas abrangentes e mais amplas, pelo que neste território urbano, a paisagem esta condicionada pelas vistas montanhosas ondulantes que o cercam.



Figura 56| Morfologia da Paisagem. Vista do Largo da Feira para Orientação a Sul, Malveira.



Figura 57| Morfologia da Paisagem. Vista da Rua dos Juncais, Malveira.

Estrutura Ecológica Urbana

Numa primeira análise à ARU da Malveira e Venda do Pinheiro, foi possível verificar que pela morfologia da paisagem, esta fica localizada entre dois festos e cercada por diversas linhas de água provenientes dos cones vulcânicos localizados a sul.

Pela sobreposição de diversa cartografia temática, pode-se concluir que na confluência de parte do limite da ARU localizada a sul, apresenta tendência nos períodos de chuva de provocar áreas inundáveis que poderão ter consequências sociais e económicas consideráveis. Neste sentido, e para contribuir para a mitigação de causas provenientes de fenómenos climáticos extremos, propõe-se uma infraestrutura verde que forneça serviços à população residente e não residente. A visão estratégica que se delineou para a criação de corredores verdes para ARU tem como pressuposto o fornecimento de serviços ecológicos à população e aos visitantes.

Os serviços oferecidos à população são nomeadamente:

- redução de CO2 através do sequestro de carbono pela vegetação proposta;
- aumento de zonas de sombra que promovem a diminuição da evapotranspiração da água do solo;
- aumento da biodiversidade em meio urbano;
- espaços verdes públicos de lazer e cultura.

Os critérios para a criação de corredores ecológicos verdes na ARU Malveira-Venda do Pinheiro correspondem às seguintes linhas de ação:

- Existência de linhas de água na ARU;
- Impermeabilização dos solos nas linhas de água.

.ÁREAS	RECURSOS	CRITÉRIOS	OBJETIVOS
Áreas de interesse agrícola	Solos com elevada capacidade agrícola (RAN)	Solos A (PDM)	Proteção dos recursos naturais
Áreas de proteção hídrica	Áreas de infiltração máxima	Aluviões e declives <5%	
Áreas com interesse ecológico	Leito dos cursos de água	Buffer de 10 m às linhas de água (domínio público hídrico)	
Áreas de interesse patrimonial	Carta de património	Património classificado e em vias de classificação	Proteção e valorização do património cultural e paisagístico
		Quintas, moinhos e núcleos históricos	
Áreas com interesse recreativo, turístico e paisagístico	Ordenamento (PDM)	Áreas de Proteção e enquadramento; Área preferencial de turismo e recreio	Áreas com vocação para o recreio

Tabela 17| Critérios para delimitação de corredores verdes na ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

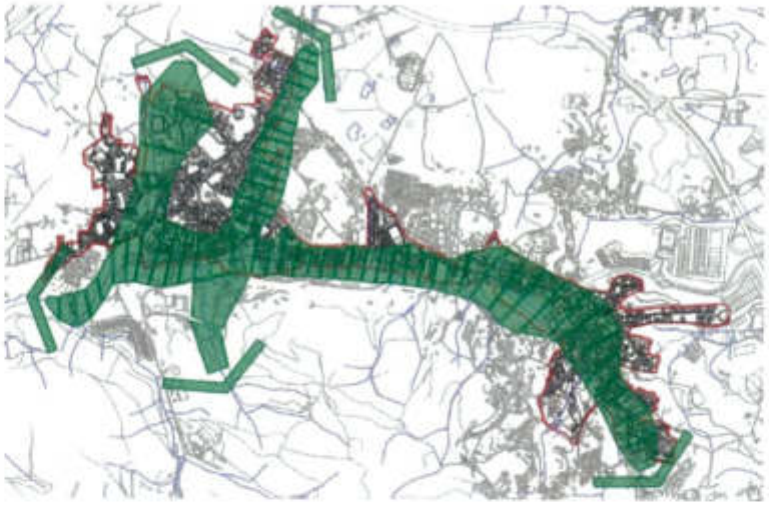


Figura 58| Corredores Verdes Propostos na ARU.

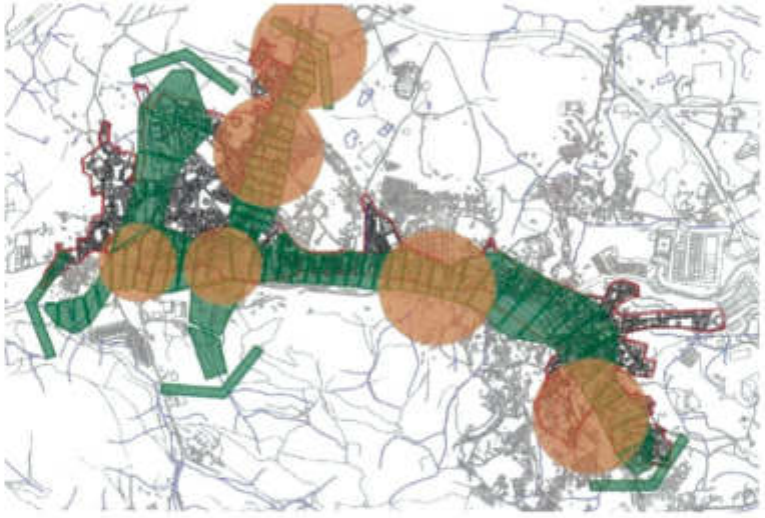


Figura 59| Zonas de Conflito na ARU.



Figura 60| Estrutura Verde Proposta para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

Espaço Público

A Venda do Pinheiro apresenta inúmeras potencialidades de requalificação apresentando enormes benefícios em termos de desenvolvimento económico e de qualidade de vida para a população.

Da análise efetuada a todo o sistema urbano sugere-se a requalificação dos seguintes espaços primordiais, que permitem uma melhoria significativa da qualidade de Vida para a População, podendo eventualmente existir outros:

- Requalificação do Património Histórico da Quinta de Santo António e proposta de classificação como imóvel de interesse Público, para serviço de uso público e com a possibilidade requalificação do jardim histórico, aberto ao público;
- Intervenção no centro urbano da Venda do Pinheiro;
- Intervenção no largo da feira;
- Requalificação do Forte da Feira, com possibilidade de criação de zona de lazer e estadia.

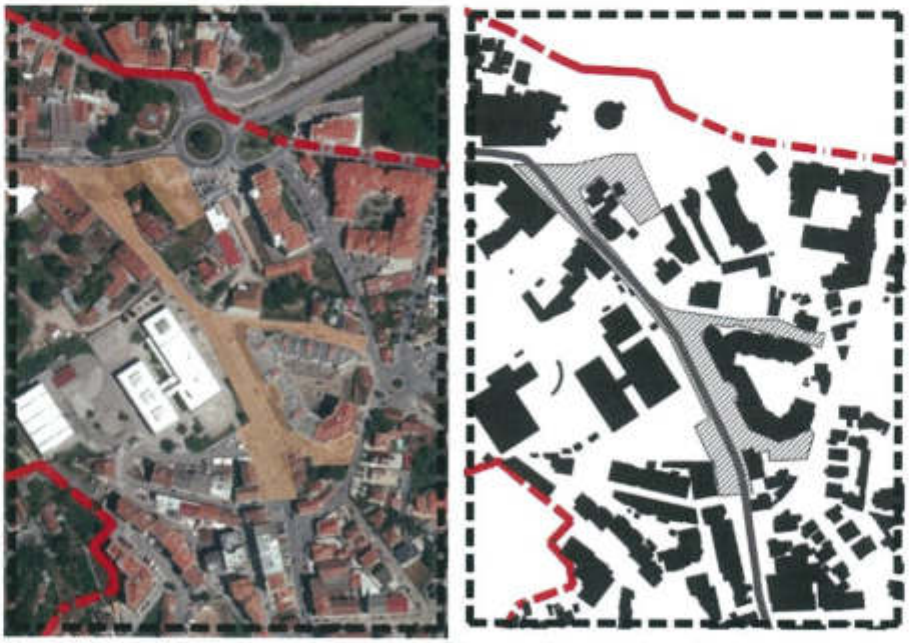


Figura 61| Requalificação Proposta do Espaço Público no Núcleo Histórico do Núcleo Urbano da Venda do Pinheiro..

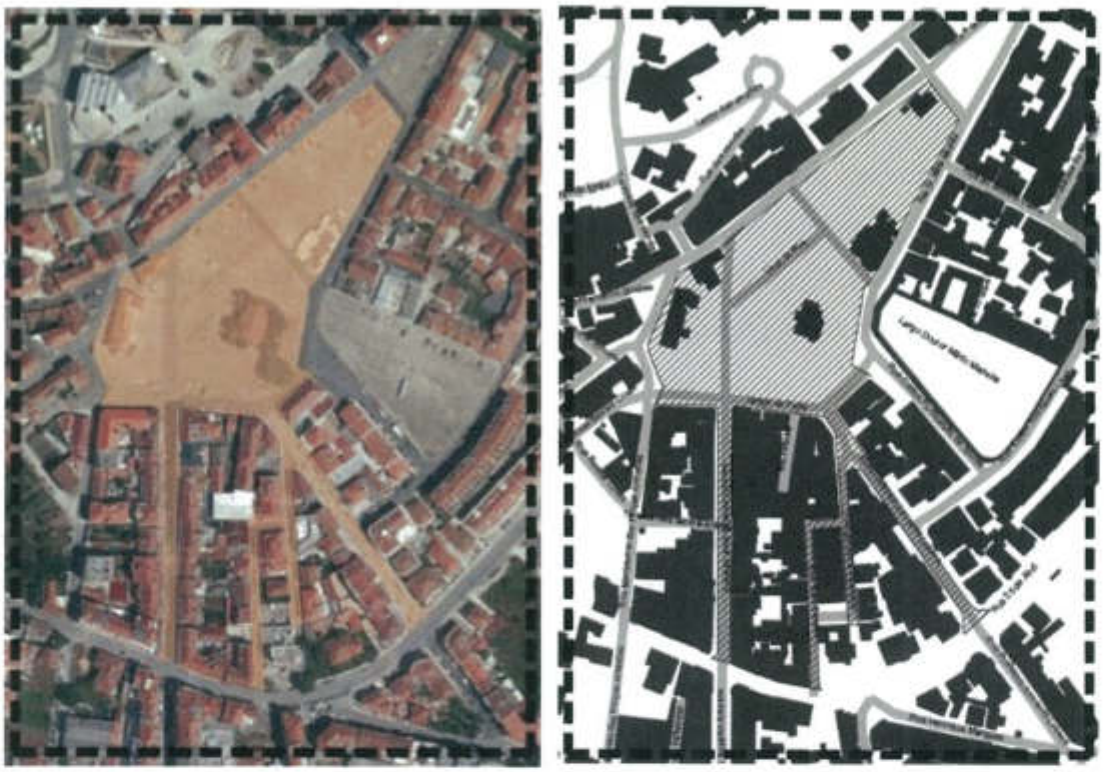


Figura 62| Requalificação Proposta do Espaço Público no Núcleo Central do Largo da Feira, Malveira.

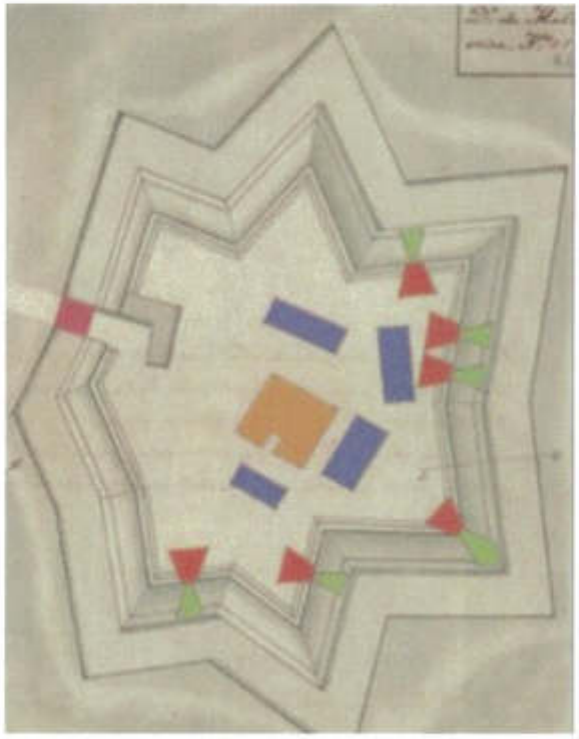


Figura 63| Forte da Feira (Malveira).

4 PROJETOS ESTRUTURANTES

Face aos eixos estratégicos de intervenção apresentados anteriormente para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro, os **projetos estruturantes**, bem como os **outros projetos de requalificação**, enquadram-se na visão "Mafra com mais Vida" e identificam-se no quadro seguinte, na peça desenhada n.º 26 e nas fichas de projeto anexas ao presente Programa.

Considerando que o portal geográfico GeoMafra é um instrumento de apoio à gestão do território que permite, através do recurso à utilização de novas tecnologias, o armazenamento, a organização e a análise de informação gráfica e alfanumérica, foi desenvolvido um site com a designação "Requalificação Urbana".

Esta ferramenta, utilizada pelos serviços e disponível aos munícipes através do portal geográfico (http://sig.cm-mafra.pt/portalgeografico/), permitirá aceder a toda a informação georreferenciada da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, onde o particular poderá consultar a caracterização do seu imóvel, fomentando a sua colaboração com os diversos atores locais.

V. OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ARU MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

A **ORU da Malveira e Venda do Pinheiro, definida para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro**, assenta no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e permitirá o desenvolvimento da visão estratégica "Mafra mais Vida", assente num conjunto de eixos estratégicos. Deste modo, apresenta-se o seguinte instrumento de programação de ação territorial definido através de: **modalidade, prazos de execução, estimativas de investimento e fontes de financiamento**, preconizando assim o **modelo de gestão e execução a implementar**.

1 MODALIDADE DA ORU

A operação a desenvolver na ARU Malveira e Venda do Pinheiro corresponde a uma **ORU Sistemática**, uma vez que a estratégia de reabilitação urbana apresentada define ações integradas no tecido urbano.

De acordo com o art.º 8.º do RJRU, o Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua atual redação, uma ORU sistemática corresponde a uma *"intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público"*.

Importa referir que, de acordo com o art.º 54.º do RJRU, os **instrumentos de execução de política urbana previstos são bastante mais amplos no caso das ORU sistemáticas** face às ORU simples. Constituição de servidões, procedimento de expropriação, venda forçada e reestruturação da propriedade são instrumentos de execução interditos nas ORU simples, mas que poderão ser utilizados para a implementação da ORU Sistemática da ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

Conforme o n.º 1 do art.º 20.º, do mesmo regime jurídico, a **ORU Sistemática da ARU de Malveira e Venda do Pinheiro** vigorará pelo prazo estabelecido de 15 anos, estimando-se que os projetos de intervenção se desenvolvam entre 2018 a 2033. Tal prazo não poderá ser prorrogado, uma vez que, de acordo com o referido artigo, este corresponde ao âmbito temporal máximo admitido para a vigência das ORU.

Para a concretização integral da **ORU Sistemática** deverá ser promovido um programa de monitorização para avaliação da prossecução dos eixos estratégicos e do grau de execução dos projetos de intervenção, bem como ser ponderada a possibilidade de desenvolvimento de **regulamentos municipais para as áreas de valor patrimonial**.

2 Prazo de Execução

Para o desenvolvimento dos projetos de intervenção ao longo do prazo de execução definido de 2018 até ao final de 2032, define-se uma programação por triénio, conforme a tabela seguinte e de acordo com os seguintes critérios:

- **1.º Triénio**: projetos a concretizar a curto prazo;
- **2.º Triénio**: projetos a concretizar a curto/ médio prazo;
- **3.º Triénio**: projetos a concretizar a médio prazo;
- **4.º Triénio:** projetos a concretizar a médio/ longo prazo;
- **5.º Triénio**: projetos a concretizar a longo prazo.

DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO				
		1ºTRIÉNIO 2018/2019/2020	2.º TRIÉNIO 2021/2022/2023	3.º TRIÉNIO 2024/2025/2026	4.º TRIÉNIO 2027/2028/2029	5.º TRIÉNIO 2030/2031/2032
PROJETOS ESTRUTURANTES – REABILITAÇÃO DE EDIFICADO						
Escola E.B.2.3 da Malveira – Reabilitação do Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.01					
Posto de Assistência Social da Malveira – Reabilitação do Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.02					
Casa Canas – Reabilitação do Edifício – Espaço Multimédia	ORU.MVP.PRJ.EDF.03					
Bombeiros Voluntários da Malveira – Reabilitação do Edifício Público	ORU.MVP.PRJ.EDF.04					
Unidade de Saúde Mafra Leste – Construção	ORU.MVP.PRJ.EDF.05					
Quinta de Santo António – Reabilitação do Edifício – Espaço Multiusos	ORU.MVP.PRJ.EDF.06					
Escola E.B.2.3 da Venda do Pinheiro – Reabilitação de Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.07					
Santa Casa da Misericórdia – Reabilitação de Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.08					
PROJETOS ESTRUTURANTES – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO						
Feira do Gado – Requalificação do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.01					
Mata Paroquial da Malveira – Requalificação do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.02					
Largo da Feira da Malveira – Requalificação Integrada do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.03					
Estacionamento no Parque Intermodal – Requalificação Integrada do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.04					
Parque Ecológico – Reabilitação do passadiço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.05					
Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro – Requalificação Paisagística	ORU.MVP.PRJ.EP.06					
PROJETOS ESTRUTURANTES – REGENERAÇÃO DA MOBILIDADE						
Feira do Gado – Ampliação do Parque de Estacionamento e Integração Paisagística com Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.01					
Estacionamento da Rua do Liceu (Feira da Revenda) – Requalificação do Parque de Estacionamento	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.02					
Largo das Escolas (Largo do Depósito de Água) – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.03					
Rua 25 de Abril – Ampliação de Estacionamento do Parque Intermodal	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.04					
Viaduto – Linha da Refer – Construção	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.05					
Largo das "Trouxas da Malveira" – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.06					
Rotunda da Venda do Valador – Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.07					
Largo de Santo António – Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.08					
Largo do Freixo – Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.09					
EN116 – Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade – Criação de Circuitos Pedonais / Cicláveis e Arborização	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.10					

Tabela 18|Prazo de Execução dos Projetos de Intervenção por Triénio.

3 Estimativas de Investimento

A implementação dos projetos de intervenção, que consubstanciam a visão estratégica para a presente ORU, têm uma estimativa de investimento.

A estimativa global de investimento para implementação da estratégia corresponde ao total das intervenções realizadas pelo Município e pelos particulares, mas sujeita à necessária aferição após desenvolvimento dos projetos, **não sendo considerada vinculativa.**

Os valores estimados para os projetos de intervenção, apresentados na tabela seguinte, correspondem ao cálculo unitário por metro quadrado de construção, sem IVA, e para o edificado ou espaço público, desenvolvido em função de duas variáveis: os custos médios de construção e o tipo de intervenção pretendida. Para alguns destes projetos foram consultados os valores estimados no âmbito do **Plano de Ação de Regeneração Urbana** (setembro de 2015).
Para os imóveis particulares o valor estimado foi desenvolvido em função do estado de conservação do edificado, à presente data, do tipo de intervenção necessária, por forma a garantir a melhoria dos níveis de habitabilidade e segurança, e dos custos médios de construção.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	TIPO DE INTERVENÇÃO	CUSTO MÉDIO (€/m²)
Excelente, bom ou em obra	**Sem necessidade de intervenção.**	
Médio	**Intervenção ligeira**: Intervenção ligeira de manutenção das fachadas e coberturas.	€250
Mau	**Intervenção média**: Intervenção nas coberturas, substituição de redes técnicas, reformulação de espaços interiores, designadamente cozinhas e instalações sanitárias.	€450
Péssimo	**Grande intervenção**: Construção nova ou intervenção na organização interior da edificação, alterações de fundo na estrutura, nas fachadas ou nas coberturas.	€700

Tabela 19| Custo Médio, sem IVA, por Estado de Conservação e Tipo de Intervenção.

DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO ESTIMATIVA (€)	ENTIDADES ENVOLVIDAS
PROJETOS ESTRUTURANTES – REABILITAÇÃO DE EDIFICADO			
Escola E.B.2.3 da Malveira – Reabilitação do Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.01		CMM
Posto de Assistência Social da Malveira – Reabilitação do Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.02	1. 400. 000, 00€	CMM; PRIVADO
Casa Canas – Reabilitação do Edifício – Espaço Multimédia	ORU.MVP.PRJ.EDF.03	577. 000. 000 €	CMM
Bombeiros Voluntários da Malveira – Reabilitação do Edifício Público	ORU.MVP.PRJ.EDF.04	900. 845. 15 €	CMM; PRIVADO
Unidade de Saúde Mafra Leste – Construção	ORU.MVP.PRJ.EDF.05	1. 497. 999,10 €	CMM
Quinta de Santo António – Reabilitação do Edifício – Espaço Multiusos	ORU.MVP.PRJ.EDF.06	S/ i	CMM; POSEUR
Escola E.B.2.3 da Venda do Pinheiro – Reabilitação de Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.07	S/ i	CMM
Santa Casa da Misericórdia – Reabilitação de Edifício	ORU.MVP.PRJ.EDF.08	3. 143. 775,00 €	PRIVADO
PROJETOS ESTRUTURANTES – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO			
Feira do Gado – Requalificação do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.01	S/ i	CMM; POSEUR
Mata Paroquial da Malveira – Requalificação do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.02	S/ i	CMM; POSEUR
Largo da Feira da Malveira – Requalificação Integrada do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.03	S/ i	CMM; POSEUR
Estacionamento no Parque Intermodal – Requalificação Integrada do Espaço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.04	S/ i	CMM; POSEUR
Parque Ecológico – Reabilitação do passadiço Público	ORU.MVP.PRJ.EP.05	2. 311. 149,7 €	CMM; POSEUR
Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro – Requalificação Paisagística	ORU.MVP.PRJ.EP.06	S/ i	CMM; POSEUR
PROJETOS ESTRUTURANTES – REGENERAÇÃO DA MOBILIDADE			
Feira do Gado – Ampliação do Parque de Estacionamento e Integração Paisagística com Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.01	S/ i	CMM; POSEUR
Estacionamento da Rua do Liceu (Feira da Revenda) – Requalificação do Parque de Estacionamento	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.02	S/ i	CMM; POSEUR
Largo das Escolas (Largo do Depósito de Água) – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.03	S/ i	CMM; POSEUR
Rua 25 de Abril – Ampliação de Estacionamento do Parque Intermodal	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.04	S/ i	CMM; POSEUR
Viaduto – Linha da Refer – Construção	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.05	S/ i	CMM; POSEUR
Largo das "Trouxas da Malveira" – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.06	S/ i	CMM; POSEUR
Rotunda da Venda do Valador – Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.07	S/ i	CMM; POSEUR
Largo de Santo António – Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.08	S/ i	CMM; POSEUR
Largo do Freixo – Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.09	S/ i	CMM; POSEUR
EN116 – Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade – Criação de Circuitos Pedonais / Clicáveis e Arborização	ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.10	S/ i	CMM; POSEUR

Tabela 20 | Estimativas de Investimento, sem IVA, dos Projetos de Intervenção.

4 Fontes de Financiamento

Com vista à implementação do Programa Estratégico apresenta-se uma estrutura de financiamento, com base no contexto económico-financeiro e jurídico atual. No entanto e uma vez que, no programa de execução desenvolvido anteriormente, os projetos de intervenção serão implementados a médio e longo prazo, efetua-se uma indicação das fontes de financiamento atualmente em vigor, as quais poderão vir a sofrer alterações no período de vigência da ORU.

No pressuposto anterior, as fontes de financiamento possíveis contemplam incentivos municipais, Portugal 2020 e outros incentivos de financiamento.

a. Incentivos municipais

"Mafra Requalifica": O Município, assumindo-se como entidade dinamizadora da requalificação do Concelho, prevê os seguintes incentivos:

- Incentivo financeiro para restauro, limpeza e recuperação de alçados principais que confinem com vias ou largos públicos, aos proprietários dos prédios com licenças de autorização emitidas há mais de 10 anos;
- Isenção de taxas de ocupação de via pública, por motivos de obras e das respetivas taxas administrativas, quando se tratar da pintura das fachadas dos prédios urbanos, sem alteração de fachadas ou cores, ou reparação e substituição de caleiras ou algeroz, janelas e portas;
- Redução nas taxas municipais de urbanismo, no âmbito do Programa Municipal de Apoio à Família e em função do número de dependentes, para construção ou remodelação de habitação própria;
- Redução de 50% nas taxas de vistorias para determinação do estado de conservação;
- Descontos nos materiais de construção através de parcerias com empresas do setor da construção civil;
- Incentivo financeiro através de uma linha de crédito específica com a Caixa de Crédito Agrícola.

O Município de Mafra posicionou a **qualificação ambiental e paisagística do território** como uma prioridade estratégica, a qual, para além da elevação das condições de vida dos residentes, funciona como alavanca para a dinamização do turismo e da economia local, atraindo visitantes e investigadores.

b. Portugal 2020 – acordo de parcerias até 2020

O acordo de parceria 2014-2020, adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, reúne a atuação dos cindo fundos estruturais e de Investimento Europeus (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, no referido período temporal.

Destes fundos comunitários disponíveis para os próximos anos, salienta-se o Eixo Temático 4, referente à Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, o qual tem como principais prioridades de investimento, por um lado, a concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas e por outro, a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todo o território, nomeadamente, nas zonas urbanas.

Também, relevante para a estratégia de reabilitação urbana, é o Eixo Temático 6 relativo à preservação do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos.

Importa ainda referir o **Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – IFRRU 2020**, criado no âmbito do Portugal 2020, para apoio à reabilitação e revitalização urbanas, incluindo a promoção da eficiência energética, em complementaridade, na reabilitação de habitação para particulares. Estes apoios são concedidos através de produtos financeiros, criados pela banca comercial, a disponibilizar com condições mais favoráveis, sendo cofinanciáveis às seguintes operações, em áreas de reabilitação urbana, zonas ribeirinhas ou zonas industriais abandonadas definidas pelos Municípios:

- Reabilitação integral de edifícios, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2;

– Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão.

c. Outros incentivos de financiamento

Programa Life + 2014 – 2020, constituído pelos subprogramas: Ambiente e Ação Climática. O programa LIFE contribuirá para o desenvolvimento sustentável e para a consecução dos objetivos e metas da Estratégia Europeia 2020, o 7.º Programa de Ação em matéria de Ambiente e outras estratégias e planos relevantes da UE em matéria de ambiente e clima. O subprograma ambiente tem três domínios prioritários: o ambiente e eficiência dos recursos, a natureza e biodiversidade e a governação e informação em matéria de ambiente. O subprograma relativo à ação climática prevê os domínios mitigação das alterações climáticas, adaptação às alterações climáticas e governação e informação em matéria de clima.

Fundo JESSICA (*Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*) como instrumento financeiro promovido pela Comissão Europeia e desenvolvido pelo Banco Europeu de Investimento com o apoio do Council of Europe Development Bank, que se constitui como forma inovadora de aplicar os fundos estruturais comunitários disponíveis aos Estados membros, a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano.

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) para promoção da proteção ambiental e da segurança energética com uma relação custo-benefício favorável. A estimativa da poupança induzida pelo PNAEE até 2016 é de 1501 ktep (em energia final), correspondente a uma redução do consumo energético de aproximadamente 8,2% relativamente à média do consumo verificada no período entre 2001 e 2005, o que se aproxima da meta indicativa definida pela União Europeia de 9% de poupança de energia até 2016.

Fundos Ambientais promovidos pela Agência Portuguesa do Ambiente e que correspondem aos seguintes:

– **Fundo Português do Carbono**, o qual se destina a apoiar a transição para uma economia resiliente, competitiva e de baixo carbono, através do financiamento ou cofinanciamento de medidas que contribuam para o cumprimento dos

compromissos do Estado Português no âmbito do Protocolo de Quioto e de outros compromissos internacionais e comunitários na área das alterações climáticas;

– **Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos**, com a missão de contribuir para a utilização racional e para a proteção dos recursos hídricos, através da afetação de recursos a projetos e investimentos necessários ao seu melhor uso;

– **Fundo de Intervenção Ambiental**, com o objetivo de financiar iniciativas de prevenção e reparação de danos a componentes ambientais naturais ou humanas, sejam eles resultantes da ação humana ou produto das forças da natureza, que exijam uma intervenção rápida ou para os quais não se possam mobilizar outros instrumentos jurídicos e financeiros.

5 Apoios e Incentivos à Reabilitação

Da aprovação da delimitação da ARU Malveira e Venda do Pinheiro , através da deliberação da Assembleia Municipal, publicada no Aviso n.º 14304/2018, de 8 de outubro, foi definido um conjunto de benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e o imposto municipal sobre imóveis (IMI), bem como ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) e na aplicação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), nos termos da legislação aplicável. No entanto, face às alterações efetuadas ao Orçamento de Estado para 2018, o Quadro dos Benefícios Fiscais sofreu reajustes em concordância com o art.º 45 do EBF, D.L. 215/89 de 1 de julho, alterado pela lei 114/2017 de 29 de dezembro e em que se indicam:

Isenção de IMT – imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis - nas aquisições de prédios urbanos ou frações autónomas destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;

Isenção de IMT – imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis - na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, para habitação própria e permanente ou a afetar a arrendamento para habitação permanente;

Isenção de IMI – imposto municipal sobre imóveis - por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente. A prorrogação da isenção prevista na alínea a) do n.º 2 está dependente de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, sendo o respetivo reconhecimento efetuado pela Câmara Municipal nos termos do n.º 4 do artigo 45º do EBF;

Dedução à coleta – em sede de IRS, de 30% dos encargos relacionados com a respetiva reabilitação, até ao limite de €500, quando sejam recuperados nos termos da respetiva

estratégia de reabilitação urbana ou imóveis arrendados, passíveis de atualização faseada das rendas, que sejam objeto de ações de reabilitação;

Tributação das mais-valias – auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, à taxa reduzida de 5%.

Tributação dos rendimentos prediais à taxa reduzida de 5% – quando estes sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis que sejam recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação urbana.

Redução da taxa de IVA de 6% – a empreitadas de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou partes autónomas destes afetos à habitação, com exceção dos trabalhos de limpeza, de manutenção dos espaços verdes e das empreitadas sobre bens imóveis que abranjam a totalidade ou uma parte dos elementos constitutivos de piscinas, saunas, campos de ténis, golfe ou minigolfe ou instalações similares.

Majoração do IMI até 30% – aplicável a prédios urbanos degradados, em mau estado de conservação e que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, designadamente os prédios ou frações autónomas em ruínas, é da competência da entidade gestora ou da Câmara Municipal e de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto e na Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.

No sentido de promover esta qualificação, com a necessária publicidade, foi lançado o programa mafra requalifica em 2016 tendo tido até ao momento uma adesão exponencial com um aumento do número de candidaturas, a cada mês que passa.

O programa começou com 10 medidas, neste momento conta com 12, sendo que parte destas medidas, decorrem diretamente do Orçamento de estado e do Código do IMI, sendo a mais popular, em todo o concelho, a medida 7 – apoio à recuperação da fachada.

Verifica-se que dentro das ARU a adesão é maior que no restante território sendo que especificamente na ARU da Malveira/Venda do Pinheiro o número de candidaturas à recuperação de fachadas corresponde a 90 % dos pedidos. A maioria dos proponentes solicita o incentivo à recuperação de fachadas, mas complementarmente solicitam também a isenção de taxas na ocupação de via pública e apenas em cerca de $\frac{1}{3}$ das candidaturas é solicitada a redução do IVA uma vez que esta medida obriga a que a requalificação seja efetuada através de empreitada.

A recuperação de muros é uma medida mais recente (2018) pelo que grande parte dos munícipes só a solicitam se procuraram informação junto dos serviços, motivo que leva a uma adesão com menor expressão.



Tabela 21 | Dados referentes ao Mafra Requalifica.

6 MODELO DE GESTÃO DE EXECUÇÃO DA ORU

As operações de reabilitação urbana devem ser geridas e coordenadas de acordo com o disposto nos art.º 10.º e 36.º do RJRU, na sua atual redação, por uma entidade gestora, a qual poderá corresponder ao Município ou a uma entidade do setor empresarial local. No âmbito da ORU da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, propõe-se que a **gestão e coordenação** desta operação de reabilitação seja assumida diretamente pelo **Município**, respondendo este como a **entidade gestora** do processo.

De facto, esta opção corresponde, por um lado, à necessidade de contenção de custos assumida pelo Município e aproveitamento de conhecimento e experiência técnica desenvolvida no âmbito do planeamento e da gestão do território e, por outro, à fluidez na articulação entre os diferentes serviços, designadamente no acompanhamento direto de processos.

Relativamente à **execução da ORU** da ARU Malveira e Venda do Pinheiro, propõe-se que a operação de reabilitação urbana seja desenvolvida **por iniciativa da entidade gestora** – o Município de Mafra. Desta forma, a execução da operação poderá realizar-se através de execução direta pela entidade gestora ou através de administração conjunta ou de parcerias com entidades privadas, mediante uma concessão de reabilitação urbana ou um contrato de reabilitação urbana.

Conquanto a execução da ORU seja assumida pela entidade gestora, através da requalificação de espaços públicos, equipamentos e infraestruturas, a concertação com os proprietários dos edifícios, os quais têm o dever de conservar ou reabilitar os seus imóveis, é fundamental para o sucesso da operação de reabilitação.

Desta forma, assume-se que a **complementaridade e coordenação entre os vários atores locais é fundamental na política de reabilitação**, promovendo-se a articulação e a compatibilização entre as iniciativas públicas e as iniciativas dos privados.

7 Instrumentos de Execução da Política Urbanística

Na execução da ORU, o Município, enquanto entidade gestora, dispõe de instrumentos de execução relativos ao controlo das operações urbanísticas e a instrumentos de execução de política urbanística, conforme o RJRU.

Relativamente ao **controlo das operações urbanísticas**, estas correspondem ao seguinte:

a. Licenciamento e admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas;
b. Inspeções e vistorias, nos termos do disposto RJRU;
c. Adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística, nos termos do RJRU;
d. Cobrança de taxas e atribuição de compensações.

No que respeita aos **Instrumentos de Reabilitação Urbana,** estes correspondem a:

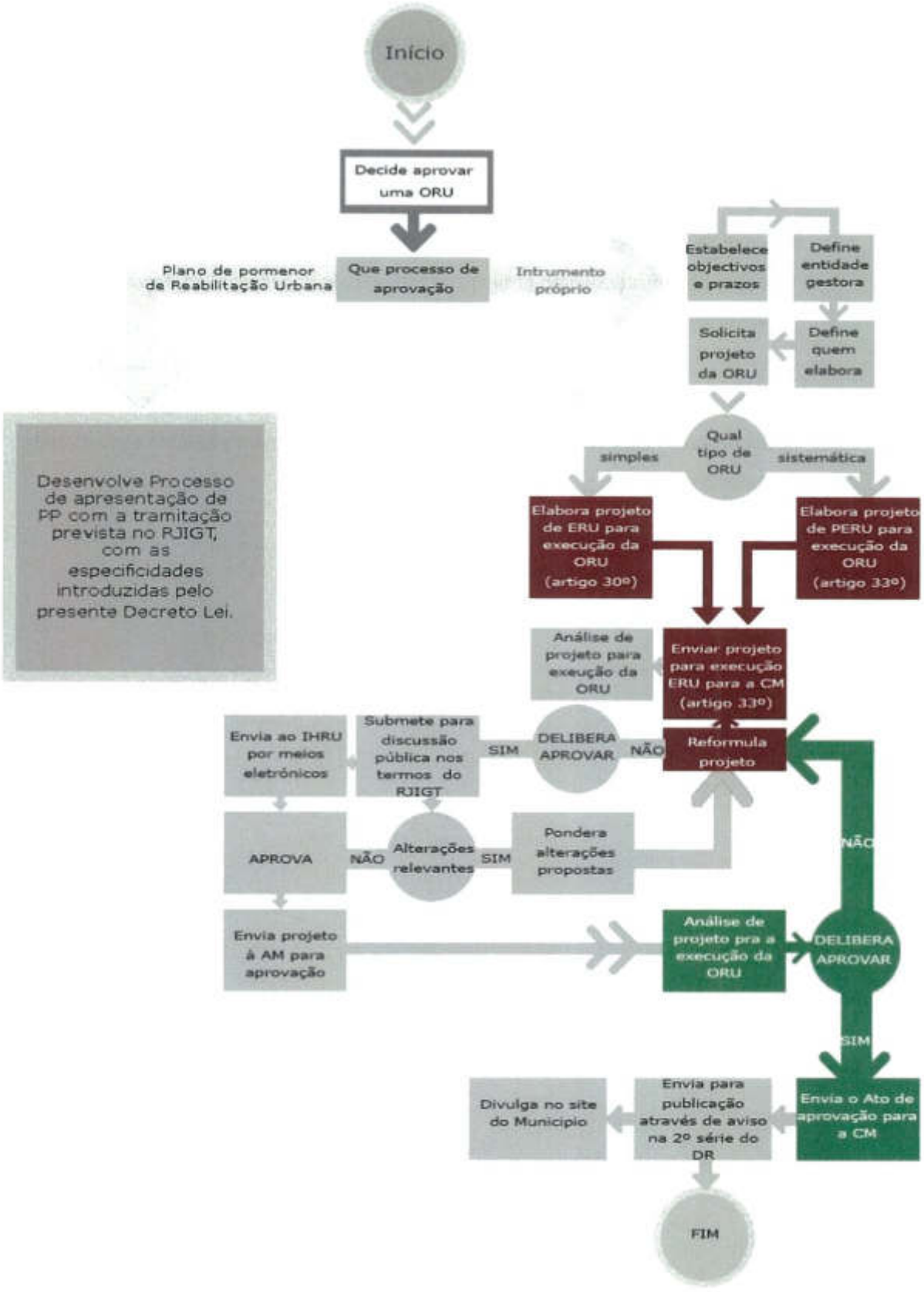
a. Imposição da obrigação de reabilitar e de obras coercivas, após a realização de vistorias pela entidade gestora, nos termos do RJRU;
b. Empreitada única, de modo a promover a reabilitação de um conjunto de edifícios, sendo o Município, como representante dos proprietários, responsável por contratar e gerir a empreitada;
c. Demolição de edifícios se estiverem em causa requisitos de segurança e salubridade indispensáveis ao fim a que se destinam e cuja reabilitação seja técnica ou economicamente inviável;
d. Direito de preferência, aquando da transmissão a título oneroso, entre particulares, de terrenos, edifícios ou frações situadas na ARU e somente quando o imóvel deva ser objeto de intervenção no âmbito da ORU;
e. Arrendamento forçado, quando o Município tenha tomado a posse administrativa do imóvel e executado as obras e caso o proprietário, no prazo máximo de quatro meses a contar da conclusão das obras, não tenha procedido ao ressarcimento integral das despesas, ou não der de arrendamento o edifício ou a fração por um prazo mínimo de 5 anos, afetando as rendas ao ressarcimento das despesas;
f. Servidões, através da constituição de servidões administrativas necessárias à reinstalação ou ao funcionamento de atividades na zona de intervenção;

g. Expropriações, conforme o disposto no Código das Expropriações com as especificidades previstas no regime jurídico de reabilitação urbana, podendo ser expropriados os terrenos, os edifícios ou as frações que sejam necessários à execução da ORU ou quando os proprietários não cumprem a obrigação de promover a reabilitação dos seus imóveis ou aleguem que não podem ou não querem realizar as obras e trabalhos impostos;

h. Venda forçada, em alternativa à expropriação e caso os proprietários não cumpram a obrigação de reabilitar ou, aquando da notificação, respondam que não podem ou não querem realizar as obras necessárias;

i. Reestruturação da propriedade, através da expropriação por utilidade pública de imóveis necessários ao reordenamento urbano, designadamente para criação de arruamentos e outros espaços públicos, consolidação de frentes urbanas ou reconstrução ou remodelação prédios urbanos dissonantes.

8 FLUXOGRAMA DE APROVAÇÃO DA ORU, CONFORME IHRU



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo a concretização da estratégia de reabilitação e renovação urbana, pilar do desenvolvimento económico e social, associado aos instrumentos de planeamento e gestão do território em vigor, o Município apresenta o **Programa Estratégico para a Reabilitação Urbana** da ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

Trata-se de um programa essencial para o desenvolvimento local e define um conjunto de ações identificadas como projetos de intervenção necessários ao desenvolvimento da estratégia de intervenção.

Na figura seguinte desenvolveu-se o enquadramento processual deste processo de reabilitação urbana associado ao desenvolvimento da ORU para a ARU Malveira e Venda do Pinheiro.

VII. REFERÊNCIAS

Ambiente e transição energética . (18 de Março de 2019). *Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética* . Obtido de Eficiência Energética : http://www.pnaee.pt/

Angência Portuguesa do Ambiente . (16 de Janeiro de 2019). *Agência Portuguesa do Ambiente* . Obtido de http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=160&sub2ref=1021(consultado

Câmara Municipal de mafra. (18 de Fevereiro de 2019). *Rota Histórica das Linhas de Torres.* Obtido de Câmara Municipal de Mafra: http://www.cm-mafra.pt/pt/turismo/rota-historica-das-linhas-de-torres

CCDR LVT . (15 de janeiro de 2019). *PORTUGAL 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020.* Obtido de http://www.ccdr-lvt.pt/pt/portugal-2020---acordo-de-parceria-2014-2020/8121.htm

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, Câmara Municipal de Mafra . (2015). *Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana / Malveira/Venda do Pinheiro* . Mafra .

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, Câmara Municipal de Mafra . (2018). *Alteração de Área de Reabilitação Urbana| Malveira/Venda do Pinheiro* . Mafra .

Departamento de Urbanismo. Obras Municipais e Ambiente - Câmara Municipal de Mafra. (2015). *Plano Diretor Municipal de Mafra| Revisão - Volume IV| Relatório de Fundamentação.* Mafra.

Freguesia da Malveira . (2 de Fevereiro de 2019). Obtido de Portugal torrão natal : http://portugaltorraonatal.blogspot.com/2011/09/freguesia-de-malveira.html

Fundo JESSICA. (11 de fevereiro de 2019). *Financie o seu projeto.* Obtido de JESSICA Holding Fund Portugal: http://www.fundojessicaportugal.org/

Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana . (12 de Abril de 2019). Obtido de Portal da Habitação : https://www.portaldahabitacao.pt/

Nunes, C. A. (2015). *Venda do Pinheiro: Histórias de uma Aldeia* . Venda do Pinheiro : RICSIL - Artes Gráficas .

S/i. (18 de Abril de 2019). *Malveira* . Obtido de Wikipedia : https://pt.wikipedia.org/wiki/Malveira

Silva, M. F. (século XVIII). *Origens das regiões na Obra de Valdêz.*

União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça . (14 de Janeiro de 2019). *União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça* . Obtido de Arquivo fotográfico : http://www.uf-malveira-alcainca.pt/cidadao/arquivo-fotografico/malveira

VIII. ANEXOS

ANEXOS

I

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA | MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

PEÇAS DESENHADAS

MAIO 2019



LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana - 168.9 ha

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA	DUOMA DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	BTOB	Sandra P. Duarte Leonor Ribeiro	ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro
DESENHADOR		Pedro Rosado	
ENG.TERRITÓRIO	ALETI	Ana Carolina Fonseca	
ARQ.PAISAGISTA	IDCB	Filipa Fernando	
URBANISTA	IM	Sofia Martins	
GEÓGRAFA		Mariana Nunes	

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO:	DESIGNAÇÃO: Extrato do Ortofotomapa 2017 Localização	VERIFICAÇÃO: APROVAÇÃO: ESCALA: 1 / 5.000 FASE DO PROJECTO: Proposta DESENHO Nº: 01
	DATA: Maio 2019		

Modelo DUOMA--20/1

Legenda:

Edificado

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana - 168.9 ha

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	BAOS	Sandra F. Duarte Oliveira Baptista
DESENHADOR		Paulo Coutão
ENG.TERRITÓRIO	OA/N	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OA/S	Tânia Fernando
URBANISTA	OA	Maria Freitas
DESENHADOR		Mauro Agra

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Extrato da Cartografia 2010
Localização

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 02

Modelo: DUOMA – 20/1

Legenda:

Edificado

Extracto da Legenda da Planta de Ordenamento

Solo Urbano

Solo Urbanizado

Espaços Residenciais

- Áreas Consolidadas
- Áreas Consolidadas de Valor Patrimonial
- Áreas a Estruturar

Espaços de Actividades Económicas

- Áreas Consolidadas
- Espaços Verdes

Espaços de Uso Especial

- Áreas de Equipamentos e Outras Estruturas
- Áreas de Infraestruturas

Sistema Urbano

Núcleos Urbanos

- Nível I

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	1208	Sandra F. Duarte, Carla Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendeiro
ENG.TERRITÓRIO	3470	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	1008	Filipa Raimundo
URBANISTA	114	Sofia Barros
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO:	DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Extracto da Planta de Ordenamento Carta de Classificação e Qualificação do Solo

ESCALA: 1 / 10.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 03

Modelo DUOMA-20/1

Ribeira da Roussada

Ribeira da Carrasqueira

Galés

Ribeiro

Legenda:

Edificado

Extracto da Legenda da Planta de Ordenamento

Estrutura Ecológica Municipal

Áreas de Protecção

Áreas de Valorização Específica

Rede Ecológica Metropolitana-PROT 2002

Corredor Estruturante Primário

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	TUDOS	Sandra F. Granido Cunha Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendeiro
ENG.TERRITÓRIO	70474	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	1008	Filipa Fairweather
URBANISTA	114	Sofia Martins
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO:	DESIGNAÇÃO: Extracto da Planta de Ordenamento Carta de Estrutura Ecológica Municipal	ESCALA: 1 / 10.000
	DATA: Maio 2019		FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 04

C. do Abade

Vale do Casal

Asseiceira Grande

Brejos da Roussada

Arroteiras

Venda do Pinheiro

C.das Borras

Carrasqueira

Qts. das Pégas

Legenda:

Edificado

Zona de Riscos

Risco Sismo

Moderado (PORTAML)

Risco de Ameaça de Cheia

Zonas de Ameaça de Cheias

Risco de Instabilidade de Vertentes

Zonas de Instabilidade de Vertentes

Risco de Incêndios

Elevado

Muito Elevado

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	1208	Duarte F. Duarte Castro Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendeiro
ENG.TERRITÓRIO	2654	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	1008	Filipa Fairendo
URBANISTA	114	Sofia Santos
GEOGRAFA		Mariana Assis

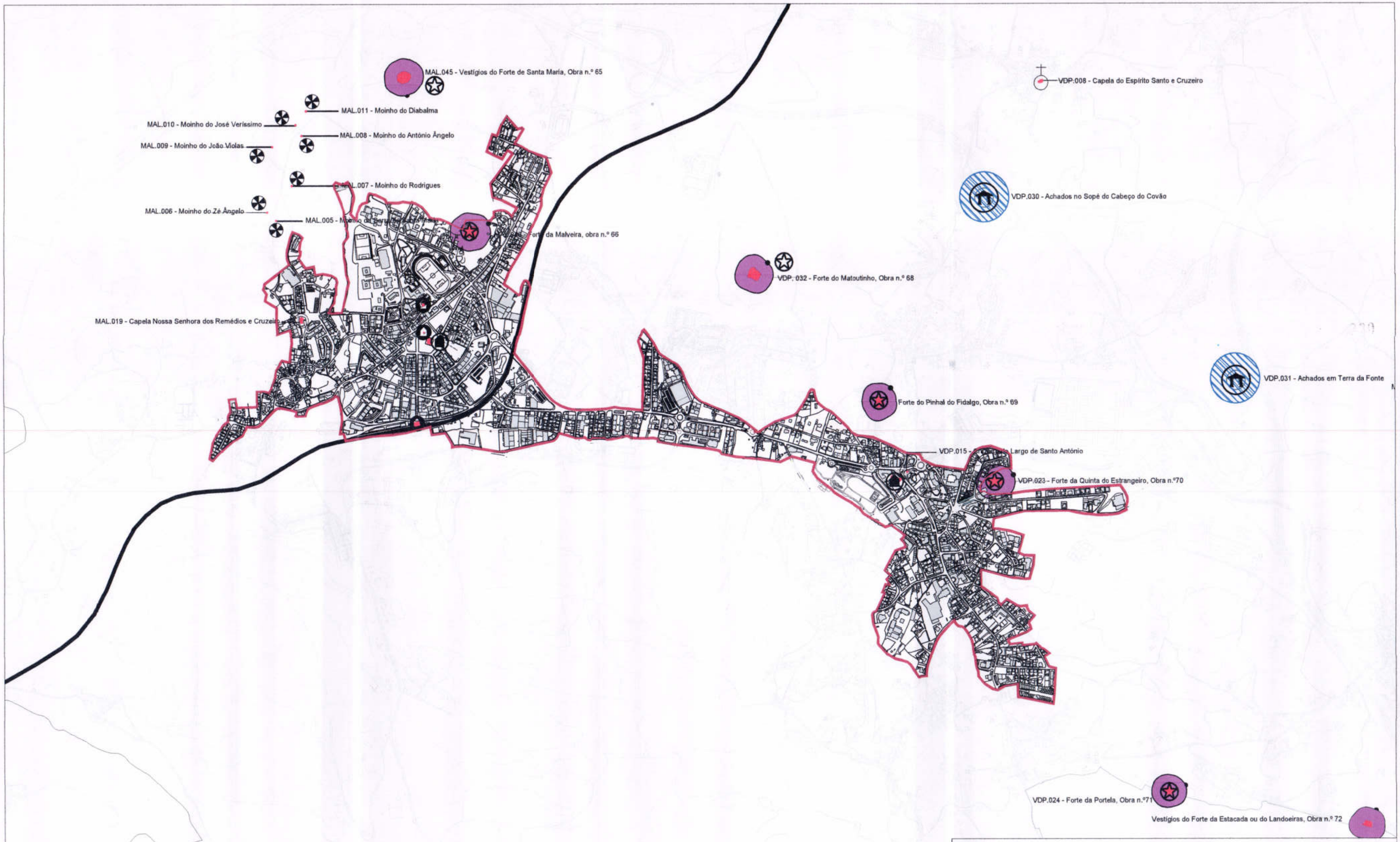
ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO: DATA: Maio 2019	DESIGNAÇÃO: Extracto da Planta de Ordenamento Carta de Riscos	ESCALA: 1 / 10.000 FASE DO PROJECTO: Proposta	DESENHO Nº: 05



Legenda:

Edificado

Imóveis em Vias de Classificação

- Imóveis em Vias de Classificação
- Zona de Proteção (Z.P)

Outras Imóveis de Interesse Patrimónial

- Arquitetura Civil - Quintas
- Arquitetura Civil - Outros Elementos
- Arquitetura Religiosa
- Arquitetura Industrial

Sítios Arqueológicos

- Áreas de Protecção Nivel 2

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	1208	Sandra F. Evaristo Carina Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendeiro
ENG.TERRITÓRIO	2404	Ana Carolina Tavares
ARQ.PAISAGISTA	1008	Filipa Raimundo
URBANISTA	114	Sofia Freitas
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

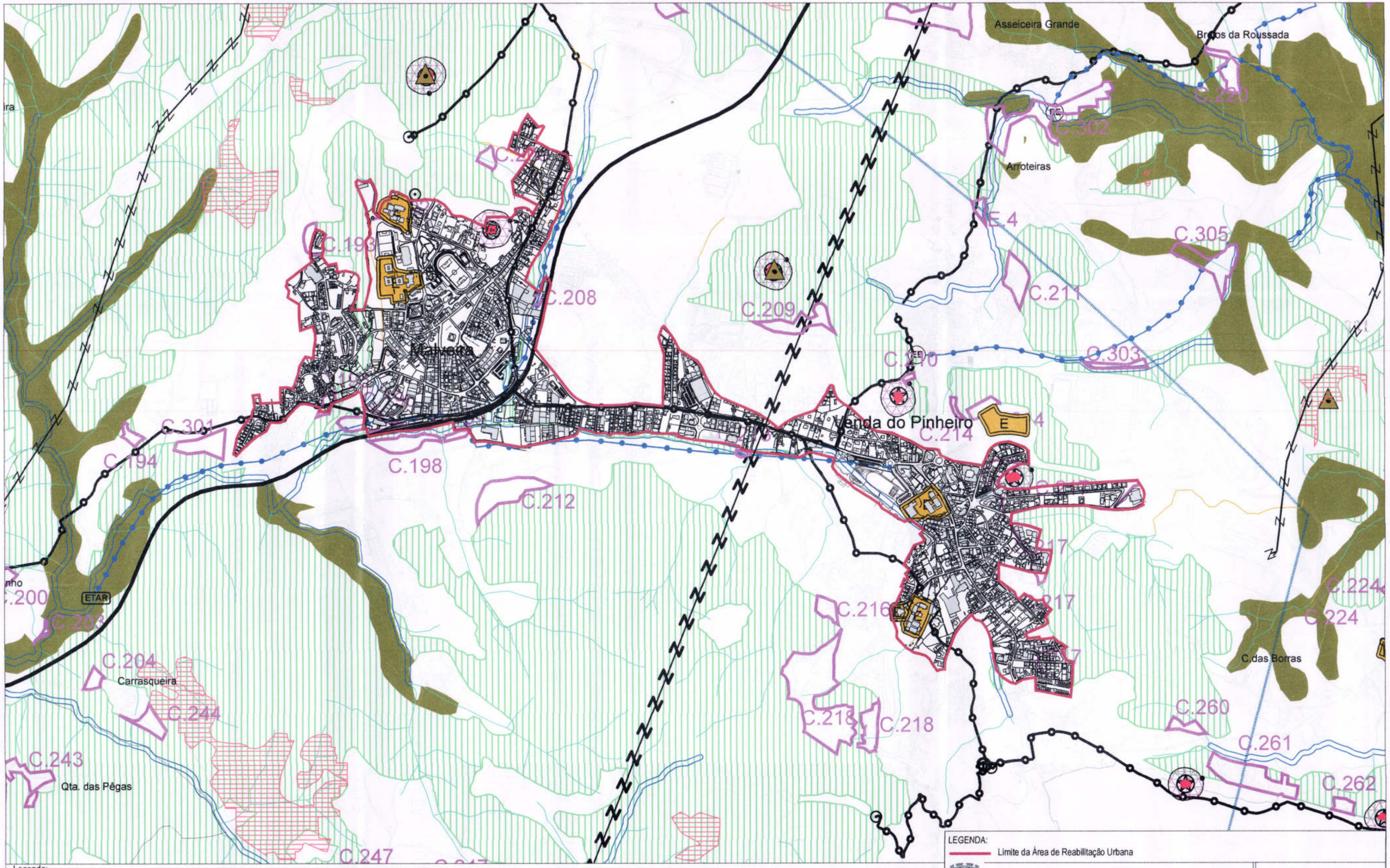
ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO:	DESIGNAÇÃO: Extracto da Planta de Ordenamento Carta do Património Municipal	ESCALA: 1 / 10.000
	DATA: Maio 2019		FASE DO PROJECTO: Proposta
			DESENHO Nº: 06



Legenda:

- Edificado
- Extracto da Legenda da Planta de Condicionantes
- Leito dos Cursos de Água REN e Margem
- Leito dos Restantes Cursos de Água e Margem
- Reseva Agrícola Nacional
- Reserva Ecológica Nacional
- Edifícios Escolares / Zona de Protecção

Património Edificado

- IMÓVEIS CLASSIFICADOS (ZP)
- IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

- Marcos Geodésicos

Infraestruturas

Abastecimento de Água

Condutas Adutoras

Drenagem de Águas Resíduais

- Emissários/ Estação Elevatória (EXISTENTE/EM CONSTRUÇÃO OU A CONSTRUIR) (EE)
- Estação de Tratamento de Águas Resíduais (EXISTENTE/EM CONSTRUÇÃO OU A CONSTRUIR) (ETAR)
- POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS (POR INCÊNDIOS - RESTRIÇÃO DE 10 ANOS)
- ÁREAS DE EXCLUSÃO (C.n/ E.n)

- RESERVATÓRIOS
- **Rede Viária**
- SERVIDÕES RODOVIÁRIAS (A8,A21)
- Rede Eléctrica - Linhas de Alta Tensão(60KV)
- REDE FERROVIÁRIA

AEROPORTOS E AERÓDROMOS

- ZONA DE SERVIDÃO AERONÁUTICA (AEROPORTO DA PORTELA)

LEGENDA:

- Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	15208	Sandra F. Duarte Costa Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendeiro
ENG.TERRITÓRIO	24078	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	10018	Filipa Fairweather
URBANISTA	114	Sofia Barbosa
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

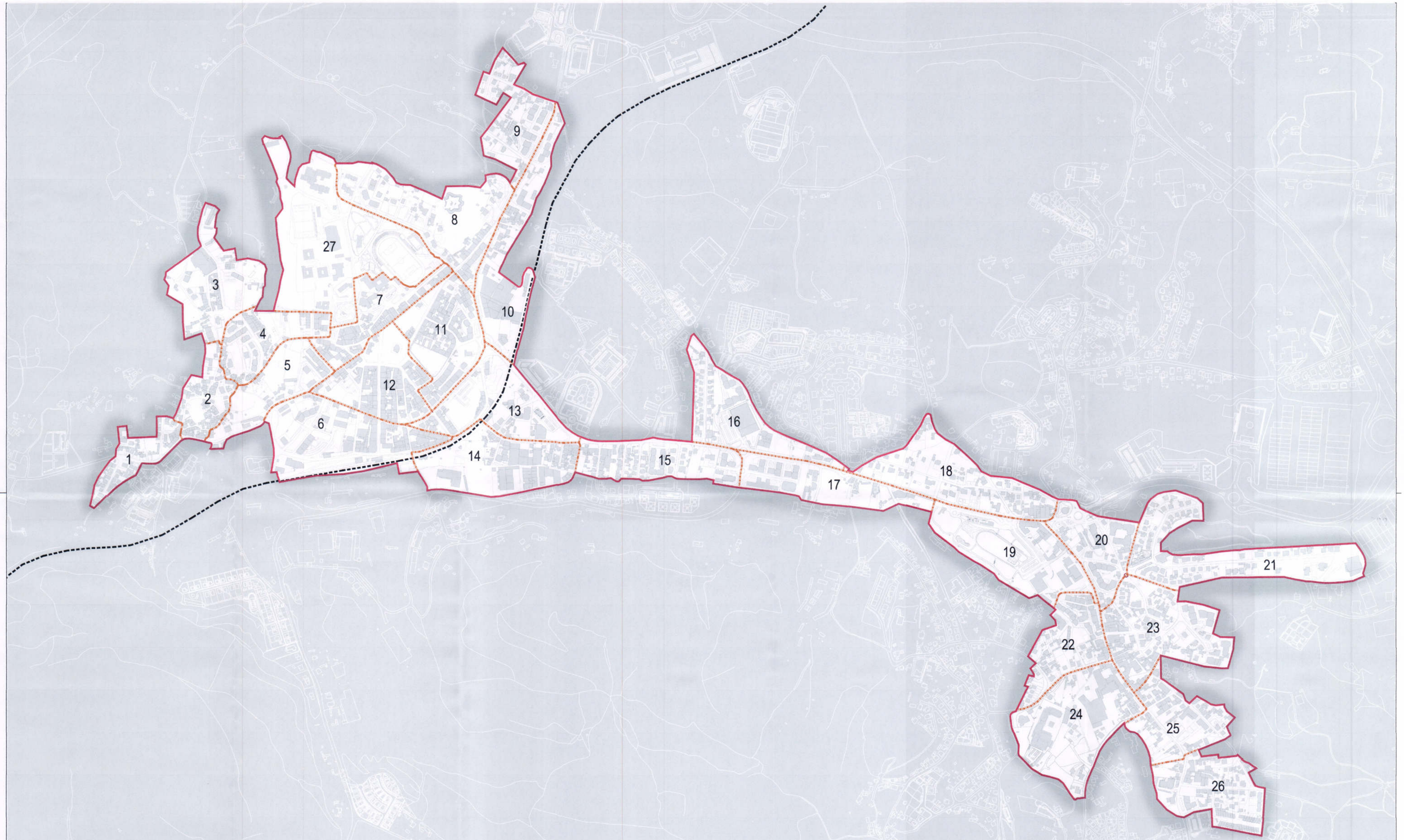
ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7	Nº. PROCESSO:	DESIGNAÇÃO: Extracto da Planta de Condicionantes Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública	ESCALA: 1/10.000
	DATA: Maio 2019		FASE DO PROJECTO: Proposta
			DESENHO Nº: 07



Legenda:

Edificado

N — Limites das Unidades de Caraterização

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	(OCB)	Sandra F. Guerra Garcia Esteves
DESENHADOR		Pedro Fevereiro
ENG.TERRITÓRIO	(OET)	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	(OAP)	Filipa Fernandes
URBANISTA	(OU)	Sofia Santos
GEOGRAFA		Mariana Alves

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Unidades de Caraterização

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 08

Modelo DUOMA-30/1

Legenda:

Estado de conservação geral do edificado

- Excelente
- Bom
- Médio
- Mau
- Péssimo
- S/I

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	SOCB	Sandra F. Corrêa Lopes Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendas
ENG.TERRITÓRIO	OA/CP	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	SOCB	Filipa Fernando
URBANISTA	OA	Sofia Santos
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Estado de Conservação Geral do Edificado

Fonte: Levantamento de campo janeiro a janeiro 2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 09

Modelo DUOMA-20/1



Legenda:
Estado de Utilização do Edificado

- Armazém e/ ou anexos
- Comércio
- Comércio e serviços
- Equipamentos
- Garagem
- Habitação
- Habitação, comércio e armazém
- Habitação, comércio, serviços e indústria
- Indústria
- Serviços
- S/I

LEGENDA:
Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	ARQB	Sandra F. Garrido
DESENHADOR		Pedro Ricardo
ENG.TERRITÓRIO	AUGTI	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	AOPF	Filipa Fernandes
URBANISTA	IM	Paula Santos
GEOGRAFA		Mariana Abreu

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Estado de Utilização do Edificado

Fonte: Levantamento de campo Janeiro a Janeiro 2019

ESCALA: 1 / 5.000

DESENHO Nº: 10

FASE DO PROJECTO: Proposta

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Número de Pisos

1 Piso
2 Pisos
3 Pisos
4 Pisos
6 Pisos
7 Pisos
8 Pisos
9 Pisos
Sidefinição

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	OOM	Daniela Gaivão
DESENHADOR		Pedro Rosário
ENG.TERRITÓRIO	OOM	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OOM	Filipa Fernandes
URBANISTA	OM	Paula Pontes
GEOGRAFIA		Mariana Aguiar

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.8./2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Número de Pisos do Edificado
(Pisos acima da cota de soleira)

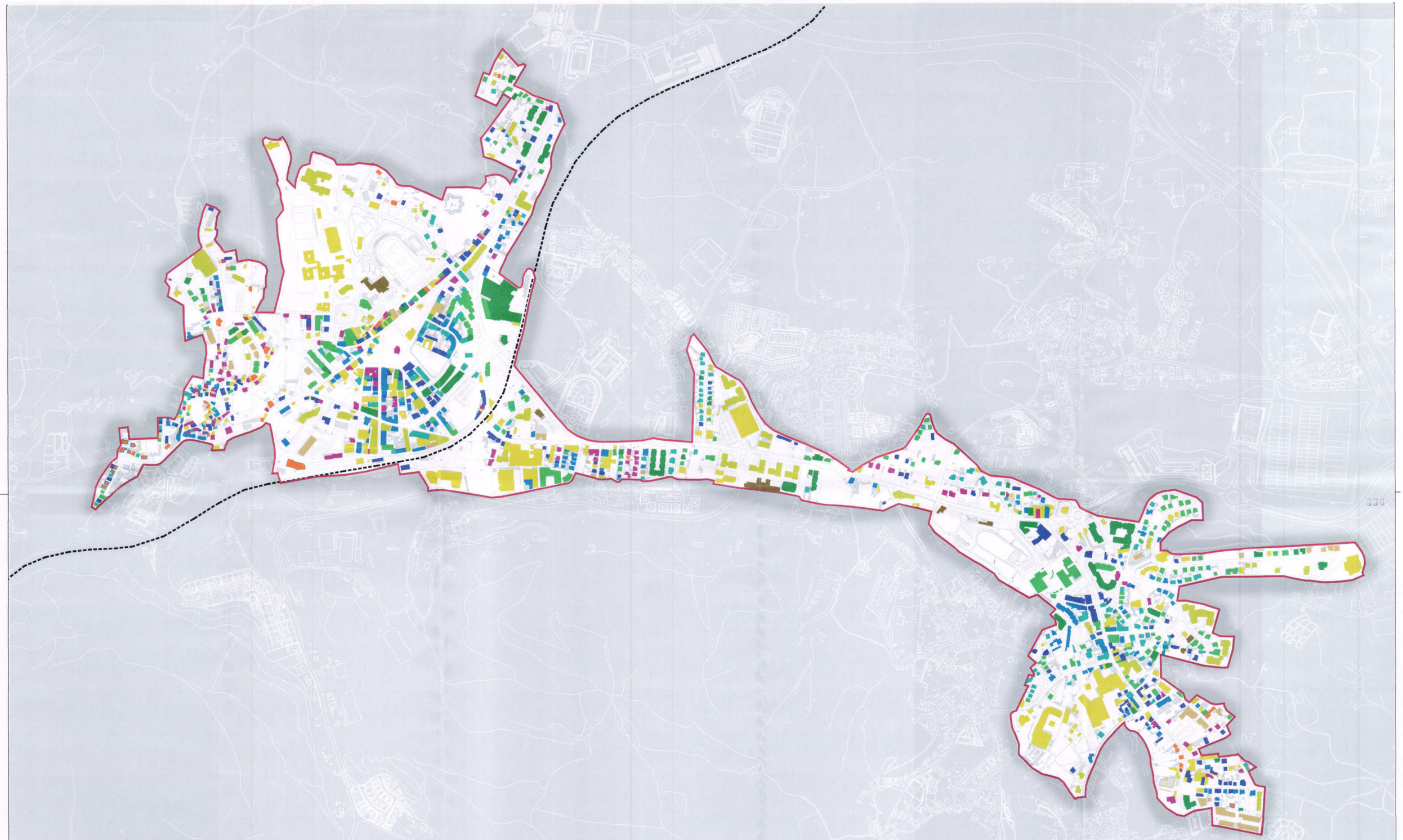
Fonte: Levantamento de campo janeiro e janeiro 2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 11

Modelo DUOMA-20/1



Legenda:
Data da Construção do Edificado

- Até 1919
- 1919-1945
- 1946-1960
- 1961-1970
- 1971-1980
- 1981-1995
- 1996 -2000
- 2001 - 2005
- 2006 - 2011
- 2012 - 2019
- S/I

LEGENDA:
Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	SOCIB	Sandra R. Duarte
DESENHADOR		Pedro Mendão
ENG.TERRITÓRIO	DUOMA	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	DUOMA	Filipa Fernandes
URBANISTA	DUOMA	Sofia Pereira
GEÓGRAFA		Mariana Nunes

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.8/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Data da Construção do Edificado

Fonte: Levantamento de campo janeiro e março 2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 12

Modelo DUOMA - 20/1

Legenda:

Análise Cromática do Edificado - Simplificada

Branco	Azul	Cinzento	Verde
Branco e outras cores	Bege	Cor-de-laranja	Verde e outras co
Amarelo	Bege e outras Cores	Cor-de-rosa	Vermelho
Amarelo e outras cores	Castanho	Preto	S/I

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO:	GTOB	Sandra F. Carrilho Costa Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rendão
ENG.TERRITÓRIO		Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	GTOB	Tânia Fernandes
URBANISTA		Sofia Pontes
CROQUISTA		Mariana Sousa

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Análise Cromática do Edificado

Fonte: Levantamento de campo Janeiro a Janeiro 2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 13

Modelo: DUOMA--20/1

Caducifólias


Perenifólias


Coníferas


Palmáceas

Legenda:

Edificado

Espaços de Uso Públicos

- Arruamentos
- Passeios
- Praças / Largos
- Logradouros de Uso Público
- Logradouros de Uso Privado
- Áreas de Estacionamento

Espaços Verdes

- Parque Ecológico
- Mata e Outros Espaços

Património Arbóreo

- Caducifólias
- Perenifólias
- Coníferas
- Palmáceas

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	6708	Sandra Cunha
DESENHADOR		Mafalda Rodrigues
ENG.TERRITÓRIO	3655	Ana Cavaleiro Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	1028	Filipa Ramalho
URBANISTA	314	Sofia Santos
GEÓGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.8./2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Espaços de Uso Público, Espaços Verdes e Património Arbóreo

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 14

Modelo DUOMA-20/1

P Estacionamento Público

P Estacionamento Público

P Estacionamento Público

P Estacionamento Público

P Estacionamento Público

P

P

P Estacionamento Público

P Estacionamento Público

Legenda:

Edificado

Rede Viária e Mobilidade

Rede de Distribuição Rodoviária Principal

Rede de Distribuição Rodoviária Principal "Desclassificada"

Rede de Distribuição Rodoviária Local Estradas Municipais

Rede de Distribuição Rodoviária Local Restantes Arruamentos

Zona de Parqueamento

Estacionamento Público

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	(5208)	Sandra P. Garrido
DESENHADOR		Pedro Fonseca
ENG.TERRITÓRIO	(5470)	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	(5208)	Filipa Fernandes
URBANISTA	(a)	Pedro Santos
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Rede Viária e Mobilidade

Fonte: Levantamento de campo de 01/2018 a 01/2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 15

Modelo DUOMA - 20/1

Legenda:

Edificado

Vazios Urbanos

Com Processo de Obra Particular / Viabilidade Sem Informação Cadastral

Com Processo de Obra Particular / Viabilidade Com Informação Cadastral

Sem Processo de Obra Particular / Viabilidade Com Informação Cadastral

Sem Processo de Obra Particular / Viabilidade Sem Informação Cadastral

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	SIADE	Sandra F. Carrilho
DESENHADOR		Paulo Rosário
ENG.TERRITÓRIO	SIADE	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	SIADE	Filipa Fernandes
URBANISTA	DM	Dalia Santos
GEOGRAFA		Mariana Nunes

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6./2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Vazios Urbanos

Fontes: Levantamento de campo de 01/2018 a 01/2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 16

Modelo: DUOMA--20/1

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

Legenda:

Edificado

Equipamentos e Serviços

- Equipamentos de Ação Social
- Equipamentos Desportivos
- Equipamento de Saúde / Farmácias
- Equipamento de Associativismo
- Equipamentos de Cultura / Património / Religiosos
- Equipamentos Escolares / Serviços de apoio à Educação
- Actividades Económicas
- Equipamentos de Recreio e Lazer
- Equipamentos Administrativos / Serviços de Uso Público
- Comércio e Serviços

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	OCB	Sandra Custódio Calejo Ribeiro
DESENHADOR		Pedro Rosário
ENG.TERRITÓRIO	(sub)	Ana Carolina Fonseca
ARQ.PAISAGISTA	OCB	Filipa Fernando
URBANISTA	IM	Paula Pereira
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.8/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Equipamentos e Serviços

Fonte: Levantamento de campo de 01/2018 a 01/2019

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 17

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Rede de Abastecimento de Água

Rede de Distribuição de Água

Ramais / Instaladores

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO		
DESENHADOR		
ENG. TERRITÓRIO		
ARQ. PAISAGISTA		
URBANISTA		
GEOGRAFA		

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.5/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Rede de Abastecimento de Água

ESCALA: 1 / 5.000

DESENHO Nº.: 18

FASE DO PROJECTO: Proposta

Modelo DUOMA-20/1



Legenda:

Edificado

Rede de Águas Residuais

Rede de Colectores - SIMTEJO

Rede de Águas Residuais

Caixas de Visita

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	SOCIS	Sandra F. Garrido
DESENHADOR		Pedro Mendes
ENG.TERRITÓRIO	SOCIS	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	SOCIS	Filipa Fernando
URBANISTA	IM	Paula Santos
GEOGRAFA		Mariana Neves

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DC ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Rede de Drenagem de Águas Residuais

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 19

Modelo DUOMA-20/1



Legenda:

Edificado

Rede Distribuição de Gás

Rede LisboaGás

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	BAOB	Blandina Oliveira
DESENHADOR		Pedro Ricardo
ENG.TERRITÓRIO	OA(RT)	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OAOB	Filipa Fernandes
URBANISTA	IM	Duarte Duarte
CARTOGRAFIA		Mariana Aguiar

ASSUNTO:
Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL:
Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO:
Rede de Distribuição de Gás

ESCALA: 1 / 5.000

DESENHO Nº: 20

FASE DO PROJECTO: Proposta

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Rede de Distribuição Elétrica

Rede Elétrica

Posto de Transformação

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	OE	Sandra F. Garrido
DESENHADOR		Pedro Rosado
ENG.TERRITÓRIO	OE	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OE	T. Rita Fernando
URBANISTA	OE	Sofia Portas
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Rede de Distribuição Elétrica

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 21

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Rede de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

Ecopontos Recolha - Selectiva -Completo

Ecopontos Recolha - Selectiva -Completo S/Pilhão

Ecopontos Recolha - Selectiva -Papelão e Vidrão

Contentores - Recolha Indiferenciada

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	BAOB	Sandra F. Coimbra Cabrita Baptista
DESENHADOR		Pedro Rosário
ENG.TERRITÓRIO	UAOU	Ana Carolina Carreira
ARQ.PAISAGISTA	UOOB	Filipa Fernando
URBANISTA	UU	Sofia Santos
GEOGRAFIA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Rede de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

ESCALA: 1 / 5.000

DESENHO Nº.: 22

FASE DO PROJECTO: Proposta

Modelo: DUOMA - 20/1



Legenda:

Edificado

Edificado de Valor Patrimonial a Preservar

Estrutura Funcional:

Polo Habitacional a Requalificar

Polo da Educação a Requalificar

Polo Desportivo a Requalificar

Polo de Recreio e Lazer a Requalificar e Promover

Polo Patrimonial e Cultural a Requalificar e Salvaguardar

Polo de Atividades Económicas a Renovar

Polo Administrativo a Promover

Estrutura de Acessibilidades e Mobilidade:

Eixo de Circulação Externa

Eixo Principal de Circulação Inter-relacional

Eixo Secundário de Circulação Inter-relacional

Circulação Pedonal Potencial

Parques de Estacionamento: Existentes e Propostos

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	(OA)	Sandra F. Garrido
DESENHADOR		Paulo Rondão
ENG.TERRITÓRIO	(OET)	Ana Carolina Pereira
ARQ.PAISAGISTA	(OAP)	P. Inês Fernando
URBANISTA	(a)	Sofia Pontes
GEOGRAFA		Mariana Agudo

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Modelo de Reabilitação - Estrutura Funcional e Mobilidade Estratégica

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 23

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

- Edificado
- Bacia Hidrográfica Rio Lizandro

Estrutura Verde Urbana

- Corredor Verde Urbano a Promover
- Linhas de Água a Requalificar
- Espaços Verdes a Promover em: Praças, arruamentos e Parques
- Espaços Verdes a Promover em: Estacionamentos
- Espaços Verdes Existentes Salvaguardar
- Logradouros Existentes a Salvaguardar
- Património Arbóreo a Promover
- Património Arbóreo Existente a Salvaguardar

LEGENDA:

- Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	(OA)	Daniela Custódio
DESENHADOR		Paula Fonseca
ENG.TERRITÓRIO	(OET)	Ana Caetano Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	(OA)	Filipa Fernando
URBANISTA	(OA)	Sofia Pinto
GEOGRAFA		Mariana Nunes

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Modelo de Reabilitação - Estrutura Verde Urbana

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 24

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Projectos Estruturantes - Reabilitação de Edificado:

1. Escola E.B.2.3 da Malveira - Reabilitação do Edifício
2. Posto de Assistência Social da Malveira - Reabilitação do Edifício
3. Casa Canas - Reabilitação do Edifício, Espaço Multimédia
4. Bombeiros Voluntários Malveira - Reabilitação do Edifício Público
5. Unidade de Saúde de Mafra Leste - Construção
6. Quinta de Santo António - Reabilitação de Edifício, Espaços Multiusos
7. Escola E.B.2.3 da Venda do Pinheiro - Reabilitação de Edifício
8. Santa Casa da Misericórdia - Reabilitação de Edifício

Projectos Estruturantes - Requalificação do Espaço Público:

1. Feira do Gado - Reaqualificação do Espaço Público
2. Mata Paroquial de Malveira - Reaqualificação do Espaço Público
3. Largo da Feira da Malveira - Requalificação integrada do espaço público
4. Estacionamento no Parque Intermodal - Requalificação integrada do espaço público
5. Parque Ecologico- Reabilitação do passadiço público
6. Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro - Requalificação Paisagística

Projectos Estruturantes - Regeneração da Mobilidade:

1. Feira do Gado - Ampliação do Parque de Estacionamento e Integração Paisagística com Envolvente
2. Estacionamento da Rua do Liceu (Feira da Revenda)- Requalificação do Parque de Estacionamento
3. *Largo das Escolas (Largo do Depósito de Água)- Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente*
4. Rua 25 de Abril - Ampliação do Estacionamento do Parque Intermodal
5. Viaduto - Linha da Refer - Construção
6. Largo das " Trouxas da Malveira" - Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente
7. Rotunda da Venda do Valador - Requalificação de Acessibilidade e Mobilidade
8. Largo de Santo António - Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente
9. *Largo do Freixo - Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente*
10. EN116 - Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade - Criação de Circuitos Pedonais/Ciclóveis e Arborização

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	OE	Sandra C. Caeiro
DESENHADOR		Pedro Estrela
ENG.TERRITÓRIO	OE	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OE	Filipa Fernando
URBANISTA		Sofia Pontes
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Projectos Estruturantes - Reabilitação de Edificado/ Projectos de Requalificação do Espaço Público/ Projectos de Requalificação de Mobilidade

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 25

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Projectos Estruturantes - Reabilitação de Edificado:

1. Escola E.B.2.3 da Malveira - Reabilitação do Edifício
2. Posto de Assistência Social da Malveira - Reabilitação do Edifício
3. Casa Canas - Reabilitação do Edifício, Espaço Multimédia
4. Bombeiros Voluntários Malveira - Reabilitação do Edifício Público
5. Unidade de Saúde de Mafra Leste - Construção
6. Quinta de Santo António - Reabilitação de Edifício, Espaços Multiusos
7. Escola E.B.2.3 da Venda do Pinheiro - Reabilitação de Edifício
8. Santa Casa da Misericórdia - Reabilitação de Edifício

Projectos Estruturantes - Requalificação do Espaço Público:

1. Feira do Gado - Reaqualificação do Espaço Público
2. Mata Paroquial de Malveira - Reaqualificação do Espaço Público
3. Largo da Feira da Malveira - Requalificação integrada do espaço público
4. Estacionamento no Parque Intermodal - Requalificação integrada do espaço público
5. Parque Ecologico- Reabilitação do passadiço público
6. Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro - Requalificação Paisagística

Projectos Estruturantes - Regeneração da Mobilidade:

1. Feira do Gado - Ampliação do Parque de Estacionamento e Integração Paisagística com Envolvente
2. Estacionamento da Rua do Liceu (Feira da Revenda)- Requalificação do Parque de Estacionamento
3. *Largo das Escolas (Largo do Depósito de Água)- Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente*
4. Rua 25 de Abril - Ampliação do Estacionamento do Parque Intermodal
5. Viaduto - Linha da Refer - Construção
6. Largo das " Trouxas da Malveira" - Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente
7. Rotunda da Venda do Valador - Requalificação de Acessibilidade e Mobilidade
8. Largo de Santo António - Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente
9. *Largo do Freixo - Requalificação e Integração Paisagística com a Envolvente*
10. EN116 - Requalificação da Acessibilidade e Mobilidade - Criação de Circuitos Pedonais/Ciclóveis e Arborização

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	OE	Sandra C. Caeiro
DESENHADOR		Pedro Estrela
ENG.TERRITÓRIO	OE	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	OE	Filipa Fernando
URBANISTA		Sofia Pontes
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Projectos Estruturantes - Reabilitação de Edificado/ Projectos de Requalificação do Espaço Público/ Projectos de Requalificação de Mobilidade

ESCALA: 1 / 5.000

FASE DO PROJECTO: Proposta

DESENHO Nº: 25

Modelo DUOMA-20/1

Legenda:

Edificado

Programa de Regeneração Urbana

Edifícios Objetos da Atribuição de Incentivos

LEGENDA:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	GOOS	Sandra R. Duarte
DESENHADOR		Pedro Fonseca
ENG.TERRITÓRIO	SofM	Ana Carolina Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	GOOS	Filipa Marques
URBANISTA	JM	Sofia Santos
GEOGRAFA		Mariana Aguiar

ASSUNTO: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Malveira/Venda do Pinheiro

LOCAL: Malveira / Venda do Pinheiro

VERIFICAÇÃO:

APROVAÇÃO:

Nº. DE ARQUIVO: 16.1.6/2015/7

Nº. PROCESSO:

DATA: Maio 2019

DESIGNAÇÃO: Programa de Regeneração Urbana Mafra Requalifica

ESCALA: 1 / 5.000

DESENHO Nº: 26

FASE DO PROJECTO: Proposta

Modelo DUOMA - 20/1

3.2

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concordo com a proposta apresentada.
À consideração superior

15/10/2019

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Face à informação prestada, com a qual concordo, proponho o seu envio a reunião de Câmara.

15/10/2019

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

15/10/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15025

ASSUNTO: Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira – Envio da Proposta de Plano e do Relatório Ambiental para discussão pública

1. Considerando que:

1.1. Na reunião de 26 de janeiro de 2018, a Câmara Municipal, deliberou aprovar a decisão de elaboração do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, adiante designado por Plano, e os respetivos termos de referência, bem como a abertura de um período de participação pública para formulação de sugestões, conforme o artigo 88.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e a sujeição do plano a avaliação ambiental, nos termos do artigo 78.º do referido diploma, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

1.2. Através do Aviso n.º 3134/2018, publicado no DR n.º 48, 2.ª série, de 8 de março, foi publicitada a abertura do procedimento de elaboração do Plano, que decorreu por 15 dias, não tendo sido apresentada qualquer sugestão ou informação dos interessados, nos termos do referido no número anterior.

anexo VII

1.3. Para a elaboração da proposta de Plano, foi necessário proceder à elaboração de cartografia topográfica, em formato vetorial, cujo procedimento teve inicio a 2 de março de 2018, sujeito a homologação junto da Direção Geral do Território (DGT), nos termos do estabelecido no Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro, tendo esta entidade, procedido à homologação do mesmo, a 8 de fevereiro de 2019.

1.4. A elaboração da proposta de Plano cumpre o disposto nas medidas preventivas estabelecidas para a área de intervenção em questão, estabelecidas ao abrigo da Suspensão Parcial do PM aprovada em reunião de Câmara de 21 de setembro de 2018, nos termos do artigo 126.º do RJIGT, e publicada através do aviso n.º 15291/2018, no DR n.º 204, de 23 de outubro.

1.5. Os serviços técnicos da Câmara Municipal procederam à elaboração da versão da proposta de Plano e do relatório ambiental após a reunião de conferência procedimental, realizada a 8 de agosto de 2019, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e as restantes entidades representativas dos interesses a ponderar ou com responsabilidades ambientais especificas nos termos dos números 3, 4 e 5 do artigo n.º 86.º do RJIGT, conjugado com o artigo 7.º do mesmo regime.

1.6. As observações e os comentários apresentados pelas entidades presentes na reunião de concertação, realizada a 15 de outubro de 2019, ao abrigo do art.º 87.º do RJIGT, serão analisados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, no sentido de aperfeiçoamento da proposta de plano, no decurso do período de discussão pública.

2. Propõe-se que a Câmara Municipal de Mafra delibere:

2.1. Concordar com a versão da proposta de Plano e do respetivo relatório ambiental, que se anexam à presente informação, ao abrigo dos artigos 86.º e 87.º do RJIGT.

2.2. Remeter a referida versão da proposta de Plano e do respetivo relatório ambiental a discussão pública, pelo período de 20 dias, nos termos do referido no artigo 89.º do RJIGT.

15/10/2019

X

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS

A Dirigente da Unidade de Planeamento e Ordenamento do território

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DECLARAÇÃO

Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, declara, em cumprimento da alínea c), do n.º 4 do artigo 107.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Dec. Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que não existem compromissos urbanísticos na área de intervenção do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira.

Mafra, 18 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA (PPAAEC)

MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa coletiva n.º 502 177 080, com sede na Praça do Município, 2644-001 em Mafra, neste ato representado por [...], titular do cartão do cidadão n.º [...], contribuinte fiscal n.º [...], na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra, adiante designado por **MUNICÍPIO** ou **PRIMEIRO OUTORGANTE;**

E

[...], pessoa coletiva n.º [...], com sede [...], contribuinte fiscal n.º [...] neste ato representada por [...], titular do cartão do cidadão n.º [...], contribuinte fiscal n.º [...], **proprietária da parcela ou lote n.º 1**, prédio sito em [...], descrito na Conservatória do Registo Predial de [...], e inscrito na matriz predial [...], sob o artigo n.º [...], adiante designada por **PROMOTORA** ou **SEGUNDO OUTORGANTE;**

OU

[...], pessoa coletiva n.º [...], com sede [...], contribuinte fiscal n.º [...] neste ato representada por [...], titular do cartão do cidadão n.º [...], contribuinte fiscal n.º [...], **proprietária da parcela ou lote n.º 2**, prédio sito em [...], descrito na Conservatória do Registo Predial de [...], e inscrito na matriz predial [...], sob o artigo n.º [...], adiante designada por **PROMOTORA** ou **SEGUNDO OUTORGANTE;**

CONSIDERANDO QUE:

A. Os municípios têm competência para elaborar e aprovar planos municipais de ordenamento do território, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que APROVOU o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua redação vigente, para prossecução das suas atribuições em matéria de ordenamento do território e de urbanismo;

B. A Câmara Municipal de Mafra, em reunião ordinária de 26 de janeiro de 2018, deliberou dar inicio ao processo de elaboração do Plano de Pormenor da Área de Atividades

Económicas da Carrasqueira (PPAAEC), tendo aprovado os respetivos Termos de Referência;

C. A área de intervenção do PPAAEC, corresponde a parte de dois prédios do domínio privado do Município de Mafra, relativos aos artigos matriciais n.º 197 e 198, da secção Q, freguesia de Santo Isidoro;

D. A elaboração do PPAAEC irá permitir a disponibilização de um espaço de atividades económicas, devidamente organizado e infraestruturado, que responda às necessidades da dinâmica de desenvolvimento territorial do concelho de Mafra e que permita a localização de novas empresas e/ou relocalização de outras, localizadas em espaços residenciais, sem capacidade de expansão e potenciando a incompatibilidade de usos;

E. O PPAAEC visa a prossecução dos seguintes objetivos:

a) Promover o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, infraestruturado que permita a relocalização de atividades económicas localizadas no interior dos principais centros urbanos;

b) Requalificar um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico;

c) Definir um modelo de ocupação urbana que permita a articulação entre o investimento privado e as opções municipais de ordenamento do território para a área do plano e a sua envolvente;

d) Requalificar os espaços exteriores e sua interligação aos espaços adjacentes existentes, designadamente espaços naturais e espaços residenciais;

e) Reclassificar solo rural para solo urbano, para as categorias de espaços de atividades económicas e espaços verdes, nos termos do definindo no RJIGT conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto;

F. A área de intervenção do PPAAEC se localiza a norte do perímetro urbano do Pinhal dos Frades, a sul do aglomerado rural do bairro Alto, com uma área de cerca de 6 ha;

G. A área de intervenção do PPAAEC foi subdividida, de acordo com o RJIGT, em duas categorias de solo urbano, em perímetro urbano de nível II, que correspondem a espaços de atividades económicas – áreas a estruturas, a afetar às parcelas ou lotes nº 1 e n.º 2, e espaços verdes, afetos à parcela n.º 3;

H. O PPAAEC será executado preferencialmente através do sistema de iniciativa dos interessados, sem prejuízo da possibilidade de adoção dos demais sistemas previstos na lei, cabendo ao proprietário a repartição de encargos com as operações urbanísticas

de urbanização a realizar após a venda das parcelas ou lotes, sendo considerados os custos de urbanização as infraestruturas gerais e locais.

I. Com a alteração ao RJIGT, a reclassificação do solo para urbano obriga à fixação, por via contratual, dos encargos urbanísticos das operações, do respetivo prazo de execução e das condições de redistribuição de benefícios e encargos, considerando todos os custos urbanísticos envolvidos, nos termos previsto no artigo 72.º, n.º 2 daquele diploma;

J. A reclassificação do solo para urbano é limitada ao indispensável, e deve ser sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, traduzindo uma opção de planeamento que deve ser objeto de contratualização, fixando-se o prazo para a execução da operação urbanística, os encargos a suportar e a redistribuição de benefícios e encargos;

K. A reclassificação concretiza-se, designadamente, através da elaboração de um plano de pormenor com efeitos registais acompanhado do contrato que fixa os encargos urbanísticos das operações necessárias à execução do plano, o respetivo prazo e as condições de redistribuição de benefícios e encargos;

L. ~~Tendo presente que~~ O PPAAEC será executado preferencialmente através do sistema iniciativa dos interessados, no âmbito do qual a iniciativa de execução do plano pertence ao município, com a cooperação dos futuros titulares de direitos, que atuarão, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos do adequado instrumento contratual, sendo os direitos e as obrigações das partes definidos por contrato de urbanização, no caso, a celebrar entre o Município e os futuros titulares de direitos da área de intervenção do Plano;

É reciprocamente aceite e celebrado, nos termos e para efeitos dos referidos artigos 72.º e 149.º do RJIGT, o presente **Contrato de Urbanização** o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

1. O presente Contrato tem por objeto regular a relação entre as partes Outorgantes, tendo em vista a execução do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, adiante designado por PPAAEC, designadamente:
   a) Estabelecer as obrigações das partes Outorgantes relativamente à execução das obras de urbanização e as responsabilidades a que ficam sujeitas, bem como prazo

de cumprimento das mesmas e aos demais encargos urbanísticos decorrentes da execução do Plano;

b) A repartição de encargos com as operações urbanísticas entre todos os titulares de direitos inerentes às parcelas ou lotes abrangidos pelo Plano;

CLÁUSULA SEGUNDA

(Âmbito)

As ações e projetos a implementar ao abrigo do presente Contrato abrangem uma área de intervenção de cerca de 6 hectares, que corresponde à área delimitada na planta anexa ao presente Contrato, que constitui o **anexo I** e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

1. O MUNICÍPIO compromete-se a:
   a) Proceder à aprovação dos projetos referentes às obras de urbanização, desde que os mesmos respeitem as regras constantes no PPAAEC;
   b) Receber as comunicações prévias relativas às obras de edificação previstos no PPQM;
   c) Diligenciar no sentido de serem respeitados pelos órgãos e serviços municipais os prazos procedimentais legalmente fixados;
   d) Praticar todos os atos necessários à execução do PPAAEC
2. Compete, ainda, ao Município, fiscalizar e acompanhar a realização das obras de urbanização e edificação previstas do PPAAEC.

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

A PROMOTORA obriga-se a:

a) Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das obras de urbanização e das edificações previstas no PPAAEC e submetê-los à aprovação da Câmara Municipal;
b) Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das ligações às redes das infraestruturas exteriores e submetê-los à aprovação da Câmara Municipal;
c) Realizar todas as obras de urbanização e de infraestruturação da área de intervenção do PPAAEC, de acordo com os projetos aprovados e nos prazos fixados para o efeito;
d) Executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes e as obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público municipal;
e) Pagar as taxas que sejam devidas, designadamente as referidas no artigo 109.º do RJIGT;

f) Assegurar todos os encargos financeiros inerentes ou relativos ao objeto do presente Contrato;
g) Desencadear todos os procedimentos da sua iniciativa ou responsabilidade de que dependa a concretização do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA

(Operações urbanísticas)

Na área de intervenção do PPAAEC, nas parcelas ou lotes n.º 1 e 2, serão executadas as operações urbanísticas previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

CLÁUSULA SEXTA

(Repartição dos encargos urbanísticos)

A repartição dos encargos urbanísticos, o respetivo financiamento e a identificação da programação para a execução das obras de urbanização encontram-se identificadas no programa de execução, plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira, constantes dos Relatórios do PPAAEC, e que constituem os **anexos II e III** ao presente Contrato e que delem fazem parte integrante, nele se prevendo a comparticipação nos encargos.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Encargos de execução do plano)

Os encargos de execução do PPAEC abrangem os custos de urbanização previstos pelo plano e os custos dos projetos do plano e totalizam o montante de [...] (... mil euros), conforme **anexo III** ao presente Contrato e que dele faz parte integrante, e compreende a execução do seguinte:

a) Infraestruturas de arruamentos;
b) Desmatação, terraplanagem, pavimentação e sinalização;
c) Infraestruturas de abastecimento de águas;
d) Infraestruturas de saneamento;
e) Execução de redes de drenagem de águas residuais e de drenagem de águas pluviais;
f) Infraestruturas elétricas;
g) Infraestruturas de telecomunicações;
h) Execução de áreas verdes e arranjos exteriores e;
i) Custos dos projetos do PPAAEC.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CLÁUSULA OITAVA

(Áreas de Cedência)

Através do presente Contrato, são transferidas para o domínio público municipal, as áreas identificadas no PPAAEC e que constitui o **anexo IV** ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA NONA

(Perequação compensatória)

A execução do PPAAEC será feita através da repartição de encargos com as operações urbanísticas de urbanização a realizar após a venda das parcelas ou lotes, sendo considerados custos de urbanização as infraestruturas gerais e locais.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Prazo de execução)

As obras de urbanização e de edificação previstas ao abrigo do presente Contrato deverão seguir a calendarização prevista no programa de execução que constitui o **anexo II** ao presente Contrato e que dele faz parte integrante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Boa-fé)

As partes Outorgantes, na qualidade em que intervêm, de boa-fé aceitam o presente Contrato, nos seus precisos termos, comprometendo-se a cumprir as suas cláusulas, bem como a prestar reciprocamente toda a colaboração que se revele necessária à boa, regular e célere execução do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Vigência do contrato)

1. O presente Contrato produz efeitos com a sua assinatura e mantém-se em vigor até à realização integral das obras de urbanização.
2. Em caso de incumprimento por causa imputável a um dos Outorgantes, pode o outro, a qualquer momento, fazer cessar o presente Contrato.
3. Cessam, ainda, as obrigações constantes do presente Contrato se o quadro legal em vigor for alterado com incidência nas prestações a que as Outorgantes se vincularam.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Alterações e aditamentos)

Quaisquer alterações ou aditamentos ao presente Contrato só serão válidos desde que convencionados por escrito, com menção expressa das cláusulas alteradas, aditadas ou suprimidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Notificações e comunicações)

Todas as notificações ou outras comunicações a efetuar no âmbito do presente Contrato devem ser realizadas por escrito e remetidas por carta registada com aviso de receção a enviar para as sedes ou domicílios dos Outorgantes, ou para a morada que, através deste meio, venha a ser indicada por alguma das Partes em substituição daquelas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(Resolução de conflitos e foro)

1. Em caso de litígio quanto a questões respeitantes à interpretação, execução ou integração do presente protocolo, as Outorgantes diligenciarão no sentido de obter uma solução concertada devendo a mesma ser alcançada no prazo de ... (...) dias a contar da solicitação feita, por qualquer uma delas, para o início do processo.
2. Esgotado o prazo previsto no número anterior sem que haja acordo das Outorgantes, o litígio será dirimido, definitivamente, por arbitragem, de acordo com o estipulado na presente cláusula e na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.
3. As questões que venham a ser submetidas a arbitragem, ao abrigo da presente cláusula, serão julgadas segundo o critério da equidade por um tribunal arbitral composto por três árbitros, a não ser que as Outorgantes, de comum acordo, optem pelo julgamento das mesmas por um único árbitro por elas escolhido.

O presente Contrato é constituído pelos seguintes anexos, que dele fazem parte integrante:

Anexo I – Planta de implantação

Anexo II – Programação de execução e Modelo de redistribuição de encargos e benefícios

Anexo III – Plano de financiamento e Fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Anexo IV – Planta de cedência ao domínio público

Realizado em duplicado em Mafra aos [...] dias do mês de [...] de dois mil e [...], em [...] exemplares com valor de original, sendo entregue um exemplar a cada Outorgante.

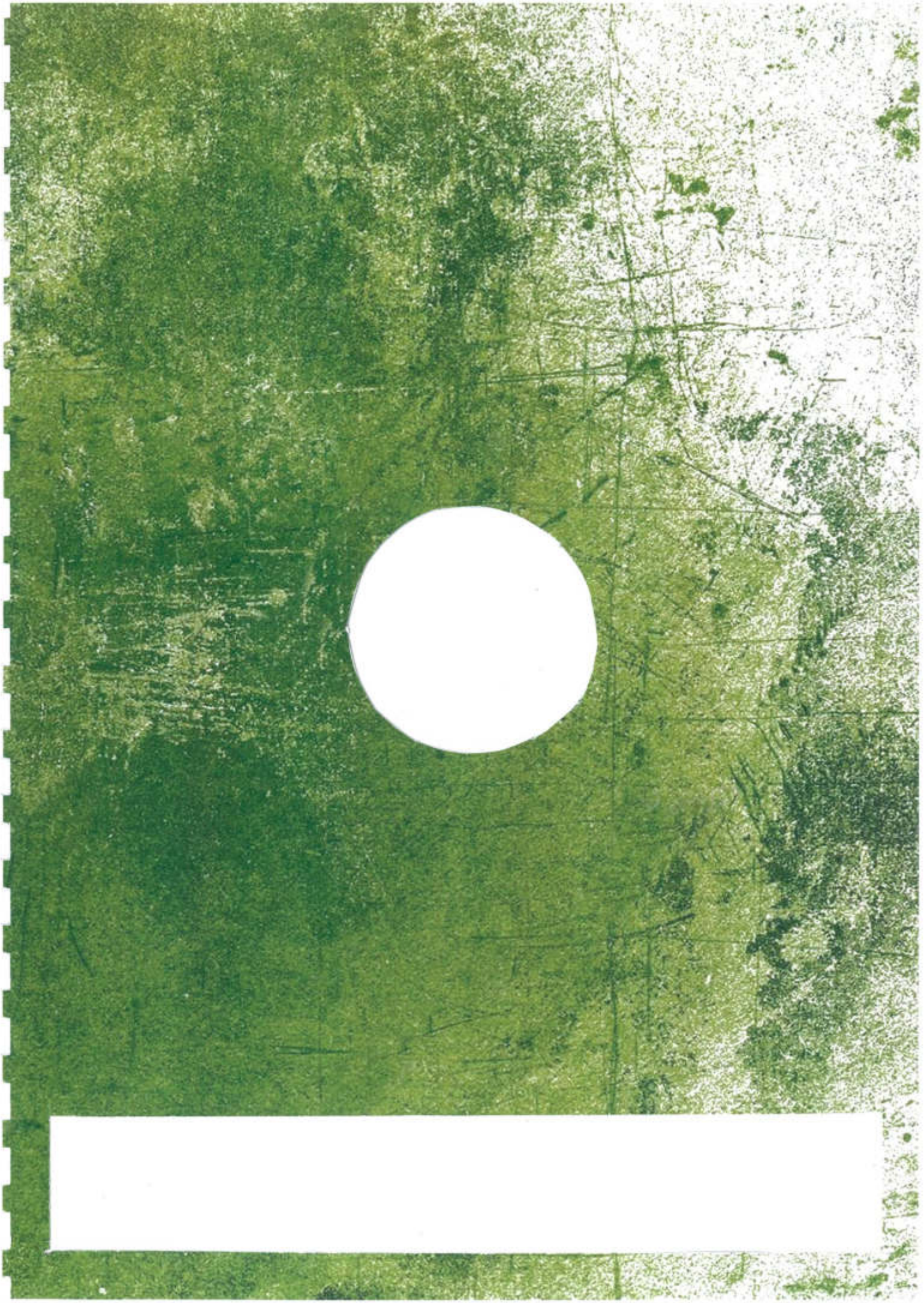
O PRIMEIRO OUTORGANTE

_____

OS SEGUNDOS OUTORGANTES

_____

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

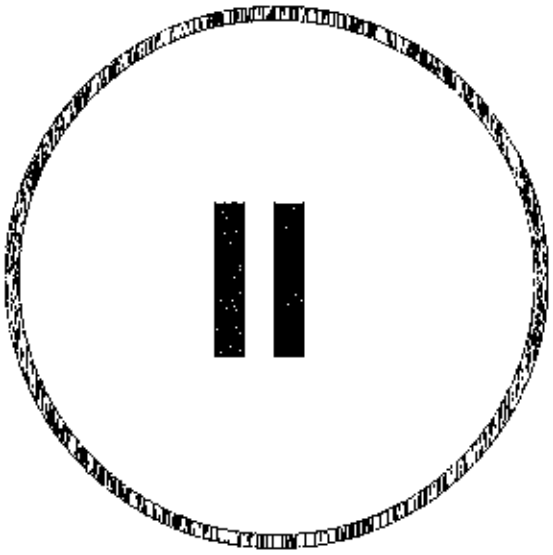


ANEXOS II

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA | MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

FICHAS DE PROJETOS ESTRUTURANTES

MAIO 2019



PROJETO ESTRUTURANTE DE EDIFICADO

01 – Escola Professor Armando Lucena

02 – Antiga Escola da Malveira

03 – Casa da Cultura da Malveira

04 – Quartel dos Bombeiros Voluntários da Malveira

05 – Unidade de Saúde de Mafra Leste

06 – Quinta de Santo António

07 – Escola E.B. 2,3 da Venda do Pinheiro

08 – Santa Casa da Misericórdia

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Escola Básica 2,3 da Malveira- Reabilitação

ORU.MVP.PRJ.EDF.01

Projeto Estruturante

Localização: Escola Professor Armando Lucena - Largo da Igreja nº 12



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Fotografia Final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

A intervenção deste Projeto Estruturante consiste na reabilitação dos espaços existentes, tais como, mudança de cobertura em todos os Pavilhões, canaletes de fibrocimento para painéis sandwich, substituição das caixilharias e dos envidraçados, correção da funcionalidade das salas de aulas, sobretudo nos pavilhões B, C e D, com recurso ao aproveitamento do espaço descoberto interior, saguão, de modo a tornarem-se autónomas, ampliação do pavilhão A ao nível do piso 1, etc...

Face ao objetivo da presente intervenção, que também consiste na criação de mais salas de aulas, procede-se a passagem de toda a parte administrativa, secretaria e direção escolar, assim como a biblioteca e sala de informática, para as instalações da Casa de Cultura da malveira, confinantes com o Complexo da Escola.

Área de intervenção (aprox.)	Área total de Construção 3752,23 m² Área de Ampliação da Construção 482,47m²
Estimativa global da intervenção	3. 000 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de Reabilitação e Ampliação
Utilização	Equipamento escolar
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Antiga Escola da Malveira - Reabilitação

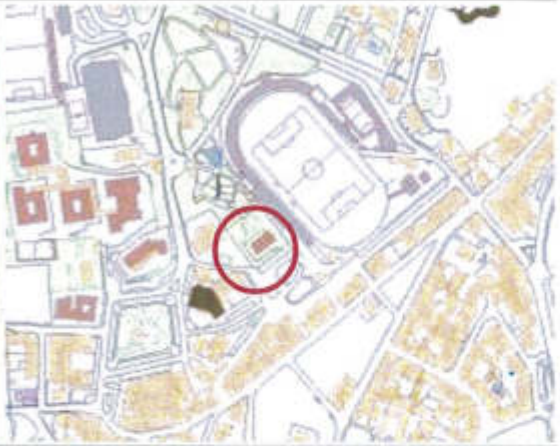
ORU.MVP.PRJ.EDF.02

Projeto Estruturante

Localização: Largo da Escola



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: foto do existente



Legenda: Proposta

Breve descrição:

Este Projeto Estruturante pretende dar resposta à carência social identificada na Malveira, relativamente a existência de equipamentos escolares, mais especificamente, creches e pré-escolares.

Pretende-se que a zona de pré-escolar fique elevada em pilotis sobre a zona do recreio, garantindo exposição solar, iluminação dos espaços e a existência de uma zona do recreio coberta. Pretende-se dotar o pré-escolar e creche dos espaços necessários ao seu normal e bom funcionamento, tais como, instalações sanitárias e salas adequadas.

Área bruta de construção	1. 864,70 m^2
Estimativa global da intervenção	1.400.000,00 €
Tipo de intervenção	Projeto de Reabilitação (OP-43/2014)
Utilização	Serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM; Privado

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Casa da Cultura da Malveira - Reabilitação

ORU.MVP.PRJ.EDF.03

Projeto Estruturante

Localização: Largo da Feira nº 26



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: 3D da proposta final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

A proposta consiste em reabilitar o espaço existente da antiga Casa da Família Canas, que é vista como local central da cultura Malveirense. A área de intervenção abrangente, inclui o Largo da Feira e a Avenida José Batista Antunes, convertendo esta área num centro cívico e cultural, com permanente atratividade.

De acordo com o Programa Base de reabilitação, o edifício vai manter intacta a imagem exterior, bem como, a área de implantação e a volumetria. Contudo, é de referir a alteração morfológica, que consistirá na adaptação do espaço existente (provável utilização inicial de adega/arrumos) para Sala de Exposições-Polivalente. O acesso principal a Poente, Vestíbulo/Receção, a partir do qual se acede a Biblioteca irá ser utilizado para monografias e periódicos, Biblioteca Infantil.

Área bruta de construção (aprox.)	710,00 m²
Estimativa global da intervenção	577 000,00 €
Tipo de intervenção	Reabilitação de edificado
Utilização	Serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Quartel dos Bombeiros Voluntários da Malveira – Reabilitação e Ampliação

ORU.MVP.PRJ.EDF.04

Projeto Estruturante

Localização: Rua dos Bombeiros Voluntários nº 1



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500

Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: 3D da proposta final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

Este Projeto Estruturante visa a ampliação e remodelação das instalações dos Bombeiros Voluntários da Malveira.

O Quartel dispõe de duas entradas principais, uma para o pessoal de serviço e outra de acesso ao salão nobre. O acesso operacional está aberto em permanência e encontra-se junto à Central e à Secretaria. É de salientar que é um edifício que tem vindo a ser adaptado, sendo que a sua reconfiguração e redistribuição do espaço corresponde sempre à necessidade e facilidade dos serviços disponíveis. No piso 0, localizam-se os parques de veículos. Neste piso, de modo a facilitar, a concentração de bombeiros, está a zona social, a copa com refeitório e sala de bombeiro, os gabinetes de controlo e telecomunicações e ainda, a sala de dados.

No piso 1, localizam-se as camaratas, feminina e masculina, de serviço ao combate de incêndio, a camarata de serviço de saúde, bem como a Sala de Direções.

No piso 2, localizam-se as salas de Comando e as salas de Apoio Logístico.

Área bruta de construção	2.689,00 m²
Estimativa global da intervenção	900.845,15 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura
Utilização	Serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM; Privado (OP-214/2016)

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Unidade de Saúde de Mafra Leste – Projeto de Execução

ORU.MVP.PRJ.EDF.05

Projeto Estruturante

Localização: Rua José Poman nº 7



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500

Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: 3D da proposta final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

Este Projeto Estruturante pretende garantir um módulo polivalente que acautele cuidados continuados, bem como, a prestação de cuidados médicos, no âmbito da psicologia, inaloterapia, podologia e assistência social; um módulo de fisioterapia, que permitirá manter os serviços de saúde anteriormente prestados;

Pretende-se um o edifício inovador, adaptado à arquitetura moderno, apto para os cuidados de saúde primários, com impacto na comunidade, moderno, promovendo por si mesmo uma melhoria nos cuidados a prestar à população, e no qual ela se sinta confortável e confiante, num quadro de racionalidade do investimento e com particular atenção à sua sustentabilidade como edifício e equipamento de saúde.

Área bruta de construção	3.710,00 m²
Estimativa global da intervenção	1.497.999,10 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução
Utilização	serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Quinta de Santo António – Reabilitação

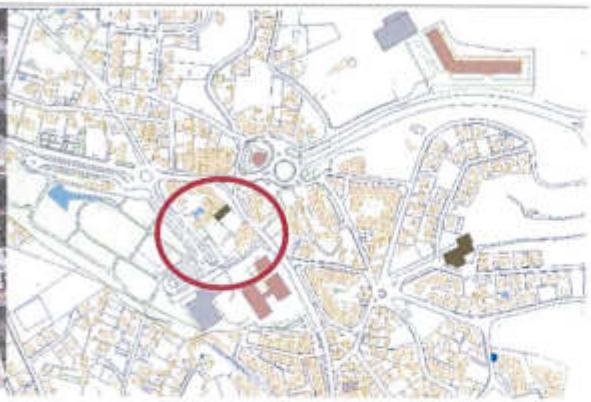
ORU.MVP.PRJ.EDF.06

Projeto Estruturante

Localização: Quinta de Santo António – Avenida 9 de Julho nº 113 e 111



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500





Legenda: Edificado de valor patrimonial

Breve descrição:

Pretende-se a requalificação do edifício de valor patrimonial e eventual classificação.
Proposta para edifício de serviços de uso público e requalificação do jardim histórico com abertura ao público.

Área bruta de construção (aprox.)	≈ 1.400,00 m²
Estimativa global da intervenção	140 000 €
Tipo de intervenção	Requalificação
Utilização	Serviços
Programação	Longo prazo
Entidades envolvidas	CMM

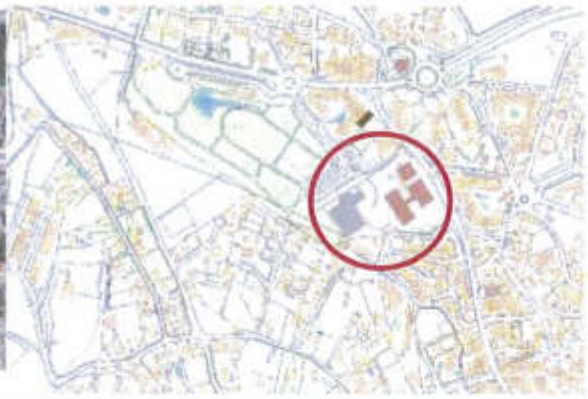
FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Escola E.B.2,3 da Venda do Pinheiro – Reabilitação
ORU.MVP.PRJ.EDF.07
Projeto Estruturante

Localização: Escola EB 2.3 da Venda do Pinheiro



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Peças desenhadas

Breve descrição:

Reabilitação e ampliação da Escola EB23 da Venda do Pinheiro, de modo a conferir ao edifício melhores condições de conforto humano.

A intervenção consiste em reabilitação da zona da cozinha e espaços complementares, substituição dos vãos exteriores (janelas), substituição de alguns pavimentos em avançado estado de degradação e ampliação sobre a sala de convívio de alunos existente criando assim uma biblioteca com condições de acessibilidade, sobretudo para as pessoas com mobilidade condicionada.

Área bruta de construção	Área de construção 4065,50 m² Área de ampliação 410,25 m²
Estimativa global da intervenção	77 495,32 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução
Utilização	serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM; ME

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Santa Casa da Misericórdia – Reabilitação e Ampliação

ORU.MVP.PRJ.EDF.08
Projeto Estruturante

Localização: Largo do Freixo



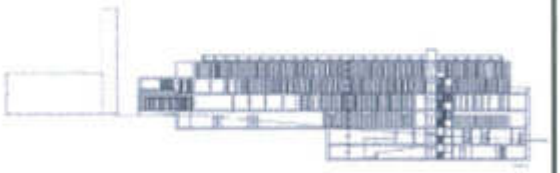
Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Fotografia atual



Legenda: Proposta

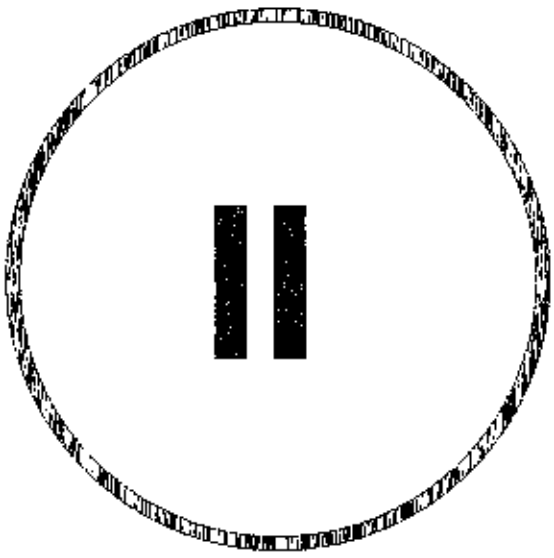
Breve descrição:

Este Projeto Estruturante, prevê a mudança de uso do edifício. A sua ampliação e reabilitação, prevê um programa funcional de Lar de Idosos, um Centro de dia, dois gabinetes para SAD, 2 gabinetes para RSI e Sede Social da Santa Casa da Misericórdia.

A dimensão do programa funcional e a necessidade de incluir estacionamento no interior do lote, obrigou a uma demolição considerável do edifício existente.

A proposta volumétrica consiste num embasamento largo dos pisos subterrados, elevando um edifício estreito de desenvolvimento, paralelo à rua de acesso à igreja e com uma forte marcação da zona de entrada, entendida com um pé direito duplo e uma

Área de intervenção (aprox.)	4.554,10 m^2
Estimativa global da intervenção	3 143 775.00 €
Tipo de intervenção	Projeto de arquitetura para a execução de obras de requalificação
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	Privado



PROJETO ESTRUTURANTE DE ESPAÇO PÚBLICO

01 – Feira do Gado

02 – Mata Paroquial da Malveira

03 – Largo da Feira – Malveira

04 – Parque de Estacionamento – Rua 25 de Abril

05 – Parque Ecológico da Venda do Pinheiro – Avenida 9 de Julho

06 – Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Projeto de Arquitetura Paisagista
ORU.ERI.PRJ.EP.01
Projeto Estruturante

Localização: Feira do Gado



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: fotografia do existente



Legenda: Fotografia do existente

Breve descrição:

Requalificação do espaço público, através da organização de diferentes zonas, em função das suas especificidades de utilização, nomeadamente de estadia e lazer, zona de vendas, entre outras.

Área de implantação	6 375,00 m²
Estimativa global da intervenção	500 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de Arquitetura Paisagista
Utilização	serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Projeto de Arquitetura Paisagista

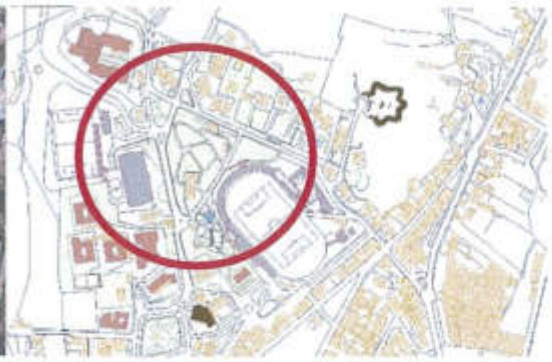
ORU.ERI.PRJ.EP.02

Projeto Estruturante

Localização: Mata Paroquial da Malveira



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: fotografia do existente



Breve descrição:

Requalificação e revitalização do património arbóreo, com introdução de novos exemplares.
Requalificação paisagística e reestruturação de novos caminhos e zonas de estadia e lazer.

Área de implantação	≈12 582,50 m²
Estimativa global da intervenção	1 006 560 €
Tipo de intervenção	Projeto de Arquitetura Paisagista
Utilização	Estadia e lazer
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Largo da Feira da Malveira – Requalificação Integrada no Espaço Público

ORU.MVP.PRJ.EP.03
Projeto Estruturante

Localização: Largo da Feira



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500

Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: foto do existente

Breve descrição:

Revitalização e requalificação do espaço público e do ambiente urbano do Largo da Feira da Malveira e da área envolvente, incluindo as infraestruturas afetas à realização da feira semanal.

Objetivos específicos que se pretendem atingir ao nível da revitalização e requalificação do Largo da Feira e espaço envolvente e da reabilitação e requalificação do edifício nele existente:

→ Diagnóstico das necessidades e da possibilidade do uso dos espaços integrantes do Largo da Feira para fins turísticos, culturais e de lazer;

→ Valorização da atividade económica instalada;

→ Formulação de propostas para a instalação de novas e diversificadas atividades;

→ Formulação de propostas que valorizem a atividade comercial exercida no espaço público;

→ Formulação de propostas para a reabilitação e valorização do edifício sito no Largo da Feira, em respeito pelo seu valor histórico e simbólico;

→ Formulação de propostas para a valorização do Chafariz do Largo da Feira;

→ Formulação de propostas para a melhoria da higiene, limpeza e salubridade do Largo da Feira e do Espaço Envolvente e reciclagem dos resíduos resultantes das atividades.

Área de intervenção (aprox.)	25.405,23 m^2
Estimativa global da intervenção	2 300 000 €
Tipo de intervenção	Projeto
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM; privado

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Projeto de Reabilitação Urbana – Parque de estacionamento

ORU.MVP.PRJ.EP.04

Projeto Estruturante

Localização: Rua 25 de Abril

ORT_02ORT_02



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: 3D da proposta final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

A Malveira revela carência de estacionamento, acentuando-se na zona central, salienta-se os dias de feira ou ocorrência de eventos locais. Esta proposta pretende ocupar o terreno localizado na zona central da vila da Malveira, relativamente próximo do largo da feira e da estação ferroviária da linha do Oeste, confrontado a norte com a Avenida 25 de Abril e Rua José Franco Canas a sul, com estacionamento para 115 veículos, sendo 99 lugares para ligeiros, incluindo 4 lugares destinados a pessoas com mobilidade condicionada (de acordo com a legislação aplicável) e 12 lugares para veículos ligeiros de carga.

Área de Implantação	3.919,00 m^2
Estimativa global da intervenção	300 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de Reabilitação Urbana
Utilização	Estacionamento
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM

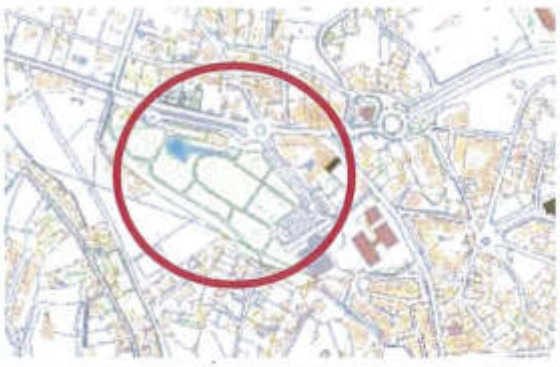
FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Projeto de Arquitetura Paisagista
ORU.ERI.PRJ.EP.05
Projeto Estruturante

Localização: Avenida 9 de Julho



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: 3D da proposta final



Legenda: Proposta

Breve descrição:

Neste Projeto Estruturante pretende-se criar dois pontos de acesso principais ao parque, mantendo-se o muro de pedra existente que separa a área de intervenção da estrada nacional 8, um no limite noroeste do terreno e outro no limite nordeste. Do lado interior do muro, é definido um corredor de circulação de automóveis e autocarros entre estes dois pontos, estando ainda previsto um estacionamento em linha permitindo a paragem de quatro autocarros e 12 carros, instalando-se igualmente uma paragem de autocarro coberta. Foram criados dois edifícios junto aos dois pontos de acesso referidos, o Centro Interpretativo e um Café/Bar; junto a este último, existe uma zona de equipamentos infantis. É visível uma clareira multifuncional, com prado regado, que poderá ser usada para o recreio ativo, ou como zona de descanso/lazer, sendo ainda possível a realização de atividades ao ar livre como espetáculos.

Área de implantação	≈7769,00 m^2
Estimativa global da intervenção	2311 149.7 €
Tipo de intervenção	Projeto de Arquitetura Paisagista
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Curto prazo
Entidades envolvidas	CMM; Privado

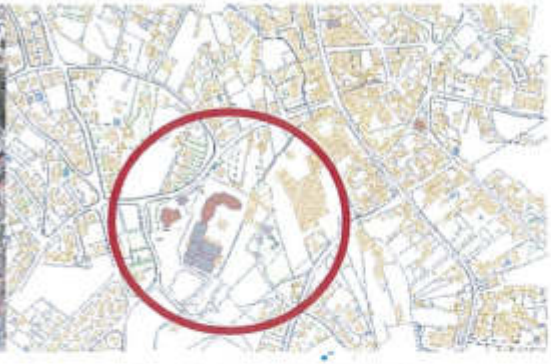
FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Projeto de Arquitetura Paisagista
ORU.ERI.PRJ.EP.06
Projeto Estruturante

Localização: Piscinas Municipais da Venda do Pinheiro



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500

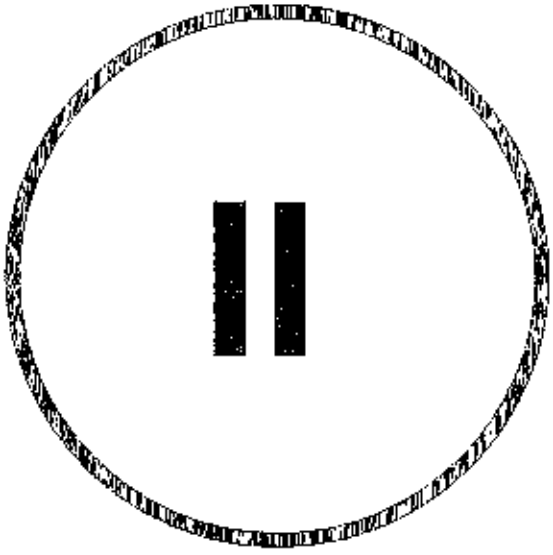


Legenda: Fotografia do Existente

Breve descrição:

Requalificação do espaço edificado e arranjo exterior.

Área de implantação	≈ 13.096,44 m²
Estimativa global da intervenção	780 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de requalificação
Utilização	Serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM



PROJETO ESTRUTURANTE DE MOBILIDADE

01 – Largo da Feira do Gado

02 – Feira da Revenda – Rua do Liceu

03 – Largo das Escolas

04 – Rua 25 de Abril

05 – Viaduto da REFER

06 – Largo das "Trouxas da Malveira"

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Feira do Gado – Reestruturação da circulação

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.01
Projeto Estruturante

Localização: Largo da Feira do Gado



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Fotografia do Existente



Legenda: Fotografia do Existente

Breve descrição:

Requalificação dos espaços de circulação viária e pedonal.
Criação de zonas de estadia e de lazer.
Arborização com alinhamento de material vegetal.

Área de intervenção (aprox.)	≈ 4.475,08 m²
Estimativa global da intervenção	268 500 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

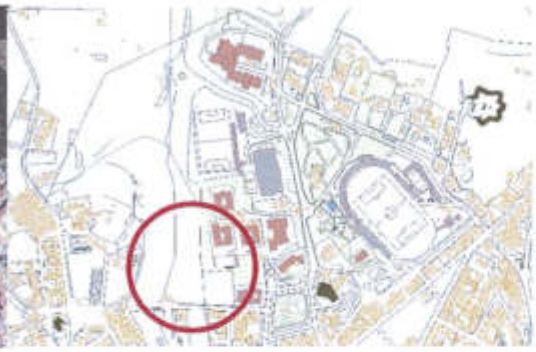
Identificação do Projeto: Largo das Escolas da Malveira – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.02
Projeto Estruturante

Localização: Rua do Liceu – Feira da revenda



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Fotografia do Existente

Breve descrição:

Requalificação do espaço e reformulação dos diferentes usos.

Arborização e definição de espaços de lazer e estadia.

Área de intervenção (aprox.)	≈ 18. 425,42 m²
Estimativa global da intervenção	1 105 500 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM

FICHA DE PROJETO ORU

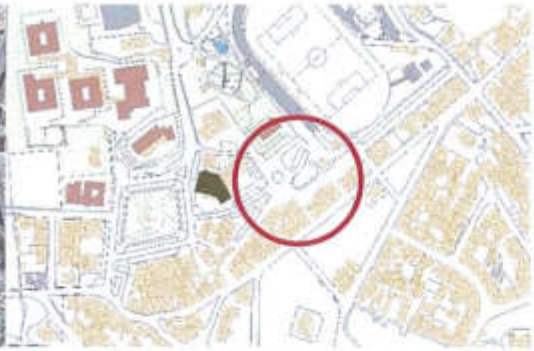
Identificação do Projeto: Largo das Escolas da Malveira – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.03
Projeto Estruturante

Localização: Largo das Escolas



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: proposta



Legenda: Proposta

Breve descrição:

A proposta de reabilitação do Largo das Escolas visa a requalificação do Largo do Antigo Depósito de Água da Malveira.
A proposta propõe:

→ Musealização do Antigo Depósito de água integrando-o no arranjo urbanístico como elemento central.

→ 41 lugares de estacionamento.

→ Acessos pedonais e de viaturas à antiga escola primária e ao campo de jogos.

→ Os pavimentos dos acessos pedonais prevêem-se em calçada de calcário branco e negro (conforme peças desenhadas) e as vias de circulação e os estacionamentos em asfalto.

Área de intervenção (aprox.)	7769,00 m²
Estimativa global da intervenção	S/i €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM; POSEUR

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.04
Projeto Estruturante

Localização: Rua 25 de Abril



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500

Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500



Legenda: Existente



Legenda: Fotografia do Existente

Breve descrição:

Requalificação dos espaços de circulação viária e pedonal.
Criação de zonas de estadia e de lazer.
Arborização com alinhamento de material vegetal.

Área de intervenção (aprox.)	≈ 5. 184,08 m²
Estimativa global da intervenção	311 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista
Utilização	Circulação e estadia
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM;

FICHA DE PROJETO ORU

Identificação do Projeto: Modernização da Linha do Oeste

REFER

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.05
Projeto Estruturante

Localização: Viaduto da REFER



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500

Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500

Breve descrição:

Requalificação dos espaços de circulação ferroviária, rodoviária e pedonal.
Arborização com alinhamento de material vegetal.



Legenda: Fotografia do Existente

Área de intervenção (aprox.)	≈ 5. 000 m
Estimativa global da intervenção	1 000 000 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução
Utilização	Circulação
Programação	Longo prazo
Entidades envolvidas	REFER;

FICHA DE PROJETO ORU

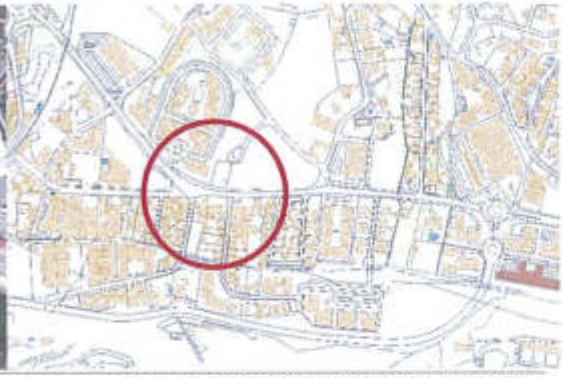
Identificação do Projeto: – Reabilitação e Integração Paisagística com a Envolvente

ORU.MVP.PRJ.MOBILIDADE.06
Projeto Estruturante

Localização: Largo das "Trouxas da Malveira"



Legenda: Extrato Ortofotomapa 2017, esc.: 1: 2.500



Legenda: Extrato Cartografia 2010, esc.: 1:2.500

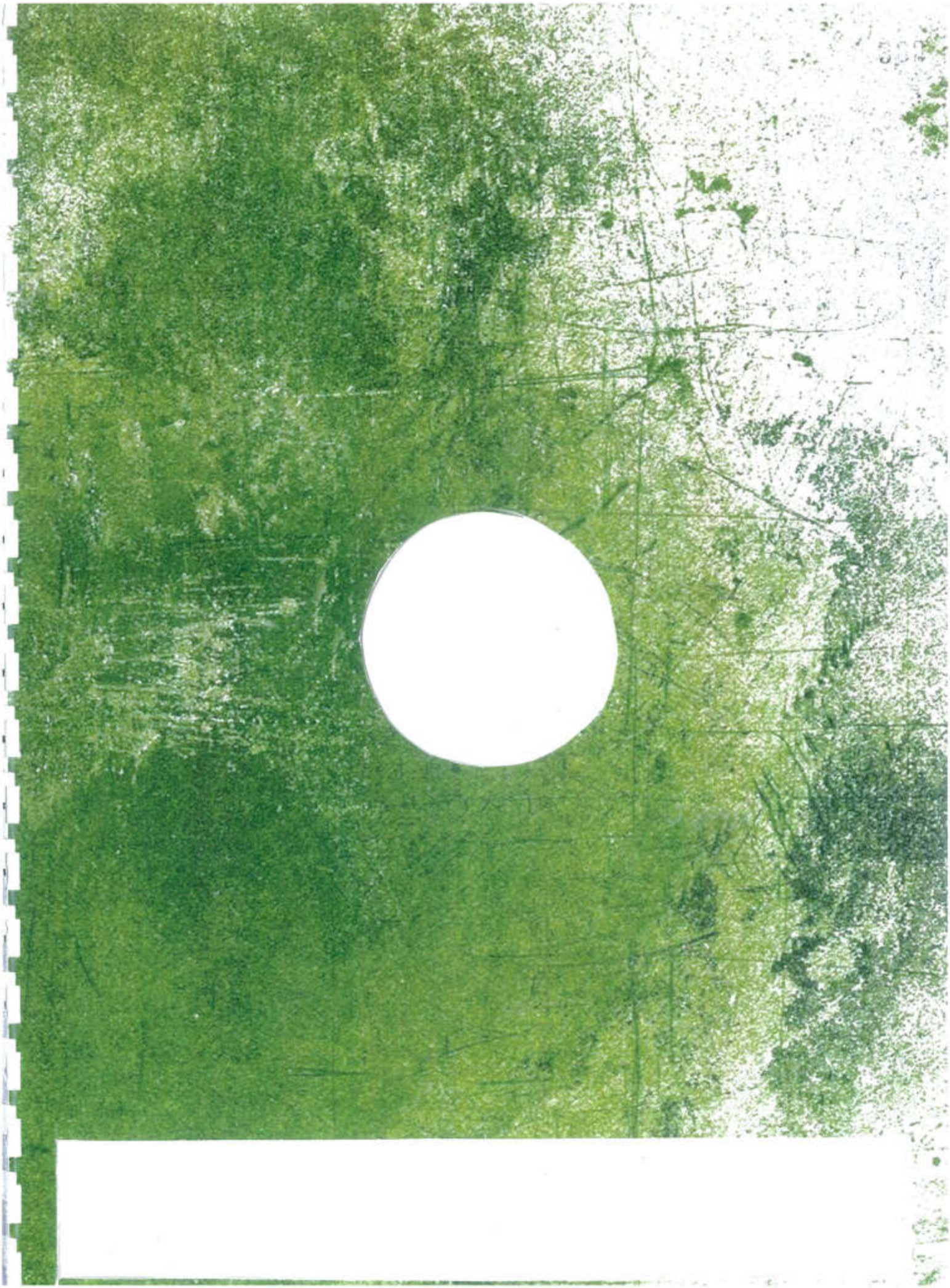


Legenda: Área de intervenção

Breve descrição:

Requalificação dos espaços de circulação viária e pedonal.
Criação de zonas de estadia e de lazer.
Arborização com alinhamento de material vegetal.

Área de intervenção (aprox.)	≈1.012,31 m^2
Estimativa global da intervenção	60 720 €
Tipo de intervenção	Projeto de Execução de Arquitetura Paisagista
Utilização	Lazer e serviços
Programação	Médio prazo
Entidades envolvidas	CMM;



ANEXOS III

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA | MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO

FICHAS INDIVIDUAIS DE CARATERIZAÇÃO DO EDIFICADO

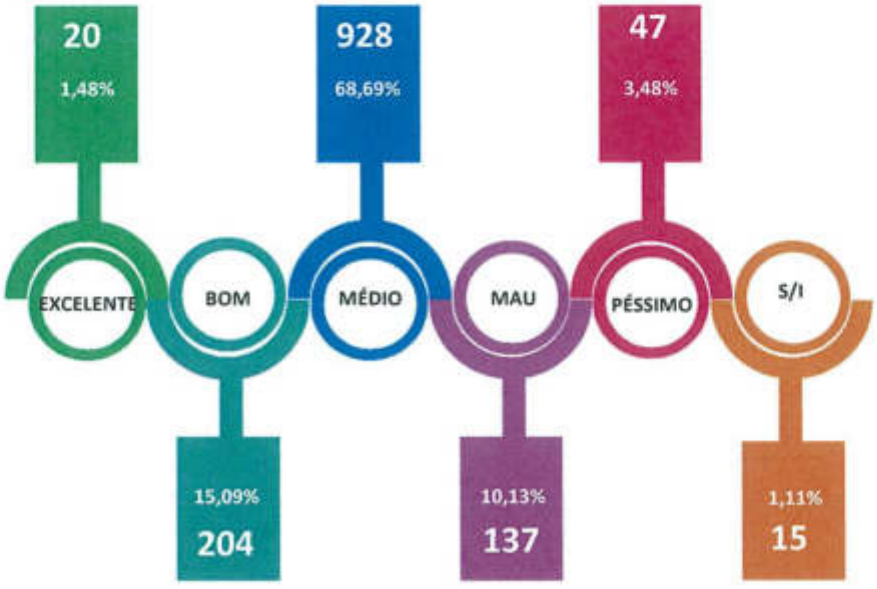
MAIO 2019

PLATAFORMA COLABORATIVA COM OS PARTICULARES DOS IMÓVEIS PRIVADOS

FICHA DE CARATERIZAÇÃO DO EDIFICADO DA ORU – EXEMPLO

(As restantes fichas são apresentadas no Portal *GeoMafra*)

Estatística do Estado de Conservação dos Edifícios



FICHA DE CARATERIZAÇÃO ORU

Identificação do Imóvel	**Código de identificação na ORU**	**0001**
Matriz:		
Localização:	Rua 25 de Abril, nº 107	



Legenda: Planta de localização do imóvel na ORU-s/escala.

Proprietário (s):	S/i
Data de Construção:	De 1946 a 1960
Área do terreno:	S/i
Área coberta:	104,26 m²
Área descoberta:	S/i
N.º de Pisos Total	2
Abaixo da cota de soleira	0
Acima da cota de soleira	2
Utilização:	Habitação
N.º de fogos:	1



Legenda: Fotografia da edificação.

Revestimento exterior:	
Tipo	Pedra. Paredes de adobe ou alvenaria de pedra solta
Cor	Cor-de-rosa
Cobertura	Inclinada – revestida a telhas cerâmicas ou de betão
Vãos	Alumínio
Anexos:	Sim
Estacionamento:	Sim – sem garagem
Acessibilidades:	Não – sem elevador
Logradouro:	Sim
Muros:	Sim

Estado de Conservação *:	**1-Péssimo**	**2-Mau**	**3- Médio**	**4-Bom**	**5-Excelente**
			x		

Processos:	S/i
Intervenção:	**Tipo de intervenção:** Intervenção Ligeira **Estimativa Global: 62 600 €**

* Não substitui a possível vistoria técnica a solicitar, aquando das ações de reabilitação, para efeitos de benefícios fiscais.

FICHA DE CARATERIZAÇÃO ORU

Identificação do Imóvel	**Código de identificação na ORU**	**0002**			
Matriz:	**MAL_1083**				
Localização:	Rua do Bairro Novo, nº 15				
					
	Legenda: Planta de localização do imóvel na ORU-s/escala.				
Proprietário (s):	S/i				
Data de Construção:	De 1961 a 1970				
Área do terreno:	S/i				
Área coberta:	105,78 m²				
Área descoberta:	S/i				
N.º de Pisos Total	3				
Abaixo da cota de soleira	1				
Acima da cota de soleira	2				
Utilização:	Habitação				
N.º de fogos:	2				
					
	Legenda: Fotografia da edificação.				
Revestimento exterior:					
Tipo	Reboco tradicional ou marmorite. Betão armado				
Cor	Verde				
Cobertura	Inclinada – revestida a telhas cerâmicas ou de betão				
Vãos	Alumínio				
Anexos:	Sim				
Estacionamento:	Sim – sem garagem				
Acessibilidades:	Não – sem elevador				
Logradouro:	Sim				
Muros:	Sim				
Estado de Conservação*:	**1-Péssimo**	**2-Mau**	**3- Médio**	**4-Bom**	**5-Excelente**
			x		
Processos:	S/i				
Intervenção:	**Tipo de Intervenção**: Intervenção ligeira **Estimativa global: 95 300€**				

* Não substitui a possível vistoria técnica a solicitar, aquando das ações de reabilitação, para efeitos de benefícios fiscais.

FICHA DE CARATERIZAÇÃO ORU

Identificação do Imóvel	**Código de identificação na ORU**	**0030**
Matriz:	MAL_1021	
Localização:	Rua 25 de Abril, nº 84	



Legenda: Planta de localização do imóvel na ORU-s/escala.

Proprietário (s):	S/i
Data de Construção:	De 1971 a 1980
Área do terreno:	S/i
Área coberta:	93,18 m²
Área descoberta:	S/i
N.º de Pisos Total	1
Abaixo da cota de soleira	0
Acima da cota de soleira	1
Utilização:	Habitação
N.º de fogos:	1



Legenda: Fotografia da edificação.

Revestimento exterior:	
Tipo	Reboco tradicional ou marmorite. Betão armado
Cor	Branco
Cobertura	Inclinada – revestida a telhas cerâmicas ou de betão
Vãos	Madeira
Anexos:	Sim
Estacionamento:	Sim – com garagem
Acessibilidades:	Não – sem elevador
Logradouro:	Sim
Muros:	Sim

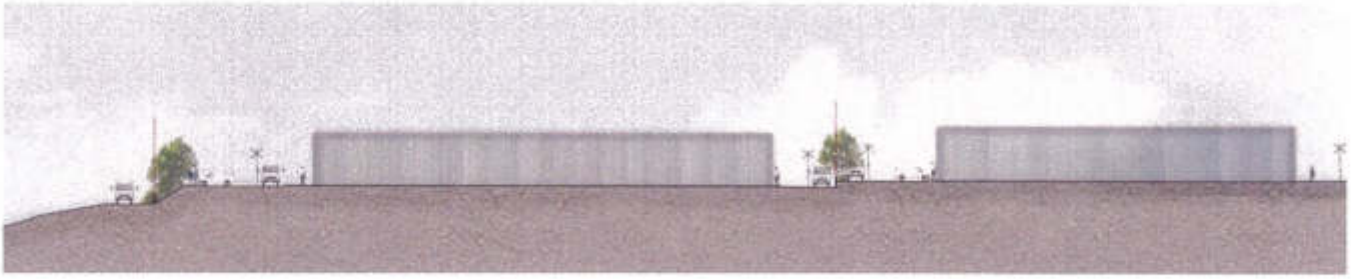
Estado de Conservação*:	**1-Péssimo**	**2-Mau**	**3- Médio**	**4-Bom**	**5-Excelente**
		X			

Processos:	S/i
Intervenção:	**Tipo de Intervenção**: Intervenção média **Estimativa Global: 46 600 €**

* Não substitui a possível vistoria técnica a solicitar, aquando das ações de reabilitação, para efeitos de benefícios fiscais.

I. REGULAMENTO

Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira



SETEMBRO 2019

Regulamento - Índice

CAPÍTULO I 5
DISPOSIÇÕES GERAIS 5
CAPÍTULO II 7
SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA 7
CAPÍTULO III 7
CLASSIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E USO DO SOLO 7
SECÇÃO I 8
Disposições Comuns 8
Áreas Industriais, Serviços e Logística 10
SECÇÃO III 12
Áreas de Circulação Viária, Pedonal e Estacionamento 12
SECÇÃO IV 13
Áreas Verdes 13
CAPÍTULO IV 15
DISPOSIÇÕES ESPECIAIS 15
CAPÍTULO V 17
OPERAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA 17
CAPÍTULO VI 18
EXECUÇÃO DO PLANO 18
CAPÍTULO VII 19
DISPOSIÇÕES FINAIS 19

ANEXOS

Quadro I: Uso do solo
Quadro II: Parâmetros urbanísticos
Quadro III: Parâmetros urbanísticos de dimensionamento do estacionamento
Quadro IV: Identificação dos novos prédios – parcelas e/ ou lotes, constituídos através do Plano de Pormenor
Quadro V: Descrição das parcelas a ceder ao domínio público
Quadro VI: Transformação fundiária com a relação entre os prédios originais e os prédios resultantes

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, adiante designado por Plano, define as regras e orientações a que deve obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo na área delimitada na Planta de Implantação, localizada na freguesia de Santo Isidoro, concelho de Mafra.

Artigo 2.º

Objetivos

O Plano visa a prossecução dos seguintes objetivos:

a) Promover o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, infraestruturado que permita a relocalização de atividades económicas localizadas no interior dos principais centros urbanos;

b) Requalificar um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico;

c) Definir um modelo de ocupação urbana que permita a articulação entre o investimento privado e as opções municipais de ordenamento do território para a área do plano e a sua envolvente;

d) Requalificar os espaços exteriores e sua interligação aos espaços adjacentes existentes, designadamente espaços naturais e espaços residenciais;

e) Reclassificar solo rural em solo urbano, para as categorias de espaços de atividades económicas e espaços verdes, nos termos do definindo no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação vigente, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Artigo 3.º

Conteúdo documental

1 - O Plano é constituído pelos seguintes elementos:

a) Regulamento;

b) Planta de implantação, à escala 1:1 000 - N.º 07;

c) Planta de condicionantes, à escala 1:1 000 - N.º 08.

2 - O Plano é acompanhado pelos seguintes elementos:

a) Relatório do Plano, que inclui a definição da proposta;

b) Relatório ambiental e resumo não técnico;

c) Programa de execução;

d) Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

e) Aviso de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Mafra e respetivas Medidas Preventivas;

f) Declaração da Câmara Municipal de Mafra da Inexistência de Compromissos Urbanísticos;

g) Minuta de Contrato de urbanização, conforme o previsto nos artigos 72.º e 107.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);

h) Documentos necessários para efeitos de registo predial, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 107.º do RJIGT;

i) Planta de Enquadramento Territorial, com a localização da área de intervenção, à escala 1:25 000 - N.º 01;

j) Plantas de Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Mafra – Ordenamento, à escala 1:10 000 - N.º 02A, 02B, 02C e 02D;

k) Plantas de Enquadramento no Plano Diretor Municipal de Mafra – Condicionantes, à escala 1:10 000 - N.º 03A e 03B;

l) Plantas de Situação Existente: Hipsometria e Uso do Solo, à escala 1:2 500 – N.º 04A e 04B;

m) Planta de Situação Existente: Cadastro, à escala 1:2 500 – N.º 05;

n) Plantas de Situação Existente: Levantamento Topográfico, Enquadramento dos Perfis e Perfis Longitudinais/ Transversais, às escalas 1:1 000 e 1:500 - N.º 06A, 06B e 06C;

o) Planta de Espaços Verdes, à escala 1:1 000 - N.º 09;

p) Plantas de Modelação de Terreno e Perfis Longitudinais/ Perfil Transversal, à escala 1:1 000 e 1:500 - N.º 10A e 10B;

q) Plantas de Infraestruturas: Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos, e Rede Elétrica e Telecomunicações, à escala 1:1 000 – N.º 11A e 11B;

r) Plantas de Transformação Fundiária e de Cedência ao Domínio Público, à escala 1:1 000 – N.º 12A e 12B;

s) Planta de Alteração ao Plano Diretor Municipal, à escala 1:10 000 – N.º 13.

t) Plantas de Apresentação: Simulação da Ocupação e Perfis Longitudinais/ Perfil Transversal.

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos da aplicação do Plano são adotadas as definições estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro, que estabelece os conceitos técnicos relativamente ao ordenamento do território e urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

CAPÍTULO II

SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Artigo 5.º

Identificação e regime

1 - Na área abrangida pelo Plano incidem as seguintes servidões administrativas e/ ou restrições de utilidade pública, identificadas na Planta de Condicionantes:

a) Faixa de proteção e gestão de combustível;

b) Rede de média tensão;

c) Leito do curso de água – Domínio Hídrico.

2 - A ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no número anterior, obedecem aos regimes jurídicos respetivos e, cumulativamente, às disposições do presente regulamento que com elas sejam compatíveis.

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E USO DO SOLO

Artigo 6.º

Classificação e qualificação do solo

1 - Na área de intervenção, o Plano classifica o solo como urbano, em perímetro urbano de nível II, de acordo com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

2 - A categoria de solo prevista no número anterior corresponde a:

a) Espaços de Atividades Económicas - áreas a estruturar;

b) Espaços Verdes.

Artigo 7.º

Uso e Ocupação do solo

O Plano estabelece os seguintes usos e ocupação do solo, para as categorias de solo previstas no artigo anterior:

a) Áreas Industriais, serviços e logística - onde se integram os polígonos de implantação às edificações principais, inseridos no polígono máximo de implantação;

b) Anexos – correspondem a edificações de apoio aos edifícios principais, os quais podem ser admitidos fora dos polígonos máximos de implantação em conformidade com o definido no artigo 19.º do presente regulamento;

c) Áreas Verdes – onde se desenvolvem as áreas verdes de proteção e enquadramento, bem como as áreas verdes de proteção e contenção dos taludes e as áreas verdes de uso privado das parcelas definidas.

d) Áreas de Circulação Viária, Pedonal e Estacionamento – constituídas pelas restantes áreas livres das parcelas onde se localizam as vias internas, lancis, passeios, lugares de estacionamento e de cargas e descargas.

SECÇÃO I

Disposições Comuns

Artigo 8.º

Estacionamento público

1 - O estacionamento público corresponde ao definido na Planta de Implantação e na respetiva tabela III, a qual faz parte integrante do presente Regulamento.

2 - Os veículos pesados serão obrigatoriamente recolhidos dentro das áreas das parcelas ou lotes, nas respetivas áreas reservadas para estacionamento, conforme o estabelecido na planta de implantação do Plano.

3 - Os veículos pesados que não tenham acesso imediato ao interior das parcelas ou lotes podem, excecional e temporariamente, estacionar no exterior, pelo menor tempo possível, não podendo, contudo, em caso algum, provocar obstrução à livre circulação do tráfego automóvel.

Artigo 9.º

Muros e vedações

Na vedação das parcelas ou lotes deverá observar-se o disposto no Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização de Mafra (RMEU) cumulativamente com as seguintes condições:

a) Nos muros e noutro tipo de vedações não é permitida a utilização de materiais que possuam elementos cortantes ou perfurantes.

b) Os portões devem possuir uma altura fixa cujo limite é o coroamento da vedação.

Artigo 10.º

Acessos

O acesso viário ao interior das parcelas ou lotes será realizado conforme o indicado na Planta de Implantação, salvo justificação técnica e de funcionalidade a efetuar em sede do procedimento de controlo prévio da operação urbanística em questão.

Artigo 11.º

Armazenamento de materiais a descoberto

1 - A localização de materiais a descoberto é, apenas, condicionada às áreas impermeabilizadas, devendo a sua delimitação ser definida aquando dos projetos a apresentar em sede do procedimento de controlo prévio da operação urbanística em questão.

2 - Os materiais armazenados devem respeitar as condições de segurança e estarem devidamente acondicionados e devidamente organizados, de forma a não provocar riscos ou impactes ambientais e visuais negativos, devendo ser salvaguardada a sua exposição ao risco de incêndio, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 12º

Infraestruturas

1 - Os futuros titulares de direitos sobre as parcelas n.º 01, 02 e 03, conforme o previsto no artigo 14.º do presente regulamento, devem garantir a execução, conservação e bom funcionamento de todas as infraestruturas, de acordo com os projetos a executar.

2 - Deve, ainda, ser assegurado o fornecimento em perfeitas condições dos bens como água, eletricidade e gás natural, pelas entidades competentes.

3 - Visando evitar interferência das construções com as infraestruturas elétricas e de gás natural, têm de ser respeitadas as condicionantes resultantes de imposições legais constantes da legislação vigente.

4 - As redes referidas nos números anteriores devem ser instaladas em subsolo.

Artigo 13.º

Achados arqueológicos

1 - As obras que impliquem a escavação e remodelação de terras deverão ter acompanhamento obrigatório de arqueológo.

2 - Em caso de achado de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer obra, na área do Plano, é obrigatória a comunicação imediata à entidade competente e à Câmara Municipal, ficando os trabalhos em curso imediatamente suspensos, nos termos e condições previstos na legislação aplicável à proteção e valorização do património cultural.

3 - Os trabalhos suspensos só podem ser retomados após parecer da entidade competente e da Câmara Municipal.

4 - O tempo de duração da suspensão dá direito à prorrogação automática da licença de obra, por tempo equivalente ao da suspensão.

5 - As intervenções arqueológicas necessárias devem ser integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra, de acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO II

Áreas Industriais, Serviços e Logística

Artigo 14.º

Usos admitidos

1 - As edificações a construir nas áreas industriais, serviços e logística destinam-se ao uso industrial e a usos associados de apoio, designadamente atividades complementares ao uso industrial, sendo constituídas pelas parcelas ou lotes n.º 01 e n.º 02 – Planta de Implantação (N.º 07) e Planta de Transformação Fundiária (N.º 12ª).

2 - Admite-se a afetação parcial das edificações referidas no número anterior a escritórios ou comércio, desde que complementares da atividade principal e na condição de que a sua superfície de pavimento não exceder 30% da área bruta de construção total admitida, excluindo-se as zonas de exposições ou *"showroom"*.

3 - É, ainda, admitida a afetação das edificações a atividades de comércio por grosso, desde que não condicionem as condições de trânsito e de estacionamento ou prejudiquem as condições de utilização da via pública.

Artigo 15.º

Regime de edificabilidade

1 - Sem prejuízo da legislação especifica em vigor, relativa à construção, as edificações devem respeitar os seguintes parâmetros:

a) As áreas de implantação, de construção e de impermeabilização, as alturas e a volumetria das edificações correspondem aos valores máximos admitidos na tabela II, identificada na planta de implantação anexa ao presente regulamento;

b) As edificações a implantar nas parcelas ou lotes devem obedecer aos polígonos máximos de implantação, de acordo com o identificado na Planta de Implantação;

c) A altura máxima da fachada das edificações é estabelecida em 9 metros, admitindo-se, contudo, uma altura superior desde a especificidade técnica da atividade aí exercida assim o exija e em casos devidamente justificados.

2 - As edificações a implantar nas parcelas ou lotes 01 e 02 podem ser constituídas em regime de propriedade horizontal, podendo ser subdivididas até um máximo de seis frações, admitindo-se diversas atividades económicas e entidades exploradoras, desde que assegurada a compatibilidade de usos entre as frações e das infraestruturas.

3 - No caso referido no numero anterior, as infraestruturas viárias da respetiva parcela ou lote são áreas comuns a todas as frações e os estacionamentos privados são divididos equitativamente, consoante o numero de frações.

Artigo 16.º

Materiais e cores a utilizar nas edificações

1 - Todos os materiais a utilizar nas edificações devem ser submetidos previamente à aprovação da Câmara Municipal, no âmbito dos procedimentos de controlo prévio das respetivas operações urbanísticas a realizar.

2 - Os materiais e as cores a aplicar devem assegurar a correta integração na paisagem e a qualidade da imagem arquitetónica, devendo ser cumpridos os seguintes requisitos:

a) Serem privilegiados materiais de elevada durabilidade e que assegurem uma imagem contemporânea;

b) As cores admitidas para a fachada nas edificações devem ser em tons suave, preferencialmente branco ou cinza;

c) As coberturas nas edificações devem ser planas, admitindo-se estruturas inclinadas desde que ocultadas por platibanda;

d) Em fachadas de superfícies envidraçadas, admite-se apenas a utilização de vidro incolor;

e) A publicidade deve estar inscrita na fachada nas edificações, admitindo-se a sua localização no logradouro das parcelas ou lotes n.º 01 e 02, desde que garantida uma relação de escala com os respetivos edifícios, de modo a não perturbar a paisagem envolvente.

Artigo 17.º

Projetos de arranjos exteriores

Os projetos relativos às obras de edificação deverão ser acompanhados por projetos de arranjos exteriores da envolvente das edificações que garantam a sua adequada inserção paisagística, devendo ser respeitado o estabelecido na planta de espaços verdes e nos artigos 21.º e 22.º do presente regulamento.

SECÇÃO III

Áreas de Circulação Viária, Pedonal e Estacionamento

Artigo 18.º

Circulação e estacionamento

1 - No espaço livre das parcelas ou lotes deve ser assegurada a circulação viária e pedonal e o estacionamento de veículos, bem como a zona de carga, descarga ou depósito de materiais necessários às atividades a instalar.

2 - As áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento garantem o estacionamento de viaturas ligeiras e pesadas em conformidade com o definido na Planta de Implantação e na respetiva tabela III, também anexa ao presente regulamento.

3 - Nas áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento deve, ainda, ser garantido o seguinte:

a) Acesso de viaturas de bombeiros a todas as edificações, equipamentos técnicos exteriores e áreas de armazenamento ao ar livre;

b) Acesso das viaturas de recolha de resíduos, quando não realizada pelas entidades que venham a explorar as parcelas ou lotes, até aos locais onde se procede ao armazenamento dos resíduos produzidos nas parcelas, devendo os Resíduos Sólidos Urbanos ser depositados junto à entrada das parcelas ou lote.

Artigo 19.º

Circulação pedonal

1 - Deverá ser assegurada a circulação pedonal no interior das parcelas ou lotes, de acordo com a Planta de Implantação.

2 - Os pavimentos pedonais deverão ser realizados em materiais resistentes às cargas, preferencialmente em blocos de betão.

3 - Devem ser efetuadas marcações de pavimento a assinalar percursos e zonas prováveis de atravessamento de peões, ligando áreas de estacionamento, passeios e edificações, conforme a Planta de Implantação.

Artigo 20.º

Edificações de apoio

Junto às áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento é admitida a possibilidade de construção de edificações de pequena dimensão, destinadas a anexos de apoio às instalações principais, designadamente para armazenamento de equipamentos de manutenção, infraestruturas elétricas, centrais de bombagem, zonas técnicas ou outros similares, desde que, não constituam obstáculos à livre circulação e obedeçam aos critérios estabelecidos no RMEU.

SECÇÃO IV

Áreas Verdes

Artigo 21.º

Áreas verdes de proteção e enquadramento

1 - As áreas verdes de proteção e enquadramento, localizadas na parcela ou lote n.º 03, correspondem à faixa verde envolvente da área do Plano, que assegura a valorização ecológica e visual e permite a continuidade e a interligação com a Estrutura Ecológica Municipal prevista no PDM.

2 - Estas áreas deverão ser constituídas por estruturas arbóreas ou arbustivas autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, de densidade alta e média, devendo ser garantido o controlo da carga combustível, de modo a minimizar o risco de incêndio florestal.

3 - Nestas áreas, os exemplares que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, deverão ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas.

Artigo 22.º

Áreas verdes de proteção e contenção de taludes

1 - As áreas verdes de proteção e contenção de taludes correspondem às zonas norte das parcelas ou lotes n.º 01 e 02, cuja modelação do terreno deverá garantir a diminuição da erosão do solo e o incremento da infiltração de águas pluviais.

2 - Estas áreas devem ser objeto de estabilização e consolidação, através do uso de vegetação herbácea e arbustiva adequada à fixação do solo e às condições edafoclimáticas do local e que promova o aumento da biodiversidade, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

3 - Os taludes deverão prever um sistema de drenagem eficaz, que evite a escorrência excessiva das águas pluviais, podendo ser utilizadas malhas, telas ou estruturas de gabião para a estabilização inicial.

4 - As espécies vegetais a utilizar deverão corresponder a espécies autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Sambugus nigra, bem* como espécies herbáceas que favoreçam a fixação do solo evitando a sua erosão.

Artigo 23.º

Áreas verdes de uso privado

1 - As áreas verdes de uso privado destinam-se à valorização paisagística da envolvente das edificações, assegurando o conforto bioclimático, através da proteção contra os ventos dominantes, da redução da irradiação noturna, da diminuição da erosão e do aumento da infiltração de águas pluviais.

2 - Nas áreas verdes de uso privado é admitido o uso de vegetação herbácea e arbustiva, que permita o aumento da biodiversidade, e a plantação de árvores e de cortinas arbóreas, que minimizem impactes visuais e sonoros e a ação dos ventos fortes, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

3 - Nas parcelas ou lotes n.º 01 e 02, estas áreas devem garantir a utilização de estadia, admitindo-se zonas de revestimento com materiais inertes, permitindo o incremento da infiltração de águas pluviais no solo de acordo com o previsto na planta de espaços verdes.

4 - Nestas áreas deverá também ser valorizada a utilização de espécies vegetais autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Arbustus unedo, Juniperus pfitzeriana, Sambugus nigra, Tamarix africana, Viburnum tinus, Acer pseudoplatanus, Cupressus sempervirens, Laurus nobillis, Olea europaea, Prunnus lusitânica, Quercus robur.*

Artigo 24.º

Manutenção

Na manutenção dos espaços verdes deve recorrer-se a um plano de gestão de espaços verdes, onde constem estratégias de atenuação dos consumos de água para rega, devendo, sempre que possível, ser utilizada água de rega de abastecimentos alternativos ou complementares à rede potável de abastecimento público, designadamente águas pluviais ou de escoamento superficial, devidamente captada e ou armazenada para esse efeito.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 25.º

Mobilidade condicionada

Na execução de passeios, vias de acesso e passagens de peões e acessibilidade aos edifícios devem ser respeitadas as normas técnicas para a melhoria da acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, estabelecida na legislação aplicável.

Artigo 26.º

Segurança das edificações

1 - Na elaboração dos projetos devem ser salvaguardadas as condições de segurança, constantes na legislação, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e nas portarias complementares e normas técnicas aplicáveis.

2 - Devem ser utilizados materiais, na construção das edificações, que garantam um bom comportamento sísmico que permita a prevenção e redução da vulnerabilidade sísmica.

Artigo 27.º

Equipamento de arrefecimento

Na instalação de torres de arrefecimento ou de condensadores evaporativos deve ser garantido um fácil e seguro acesso a todas as partes do equipamento, para inspeção e manutenção nos termos da legislação aplicável.

Artigo 28º

Resíduos sólidos

1 - As entidades que venham a explorar as parcelas ou lotes n.º 01 e 02 devem ser, nos termos legais, responsáveis pela gestão, recolha e destino final dos resíduos produzidos pelas respetivas atividades industriais, de serviços ou logística.

2 - Em cumprimento do disposto no número anterior, as parcelas ou lotes devem dispor de sistemas de recolha e armazenagem separativa de resíduos sólidos, sendo obrigatória a deposição separada de resíduos industriais não equiparados a urbanos com os resíduos urbanos, de acordo com a legislação em vigor.

3 - Caso o tipo de resíduo produzido disponha de características que comprometam a saúde pública ou as condições ambientais, deve ser assegurado o pré-tratamento dos resíduos no interior das parcelas ou lotes.

Artigo 29.º

Emissão de gases

Sempre que o tipo de atividade que se venha a instalar o exija, deve ser efetuado o tratamento das emissões gasosas produzidas, de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 30º

Ruído

Sendo o Plano maioritariamente relativo a atividades económicas, não são delimitadas zonas sensíveis ou mistas, nos termos Regulamento Geral do Ruído em vigor, mas devem ser salvaguardados os seguintes requisitos:

a) Mecanismos que assegurem o controlo do ruído produzido pelas atividades a instalar, nos termos da legislação aplicável;

b) Nos projetos de arranjos exteriores, relativos às áreas verdes de proteção e contenção de taludes e áreas verdes de uso privado, a disposição do coberto vegetal deve contribuir para a redução da emissão do ruído, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

Artigo 31.º

Defesa contra incêndios florestais e gestão de combustível

1 - Devem ser cumpridas as disposições constantes do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Mafra no que respeita às ações de limpeza da zona envolvente às edificações.

2 - A gestão de combustível deve ser garantida pelas entidades que venham a explorar as parcelas ou lotes n.º 01 e 02, devendo ser cumpridos os critérios para a referida gestão nos termos da legislação especifica em vigor.

Artigo 32.º

Limpeza das redes de águas pluviais e de saneamento

As entidades que venham a explorar as parcelas ou lotes n.º 01 e 02 e o proprietário da parcela ou lote n.º 03, devem garantir a limpeza periódica das redes de águas pluviais ou de saneamento, de modo a evitar entupimentos e degradação das mesmas.

CAPÍTULO V

OPERAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA

Artigo 33.º

Transformação fundiária

1 - Para efeitos de execução do Plano, a área de intervenção, após transformação fundiária, corresponde a quatro prédios; três relativos às parcelas ou lotes n.º 01, 02, e 03 e um quarto referente à área a ceder e a integrar no Domínio Público.

2 - O parcelamento do solo obedece ao definido nas peças desenhadas que acompanham o plano, Planta de Transformação Fundiária (N.º 12A) e Planta de Cedência ao Domínio Público (N.º 12B), e nos documentos para efeitos registais, conforme o referido no n.º 3 do artigo 107.º do RJIGT.

Artigo 34.º

Regime de cedência

1 - A área de cedência ao domínio público corresponde à delimitada na Planta da Área de Cedência ao Domínio Público, e destina-se ao alargamento e reperfilamento da Estrada Municipal 616, à criação de lugares de estacionamento público, à circulação pedonal e ao acesso às parcelas ou lotes n.º 01, 02 e 03.

2 - Caberá à Câmara Municipal assegurar a gestão e manutenção da área de cedência ao domínio público, após a execução das obras de infraestruturação, conforme o previsto na alínea c) do artigo 35.º do presente regulamento.

CAPÍTULO VI

EXECUÇÃO DO PLANO

Artigo 35º

Sistema de execução

O sistema de execução é de iniciativa dos interessados, designadamente o Município de Mafra e os futuros titulares de direitos, cabendo-lhes realizar as operações urbanísticas.

Artigo 36.º

Perequação compensatória

O mecanismo de perequação compensatória a adotar corresponde à repartição de encargos com as operações urbanísticas de urbanização a realizar após a venda das parcelas ou lotes, sendo considerados custos de urbanização as infraestruturas gerais e locais.

Artigo 37º

Obrigações dos futuros titulares de direitos

1 - Os futuros titulares de direitos sobre as parcelas ou lotes n.º 01 e 02 ficam obrigados ao seguinte:

a) Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das edificações e obras de urbanização que pretendam construir nas áreas previstas no Plano;

b) Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das ligações às redes das infraestruturas exteriores.

c) Executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes e as obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público, adjacente à Estrada Municipal 616.

2 - O futuro titular de direitos sobre a parcela ou lote n.º 03 fica obrigado a manter a via de acesso rodoviário condicionado/ servidão, conforme o definido na planta de implantação.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38.º

Relação com outros Instrumentos de Gestão Territorial

1 - Na área do Plano, o PDM encontra-se suspenso, conforme Aviso n.º 15291/2018, de 23 de outubro, pelo que se aplicarão as regras estabelecidas no presente Plano de Pormenor.

2 - Em cumprimento do referido no número anterior, o Plano procede à seguinte alteração do PDM, em conformidade com o RJIGT:

a) Planta de ordenamento – carta de classificação e qualificação do solo e na área abrangida pelo presente Plano, conforme o constante artigo 6.º do presente regulamento e na planta de alteração do PDM;

b) Regulamento, na área de intervenção do Plano, devem ser respeitadas as normas relativas aos artigos 49.º e 51.º.

3 - As disposições do presente regulamento prevalecem, na área do presente Plano, sobre quaisquer disposições do regulamento do PDM em vigor.

Artigo 39.º

Omissões

1 - Quaisquer omissões ou dúvidas de interpretação e aplicação do presente regulamento aplica-se o disposta na legislação atualmente em vigor.

2 - Para a definição dos usos e ocupações do solo na área do Plano, deve ser considerado em simultâneo o presente regulamento, a planta de implantação (N.º 07) e a planta de condicionantes (N.º 08), prevalecendo os critérios e imposições mais restritivas.

Artigo 40.º

Entrada em vigor

O Plano entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação em Diário da República.

ANEXOS

Quadro I: Uso do solo

Espaço de atividades económicas	m²	hectares	%
Áreas Industriais, Armazéns e Logística	19 650,87	1,97	33,51
Áreas de Circulação Viária, Pedonal e Estacionamento	24 632,91	2,46	42,01
Áreas Verdes	14 349,34	1,43	24,47
Área Total de Intervenção do Plano	**58 633,12**	**5,86**	**100,00**
Área Privativa: Parcelas Afetas às Atividades Industriais, Armazéns e Logística	47 352,87	4,74	80,76
Domínio Privado Municipal de Uso Condicionado	9 122,61	0,91	15,56
Domínio Público Municipal	2 157,64	0,22	3,68

Quadro II: Parâmetros urbanísticos

N.º da Parcela (ou lote)	Área da Parcela (m²) (ou lote)	Utilização	Área Máx.de Implantação (m²)	Índice de Ocupação do Solo	Área Máx.de Construção (m²)	Índice de Utilização do Solo	Altura Máx. das Edificações (m)	Volumetria Máxima (m³)	Índice de Volumétrico	N.º Máx.de Pisos - acima da cota de soleira	Área de Impermeabilização
01	25 366,91	Indústria, Armazéns e Logística (inclui anexos)	11 630,00	0,46	12 095,90	0,48	9	103 154,20	4,07	2	21 736,50
02	21 985,97	Indústria, armazéns e Logística	8 020,87	0,36	8 100,00	0,37	9	72 187,85	3,28	2	18 276,11
03	9 122,61	Verde proteção e enquadramento e Acesso rodoviária condicionado	-	-	-	-	-	-	-	-	2 113,53

Quadro III: Parâmetros urbanísticos de dimensionamento do estacionamento

N.º da Parcela (ou lote)	Estacionamento Privado de Ligeiros: 1 lugar/ 100m² de Σ Ac. Em lotes > 3.000m²	Estacionamento Privado de Pesados - Estudo Tráfego	Estacionamento Público de Ligeiros: 20% do Total Est. Privado	Estacionamento Público de Pesados: Estudo Tráfego
01	121	5	26	-
02	91	8	16	-
TOTAL	**212**	**13**	**42**	**-**

Quadro IV: Identificação dos novos prédios – parcelas e/ ou lotes, constituídos através do Plano de Pormenor

Identificação dos novos prédios – parcelas (ou lotes)	Área (m²)	Titular	Confrontações
01	25 366,91	Município de Mafra	**Norte:** Parcela/Lote 03; **Sul:** Serafim Batalha e Betostrong (Industria de Betão, Lda.); **Nascente:** Parcela/Lote 02; **Poente:** Estrada Municipal
02	21 985,97	Município de Mafra	**Norte:** Parcela/Lote 03; **Sul:** Parcela/Lote 01; **Nascente:** Parcela/Lote 03; **Poente:** Estrada Municipal
03	9 122,61	Município de Mafra	**Norte:** Parcela Restante Art.º 197-Q; **Sul:** Parcela/Lote 02; **Nascente:** Ribeiro e Manuel Vicente; **Poente:** Estrada Municipal

Quadro V: Descrição das parcelas a ceder ao domínio público

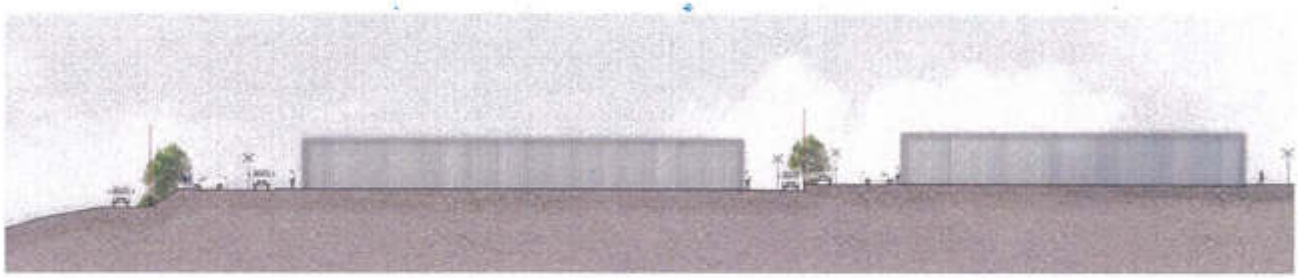
Identificação	Área de Cedência (m²)	Proveniência	Confrontações
DP 01	2 157,64	197-Q Freguesia S. Isidoro	**Norte:** Parcela/Lote 03; **Sul:** Serafim Batalha e Betostrong (Industria de Betão, Lda.); **Nascente:** Parcelas/Lotes 01 e 02; **Poente:** Estrada Municipal

Quadro VI: Transformação fundiária com a relação entre os prédios originais e os prédios resultantes

Prédio Original			Transformação fundiária			
Artigo N.º	**Área (m²)**	**Titular**	**Identificação das Parcelas (ou lote)**	**Área (m²)**	**Titular**	**Confrontações**
197-Q Freguesia S. Isidoro	120 000,00	Município de Mafra	**01**	25 366,91	Município de Mafra	**Norte:** Parcela/Lote 03; **Sul:** Serafim Batalha e Betostrong (Industria de Betão, Lda.); **Nascente:** Parcela/Lote 02; **Poente:** Estrada Municipal
			02	21 985,97	Município de Mafra	**Norte:** Parcela/Lote 03; **Sul:** Parcela/Lote 01; **Nascente:** Parcela/Lote 03; **Poente:** Estrada Municipal
			03	9 122,61	Município de Mafra	**Norte:** Parcela Restante Art.º 197-Q; **Sul:** Parcela/Lote 02; **Nascente:** Ribeiro e Manuel Vicente; **Poente:** Estrada Municipal

II. RELATÓRIO DO PLANO

Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira



SETEMBRO 2019

ÍNDICE - RELATÓRIO

I. INTRODUÇÃO 6
1. Âmbito e Objetivos 6
2. Metodologia 9
3. Oportunidade 10
4. Análise SWOT 11
II. ENQUADRAMENTO 12
1. Territorial e Viário 12
2. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa -PROTAML 13
3. Plano Diretos Municipal de Mafra – Suspensão Parcial 14
4. Análise Socioeconómica 15
4.1. Demografia 15
4.2. Povoamento 15
4.3. Estrutura Produtiva 15
III. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA 19
1. Clima 19
2. Geologia 19
3. Hipsometria 20
4. Tipo de Solos 20
5. Caracterização do Uso do Solo 21
IV. PROPOSTA DO PLANO 22
1. Princípios Gerais 22
2. Estratégia 22
3. Programa de Intervenção 23
3.1. Desenho Urbano 23
3.2. Espaços Verdes 25
3.3. Infraestruturas 27
3.4. Estudo Acústico Simplificado 28
V. CONDICIONANTES 29
1. Faixas de Gestão de Combustível 29
2. Rede Elétrica Nacional 29
3. Leito do Curso de Água – Domínio Hídrico 29

VI. OUTROS CONDICIONALISMOS À OCUPAÇÃO DO SOLO 30
1. Ruído 30
2. Prevenção de Risco de Incêndio Florestal 30
3. Alterações Climáticas 31
VII. RECLASSIFICAÇÃO PARA SOLO URBANO 32
1. Contrato de Urbanização 32
2. Sustentabilidade Económica e Financeira 32
3. Alterações ao PDM 33
VIII. MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 34
IX. EQUIPA 35
X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC 6
Figura 2 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC, no território 12
Figura 3 – Extrato da planta de ordenamento, estrutura ecológica municipal. Fonte: GeoMafra 13
Figura 4 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC, no PDM. Fonte: GeoMafra 14
Figura 5 – População residente, por local de residência (2011). Fonte: INE 16
Figura 6 – Numero de população desempregada, por local de residência (2011). Fonte: adaptado de INE.. 17
Figura 7 – Taxa de desemprego (%), por local de residência (2011). Fonte: adaptado de INE 17
Figura 8 – Planta de Situação Existente do PPAAEC – Hipsometria 20
Figura 9 – Carta de Solos do PPAAEC 21
Figura 10 – Carta de uso do solo do PPAAEC 21
Figura 11 – Sentidos de trânsito previstos na proposta de plano. 28
Figura 11 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Incêndios rurais e florestais. Fonte: AML 31
Figura 12 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Erosão hídrica do solo. Fonte: AML 31
Figura 13 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Calor excessivo. Fonte: AML 31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Objetivos para o concelho. Fonte: Visão estratégica, 2008 7
Tabela 2 – Análise SWOT 11
Tabela 3 – Evolução das Projeções Demográficas para os núcleos urbanos Sobreiro/ Achada/ Caeiros 15
Tabela 4 – Dimensionamento do estacionamento proposto 28

I. INTRODUÇÃO

1. Âmbito e Objetivos

O presente Relatório procura apresentar, sistematizar e explicitar as razões que fundamentam a opção de investimentos municipal na execução da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira. A execução desta zona de atividades económicas, permitirá melhores condições de ordenamento, de organização e de gestão do território e, contribuirá, decisivamente, para o desenvolvimento de um modelo de ocupação territorial e de um modelo de desenvolvimento socioeconómico mais equilibrado, melhor estruturado e urbanística e ambientalmente qualificado.

O Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira (PPAAEC) foi orientado de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. De acordo com este regime compete às câmaras municipais a elaboração de panos municipais de ordenamento do território, sendo esta elaboração determinada por deliberação de câmara, a publicitar em Diário da República (cf. Artigo 74.º do RJIGT).

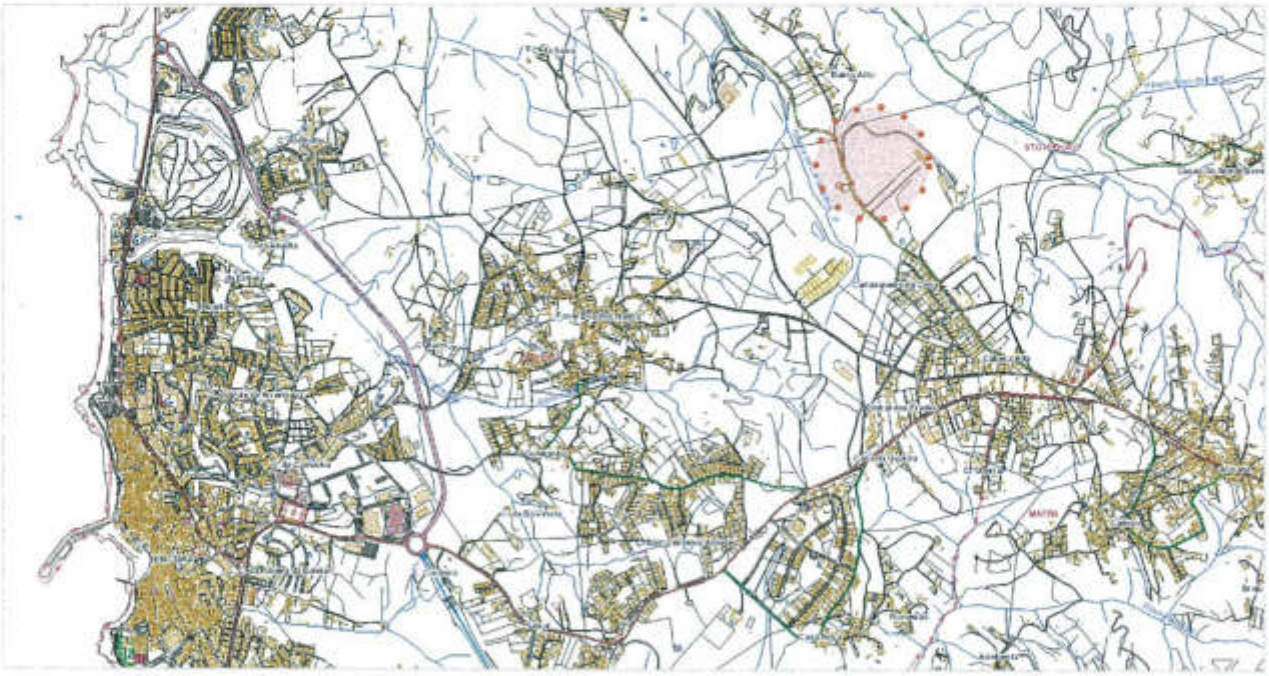


Figura 1 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC.
Fonte: GeoMafra

Pretende-se, com o plano, instituir um modelo de ordenamento da área de intervenção que articule o investimento privado com as diferentes intenções municipais, internas e circundantes da área, e que de uma forma coerente se enquadre na estruturação das atividades económicas do concelho.

A reflexão estratégica na localização de uma atividade económica, que para além de responder aos objetivos delineados no Plano Diretor Municipal, aposta na concentração das atividades no corredor urbano central e no enquadramento das atividades económicas no território.

De acordo com o n.º 1 do artigo p0.º do RJIGT, na sua atual redação, o PP "desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral."

A decisão e competência de elaboração dos PP são atribuídas às Câmaras Municipais, conforme o n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT, e a sua aprovação à Assembleia Municipal, segundo o n.º 1 do artigo 79.º do regime citado anteriormente.

A Câmara Municipal de Mafra decidiu reclassificar o uso de solo rural em solo urbano do PP da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, sendo que de acordo com o atual RJIGT, permite a possibilidade de alteração das disposições urbanísticas, em situação de caráter excecional, nos termos do seu artigo 72.º, conjugado com o artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, e enquadrada na elaboração de um plano de pormenor com efeitos registais.

Os cinco objetivos estratégicos apoiados por uma visão de futuro para o concelho de Mafra, são os que se apresentam na tabela 1.

1. Salvaguarda e promoção do património natural e cultural
2. Consolidação do sistema urbano
3. Promoção das atividades económicas
4. Consolidação das acessibilidades
5. Redefinição do modelo de ocupação espacial

Tabela 1 – Objetivos para o concelho. Fonte: Visão estratégica, 2008

No pressuposto anterior, foram apresentados os seguintes objetivos estratégicos relevantes para a elaboração do PPAECC:

- Reorganizar o território na envolvente da Estada Municipal 616;
- Valorizar e preservar valores naturais e paisagísticos envolventes;
- Promover a instalação da população no município de Mafra, como destino a residir;
- Promover o aumento do volume de negócios, valor acrescentado bruto (VAB), das exportações;
- Promover a diminuição das importações e deste modo contribuir para a autossustentabilidade económica;
- Promover a proteção dos espaços florestais, seguindo as orientações do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Promover a substituição (nas faixas secundários de gestão de combustível) as áreas de monocultura ocupadas por espécies autóctones mais resistentes ao fogo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro.
- Promover o desenvolvimento de um espaço de atividade económicas, devidamente organizado e infraestruturado, que promova o enquadramento de atividades económicas que se encontram localizadas no interior dos principais centros urbanos, num processo de relocalização;
- Requalificar de um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico;
- Reclassificação de solo rural em solo urbano, na categoria de espaços de atividades económicas, devendo definir-se o prazo para a execução das obras de urbanização e de edificação, o qual determinará a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal;
- Consolidação das áreas urbanas existentes na envolvente, através da promoção de obras de melhoria em algumas construções existentes e da criação de áreas publicas e acessos;
- Definição do sistema das redes de infraestruturas, em especial do sistema viário face aos diferentes fluxos e funções da área de intervenção e face à ligação à estrada de Santo Isidoro;
- Integrar as Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas de Mafra (EMAAC).

2. Metodologia

A metodologia de trabalho do plano assenta no desenvolvimento dos seguintes princípios metodológicos:

- **Requalificação Ambiental**: preservação e salvaguarda dos ecossistemas naturais existentes de acordo com o valor biológico e ecológico;

- **Enquadramento Paisagístico:** impõe-se um cuidado especial na implantação de edifícios e tratamento da envolvente na área de intervenção, uma vez que o Real Edifício de Mafra, localizado na Vila de Mafra, constitui um elemento de dominância visual do território, dado o seu caráter histórico e patrimonial, e na área de localização do plano apresenta suscetibilidade média à intrusão visual;

- **Interligação entre espaços naturais, perímetros urbanos e aglomerados rurais**: estruturação de percursos pedonais ou trilhos com funções recreativas e pedagógicas, associadas a uma infraestrutura verde, responsável por oferecer um conjunto de serviços ecológicos, e de mitigação das alterações climáticas.

3. Oportunidade

O objetivo de promover as atividades económicas no território, a definição de zonas de vocação para atividades económicas integra a estratégia de desenvolvimento municipal desde 2015.

Trata-se de fato, de uma aposta com bastante tempo de maturação e que tem alimentado a ambição de um desenvolvimento municipal sustentado e urbanística e ambientalmente equilibrado. Efetivamente, era e continua a ser, preocupação do município promover e incentivar iniciativas de promoção de investimento económico, de base local, que fomentem e estimulem a fixação de investimento e a criação emprego.

A estratégia de desenvolvimento municipal assumida pelo município assume, como um dos principais pilares, a aposta no reforço e na diversificação da base económica local, que permita diminuir ou atenuar a clara dependência económica e de oferta de emprego do concelho. Fazem parte dessa estratégia de desenvolvimento a qualificação urbana dos núcleos urbanos, dos aglomerados rurais existentes e da envolvente.

A Área de Atividades Económicas da Carrasqueira constitui um complemento indispensável à fixação de novas empresas e de criação de novas instalações para empresas em laboração no município, assim como indispensável para a consolidação e dinamização do tecido económico e social do concelho.

Este novo espaço, vocacionado para a instalação de atividades económicas, assume uma localização e uma importância estratégica:

- Proximidade com o aglomerado rural do Bairro Alto, freguesia de Santo Isidoro, e do núcleo urbano de Cabeça Alta, freguesia da Ericeira, possibilita e favorece o estabelecimento de relações funcionais entre estes povoados e o polo de atividade económica.
- Enquadramento com a estratégia de promoção e dinamização do tecido empresarial local;
- Ligação com os eixos viários estruturantes, nomeadamente EM616 e proximidade com EN116 e A21.
- Oferta de espaços estruturados e infraestruturados que possibilitem, dinamizem e incentivem a instalação de atividades económicas de forma a fomentar a fixação de investimento e a criação de emprego, com evidentes ganhos na coesão social do município e no fortalecimento da sua base económica.

4. Análise SWOT

A sistematização do quadro das Forças e das Fraquezas, das Oportunidades e das Ameaças ao desenvolvimento e execução deste Plano de Pormenor permitem aferir as condições de base que sustentam esta aposta de desenvolvimento do município de mafra. Para tal recorreu-se a uma análise SWOT. (Tabela 2).

Forças:	**Fraquezas:**
• Acessibilidades rodoviárias; • Proximidade e influência dos núcleos urbanos da Ericeira e Mafra; • Dinâmica de procura de espaços para instalação de atividades económicas; • Forte capacidade do município em captar investimentos estruturantes à escala Regional e Nacional.	• Inexistência de espaços estruturados e infraestruturados capazes de atrair e fixar unidades de dimensão relevante.
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Criação de novas áreas industriais, para ordenamento e desenvolvimento empresarial e industrial.	• Não concretizar a área de atividades económicas num tempo espectável à procura de intenções de investimento.

Tabela 2 – Análise SWOT

Esta breve análise SWOT permite alertar para os principais riscos associados à opção pelo investimento municipal no desenvolvimento da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira. E, se é certo que a necessidade é premente e se justifica pela tentativa de criar condições que gerem emprego e crescimento e favoreçam a fixação de gente e de investimento, também é certo que o tecido empresarial local há muito que reclama e espera a estruturação de um espaço infraestruturado e vocacionado para a instalação de atividades económicas.

II. ENQUADRAMENTO

1. Territorial e Viário

A área de intervenção do PPAEC, com cerca 6 hectares, localiza-se no concelho de Mafra, na freguesia de Santo Isidoro, na proximidade do núcleo urbano do Pinhal dos Frades e corresponde a parte do artigo matriciais n.º 197, da secção Q – conforme plantas de localização n.º 1, n.º 2 e n.º 3, anexas (Extratos da Carta Militar, da Cartografia, de Cadastro e do Ortofotomapa), desenvolvendo-se ao longo da Estrada Municipal 616 (Figura 2).

A importância desta localização privilegiada com a proximidade com a A21, será majorada com a possível requalificação da Estrada Municipal 616.

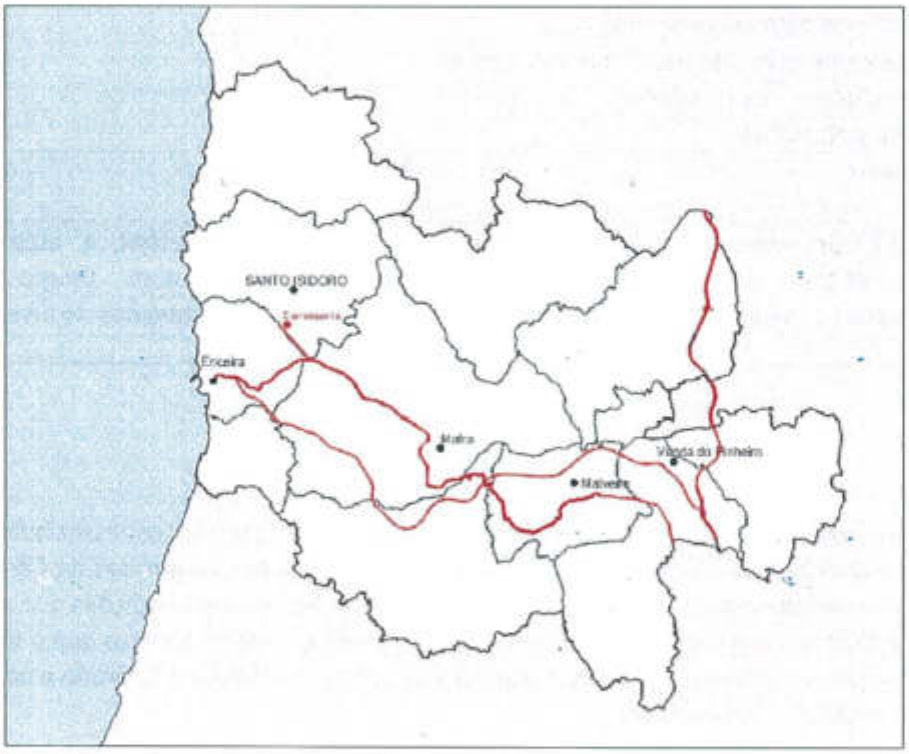


Figura 2 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC, no território

2. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa -PROTAML

No que se refere ao PROTAML, este define um modelo de ordenamento esquemático, bem como uma rede ecológica metropolitana, cuja salvaguarda no território de Mafra, foi estabelecida através da carta da estrutura ecológica municipal desenvolvida no PDM, através da delimitação dos corredores e áreas estruturantes, que nesta zona correspondem ao rio do Cuco, incluindo todo o vale e zonas de encosta.

Desta forma o corredor estruturante central, encontra-se a afeto a áreas de proteção enquadradas na EEM, que asseguram a continuidade e interligação à rede ecológica metropolitana.

Neste sentido, a área de intervenção do plano, por se localizar fora das áreas de proteção não afeta a estrutura ecológica municipal e, por conseguinte, a rede ecológica metropolitana.

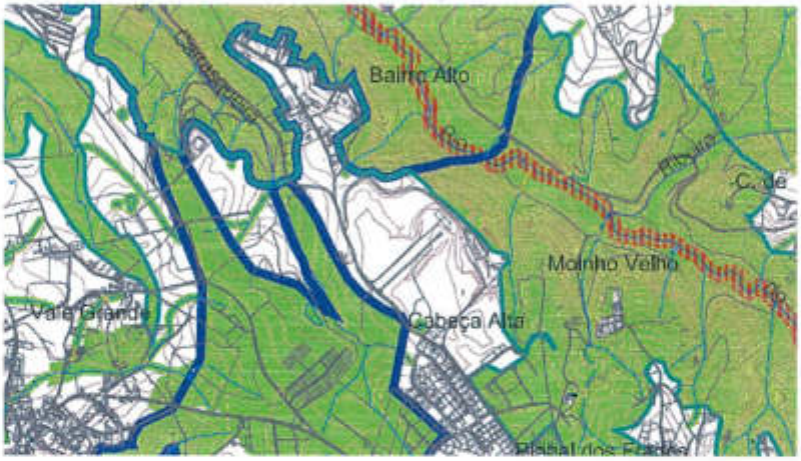


Figura 3 – Extrato da planta de ordenamento, estrutura ecológica municipal. Fonte: GeoMafra

3. Plano Diretos Municipal de Mafra – Suspensão Parcial

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM), publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, classificou a área de intervenção do PP como Espaço Agroflorestal (ver peças desenhada de enquadramento no PDM).

Contudo através do Aviso n.º 15291/2018, 23 de outubro, foi prevista a suspensão para esta área de intervenção do PP, de modo a assegurar a execução dos objetivos previstos neste relatório, tendo sido determinadas medidas preventivas para este território.

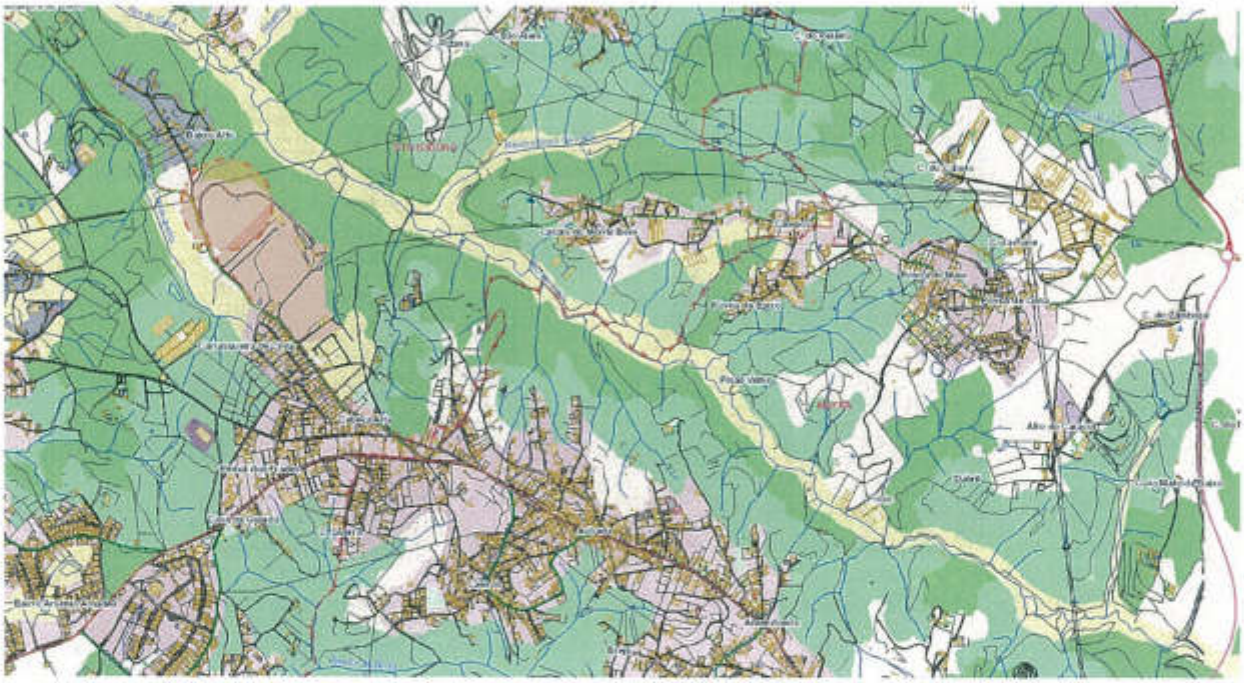


Figura 4 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC, no PDM. Fonte: GeoMafra

4. Análise Socioeconómica

4.1. Demografia

O PPAAEC localiza-se a cerca de 1Km da Área de Reabilitação Urbana do Sobreiro/Achada e Caeiros, localizados no corredor central de ligação entre os principais núcleos urbanos do município.

Núcleo Urbano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sobreiro/ Achada/ Caeiros	3.007	3.098	3.190	3.286	3.385	3.486

Tabela 3 – Evolução das Projeções Demográficas para os núcleos urbanos Sobreiro/ Achada/ Caeiros

A população residente projetada até ao ano de 2019, para os núcleos urbanos Sobreiro/Achada/Caeiros, foi calculada com base na variação demográfica de 2001 para 2011 e segundo o método dos mínimos quadrados, o qual permite a elaboração de cenários tendenciais.

4.2. Povoamento

Em relação aos restantes concelhos da Grande Lisboa, Mafra apresenta uma menor capacidade de polarização da população, demonstrada pela elevada percentagem de indivíduos a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes, cerca de 65% do total, o que se traduz num território com algum povoamento disperso.

Importa referir que, sendo Mafra o concelho mais periférico e menos urbano da Grande Lisboa, o seu povoamento assemelha-se ao tipo de povoamento da sub-região limítrofe do Oeste, com cerca de 63% da população a residir em lugares com menos de 2.000 habitantes.

No que diz respeito à população isolada, que corresponde ao conjunto de indivíduos residentes em aglomerados populacionais com menos de dez alojamentos ou em alojamentos dispersos, os concelhos de Mafra e Vila Franca de Xira são os que mais se afastam da média da Grande Lisboa, com 4% e 3 % respetivamente.

A tendência para o povoamento disperso está, quase sempre associada às características orográficas deste concelho, uma vez que os declives acentuados dos vales das principais linhas de água deram origem à ocupação urbana das zonas de festos e ao longo das principais vias.

4.3. Estrutura Produtiva

A análise geral da Estrutura produtiva foi feita com base nos dados do INE para 2011, apontava para um forte peso do setor terciário (económico), cerca de 48,8%, setor terciário (social), com cerca de 25,7%, o setor secundário, com 22,9% e o setor primário para 2,6%.

Os recursos humanos e os núcleos urbanos envolventes de Mafra constituem novas centralidades na região metropolitana. De facto, estes territórios de média e pequena dimensão apresentam uma importância vital para o futuro geopolítico, económico, ambiental e social desta região.

Neste sentido, e aproveitando a nova proposta de plano de pormenor, importa avaliar os benefícios que a promoção das atividades económicas e do emprego irá proporcionar nesta área.

A população residente, por local de residência, segundo os censos de 2011, na freguesia de Santo Isidoro, era de 3.648 pessoas, Mafra contava com 17.318 pessoas e a Ericeira com 9.831 pessoas. Verifica-se que a taxa de população desempregada em 2011, em santo Isidoro situava-se nos 10%, superior à freguesia de mafra, mas inferior às taxas das freguesias de Ericeira e Encarnação, como mostra as figuras 4 e 5.

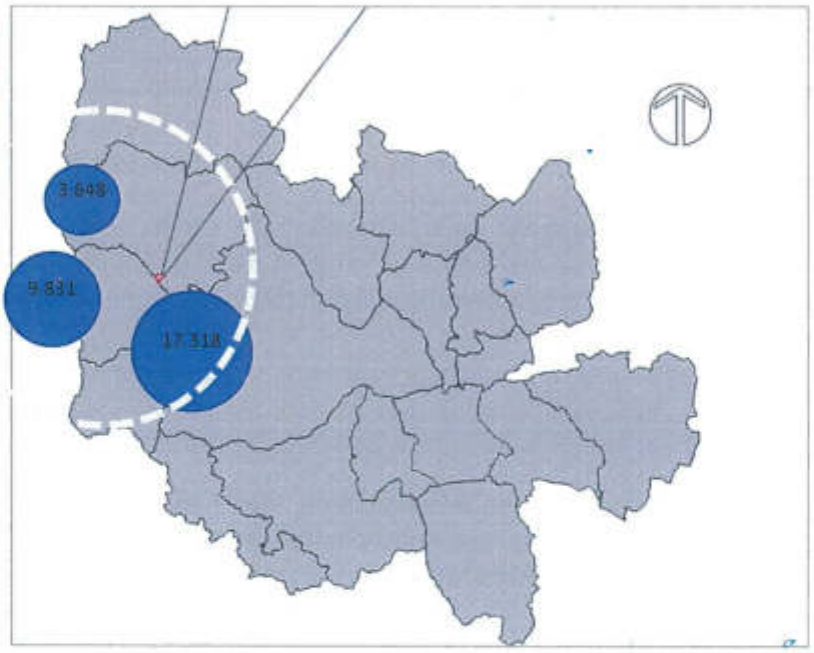


Figura 5 – População residente, por local de residência (2011). Fonte: INE

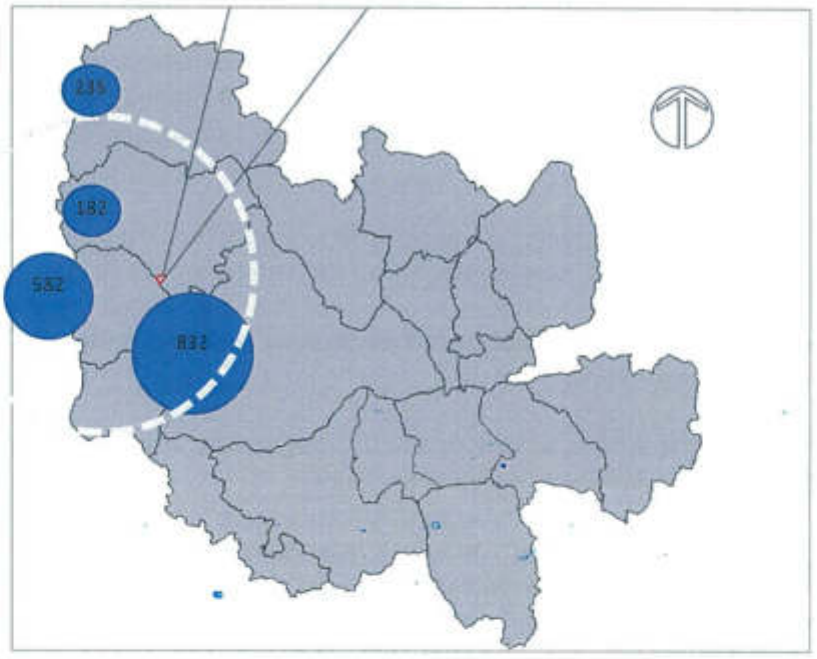


Figura 6 – Numero de população desempregada, por local de residência (2011). Fonte: adaptado de INE

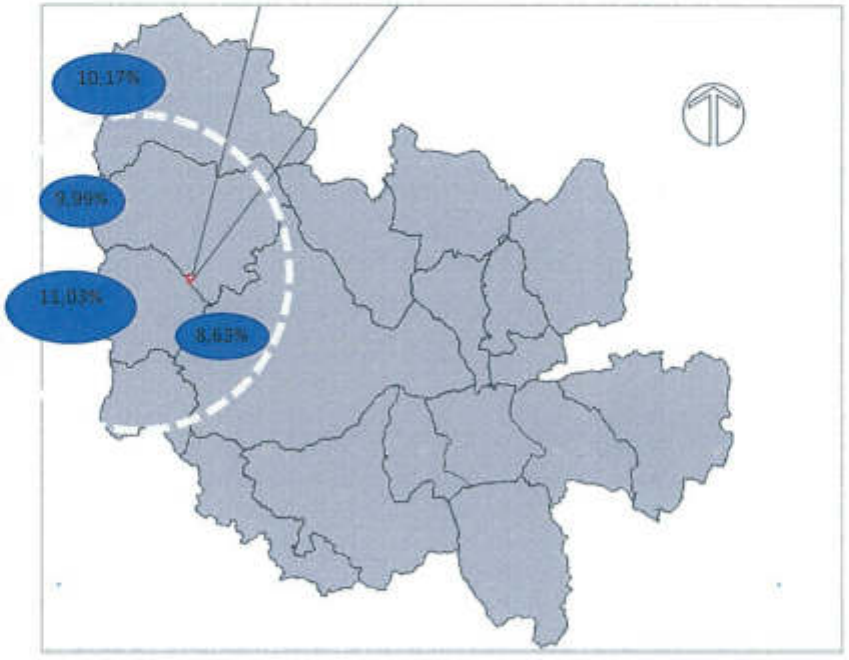


Figura 7 – Taxa de desemprego (%), por local de residência (2011). Fonte: adaptado de INE

Da análise efetuada para averiguar a necessidade nas imediações deste Plano de Pormenor, de mão de obra qualificada, e de população desempregada que procura emprego, verifica-se que nos Censos de 2011 existiam cerca de 1.596 pessoas à procura de emprego. Neste sentido, será necessário planear esta área de atividades económicas da Carrasqueira, de modo a absorver a população e a fixá-la no Município de Mafra.

Relativamente à taxa de desemprego, a freguesia de Santo Isidoro, registava em 2011, cerca de 9,9%, superior à taxa de Mafra de 8,63 %, mas inferior à taxa da Ericeira com 11,03%.

No que se refere à quantidade de população empregada nesta freguesia, verifica-se que em 2011 existiam cerca de 16.40 pessoas no ativo.

Quanto à taxa de analfabetismo, os censos de 2011, registavam cerca de 3,74% de pessoas que não sabiam ler nem escrever, inferior à taxa nacional de 5,22%.

O valor (€) mediano das rendas por m^2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, verifica-se que Mafra apresenta valor de 5€/m^2, inferior ao valor do município de Sintra de 5,26€/m2, mas superior ao município de Torres Vedras de 4,22€/m2.

III. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

1. Clima

A área de intervenção do PPAAEC caracteriza-se por uma significativa variabilidade espacial provocada pelo relevo. Embora o clima desta região seja mediterrânico, a influência atlântica introduz um efeito moderador e de amenidade climática que se reflete no regime de distribuição das temperaturas. Desta forma, as temperaturas máximas e mínimas absolutas são menores no concelho e a amplitude térmica anual é moderada. A temperatura média anual ronda os 17,4 °C. De acordo com o Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco de Cheias, Inundações e Galgamentos Costeiros de Mafra, o efeito amenizador do Atlântico faz-se sentir na média das temperaturas máximas, que atinge o seu pico no mês de agosto com apenas 28,3 °C.

A humidade relativa do ar, pode ser considerada elevada, sendo nas freguesias do litoral e no inverno onde se registam os maiores valores cerca de 80% de manhã e 75% ao final da tarde.

Os valores médios anuais de precipitação rondam os 774mm, sendo que a precipitação anual atinge o seu mínimo no mês de julho, com 4,2mm e o seu máximo no mês de novembro, com um total de 127,6mm. Durante o ano ocorrem duas situações distintas, a época estival (primavera/verão) com reduzida concentração de precipitação e a época invernal (Outono/Inverno) com elevada concentração de precipitação.

Relativamente aos ventos, é no mês de maio que o vento atinge maior velocidade com 20,3 KM/h, ao longo do ano a velocidade do vento é moderada, com uma média de 12,1 Km/h. O regime de ventos observado na região mostra que os ventos dominantes são N-NW (com 56,3% de frequência).

2. Geologia

A geologia inerente à área do plano indica a formação de Regatão (pelitos, arenitos e dolemitos), e na zona sul uma faixa de filões de massas de Basalto.

3. Hipsometria

Localizada num cabeço, a área do PPAAEC, apresenta na Peça Desenhada- 04A, cerca de 22% de áreas localizadas entre as cotas 125m e 150m de atitude, e 78% de área entre as cotas 100m e 125m.



Figura 8 – Planta de Situação Existente do PPAAEC – Hipsometria

4. Tipo de Solos

A constituição de um solo é determinada pelos processos a que foi sujeito (físicos ou químicos), pelos respetivos fatores de formação (material de origem, clima, relevo, organismos, tempo, homem), pelos processos pedogenéticos envolvidos na sua diferenciação e pelas condições ambientais em geral.

A conjugação das influências de todos estes fatores está na origem da formação dos horizontes do solo (camadas em que o solo se desenvolve), refletindo-se nas características destes, levando a que surjam unidades pedológicas distintas/em termos físicos e químicos.

Os solos que ocorrem na área de implantação do Plano são, de acordo com a Carta de Solos, classificados como solos litólicos de arenitos, associados a solos calcários, pardos (figura 8).

Os solos calcários, maioritariamente pardos, são solos de natureza calcária, de calcários pouco compactos, margas e de arenitos calcários finos, com percentagem variável de carbonatados ao longo do seu perfil, sem possuir características próprias dos barros. Estes solos ocupam a quase totalidade da área do plano apresentando algumas manchas de depósitos de areias, ocorrendo normalmente em zonas planas ou de declive moderado, húmidas e de altitude.

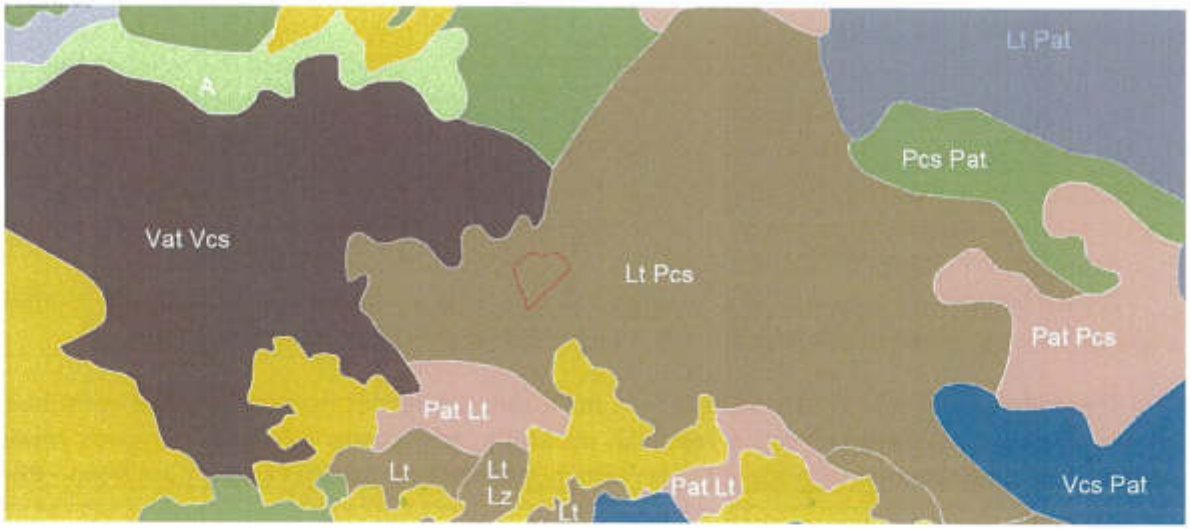


Figura 9 – Carta de Solos do PPAAEC

5. Caracterização do Uso do Solo

O uso do solo na área do plano corresponde a uma área de extração de inertes, que se encontra bastante exposta às condições climáticas adversas, e contribuindo desta forma para a degradação e erosão do solo.



Figura 10 – Carta de uso do solo do PPAAEC.

IV. PROPOSTA DO PLANO

1. Princípios Gerais

A estruturação da área do Plano assenta sobre o principio da sustentabilidade de promoção dos valores naturais existentes na área envolvente, e na conservação e preservação do solo.

Pretende-se que esta área constitua uma nova zona atividades económicas, que contribua para o desenvolvimento socioeconómico o concelho de Mafra, permitindo a fixação de novos residentes e consolidação dos sistemas urbanos Sobreiro/Achada/Caeiros e Pinhal dos Frades/ Casa Nova – Romeirão/ Cabeça Alta.

A ocupação urbana do plano executa-se na sua zona central, uma vez que o uso de solos existente, insere-se na categoria de áreas de extração de inertes, do que resulta a desvalorização da área atual e do seu menor valor biológico.

A recuperação ambiental desta área degradada, implica o enquadramento paisagístico das edificações propostas.

2. Estratégia

A estratégia de implementação e execução da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira pressupõe a adoção das seguintes ideias base:

a) A estruturação e infraestruturação de uma área vocacionada para a instalação de atividades económicas, de modo a disciplinar e orientar as atividades em espaços próprios, estruturados e infraestruturados para o efeito e, assim, contrariar e a ocupação dispersa ou em meio urbano de atividades económicas potencialmente incompatíveis;
b) A modelação de parcelas ou lotes e os aspetos regulamentares procuram garantir flexibilidade na ocupação da zona, agregando parcelas em função das necessidades das empresas;
c) O caráter evolutivo na execução da proposta sempre em articulação e em função do quadro de procura e das dinâmicas existentes ajustando a oportunidade de execução à capacidade de investimento municipal e à dinâmica de procura por espaços empresariais.

Considerando o quadro das dinâmicas económicas municipais e regionais e a ausência deste tipo de espaços na zona envolvente trata-se de uma oportunidade única de promover e fomentar o processo de qualificação de espaços estruturados e preparados para instalar, de uma forma organizada, as atividades económicas. Espera, ainda, que esta zona de atividade económica possa contribuir para a atração e fixação de investimentos capazes de criar e promover mais emprego e mais riqueza à escala municipal.

3. Programa de Intervenção

3.1. Desenho Urbano

A proposta de desenho urbano e das condições de uso, ocupação e transformação do solo considera um conjunto de pressupostos de base:

- Estruturar e infraestruturar uma área vocacionada para a instalação de atividades económicas capaz de fomentar a fixação de investimento local e, assim, criar condições para a promoção de crescimento e de emprego a nível local. A proximidade à Vila de Mafra e Ericeira e as condições de acessibilidade garantem boas perspetivas de sucesso.
- Promover um enquadramento paisagístico que salvaguarde e enquadre o edificado proposto para a atividade económica.
- Promover uma infraestrutura verde que estabeleça a relação com a EM616 e contribua para a "descompressão" da ocupação urbanística que possa vir a ser gerada na zona de atividades económicas.
- Garantir flexibilidade e adaptabilidade da proposta do plano de pormenor às necessidades de espaço das unidades a instalar nomeadamente no que se refere à possibilidade de agregação de lotes ou parcelas em função da dimensão ou da evolução da empresa a instalar.

A área de intervenção do PPAAEC é caracterizada pela sua localização estratégica, o que tem como objetivo e ambição, desenvolver uma zona de atividade económica de referência, revelando uma forte aposta ao nível da Imagem e da sua Estrutura. A globalidade da zona de atividade económica será gerida na globalidade pelo município de Mafra, que defenderá a construção de uma zona de atividade económica que procure responder aos seguintes desafios:

- Apresentar um desenho urbano estruturado e atrativo, capaz de garantir uma estrutura global, lógica e coerente, facilmente apreensível, e que revele o equilíbrio de um desenho urbano com forte incidência e preocupação, de integração paisagística.
- Apresentar uma ocupação programada em defesa da imagem da zona de atividade económica, mas também, uma flexibilidade que permita a agregação de parcelas, que permita a instalação de unidades industriais de pequena, média e grandes dimensões.
- Assumir-se como um exemplo de integração de práticas exemplares no que se refere às questões de sustentabilidade ambiental e de ecoeficiência, a todos os níveis e em especial no que se refere ao uso da água e energia.
- Oferecer um ambiente atrativo e qualificado do ponto de vista urbano e ambiental e oferecer todas as infraestruturas disponíveis, sejam ambientais sejam as tecnológicas.

A área de intervenção do PPAAEC procurou integrar todas essas preocupações no desenho da proposta de solução urbanística. A organização da ocupação das parcelas que integram a área de intervenção, surge à partida condicionada por um conjunto de fatores, nomeadamente limites físicos inerentes ao facto da área de intervenção se encontrar limitada a nascente por área de extração de inertes, a poente por Caminho de Servidão, a norte por área de uso florestal com povoamentos mistos, e a sul pela EM616.

Neste contexto, o desenho urbano da área de intervenção, atendeu às seguintes preocupações, critérios e opções de desenho:

- Garantir disponibilidade de solo apto para atividades económicas estruturando uma área que se quer afirmar pela Imagem, pela estrutura e pela excelência das suas condições de acessibilidade face à EM616.
- Desenhar os acessos à zona de atividades económicas a partir de uma relação direta com a EM616 que assumirá o papel de via estruturante no acesso à área de intervenção do PPAAEC e que garantirá, ainda, uma visibilidade e uma capacidade de atração únicas.
- Garantir que o desenho urbano proposto considere esse enquadramento viário e garanta afastamentos à EM616.
- Definir áreas verdes de enquadramento que contribui para valorizar a imagem da zona de atividade económica, nomeadamente no que se refere à sua relação com o principal eixo viário de acesso.
- Estabelecer uma modelação regular, que permita agregações de parcelas em função das necessidades face à procura, mas que também contribua para uma leitura equilibrada e coerente das fachadas principais e dos diversos tipos de alinhamento.
- Garantir uma estrutura verde que favoreça a interligação à Estrutura Ecológica Municipal e que para além do seu objetivo lúdico e ambiental, promova a criação de uma cortina arbórea que a proteção da zona de atividade económica.
- A ciclovia existente que estabelece uma ligação funcional entre a Achada e a Ericeira poderá desempenhar as funções de via de apoio à mobilidade na relação casa trabalho e de via de recreio e de lazer.

Estrutura das Parcelas

Os lotes propostos apresentam dimensões e características idênticas, sendo estas algumas das suas principais características propostas:

- Lotes de grande/ média dimensão, para receção de industria produtiva, que poderão ser adaptados ao regime de propriedade horizontal;
- Lote de grande dimensão admitido a funções de proteção e enquadramento paisagístico.

Volumetria do edificado

As edificações afetas a atividades económicas, designadamente industriais, serviços ou logística, correspondem a um piso único de construção, admitindo-se a existência de um desvão, desde que cumpridas as áreas máximas de construção.

Alguns dos imóveis implantados em pendentes mais acentuadas, na malha a norte do Choupal, embora correspondam a construções com um, dois ou três pisos, apresentam, no seu conjunto, uma expressão volumétrica considerável, por se "encavalitarem" por patamares sucessivos, e por apresentarem recortes volumétricos muito intensos com imagens em geral pouco qualificadas.

Usos admitidos

As edificações a construir nas áreas industriais, serviços e logística destinam-se ao uso industrial e a usos associados de apoio, designadamente atividades complementares ao uso industrial. Admite-se a afetação parcial das edificações referidas a escritórios ou comércio, desde que complementares da atividade principal.

É, ainda, admitida a afetação das edificações a atividades de comércio por grosso, desde que não condicionem as condições de trânsito e de estacionamento ou prejudiquem as condições de utilização da via pública.

3.2. Espaços Verdes

A morfologia do terreno onde se localiza a área de implementação do PPAAEC, corresponde a uma cumeada mais exposta à erosão, ventos dominantes e à irradiação noturna, em relação a outras zonas ecológicas determinadas pelo relevo.

A ação dos fatores determina as condições de erosão do solo (com consequente proximidade com a rocha-mãe), e de drenagem da água precipitada para cotas inferiores, e constituindo melhores condições para as fundações.

O microclima desta área fortemente marcada pela irradiação noturna, e o aumento de maior exposição a céu visível, indica que o clima dos cabeços é mais seco, durante a noite, enquanto que durante o dia a humidade do ar é superior. Neste sentido, a proposta de espaços verdes de enquadramento do Plano permitirá reduzir a irradiação noturna com o revestimento arbóreo, arbustivo e herbáceo, reduzindo desta forma os efeitos da erosão, e o aumento da infiltração das águas pluviais.

Numa perspetiva ecológica a não intervenção na presente área caracterizada por se apresentar bastante degradada, devido às más práticas de conservação do solo, poderá contribuir para a produção de alterações no equilíbrio ecológico na bacia hidrográfica, quer ao nível da erosão do solo como no ciclo hidrológico.

De modo a considerar o conforto bioclimático produzido por uma zona de aptidão para a instalação de vegetação, edificação e vias de circulação, a proposta apresentada visa salvaguardar a paisagem através de faixas de vegetação, ao longo do rebordo do planalto, assegurando a proteção contraventos dominantes, a redução da irradiação noturna, a diminuição da erosão e o incremento da infiltração de águas pluviais. Sugere-se que no interior do cabeço, a compartimentação com maciços de árvores assegure estes objetivos.

É também objetivo que a vegetação dos cabeços, continua ou descontínua assuma um papel de corredor ecológico, cumprindo as múltiplas funcionalidades de conservação da paisagem e de minimização dos impactos da edificação. No que respeita à concretização do plano, a plantação será exclusivamente realizada com espécies autóctones características da zona ecológica Atlante-Mediterrânica (Correia, 2003).

Para além de embelezar toda a extensão de terreno adjacente à parte construída, apresenta-se como uma solução mais económica e ecológica, que poderá contribuir para a atração de avifauna, reduzir o gasto em água e aumentar a taxa de infiltração das águas pluviais.

Áreas Verdes de Proteção e Enquadramento

As áreas verdes de proteção e enquadramento, localizadas na parcela ou lote n.º 03, correspondem à faixa verde envolvente da área do Plano, que assegura a valorização ecológica e visual e permite a continuidade e a interligação com a Estrutura Ecológica Municipal prevista no PDM.

Estas áreas deverão ser constituídas com estruturas arbóreas ou arbustivas autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, de densidade alta e média, devendo ser salvaguardada a sua a manutenção e limpeza, de modo a garantir a salvaguarda ao risco de incêndio florestal.

Nestas áreas, os exemplares que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, deverão ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas.

Áreas Verdes de Proteção e Contenção de Taludes

As áreas verdes de proteção e contenção de taludes correspondem às zonas norte das parcelas ou lotes n.º 01 e 02, cuja modelação do terreno deverá garantir a diminuição da erosão do solo e o incremento da infiltração de águas pluviais.

Estas áreas devem ser objeto de estabilização e consolidação, através do uso de vegetação herbácea e arbustiva adequada à fixação do solo e às condições edafoclimáticas do local e que promova o aumento da biodiversidade, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

Os taludes deverão prever um sistema de drenagem eficaz, que evite a escorrência excessiva das águas pluviais, podendo ser utilizadas malhas, telas ou estruturas de gabião para a estabilização inicial.

As espécies vegetais a utilizar deverão corresponder a espécies autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Sambugus nigra*, bem como espécies herbáceas que favoreçam a fixação do solo evitando a sua erosão.

Áreas Verdes de Uso Privado

As áreas verdes de uso privado destinam-se à valorização paisagística da envolvente das edificações, assegurando o conforto bioclimático, através da proteção contraventos dominantes, da redução da irradiação noturna, da diminuição da erosão e do aumento da infiltração de águas pluviais.

Nas áreas verdes de uso privado é admitido o uso de vegetação herbácea e arbustiva, que permita o aumento da biodiversidade, e a plantação de árvores e de cortinas arbóreas, que minimizem impactes visuais e sonoros e a ação dos ventos forte, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

Nas parcelas ou lotes n.º 01 e 02, estas áreas devem garantir a utilização de estadia, admitindo-se zonas de revestimento com materiais inertes, permitindo o incremento da infiltração de águas pluviais no solo de acordo com o previsto na planta de espaços verdes. Nestas áreas deverá também ser valorizada a utilização de espécies vegetais autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Arbustus unedo, Juniperus pfitzeriana,*

Sambugus nigra, Tamarix africana, Viburnum tinus, Acer pseudoplatanus, Cupressus sempervirens, Laurus nobillis, Olea europaea, Prunnus lusitanica, Quercus robur.

3.3. Infraestruturas

Viárias

A conceção da estrutura viária tem como base o acesso a partir da EM 616, desenvolvendo posteriormente os acessos internos dos lotes ou parcelas.

Prevê-se, ainda, o acesso condicionado como servidão a partir da parcela ou lote n.º 3.

Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e de Pluviais

Na peça desenhada Infraestruturas, representa-se esquematicamente o traçado da rede de abastecimento de água e de drenagem de esgotos da área do PPPAAEC, prevendo-se:

- A ligação à estrutura de abastecimento de água pública existente neste aglomerado;
- Execução de redes próprias de drenagem de águas residuais e ligação à rede existente de coletores;
- Execução de redes próprias de drenagem gravítica para os pluviais a reencaminhar posteriormente para os sistemas existentes na envolvente.

Nos projetos de execução respetivos serão previstos à superfície locais apropriados para a instalação de reservatórios de gás, postos de transformação e sistema separativo de resíduos sólidos.

Redes Elétricas e de Telecomunicações

Na peça desenhada Infraestruturas, representa-se esquematicamente o traçado da rede de elétrica e telecomunicações, sujeitas a parecer das entidades e reavaliação em fase de estuo prévio

Rede de recolha de resíduos sólidos urbanos

As parcelas ou lotes n.º 01 e 02 devem dispor de sistemas de recolha e armazenagem separativa de resíduos sólidos, sendo obrigatória a deposição separada de resíduos industriais não equiparados a urbanos com os resíduos urbanos. Caso o tipo de resíduo produzido disponha de características que comprometam a saúde pública ou as condições ambientais, deve ser assegurado o pré-tratamento dos resíduos.

3.4. Estudo Acústico Simplificado

Na planta de implantação, na qual é apresentada a proposta de desenho urbano e as condições de uso, ocupação e transformação do solo, são consideradas as áreas de estacionamento, em cumprimento do PDM e da legislação aplicável, bem como os sentidos de trânsito propostos no interior das parcelas ou lotes n.º 1 e n.º 2.

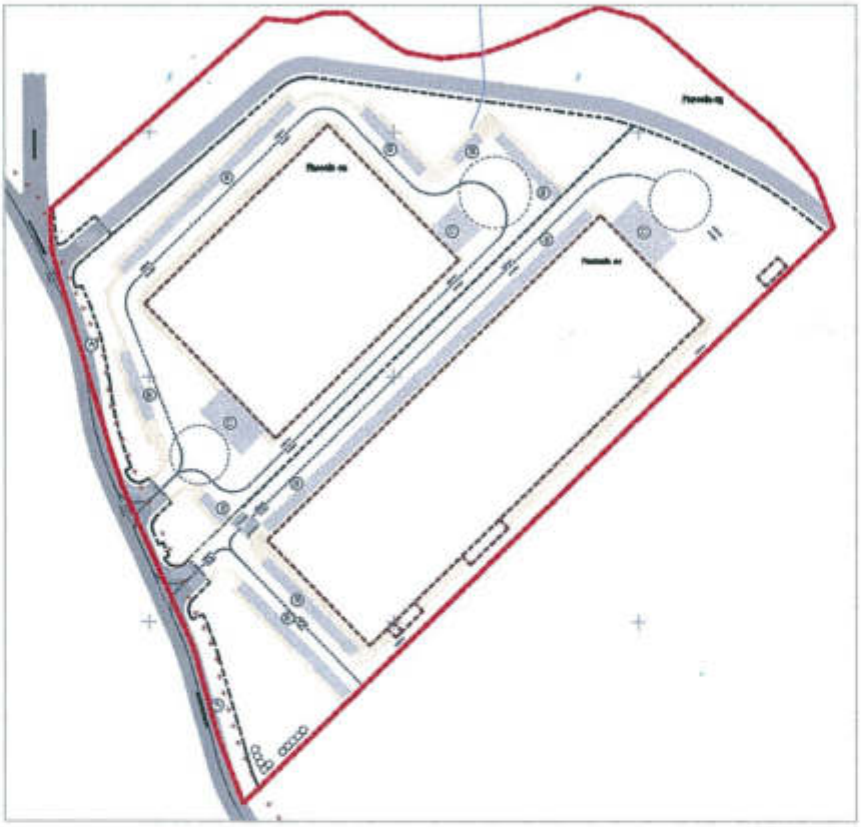


Figura 11 – Sentidos de trânsito previstos na proposta de plano.

N.º da Parcela)	Estacionamento Privado de Ligeiros: 1 lugar/ 100m2 de Σ Ac. Em lotes > 3.000m2	Estacionamento Privado de Pesados - Estudo Tráfego	Estacionamento Público de Ligeiros: 20% do Total Est. Privado	Estacionamento Público de Pesados: Estudo Tráfego
01	121	5	26	-
02	91	8	16	-
Total	212	13	42	-

Tabela 4 – Dimensionamento do estacionamento proposto

V. CONDICIONANTES

1. Faixas de Gestão de Combustível

Nas faixas de gestão de combustível, a ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas por esta servidão administrativa e restrição de utilidade pública devem obedecer aos regimes jurídicos respetivos.

2. Rede Elétrica Nacional

Para a rede elétrica nacional (média tensão), a ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas por esta servidão administrativa e restrição de utilidade pública deve obedecer aos regimes jurídicos respetivos.

3. Leito do Curso de Água – Domínio Hídrico

Na área de intervenção do plano encontra-se identificada uma linha de água, cuja delimitação advém da Carta Militar (edição 2009) e cuja delimitação atual resulta do uso da indústria extrativa.

Esta linha de água está associada às áreas verdes de proteção e contenção de taludes, prevendo-se a salvaguarda desta zona, na proposta de plano, através da modelação de terreno de modo a permitir a o correto incremento da infiltração de águas pluviais. A ocupação, o uso e a transformação do solo nas áreas abrangidas por esta servidão administrativa e restrição de utilidade pública deve obedecer aos regimes jurídicos respetivos.

VI. OUTROS CONDICIONALISMOS À OCUPAÇÃO DO SOLO

1. Ruído

O Dec. Lei n.º 292/200, de 14 de novembro, com a nova redação dada pelo 259/2002, de 23 de novembro, estabelece o regime legal sobre a poluição sonora e determina a classificação de zonas sensíveis e mistas.

Uma vez que o Plano é relativo a atividades económicas, não são delimitadas zonas sensíveis ou mistas, nos termos Regulamento Geral do Ruído em vigor, devendo ser salvaguardados os seguintes requisitos:

- Mecanismos que assegurem o controlo do ruído produzido pelas atividades a instalar, nos termos da legislação aplicável;
- Nos projetos de arranjos exteriores, relativos às áreas verdes de proteção e contenção de taludes e áreas verdes de uso privado, a disposição do coberto vegetal deve contribuir para a redução da emissão do ruído, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

2. Prevenção de Risco de Incêndio Florestal

O Município de Mafra elaborou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, segundo as normas emanadas pela DGRF, e tendo em conta o disposto na Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro.

Deste plano resultou o Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal (artigo 16 do DL 124/2006 de 28 de junho), que é um instrumento importante considerar no processo de planeamento e de ordenamento do território.

Dada as características da área de intervenção do PPAAEC, confrontada a norte por povoamentos florestais mistos em zona de encosta, a proposta garante as faixas de proteção e de defesa preventivas da ocorrência de eventuais incêndios florestais, tal como expresso no referido artigo 16 do DL 124/2006, com a nova redação do DL 17/2009 de 14 de janeiro. A proposta apresentada ainda contempla no desenho urbano a constituição de modelação do terreno suficiente para aumentar a redução da velocidade do fogo, na possibilidade de este ocorrer no sentido de orientação norte e sul.

A área de intervenção do PPAAEC não integra qualquer área de elevada ou muito elevada perigosidade de risco de incêndio florestal, não resultando daí qualquer condicionalismo legal à execução do programa da zona de atividade económica de Mafra.

3. Alterações Climáticas

São atendidas em regulamento as questões climáticas, quer ao nível dos espaços verdes quer em termos de regularização climática dos edifícios.

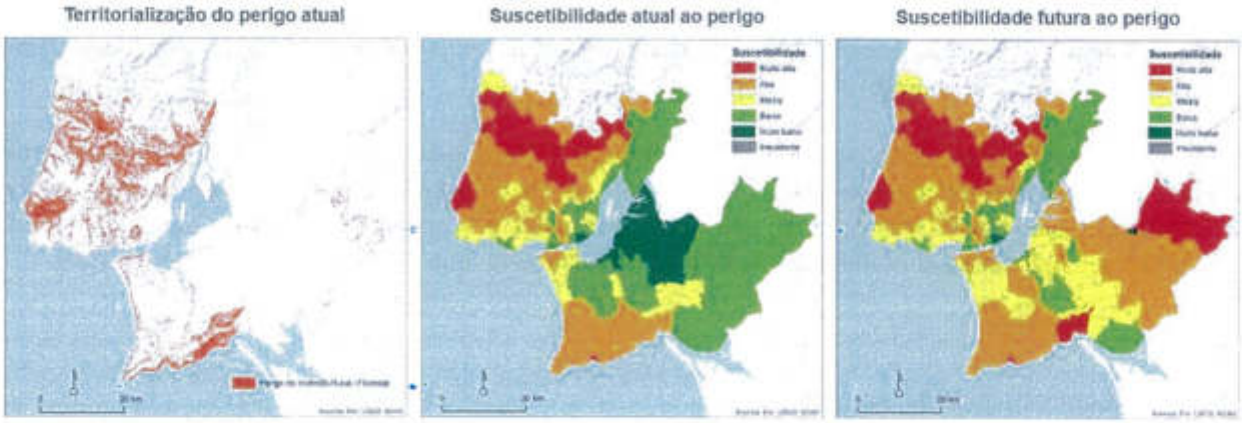


Figura 12 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Incêndios rurais e florestais. Fonte: AML .

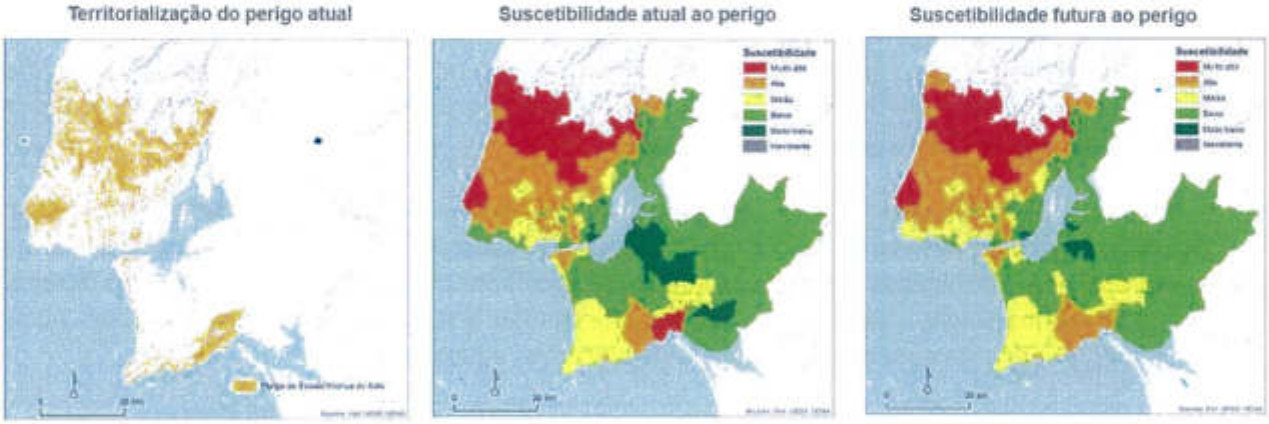


Figura 13 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Erosão hídrica do solo. Fonte: AML

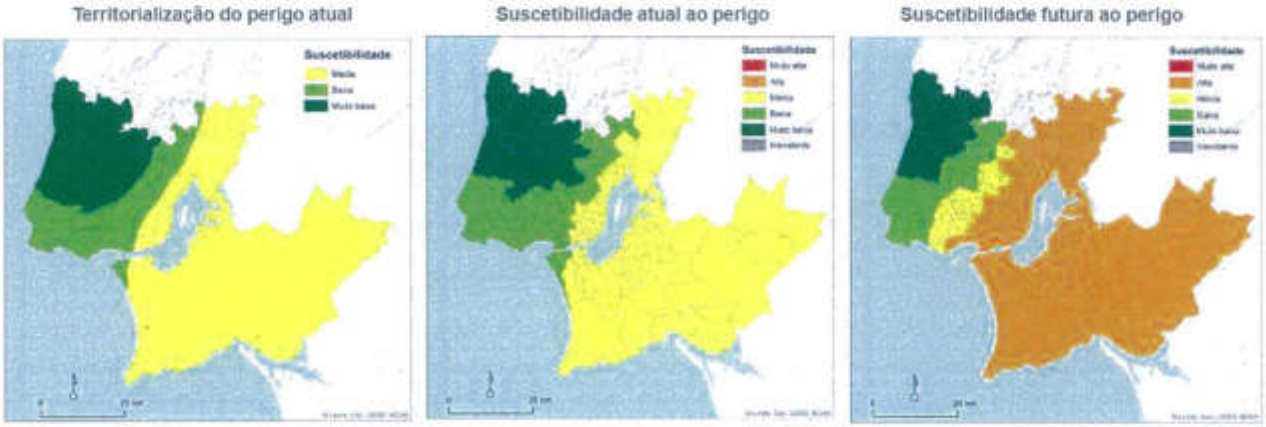


Figura 14 – Cartografia de riscos atuais e futuros. Calor excessivo. Fonte: AML

VII. RECLASSIFICAÇÃO PARA SOLO URBANO

A reclassificação do solo rústico para solo urbano tem caráter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis para os usos e funções pretendidas face à dinâmica demográfica e à indispensabilidade de qualificação urbanística e desde que comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social.

A reclassificação concretiza-se através, designadamente, da elaboração de um plano de pormenor com efeitos registais acompanhado de contrato de urbanização e depende da demonstração da viabilidade económico-financeira da solução contemplada é apresentada no Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira, que acompanham o presente plano.

1. Contrato de Urbanização

A minuta do contrato de urbanização, que acompanha o plano, fixa, por via contratual, os encargos urbanísticos das operações necessárias à execução do plano de pormenor, o respetivo prazo, as condições de redistribuição de benefícios e encargos, considerando todos os custos urbanísticos e todos os interessados envolvidos ou que venham a ser envolvidos.

Findo o prazo previsto para a execução do plano, a não realização das operações urbanísticas previstas determina, automaticamente, a caducidade, total ou parcial, da classificação como solo urbano, sem prejuízo das faculdades urbanísticas adquiridas mediante título urbanístico. A situação determina, para a câmara municipal, a obrigação de iniciar o procedimento de alteração ou revisão do plano, no prazo de 60 dias, a contar da data em que a aquela classificação caducou.

2. Sustentabilidade Económica e Financeira

A demonstração da viabilidade económico-financeira da solução contemplada é apresentada no Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira, que acompanham o presente plano.

3. Alterações ao PDM

Na peça desenhada Alterações ao PDM identificam-se as alterações de uso que o PPPAEC desenvolveu, relativamente ao definido no PDM de Mafra, e exclusivamente para a área de intervenção.

Estas alterações decorrem, sobretudo, das opções de urbanização e edificação do plano, sendo as mais significativas relativas a:

- **Solo Urbano, em perímetro urbano de nível II:**

  Espaços de Atividades Económicas (áreas a estruturar) – Pretende-se nesta área a localização de áreas industriais, serviços e logística, admitindo-se a utilização dos edifícios para o comércio por grosso desde que garantidas as compatibilidades devidas; bem como áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento.

  Espaços Verdes – Pretende-se a definição de áreas verdes de enquadramento e proteção, bem como áreas verdes de uso privado das parcelas ou lote para feitos de regularização paisagística e ambiental das conas edificadas e infraestruturadas.

VIII. MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Para garantir um acompanhamento e monitorização do processo de implementação do plano de pormenor e da execução da área de atividades económicas da Carrasqueira, a Câmara municipal de Mafra constituirá uma base de dados de controle e de monitorização dos indicadores durante o processo de execução e ocupação da área de intervenção, onde se registarão:

- Empresas instalada (n.º)
- População empregada (n.º)
- Exportação de bens (€)
- Investimento realizado e concretizado (€)
- Manutenção de espaços e infraestruturas (€)
- Acidentes ocorridos na zona de atividades económicas (n.º)
- Ações de promoção e divulgação da área de atividades económicas (n.º)

De dois em dois anos a Câmara Municipal deverá elaborar um Relatório de Estado da situação de referência onde avaliará a importância da área de atividades económicas da Carrasqueira para o processo de desenvolvimento municipal, podendo indicar novas orientações de gestão e de programação para o biénio seguinte.

IX. EQUIPA

Autoria: Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente; Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística – Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território

Equipa Técnica:

Bruno Miranda (Urbanista – Diretor DUOMA)

Pedro Martins (Arquiteto – Chefe DPTGU)

Sofia dos Santos (Urbanista Paisagista – Dirigente UPOT)

Filipa Raimundo (Arquiteta Paisagista – Técnica UPOT)

Carina Ribeiro (Arquiteta – Estagiária UPOT)

Ana Ferreira (Eng.ª Território – Técnica Superior UPOT)

Miriam Pombo (Eng.ª Civil – Técnica Superior UPOT)

Pedro Rondão (Desenhador – Técnico UPOT)

Colaboração:

Divisão de Ambiente – Nuno Soares (Eng.º do Ambiente – Chefe DA); Ricardo Duarte (Engº Civil)

Divisão de Obras Municipais – António Fernandes (Eng.º Civil – Chefe DOM); Dário Jacinto (Eng.º Civil Dirigente UPO)

Divisão de Assuntos Jurídicos – Ana Viana (Jurista – Diretora DAGJ)

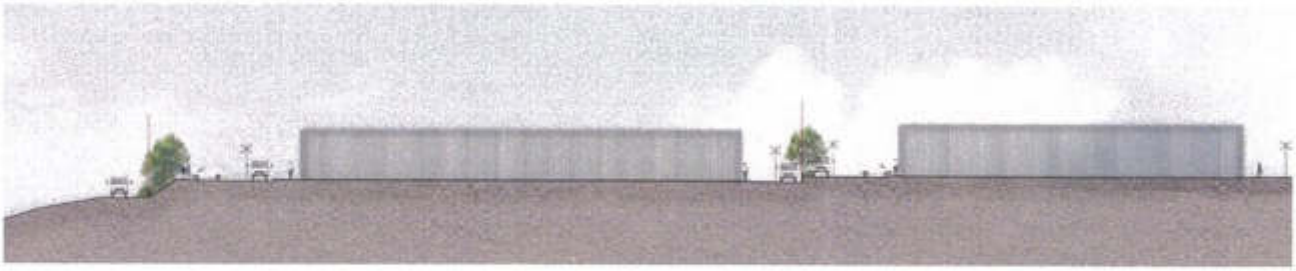
X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Correia, A.; Alexandre, O. (2003). Principais espécies com interesse para Portugal. Zonas de influência Atlântica. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Magalhães, M. (2003). Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. Morfologia da Paisagem. Capítulo IV.

III. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira



setembro 2019

ÍNDICE – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

I. PROGRAMA DE EXECUÇÃO 5
1. Modelo de Gestão 6
2. Sistema de Execução 6
3. Programação da Execução 7
4. Faseamento 8
II. MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS 9

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para o PPAAEC 5
Tabela 2 – Programa de Execução 8
Tabela 3 – Comparticipação nos custos de urbanização previstos 9

I. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma temporal delineado, reflete a execução física das ações propostas, que melhor se adaptam ao estabelecimento da concentração das atividades económicas no corredor urbano central, tendo como motor para a concretização da proposta de investimento municipal para áreas prioritárias para o setor das atividades económicas, potenciadoras de dinamização económica e de dinâmicas populacionais.

Desta forma, o investimento municipal reflete-se ao nível da infraestruturação geral e equipamento, fundamental para impulsionar uma realidade concreta que afeta diretamente a população, promovendo a fixação de residentes, a diminuição dos desempregos e a qualidade de vida.

No quadro que se segue encontra-se sistematizado os parâmetros urbanísticos do plano.

Identificação das Parcelas ou Lotes	Designação	Área	Unidade
01	Área Máxima de Infiltração	11 630,00	m²
	Índice de ocupação do solo	0,46	-
	Área máxima de construção	12 095,90	m²
	Índice de utilização do solo	0,48	-
	Altura máxima de edificação	9,00	m
	Volumetria máxima	103 154,20	m³
	Área de Impermeabilização	21 736,50	m²
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 630,40	m²
	Área total da parcela	**25 366,91**	**m²**
02	Área Máxima de Infiltração	8 020,87	m²
	Índice de ocupação do solo	0,36	-
	Área máxima de construção	8 100,00	m²
	Índice de utilização do solo	0,37	-
	Altura máxima de edificação	9,00	m
	Volumetria máxima	72 187,85	m³
	Área de Impermeabilização	18 276,11	m²
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 709,86	m²
	Área total da parcela	**21 985,97**	**m²**
03	Área verde de proteção e enquadramento	2 113,53	m²
	Área total da parcela	**9 122,61**	**m²**

Tabela 1 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para o PPAAEC

1. Modelo de Gestão

A gestão inicial da área de Atividades Económicas da Carrasqueira será da responsabilidade do Município de Mafra que assumirá, entre outras, as seguintes competências:

- Negociar com as entidades candidatas a instalarem-se na zona de atividade económica e a sua instalação;
- Desenvolver ações de promoção e divulgação da zona de atividades económicas;
- Definir e implementar uma política de atração e fixação de novos investimentos.

Nas parcelas ou lotes deve ser garantido o seguinte:

- Limpeza;
- Conservação e manutenção dos espaços verdes;
- Gestão dos meios comuns de sinalização informativa da AAEC;
- Coordenação de recolha de resíduos sólidos;
- Serviços de vigilância.

O Município de Mafra pode, ainda, colocar ponderar a necessidade de outros serviços de reconhecido interesse para a zona de atividades económicas ou para as atividades a instalar, nomeadamente:

- Atividades de promoção;
- Organização de ações de formação profissional;
- Mediação em processos de licenciamento;
- Serviços de consultoria de gestão, de base tecnológica ou de assistência técnica;
- Serviços de manutenção de edificações ou instalações;
- Segurança no interior do lote;
- Assessoria técnica com vista ao projeto e gestão da construção de edificações e instalações técnicas das Entidades Utentes.

2. Sistema de Execução

O sistema de execução de área de atividades económicas da Carrasqueira é de iniciativa dos interessados, designadamente o Município de Mafra e os futuros titulares de direitos, cabendo-lhes realizar as operações urbanísticas das parcelas ou lotes previstos.

Assim, será o Município de Mafra responsável pela programação das obras de urbanização, definindo a venda das parcelas em função das dinâmicas de procura de espaços para a instalação de atividades. Os futuros titulares das parcelas ou lotes com capacidade edificatória, devem executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes, bem como participar nos custos das obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público, adjacente à EM 616.

3. Programação da Execução

Ação 0. Projetos

0.1. Desenvolvimento dos projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias, infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica
0.2. Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes

Ação 1. Modelação do Terreno

1.1. Realização de aterro e escavação para nivelamento da área do PP
1.2. Estabilização de talude na zona norte (parcelas 01 e 02)
1.3. Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas

Ação 2. Beneficiação da Rede Viária

2.1. Alargamento da rede viária (EM616)

Ação 3. Infraestruturas

3.1. Execução da rede de abastecimento de água (parcelas 01 e 02)
3.2. Execução da rede de drenagem de águas residuais e pluviais (parcelas 01 e 02)
3.3. Fornecimento dos contentores de resíduos sólidos urbanos e inclusão destes na rede de recolha de resíduos sólidos urbanos, pelo município
3.4. Execução dos passeios de domínio público e privado
3.5. Execução dos estacionamentos de domínio público e privado
3.6. Execução da rede viária de acesso às parcelas 01, 02 e 03
3.7. Execução da rede de distribuição elétrica (parcelas 01 e 02)
3.8. Execução da rede de iluminação pública (parcelas 01 e 02)
3.9. Fornecimento de posto de transformação
3.10. Execução da rede de telecomunicações (parcelas 01 e 02)

Ação 4. Edificado

4.1. Construção do edifício (parcela 01) com altura máxima de 9m
4.2. Construção do edifício industrial (parcela 02) com altura máxima de 9m

Ação 5. Áreas Verdes Públicas e Privadas

5.1. Execução de áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes (parcelas 01 e 02)
5.2. Execução de áreas verdes de proteção e enquadramento (parcela 03)
5.3. Recuperação das formações arbóreas e arbustivas autóctones, através da limpeza de matos

4. Faseamento

O cronograma temporal delineado, reflete a execução física das ações propostas, que melhor se adaptam ao estabelecimento da concentração das atividades económicas no corredor urbano central, tendo como motor para a concretização da proposta de investimento municipal para áreas prioritárias para o setor das atividades económicas, potenciadoras de dinamização económica e de dinâmicas populacionais.

Desta forma, o investimento municipal reflete-se ao nível da infraestruturação geral, fundamental para impulsionar uma realidade concreta que afeta diretamente a população, promovendo a fixação de residentes, a diminuição do desemprego e a qualidade de vida.

	Ações	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano
0.	**Projetos**					
0.1	Projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias e infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica					
0.2	Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes					
1.	**Execução - Modelação do Terreno**					
1.1	Aterro e escavação para nivelamento da área do plano					
1.2	Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas					
1.3	Estabilização de talude na zona norte					
2.	**Beneficiação - Rede Viária existente**					
2.1	Beneficiação/ alargamento da EM616					
3.	**Execução - Infraestruturas**					
3.1	Rede de abastecimento de água					
3.2	Rede de drenagem de águas residuais e pluviais					
3.3	Resíduos sólidos Urbanos					
3.4	Passeios					
3.5	Estacionamentos					
3.6	Rede viária.					
3.7	Rede de distribuição elétrica					
3.8	Rede de iluminação pública					
3.9	Postos de transformação					
3.10	Rede de telecomunicações					
4.	**Execução - Edificado**					
4.1	Edifício Parcela 01					
4.2	Edifícios Parcela 02					
5.	**Execução - Áreas Verdes**					
5.1	Áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes					
5.2	Áreas Verdes de proteção e enquadramento					
5.3	Recuperação das formações arbóreas/ arbustivas autóctones					

Tabela 2 – Programa de Execução

II. MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

A redistribuição de encargos e benefícios será efetuada com a venda das parcelas ou lotes, sendo considerados os custos de urbanização com as infraestruturas locais e gerais, designadamente com o alargamento da EM 616.

Os futuros titulares de direitos sobre as parcelas ou lotes n.º 01 e 02 ficarão obrigados a:

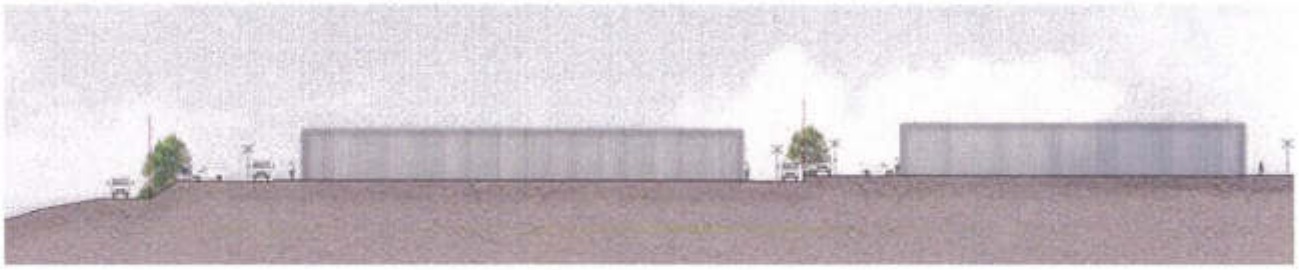
- Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das edificações e obras de urbanização que pretendam construir nas áreas previstas no Plano;
- Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das ligações às redes das infraestruturas exteriores.
- Executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes e as obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público, adjacente à Estrada Municipal 616.
- O futuro titular de direitos sobre a parcela ou lote n.º 03 fica obrigado a manter a via de acesso rodoviário condicionado/ servidão, conforme o definido na planta de implantação.

	Parcela ou lote 01	Parcela ou lote 02	Parcela ou lote 03	Total
Área de Implantação Máxima Admitida	11.630,00 m²	8.020,87 m²	0,00 m²	19 650,87 m²
% de Comparticipação nos Custos de Urbanização	**59,18%**	**40,82%**	**00,00%**	**100,00%**

Tabela 3 – Comparticipação nos custos de urbanização previstos

IV. PLANO DE FINACIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira



setembro 2019

ÍNDICE – PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

I. PLANO DE FINANCIAMENTO 5
II. FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO E FINANCEIRA 7
1. Sustentabilidade Económica e Financeira 7
2.1. Demonstração da indisponibilidade de solo urbano 7
2.2. Demonstração do impacto da carga urbanística proposta 9
2.3. Demonstração viabilidade económico–financeira da proposta 9
2. Outros Critérios Complementares 10

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Proposta de Plano de Financiamento 6
Tabela 2 – Quadro de alternativas de áreas para receção de atividades económica 8
Tabela 3 – Total do investimento previsto para o Plano 9
Tabela 4 – Total da receita prevista para o Plano e viabilidade da intervenção 10

I. PLANO DE FINANCIAMENTO

O Plano de Financiamento é constituído pela estimativa de custo das realizações relativas às obras de urbanização (onde se incluem as infraestruturas à área do Plano) bem como a menção, de forma indicativa, das respetivas fontes de financiamento e sua programação ao longo do tempo.

A programação da execução do Plano ao longo do tempo está diretamente dependente da iniciativa de edificação, após definição dos futuros titulares das parcelas ou lotes, dado que o principal sistema de execução proposto é o de iniciativa dos interessados.

Deste modo, a programação da execução do Plano carece da prévia contratualização com os vários investidores, e posterior integração dos vários contratos de urbanização que vierem a ser celebrados.

O Município de Mafra/ os futuros titulares de direitos poderão candidatar-se a instrumentos de comparticipação dos custos de execução, ou ainda, com capitais próprios/ financiamento bancário, assegurar o suficiente financiamento.

Não caberá ao Plano a discriminação dos financiamentos concretos, naturalmente condicionados pelos recursos disponíveis em cada momento ou por decisões políticas, mas importa, contudo, ter em conta a tendência crescente para a sustentabilidade dos planos de ordenamento do território.

Por tudo isto, o cronograma seguinte deve ser entendido como proposta e ponto de partida de trabalhos a desenvolver em sede de execução do Plano, na sequência dos interesses manifestados pelos potenciais investidores e determinadas as verbas disponíveis. Só nesse momento se poderão efetuar os projetos de infraestruturas, para depois se determinar com rigor os custos associados às obras de urbanização e a sua duração.

	Ações	Financiamento	Responsável
0.	**Projetos**		
0.1	Projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias e infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica	Capitais próprios	CMM/ Privados
0.2	Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes		
1.	**Execução - Modelação do Terreno**		
1.1	Aterro e escavação para nivelamento da área do plano	Capitais próprios/ Programas estratégicos	CMM/ Privados
1.2	Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas		
1.3	Estabilização de talude na zona norte		
2.	**Beneficiação - Rede Viária existente**		
2.1	Beneficiação/ alargamento da EM616	Capitais próprios/ Programas estratégicos	CMM
3.	**Execução - Infraestruturas**		
3.1	Rede de abastecimento de água	Capitais próprios/ Programas estratégicos	Privados
3.2	Rede de drenagem de águas residuais e pluviais		
3.3	Resíduos sólidos Urbanos		
3.4	Passeios		
3.5	Estacionamentos		
3.6	Rede viária.		
3.7	Rede de distribuição elétrica		
3.8	Rede de iluminação pública		
3.9	Postos de transformação		
3.10	Rede de telecomunicações		
4.	**Execução - Edificado**		
4.1	Edifício Parcela 01	Capitais próprios/ Programas estratégicos	Privados
4.2	Edifícios Parcela 02		
5.	**Execução - Áreas Verdes**		
5.1	Áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes	Capitais próprios	Privados
5.2	Áreas Verdes de proteção e enquadramento	Capitais próprios/ Programas estratégicos	CMM
5.3	Recuperação das formações arbóreas/ arbustivas autóctones		

Tabela 1 – Proposta de Plano de Financiamento

II. FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO E FINANCEIRA

1. Sustentabilidade Económica e Financeira

2.1. Demonstração da indisponibilidade de solo urbano

Tendo em consideração que devido à evolução urbanística do território, se tem verificado a coexistência, no solo urbano, dentro de perímetros urbanos, de atividades económicas de grande impacto, e que em caso de necessidade de ampliação dos estabelecimentos industriais, serem estes suscetíveis de provocar incompatibilidade de usos.

Neste sentido, e tendo em consideração que nas áreas territoriais em que convergem interesses públicos incompatíveis entre si, deve ser dada prioridade àquela cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais, torna-se necessário criar condições para a relocalização de alguns estabelecimentos industriais. Desta forma, por um lado há que promover o desenvolvimento de um espaço devidamente organizado e infraestruturado com acessibilidade à rede viária existente, que seja compatível com as atividades económicas (estabelecimentos industriais), que se encontram localizados no interior dos principais núcleos urbanos, num processo de relocalização das atividades económicas; por outro, verifica-se a oportunidade de requalificação de um terreno degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico, que se localiza numa zona de cumeada da bacia hidrográfica do rio do Cuco, na Carrasqueira.

Por outro lado, e tendo em consideração a localização dos Espaços de Atividades Económicas classificados no concelho de Mafra, verificou-se que existe uma dispersão destes fora do corredor urbano central, pelo que se justifica a necessidade de relocalizar intenções de instalação de novas atividades económicas. Nesse sentido procede-se à avaliação das alternativas seguintes, de modo a justificar as opções tomadas no que respeita à localização deste Espaço de Atividades Económicas na localidade da Carrasqueira:

Alternativa A

No amplo espaço localizado na Carrasqueira de Cima, o fato de se encontrar descomprometido urbanisticamente e considerando a sua localização relativamente às Vilas de Mafra e da Ericeira, constitui uma forte potencialidade para a definição deste espaço como afeto a atividades económicas. Acresce o facto da Câmara Municipal de Mafra ser proprietária destes terrenos, potencia um beneficio em mais valias que facilitarão a implementação do plano e a execução deste espaço de atividades económicas.

A possibilidade de se construir um espaço a afetar a atividades económicas, enquadrado paisagisticamente com a envolvente, criará uma nova área industrial necessária ao desenvolvimento económico do concelho. O PPAAEC permitirá à Câmara Municipal estabelecer uma gestão coerente, assegurando a disponibilização de lotes para industria, serviços ou logística e a requalificação de espaços livres e paisagisticamente degradados.

Alternativa B

Embora a função polarizadora que o Núcleo Empresarial de Mafra (NEM) representa no concelho, este já não consegue dar resposta à procura de novos empreendedores que se queiram instalar. Muitos

dos edifícios industriais existentes no NEM, encontram-se desajustados face às suas necessidades físicas, nomeadamente atualização de postos de transformação elétrica, eficiência energética, entre outras fragilidades.

Por outro lado, existem algumas empresas que por necessidade de crescimento, procuram ainda no concelho, a sua relocalização. Neste sentido, e não sendo possível essa relocalização na área do NEM, a procura de novos espaços de atividades económicas, no concelho, tem sido um desafio.

Desta forma, o Município de Mafra, como principal dinamizador da economia do concelho, procura encontrar soluções ambientalmente, economicamente e socialmente mais vantajosas, sob pena de empresas existentes com capacidades para crescimento económico e de empregar residentes no concelho, terem que procurar outros municípios para acolhimento.

O NEM deverá ser alvo de um projeto estruturante que organize e melhore as condições do parque empresarial, para que este responda à necessidade dos empresários de atividades afetas a serviços e/ ou logística. A evolução da área a libertar deverá prosseguir para instalação de empresas de serviços e/ou comércio, que promovam uma dinamização deste núcleo empresarial.

Análise Comparativa

Designação	Descrição	Capacidade de receção de novo Espaço de Atividades Económicas
Alternativa A	**Carrasqueira de Cima:** - Com possibilidade para receção de dois lotes que possibilitam a integração de atividades económicas com capacidade de produção industrial, promovendo a instalação de novas empresas e criação de novos postos de emprego. - Com possibilidade de integrar paisagisticamente os lotes propostos; - Proximidade com as Vilas de Mafra e Ericeira, assim como aos núcleos urbanos de Santo Isidoro, Achada, Sobreiro, Caeiros e a aglomerados rurais nas proximidades; - Com possibilidade para beneficiação de eixos e vias rodoviárias de proximidade; - Com possibilidade para beneficiação e passeios pedonais de acesso aos aglomerados rurais e urbanos; - Com possibilidade de dinamização económica dos núcleos urbanos e aglomerados rurais de proximidade; - Com possibilidade de integrar novas formas de eficiência energética no edificado (ex. painéis fotovoltaicos).	**Média/ Elevada**
Alternativa B	**Núcleo Empresarial de Mafra (NEM):** - Com fraca capacidade para receção de novas empresas; - Com reduzida possibilidade de reabilitação e da eficiência energética do edificado; - Com reduzida possibilidade de organização do estacionamento automóvel.	**Fraca**

Tabela 2 – Quadro de alternativas de áreas para receção de atividades económica

2.2. Demonstração do impacto da carga urbanística proposta

A demonstração do impacto da carga urbanística proposta, no sistema de infraestruturas existente, e a previsão dos encargos necessários ao seu reforço, à execução de novas infraestruturas e à respetiva manutenção corresponde à beneficiação e ampliação da EM 616, bem como a criação de outras infraestruturas associadas aos lotes.

Por outro lado, prevê-se que a recolha de resíduos industriais seja feita pelos futuros titulares de direitos adquiridos.

2.3. Demonstração viabilidade económico–financeira da proposta

Nas tabelas seguintes são apresentadas as viabilidades económica ou financeira do plano.

Ações por área de intervenção	Área (m²)	Custo unitário (€/m²)	Estimativa de Custo Global (€)
Área de cedência ao domínio público:			
Beneficiação da EM616 (inclui rede viária, estacionamento, passeios, iluminação pública, rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais e pluviais)	3 157,64	45	**142 094 €**
Projetos e fiscalização	-	-	**10 000 €**
Parcela ou lote 01:			
Infraestruturas (inclui rede viária, muros de suporte estacionamento, passeios, iluminação pública, rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais e pluviais, RSU)	11 849,17	50	**592 459 €**
Áreas verdes de uso privado/ áreas verdes de proteção e contenção de taludes (inclui modelação de terreno)	3 630,40	15	**54 456 €**
Edificação	12 095,90	250	**3 023 975 €**
Projetos, fiscalização, custos administrativos e licenciamentos (5% dos custos de construção)	-	-	**180 822 €**
Encargos financeiros (3% dos custos de construção)	-	-	**108 493 €**
Parcela ou lote 02:			
Infraestruturas (inclui rede viária, muros de suporte estacionamento, passeios, iluminação pública, rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais e pluviais, RSU)	12 591,80	50	**629 590 €**
Áreas verdes de uso privado/ áreas verdes de proteção e contenção de taludes (inclui modelação de terreno)	3 709,86	15	**55 648 €**
Edificação	8 100,00	250	**2 025 000 €**
Projetos, fiscalização, custos administrativos e licenciamentos (5% dos custos de construção)	-	-	**132 730 €**
Encargos financeiros (3% dos custos de construção)	-	-	**79 638 €**
Parcela ou lote 03:			
Arruamento (inclui modelação do terreno e rede de drenagem de águas pluviais)	2 113,53	1,2	**2 536 €**
Áreas verdes de proteção e enquadramento (inclui recuperação de formações arbóreas/ arbustivas autóctones)	7 009,08	30	**210 272 €**
TOTAL DO INVESTIMENTO			**7 247 712 €**

Tabela 3 – Total do investimento previsto para o Plano

Parcelas ou lotes previstos	Área de construção admitida (m²)	Custo unitário (€/m²)	Estimativa de Receita Global (€)
Parcela ou lote 01	**12 095,90**	**405**	**4 898 840 €**
Parcela ou lote 02	**8 100,00**	**415**	**3 361 500 €**
Parcela ou lote 03	**0,00**	**0**	**0 €**
TOTAL DA RECEITA			**8 260 340 €**
VIABILIDADE			**1 012 628 €** **12,26%**

Tabela 4 – Total da receita prevista para o Plano e viabilidade da intervenção

2. Outros Critérios Complementares

A área de intervenção do PPAEC, com cerca 6 hectares, localiza-se no concelho de Mafra, na freguesia de Santo Isidoro, na proximidade do núcleo urbano do Pinhal dos Frades e corresponde a parte do artigo matriciais n.º 197, da secção Q – conforme plantas de localização n.º 1, n.º 2 e n.º 3, anexas (Extratos da Carta Militar, da Cartografia, de Cadastro e do Ortofotomapa), desenvolvendo-se ao longo da EM 616.

A importância desta localização privilegiada com a proximidade com a A21, será majorada com a possível requalificação da EM 616.

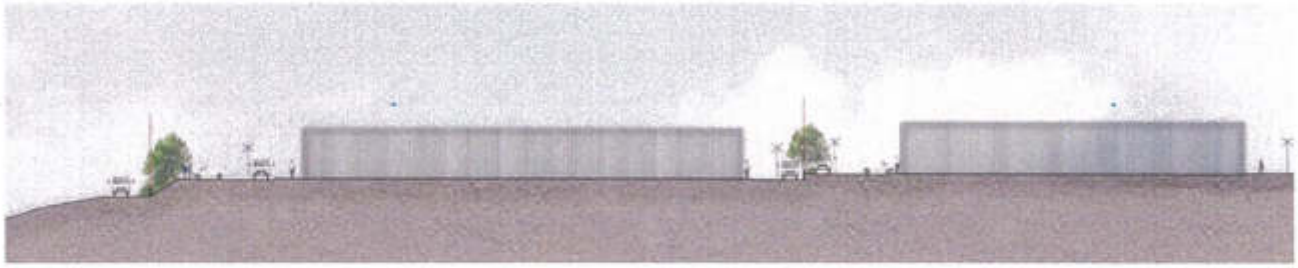
No que se refere ao PROTAML, este define um modelo de ordenamento esquemático, bem como uma rede ecológica metropolitana, cuja salvaguarda no território de Mafra, foi estabelecida através da carta da estrutura ecológica municipal desenvolvida no PDM, através da delimitação dos corredores e áreas estruturantes, que nesta zona correspondem ao rio do Cuco, incluindo todo o vale e zonas de encosta.

Desta forma o corredor estruturante central, encontra-se a afeto a áreas de proteção enquadradas na EEM, que asseguram a continuidade e interligação à rede ecológica metropolitana. Neste sentido, a área de intervenção do plano, por se localizar fora das áreas de proteção não afeta a EEM e, por conseguinte, a rede ecológica metropolitana. Contudo, a proposta de plano permite a integração através da parcela ou lote 03 na EEM.

Relativamente ao PDM, está prevista a sua suspensão para a área de intervenção do plano, conforme Aviso n.º 15291/2018, 23 de outubro, de modo a assegurar a execução dos objetivos previstos para o plano, tendo sido determinadas medidas preventivas para este território.

III. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Proposta de Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira



setembro 2019

ÍNDICE – PROGRAMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

I. PROGRAMA DE EXECUÇÃO 5
1. Modelo de Gestão 6
2. Sistema de Execução 6
3. Programação da Execução 7
4. Faseamento 8
II. MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS 9

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para o PPAAEC 5
Tabela 2 – Programa de Execução 8
Tabela 3 – Comparticipação nos custos de urbanização previstos 9

I. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma temporal delineado, reflete a execução física das ações propostas, que melhor se adaptam ao estabelecimento da concentração das atividades económicas no corredor urbano central, tendo como motor para a concretização da proposta de investimento municipal para áreas prioritárias para o setor das atividades económicas, potenciadoras de dinamização económica e de dinâmicas populacionais.

Desta forma, o investimento municipal reflete-se ao nível da infraestruturação geral e equipamento, fundamental para impulsionar uma realidade concreta que afeta diretamente a população, promovendo a fixação de residentes, a diminuição dos desempregos e a qualidade de vida.

No quadro que se segue encontra-se sistematizado os parâmetros urbanísticos do plano.

Identificação das Parcelas ou Lotes	Designação	Área	Unidade
01	Área Máxima de Infiltração	11 630,00	m²
	Índice de ocupação do solo	0,46	-
	Área máxima de construção	12 095,90	m²
	Índice de utilização do solo	0,48	-
	Altura máxima de edificação	9,00	m
	Volumetria máxima	103 154,20	m³
	Área de Impermeabilização	21 736,50	m²
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 630,40	m²
	Área total da parcela	**25 366,91**	**m²**
02	Área Máxima de Infiltração	8 020,87	m²
	Índice de ocupação do solo	0,36	-
	Área máxima de construção	8 100,00	m²
	Índice de utilização do solo	0,37	-
	Altura máxima de edificação	9,00	m
	Volumetria máxima	72 187,85	m³
	Área de Impermeabilização	18 276,11	m²
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 709,86	m²
	Área total da parcela	**21 985,97**	**m²**
03	Área verde de proteção e enquadramento	2 113,53	m²
	Área total da parcela	**9 122,61**	**m²**

Tabela 1 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos para o PPAAEC

1. Modelo de Gestão

A gestão inicial da área de Atividades Económicas da Carrasqueira será da responsabilidade do Município de Mafra que assumirá, entre outras, as seguintes competências:

- Negociar com as entidades candidatas a instalarem-se na zona de atividade económica e a sua instalação;
- Desenvolver ações de promoção e divulgação da zona de atividades económicas;
- Definir e implementar uma política de atração e fixação de novos investimentos.

Nas parcelas ou lotes deve ser garantido o seguinte:

- Limpeza;
- Conservação e manutenção dos espaços verdes;
- Gestão dos meios comuns de sinalização informativa da AAEC;
- Coordenação de recolha de resíduos sólidos;
- Serviços de vigilância.

O Município de Mafra pode, ainda, colocar ponderar a necessidade de outros serviços de reconhecido interesse para a zona de atividades económicas ou para as atividades a instalar, nomeadamente:

- Atividades de promoção;
- Organização de ações de formação profissional;
- Mediação em processos de licenciamento;
- Serviços de consultoria de gestão, de base tecnológica ou de assistência técnica;
- Serviços de manutenção de edificações ou instalações;
- Segurança no interior do lote;
- Assessoria técnica com vista ao projeto e gestão da construção de edificações e instalações técnicas das Entidades Utentes.

2. Sistema de Execução

O sistema de execução de área de atividades económicas da Carrasqueira é de iniciativa dos interessados, designadamente o Município de Mafra e os futuros titulares de direitos, cabendo-lhes realizar as operações urbanísticas das parcelas ou lotes previstos.

Assim, será o Município de Mafra responsável pela programação das obras de urbanização, definindo a venda das parcelas em função das dinâmicas de procura de espaços para a instalação de atividades. Os futuros titulares das parcelas ou lotes com capacidade edificatória, devem executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes, bem como participar nos custos das obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público, adjacente à EM 616.

3. Programação da Execução

Ação 0. Projetos

0.1. Desenvolvimento dos projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias, infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica
0.2. Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes

Ação 1. Modelação do Terreno

1.1. Realização de aterro e escavação para nivelamento da área do PP
1.2. Estabilização de talude na zona norte (parcelas 01 e 02)
1.3. Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas

Ação 2. Beneficiação da Rede Viária

2.1. Alargamento da rede viária (EM616)

Ação 3. Infraestruturas

3.1. Execução da rede de abastecimento de água (parcelas 01 e 02)
3.2. Execução da rede de drenagem de águas residuais e pluviais (parcelas 01 e 02)
3.3. Fornecimento dos contentores de resíduos sólidos urbanos e inclusão destes na rede de recolha de resíduos sólidos urbanos, pelo município
3.4. Execução dos passeios de domínio público e privado
3.5. Execução dos estacionamentos de domínio público e privado
3.6. Execução da rede viária de acesso às parcelas 01, 02 e 03
3.7. Execução da rede de distribuição elétrica (parcelas 01 e 02)
3.8. Execução da rede de iluminação pública (parcelas 01 e 02)
3.9. Fornecimento de posto de transformação
3.10. Execução da rede de telecomunicações (parcelas 01 e 02)

Ação 4. Edificado

4.1. Construção do edifício (parcela 01) com altura máxima de 9m
4.2. Construção do edifício industrial (parcela 02) com altura máxima de 9m

Ação 5. Áreas Verdes Públicas e Privadas

5.1. Execução de áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes (parcelas 01 e 02)
5.2. Execução de áreas verdes de proteção e enquadramento (parcela 03)
5.3. Recuperação das formações arbóreas e arbustivas autóctones, através da limpeza de matos

4. Faseamento

O cronograma temporal delineado, reflete a execução física das ações propostas, que melhor se adaptam ao estabelecimento da concentração das atividades económicas no corredor urbano central, tendo como motor para a concretização da proposta de investimento municipal para áreas prioritárias para o setor das atividades económicas, potenciadoras de dinamização económica e de dinâmicas populacionais.

Desta forma, o investimento municipal reflete-se ao nível da infraestruturação geral, fundamental para impulsionar uma realidade concreta que afeta diretamente a população, promovendo a fixação de residentes, a diminuição do desemprego e a qualidade de vida.

	Ações	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano
0.	**Projetos**					
0.1	Projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias e infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica					
0.2	Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes					
1.	**Execução - Modelação do Terreno**					
1.1	Aterro e escavação para nivelamento da área do plano					
1.2	Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas					
1.3	Estabilização de talude na zona norte					
2.	**Beneficiação - Rede Viária existente**					
2.1	Beneficiação/ alargamento da EM616					
3.	**Execução - Infraestruturas**					
3.1	Rede de abastecimento de água					
3.2	Rede de drenagem de águas residuais e pluviais					
3.3	Resíduos sólidos Urbanos					
3.4	Passeios					
3.5	Estacionamentos					
3.6	Rede viária.					
3.7	Rede de distribuição elétrica					
3.8	Rede de iluminação pública					
3.9	Postos de transformação					
3.10	Rede de telecomunicações					
4.	**Execução - Edificado**					
4.1	Edifício Parcela 01					
4.2	Edifícios Parcela 02					
5.	**Execução - Áreas Verdes**					
5.1	Áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes					
5.2	Áreas Verdes de proteção e enquadramento					
5.3	Recuperação das formações arbóreas/ arbustivas autóctones					

Tabela 2 – Programa de Execução

II. MODELO DE REDISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS E BENEFÍCIOS

A redistribuição de encargos e benefícios será efetuada com a venda das parcelas ou lotes, sendo considerados os custos de urbanização com as infraestruturas locais e gerais, designadamente com o alargamento da EM 616.

Os futuros titulares de direitos sobre as parcelas ou lotes n.º 01 e 02 ficarão obrigados a:

- Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das edificações e obras de urbanização que pretendam construir nas áreas previstas no Plano;
- Elaborar os projetos necessários ao licenciamento das ligações às redes das infraestruturas exteriores.
- Executar as obras de urbanização no interior das respetivas parcelas ou lotes e as obras de infraestruturação na área de cedência ao domínio público, adjacente à Estrada Municipal 616.
- O futuro titular de direitos sobre a parcela ou lote n.º 03 fica obrigado a manter a via de acesso rodoviário condicionado/ servidão, conforme o definido na planta de implantação.

	Parcela ou lote 01	Parcela ou lote 02	Parcela ou lote 03	Total
Área de Implantação Máxima Admitida	11.630,00 m²	8.020,87 m²	0,00 m²	19 650,87 m²
% de Comparticipação nos Custos de Urbanização	**59,18%**	**40,82%**	**00,00%**	**100,00%**

Tabela 3 – Comparticipação nos custos de urbanização previstos

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira

RELATÓRIO AMBIENTAL

setembro 2019

FICHA TÉCNICA

Título:

Relatório Ambiental do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira

Coordenação Geral:

Bruno Miranda (Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente)

Pedro Martins (Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística)

Equipa Técnica:

Filipa Raimundo (Arquiteta Paisagista – Técnica UPOT)

Carina Ribeiro (Arquiteta – Estagiária UPOT)

Ana Ferreira (Eng.º Território – Técnica Superior UPOT)

Sofia dos Santos (Urbanista – Dirigente UPOT)

Colaboração:

Divisão de Ambiente – Nuno Soares (*Eng.º do Ambiente – Chefe de divisão);*

Versão

Versão – Proposta de Plano

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 10
2. ENQUADRAMENTO LEGAL 12
3. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL 14
3.1. Objetivos para a elaboração do PPAAEC 14
3.2. Objetivos da AAE 15
3.3. Metodologia da AAE 16
3.4. Articulação entre Processo de Planeamento e AAE 19
4. ÂMBITO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL 21
4.1. Enquadramento Geográfico 21
4.2. Enquadramento no PDM 22
4.3. Justificação da necessidade do Plano 24
4.4. Razões que justificam a escolha de alternativa 32
5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO 38
6. FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO 44
7. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRITICO PARA A DECISÃO 52
7.1. Fator Crítico para a Decisão – Conservação da Natureza e Biodiversidade 52
7.1.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos 52
7.1.2. Situação Existente 55
7.1.3. Análise de Tendências 64
7.1.4. Efeitos Esperados da Proposta 66
7.1.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta 68
7.1.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 69
7.2. Fator Crítico para a Decisão – Paisagem 70
7.2.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos 70
7.2.2. Situação Existente 71
7.2.3. Análise de Tendências 72
7.2.4. Efeitos Esperados da Proposta 74
7.2.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta 76
7.2.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 77
7.3. Fator Crítico para a Decisão – Qualidade Ambiental 78
7.3.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos 78
7.3.2. Situação Existente 80

7.3.1. Análise de Tendências 86
7.3.2. Efeitos Esperados da Proposta 88
7.3.3. Oportunidades e Ameaças da Proposta 92
7.3.4. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 95
7.4. Fator Crítico para a Decisão – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas 96
7.4.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos 96
7.4.2. Situação Existente 98
7.4.3. Análise de tendências 101
7.4.4. Efeitos Esperados da Proposta 104
7.4.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta 107
7.4.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 109
7.5. Fator Crítico para a Decisão – Desenvolvimento Humano e Territorial 111
7.5.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos 111
7.5.2. Situação Existente 112
7.5.3. Análise de tendências 117
7.5.4. Efeitos Esperados da Proposta 119
7.5.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta 121
7.5.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 122
7.6. Fator Crítico para a Decisão – Governança 124
7.6.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus objetivos 124
7.6.2. Situação Existente 125
7.6.3. Análise de Tendências 126
7.6.4. Efeitos Esperados da Proposta 128
7.6.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta 130
7.6.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização 131
8. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO 132
9. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO 133
10. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO 135
11. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA 136
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS 137
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 139
ANEXO 1 – CONSULTA ÀS ENTIDADES COM RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS ESPECÍFICAS 141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Procedimento de AAE na elaboração do PP (adaptado de Partidário, 2012) 16
Figura 2 – Fases de elaboração do plano em articulação com as fases da AA. 19
Figura 3 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC. 21
Figura 4 – Estratégia de desenvolvimento da atividade económica de Mafra, através da M-Invest. 25
Figura 5 – Localização dos lotes e parcelas do PPAAEC. 26
Figura 6 – Zonamento proposto do PPAAEC. 27
Figura 7 – Planta de Implantação do PPAAEC. 28
Figura 8 – Planta de localização dos espaços de atividades económicas (consolidados e a estruturar). 32
Figura 9 – Enquadramento geográfico de parcelas adquiridas pelo Município de Mafra. 33
Figura 10 –Cadastro da área do PP 34
Figura 11 – Enquadramento geográfico do NEM. 35
Figura 12 – Extrato da Planta de Ordenamento. Localização da área de atividades económicas a libertar. . 35
Figura 13 – Estrutura de identificação dos FCD, através de diálogos. 44
Figura 14 – Estrutura de avaliação e indicadores por FCD. 45
Figura 15 – Planta de Situação Existente do PPAAEC – Hipsometria 55
Figura 16 – Planta de Situação Existente do PPAAEC –Exposição Solar 56
Figura 17 – Carta de uso do solo do PPAAEC. 57
Figura 18 – Extrato da Carta de Solos e visita de campo ao PPAAEC. Situação Existente. Fonte: CMM (11/04/2019) 58
Figura 19– Visita de campo ao PPAAEC. Situação Existente. Fonte: CMM (11/04/2019) 59
Figura 20– Rede Hidrográfica na área do PP. 60
Figura 21– Evolução da rede Hidrográfica na área do PP (ortofotomapas). 61
Figura 22– Evolução da rede Hidrográfica na área do PP (Cartas Militares). 62
Figura 23– Vista geral da área do PP. Fonte: CMM (11/04/2019). 63
Figura 24 – Extrato da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal. 63
Figura 25 – Extrato da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal. 71
Figura 26– Cenário Atual (Lden). Fonte: Certiprojecto (2019) 83
Figura 27– Cenário Atual (Ln). Fonte: Certiprojecto (2019) 83
Figura 28– Cenário Futuro (Lden). Fonte: Certiprojecto (2019) 84
Figura 29– Cenário Futuro (Ln). Fonte: Certiprojecto (2019) 84
Figura 30– Áreas suscetíveis a acidentes geomorfológicos. Fonte: Plano de Emergência Proteção Civil de Mafra (2010). 99
Figura 31– Carta de intensidades sísmicas para o cenário de sismo com epicentro na falha do Sabugo. Fonte: Plano de Emergência Proteção Civil de Mafra (2010) 100
Figura 32 – População residente, por local de residência (2011). Fonte: INE 113
Figura 33 – Movimentos pendulares entre municípios (2011). Fonte: adaptado INE 114
Figura 34 – Planta de localização dos espaços de atividades económicas (consolidados e a estruturar). ... 115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro resumo da proposta de parâmetros urbanísticos. 31
Quadro 2 – Quadro de alternativas de áreas para receção de atividades económicas. 36
Quadro 3 – Quadro de referência estratégico para o FCD1 – Conservação da Natureza e Biodiversidade. .. 38
Quadro 4 – Quadro de referência estratégico para o FCD2 – Paisagem 38
Quadro 5 – Quadro de referência estratégico para o FCD3 – Qualidade Ambiental. 39
Quadro 6 – Quadro de referência estratégico para o FCD4 – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas 40
Quadro 7 – Quadro de referência estratégico para o FCD5 – Desenvolvimento Humano e Territorial. 40
Quadro 8 – Quadro de referência estratégico para o FCD6 – Governança 41
Quadro 9 – Relevância do QRE por FCD. 42
Quadro 10 – Relação entre FCD e os QAS relevantes para o plano e os QA definidos na lei. 46
Quadro 11 – Relação entre os FA estabelecidos no artigo 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, e os FCD. 46
Quadro 12 – Descrição dos FCD. 48
Quadro 13 – Quadro Resumo. 51
Quadro 14 – Análise de tendências de evolução para o FCD1. 64
Quadro 15 – Análise SWOT para o FCD1. 65
Quadro 16 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD1. 66
Quadro 17 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD1. 67
Quadro 18 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD1. 68
Quadro 19 – Objetivos de sustentabilidade para o FCD2. 70
Quadro 20 – Análise de tendências de evolução para o FCD2. 72
Quadro 21 – Análise SWOT para o FCD2. 73
Quadro 22 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD2. 74
Quadro 23 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD2. 75
Quadro 24 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD2. 76
Quadro 25 – Diretrizes e indicadores de monitorização, para o FCD2. 77
Quadro 26 – Contentorização seletiva instalada, na Freguesia de Santo Isidoro (2018). Fonte: CMM. 81
Quadro 27 – Análise SWOT para o FCD3. 86
Quadro 28 – Análise SWOT para o FCD3 87
Quadro 29 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD3. 89
Quadro 30 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD3. 91
Quadro 31 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD3. 92
Quadro 32 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD3. 95
Quadro 33 – Análise de tendência de evolução para o FCD4. 102
Quadro 34 – Análise SWOT do FCD4. 103
Quadro 35 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD4. 104
Quadro 36 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD4. 106
Quadro 37 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD4. 107
Quadro 38 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD4. 109

Quadro 39 – População Residente. Fonte: INE. 112
Quadro 40 – Densidade Populacional. Fonte: INE. 113
Quadro 41 – Análise de tendências de evolução para FCD5. 117
Quadro 42 – Análise SWOT para o FCD5. 118
Quadro 43 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD5. 119
Quadro 44 – Análise dos Contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD5. 120
Quadro 45 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD5. 121
Quadro 46 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD5. 122
Quadro 47 – Análise de tendências de evolução para o FCD6. 126
Quadro 48 – Análise SWOT do FCD6. 127
Quadro 49 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD6. 128
Quadro 50 – Análise dos Contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD6. 129
Quadro 51 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD6. 130
Quadro 52 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD6. 131
Quadro 53 – Quadro de Governança para a Ação. 134
Quadro 54 – Pareceres das ERAE. 141

LISTA DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARS LVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CMM	Câmara Municipal de Mafra
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direção – Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção Geral do Território
EDEM	Estratégia para a Dinamização Económica de Mafra
EDP	Energias de Portugal
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EM	Estrada Municipal
ENA2020	Estratégia Nacional para o Ar 2020
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
ENPCP	Estratégia Nacional para a Proteção Civil Preventiva
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambientais Especificas
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos de Decisão
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
LG	Lisboagás
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
NEM	Núcleo Empresarial de Mafra
OE	Objetivos Estratégicos
PBH Ribeiras do Oeste	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de desenvolvimento Rural
PENAASAR	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEPS	Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Mafra
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mafra
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNAASAR	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PNAC	Plano Nacional de Alterações Climáticas

PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAP	Política Nacional de Arquitetura da Paisagem
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
POR	Programa Operacional da Região
PP	Plano de Pormenor
PPAAEC	Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
PRHTRO	Plano da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROF -LVT	Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo
PROT - AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSRN	Plano Setorial da Rede Natura
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RDA	Relatório de Definição do Âmbito
RFC	Relatório dos Fatores Críticos
RGR	Regulamento Geral do Ruído
RG SCIE	Regulamento Geral de Segurança contra Incêndios em Edifícios
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNC	Roteiro para a Neutralidade Carbónica
RNT	Resumo Não-Técnico
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
VEF	Viabilidade Económico-Financeira

1. INTRODUÇÃO

A avaliação ambiental estratégica (AAE) relativa ao processo do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira (PPAAEC), constitui um instrumento essencial no desenvolvimento sustentável, uma vez que visa a integração de reflexões ambientais no processo de preparação e aprovação do plano, sempre que este possa vir a ter efeitos positivos ou negativos no ambiente.

A AAE consubstancia uma síntese dos efeitos significativos no ambiente, recomendações e indicações para a proposta de plano, bem como para a divulgação e consulta do Relatório Ambiental (RA) e outros documentos do plano. Os conteúdos deste documento assentam numa estrutura específica e orientada para uma ótica técnica, de forma a assegurar os objetivos do público em geral, para efeitos de divulgação.

É fundamental referir que todo o processo de AAE é também acompanhado pela consulta às Entidades com Responsabilidade Ambientais Especificas (ERAE), ao abrigo da legislação específica no processo de avaliação ambiental.

Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso específico do PPAAEC é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

Por outro lado, o próprio propósito do PPAAEC confere à AAE um carácter singular, no sentido de maximizar oportunidades e minimizar as ameaças associadas não só ao próprio plano, mas também contribuir para a concretização da Estratégia para a Dinamização Económica de Mafra (EDEM) (2016).

Esta AAE vem, assim permitir que o desenvolvimento do PPAAEC, que apresenta um ciclo de decisão próprio e legalmente contextualizado, possa ser mais eficazmente elaborado, implementado e monitorizado.

O presente relatório incluirá em termos estruturais as seguintes partes:

1. **Introdução** – onde se indica o objetivo e a estrutura do relatório e a respetiva informação que cada parte deve conter.
2. **Enquadramento Legal** – explicita todo o procedimento legal que sustenta a elaboração do PPAAEC e a AAE a que está sujeito.
3. **Objetivos e Metodologia** – Identifica os objetivos da avaliação, a justificação da necessidade do PP e destaca os aspetos metodológicos associados à formulação do processo de AAE.
4. **Âmbito da Avaliação Ambiental** – procede à apresentação do objeto de avaliação, designadamente o enquadramento da área do PPAAEC, a descrição dos objetivos e das questões estratégicas, bem como, da proposta de plano e as razões que justificam a escolha da área de intervenção.
5. **Quadro de Referência Estratégico** – onde se identificam os documentos de caráter estratégico que servem de referência à avaliação ambiental e a sua correlação com os fatores críticos para a decisão.
6. **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**– Constituem as janelas de observação, destinadas a focar a atenção sobre o que é relevante para a avaliação, seguindo o princípio da parcimónia. Os FCD são temas chave, integrados, são os fatores de sucesso ambiental e de sustentabilidade na decisão estratégica, estabelecendo o foco da AAE, a estrutura da avaliação e os estudos técnicos relativos à análise de tendências.
7. **Análise e Avaliação Estratégia por Fator Crítico para a Decisão** – apresentação do quadro de complementaridade e conflito entre objetivos do Plano Pormenor (PP) e da AAE, descrição dos principais efeitos significativos da aplicação do plano e das suas implicações, identificação de alternativas, descrição e fundamentação dos critérios utilizados e das estratégias e medidas propostas para a sua implementação.
8. **Estratégia de Comunicação** – apresenta a forma de consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas, bem como o envolvimento dos atores locais.
9. **Quadro de Governança para a Ação** – Destinada a elencar as responsabilidades públicas das diversas entidades.
10. **Implementação e Monitorização** – Definição das diretrizes para a implementação e seguimento das medidas de controlo e das propostas de mitigação, monitorização e estruturação do quadro de governança, planeamento e programação das propostas alternativas da AAE, no âmbito da implementação do PPAAEC.
11. **Participação Pública**- Destinada a promover a participação publica dos interessados na atividade de planeamento do ordenamento do território, assim como a audição das instituições da Administração Pública cujas competências o justifiquem.
12. **Considerações Finais**- Resumo da proposta de plano com base na lógica de sustentabilidade.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração da presente AAE enquadra-se no disposto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que procede à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de AAE adotada em julho de 2001, e aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente

Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso específico do PPAAEC é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um Plano Municipal com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio plano. Por outro lado, o próprio propósito do PPAAEC confere à AAE um carácter singular, no sentido de maximizar oportunidades e minimizar as ameaças associadas não só ao próprio plano, mas também contribuir para os objetivos do Plano Diretor Municipal (PDM).

Esta AAE vem assim permitir que o desenvolvimento do PPAAEC, que apresenta um ciclo de decisão próprio e legalmente contextualizado, possa ser elaborado, implementado e monitorizado de forma mais eficaz. Nesse quadro, a metodologia proposta para a AAE do plano pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com os termos de referência aprovados pela Câmara Municipal de Mafra (CMM).

O PPAAEC insere-se numa área total de cerca de 6 hectares, pelo que compete à CMM a definição da AAE, de acordo com a alínea a), nº1, do artigo 3º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho. Por se tratar de uma área destinada ao licenciamento industrial, localizada em zona de proximidade a aglomerados rurais e à Estrutura Ecológica Municipal (EEM), julga-se que poderá ser suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, de acordo com alínea c), nº1, do artigo 3º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, ficando então sujeita a um procedimento de AAE.

Este quadro legal foi complementado com a bibliografia especializada, ao nível técnico, processual e de comunicação/ informação, das quais se destaca o "Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE"[1], e o "Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território", elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)[2].

Será importante elencar as políticas, estratégias e planos que enquadram e informam o desenvolvimento do PPAAEC, nomeadamente no Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM), muito embora este se encontra suspenso na área de intervenção do PPAAEC, através do Aviso n.º 15291/2018, de 23 de outubro.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de novembro, na elaboração dos PP, considera-se a composição mínima das equipas multidisciplinares que se considera poder garantir a qualidade exigível aos instrumentos de planeamento territorial e aos projetos de loteamento. Segundo o artigo 2º, os planos de pormenor são obrigatoriamente elaborados por equipas técnicas multidisciplinares que incluem pelo menos um arquiteto, um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil, um arquiteto paisagista, um técnico urbanista e um licenciado em Direito, qualquer deles com experiência profissional efetiva de, pelo menos, três anos.

No decorrer da elaboração do PPAAEC, a CMM apresentou a proposta de plano e o relatório ambiental a todas as ERAE com competências específicas, de acordo com o n. º3, do artigo 86º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Em síntese, a realização desta AAE, pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração do PPAAEC e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção e concretização de soluções mais eficazes e sustentáveis, que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente.

[1] APA, 2012 – constitui uma versão revista e atualizada do anterior guia metodológico de 2007
[2] DGOTDU, 2008 - Publicação especificamente orientada para a elaboração de AAE no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, igualmente aplicável a outros Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

3. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

3.1. Objetivos para a elaboração do PPAAEC

De acordo com o RJIGT o PP "desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral" (n.º 1 do artigo 101.º do RJIGT).

A decisão e competência de elaboração do PP são atribuídas à Câmara Municipal (n.º 1 do artigo 76º do RJIGT) e a sua aprovação à Assembleia Municipal (n.º 1 do artigo 90º do RJIGT).

O PPAAEC integra uma área com cerca de 6 hectares, numa parte do território degradado sob o ponto de vista ambiental e paisagístico por exploração de massa minerais.

De acordo com os termos de referência aprovados, com a elaboração do PPAAEC, pretende-se que o plano desenvolva os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, devidamente organizado e infraestruturado;
- Requalificar um território degradado do ponto de vista ambiental e paisagístico;
- Reclassificar o solo rural para solo urbano na categoria de espaços de atividades económicas.

Estes objetivos apresentados enquadram o PP numa operação de requalificação de um território degradado, permitindo a reposição da qualidade na utilização do local, associada à qualidade paisagística e ao potencial de desenvolvimento económico e de fixação da população residente para aglomerados de proximidade à área de intervenção proposta.

3.2. Objetivos da AAE

A AAE constitui um instrumento de avaliação de possíveis impactes de natureza estratégica que permite a integração das considerações ambientais, na fase inicial do processo de planeamento.

De acordo com o *"Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas para um Pensamento Estratégico em AAE"*[3], a AAE contribui para:

- Promover a compreensão dos desafios da sustentabilidade, incorporando uma perspetiva integrada nos momentos iniciais de formulação de políticas e de processos de planeamento;
- Apoiar o processo de decisão estratégico, estabelecendo condições favoráveis para o desenvolvimento;
- Facilitar a identificação e discussão das opções de desenvolvimento e fornecer orientações para ajudar o desenvolvimento a seguir trajetórias sustentáveis;
- Informar os planeadores, os decisores e o público afetado quanto à sustentabilidade das decisões estratégicas, assegurando um processo de decisão democrático e reforçando a credibilidade das decisões;
- Encorajar a vontade política, estimular a mudança de mentalidades e criar uma cultura mais estratégica em processos de decisão.

Este processo de AAE foi elaborado em simultâneo com o procedimento de elaboração do PPAAEC e deve considerar as opções estratégicas do Plano num contexto de sustentabilidade. Desta forma, o objetivo da avaliação ambiental consiste na incorporação de valores ambientais e de sustentabilidade no processo de elaboração do PP, contribuindo para a *"adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa"*, conforme o DL nº 232/07, de 15 de junho, na sua atual redação.

[3] PARTIDÁRIO, 2012

3.3. Metodologia da AAE

Apresenta-se neste subcapítulo uma síntese da metodologia adotada para o presente processo de AAE, desenvolvida de forma subsequente ao Relatório de Definição de Âmbito (RDA), e que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor.

Neste contexto, o esquema da Figura 1 ilustra o encadeamento do processo de AAE e sistematiza as etapas bases da metodologia adotada, expressas na legislação.

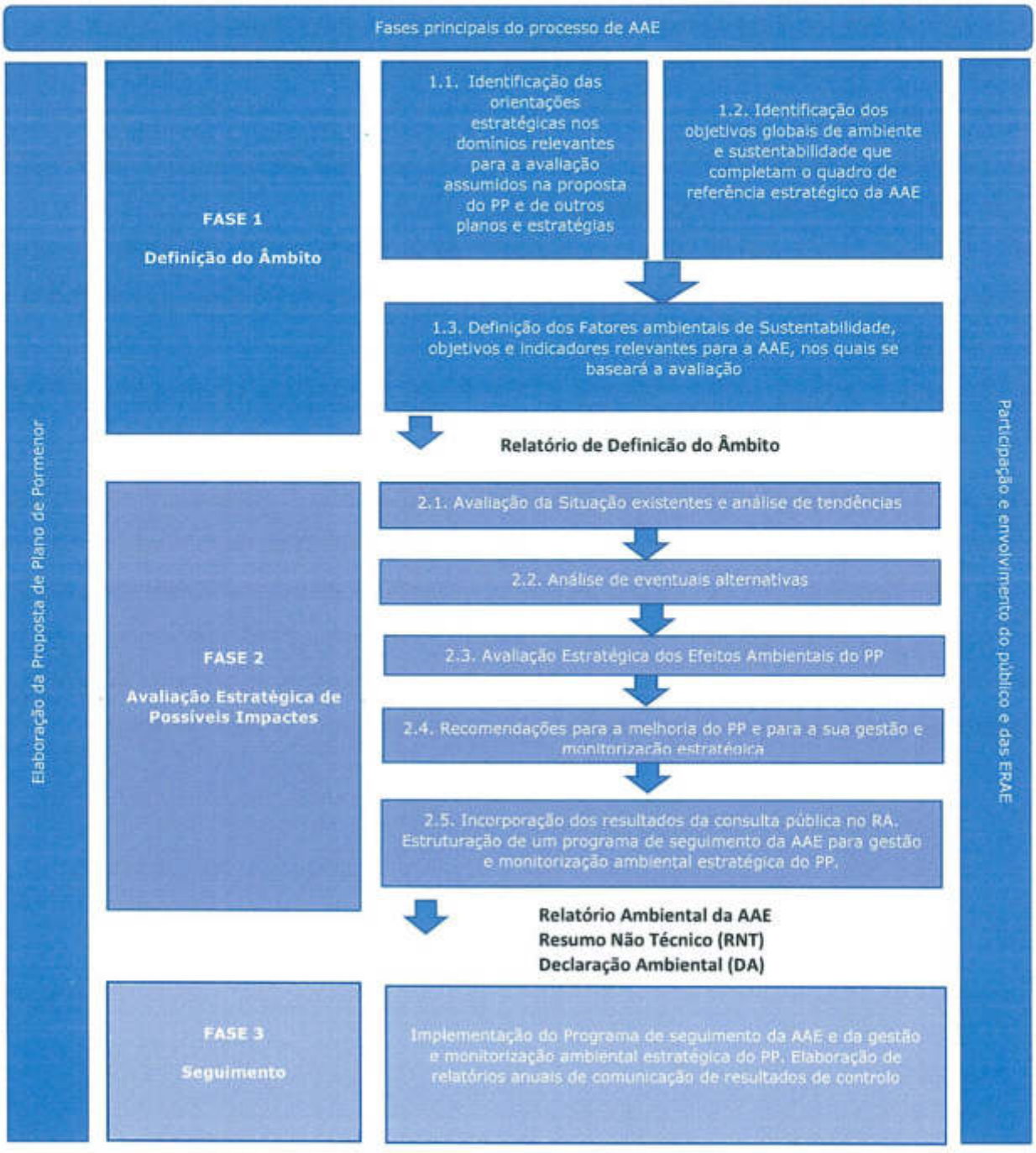


Figura 1 – Procedimento de AAE na elaboração do PP (adaptado de Partidário, 2012)

Fase 1 – Definição do Âmbito (Fase anterior)

Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que facultou à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (fatores de sustentabilidade) com base nos quais se processa a AAE (durante a Fase 2).

Desta análise integrada, articulada com os pareceres recebidos das diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) (Anexo 1), em cumprimento da legislação, resultou então a proposta do conjunto de fatores de sustentabilidade relevantes, utilizados para estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica das opções propostas na elaboração do PPAAEC.

Fase 2 – Avaliação Estratégica de possíveis Impactes (Fase atual)

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas, na fase de definição de âmbito e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, a que corresponde o presente RA, vem aprofundar o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD, relativamente a diversos parâmetros, e aos respetivos efeitos resultantes da implementação do PPAAEC.

A versão preliminar do RA será submetida a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano, tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Após esta consulta, e com base na ponderação e integração dos pareceres e recomendações emitidos será elaborada uma nova versão do RA para submissão a consulta pública, juntamente com o PPAAEC, realizada nos termos do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Por fim, decorrente desse período de consulta pública, resultará a versão definitiva do RA, contemplando a introdução das alterações que se considerem pertinentes, em resultado das consultas acima mencionadas.

Formalmente, antes do início da Fase 3, será também elaborada a Declaração Ambiental (DA), que acordo com o Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, deve ser disponibilizada e remetida à Agência Portuguesa de Ambiente (APA) e a todas as ERAE, e deverá conter:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º;

- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução do PPAAEC (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, a DA deve ser disponibilizada também ao público pela entidade responsável pela elaboração do Plano através da respetiva página de internet.

Fase 3 – Programa de Monitorização e Avaliação de Desempenho da AAE (Seguimento - última Fase)

A fase de Seguimento da AAE iniciar-se-á com implementação do PPAAEC, consistindo na avaliação e controlo dos efeitos significativos decorrentes da mesma, verificando se estão a ser adotadas as medidas constantes na Declaração Ambiental e qual a evolução dos efeitos previstos, ou o aparecimento de novos.

Assim as atividades a desenvolver são:

- Implementar um esquema ou programa para controlo de execução do Plano, verificação das medidas previstas na declaração ambiental, e monitorização dos seus efeitos no ambiente;
- Monitorizar os efeitos da execução do plano no ambiente através de indicadores previamente definidos;
- Elaborar estudos em função do que foi estabelecido durante a elaboração do plano ou de acordo com as necessidades que se venham a definir;
- Registar e divulgar publicamente os relatórios integrados de avaliação sistemática e periódica;
- Assegurar que a informação chegue aos serviços responsáveis pela elaboração do plano, de modo a identificar os efeitos negativo e conflitos encontrados ou as oportunidades, entretanto que surjam.

Sendo que os resultados do controlo devem ser divulgados pela CMM através da página de internet, atualizados regularmente, e remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente (artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

3.4. Articulação entre Processo de Planeamento e AAE

Adicionalmente, o cumprimento dos pressupostos de uma AAE pressupõe uma significativa capacidade de articulação e interação entre a equipa de planeamento e a avaliação ambiental e possibilita uma análise transversal das opções de planeamento e das questões estratégicas.

Assim, para além dos momentos formalmente definidos para a discussão das diferentes fases, foi promovida por parte da AAE uma articulação para a resolução de problemas identificados e adoção atempada de medidas de mitigação, por forma a dotar o processo de uma componente prática e de aplicabilidade significativa.

Em síntese, a Figura 2 sistematiza a articulação metodológica entre a componente de planeamento e de AAE definida para o processo de elaboração do PPAAEC.

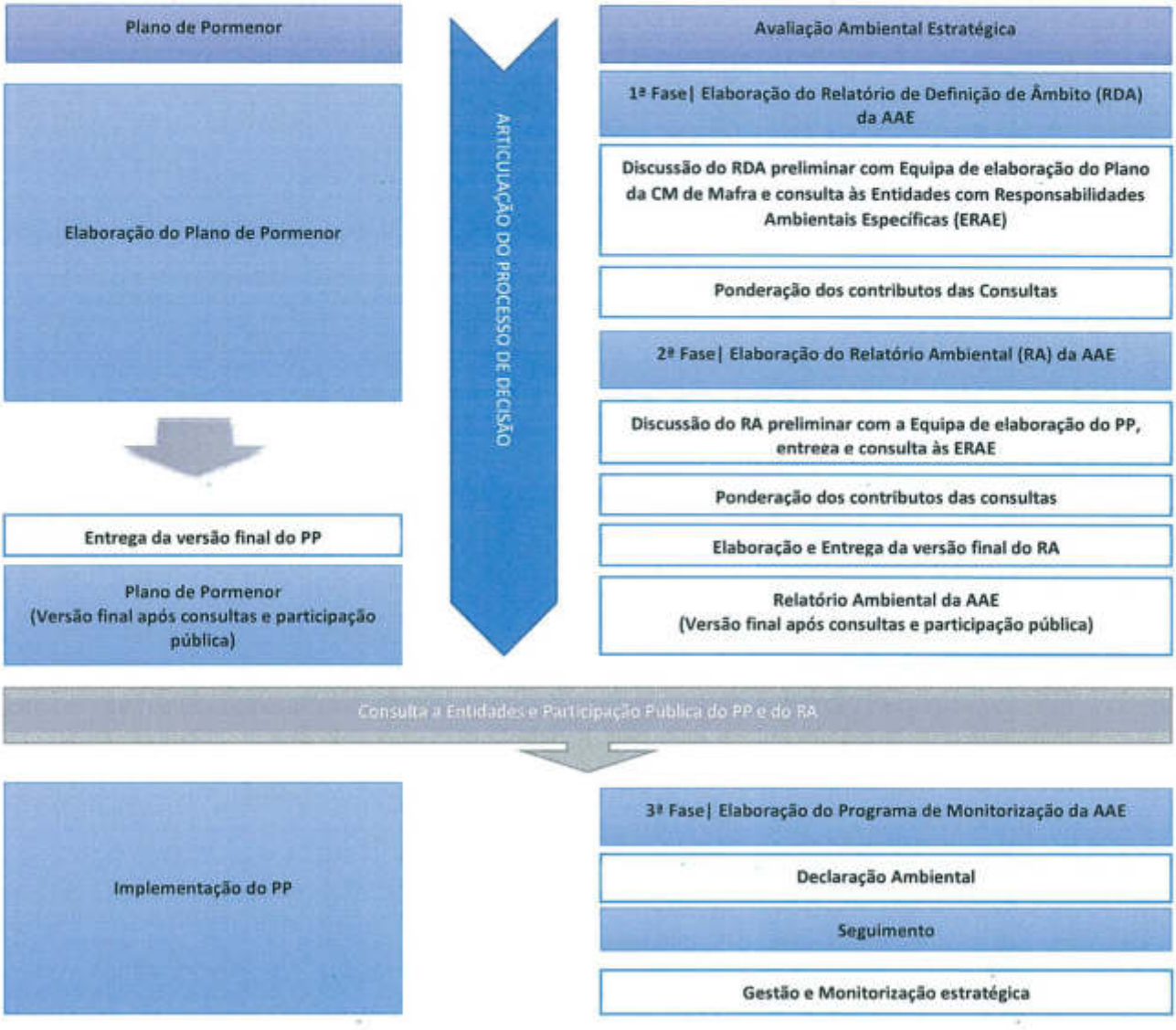


Figura 2 – Fases de elaboração do plano em articulação com as fases da AA.

4. ÂMBITO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

4.1. Enquadramento Geográfico

A área de intervenção do PPAAEC, com cerca de 6ha, localiza-se no concelho de Mafra, na freguesia de Santo Isidoro, mais concretamente entre o aglomerado rural de Cabeça Alta e o Bairro Alto, desenvolvendo-se ao longo da Estrada Municipal 616 (EM 616) (Figura 3). Esta área situa-se a cerca de 7 Km da Vila de Mafra e a cerca de 7Km da Vila da Ericeira, sendo de especial relevância a proximidade à Cidade de Lisboa e ligações rodoviárias para a A8, o que torna a área do PPAAEC uma mais valia para o desenvolvimento económico deste território.

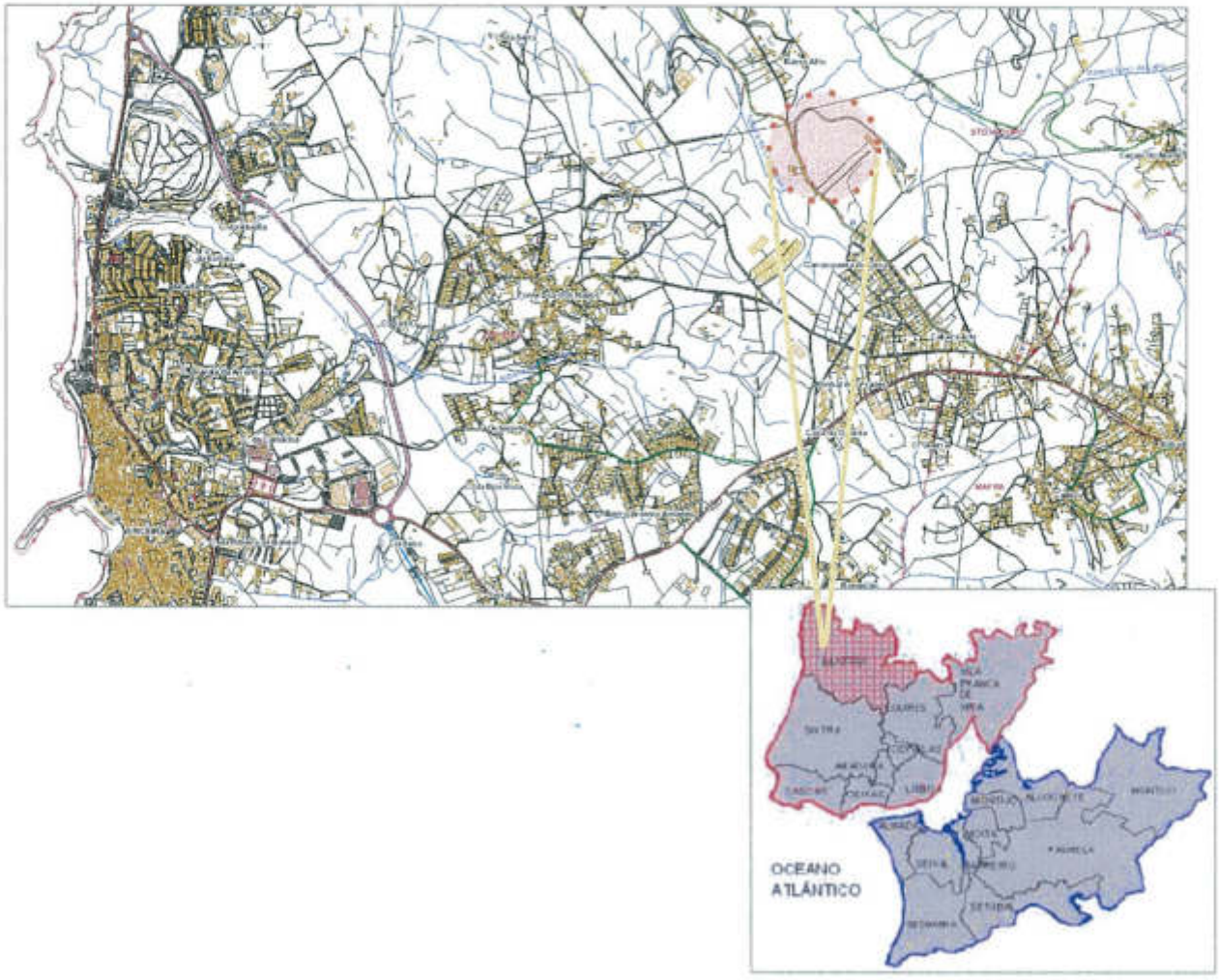


Figura 3 – Enquadramento geográfico da área de intervenção do PPAAEC.

4.2. Enquadramento no PDM

Tal como referido anteriormente, na área de intervenção do PP, o PDM foi sujeito a suspensão parcial, conforme o Aviso n.º 15291/2018, 23 de outubro, de modo a assegurar o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, devidamente organizado e infraestruturado, a requalificação deste território degradado e a reclassificação para de solo rural para solo urbano.

No entanto, relativamente às cartas de ordenamento importa destacar:

- Riscos – onde se identifica a noroeste a existência de risco de incêndio elevado, fora da área de intervenção, e que, segundo o artigo 74º do regulamento do PDM, corresponde à classe de elevada perigosidade de incêndio definida no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). Identifica, ainda que a área de intervenção apresenta risco sísmico moderado, segundo o Plano Regional Ordenamento Territorial – Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML).
- Espaços Canais e Outras Infraestruturas – a área de intervenção confina a poente com a EM616, integrada na Rede de Distribuição Principal, existindo na envolvente, outros caminhos municipais da rede de distribuição local.
- Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública – a área de intervenção não abrange o solo da Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Importa ainda destacar o enquadramento da proposta de intervenção do PPAAEC com os objetivos estratégicos (OE) definidas para o PDM, associando os seguintes objetivos específicos (OES):

1. **OE1: salvaguarda e promoção do património natural e cultural**
   - OES1: integrar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
   - OES2: requalificar a área degradada do plano;
   - OES3: promover requalificação da estrutura ecológica municipal;
   - OES4: promover a biodiversidade (fauna/flora), através da plantação de espécies autóctones;
   - OES5: minimizar a erosão do solo, através da reconversão da área e do revestimento com coberto vegetal autóctone;
   - OES6: aumentar a qualidade paisagística.
2. **OE2: consolidação do sistema urbano e das acessibilidades**
   - OES7: beneficiar a rede de transportes públicos;
   - OES8: beneficiar e reorganizar a rede viária;
   - OES9: beneficiar os acessos pedonais (através de criação de percurso pedonal ao longo da EM616);

- OES10: promover a instalação de população no Município de Mafra, através do aumento do número de postos de trabalho.

3. **OE3: Promoção de atividades económicas**
   - OES11: aumentar a empregabilidade;
   - OES12: aumentar a exportação de bens;
   - OES13: aumentar a instalação de potenciais investidores;
   - OES14: relocalizar empresas em expansão.
4. **OE4: Redefinição do modelo de ocupação espacial**
   - OES15: reclassificar o solo rural em solo urbano (na categoria de espaço de atividades económicas).

4.3. Justificação da necessidade do Plano

O objetivo de promover a execução de uma área estruturada vocacionada para a instalação de atividades económicas faz parte da estratégia de desenvolvimento económico municipal de Mafra.

De acordo com o artigo 2º, do Regulamento do PPAAEC, o Plano visa a prossecução dos seguintes objetivos:

a) Promover o desenvolvimento de um espaço de atividades económicas, infraestruturado que permita a relocalização de atividades económicas localizadas no interior dos principais centros urbanos;

b) Requalificar um território degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico;

c) Definir um modelo de ocupação urbana que permita a articulação entre o investimento privado e as opções municipais de ordenamento do território para a área do plano e a sua envolvente;

d) Requalificar os espaços exteriores e sua interligação aos espaços adjacentes existentes, designadamente espaços naturais e espaços residenciais;

e) Reclassificar solo rural em solo urbano, para as categorias de espaços de atividades económicas e espaços verdes, nos termos do definindo no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação vigente, conjugado com o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Efetivamente é uma preocupação do município promover o investimento económico, de base local, que permite a criação de emprego e a fixação de investimento. A localização para a instalação da área de atividades económicas é sustentada por um conjunto de forças e oportunidades como os bons acessos, a proximidade com os perímetros urbanos (Ericeira/Mafra/Santo Isidoro), a oferta de espaços organizados e infraestruturados para a fixação e dinamização de atividades económicas, que podem favorecer a criação de emprego. No entanto, será necessário o enquadramento com as condicionantes e servidões existentes, sendo por isso crucial as medidas de precaução adicionais ao nível da infraestruturação urbanística e de ecoeficiência nos domínios da gestão da água e energia.

A necessidade e a oportunidade de decisão de construir uma zona de atividades económicas, no concelho de Mafra, é evidente face à ausência de espaços organizados e infraestruturados para o efeito. As atividades económicas de base local, como sejam, armazéns para a instalação de oficinas, pequenas oficinas, serviços e logística, devem ser organizados e infraestruturados para o efeito, de modo a proceder ao correto ordenamento do território. Fazem parte dessa estratégia a Dinamização Económica de Mafra, a definição municipal para os setores estratégicos de desenvolvimento, atrair investimento, empresas inovadoras e garantir a geração liquida de empregos acima da média nacional.



Figura 4 – Estratégia de desenvolvimento da atividade económica de Mafra, através da M-Invest.

Tirando partido do enquadramento paisagístico do local, as propostas efetuadas visam a promoção deste local, estabelecendo a estruturação e infraestruturação desta área de modo a disciplinar e orientar as atividades em espaços próprios, estruturados e infraestruturados para o efeito e, assim, contrariar a ocupação dispersa ou em meio urbano de atividades económicas potencialmente incompatíveis.

A proposta consiste na definição de parcelas ou lotes, onde os aspetos regulamentares procuram garantir a flexibilidade na ocupação da zona, agregando parcelas em função das necessidades das empresas, devidamente infraestruturadas e enquadradas no território, e onde os futuros utilizadores poderão usufruir dos espaços exteriores, interligados por uma rede de percursos pedonais até aos núcleos urbanos mais próximos.

Por outro lado, a intervenção visa também a valorização e promoção da paisagem e da estrutura ecológica municipal na área envolvente.

A proposta consta na definição de 3 parcelas ou lotes, com a delimitação de diferentes espaços:

a) **Parcela ou lote 1** – Espaços de atividades económicas (áreas industriais, serviços e logística/ áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento) e espaços verdes;
b) **Parcela ou lote 2** – Espaços de atividades económicas (áreas industriais, serviços e logística/ áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento) e espaços verdes;
c) **Parcela ou lote 3** – Espaços verdes e áreas de circulação viária, pedonal e estacionamento, do domínio privado municipal e de uso condicionado;
d) **Área de cedência ao domínio público municipal** – corresponde a áreas a afetar ao alargamento e melhoria da EM616.

Cada uma das parcelas ou lotes afetos a espaços de atividades económicas deverá ter um programa de gestão, assim como a instalação de espaços verdes, com áreas de uso privado e áreas de proteção e contenção de taludes que salvaguardam o enquadramento paisagístico.

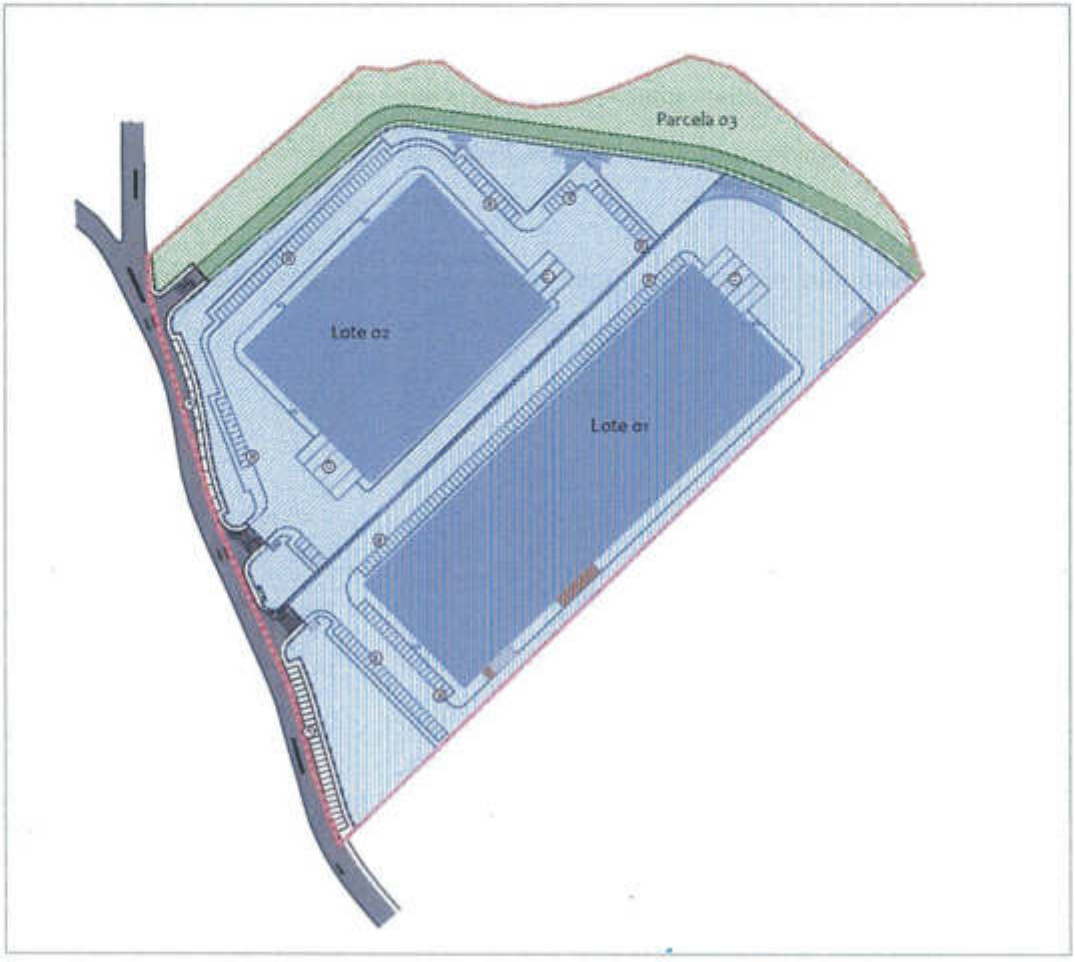


Figura 5 – Localização dos lotes e parcelas do PPAAEC.



Figura 6 – Zonamento proposto do PPAAEC.



Figura 7 – Planta de Implantação do PPAAEC.

Parcelas ou Lotes 1 e 2

Nas parcelas 1 e 2, as edificações a construir nas áreas industriais, serviços e logística destinam-se ao uso industrial e a usos associados de apoio, designadamente atividades complementares ao uso industrial. As edificações devem respeitar os parâmetros de acordo com o artigo 15º, do regulamento do plano.

Nas áreas verdes de uso privado (artigo 23º do regulamento) será admitido o uso de vegetação herbácea e arbustiva, que permita o aumento da biodiversidade, e a plantação de árvores ou de cortinas arbóreas, que minimizem impactes visuais e sonoros e a ação dos ventos fortes, admitindo-se ainda zonas de revestimento com materiais inertes. Nestas áreas deverá ser valorizada a utilização de espécies vegetais autóctones, designadamente: *Arbustus unedo, Juniperus pfitzeriana, Sambugus nigra, Tamarix africana, Viburnum tinus, Acer pseudoplatanus, Cupressus sempervirens, Laurus nobillis, Olea europaea, Prunnus lusitanica, Quercus robur*.

Nas áreas verdes de proteção e contenção de taludes correspondem às zonas norte das parcelas 1 e 2, cuja modelação do terreno deverá garantir a diminuição da erosão do solo e o incremento da infiltração de águas pluviais.

Estas áreas devem ser objeto de estabilização e consolidação, através do uso de vegetação herbácea e arbustiva adequada à fixação do solo e às condições edafoclimáticas do local e que promova o aumento da biodiversidade, conforme o previsto na planta de espaços verdes.

Os taludes deverão prever um sistema de drenagem eficaz, que evite a escorrência excessiva das águas pluviais, podendo ser utilizadas malhas, telas ou estruturas de gabião para a estabilização inicial.

As espécies vegetais a utilizar deverão corresponder a espécies autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, conforme o previsto na planta de espaços verdes, designadamente *Sambugus nigra*, bem como espécies herbáceas que favoreçam a fixação do solo evitando a sua erosão.

Parcela ou Lote 3

As áreas verdes de proteção e enquadramento, localizadas na parcela 3, correspondem à faixa verde envolvente da área do Plano, que assegura a valorização ecológica e visual e permite a continuidade e a interligação com a Estrutura Ecológica Municipal prevista no PDM.

Estas áreas deverão ser constituídas por estruturas arbóreas ou arbustivas autóctones específicas da zona ecológica Atlante-Mediterrânica, de densidade alta e média, devendo ser garantido o controlo da carga combustível, de modo a minimizar o risco de incêndio florestal.

Nestas áreas, os exemplares que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, deverão ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas.

Admite-se, ainda, a substituição de exemplares arbóreos existentes, que por questões fitossanitárias poderão colocar em causa toda a comunidade vegetal, devendo ser substituídos gradualmente por exemplares de vegetação arbórea esclerofila, adaptadas aos futuros cenários de adaptação às alterações climáticas. Ainda no que respeita aos espaços verdes, as espécies arbóreas propostas não deverão ser utilizadas espécies com maior probabilidade de causar alergias.

De acordo com a descrição da proposta, com os objetivos estratégicos e específicos definidos para o PPAAEC e com o macro enquadramento estratégico que consubstanciou a elaboração deste plano e respetiva AAE, foram identificadas as seguintes Questões Estratégicas (QE):

- **QE1** – Afirmar a área de atividades económicas como uma zona industrial de elevada qualidade, que permita o aumento da empregabilidade no concelho;
- **QE2** – Valorizar os recursos naturais e paisagísticos e a identidade do local, assegurando a integração da Área de Atividades Económicas na envolvente;
- **QE3** – Reforçar o papel da Área de Atividades Económicas enquanto local estratégico para a diversificação da economia municipal e paralelamente como um espaço de valorização paisagística que permita o usufruto da população local, designadamente na parcela ou lote n.º 3.

No quadro seguinte são identificados os valores mais relevantes na quantificação da proposta de ocupação, bem como os parâmetros urbanísticos.

N.º Parcelas ou Lotes	Área (m²)	Uso Dominante	Construção (m²)	I. utilização solo	Cércea (m)	Impermeabilização (m²)	Estacionamento total
01	25.367	Industria mobiliário, serviços e logística	12.096	0,48	9	21.737	126
02	21.986	Industria, serviços e logística	8.100	0,37	9	18.276	99
03	9.123	Verde de proteção e acesso condicionado	-	-	-	2.114	-

Quadro 1 – Quadro resumo da proposta de parâmetros urbanísticos.

4.4. Razões que justificam a escolha de alternativa

Tendo em consideração a localização de todos os Espaços de Atividades Económicas classificados no concelho de Mafra, verificou-se que existe uma dispersão destes fora do corredor urbano central, pelo que se justifica a necessidade de relocalizar intenções de instalação de novas atividades económicas.

Neste sentido, nas áreas territoriais em que convergem interesses públicos incompatíveis entre si, deve ser dada prioridade àquela cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais, torna-se necessário criar condições para a relocalização de alguns estabelecimentos industriais. Desta forma, por um lado há que promover o desenvolvimento de um espaço devidamente organizado e infraestruturado com acessibilidade à rede viária existente, que seja compatível com as atividades económicas (estabelecimentos industriais), que se encontram localizados no interior dos principais núcleos urbanos, num processo de relocalização das atividades económicas; por outro, verifica-se a oportunidade de requalificação de um terreno degradado, do ponto de vista ambiental e paisagístico, que se localiza numa zona de cumeada da bacia hidrográfica do rio do Cuco, na Carrasqueira.

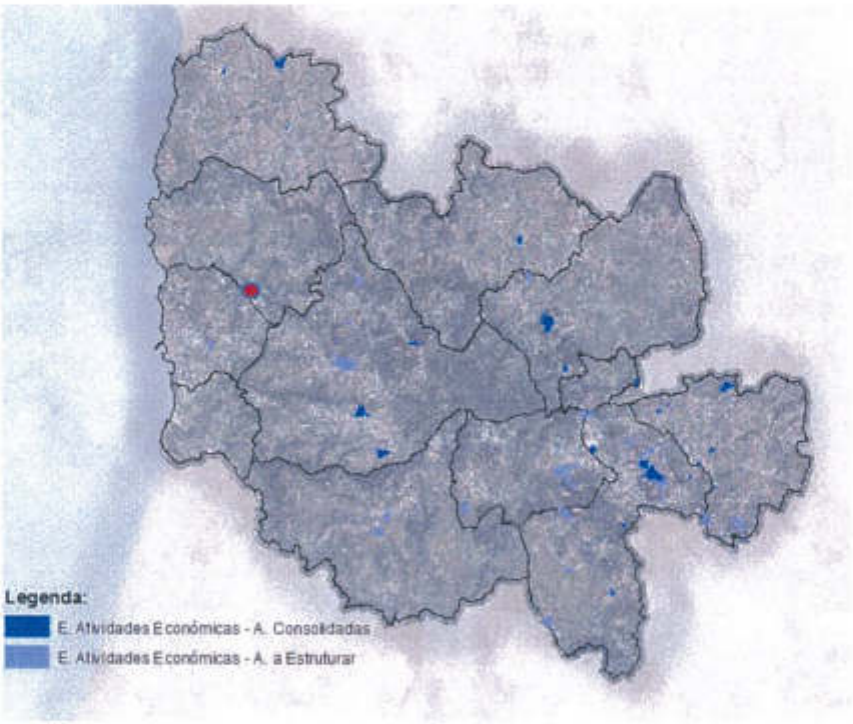


Figura 8 – Planta de localização dos espaços de atividades económicas (consolidados e a estruturar).

Nesse sentido procede-se à avaliação das alternativas seguintes, de modo a justificar as opções tomadas no que respeita à localização deste Espaço de Atividades Económicas na localidade da Carrasqueira:

Alternativa A

No amplo espaço localizado na Carrasqueira de Cima, o fato de se encontrar descomprometido urbanisticamente e considerando a sua localização relativamente às Vilas de Mafra e da Ericeira, constitui uma forte potencialidade para a definição deste espaço como afeto a atividades económicas.

Acresce o facto da Câmara Municipal de Mafra ser proprietária destes terrenos, potencia um beneficio em mais valias que facilitarão a implementação do plano e a execução deste espaço de atividades económicas.

A possibilidade de se construir um espaço a afetar a atividades económicas, enquadrado paisagisticamente com a envolvente, criará uma nova área industrial necessária ao desenvolvimento económico do concelho.

O PPAAEC permitirá à Câmara Municipal estabelecer uma gestão coerente, assegurando a disponibilização de lotes para industria, serviços ou logística e a requalificação de espaços livres e paisagisticamente degradados.

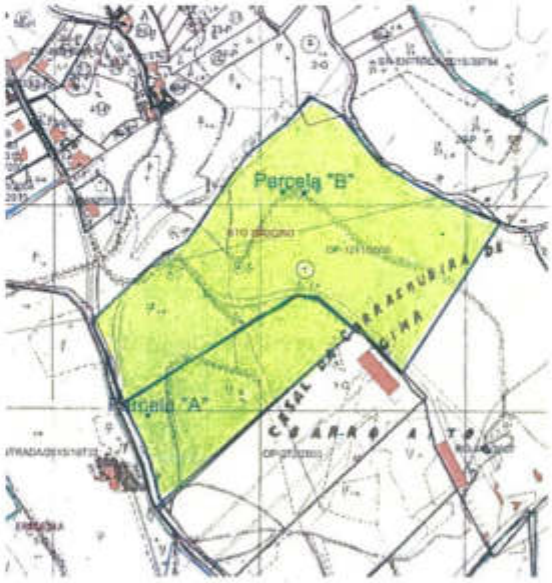


Figura 9 – Enquadramento geográfico de parcelas adquiridas pelo Município de Mafra.

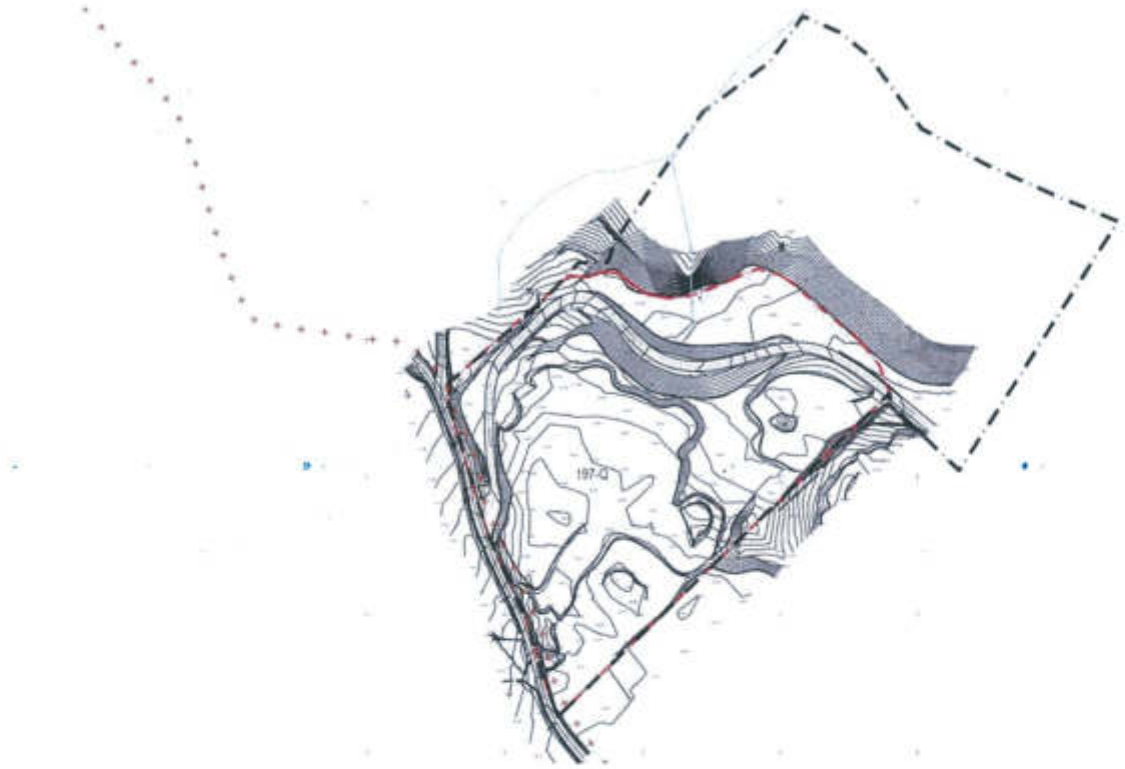


Figura 10 –Cadastro da área do PP.

Alternativa B

Embora a função polarizadora que o Núcleo Empresarial de Mafra (NEM) representa no concelho, este já não consegue dar resposta à procura de novos empreendedores que se queiram instalar. Muitos dos edifícios industriais existentes no NEM, encontram-se desajustados face às suas necessidades físicas, nomeadamente atualização de postos de transformação elétrica, eficiência energética, entre outras fragilidades

Por outro lado, existem algumas empresas que por necessidade de crescimento, procuram ainda no concelho, a sua relocalização. Neste sentido, e não sendo possível essa relocalização na área do NEM, a procura de novos espaços de atividades económicas, no concelho, tem sido um desafio.

Desta forma, o Município de Mafra, como principal dinamizador da economia do concelho, procura encontrar soluções ambientalmente, economicamente e socialmente mais vantajosas, sob pena de empresas existentes com capacidades para crescimento económico e de empregar residentes no concelho, terem que procurar outros municípios para acolhimento.

O NEM deverá ser alvo de um projeto estruturante que organize e melhore as condições do parque empresarial, para que este responda à necessidade dos empresários de atividades afetas a serviços e/ ou

logística. A evolução da área a libertar deverá prosseguir para instalação de empresas de serviços e/ou comércio, que promovam uma dinamização deste núcleo empresarial.

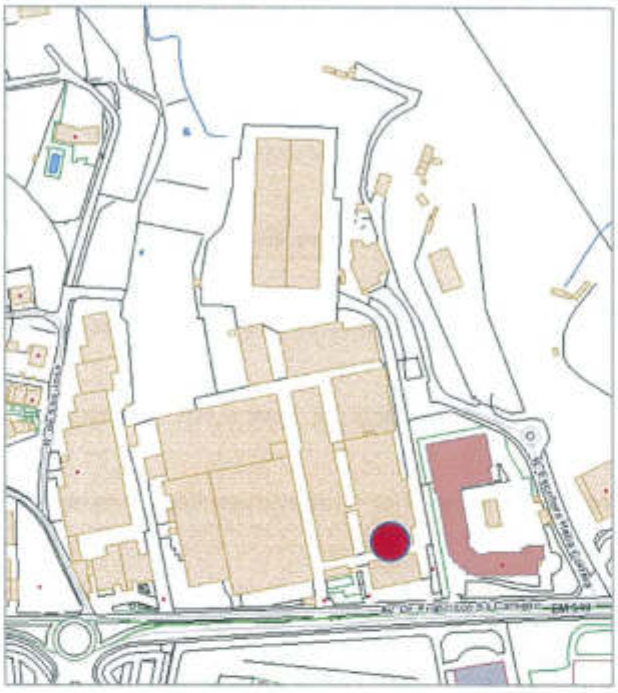


Figura 11 – Enquadramento geográfico do NEM.

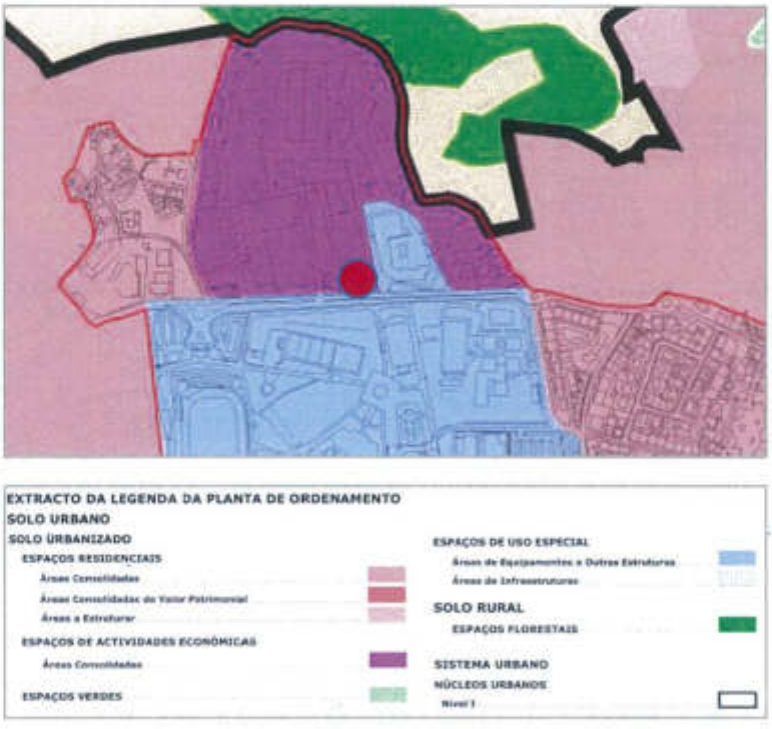


Figura 12 – Extrato da Planta de Ordenamento. Localização da área de atividades económicas a libertar.

Análise Comparativa

Designação	Descrição	Capacidade de receção de novo Espaço de Atividades Económicas
Alternativa A	**Carrasqueira de Cima:** - Com possibilidade para receção de dois lotes que possibilitam a integração de atividades económicas com capacidade de produção industrial, promovendo a instalação de novas empresas e criação de novos postos de emprego. - Com possibilidade de integrar paisagisticamente os lotes propostos; - Proximidade com as Vilas de Mafra e Ericeira, assim como aos núcleos urbanos de Santo Isidoro, Achada, Sobreiro, Caeiros e a aglomerados rurais nas proximidades; - Com possibilidade para beneficiação de eixos e vias rodoviárias de proximidade; - Com possibilidade para beneficiação e passeios pedonais de acesso aos aglomerados rurais e urbanos; - Com possibilidade de dinamização económica dos núcleos urbanos e aglomerados rurais de proximidade; - Com possibilidade de integrar novas formas de eficiência energética no edificado (ex. painéis fotovoltaicos).	**Média/ Elevada**
Alternativa B	**Núcleo Empresarial de Mafra (NEM):** - Com fraca capacidade para receção de novas empresas; - Com reduzida possibilidade de reabilitação e da eficiência energética do edificado; - Com reduzida possibilidade de organização do estacionamento automóvel.	**Fraca**

Quadro 2 – Quadro de alternativas de áreas para receção de atividades económicas.

A criação de um novo Espaço de Atividades Económicas sustenta-se quer na viabilidade económico-financeira (VEF) da transformação do solo, e da demonstração da inexistência de alternativas economicamente mais favoráveis, nomeadamente da inexistência em solo urbano como alternativa económica e com caraterísticas semelhantes.

Os princípios gerais da Lei de Bases da Política Pública dos Solos, de ordenamento do Território e de Urbanismo, no seu artigo 3º, referem a economia e a eficiência, assegurando a utilização racional e eficiente dos recursos naturais e culturais, bem como a sustentabilidade ambiental e financeira.

A demonstração da sustentabilidade económica e financeira, n.º 3, artigo 72º, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, deve integrar:

a) Demonstração da indisponibilidade de solo urbano, na área urbana existente, para a finalidade em concreto, através, designadamente, dos níveis de oferta e procura de solo urbano, com diferenciação tipológica quanto ao uso, e dos fluxos demográficos;

b) Demonstração do impacto da carga urbanística proposta, no sistema de infraestruturas existente, e a previsão dos encargos necessários ao seu reforço, à execução de novas infraestruturas e à respetiva manutenção;

c) Demonstração da viabilidade económico–financeira da proposta, incluindo a identificação dos sujeitos responsáveis pelo financiamento, a demonstração das fontes de financiamento contratualizadas e de investimento público.

Considerando as estratégias alvo da presente avaliação ambiental e os resultados obtidos para os diferentes fatores críticos para a decisão, respetivos critérios e indicadores, apresentados nos pontos seguintes, conclui-se que a proposta de plano mais favorável é a Alternativa A.

De facto, a Alternativa A é particularmente favorável em relação ao FCD3 – Qualidade Ambiental e ao FCD5 – Desenvolvimento Humano e Territorial. Este fator minimiza as interferências das futuras atividades económicas com os núcleos urbanos e aglomerados rurais, para além de não conduzir, à partida, a preocupações adicionais.

No que respeita ao FCD4 – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas, a alternativa A é a que se considera mais favorável, por permitir a integração de sistemas de aproveitamento de energias alternativas (ex. solar), atendendo à globalidade dos indicadores em avaliação.

5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) constitui um macro enquadramento da avaliação, criando um referencial que reúne objetivos ambientais e de sustentabilidade consagrados em políticas, planos e programas internacionais, nacionais, regionais e municipais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Neste contexto, o presente ponto identifica e analisa as referências com relevância para a AAE do PPAAEC, tendo como objetivo avaliar a articulação e correlação entre este plano e os demais instrumentos considerados.

FCD1	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Conservação da Natureza e Biodiversidade	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, 5 setembro
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)	RCM n.º 55/2008, de 7 de maio
	Plano Setorial para a Rede Natura (PSRN)	RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho
	Plano Nacional da Água (PNA)	DL n.º76/2016, de 9 de novembro
	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)	RCM n.º 68/2002, publicado no Diário da República n.º 264, I Série-B, de 8 de abril
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 3 – Quadro de referência estratégico para o FCD1 – Conservação da Natureza e Biodiversidade.

FCD2	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Paisagem	Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)	Despacho 8898/2018, de 20 de setembro
	Convenção Europeia da Paisagem (CEP)	Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 4 – Quadro de referência estratégico para o FCD2 – Paisagem

FCD3	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Qualidade Ambiental	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto
	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)	RCM nº 20/2013, de 10 de abril
	Estratégia Nacional para a Energia (ENE)	RCM n.º 29/2010, de 15 de Abril
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)	RCM nº 56/2015, de 30 de julho
	Plano Nacional da Água (PNA)	DL n.º76/2016, de 9 de novembro
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	RCM n.º 91/2008, de 4 de Junho
	Estratégia Nacional para o Ar (ENA)	RCM n.º 46/2016, de 26 de agosto
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	RCM n.º 113/2005, de 3 de junho
	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste (PBH Ribeiras do Oeste)	2º ciclo (Declaração de Retificação n.º 22-B – DR n.º 222/ 2016, 1º suplemento, Série I de 2016-11-18. RCM nº 52/2016, de 20 de setembro)
	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de água e Saneamento de Águas Residuais (PENAASAR)	Despacho n.º 4385/2015, 30 de abril
	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020)	Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR)	RCM n.º 11-C/2015 - Diário da República n.º 52/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-03-16
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	Resolução do Conselho de Ministros n.º107/2019, de 1 julho
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 5 – Quadro de referência estratégico para o FCD3 – Qualidade Ambiental.

FCD4	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, 5 setembro
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC2020)	RCM nº 56/2015, de 30 de julho
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030	RCM nº 56/2015, de 30 de julho
	Estratégia Local para as Alterações Climáticas para o concelho de Mafra	-
	Plano Nacional da Água (PNA)	DL n.º76/2016, de 9 de novembro
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	RCM n.º 91/2008, de 4 de Junho
	Plano Municipal de Defesa Florestal Contra Incêndios (PMDFCI)	-
	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP)	RCM n.º 160/2017, de 30 de outubro
	Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT)	RCM n.º 68/2002, publicado no Diário da República n.º 264, I Série-B, de 8 de Abril
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)	RCM n.º 92/2008, de 5 de junho
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 6 – Quadro de referência estratégico para o FCD4 – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas.

FCD5	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Desenvolvimento Humano e Territorial	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, 5 setembro
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	RCM n.º 109/2007, de 20 de Agosto
	Plano Nacional Rodoviário 2000 (PRN)	DL n.º 182/2003, de 16 de agosto
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML)	RCM n.º 68/2002, publicado no Diário da República n.º 264, I Série-B, de 8 de Abril
	Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020 (POR2020)	Decisão de Execução da Comissão C (2014) 10186, de 18 de dezembro
	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020)	Decisão da Comissão C(2014) 5513 de 30 de julho
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 7 – Quadro de referência estratégico para o FCD5 – Desenvolvimento Humano e Territorial.

FCD6	Quadro de Referência Estratégico	Diploma
Governança	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Lei n.º 99/2019, 5 setembro
	Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020 (POR)	Conselho Europeu de 17 de junho de 2010
	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020)	Decisão da Comissão C(2014) 5513 de 30 de julho de 2014
	Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM)	Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, na sua atual redação

Quadro 8 – Quadro de referência estratégico para o FCD6 – Governança.

O QRE para a AA do PPAAEC identifica nas orientações de política internacional, nacional, regional e municipal, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente, sustentabilidade e ordenamento.

Neste contexto, os instrumentos com maior relevância para a elaboração deste plano são apresentados no Quadro seguinte, sendo identificados aqueles que são aplicáveis ao plano, para cada um dos FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento.

A relação entre o QRE e os objetivos do PPAAEC será detalhada individualmente por cada um dos FCD, nos pontos seguintes.

FCD	ENDS	ENCNB	PSRN	PNPOT	PNA	PNAP	CEP	PNAEE	ENE	ENAAC	PNAC	PNAAS	ENA	PNUEA	PBH Ribeiras do Oeste	PROTAML	PENAASAR	PERSU	PDM MAFRA	PNGR	PROF LVT	PMDFCI	ENPCP	PNR	PORLISBOA	COMPETE2020	RNC2050
Conservação da natureza e biodiversidade	●	●	●	●	●	◐	◐	◐	○	◐	◐	◐	○	○	◐	●	○	○	●	○	●	◐	○	○	○	○	◐
Paisagem	◐	◐	○	◐	◐	●	●	◐	○	◐	◐	○	○	○	◐	◐	○	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○
Qualidade Ambiental	●	◐	○	◐	●	◐	◐	●	●	●	◐	●	●	●	●	○	●	●	●	●	○	○	○	◐	○	○	●
Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	●	◐	◐	●	●	○	○	◐	◐	●	●	●	◐	◐	◐	●	◐	◐	●	◐	●	●	●	◐	○	○	●
Desenvolvimento Humano e Territorial	●	○	◐	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	●	○	○	●	○	◐	○	○	●	●	●	○
Governança	○	○	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	●	○	○	○	○	○	●	●	○

● - Ligação Forte; ◐ - Ligação Média; ○ - Ligação Fraca

Quadro 9 – Relevância do QRE por FCD.

6. FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO

A determinação dos FCD relevantes para a proposta do plano é orientada pelos fatores ambientais indicados no quadro legislativo da AAE, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido, ou implicado, pelo plano, conjugada com o conhecimento das opções e objetivos estratégicos definidos pelo mesmo.

Os FCD são determinados através do estabelecimento de prioridades, implicando uma interpretação técnica, mas sobretudo diálogos com os agentes relevantes, a fim de considerar diferentes pontos de vista e questões de maior relevância.



Figura 13 – Estrutura de identificação dos FCD, através de diálogos.

A identificação dos FCD segue o esquema representado na Figura 13, onde se pretende iniciar um diálogo coletivo sobre uma visão e os objetivos estratégicos, considerar as principais problemáticas e potencialidades e identificar as prioridades para determinar fatores de sucesso, e por fim estabelecer os FCD.

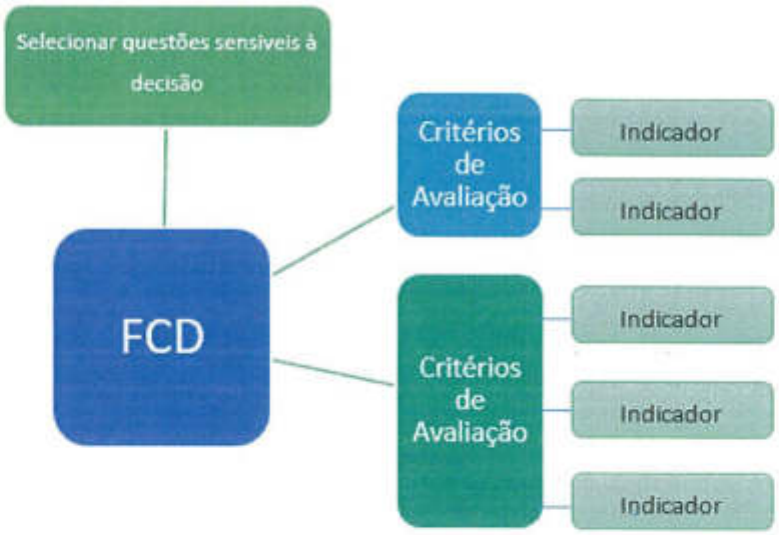


Figura 14 – Estrutura de avaliação e indicadores por FCD.

Da análise das relações de convergência expressas no Quadro 10, e da integração dos Fatores Ambientais relevantes para a área de incidência da proposta de plano, resultou a determinação dos Fatores Críticos de Decisão. Assim, para a proposta de PPAAEC foram definidos os seguintes FCD:

1. **Conservação da Natureza e Biodiversidade**
2. **Paisagem**
3. **Qualidade Ambiental**
4. **Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas**
5. **Desenvolvimento Humano e Territorial**
6. **Governança**

Fatores Críticos para a Decisão	QAS relevantes para o Plano	QA definidos na Lei
FCD1 Conservação da Natureza e Biodiversidade	Gestão de Recursos Ambientais; Energia; Património Cultural	Solo; Água; Atmosfera Biodiversidade Património Cultural; Paisagem
FCD2 Paisagem	Alterações climáticas	Fatores Climáticos; Paisagem
FCD3 Qualidade Ambiental	Qualidade do Ambiente	Solo; Água; Atmosfera Biodiversidade Fauna; Flora Saúde Humana
FCD4 Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	Alterações Climáticas; População e Saúde	Bens Materiais Saúde Humana Solo; Água; Atmosfera Biodiversidade Fauna; Flora
FCD5 Desenvolvimento Humano e Territorial	Alterações Climáticas; População e Saúde	Bens Materiais Saúde Humana Solo; Água Património cultural
FCD6 Governança	População	-

Quadro 10 – Relação entre FCD e os QAS relevantes para o plano e os QA definidos na lei.

FCD / FA	FCD1	FCD2	FCD3	FCD4	FCD5	FCD6
Biodiversidade	X	X		X		X
População			X	X	X	X
Saúde Humana			X	X	X	X
Fauna	X			X		X
Flora	X			X		X
Solo	X		X	X		X
Água	X		X	X		X
Atmosfera		X	X	X		X
Fatores Climáticos		X		X	X	X
Bens materiais				X	X	X
Estrutura Ecológica	X	X			X	X

Quadro 11 – Relação entre os FA estabelecidos no artigo 6.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, e os FCD.

O Quadro 12 revela a relação dos Fatores Ambientais (FA) aos FCD determinados na AAE da proposta de plano, refletindo o âmbito da sua análise.

Desta forma, os FA relacionados com a biodiversidade, fauna, flora, solo, recursos hídricos e estrutura ecológica serão considerados na análise do FCD1 **"Conservação da Natureza e Biodiversidade"**. No FCD2 **"Paisagem"** serão considerados os FA biodiversidade, fauna, flora, água, solo, atmosfera, fatores climáticos e estrutura ecológica. Por outro lado, os FA população, saúde humana, solo, recursos hídricos, atmosfera serão considerados na abordagem ao FCD3 **"Qualidade Ambiental"**. A acrescentar a estes, serão ainda analisados todos os fatores climáticos aquando da avaliação do FCD4 **"Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas"**. No FCD5 **"Desenvolvimento Humano e Territorial"**, serão tidos em consideração os FA referentes aos fatores climáticos, estrutura ecológica, bens materiais, população e saúde humana. Sendo que para o FCD6 **"Governança"** serão tidos em consideração todos os fatores ambientais.

Conseguir o foco é uma condição fundamental e uma prioridade na avaliação estratégica. A AAE lida com sistemas complexos e precisa de gerir essa complexidade para garantir resultados viáveis e eficazes. A teoria da complexidade sugere que é necessário um forte foco e estruturação, assim como flexibilidade, evitando excesso de dados, sendo a descrição dos FCD (quadro 12), de extrema relevância.

Idealmente, por forma a não perder o foco estratégico, os critérios de avaliação devem ser limitados a dois por FCD, e os indicadores a dois ou três por critério de avaliação (quadro 13).

Fatores Críticos para a Decisão	Descrição
FCD1 Conservação da Natureza e Biodiversidade	Atende aos aspetos relacionados com a integridade da conservação dos ecossistemas e restantes valores naturais associados, e à forma como os recursos naturais são chamados a contribuir para a valorização do território
FCD2 Paisagem	Atende à análise dos aspetos relacionados com a qualidade da paisagem.
FCD3 Qualidade Ambiental	Atende à análise dos aspetos relacionados com a integridade da qualidade física do ambiente, tendo em conta a salvaguarda da saúde humana das populações
FCD4 Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	Refere-se aos possíveis riscos que poderão surgir, assim como a prevenção e a adaptação a eventuais fenómenos resultantes das alterações climáticas.
FCD5 Desenvolvimento Humano e Territorial	Refere-se à organização espacial do território e à forma como esta é capaz de estabelecer equilíbrios, integradores e respeitadores, entre o modelo de ocupação urbana e os sistemas biofísico, ambiental e paisagístico. Pretende ainda contribuir para o fortalecimento económico e social do município, com vista a fomentar lugares atrativos e socialmente coesos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do concelho.
FCD6 Governança	Atende à relação da autarquia com os cidadãos, instituições e agentes de desenvolvimento em geral, com vista a promover um desenvolvimento alicerçado num planeamento participativo que aborde aspetos determinantes para garantir padrões de qualidade de vida, qualidade ambiental e de competitividade.

Quadro 12 – Descrição dos FCD.

Fatores Críticos para a Decisão	Objetivos de sustentabilidade	Domínio de Avaliação	Critérios de Avaliação	Indicadores	Diretrizes de Monitorização	Valores de Referência	Metas	Unidades	Fonte
FCD1 - Conservação da Natureza e Biodiversidade	Controlar a proliferação de espécies invasoras; Recuperar situações de passivo ambiental; Favorecer o contínuo Natural de suporte biofísico; Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos; Promover a gestão das áreas de proximidade ao PP	Biodiversidade	Avalia as áreas com biodiversidade vegetal	Espécies com estatuto de invasoras	Monitorizar e Valorizar o património vegetal	0,38	0	ha	CMM
		Recursos Hídricos	Avalia o estado físico-químico da linha de água adjacente ao PP	Estado das águas superficiais	Monitorizar os parâmetros físico-químicos das águas de superfície adjacente à área do PP	0	Parâmetros legais	Parâmetros legais	CMM
		Geologia e Solos	Avaliar o grau de impermeabilização do solo	Taxa de impermeabilização do solo	Monitoriza o estado de permeabilização do solo	Parcela 1=85,69%; Parcela 2=83,13%; Parcela3=23,17%	Parcela 1<85,69%; Parcela 2<83,13%; Parcela3<23,17%	%	CMM
		Estrutura Ecológica	Avaliar as áreas com espaços verdes	área de espaços verdes de enquadramento	Monitorizar o contínuo natural através da inclusão da área do plano na Estrutura Ecológica Municipal	0	Parcela 1=14,31%; Parcela 2=16,87%; Parcela3=76,83%	%	CMM
FCD2- Paisagem	Contribuir para a integração paisagística dos edifícios industriais	Estrutura Ecológica	Avaliar o enquadramento paisagístico dos edifícios industriais	Alinhamentos arbóreos concretizados	Monitorização enquadramento paisagístico e estético da integração dos Edifícios	0	Plano de Execução	N.º	CMM
FCD3 - Qualidade Ambiental	Promover uma política adequada de Gestão de Resíduos; Garantir a proteção dos recursos hídricos; Garantir os serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano; Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	Resíduos	Avaliar o destino final dos resíduos sólidos produzidos na área do plano	Produção de resíduos sólidos urbanos (seletivamente)	Monitorizar o destino final dos resíduos Sólidos produzidos	0	Plano de Execução	Ton	CMM
		Água	Avaliar as perdas de água no sistema de abastecimento de água	Perdas de águas nas condutas	Monitorizar as perdas e fugas de água	0	0	M^3	CMM
			Avaliar o consumo de água	Consumo de água	Monitorizar a forma como o plano gere os recursos hídricos	0	Plano de Execução	m3	CMM
	Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem estar das populações	Ruído	Avaliar os níveis de monitorização sonora	Área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis	Monitorizar os níveis de ruído produzidos dentro da área do PP	Parcela 1: Ld=61; Le=68; Ln=54; Lden<62	Lden<65dB (A)	dB	CMM

				sonoros superiores aos valores limite		Parcela 2: Ld=45; Le=41; Ln=41; Lden<48			
	Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública; Contribuir para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa	Ar	Avaliar os níveis de Poluição atmosférica / Contaminação do ar e cumprimento dos requisitos legais	Emissão de gases com efeito de estufa	Monitorizar os gases com efeito de estufa dentro da área do PP	0	<Limites máximos	t/km2	CMM
			Avaliar os níveis de satisfação da população relativamente à qualidade ambiental	Queixas da população relativamente à qualidade do ar	Monitoriza a satisfação da população	0	0	N.º	CMM
	Promover o aumento da eficiência energética	Energia	Avaliação da matriz Energética	Consumo de energia (por tipo de consumo)	Monitorizar a matriz energética	0	Consumos anuais	kW	EDP
FCD4 - Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas	Prevenir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais	Incêndios	Avaliar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios	Ações de sensibilização com certificação "incêndios"	Monitorizar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios	0	Relatório anual do Plano	N.º	Proteção Civil
	- Aumentar os níveis de proteção do solo - Minimizar a ocorrência de acidentes geomorfológicos	Movimentação de vertentes	Avalia as condições técnicas de estabilidade na implantação do PP	Área edificada em zona de risco de movimentos de vertente	Monitorizar os possíveis eventos de erosão	0	0	ha	CMM
	Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Sismicidade	Avalia a preparação dos colaboradores da área do PP para eventual sismo	Ações de sensibilização "sismos"	Estabelecer medidas de sensibilização para a ocorrência de Sismos	0	Relatório anual do Plano	N.º	CMM
	-Prevenir a ocorrência de derrames para o solo e para os recursos hídricos -Prevenir a ocorrência de situações de explosão -Prevenir a proteção de pessoas e bens	Acidentes Industriais	Prevenção de acidentes graves	Ações de sensibilização "acidentes industriais"	Prevenir a ocorrência de acidentes graves	0	Relatório anual do Plano	N.º	CMM
FCD5 - Desenvolvimento Humano e Territorial	- Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território	Ordenamento do território	Acessibilidades e Mobilidade	Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos	Monitorizar o número de utilizadores da rede de transportes públicos	0	Relatório anual do Plano	N.º	CMM

	- Promover um correto ordenamento biofisico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes - Garantir a mobilidade para todos								
	- Aumentar a competitividade e atratividade do municipio no contexto regional	Competitividade e desenvolvimento económico	Desenvolvimento Económico	Comercio Internacional- Exportações (€)	Monitorizar a dinâmica económica do Plano	0	Relatório anual do Plano	€	CMM
	- Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional		Emprego	Postos de trabalho criados na área do PP	Monitorizar a criação de postos de trabalho	0	Relatório anual do Plano	N.º	CMM
	Melhorar a eficiencia da circulação viária e pedonal no perimetro da área do PP			Qualificações profissionais de formação superior	Monitorizar a formação dos empregados com formação superior	0	Relatório anual do Plano	%	CMM
	Assegurar as deslocações em meios de transporte coletivos			Qualificações profissionais de formação técnica	Monitorizar a formação dos empregados com formação técnica	0	Relatório anual do Plano	%	
FCD6 - Governança	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	Governança	Agentes locais envolvidos	Agentes envolvidos (internos/externos)	Monitorizar os Agentes locais envolvidos	11	Relatório anual do Plano	n.º	CMM
			Fontes de informação	Locais com informação disponivel sobre a área do PP	Monitorizar as Fontes de informação	3	Relatório anual do Plano	n.º	CMM
			Envolvimento da comunidade	Participação em consultas públicas	Monitdrizar o envolvimento da Comunidade	ver resultados da Discussão Pública	Relatório anual do Plano	n.º	CMM

Quadro 13 – Quadro Resumo.

7. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRITICO PARA A DECISÃO

Conforme o exposto no Relatório da Definição do Âmbito e Alcance da AAE, e abordado detalhadamente no capítulo referente à metodologia do presente Relatório Ambiental, a determinação dos FCD resultou numa primeira fase da interação entre os objetivos do QRE preconizado e as Opções Estratégicas definidas na proposta de PPAAEC. Da integração das relações existentes entre os objetivos referidos anteriormente e os FA considerados mais relevantes para a presente AAE, resultaram os FCD que reúnem os aspetos de ambiente e de sustentabilidade mais significativos e que servirão de base para a tomada de decisão.

7.1. Fator Crítico para a Decisão – Conservação da Natureza e Biodiversidade

7.1.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos

A execução de um PP assenta em opções de natureza estratégica, que deverão ser suportadas pelas orientações de instrumentos de referência estratégica (QRE), que refletem as indicações de um conjunto de políticas sectoriais de âmbito nacional, regional e municipal, e cuja implementação local deve constituir um desígnio de sustentabilidade municipal. Neste contexto, para a conservação e valorização da biodiversidade, e do património natural, interessa focar estrategicamente a avaliação num conjunto de matérias consideradas significativas para a prossecução das políticas de natureza ambiental, com particular incidência nas de conservação da biodiversidade, tomando em consideração os valores naturais mais significativos presentes no território municipal e o seu enquadramento no contexto mais pormenorizado. Assim, definiram-se vários domínios de avaliação para o FCD1 em análise **"Conservação da Natureza e Biodiversidade"** (Quadro 13), para os quais se apresentam os respetivos objetivos de sustentabilidade que surgem enquadrados nas orientações e objetivos estratégicos definidos nos diversos instrumentos que constituem o QRE.

A importância dos valores naturais e biodiversidade presentes no concelho de Mafra encontra-se patente no Relatório de Caracterização dos Valores Naturais, que acompanham a revisão do PDM[4]. De acordo com o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de junho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro), que estabelece o regime jurídico da **"conservação da natureza e da biodiversidade"**, a política de conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos. O concelho de Mafra constitui-se como um território que apresenta um vasto e rico património natural, designadamente pela presença dos elementos naturais que integram a Rede Natura e outras áreas que embora não integrem áreas classificadas, apresentam especial interesse para conservação.

No âmbito do presente FCD1 pretende-se realizar uma análise de natureza estratégica, promovendo a avaliação dos impactes decorrentes das opções estratégicas preconizadas no plano em domínios considerados pertinentes para a proteção e valorização do património natural e Paisagístico de acordo com critérios de sustentabilidade determinados, nomeadamente com base nas orientações dos instrumentos de referência estratégica.

Neste contexto, definem-se os domínios de avaliação para o FCD1, os respetivos critérios de avaliação, seguidos dos indicadores que expressam o nível de pormenorização da análise estratégica a efetuar, e mediante o reconhecimento da natureza de informação disponível.

[4] PDM Mafra, 2015

Constitui objetivo de análise no presente FCD1 a avaliação dos impactes de natureza estratégica decorrentes da execução das opções do PPPAAEC sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para a conservação e valorização do património natural do território em causa, designadamente: conservação da natureza e da biodiversidade.

No âmbito do FCD1 pretende-se efetuar um diagnóstico da situação atual dos valores naturais, com significativo valor para a conservação da natureza e da biodiversidade, no município de Mafra, e com especial foco na área abrangida pelo plano. É igualmente objetivo da AAE analisar as oportunidades e os riscos sobre os valores naturais identificados que poderão decorrer da aplicação da proposta.

7.1.2. Situação Existente

Neste ponto, no âmbito do presente FCD – Conservação da Natureza e Biodiversidade, e tendo por base os indicadores definidos, bem como as considerações/ sugestões apresentadas pelas ERAE, em sede de consulta relatório do âmbito, promove-se uma caraterização da situação atual do território da área do plano, efetuando-se igualmente uma avaliação de tendências relativa a cada um dos domínios de análise propostos.

Análise Biofísica

Hipsometria

A análise da Hipsometria, representada na Figura 14, visa compreender o desenvolvimento em termos de altitude da área de plano de pormenor. A distribuição e o recorte dos limites das classes hipsométricas permitem perceber a fisiografia do terreno, nomeadamente a localização e encaixe das principais linhas de água.

Localizada num cabeço, apresenta na Peça Desenhada- 04A, cerca de 22% de áreas localizadas entre as cotas 125m e 150m de atitude, e 78% de área entre as cotas 100m e 125m.

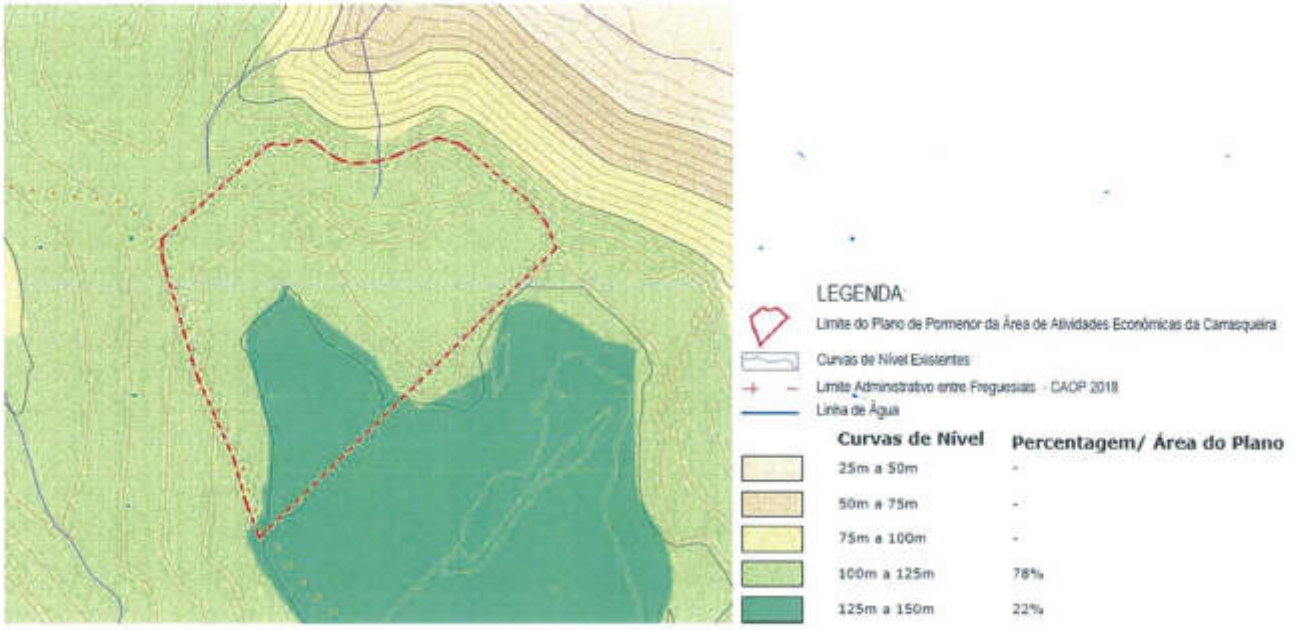


Figura 15 – Planta de Situação Existente do PPAAEC – Hipsometria

Exposição Solar

As áreas de exposição solar na área do PP, visam analisar o potencial solar na área do Plano, constituindo um auxiliar para a avaliação de aptidões, potencialidades e condicionalismos relativamente à preservação dos valores naturais e à implementação de atividades humanas.

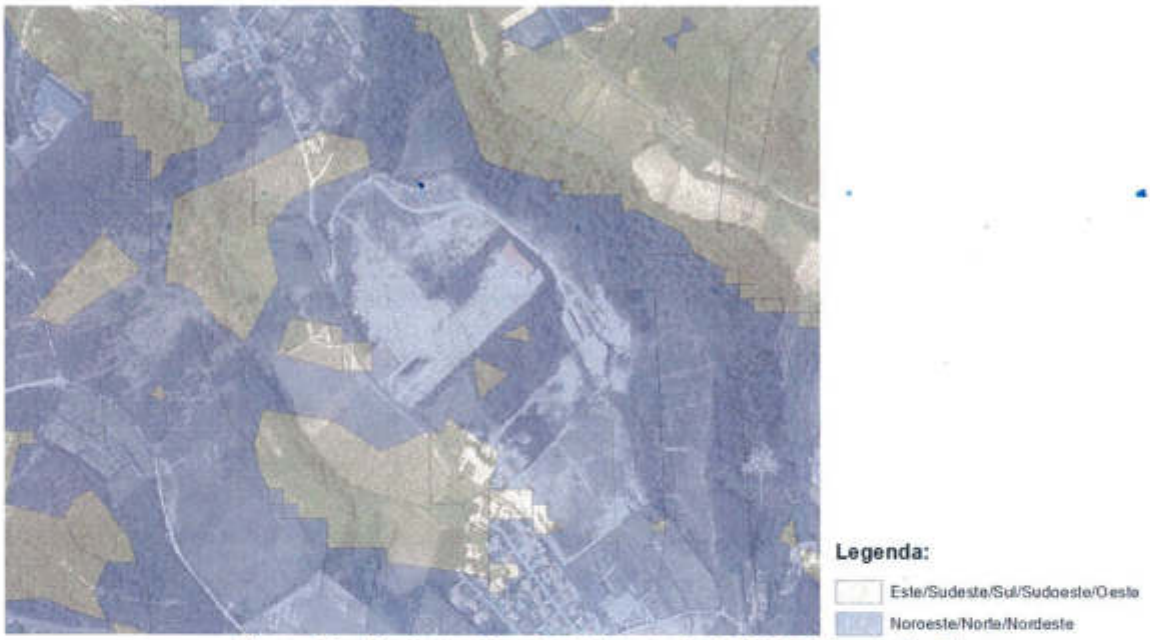


Figura 16 – Planta de Situação Existente do PPAAEC –Exposição Solar

Uso do Solo

A área de intervenção do PP corresponde a um espaço bastante artificializado, composto maioritariamente por áreas afetas a extração de inertes (98,54%), integrando, de acordo com o levantamento cartográfico existente, algumas áreas de agricultura de sequeiro (1,45%).

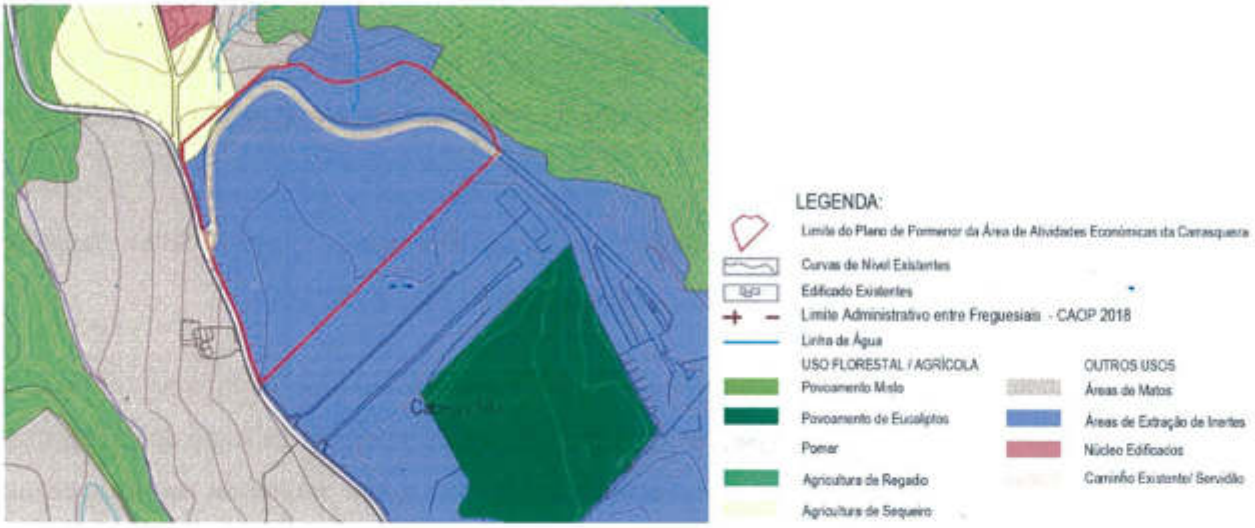


Figura 17 – Carta de uso do solo do PPAAEC.

Geologia e Solos

Tratando-se de uma área que foi alvo de exploração de massas minerais, ao longo de diversos anos, apresentando-se ao abandono pelo que se consegue apurar da observação das Cartas Militares e Ortofotomapas, desde 1992, assumindo-se que a partir desta data a área não apresentou mais nenhum interessado na exploração de recursos geológicos. Assim como, de acordo com o parecer do LNEG, não dispõe de informação que indique a existência de recursos geológicos com interesse económico relevante na área em causa. Neste sentido, não se optou por uma estratégia de desenvolvimento assente no aproveitamento sustentável desses recursos.

Os solos que ocorrem na área de implantação do Plano são, de acordo com a Carta de Solos, classificados como solos litólicos de arenitos, associados a solos calcários, pardos (figura 18).

Os solos calcários, maioritariamente pardos, são solos de natureza calcária, de calcários pouco compactos, margas e de arenitos calcários finos, com percentagem variável de carbonatados ao longo do seu perfil, sem possuir características próprias dos barros. Estes solos ocupam a quase totalidade da área do plano apresentando algumas manchas de depósitos de areias, ocorrendo normalmente em zonas planas ou de declive moderado, húmidas e de altitude.



Figura 18 – Extrato da Carta de Solos e visita de campo ao PPAAEC. Situação Existente. Fonte: CMM (11/04/2019)

Biodiversidade

O PP não coloca em causa nenhuma área de valores naturais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, nem interfere com áreas classificadas nem em Regime Florestal. De acordo com a ocupação atual do solo, não existem habitats constantes dos anexos do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, conforme Planta de Ordenamento_1C.

A ocorrência de espécies vegetais não indígenas invasoras é reconhecida como um problema genérico das áreas de solo degradado e abandonadas. De acordo com o ICNF, *"a introdução de espécies invasoras é considerada uma das principais causas de perda de biodiversidade, contrariando o equívoco generalizado de que a um maior número de espécies na natureza corresponde uma maior diversidade biológica. É ainda responsável por consequências a nível económico e de saúde pública"*.

Face à gravidade desta questão, estão previstas medidas de prevenção e avaliação do risco ecológico, mitigação dos impactos e controlo das espécies não indígenas invasoras". Conforme definido na alínea o) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de dezembro, caracteriza-se como espécie invasora a "espécie suscetível de, por si própria, ocupar o território de uma forma excessiva, em área ou em número de indivíduos, provocando uma modificação significativa nos ecossistemas".



Figura 19– Visita de campo ao PPAAEC. Situação Existente. Fonte: CMM (11/04/2019)

Em consequência do abandono da área de exploração de massas minerais, e desqualificação da área em questão promoveu a expansão de plantas invasoras, como a espécie *Cortaderia selloana*. Esta, também conhecida por cortaderia, tem vindo a proliferar na área do PP, apresentando atualmente cerca de 0,38ha. As sementes são facilmente libertadas e germinam muito rapidamente, pelo que formam bosquetes densos e

impenetráveis, reduzindo a riqueza específica nativa, afetando a vida selvagem, reduzindo a biodiversidade da envolvente e colocando em risco o desenvolvimento das espécies autóctones que se possam vir a instalar.

Recursos Hídricos

A Carta Hidrográfica foi elaborada com base na cartografia militar existente à escala 1/25 000, a partir da qual foram marcadas as linhas de água com maior expressão no território.

Esta rede hidrográfica é caracterizada maioritariamente por cursos de água perenes e intermitentes, evidenciados pela toponímia do local, no que diz respeito às ribeiras. A maioria dos cursos de água são de regime torrencial, e se a este facto se juntar que se desenvolve sobre as linhas de maior declive, obtêm-se um volume e uma velocidade do escoamento muito elevada o que provoca a erosão dos leitos.

Relativamente à rede Hidrográfica existente na área do PP, é praticamente residual, resultado de um gradual recuo da mesma por motivos de utilização para usos de indústria extrativa, como demonstra a evolução do recuo nos ortofotomapas entre os anos de 1999 e 2017 (figura 21) e ainda através da análise às Cartas Militares do ano 1992 e 2009, provavelmente na sequência do uso intensivo de extração de inertes.



Figura 20– Rede Hidrográfica na área do PP.



Figura 21– Evolução da rede Hidrográfica na área do PP (ortofotomapas).

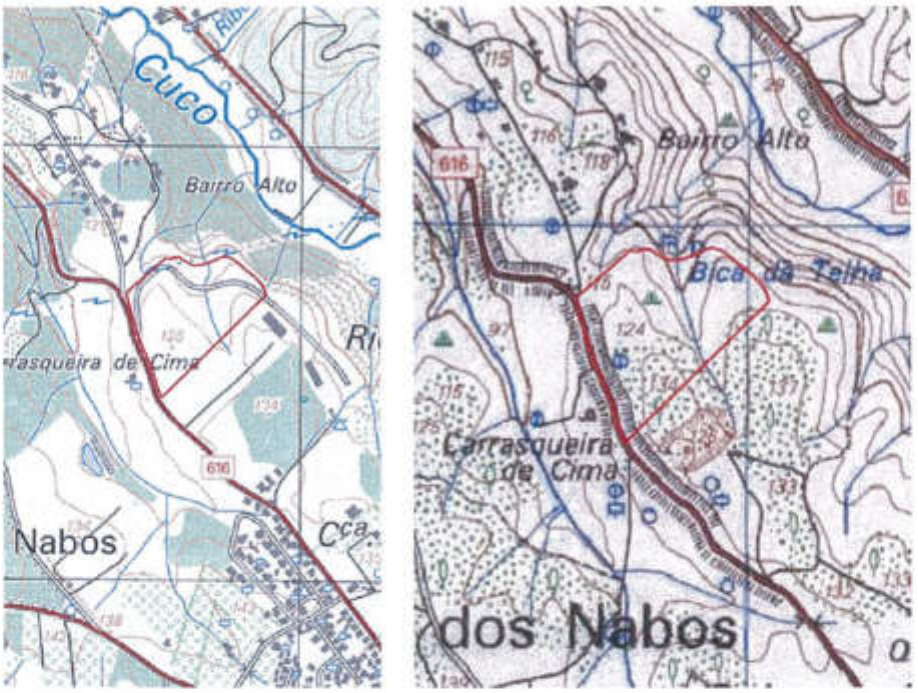


Figura 22– Evolução da rede Hidrográfica na área do PP (Cartas Militares).

Estrutura Ecológica

Apesar do terreno em causa não se inserir em área classificada (de acordo com o DL n.º 142/2008, de 24 de julho), foi verificado em trabalho de campo as características da área envolvente referentes à conservação da natureza e biodiversidade (figura 23).

Relativamente ao enquadramento no Plano Regional de Ordenamento Florestal da LVT (Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro), a área do plano em causa insere-se na sub-região homogénea Região Saloia, não se tratando, no entanto, de espaço florestal. No entanto, a área do plano insere-se em "corredor ecológico", cujo objetivo é promover e salvaguardar a conexão entre as áreas florestais dispersas e áreas de importância ecológica, favorecendo o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade.

O presente plano propõe a continuidade da Estrutura Ecológica Municipal (figura 24), através da introdução de alinhamentos de alinhamentos e maciços de vegetação arbórea e arbustiva autóctone, contribuindo para o continuo natural da área do plano e para a estrutura verde municipal.



Figura 23– Vista geral da área do PP. Fonte: CMM (11/04/2019).



Figura 24 – Extrato da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal.

Na área do Plano, não se verificam espaços verdes que promovam a continuidade da Estrutura Ecológica, pelo que neste critério de avaliação, se considera a área desqualificada em termos paisagísticos.

7.1.3. Análise de Tendências

A presente análise de tendências (decorrente da obrigação legal, conforme alínea b), n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação, tem em consideração a evolução provável do estado da Conservação da Natureza e Biodiversidade na ausência da proposta de plano.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de criação do plano de pormenor.

Critérios	Descrição	Indicadores	Tendência de evolução sem o PP
Biodiversidade	Avaliar a promoção da recuperação e proteção da Biodiversidade e a promoção dos serviços ligados aos ecossistemas	Espécies com estatuto de invasoras (ha)	↗
Geologia e Solos	Avaliar a taxa de impermeabilização do solo	Taxa de impermeabilização do solo das Parcelas (%)	↘
Recursos Hídricos	Avaliar a forma como o plano gere os recursos hídricos	Estado das águas superficiais	↘
Estrutura Ecológica	Promover o contínuo natural através da inclusão da área do plano na Estrutura Ecológica Municipal	Espaços Verdes de Enquadramento (%)	↘

Quadro 14 – Análise de tendências de evolução para o FCD1.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

Após a análise do FCD1, efetua-se a análise SWOT de forma a entender as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças ao desenvolvimento e execução deste plano associadas ao fator em questão, que permite aferir as condições de base que sustentam esta aposta de desenvolvimento do Município de Mafra (Quadro 15).

Forças:	Fraquezas:
• Área envolvente potenciada pela ocorrência de valores ecológicos e paisagísticos • Qualificação do território e preservação dos Recursos naturais existentes. •	• Falta de gestão adequada dos valores ecológicos presentes na área adjacente ao Plano de Pormenor
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Enquadramento privilegiado em termos paisagísticos do Plano de Pormenor	• Expansão de vegetação invasora • Fragmentação da paisagem como consequência de transformações de ordem ecológica (como perda de diversidade biológica) e degradação da qualidade visual e estética da paisagem.

Quadro 15 – Análise SWOT para o FCD1.

7.1.4. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Indicadores Definidos para o FCD1

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes). Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD1, sistematizados no Quadro 16.

Domínios	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Biodiversidade	Espécies com estatuto de invasoras (ha)	Considera-se que a Presente proposta de Plano favorece a eliminação e controlo de espécies com estatuto de invasoras na área do PP.	-
Geologia e Solos	Taxa de impermeabilização do solo das Parcelas (%)	-	Considera-se que a presente proposta de Plano contribui para a impermeabilização do solo. No entanto, encontra-se previsto de taxas de impermeabilização o seguinte: Parcela 1 (85,69%), Parcela 2 (83,13%) e Parcela 3 (23,17%). No entanto será proposto em Proposta de Execução a utilização de materiais considerados mais sustentáveis e permeáveis, que irão permitir a diminuição das taxas de impermeabilização.
Recursos Hídricos	Estado das águas superficiais	Considera-se que a Presente proposta de Plano irá promover a recolha de águas pluviais.	-
Estrutura Ecológica	Espaços Verdes de Enquadramento (%)	A presente proposta de Plano irá favorecer a continuidade da Estrutura Ecológica Municipal, permitindo aumentar a área de espaços verdes de enquadramento	-

Quadro 16 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD1.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

Neste ponto será promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pelo plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos definidos e mais concretamente no seu regulamento, de modo a dar cumprimento aos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no QRE.

Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo converge positivamente (+) (criando oportunidades), é indiferente (0), ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do QRE definidos para a presente proposta de plano e com afinidade com o FCD1 (Quadro 17).

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Conservação da Natureza e Biodiversidade
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	+	A proposta de plano reconhece a importância da conservação e valorização da biodiversidade e do património natural no modelo estratégico de desenvolvimento proposto, uma vez que contempla, o objetivo Estratégico 1 "Salvaguarda e Promoção do Património Natural". Neste contexto, a proposta de plano encontra-se em consonância com os objetivos emanados do PNPOT e da ENDS relativamente a esta matéria.
ENDS	Melhor ambiente e Valorização do Património - Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação.	+	
ENCNB	Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social	+	Considera-se que a proposta de plano garante a prossecução dos objetivos da ENCNB
PNA	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados	+	É reconhecida a preocupação com a proteção do meio hídrico na proposta de plano, impondo a observância das disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, designadamente nos Recursos Hídricos.
PSRN 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo	+	Embora a área de plano não coincida com áreas sensíveis de ZPE e Sítios, considera-se importante a prossecução com os objetivos do plano.

Quadro 17 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD1.

7.1.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a biodiversidade e a conservação da natureza serão afetadas com a implementação da proposta de plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de plano.

Oportunidades	Ameaças
• Controlo da degradação e erosão do solo. • Recuperação da área degradada existente através da introdução de novos espaços verdes.	• Risco de degradação paisagística e ambiental. • Risco de degradação e erosão do solo e consequente possibilidade de movimentação de massas de solo em vertentes.

Quadro 18 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD1.

7.1.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de plano, no que respeita à Conservação da Natureza e à Biodiversidade.

Apresentam-se as seguintes recomendações:

- Considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade ecológica do plano;
- Definição e obrigação de cumprimento de regras de boa conduta que preservem os recursos naturais por forma a não comprometer a qualidade, a viabilidade e a sustentabilidade desses recursos;
- Monitorizar e controlar as espécies vegetais não indígenas invasoras, na área do plano e zonas de proximidade com valor ecológico, através de um Programa Anual de Monitorização para Aferição da Evolução da Distribuição das Espécies na área do plano.
- Condicionar operações de desmatação, tendo em conta as necessidades de conservação dos valores naturais.

7.2. Fator Crítico para a Decisão – Paisagem

7.2.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos

No contexto da paisagem interessa focar estrategicamente a avaliação num conjunto de matérias consideradas significativas para a prossecução das políticas de natureza paisagística, com particular incidência na qualidade da arquitetura e da paisagem, tendo em consideração os valores naturais e culturais mais significativos presentes no território municipal.

Para tal, definiu-se o critério de avaliação para o Fator Crítico de Decisão em análise "Paisagem" (Quadro 22), para o qual se apresentam os respetivos objetivos de sustentabilidade que surgem enquadrados nas orientações e objetivos estratégicos definidos nos diversos instrumentos que constituem o QRE.

Domínio	Objetivos de Sustentabilidade
Paisagem	-Contribuir para a integração paisagística dos edifícios industriais

Quadro 19 – Objetivos de sustentabilidade para o FCD2.

No Quadro 19, definem-se os domínios de avaliação para o FCD "Paisagem", os respetivos critérios de avaliação, seguidos dos indicadores que expressam o nível de pormenorização da análise estratégica a efetuar, mediante o reconhecimento da natureza de informação disponível.

Constitui objetivo de análise no presente FCD2, a avaliação dos impactes de natureza estratégica decorrentes da execução das opções do Plano de Pormenor sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para a conservação e valorização do património natural do território em causa.

No âmbito do presente FCD2, pretende-se efetuar um diagnóstico da situação atual da Qualidade da Paisagem, no município de Mafra com especial enfoque na área abrangida pelo Plano.

É igualmente objetivo da AAE analisar as oportunidades e riscos sobre os valores naturais identificados que poderão decorrer da aplicação da proposta.

7.2.2. Situação Existente

Neste capítulo, no âmbito do presente FCD2, tendo por base os indicadores definidos, bem como as considerações/sugestões apresentadas pelas ERAE, em sede de consulta, promove-se uma caraterização da situação atual do território da área do Plano, efetuando-se igualmente uma análise de tendências relativa a cada um dos domínios de análise propostos e expressos no quadro.

O local do Plano encontra-se bastante descaracterizado em termos paisagísticos, pela sua degradação pela sua utilização de extração de inertes, quer pelo abandono desta



Figura 25 – Extrato da Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal.

7.2.3. Análise de Tendências

A presente análise de tendências (decorrente de uma obrigação legal, conforme alínea b), n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de plano de pormenor.

O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de criação do plano.

Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendência de evolução sem o PP
Paisagem	Avaliar o enquadramento paisagístico dos edifícios industriais	Alinhamentos arbóreos concretizados (N.º)	↘

Quadro 20 – Análise de tendências de evolução para o FCD2.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

Após a análise do FCD- Paisagem, efetua-se a análise SWOT (Quadro 24), de forma a entender as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças ao desenvolvimento e execução deste plano associadas ao fator em questão.

Forças:	Fraquezas:
• Área envolvente com excelente beleza paisagística, potenciada pela ocorrência de valores ecológicos de valor conservacionista	• Falta de gestão adequada dos valores ecológicos presentes na área adjacente ao Plano de Pormenor
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Enquadramento privilegiado em termos paisagísticos do Plano de Pormenor	• Expansão de vegetação invasora • Fragmentação da paisagem como consequência de transformações de ordem ecológica (como perda de diversidade biológica) e degradação da qualidade visual e estética da paisagem.

Quadro 21 – Análise SWOT para o FCD2.

7.2.4. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Indicadores Definidos para o FCD2

A análise dos efeitos esperados pela proposta de plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes). Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Paisagem, sistematizados no quadro 26.

Domínio	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Paisagem	Alinhamentos Arbóreos Concretizados (N.º)	Considera-se que a Presente proposta de Plano contribua para a melhoria da qualidade ambiental dos espaços públicos e privados na área do plano.	

Quadro 22 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD2.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

Neste ponto será promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos definidos e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no QRE.

Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo converge positivamente (+) (criando oportunidades), é indiferente (0), ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do QRE, definido para a presente proposta do Plano e com afinidade com o presente FCD (Quadro 23).

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD – Paisagem
PNAP	Promover uma Arquitetura e um urbanismo ecológicos e eficientes na utilização dos recursos, em especial a energia e a água, e a sustentabilidade do ambiente construído e das paisagens.	+	A proposta de plano reconhece a importância da promoção da paisagem como forma de valorização do património natural Neste contexto, a proposta de plano encontra-se em consonância com os objetivos emanados do PNAP.
	Contribuir, ao nível da gestão e ordenamento das paisagens, do planeamento e da construção para a implementação das estratégias de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, bem como as de prevenção e redução dos riscos.	+	
	Incentivar a investigação e a educação ligada à construção sustentável, estimulando a inovação tecnológica no âmbito da construção, dos materiais, do conforto térmico e da produção e consumo de energia.	+	
CEP	Proteger a paisagem com vista a preservar o seu carácter, qualidades e valores; Gerir a paisagem no sentido de harmonizar as alterações a que a mesma vai sendo sujeita em resultado de processos sociais, económicos e ambientais; Ordenar a paisagem de modo prospetivo, com vista à sua valorização, recuperação ou à construção de novas paisagens.	+	-

Quadro 23 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD2.

7.2.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a paisagem serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta do PPAEC.

Oportunidades	Ameaças
• Melhoria do enquadramento paisagístico na área do plano.	-

Quadro 24 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD2.

7.2.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de Plano de Pormenor, no que respeita à Paisagem.

Diretrizes de monitorização	Indicador	Unidade	Fonte
Monitorizar o enquadramento paisagístico e estético da integração dos edifícios	Alinhamentos Arbóreos concretizados	n.º	CMM

Quadro 25 – Diretrizes e indicadores de monitorização, para o FCD2.

7.3. Fator Crítico para a Decisão – Qualidade Ambiental

7.3.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos

A qualidade ambiental contribui decisivamente para a valorização territorial e através desta para o crescimento económico e competitividade (RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto), constituindo um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de qualidade ambiental são desde cedo introduzidos como intenções a garantir através dos Instrumentos de Ordenamento do Território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade. Reconhecendo-se que a proposta de Plano de Pormenor preconiza ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caraterização da situação atual da área sob influência do Plano, de forma a que, antecipadamente, e se necessário, possam ser projetadas intervenções mitigadoras ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente congreguem potenciais impactes ambientais negativos. Neste âmbito, as questões que se anteveem como relevantes, ao nível deste FCD, são a gestão de resíduos, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos e da qualidade do ar, a prevenção da poluição sonora e o uso eficiente de energia.

A necessidade de assegurar uma gestão adequada de resíduos e minimizar a sua produção contribuiu para a definição do domínio "Resíduos". Atendendo à necessidade de ter em conta as recomendações inscritas em documentos referenciais de política ambiental, foi considerado como objetivo de sustentabilidade a promoção de uma política adequada de gestão de resíduos.

A análise de um domínio relacionado com a "Água" surge pela necessidade de salvaguardar o bom estado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Por outro lado, a água, enquanto recurso indispensável à maioria das atividades económicas, apresenta uma influência direta na saúde humana e na qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais. De forma a tornar mais sustentável o setor, deverá ainda ser garantida uma elevada eficiência do seu uso. Neste sentido, consideraram-se como principais objetivos de sustentabilidade a proteção e conservação dos recursos hídricos, a promoção de um consumo eficiente e racional do recurso água e a satisfação das necessidades das populações ao nível das infraestruturas básicas, assegurando os serviços de abastecimento de água e de drenagem e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade.

Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais. Neste sentido, nos serviços de abastecimento de água, toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinadas ao consumo humano, assim como a utilizada na limpeza de superfícies, objetos e materiais que podem estar em contato com os alimentos, exceto quando a utilização dessa água não afeta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada.

O município apresenta responsabilidades ao nível da prevenção do ruído e controlo da poluição sonora, com vista à salvaguarda da saúde humana e bem-estar das populações. Neste âmbito, o domínio de avaliação relacionado com o "Ruído" foi considerado relevante para a presente análise tendo sido para tal definido como objetivo de sustentabilidade "Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações".

A Qualidade do Ar é "o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos". A poluição atmosférica origina um conjunto de impactes ao nível da degradação da qualidade do ar, danos ao nível da saúde humana (ao nível do sistema respiratório e cardiovascular) e do equilíbrio dos ecossistemas, entre outros. Neste contexto, pela sua importância na salvaguarda da melhoria da qualidade de vida das populações foi considerado o domínio de avaliação "Ar". Por forma a avaliar e reduzir os efeitos neste domínio serão definidos como objetivos de sustentabilidade a gestão adequada da qualidade do ar bem como a redução dos seus níveis de poluição e ainda, quando for aplicável, a redução dos gases com efeito de estufa e o aumento na oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos.

A crescente perceção do problema das alterações climáticas e de outras exigências ambientais permitiram evidenciar a necessidade de Portugal tornar o seu consumo energético mais eficiente e racional, principalmente no que diz respeito ao consumo direto de fontes de energia não renovável (petróleo). Neste contexto foi considerado importante incorporar o domínio de avaliação "Energia", considerando-se relevante o estabelecimento de objetivos de sustentabilidade que pretendam promover o aumento da eficiência energética bem como a racionalização na utilização da energia, salientando-se a importância da utilização de fontes renováveis na produção de energia como fator a contribuir para a redução da dependência energética.

O Quadro 13 apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD3, e associa-lhes os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir.

7.3.2. Situação Existente

No âmbito do presente FCD3, tendo por base os indicadores definidos, bem como as considerações/sugestões apresentadas pelas ERAE, em sede de consulta, promove-se uma caraterização da situação atual do território da área do Plano, efetuando-se igualmente uma análise de tendências relativa a cada um dos domínios de análise propostos e expressos no Quadro 27.

Resíduos:

Produção de Resíduos Sólidos Urbanos

De acordo com o Regulamento sobre o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública do Município de Mafra, publicado em Diário da República a 7 de agosto de 1999, vem desta forma estabelecer as regras a que fica sujeita a gestão dos resíduos sólidos no Concelho de Mafra, nomeadamente a sua classificação, deposição, recolha, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação.

O Município, neste âmbito e numa ótica pró-ativa, tem apostado no alargamento e maximização da rede concelhia para deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), incrementando o seu investimento no reforço da contentorização para deposição seletiva de (vidro, papel/cartão; embalagens de plástico e metal, pilhas).

A necessidade de assegurar uma gestão adequada de resíduos e minimizar a sua produção contribuiu para a definição do domínio "Resíduos". Atendendo à necessidade de ter em conta as recomendações inscritas em documentos referenciais de política ambiental, foi considerado como objetivo de sustentabilidade a promoção de uma política adequada de gestão de resíduos.

A produção de resíduos sólidos urbanos (RSU) assume níveis particularmente preocupantes nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo, surgindo a necessidade de promover a valorização dos RSU, em detrimento da sua deposição em aterro.

A recolha, transporte e destino final dos RSU, são assegurados pela Câmara Municipal, Ecoambiente, S.A. e TRATOLIXO, EIM, tendo vindo a ser privilegiada a deposição diferenciada, com vista não só ao cumprimento da lógica dos 3 R's (reduzir, reutilizar e reciclar), potenciando o cumprimento das metas em cada fileira, como também à otimização do próprio processo de tratamento de resíduos.

No sentido de assegurar uma gestão adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), contribuindo para a redução do volume de matéria depositada em aterro e, simultaneamente, para a implementação de processos

de reciclagem, a Câmara Municipal tem vindo a investir na colocação de contentorização para deposição e recolha diferenciada destes resíduos na área do Plano, localizada na freguesia de Santo Isidoro.

Fileira	N.º de Contentores
Vidro	54
Papel/cartão	48
Embalagens de plástico e metal	47
Vidro	26

Quadro 26 – Contentorização seletiva instalada, na Freguesia de Santo Isidoro (2018). Fonte: CMM.

Quanto à população servida na Freguesia de Santo Isidoro por contentorização seletiva instalada completa (vidro, Papel/Cartão, Embalagens de plástico e Metal, pilhas) representa cerca de 64,8%, e um total de 2471 pessoas servidas por ecopontos completos. O valor apresentado anteriormente apresenta uma percentagem bastante abaixo dos 100%, pelo que na área do PPAAEC, e nas áreas de proximidade deverá ser um indicador que futuramente deverá ser estudado com maior profundidade.

De acordo com o artigo 24º, do Regulamento sobre sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos e higiene pública do Município de Mafra, refere que relativamente aos resíduos sólidos provenientes de atividade comercial ou industrial que não possam ser equiparados aos RSU, os seus produtores devem encontrar uma solução para o seu tratamento, sendo situação preferencial o encaminhamento para reutilização ou reciclagem.

No caso de a reutilização ou reciclagem não serem viáveis, e os resíduos em questão não serem perigosos, podem ser depositados no aterro sanitário que serve o Concelho.

Água:

A análise de um domínio relacionado com a "Água" surge pela necessidade de salvaguardar os recursos hídricos presentes no município. Por outro lado, a água, enquanto recurso indispensável à maioria das atividades económicas, apresenta uma influência direta na saúde humana e na qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais. De forma a tornar mais sustentável o setor, deverá ainda ser garantida uma elevada eficiência do seu uso. Neste sentido, consideraram-se como principais objetivos de sustentabilidade a proteção e conservação dos recursos hídricos, a promoção de um consumo eficiente e racional do recurso água e a satisfação das necessidades das populações ao nível das infraestruturas básicas, assegurando os serviços de abastecimento de água e de drenagem e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade.

Ruído:

Os municípios detêm competências ao nível da elaboração dos Mapas de Ruído e na prevenção da poluição sonora, tendo em vista a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações. De facto, de acordo com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (que aprova o Regulamento Geral do Ruído - RGR) "as câmaras municipais elaboram mapas de ruído para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais".

O município apresenta responsabilidades ao nível da prevenção do ruído e controlo da poluição sonora, com vista à salvaguarda da saúde humana e bem-estar das populações. Neste âmbito, o município solicitou uma avaliação das condições acústicas, de modo a conhecer as condições ambientais que se referem ao ruído ambiente existente na área do plano.

No âmbito do PPAAEC, procedeu-se à apreciação do ambiente acústico da área de intervenção e envolvente próxima, em condições representativas da situação atual e da situação futura (com projeto).

Identifica-se que a principal fonte ruidosa atualmente existente na área com interesse é a circulação rodoviária na M616 – Estrada da Ponte.

A análise dos resultados obtidos, com o estudo acústico, permite verificar que a área de intervenção tem aptidão para a implantação do edificado em proposta (industriais, serviços e logística), tendo em conta a não exigência de limites regulamentares aplicáveis.

O Plano não classifica a sua área de intervenção em termos acústicos dada a tipologia da sua utilização ser exclusivamente industrial, serviços e logística.

Em face do exposto, considera-se lícito concluir que, a Operação Urbanística aplicável ao Plano de Pormenor em título se encontra em condições acústicas de ser aprovada, no que respeita às condições acústicas atuais e futuras.

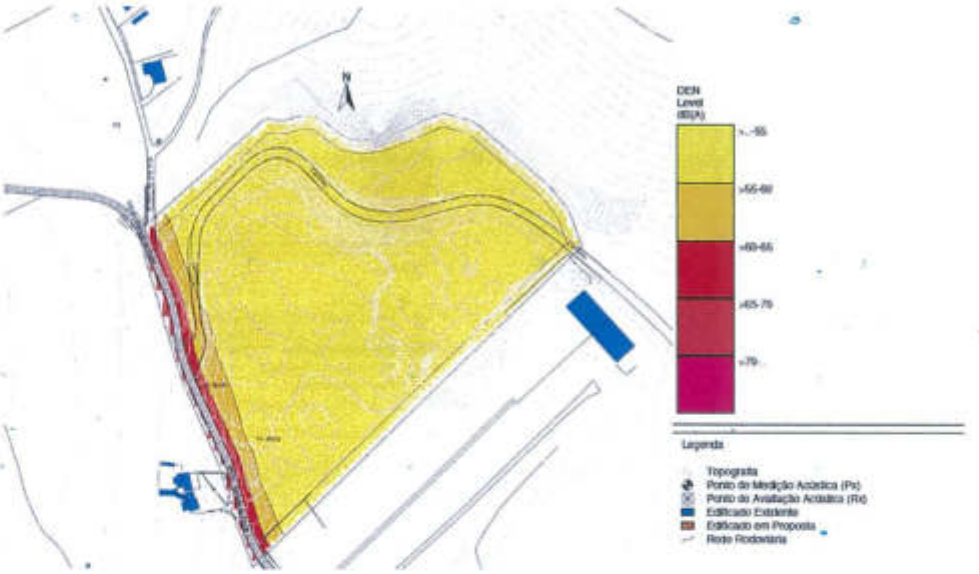


Figura 26– Cenário Atual (Lden). Fonte: Certiprojecto (2019)

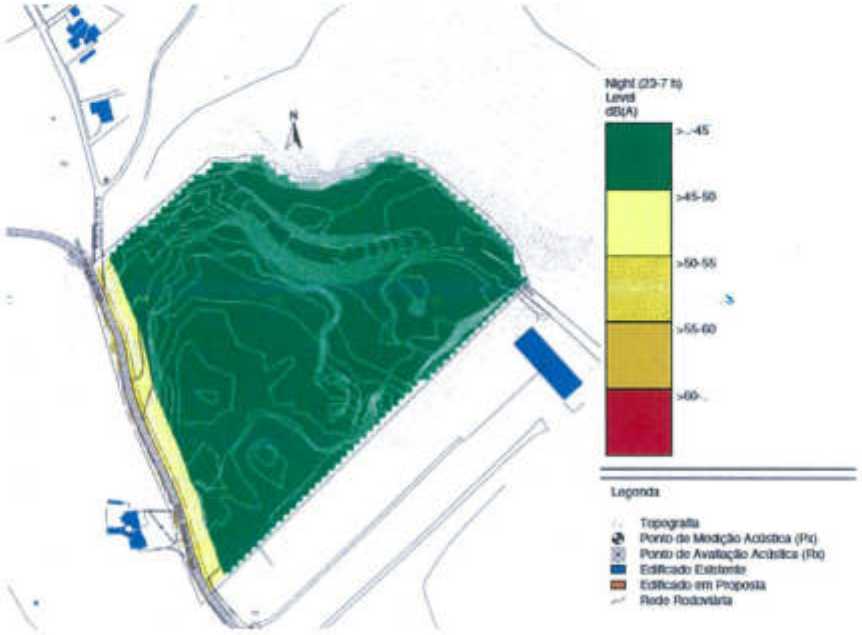


Figura 27– Cenário Atual (Ln). Fonte: Certiprojecto (2019)

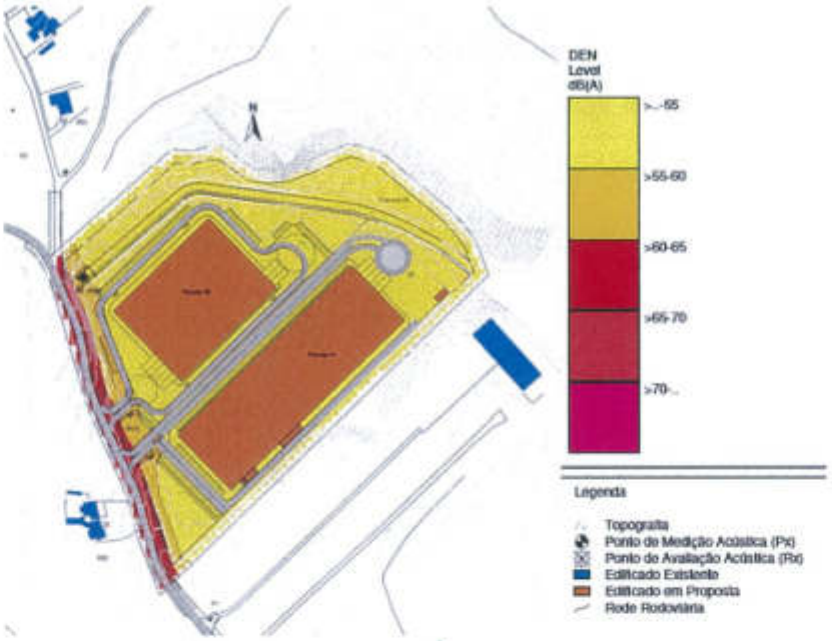


Figura 28– Cenário Futuro (Lden). Fonte: Certiprojecto (2019)

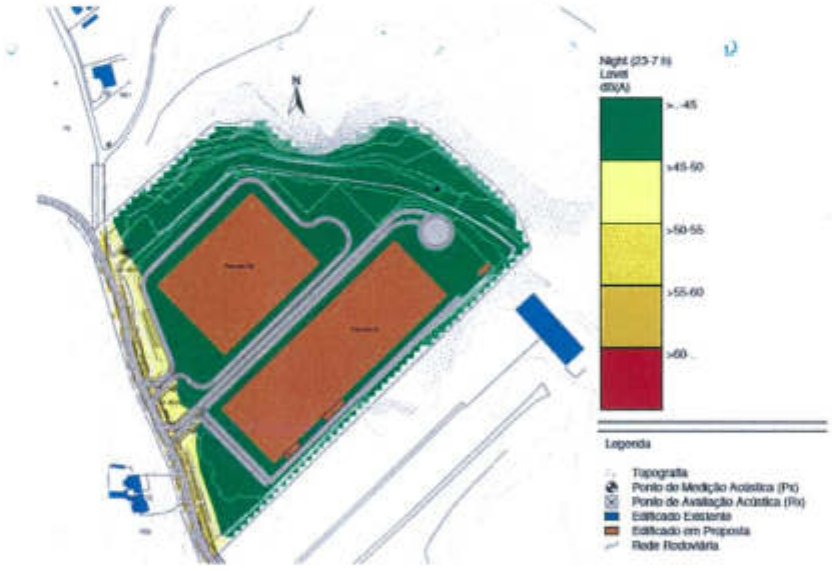


Figura 29– Cenário Futuro (Ln). Fonte: Certiprojecto (2019)

Ar:

A Qualidade do Ar é "o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos". A poluição atmosférica origina um conjunto de impactes ao nível da degradação da qualidade do ar, danos ao nível da saúde humana (ao nível do sistema respiratório e cardiovascular) e do equilíbrio dos ecossistemas, entre outros. Neste contexto, pela sua importância na salvaguarda da melhoria da qualidade de vida das populações foi considerado o domínio de avaliação "Ar".

A criação de nova área de atividades económicas poderá contribuir para uma degradação da qualidade do ar na área do plano, pelo que deverá ter-se em conta a utilização de um sistema de tratamento de efluentes gasoso.

Por forma a avaliar e reduzir os efeitos neste domínio serão definidos como objetivos de sustentabilidade a gestão adequada da qualidade do ar bem como a redução dos seus níveis de poluição e ainda, quando for aplicável, a redução dos gases com efeito de estufa e o aumento na oferta de modos de transporte sustentáveis e alternativos.

Energia:

A crescente perceção do problema das alterações climáticas e de outras exigências ambientais permitiram evidenciar a necessidade de Portugal tornar o seu consumo energético mais eficiente e racional, principalmente no que diz respeito ao consumo direto de fontes de energia não renovável (petróleo). Neste contexto foi considerado importante incorporar o domínio de avaliação "Energia", considerando-se relevante o estabelecimento de objetivos de sustentabilidade que pretendam promover o aumento da eficiência energética bem como a racionalização na utilização da energia, salientando-se a importância da utilização de fontes renováveis na produção de energia como fator a contribuir para a redução da dependência energética.

7.3.1. Análise de Tendências

A presente análise de tendências (decorrente de uma obrigação legal, conforme alínea b, n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) tem em consideração a evolução provável do estado do ambiente na ausência da proposta de plano de pormenor. O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de criação do plano de pormenor.

Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendência de evolução sem o pp
Resíduos	Destino final dos resíduos produzidos	Produção de resíduos sólidos Urbanos (seletivamente)	O
Água	Avaliação do destino final dos resíduos sólidos	Perdas de água na condutas	O
	Avaliar o consumo de água	Consumo de água	O
Ruído	Poluição sonora	Área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite	O
Ar	Avaliar os níveis de Poluição atmosférica / Contaminação do ar e cumprimento dos requisitos legais	Emissão de Gases com efeito de estufa	O
	Avaliar os níveis de satisfação da população relativamente à qualidade do ar	Queixas da população relativamente à qualidade do ar	O
Energia	Matriz Energética	Consumo de energia (tipo de consumo)	O

Quadro 27 – Análise SWOT para o FCD3.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

Após a análise do FCD3, efetua-se a análise SWOT de forma a entender as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças ao desenvolvimento e execução deste plano, associadas ao fator em questão (Quadro 28).

Forças:	Fraquezas:
▪ Boas condições naturais para a produção de energias alternativas renováveis	▪ Reduzida taxa de população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais ▪ Rede de drenagem de águas residuais é do tipo unitária
Oportunidades:	**Ameaças:**
▪ Desenvolvimento de soluções e modelos de gestão e controlo das descargas de águas residuais nos meios hídricos recetores em zonas de proximidade.	▪ Aumento do tráfego rodoviário

Quadro 28 – Análise SWOT para o FCD3

7.3.2. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Indicadores Definidos para o FCD3

A análise dos efeitos esperados pela proposta de Plano efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes). Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD – Qualidade Ambiental, sistematizados no Quadro 29.

Domínio de Avaliação	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Resíduos	Produção de resíduos sólidos Urbanos (seletivamente)	-	A proposta de plano prevê um aumento do número de resíduos sólidos urbanos para a área do PP. No entanto encontra-se previsto na área do PP a implementação de sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos que permitirá realizar a recolha seletiva e encaminhamento para local de tratamento.
Água	Perdas de água na condutas	-	A proposta de plano prevê o desenvolvimento de ações que visam a preservação dos recursos hídricos potáveis, nomeadamente através da reabilitação das condutas de abastecimento de água e realização de ações de sensibilização, de modo a diminuir o consumo de água. superficiais e subterrâneos, nomeadamente a reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos. Considera-se este efeito como positivo e significativo, uma vez que o município se encontra empenhado em preservar os recursos hídricos presentes no concelho.
	Consumo de água	-	
Ruído	Área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite	A proposta de criação de uma modelação de terreno em redor da proposta do plano, assim como a utilização dos espaços verdes circundantes, irá favorecer a criação de um tampão, minimizando os níveis sonoros que possam surgir decorrentes das atividades económicas instaladas.	o aumento previsto de área industrial pode contribuir para um aumento dos níveis de ruído. No entanto, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir níveis sonoros que não excedam os limites legais. Assim sendo considera-se este efeito pouco significativo.

Ar	Emissão de gases com efeito de estufa	-	A criação da nova área de atividades económicas pode poderá contribuir para uma ligeira degradação da qualidade do ar na área do plano. No entanto, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir (caso seja aplicável) a instalação de um adequado sistema de tratamento de efluentes gasosos, pelo que se considera este efeito como negativo, no entanto, pouco significativo. Assim como também reforçar a importância da requalificação dos espaços verdes adjacentes que irão contribuir para atenuar e minimizar possíveis efeitos negativos neste domínio.
	Queixas da população relativamente á qualidade do ar	-	
Energia	Consumo de energia (por tipo de consumo)	-	A proposta de plano pretende promover uma redução ao nível do consumo de energia através da implementação de projetos Eco eficientes, dando continuidade às iniciativas que se encontram a promover atualmente nomeadamente a substituição de luminárias. Este efeito é considerado como significativo.

Quadro 29 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD3.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

Será promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento proposto pela proposta de Plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos definidos e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no QRE. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo converge positivamente (+) (criando oportunidades), é indiferente (0), ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do QRE definido para a presente proposta de do Plano e com afinidade com o presente FCD (Quadro 30).

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD- Qualidade Ambiental
ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património: Combate às alterações climáticas, Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente, Gestão integrada do ar, Gestão integrada dos resíduos	+	A proposta de plano contribui para o alcance deste objetivo uma vez que apresenta como objetivo estratégico "Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir da definição das áreas capazes de garantir a expansão urbana correspondentes às localizações próximas dos aglomerados para otimização das infraestruturas existentes", nomeadamente ao nível da gestão da água e dos resíduos.
	Melhor Ambiente e Valorização do Património - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente	+	Esta proposta converge com a prioridade estratégica inerente à ENDS relativa à gestão integrada da água, uma vez que pretende promover a gestão dos recursos hídricos com as políticas setoriais e com as políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento do território.
	Melhor Ambiente e Valorização do Património - Gestão integrada dos resíduos	+	A proposta de plano converge com o objetivo relacionado com a gestão integrada dos resíduos uma vez que apresenta como objetivo estratégico " Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir da definição das áreas capazes de garantir a expansão urbana correspondentes às localizações próximas dos aglomerados para otimização das infraestruturas existentes", nomeadamente infraestruturas de recolha de resíduos sólidos urbanos. De referir ainda que o município pretende promover a introdução de novos equipamentos de recolha de resíduos, sempre que tal se afigure necessário, sendo este procedimento acompanhado por constantes campanhas de sensibilização à população, com vista à diminuição da produção de resíduos e ao aumento de resíduos encaminhados para a reciclagem.
ENE 2020	Garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas	+	A proposta de plano contribui para o alcance dos objetivos do da ENE e do PNAC no sentido em que prevê a execução de projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética (nomeadamente racionalização energética da iluminação pública), refletindo desta forma um esforço do município para convergir para a ecoeficiência e sustentabilidade ambiental.
	Promover o desenvolvimento sustentável criando condições para o cumprimento das metas de redução		
PNA	Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional	+	A proposta de plano encontra-se em sintonia com este objetivo do PNA uma vez é pretensão da autarquia a realização de ações de sensibilização relativas ao uso eficiente da água.
	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados	+	A proposta de plano tem como objetivos estratégicos "Proteger e valorizar o Ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal e na Prevenção dos riscos naturais (...) acautelando-se a interdição à edificabilidade em áreas (...) como sejam os leitos de cursos de água e as áreas (...) de elevado risco

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD- Qualidade Ambiental
			natural (leitos de cheia)", objetivo este que contribui para a conservação dos recursos hídricos.
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos	+	Ao nível da educação e informação, o município tem vindo a desenvolver ações de educação ambiental sobre resíduos, floresta, alterações climáticas, erosão costeira, recursos hídricos, transportes e mobilidade, que se destinam quer à comunidade escolar, quer à população em geral, de forma a promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. A proposta de plano pretende aumentar os níveis de consciencialização ambiental por parte da população, com o desenvolvimento de projetos relacionados com a sensibilização e educação ambiental, nos vários domínios. Neste contexto, a proposta de plano em análise está em sintonia com o objetivo do PNAAS.
	Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais	+	
Plano Estratégico Nacional de Abastecimento	Redução da poluição urbana nas massas de água	+	A proposta de plano tem como objetivo "Melhorar os equipamentos e as infraestruturas da freguesia, no sentido do aumento da sua qualidade e cobertura territorial", indo assim ao encontro do objetivo definido no PENSAAR 2020. A proposta de plano encontra-se em sintonia com este objetivo uma vez que prevê ainda que a implementação das propostas constantes e decorrentes do presente plano devem observar o conjunto de orientações e princípios que se encontram definidos no PENSAAR 2020.
	Melhoria da qualidade do serviço de abastecimento de agua	+	
	Melhoria da qualidade do serviço de saneamento de águas residuais	+	
	Obter níveis adequados de qualidade do serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço definidos pela entidade reguladora	+	
Plano Estratégico para os Resíduos	Prevenção da produção e perigosidade dos RU	+	Não se prevê a produção de resíduos perigosos.
	Aumento da preparação para reutilização, da reciclagem e da qualidade dos recicláveis	+	Idem
	Redução da deposição de RU em aterro	+	Idem

Quadro 30 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD3.

7.3.3. Oportunidades e Ameaças da Proposta

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a Qualidade Ambiental serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano (Quadro 40).

Oportunidades	Ameaças
▪ Melhoria do sistema de gestão de RSU, na área do plano e zonas de proximidade. ▪ Melhoria dos níveis de qualidade, atendimento, integração e eficiência dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de recolha e drenagem de águas residuais, na área do plano e zonas de proximidade. ▪ Aposta em intervenções que promovam o uso eficiente da água. ▪ Aposta em intervenções que promovam a ecoeficiência energética (para iluminação). ▪ Aposta em investimentos na área das energias renováveis.	▪ Alterações climáticas poderão com grande probabilidade, acentuar os riscos de degradação da qualidade das massas de água ▪ Aumento da quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos na área do plano

Quadro 31 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD3.

As oportunidades e ameaças referidas no quadro apresentado anteriormente serão analisadas seguidamente de forma mais pormenorizada, com vista a encontrar soluções que visem minimizar as ameaças e realçar as oportunidades identificadas.

A proposta de Plano prevê uma melhoria do desempenho ambiental na área do plano, através da aposta no desenvolvimento sustentado de Espaços Industriais / Empresariais. A este respeito importa salientar que a estratégia inerente à proposta de plano passa pela aposta num modelo de desenvolvimento económico, que tenha como base de desenvolvimento o princípio da ecoeficiência e sustentabilidade ambiental. A proposta do Plano pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas, através da criação da nova área de atividades económicas da Carrasqueira, que terá como objetivo reforçar a vocação empresarial de Mafra, concentrando atividades económicas geradoras de emprego e criando desta forma espaços para receber futuras unidades industriais que se pretendam instalar no concelho.

De uma forma geral, a instalação de atividades económicas na área afeta à proposta de plano irá potenciar um aumento na produção de resíduos sólidos urbanos, constituindo-se uma ameaça neste sentido. Neste contexto, a autarquia pretende continuar a promover campanhas de educação e sensibilização ambiental sobre esta matéria, com o intuito de fomentar uma mudança de atitude por parte dos cidadãos de forma a aumentar as taxas de resíduos encaminhados para a reciclagem. Para isso, pretende equipar nas áreas

envolventes com novos equipamentos de recolha, pelo que se prevê que sejam criadas as condições para promover uma melhoria no sistema de gestão de RSU.

Relativamente aos impactes resultantes da laboração de atividades industriais, mais propriamente no que se refere aos resíduos industriais produzidos pelas unidades industriais implantadas ou a implantar na área territorial em análise, estas deverão promover a sua recolha, armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, de acordo com o n.º 1, do Artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro.

Ao nível das infraestruturas, prevê-se uma melhoria dos níveis de qualidade e eficiência dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de recolha e drenagem de águas residuais da área do plano, e também pela requalificação das redes, reabilitação de condutas, que assegurem a sua gradual renovação nas áreas envolventes.

Ao nível da qualidade do ar, o previsível aumento da atividade industrial (através da criação de espaços dedicados a atividades industriais/empresariais) pode conduzir a uma situação de degradação da qualidade do ar na área do plano. De facto, a implementação da presente proposta poderá ter influência na qualidade do ar da área envolvente, devido ao aumento de tráfego rodoviário, com emissão de poluentes para a atmosfera (nomeadamente CO2). Por outro lado, acresce referir que, relativamente a este espaço industrial, no caso de se instalarem unidades industriais que potenciem a emissão de poluentes para a atmosfera, estas deverão instalar sistemas de tratamento adequados, tendo em consideração o cumprimento da legislação em vigor. Contudo, a proposta de plano contempla a minimização de potenciais fatores de poluição do ar, como a plantação de vegetação arbórea e arbustiva que aumentem a estrutura verde e estrutura ecológica municipal, promovendo a diminuição das potenciais emissões de poluentes.

No que concerne ao consumo de energia, a presente proposta de plano pretende desenvolver uma aposta no sentido de tornar o plano mais eficiente do ponto de vista energético, assumindo a possibilidade de concretização de projetos que promovam a utilização racional da energia, tais como a racionalização energética da iluminação pública. Estas ações permitirão diminuir a fatura energética do município e contribuir para diminuir o consumo de combustíveis fósseis, promovendo o combate às alterações climáticas.

No que concerne à afetação dos recursos hídricos superficiais, a proposta de plano prevê o aumento das áreas de infiltração da água na área do plano, através de medidas como utilização de pavimentos permeáveis e instalação de espaços verdes adjacentes aos lotes.

Relativamente ao ruído importa salientar que já existe um Mapa de Ruído e áreas de conflito, no âmbito da proposta do plano.

No caso específico de Mafra, o Mapa de Ruído (2011) identificou o tráfego rodoviário como a principal fonte de ruído do concelho. Quanto ao ruído industrial verificou-se que este não tem impacto sonoro relevante sobre a população local.

Por outro lado, o Mapa de Ruído identifica as áreas em que os níveis de ruído ultrapassam o nível de exposição ao ruído previsto no Regulamento Geral do Ruído, devendo, por essa razão, a Câmara Municipal promover a elaboração de um Plano Municipal de Redução do Ruído.

Por outro lado, para que a proposta de plano possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade, seria indispensável promover a responsabilidade ambiental das unidades/empresariais industriais instaladas ou a instalar na área fomentando, nomeadamente, a implementação de sistemas de gestão ambiental.

Salienta-se igualmente como positivo a implementação de sistemas de recolha e condução de águas pluviais que privilegiem a recolha de águas pluviais das coberturas dos edificados e condução para um sistema de recolha de águas residuais para rega dos espaços verdes, em detrimento da sua exclusiva drenagem em direção a linhas e cursos de água, configurando-se desta forma uma oportunidade de diminuição do consumo de água para rega dos espaços verdes, com consequente aumento da resiliência perante situações de seca prolongada.

7.3.4. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento e monitorização dos efeitos da proposta de plano no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

Diretrizes de monitorização	Indicadores	Unidade	Fonte
Monitorizar o destino final dos resíduos Sólidos produzidos	Produção de resíduos sólidos Urbanos (seletivamente)	Ton	CMM/ Tratolixo
Monitorizar a forma como o plano gere os recursos hídricos	Consumo de água	m3	CMM
Monitorizar as perdas e fugas de água	Perdas de água nas condutas	M3	CMM
Monitorizar os níveis de ruído produzidos dentro da área do PP	Área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite	%	CMM
Monitorizar os gases com efeito de estufa dentro da área do PP	Emissão de gases com efeito de estufa	t/km2	CMM
Monitoriza a satisfação da população	Queixas da população relativamente à qualidade do ar	N.º	CMM
Monitorizar a Matriz Energética	Consumo de energia (por tipo de consumo)	Kw	EDP

Quadro 32 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD3.

7.4. Fator Crítico para a Decisão – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas

7.4.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos

Prevenção de Riscos

Qualquer ação executada pelo Homem tem um efeito sobre o Ambiente, efeito este que pode degradar a qualidade ambiental ou alterar as características paisagísticas de um território de forma significativa. Estes efeitos podem contribuir direta ou indiretamente para a ocorrência de situações de risco ambiental. A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, consequentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão. Sendo assim, a previsão e prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação do plano da AAEC. O concelho de Mafra possui um espaço florestal extenso, estando representado em cerca de 70% do território. Esta tão extensa área florestal acarreta em si a possibilidade de ocorrência de incêndios florestais, quer pela sua dimensão quer pelas suas características em regime de monocultura. Como é referido, grande parte desta floresta tem cariz de produção o que a torna extremamente rentável, facto que fortalece as preocupações dos proprietários para a prevenção face à ocorrência de incêndios. Estas florestas já contemplam a existência de planos de previsão e prevenção face à ocorrência destes eventos, no entanto, devido à sua importância e dimensão, também a própria autarquia deverá acompanhar e prevenir estas situações. Para além da possibilidade de risco de incêndio florestal, o risco de incêndio antrópico também é uma realidade. Qualquer ação humana poderá desenrolar uma situação destas características que poderá originar a degradação do património edificado. Sendo assim, é essencial a inclusão dos Incêndios enquanto Domínio na avaliação da proposta de plano. A salientar ainda no concelho de Mafra as matas de proteção que ocupam a maioria das encostas com um risco elevado de erosão pelo declive acentuado. Estas áreas detêm um fraco desenvolvimento do solo e coberto vegetal e evidenciam sensibilidade ao fogo. Quer pelo risco de erosão, quer pela sensibilidade à ocorrência de incêndio, estas áreas também devem ser avaliadas face aos riscos a que estão expostas.

Para além do exposto importa ainda referir o risco de sismicidade apresentada pelo concelho de Mafra. Este encontra-se numa zona cuja intensidade sísmica é moderada, em toda a extensão do seu território. Estes aspetos não devem ser descurados pelas autarquias e a sua intervenção deverá acompanhar os objetivos estratégicos definidos em outros planos para estes espaços. Desta forma, e como se prevê a implantação de

novas zonas industriais/empresariais com um aumento e melhoria das condições económicas e de desenvolvimento daquele território, é de esperar uma aposta e um investimento no tecido empresarial com o objetivo de aumentar a competitividade e a oferta no concelho. Desta forma, a avaliação de riscos industriais, os quais devem integrar, por exemplo, as situações de derrame, explosões e incêndios, são de extrema importância.

A estes riscos de índole industrial, nomeadamente os riscos de explosão e derrame, que se encontram abrangidos pelos riscos ambientais e tecnológicos, associam-se ainda todas as infraestruturas ligadas às Novas Tecnologias de Comunicação, às redes de gás, eletricidade, telecomunicações, e outras, que poderão determinar a ocorrência de acidentes industriais. Em suma, para o FCD4 os domínios em análise são: Incêndio, Movimentação de vertentes, Sismicidade e Acidentes Industriais. A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento devido contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável. Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efetuar identificaram-se os vários domínios de avaliação e objetivos de sustentabilidade associados face ao FCD4 (Quadro 33).

Adaptação às Alterações Climáticas

A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas do município de Mafra, encontra-se estruturada no PPAAEC, na redução da vulnerabilidade aos eventos climáticos, sobretudo os fenómenos extremos minorando os impactos previstos que possam afetar o território, aumentando a sua capacidade adaptativa.

7.4.2. Situação Existente

Neste capítulo pretende-se efetuar uma caraterização da atual situação de referência para o território abrangido pelo plano em análise, sistematizada nos domínios de análise considerados no FCD – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas. Será efetuada igualmente uma abordagem a questões de âmbito territorial mais abrangente, mediante a identificação de relações possíveis com o Plano. Trata-se de uma caraterização sintética, efetuada com base na informação considerada pertinente para a AAE, contida nos diferentes documentos estratégicos.

Movimentação de vertentes:

A erosão dos solos pode ser definida, num sentido lato, pelo conjunto de processos responsáveis pela desagregação e transporte de partículas superficiais dos solos expostas ao escoamento superficial.

De acordo com o Plano de Emergência da Proteção Civil do Concelho de Mafra, os acidentes geomorfológicos são alterações da morfologia do terreno, na sequência de acontecimentos que conduzem à rotura e movimento de grandes quantidades de rocha ou de terras pela força da gravidade; as causas diretas destes acidentes são as de origem natural, tais como sismos, erupções vulcânicas, atividade vulcânica premonitória e as chuvas intensas; a ocorrência de acidentes geomorfológicos pode ser, também, induzida pela atividade humana, que provoca alterações do meio ambiente com impacto na estrutura do solo, no coberto vegetal, na disponibilidade da água e outras alterações sentidas a longo prazo; estes acidentes devem-se a causa mista quando um fenómeno geomorfológico que constitui o processo de evolução natural do relevo, no sentido da estabilidade e equilíbrio, ocorre em zonas reconhecidas como de risco, onde a ocupação humana potencia o seu surgimento; no Concelho de Mafra, a maior suscetibilidade a este tipo de acidentes corresponde aos deslizamentos nas vertentes dos vales das principais linhas de água, face aos declives existentes, e a queda de blocos/desprendimentos nas zonas de arribas, na costa litoral.

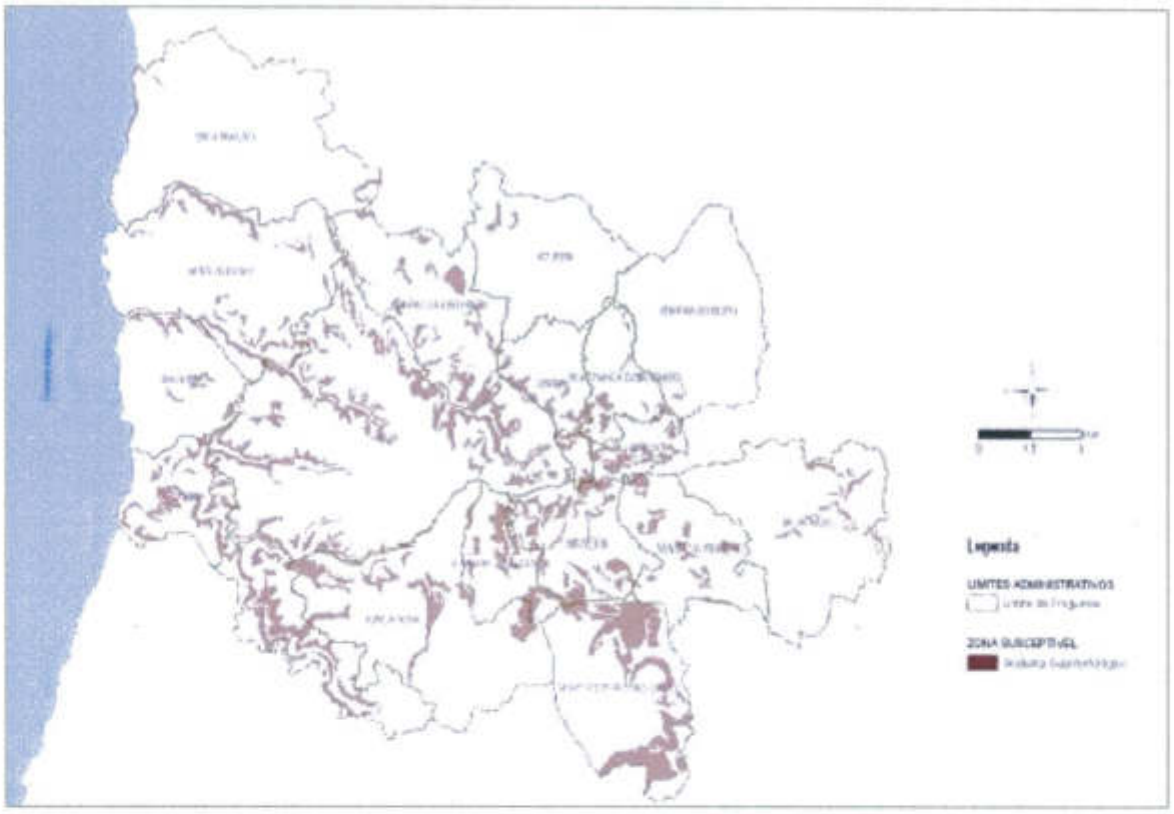


Figura 30– Áreas suscetíveis a acidentes geomorfológicos. Fonte: Plano de Emergência Proteção Civil de Mafra (2010).

Sismicidade:

Os sismos são fenómenos naturais resultantes de uma rotura mais ou menos violenta no interior da crosta terrestre, correspondendo à libertação de uma grande quantidade de energia, que provoca vibrações que se transmitem a uma vasta área circundante; na maior parte dos casos, os sismos são devidos a movimentos ao longo de falhas geológicas existentes entre as diferentes placas tectónicas que constituem a região superficial terrestre, as quais se movimentam entre si; os sismos, também, podem ter origem em movimentos de falhas existentes no interior das placas tectónicas; o Concelho de Mafra pode ser afetado por dois tipos de sismos, afastados ou próximos, diferindo sobretudo no seu período de retorno e magnitude; se para um sismo próximo, com origem provável numa das falhas identificadas como ativas ou potencialmente ativas no Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, são expectáveis magnitudes menores, com períodos de retorno maiores, para um sismo afastado a magnitude expectável é maior com períodos de retorno menores.

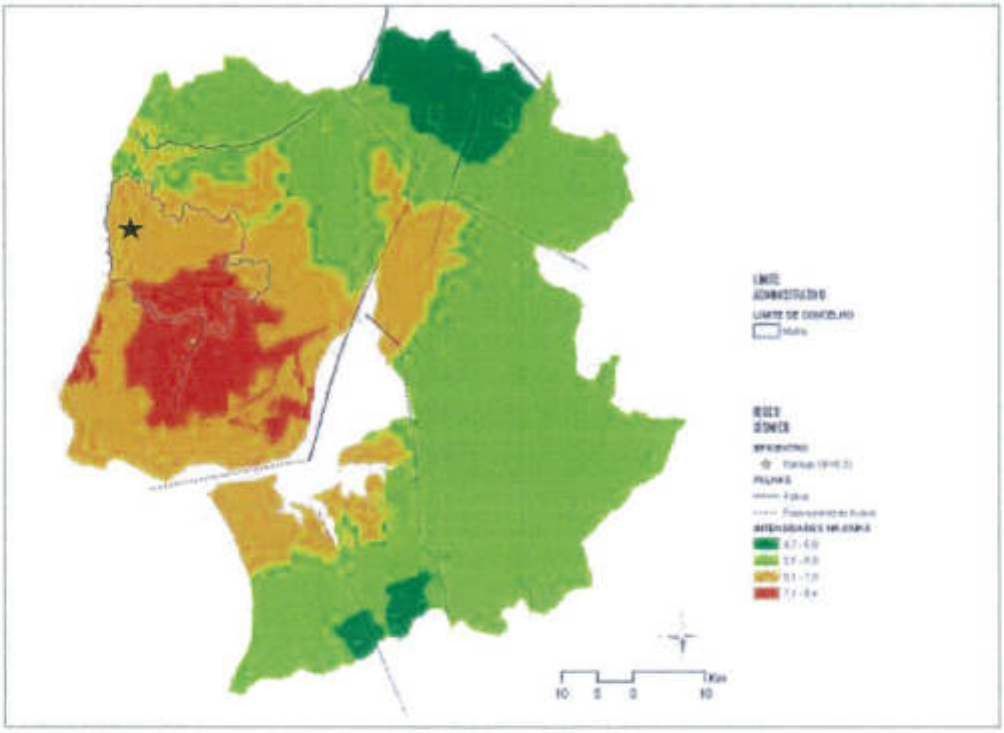


Figura 31– Carta de intensidades sísmicas para o cenário de sismo com epicentro na falha do Sabugo. Fonte: Plano de Emergência Proteção Civil de Mafra (2010).

7.4.3. Análise de tendências

A realização da análise de tendências atende à evolução provável prevista para o território na ausência da proposta de elaboração, alteração e/ou revisão de um qualquer plano ou programa que esteja sujeito à AAE, sendo um processo decorrente do estabelecido na alínea b, n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio). Na ausência da implementação da proposta de plano, para o FCD4, não se preveem alterações significativas relativamente à tendência caracterizada na situação de referência ao nível dos diversos domínios de avaliação analisados. As principais tendências de evolução identificadas para o concelho de Mafra, na perspetiva da não realização, serão analisadas seguidamente e incidem nos domínios de avaliação estabelecidos.

No domínio "Incêndio", e dado que a autarquia tem vindo a implementar as ações estabelecidas no âmbito do PMDFCI de Mafra, é de esperar que se verifique uma redução na ocorrência de incêndios, situação francamente positiva para a gestão florestal. Mantendo-se a continuidade da atual gestão territorial prevista para o concelho, é de esperar uma evolução que segue os padrões atuais com repercussões ao nível da ocorrência de erosão resultado da existência de ações e estratégias de gestão que reduzem a ocorrência daqueles riscos.

Ao nível da "Intensidade sísmica", estes não são diretamente influenciáveis pelas ações que venham a ser desenvolvidas no concelho, sendo sim o resultado de características e condicionantes do território, devendo ser monitorizados como forma de acompanhamento e prevenção dos seus efeitos em casos extremos de ocorrência de eventos.

Ao nível dos "Acidentes Industriais" refira-se que a não definição das distâncias de segurança para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto como um aspeto a merecer destaque com possíveis efeitos negativos no futuro caso se venha a registar a ocorrência de acidentes graves

Deste modo, e face ao estabelecido no atual PDM em vigor, é de esperar que na maioria das situações a tendência de evolução não registe alterações, salvo as situações em que existam referenciais estratégicos específicos, como sejam o PMDFCI de Mafra, o qual integra ações específicas para a gestão da ocorrência de riscos no território. No Quadro 33 que se apresenta de seguida demonstra-se a evolução esperada para cada indicador estabelecido para a análise do FCD – Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas, na ausência da implementação da proposta de plano.

Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendência de Evolução sem o PP
Incêndios	Avaliar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios	Ações de sensibilização com certificação "em incêndios")	0
Movimentação de vertentes	Avaliar as estratégias para minimização de ocorrências de incêndios	Ações de sensibilização com certificação "incêndios"	↘
Sismicidade	Avaliar a preparação de todos os agentes que irão laborar na área do PP	Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos	0
Acidentes Industriais	Prevenção de acidentes graves	Estabelecimentos abrangidos pelo DL n.º 150/2015, de 5 de agosto, por classificação de perigosidade	0

Quadro 33 – Análise de tendência de evolução para o FCD4.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

Após a análise do Fator Crítico para a Decisão- Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas, efetua-se a análise SWOT de forma a entender as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças ao desenvolvimento e execução deste Plano de Pormenor, associadas ao fator em questão.

Forças:	Fraquezas:
• Existência de um sistema de proteção civil capaz de responder a emergências	• Tendência para o aumento das áreas de matos, face ao abandono dos espaços florestais, o que fará antever um espaço florestal com crescente combustibilidade com consequências para a propagação dos incêndios florestais • Concelho ciclicamente afetado por incêndios florestais • Não definição das distâncias de segurança decorrente do estabelecido no DL n.º 150/2015, de 5 de agosto
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Aplicação do Plano de Emergência Municipal	• Risco de incêndio florestal • Risco de acidentes decorrente de transporte de matérias perigosas • Risco de erosão

Quadro 34 – Análise SWOT do FCD4.

7.4.4. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Indicadores Definidos para o FCD4

A análise dos efeitos esperados pela proposta de plano será efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de Plano. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de plano em análise podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados pelos indicadores selecionados para a análise do FCD4. No quadro seguinte apresentam-se os resultados desta análise.

Domínio de Avaliação	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados positivos
Incêndios	Ações de sensibilização com certificação "em incêndios")	Espera-se que as ações definidas no PMDFCI tenham uma continuidade, resultando numa maior consciencialização dos cidadãos no que se refere às questões relacionadas com a temática dos incêndios bem como uma maior colaboração aquando da ocorrência de incêndios. Deste modo, considera-se que o efeito é positivo e significativo	-
Movimentação de vertentes	Ações de sensibilização com certificação "incêndios"	Não estando previstas ações específicas que permitam assumir o cumprimento do indicador "Medidas de contenção face à ocorrência de erosão", a própria implementação do estabelecido no PDM e PMDFCI assumirá esta função, podendo vir a ser definidas outras medidas em função das características e necessidades do território, facto que permite inferir sobre um efeito positivo.	-
Sismicidade	Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos	É de esperar que a Proteção Civil desenvolva campanhas ao nível da sensibilização e divulgação, bem como de preparação para a ocorrência destes eventos, considerando-se que existe um maior conhecimento dos procedimentos face à ocorrência de sismos e por conseguinte uma melhoria dos meios e mecanismos de atuação bem como de participação da população. Por este facto considera-se que os efeitos do indicador serão positivos e significativos.	-
Acidentes Industriais	Estabelecimentos abrangidos pelo DL n.º 150/2015, de 5 de agosto, por classificação de perigosidade	A proposta de plano pretende reforçar os espaços destinados às atividades económicas. É de prever que os mecanismos de gestão de acidentes industriais desta área permitam uma redução destas ocorrências, pelo que se considera que o efeito é positivo e significativo.	-

Quadro 35 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD4.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD –Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	+	A proposta de plano contribuirá para a promoção deste objetivo através da concretização dos objetivos expressos na opção estratégica "Preservação do património natural e cultural do concelho", nomeadamente no que se refere à prevenção de riscos naturais e às vulnerabilidades do território, estando estas associadas aos leitos de cursos de água e às áreas com declives acentuados ou de elevado risco natural e a outras que, de algum modo, prejudiquem a qualidade estética da paisagem ou do enquadramento cénico. Ressalva-se que no domínio das suas responsabilidades de proteção civil a autarquia deve prevenir também a ocorrência de riscos. Ainda no domínio dos riscos ambientais, devem considerar-se as orientações expostas nas diretrizes de seguimento, que contemplam a prevenção, monitorização e acompanhamento dos riscos ambientais.
ENDS	Gestão dos riscos naturais e tecnológicos mobilizando a participação da população interessada		
Plano Nacional da Água	Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados	+	O cumprimento deste objetivo será assegurado pela prossecução do objetivo estratégico do plano que visa "Proteger e Valorizar o Ambiente (...)" o qual se integra na opção estratégica "Preservação do Património Natural e Cultural do concelho". Desta forma, conseguir-se-á compatibilizar as intervenções no território, com a proteção dos recursos hídricos existentes bem como com a minimização das ocorrências de eventos de riscos. Destaca-se ainda o Regulamento da proposta de plano como um importante instrumento de gestão territorial o qual impõe restrições em zonas inundáveis
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos	+	Sendo adotado um objetivo que pretende "Proteger e valorizar o Ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal e na Prevenção dos Riscos Naturais", como é expresso na proposta de plano, e adotadas as diretrizes de seguimento propostas, a proposta de plano tenderá a responder a este objetivo dado que deverá salvaguardar os fatores ambientais e minimizar a ocorrência de riscos
PROT AML	A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território	+	Dar-se-á cumprimento aos objetivos apresentados na proposta de plano, na medida em que a proposta de plano em análise atende a princípios de sustentabilidade ambiental, destacando-se os objetivos expressos na opção estratégica "Preservação do Património Natural e Cultural do Concelho ", nomeadamente o que atende a "Proteger e valorizar o Ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal e na Prevenção dos Riscos Naturais - Preservar - acautelando-se a interdição à edificabilidade em áreas geomorfologicamente inadequadas, como sejam os leitos de cursos de água e as áreas com declives acentuados ou de elevado risco natural (focos de incêndio ou leitos de cheia) e as que, de algum modo, prejudiquem a qualidade estética da paisagem ou do enquadramento cénico".

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD –Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas
PROF AML	Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais	+	A prossecução destes objetivos será alcançada visto que a proposta de plano em análise integra no seu objetivo estratégico "Proteger e valorizar o ambiente com enfoque (...) na prevenção dos riscos naturais" atendendo-se assim à adoção de um modelo de gestão sustentável e à integração dos princípios de sustentabilidade ambiental do espaço florestal do concelho.
	Diminuição do número de ignições através da sensibilização	+	
PMDFCI Mafra	Reduzir a incidência dos incêndios	+	A prossecução destes objetivos será alcançada visto que a proposta de plano em análise integra no seu objetivo estratégico "Proteger e valorizar o ambiente com enfoque (...) na prevenção dos riscos naturais" atendendo-se assim à adoção de um modelo de gestão sustentável e à integração dos princípios de sustentabilidade ambiental do espaço florestal do concelho. Refere-se ainda o PMDFCI de Mafra como um importante instrumento municipal na gestão florestal, sobretudo na sua preservação e conservação. Desta forma, será tida em consideração a componente florestal, sendo esta monitorizada pela aplicação das ações estabelecidas no PMDFCI de Mafra, bem como assegurada a execução e manutenção das faixas de gestão de combustível, complementada por uma gestão mais eficaz dos espaços florestais envolventes. Desta forma, o município dará cumprimento a estes objetivos na medida em que, conservando e preservando o espaço florestal, permitirá que este esteja disponível para usufruto das suas funções. Por ouro lado, no Regulamento que suporta a atual plano são também expressos princípios de gestão do espaço florestal
	Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão dos incêndios	+	

Quadro 36 – Análise dos contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD4.

7.4.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a Qualidade Ambiental serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de Plano (Quadro 48).

Oportunidades	Ameaças
• Criação de novos polos de desenvolvimento económico com um aumento da competitividade do concelho • Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção, exploração das unidades industriais a instalar • Desenvolvimento de uma economia mais sustentável	• Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de ocorrência de sismo

Quadro 37 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD4.

A presente proposta de plano pretende uma valorização do território em estudo através da melhoria das condições económicas e sociais, do reordenamento do espaço e suas infraestruturas bem como o aumento da competitividade do concelho. Esta proposta de plano dará suporte à criação de nova zona empresarial e industriais, que se pretende que promova o desenvolvimento económico e social do município, e que aumentem a competitividade do território. A implantação destes novos polos de atividades económicas atrairá novos investimentos e criará, consequentemente, um aumento das oportunidades de emprego bem como da diversidade da oferta laboral, facto que incentivará a fixação das populações e estimulará a economia do concelho. No entanto, e resultado das caraterísticas biofísicas do concelho, importa analisar cada uma das condicionantes e perceber qual o efeito do plano nas mesmas.

A implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta estas condicionantes naturais como forma de minimizar os efeitos das ações e aumentar a conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento no território naquela região. As ações previstas preveem uma conservação e valorização dos valores naturais do território, dentro dos quais a componente florestal. No entanto, existem riscos associados, como sejam o de incêndio. Esta possibilidade acarretará destruição da biodiversidade bem como efeitos ao nível económico e social. Em consequência da ocorrência de incêndios também se registará uma degradação ao nível dos solos e das suas caraterísticas. Na sequência destes eventos de incêndios florestais a dimensão da floresta sofrerá uma redução, facto que contribuirá para uma redução das quantidades de carbono capturadas.

Todas as medidas de prevenção de incêndio devem ser estudadas e implementado um plano de prevenção e emergência face ao incêndio, com soluções de contingência em virtude de cenários distintos. Ainda a referir que a implantação de novas estruturas ou equipamentos deverá ter em conta este risco e deverá atender ao estabelecido nos instrumentos com influências neste domínio como forma de minimizar os efeitos das ações e aumentar a conservação e preservação dos recursos, bem como servir de vetores de ordenamento no território da região.

Ressalva-se, no entanto, que as ações definidas no PMDFCI já estão em implementação bem como as diversas ações de sensibilização e informação que a autarquia desenvolve junto da população em geral com o intuito de alertar para os benefícios da presença do espaço florestal e de como este poderá ser conservado.

Ainda relacionado com as caraterísticas do território em análise um outro aspeto que merece atenção é o risco de sismicidade. Pese embora não se ter registado até à data nenhum evento que mereça destaque e tenha gerado efeitos significativos na região, não se poderá esquecer a localização do concelho sobre uma falha que, em caso de movimento, poderá destruir parte do território. Sendo assim, aquando da implantação de novos projetos, este aspeto deverá ser tido em consideração bem como a minimização dos seus efeitos na possibilidade de ocorrência de um evento desta natureza.

7.4.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de plano e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. As diretrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ao nível do risco de: incêndio, movimentação de vertentes, sismicidade e acidentes industriais.

Diretrizes de monitorização	Indicadores	Unidade	Fonte
Monitorizar as estratégias para minimização de ocorrência de incêndios	Número de ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do Plano de Emergência da Proteção Civil do Concelho de Mafra	N.º	CMM
Monitorizar os possíveis eventos de erosão	Medidas de contenção face á ocorrência de erosão	N.º	CMM
Estabelecer medidas de sensibilização para a ocorrência de Sismos	Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos	N.º	CMM/ ANPC
Prevenir a ocorrência de acidentes graves	Ações de sensibilização "Acidentes Industriais"	N.º	CMM

Quadro 38 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD4.

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de risco de incêndio:

- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigatoriedades estabelecidas no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de novembro).

Relativamente à movimentação de vertentes, e em resultado das características biofísicas do território, devem ser consideradas as seguintes orientações:

- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao risco de ocorrência de sismos, as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção antissísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do concelho;
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- Promoção de ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promoção da realização de exercícios de simulacro. Importa ainda referir que se torna importante a informação e sensibilização das populações e entidades face às caraterísticas biofísicas do concelho e às possibilidades de risco decorrentes das mesmas.

7.5. Fator Crítico para a Decisão – Desenvolvimento Humano e Territorial

A proposta de plano apresenta um conjunto de vetores estratégicos de desenvolvimento territorial que pretendem identificar e refletir sobre o conjunto de problemas e potencialidades existentes no município. Estes vetores estratégicos deverão constituir o suporte para a definição e implementação de políticas e de projetos estruturantes no território. A análise deste FCD pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de plano terá ao nível da organização territorial do plano, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta proposta, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade definidos nesta AAE. Estes objetivos de sustentabilidade pretendem contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território e para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere. Neste contexto e no âmbito da análise deste FCD, definiram-se três grandes domínios de avaliação, de forma a permitir um enquadramento da análise suportada nos objetivos de sustentabilidade definidos, que se ilustram no quadro que se segue.

7.5.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus Objetivos

De forma a auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efetuar, definiram-se os seguintes critérios de avaliação e respetivos indicadores para este FCD (Quadro 13), através dos quais, numa primeira abordagem, se irá proceder à caraterização da situação de referência e análise de tendências num cenário de não implementação da atual proposta de plano.

7.5.2. Situação Existente

Neste capítulo será efetuada a caraterização da situação existente na área do plano, tendo em conta os diversos indicadores definidos para cada domínio do Fator Crítico para a Decisão "Desenvolvimento Humano e Territorial". Será utilizada para esta análise a informação contida em diversos documentos estratégicos referentes ao município de Mafra, bem como os estudos já efetuados para a revisão do PDM. Além disso, será também utilizada a informação estatística disponibilizada pelo INE. Posteriormente será efetuada uma breve análise de tendências que tem como objetivo apresentar a evolução previsível na área do Plano, sem, no entanto, considerar a execução da proposta de plano.

Ordenamento do Território:

População Residente

Mafra constitui uma nova centralidade na AML, resultado de uma visão estratégica, e de uma política coerente, consistente e global, que pretende valorizar o seu território, através do respeito por todos aqueles que nele trabalham, vivem, investem e visitam.

Descrição	Santo Isidoro			Mafra			Portugal		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Óbitos (N.º)	32	25	29	124	147	126	108.539	110.573	109.586
Nados-vivos (N.º)	29	32	28	241	191	203	85.500	87.126	86.154

Quadro 39 – População Residente. Fonte: INE.

Neste sentido, e aproveitando a nova proposta de plano de pormenor da área de atividades económicas da Carrasqueira, importa analisar e avaliar os benefícios e desvantagens que a promoção das atividades económicas e do emprego que nesta área irá proporcionar.

A população residente, por local de residência, segundo os censos de 2011, na freguesia de Santo Isidoro, era de 3.648 pessoas, Mafra contava com 17.318 pessoas e a Ericeira com 9.831 pessoas. Verifica-se que a taxa de população desempregada em 2011, em santo Isidoro situava-se nos 10%, superior à freguesia de mafra, mas inferior às taxas das freguesias de Ericeira e Encarnação, como mostra a figura 28.

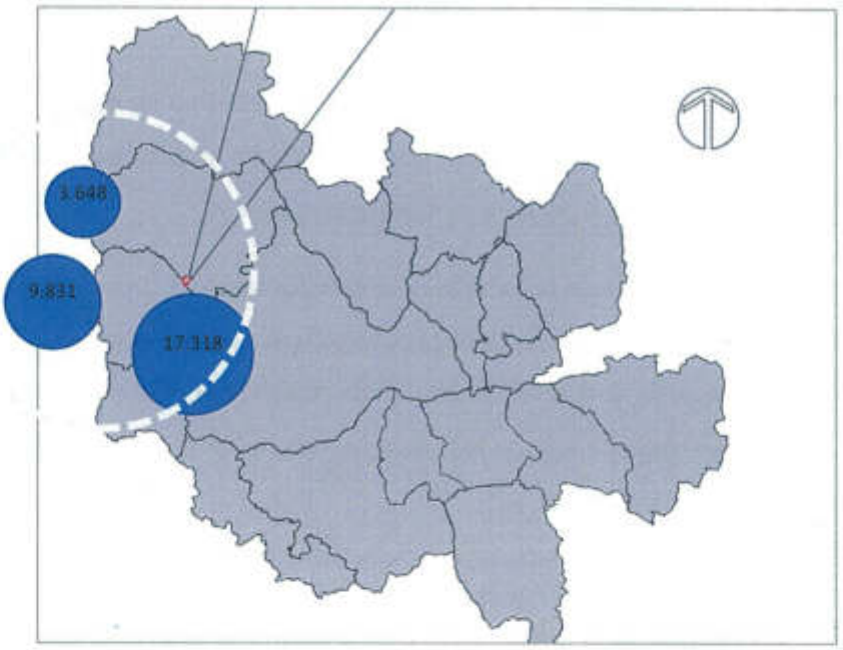


Figura 32 – População residente, por local de residência (2011). Fonte: INE

Densidade Populacional

De acordo com os indicadores estatísticos, a densidade populacional de Mafra tem vindo a aumentar desde o ano de 2015, tendo-se registado o valor mais alto em 2017, com cerca de 285,6 hab/km^2. Pelo quadro apresentado, verifica-se que o município de Mafra apresenta uma densidade populacional superior à registada para Portugal, mas inferior à registada para a Área Metropolitana de Lisboa.

Descrição	Mafra			AML			Portugal		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Hab./Km^2	281,0	283,2	285,6	932,8	935,7	939,8	112,1	111,8	111,6

Quadro 40 – Densidade Populacional. Fonte: INE.

Acessibilidades e Mobilidade:

A melhoria das atuais redes de infraestruturas rodoviárias na AML e no município de mafra constituiu instrumentos de acessibilidades entre pessoas e mercadorias, e nas dinâmicas pendulares entre as diversas freguesias no município de mafra, assim como para os municípios vizinhos.

No entanto verifica-se que o número de população residente (censos 2011) que entra (6544 pessoas) no município de mafra é bastante inferior ao que sai (19.823 pessoas) para trabalhar-estudar. O que significa que é importante reter a população que sai do município, através da atração de novas empresas empreendedoras, e desta forma promovendo a qualidade de vida da população residente, uma vez que a distância entre casa – trabalho é um fator chave nesta qualidade.

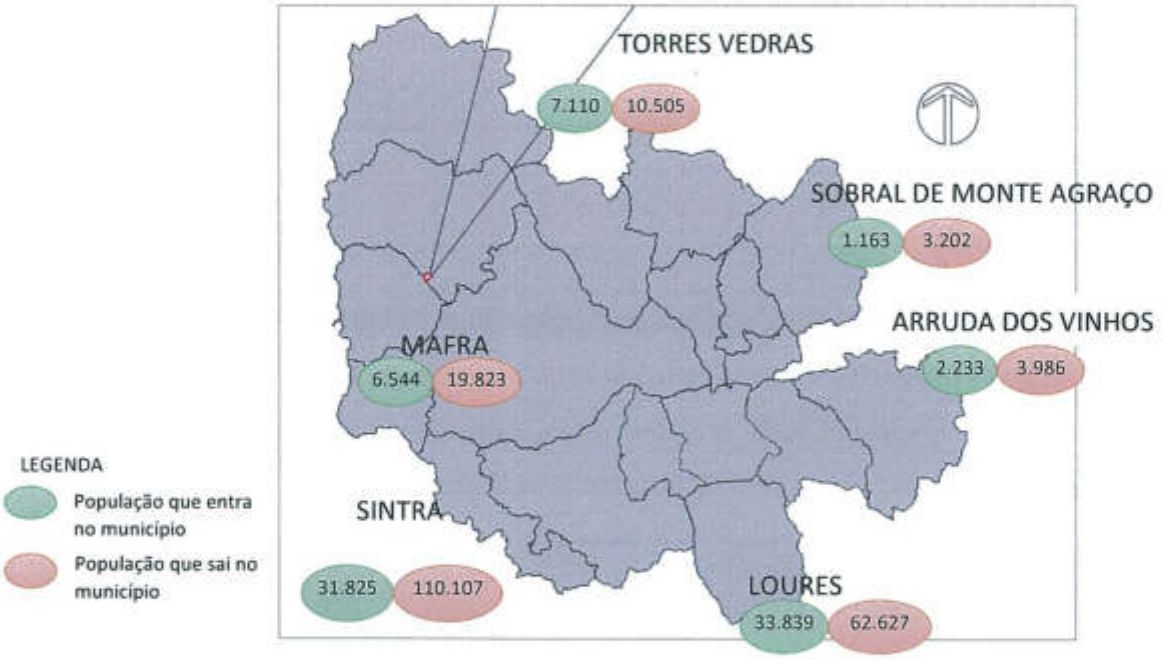


Figura 33 – Movimentos pendulares entre municípios (2011). Fonte: adaptado INE

Relativamente à questão da mobilidade foram tidos em consideração os seguintes pontos:

- Análise do ruído proveniente das vias no sentido de evitar impactes ao nível das emissões gasosas e do ruído, provocado pelo aumento do tráfego.
- Análise da adequabilidade do dimensionamento das infraestruturas vias de acesso, no sentido de aferir a capacidade de circulação de viaturas.
- Análise da existência e possibilidade de criação de condições para o acesso e operacionalidade de transportes públicos ao parque.

Competitividade e desenvolvimento económico:

A criação de condições para o desenvolvimento de uma dinâmica económica que fixe residentes e atraia competências, constitui uma preocupação no âmbito do Plano Diretor Municipal, no entanto, no decorrer deste é necessário avaliar o estado de arte, de modo a possibilitar a correção de possíveis desigualdades nas dinâmicas territoriais neste setor.

O concelho de Mafra, beneficiou com a proximidade à cidade de Lisboa, reforçada com a construção de autoestradas (A8 e A21), devidamente articuladas com uma rede viária que inclui, entre outras, quase 9 quilómetros de variantes.

Em solo urbano, de acordo com o PDM de Mafra em 2014, os espaços de atividades económicas (a estruturar) eram cerca de 175,3ha, os espaços de atividades económicas (a consolidadas) eram cerca de 129,7ha. Em solo rural, os espaços afetos a atividades industriais eram cerca de 15,3ha. Neste sentido, e para dinamizar estas áreas extremamente importantes para atrair novos investidores e aumentar os números de postos de trabalho, que consequentemente poderão atrair mais residentes, será necessário repensar as suas localizações.

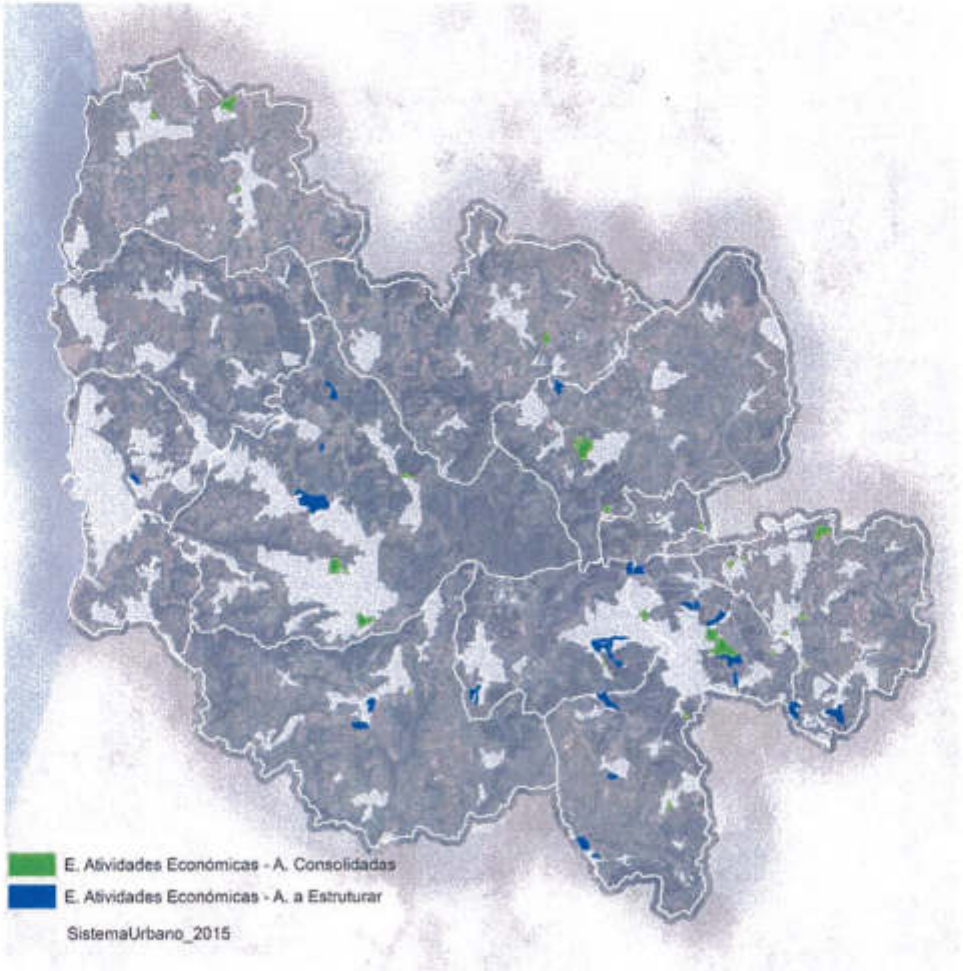


Figura 34 – Planta de localização dos espaços de atividades económicas (consolidados e a estruturar).

PRODUTIVIDADE

A produtividade das empresas instaladas no concelho de Mafra, têm demonstrado **dinâmica económica** com os contributos setoriais nas áreas da Agricultura, Silvicultura e Pescas, Industria, Construção e Serviços com cerca de 1%, do total Nacional.

PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As taxas de variação das exportações (**indicador 3.5**), apresentou entre 2015 e 2016, resultados positivos em cerca de 26%, contudo a mesma taxa foi reduzida entre 2016 e 2017, com valores negativos de 2%.

7.5.3. Análise de tendências

No que se refere ao FCD em análise, verifica-se que, na ausência de implementação da proposta de plano, não se preveem alterações significativas relativamente à tendência caracterizada na situação de referência.

Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendência de Evolução sem o PP
Ordenamento do Território	Acessibilidades e Mobilidade	Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos	0
Competitividade e Desenvolvimento Económico	Desenvolvimento económico	Comercio Internacional-Exportações	0
	Emprego	Postos de trabalho criados na área do PP	0
		Qualificações profissionais com formação superior	0
		Qualificações profissionais com formação técnica	0

Quadro 41 – Análise de tendências de evolução para FCD5.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

Após a análise do Fator Crítico para a Decisão- Desenvolvimento Humano e Territorial, efetua-se a análise SWOT de forma a entender as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças ao desenvolvimento e execução deste Plano de Pormenor, associadas ao fator em questão.

Forças:	Fraquezas:
• Localização geográfica • Manutenção da taxa de atividade • Existência de eixos rodoviários de importância e relevo regional, nacional e internacional, nomeadamente a A8 • Melhoria dos espaços públicos e consequente melhoria da qualidade de vida	• População a tornar-se envelhecida • Aumento da taxa de desemprego • Diminuição da população, nomeadamente em idade ativa • Nível de qualificação académica da população ainda relativamente baixo
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Aproveitamento dos espaços de interesse natural para o desenvolvimento de percursos que promovem a sustentabilidade ambiental e uma melhoria da qualidade de vida das populações • Proximidade com a Vila da Ericeira • Proximidade da A21 e A8, com ligações ao Porto e a Lisboa • Proximidade a centros de investigação e desenvolvimento (Universidade de Lisboa) • Comunidade com forte ligação ao mar	• Impactes ambientais e "consumo" de Solo com uso Florestal causados pela implantação de novas unidades económicas e de novos processos de urbanização • Abandono de áreas agrícola

Quadro 42 – Análise SWOT para o FCD5.

7.5.4. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Indicadores Definidos para o FCD5

Os objetivos estratégicos assumidos na proposta de plano consubstanciam efeitos positivos e negativos ao nível dos indicadores selecionados para a análise do FCD5.

Domínio de Avaliação	Indicadores	Efeitos esperados Positivos	Efeitos esperados Negativos
Ordenamento do Território	Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos	A concretização do modelo de ordenamento estratégico da proposta de plano irá aumentar o nível de qualidade de vida, o que suscitará a oportunidade de aumentar a população residente concelhia, bem como atrair população mais jovem, pelo que é esperado um efeito significativo.	0
Competitividade e Desenvolvimento Económico	Comercio Internacional-Exportações	A execução da proposta de plano permitirá a implementação de políticas de estruturação, infraestruturação e qualificação dos espaços de atividades económicas que, por sua vez, motivará a atração e fixação de mais unidades empresariais e de mais investimento e gerará maior capacidade de emprego.	0
	Postos de trabalho criados na área do PP		
	Qualificações profissionais com formação superior		
	Qualificações profissionais com formação técnica		

Quadro 43 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD5.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

Neste Fator Crítico para a Decisão promove-se a análise dos efeitos esperados do planeamento e execução da Proposta de plano, o qual visa, essencialmente, desenvolver e criar espaços estruturados e infraestruturados, com capacidade para potenciar e dinamizar a economia local, melhorando a qualidade de vida das suas populações e fomentando a organização espacial do território. A execução da proposta de plano integra princípios de sustentabilidade que se articulam, perfeitamente, com os instrumentos de política regional e nacional.

Com o intuito de verificar como a proposta de plano contribui para a concretização de metas e objetivos de sustentabilidade definidos nos diferentes instrumentos de referência estratégicos considerados relevantes para este FCD, foi realizada a análise que se concretiza no quadro que se segue. Os resultados reportam-se apenas aos objetivos sobre os quais se verifica um efeito positivo (+) ou negativo (-), permitindo reconhecer potenciais conflitos para os quais se deverá avaliar a possibilidade de introduzir medidas de mitigação.

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD –Desenvolvimento Humano e Territorial
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	+	A proposta de plano evidencia uma preocupação de conciliação entre os sistemas construídos e os sistemas naturais ao delimitar áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços, bem como ao definir e conciliar uma Estrutura Ecológica Municipal
	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	+	A proposta de plano define espaços destinados à implantação e desenvolvimento de atividades económicas e recorre ainda à localização estratégica destas atividades promovendo uma maior competitividade.
	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	+	
	Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	+	A proposta de plano tem como principal objetivo equilibrar as expectativas e estratégias de desenvolvimento municipal e as orientações contidas nos principais documentos orientadores para a definição de opções de política.
	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	+	
ENDS	Preparar Portugal para a "Sociedade de Conhecimento"	+	A proposta de plano integra estas preocupações ao definir como objetivos estratégicos a promoção da sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes; a promoção do desenvolvimento social do concelho; a promoção de condições de utilização sustentável do solo, do ar e dos recursos hídricos, tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas; a preservação do património; a proteção e salvaguarda dos valores naturais.
	Crescimento sustentado e competitividade à escala Global	+	
	Melhor Ambiente e Valorização do Património	+	
	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social	+	
	Melhor conetividade internacional do país e valorização equilibrada do território	+	
PNR -2000	Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede	+	A proposta de plano contribui positivamente para o alcance deste objetivo uma vez que apresenta como objetivo estratégico a promoção da equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas.
PROT-AML	"Igualdade e inclusão social (acesso a todos os serviços básicos adequados e a bom preço, por exemplo, educação, emprego, saúde, habitação, formação, transporte, etc.)	+	Os objetivos da proposta de plano preveem a promoção do desenvolvimento do concelho; reforçar e reorganizar as atividades económicas existentes e captar novas atividades empresariais e logísticas para o concelho.
	"Governo local" participação da comunidade local no planeamento e nos processos de decisão	+	
	Património cultural/qualidade do ambiente – proteção, preservação e restauro/reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitetónicos, reforçando o caráter atrativo e funcional dos espaços e edifícios e meio urbano e rural	+	
Compete 2020	Capacitar as empresas para a Internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações	+	O plano de pormenor evidencia o reforço e reorganização das atividades económicas existentes e captar novas atividades empresariais e logísticas para o concelho

Quadro 44 – Análise dos Contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCDS.

7.5.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta

A análise de oportunidades e ameaças previstas com a execução da proposta de Plano da AAEC é apresentada de forma sumária no Quadro 45, evidenciando as questões que decorrem dos principais impactes significativos, positivos e negativos, produzidos pela referida proposta.

Oportunidades	Ameaças
• Melhoria do estado de ordenamento de território contribuindo para um melhor equilíbrio entre os diversos usos e funções do sistema biofísico; • Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo; • Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados.	• Diminuição da população residente; • Tendência para a desertificação dos aglomerados populacionais mais isolados; • Aumento dos níveis de erosão do solo; • Baixa capacidade de atração de população.

Quadro 45 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD5.

No que diz respeito a este fator crítico as ameaças prendem-se essencialmente com a diminuição da população residente que se tem vindo a verificar. No entanto os potenciais efeitos positivos significativos resultantes da proposta de plano (analisados anteriormente neste FCD) permitem criar oportunidades para o concelho ao nível do desenvolvimento humano e territorial. Do ponto de vista do ordenamento territorial, o balanço entre as ameaças e as oportunidades é favorável à proposta de plano uma vez que potencia a organização espacial do território e contribui para uma afirmação da competitividade da base económica local, indo de encontro às metas e orientações estratégicas propostas pelos diferentes programas e políticas de âmbito nacional, regional e local.

7.5.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de plano, no que respeita ao ordenamento do território, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Diretrizes de monitorização	Indicadores	Unidade	Fonte
Monitorizar o número de utilizadores da rede de transportes públicos	Evolução do número de utilizadores da rede de Transportes Coletivos	N.º	CMM
Monitorizar a dinâmica económica do Plano	Comercio Internacional-Exportações	€	CMM
Monitorizar a criação de postos de trabalho	Postos de trabalho criados na área do PP	N.º	CMM
Monitorizar a formação dos empregados com formação superior	Qualificações profissionais de formação superior	%	CMM
Monitorizar a formação dos empregados com formação técnica	Qualificações profissionais de formação técnica	%	CMM

Quadro 46 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD5.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD5:

- Garantir e incentivar a afirmação de uma imagem urbana atrativa onde a qualidade dos espaços públicos, a linguagem arquitetónica, as caraterísticas do edificado, o acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva e acesso a todas as infraestruturas, constituam elementos relevantes da qualidade do espaço;
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, através da criação de emprego;
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades sentidas pelo tecido empresarial local;

- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural;
- Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município criando espaços urbanos e urbanizáveis devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam um equilíbrio e o respeito pelo sistema biofísico.

Concluindo, espera-se que a presente proposta de plano da AAEC contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal desejáveis, potenciando os fatores e as oportunidades de desenvolvimento que decorrem da localização geográfica do município, do quadro de acessibilidades existente e programadas, da tradição e da dinâmica industrial e empresarial e na aposta na qualificação e valorização dos valores paisagísticos e ambientais.

7.6. Fator Crítico para a Decisão – Governança

7.6.1. Descrição do Fator Crítico para a Decisão e seus objetivos

A realização do plano de pormenor pode constituir uma oportunidade e um desafio para melhorarem a sua relação e interação com os cidadãos, instituições e agentes de desenvolvimento em geral, instituindo e promovendo parcerias, assumindo uma atitude de proximidade com todos os interlocutores. Está em causa a capacidade de efetuar uma segmentação de públicos alvo e de decisores chave e de estabelecer as estratégias de promoção adequadas às caraterísticas de cada um desses segmentos, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica.

Pretende-se apoiar um modelo socioeconómico de desenvolvimento alicerçado num planeamento participativo que aborde aspetos determinantes para garantir padrões de qualidade ambiental e de competitividade. O papel dos agentes de desenvolvimento poderá ser fundamental para assegurar esta dinâmica, na medida em que o perfil profissional destes agentes remete para o desenvolvimento de um conjunto de competências transversais relacionadas com o apoio às comunidades locais na medida em que se verifica uma melhoria dos serviços prestados ao cidadão e aos agentes socioeconómicos.

No quadro 13 apresentam-se os domínios de avaliação definidos para o FCD6, e associa-lhes os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir.

7.6.2. Situação Existente

Neste capítulo pretende-se caracterizar a proposta de plano, desenvolvendo uma análise à situação existente no que respeita à governança.

O município de Mafra, em termos gerais, apresenta e divulga as suas iniciativas sob diferentes formas, nomeadamente, através do Boletim informativo e site da Câmara Municipal de Mafra.

7.6.3. Análise de Tendências

A presente análise de tendências (decorrente de uma obrigação legal, conforme alínea b, n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio). O quadro que se segue apresenta um resumo da tendência de evolução de cada indicador, na ausência de implementação da proposta de plano.

Domínio de Avaliação	Critério de Avaliação	Indicadores	Tendência de evolução sem o PP
Governança	Agentes locais envolvidos	Agentes envolvidos	O
	Fontes de informação	Locais com informação disponível	O
	Envolvimento da comunidade	Participação em consultas públicas	O

Quadro 47 – Análise de tendências de evolução para o FCD6.

LEGENDA:

↗ Indicador evolui de forma positiva (relativamente à situação de referência)

O Indicador não apresenta alteração (relativamente à situação de referência)

↘ Indicador evolui de forma negativa (relativamente à situação de referência)

Análise SWOT

A análise SWOT, apresentada no quadro seguinte pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das caraterísticas da governança e das tendências existentes ao nível do plano, no cenário de não implementação da proposta de plano.

Forças:	Fraquezas:
• Identidade Forte • Dinâmica associativa, contribui para o desenvolvimento de atividades culturais, sociais e desportivas.	• Fracos Índices de participação eleitoral da população
Oportunidades:	**Ameaças:**
• Notoriedade e visibilidade da marca "M"	• Fraca adesão participativa por parte da população nos processos de tomada de decisão

Quadro 48 – Análise SWOT do FCD6.

7.6.4. Efeitos Esperados da Proposta

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os indicadores definidos para o FCD6

A análise dos efeitos esperados pela proposta de plano será efetuada tendo por base os efeitos significativos das opções estratégicas (e objetivos estratégicos correspondentes) assumidas pela proposta de plano que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos. Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos da proposta de plano podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores selecionados para a análise do FCD6, que são sistematizados no Quadro 51.

Domínio de Avaliação	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Governança	Agentes envolvidos	Uma vez que a proposta de plano apresenta como instrumento de referência o PNPOT, a sua base de desenvolvimento será orientada para "reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições". A proposta de plano contempla ainda um objetivo estratégico relacionado com o "Aumento da Eficiência da Governação", e outro relacionado com "Promover a associação de investidores dos diversos sectores de atividade do Concelho na criação de insígnias e marcas do Concelho com base em recursos e produtos endógenos sustentabilidade reconhecida (certificados)". Neste contexto a proposta de plano pretende promover uma integração dos principais agentes e atores nos projetos territoriais. Pelo referido anteriormente, considera-se o efeito positivo como significativo.	-
	Locais com informação disponível		
	Participação em consultas públicas		

Quadro 49 – Análise dos efeitos esperados pela proposta do plano, para o FCD6.

Análise da Relação entre as Opções Estratégicas do Plano e os Objetivos de Sustentabilidade do QRE

No presente capítulo será promovida uma análise que visa evidenciar a forma como o modelo de desenvolvimento da proposta de plano, que se traduz nas suas opções e objetivos estratégicos e mais concretamente no seu Regulamento, contribui para o cumprimento dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no QRE. Neste contexto, pretendem-se avaliar os efeitos significativos no ambiente resultantes da implementação da proposta de plano atendendo aos "objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o Plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua elaboração" (alínea d, n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio). A presente proposta de plano implica uma estratégia de desenvolvimento da autarquia que tenha em consideração as questões relacionadas com a

sustentabilidade ambiental, refletidas nos instrumentos considerados importantes no presente AAE, e cujos objetivos e metas se pretendem alcançar com a concretização da presente proposta de plano, nomeadamente: o PNPOT, a POR Lisboa e o COMPETE 2020. Esta análise permitirá avaliar em que medida o objeto de estudo contribui (+) (criando oportunidades) ou conflitua (-) (criando ameaças) com os objetivos delineados pelos instrumentos do QRE definido para a presente proposta de plano (Quadro 66).

QRE	Objetivos de Sustentabilidade	Efeito	FCD –Desenvolvimento Humano e Territorial
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	+	As diferentes opções estratégicas e objetivos do plano preveem a informação e participação dos cidadãos e população em geral.
	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	+	
	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	+	
	Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	+	
	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	+	
Compete 2020	Capacitar as empresas para a Internacionalização, com vista a promover o aumento das exportações	+	

Quadro 50 – Análise dos Contributos do plano para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do QRE, para o FCD6.

7.6.5. Oportunidades e Ameaças da Proposta

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a governança serão afetadas com a implementação da proposta de Plano. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de plano.

Oportunidades	Ameaças
• Notoriedade do território • Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão. • Fixação populacional • Desenvolvimento económico e social	• Insatisfação da população • População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento.

Quadro 51 – Análise das oportunidades e ameaças, para o FCD6.

Nos dias que correm, a integração da governança nos processos participativos e a relação entre a autarquia e os cidadãos/instituições/agentes de desenvolvimento em geral reveste-se de extrema importância. A promoção de um desenvolvimento alicerçado num planeamento participativo que aborde aspetos determinantes para garantir padrões de qualidade de vida, qualidade ambiental e de competitividade nos quais a população se reveja, é fundamental para tornar o processo de planeamento eficaz. No entanto, poderá existir por parte da população alguma dicotomia na medida em que os interesses podem diferir e nestes casos a ação dos agentes poderá ser colocada em causa por insatisfação da população. Neste caso, a população poderá constituir-se como uma barreira no processo de decisão e comprometer a tomada de decisão e o desenvolvimento económico e social previsto para o território. Pelo referido, é de extrema importância a informação e sensibilização dos cidadãos bem como o seu esclarecimento. Estes elementos são a força e vetores da cidadania, que levam ao desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e interventiva, e onde a ação social e responsabilização integra as atividades da sociedade. Desta forma, e dado que o Plano em análise integra objetivos que vinculam à participação pública e informação, é de esperar um contributo no desenvolvimento de uma cultura própria e de agentes de desenvolvimento que efetivem as suas missões. Conseguir-se-á desenvolver neste território índices de qualidade de vida elevados os quais serão dinamizadores de fixação populacional e de desenvolvimento da região, contribuindo para uma notoriedade de excelência do território do concelho de Mafra.

7.6.6. Diretrizes para Seguimento e Monitorização

As diretrizes para seguimento constituem orientações ou recomendações para se efetivar um acompanhamento dos efeitos da proposta de plano que tenha em vista a integração dos princípios da sustentabilidade.

Diretrizes de monitorização	Indicadores	Unidade	Fonte
Monitorizar os Agentes locais envolvidos	Agentes envolvidos	n.º	CMM
Monitorizar as Fontes de informação	Informação disponível	n.º	CMM
Monitorizar o envolvimento da Comunidade	Participação em consultas públicas	n.º	CMM

Quadro 52 – Diretrizes e indicadores de monitorização para o FCD6.

8. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Compete à Câmara Municipal a definição da oportunidade assim como na definição dos termos de referência para a realização dos planos municipais, sem o prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares, de acordo com o n.º 1, do artigo 88.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Está consagrada no ordenamento jurídico nacional a necessidade de submeter a realização de um conjunto de projetos a uma prévia avaliação do seu impacte ambiental. Assim e de acordo com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, antes da aprovação do PPAAEC e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal de Mafra promove a consulta para emissão de parecer às entidades com responsabilidades ambientais específicas, às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da execução do PP.

Encerrado o período de acompanhamento, é então realizada a abertura do período de consulta pública, através de aviso a publicar no Diário da República, pretendendo assim recolher sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas.

Tanto a consulta pública, como o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos, nomeadamente na página da Internet da Câmara Municipal de Mafra, mas também na comunicação social.

Durante a elaboração dos planos municipais, a câmara municipal deve facultar aos interessados todos os elementos relevantes, para que estes possam conhecer o estado dos trabalhos e a evolução da tramitação procedimental, bem como formular sugestões à autarquia ou à comissão consultiva, de acordo com do n.º 1, do artigo 88º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio .

9. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do PPAAEC, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, e permite identificar as entidades e os agentes envolvidos e as suas responsabilidades.

Entendendo-se governança "como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia", (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para a ação para o PPAAEC (Quadro 55), que garanta o cumprimento dos objetivos estipulados relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão, face dos riscos e oportunidades identificados, bem como à concretização das diretrizes propostas.

O papel do quadro de governança é vital no estabelecimento de prioridades e para assegurar o foco da AAE, assim como para validar a avaliação e levar a cabo o seguimento através de processos de aprendizagem.

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	-Acompanhar a execução do Plano na sua área territorial de competência. - Definir políticas e macro-estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal. -Manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável. - Disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada.
Câmara Municipal de Mafra (CMM)	- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PPAAEC decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Garantir execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Implementar as medidas e recomendações identificadas na AAE. - Assegurar a integração destas medidas ao nível das diversas politicas sectoriais e envolvendo os agentes económicos e sociais mais representativos - Planear a sua atuação; monitorizar e acompanhar as ações e medidas.
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT)	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano, nomeadamente os projetos e ações desenvolvidos no âmbito das suas competências.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)	- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.

Direção Geral do Território (DGT)	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano, nomeadamente os projetos e ações desenvolvidos no âmbito das suas competências.
Energias de Portugal (EDP)	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano, nomeadamente os projetos e ações desenvolvidos no âmbito das suas competências.
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)	- Acompanhar a execução do Plano na sua área territorial de competência
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	- Acompanhar a execução do Plano na sua área territorial de competência. - Informar e sensibilizar a população, os agentes e as organizações para a importância dos valores naturais.
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	- Acompanhar a execução do Plano. - Assegurar a atividade de planeamento civil de emergência -Promover a previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro - Fiscalizar no âmbito da segurança contra incêndios - Acompanhar todas as operações de proteção e socorro, prevendo a necessidade de intervenção de meios complementares e assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro.
Lisboa Gás (LG)	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano, nomeadamente os projetos e ações desenvolvidos no âmbito das suas competências.
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano, nomeadamente os projetos e ações desenvolvidos no âmbito das suas competências.
Empresas a instalar no PPAAEC	- Adotar soluções ambientalmente mais adequadas para a sua atividade. - Cumprir o estabelecido no PPAAEC
Agentes Locais	- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas -Participar ativamente nos processos de consulta pública e no seguimento do processo.

Quadro 53 – Quadro de Governança para a Ação.

10. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

No sentido de que a proposta do PPAAEC possa ter uma contribuição determinante e positiva para o desenvolvimento sustentável da área em questão e das áreas de proximidade, desenvolveram-se medidas de implementação de um plano de controlo e monitorização que pretende garantir o cumprimento das diretrizes de planeamento, gestão, de monitorização e avaliação, aquando da execução do PPAAEC.

Estas orientações incluem a maioria das medidas preconizadas anteriormente referidas para seguimento de cada um dos fatores críticos para a decisão.

De acordo com o artigo 11.º da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho, e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, os resultados das ações previstas no Plano de Controlo, designadamente as ações de monitorização serão atualizadas com uma periodicidade mínima anual, pela entidade responsável da elaboração do Plano, deverão ser divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos.

No entanto, devido à área do plano proposta se apresentar bastante consolidada, propõe-se que a revisão integral do Plano de Controlo definido seja realizada de 2 em 2 anos, por parte da Câmara Municipal de Mafra. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas, metas e/ou indicadores.

11. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A participação pública em processos de ordenamento do território tem como principal objetivo o envolvimento, a interação, a informação e a consulta do público nas atividades de planeamento.

A fase de participação pública no decorrer de um plano municipal de ordenamento do território é a expressão do princípio da participação dos interessados em decisões administrativas, e assim proceder conforme ao artigo 2º da Constituição da República, ao Princípio da Democracia Participativa.

Um dos objetivos do município de Mafra, é de incentivar o aprofundamento permanente do processo de articulação e diálogo entre as populações e a Câmara Municipal, através do envolvimento direto em processos de diálogo estruturados de eleitos, técnicos municipais, cidadãos na procura de soluções mais adequadas aos problemas, anseios e aspirações das populações.

Durante a elaboração dos planos municipais, a Câmara Municipal faculta aos interessados todos os elementos relevantes, para que possam conhecer o estado dos trabalhos e a evolução da tramitação procedimental, bem como formular sugestões à autarquia ou à comissão consultiva.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos formulados para o PP visam o enquadramento de uma operação de requalificação de um território degradado, permitindo a reposição da qualidade na utilização do local, associada à qualidade paisagística e ao potencial de desenvolvimento económico e de fixação de população para aglomerados de proximidade à área de intervenção proposta.

A proposta do PPAAEC, visa concretizar o disposto no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

No processo de AAE foram tidas em consideração quatro Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Mafra:

- "Salvaguarda e promoção do Património natural e cultural";
- "Consolidação do Sistema Urbano e das Acessibilidades";
- "Promoção das Atividades Económicas";
- "Redefinição do modelo de ocupação espacial".

Estas opções e os objetivos estratégicos, associados ao conhecimento dos Fatores Ambientais, ao conjunto de instrumentos que constituem o Quadro de Referencia Estratégica, suportam a determinação dos seis Fatores Críticos de Decisão analisados:

- Conservação da Natureza e Biodiversidade
- Paisagem
- Qualidade Ambiental
- Prevenção de Riscos e Adaptação às Alterações Climáticas
- Desenvolvimento Humano e Territorial" e a "Governança

Na avaliação efetuada não foram identificadas questões ambientais negativas significantes que não possam ser alvo de aplicação de medidas de gestão ambiental, implícitas nas diretrizes de monitorização.

Salienta-se que a proposta de orientações de monitorização apresentadas no Relatório Ambiental para cada Fator Crítico de Decisão, com base numa lógica de sustentabilidade, que permitirá ao município realizar obter uma direção ambientalmente correta dos efeitos da execução do Plano.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Câmara Municipal de Mafra. (2016). Estratégia para a Dinamização Económica de Mafra.

Câmara Municipal de Mafra (2016). Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Mafra.

DGOTDU (2008); "Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território", Coleção Documentos de Orientação 01/2008, DGOTDU, Lisboa.

PARTIDÁRIO, M., (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE.

PARTIDÁRIO, M., (2007); "Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas", APA, Lisboa.

ANEXO 1 – CONSULTA ÀS ENTIDADES COM RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS ESPECÍFICAS

Conforme disposto no n.º 3, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), conjugado com o disposto no n.º 3, do Artigo 83.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio e com o n.º 4 do Artigo 12.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro, a entidade responsável pela elaboração do Plano, neste caso a Câmara Municipal de Mafra, "[....] solicitou parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação", e ser considerado para efeitos da elaboração do Relatório Ambiental.

Neste âmbito, a consulta efetuada teve por base o Relatório de Fatores Críticos, o qual correspondeu ao resultado do primeiro momento da presente AAE, com o objetivo de determinar o âmbito e o alcance da informação ambiental a tratar no presente Relatório Ambiental, através da identificação do conjunto de Fatores Críticos de Decisão, dos respetivos critérios de sustentabilidade e dos indicadores que suportam a caraterização da situação de referência e a análise de efeitos esperados com a aplicação do Plano.

As entidades consultadas e que emitiram parecer, no âmbito do RA, encontram-se listadas no quadro seguinte.

Entidade Consultada (ERAE)	Resultado do Parecer	Comentários(S/N)
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Parecer Favorável Condicionado	S
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT)	Parecer Favorável Condicionado	S
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)	Parecer Favorável Condicionado	S
Direção Geral do Território (DGT)	Parecer Desfavorável	S
Energias de Portugal (EDP)	Parecer Favorável Condicionado	S
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)	Parecer Favorável	S
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Parecer Favorável	S
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	Parecer Favorável	S
Lisboa Gás (LG)	Parecer Favorável	S
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	Parecer Favorável	S

Quadro 54 – Pareceres das ERAE.

CERTIPROJECTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

- CARRASQUEIRA – PINHAL DOS FRADES -

MAFRA

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ACÚSTICAS

DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO

Assinado de forma digital por
JORGE MANUEL OLIVEIRA
MACHADO DE FIGUEIREDO
CARDOSO
Dados: 2019.10.07 17:19:34 +01'00'

AGOSTO 2019

CERTIPROJECTO - Arquitectos e Engenheiros Consultores, Lda. | **DIVISÃO DE ACÚSTICA APLICADA**
EN 247, Km 66,2, Condomínio Empresarial do Celão, Fracção O, 2705-841 Terrugem, Sintra
Tel: 214 549 250 | Fax: 214 549 259 | E-Mail: geral@certiprojecto.pt

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS 3
2. ENQUADRAMENTO LEGAL 4
3. METODOLOGIA ADOPTADA 7
4. ASPECTOS RELEVANTES DO PROJECTO 8
5. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SONORO ACTUAL 9
5.1 MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE MAFRA 9
5.2 NÍVEIS SONOROS OBSERVADOS ACTUALMENTE 9
5.3 APRECIAÇÃO DO AMBIENTE SONORO ACTUAL 10
6. SIMULAÇÃO DA PROPAGAÇÃO SONORA 11
6.1 GENERALIDADES 11
6.2 PROGRAMA DE CÁLCULO UTILIZADO 11
6.3 ELABORAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DOS MODELOS DE CÁLCULO (RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS) ... 11
7. INTERPRETAÇÃO DOS MAPAS DE RUÍDO 15
7.1 AMBIENTE SONORO ACTUAL (ANO 2019) 15
7.2 AMBIENTE SONORO FUTURO (COM PROJECTO) 15
8. VERIFICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO (DECRETO-LEI N.º 9/2007) 17
9. NOTA CONCLUSIVA 18
ANEXO I: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 19
ANEXO II: MAPAS DE RUÍDO DO CONCELHO DE MAFRA 20
ANEXO IV: MAPAS DE RUÍDO 23

PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA – CARRASQUEIRA – PINHAL DOS FRADES– MAFRA

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES ACÚSTICA

DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO

1. INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

O Plano de Pormenor em análise contempla um terreno actualmente desocupado, delimitado a Poente pela M616 – Estrada da Ponte, Carrasqueira, Pinhal dos Frades, e corresponde à implantação de 3 parcelas com uso industrial, serviços e logística.

Assim, importa avaliar quer a aptidão das áreas em causa para os usos previstos, em termos de ambiente sonoro e à luz do **Regulamento Geral do Ruído**, **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro**, quer as condições acústicas futuras, decorrentes da operação urbanística do tipo em apreço.

Na envolvente da área em estudo, onde se prevê a Operação Urbanística, existem zonas com ocupação sensível ao ruído (edifícios habitacionais) onde importa também analisar o ambiente sonoro previsivelmente resultante do funcionamento do projecto, face às disposições regulamentares acima referidas.

Assim, a presente avaliação visa caracterizar o ambiente acústico no local de implantação do Plano, e avaliar a eventual afectação por este provocada no ambiente acústico exterior, designadamente para os residentes nas proximidades dos terrenos afectos à operação urbanística.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO (RGR), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro**, estabelece o seguinte:

Artigo 3.º
Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

(...)

i) Indicador de ruído: o parâmetro físico-matemático para a descrição do ruído ambiente que tenha uma relação com um efeito prejudicial na saúde ou no bem-estar humano;

j) Indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno (L_{den}): o indicador de ruído, expresso em dB(A), associado ao incómodo global, dado pela expressão:

$$L_{den} = 10 \times \log 1/24 \left[13 \times 10^{Ld/10} + 3 \times 10^{(Le+5)/10} + 8 \times 10^{(Ln+10)/10}\right]$$

l) Indicador de ruído diurno (L_d): o nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão actualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos diurnos representativos de um ano;

m) Indicador de ruído do entardecer (L_e): o nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão actualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos do entardecer representativos de um ano;

n) Indicador de ruído nocturno (L_n): o nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão actualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos nocturnos representativos de um ano;

o) Mapa de ruído: o descritor do ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores L_{den} e L_n, traçado em documento onde se representam as isófonas e as áreas por elas delimitadas às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em dB(A);

p) Período de referência: o intervalo de tempo a que se refere um indicador de ruído, de modo a abranger as actividades humanas típicas, delimitado nos seguintes termos:

i) Período diurno - das 7 às 20 horas;
ii) Período do entardecer - das 20 às 23 horas;
iii) Período nocturno - das 23 às 7 horas;

q) Receptor sensível: o edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana;

(...)

s) Ruído ambiente: o ruído global observado numa dada circunstância num determinado instante, devido ao conjunto das fontes sonoras que fazem parte da vizinhança próxima ou longínqua do local considerado;

t) Ruído particular: o componente do ruído ambiente que pode ser especificamente identificada por meios acústicos e atribuída a uma determinada fonte sonora;

u) Ruído residual: o ruído ambiente a que se suprimem um ou mais ruídos particulares, para uma situação determinada;

v) Zona mista: a área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afecta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível;

x) Zona sensível: a área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período nocturno;

z) Zona urbana consolidada: a zona sensível ou mista com ocupação estável em termos de edificação.

(...)

Artigo 6.º
Planos Municipais de Ordenamento do Território

1 - Os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

2 - Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas.

3 - A classificação de zonas sensíveis e de zonas mistas é realizada na elaboração de novos planos e implica a revisão ou alteração dos planos municipais de ordenamento do território em vigor.

4 - Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos susceptíveis de vir a determinar a classificação da área como zona sensível, verificada a proximidade de infra-estruturas de transporte existentes ou programadas.

Artigo 11.º
Valores limite de exposição

1 - Em função da classificação de uma zona como mista ou sensível, devem ser respeitados os seguintes valores limite de exposição:

a) As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L_{den}, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_n;

b) As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_{den}, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador L_n;

c) As zonas sensíveis em cuja proximidade exista em exploração, à data da entrada em vigor do presente Regulamento, uma grande infra-estrutura de transporte não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador L_{den}, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador L_n;

(...)

3 - Até à classificação das zonas sensíveis e mistas a que se referem os n.os 2 e 3 do artigo 6.º, para efeitos de verificação do valor limite de exposição, aplicam-se aos receptores sensíveis os valores limite L_{den} igual ou inferior a 63 dB(A) e L_n igual ou inferior a 53 dB(A).

(...)

Artigo 12.º
Controlo prévio das operações urbanísticas

(...)

6 - É interdito o licenciamento ou a autorização de novos edifícios habitacionais, bem como de novas escolas, hospitais ou similares e espaços de lazer enquanto se verifique violação dos valores limite fixados no artigo anterior.

7 - Exceptuam-se do disposto no número anterior os novos edifícios habitacionais em zonas urbanas consolidadas, desde que essa zona:

a) Seja abrangida por um plano municipal de redução de ruído; ou

b) Não exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite fixados no artigo anterior e que o projecto acústico considere valores do índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea, normalizado, $D_{2m,n,w}$, superiores em 3 dB aos valores constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio.

3. METODOLOGIA ADOPTADA

A metodologia adoptada no presente trabalho consistiu essencialmente no seguinte:

1. Reconhecimento da zona onde se insere o projecto, avaliação (das condições) de aptidão para a operação urbanística e identificação dos receptores sensíveis potencialmente afectados pelo ruído com origem na intervenção;
2. Recolha de dados acústicos referentes ao ruído ambiente exterior na área em causa pelo Laboratório Acreditado da Certiprojecto, Lda. (Certipro-Lab), para caracterização do ambiente acústico actualmente em presença (caracterização da situação de referência);
3. Preparação, elaboração e calibração de modelo de cálculo tridimensional, para a previsão das condições acústicas;
4. Cálculo dos níveis sonoros de interesse e elaboração dos Mapas de Ruído para os indicadores regulamentares L_{den} e L_n;
5. Previsão das condições acústicas resultantes das actividades a desenvolver no âmbito da intervenção;
6. Avaliação da conformidade do ambiente sonoro exterior correspondente ao cenário de pleno funcionamento do empreendimento, com as exigências regulamentares relativas quer à aptidão acústica de áreas destinadas a edifícios com ocupação sensível (habitação – art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 9/2007), quer à incomodidade provocada para terceiros (art.º 13.º do mesmo diploma).

A previsão das condições acústicas futuras com o Projecto já construído, foi efectuada de forma quantificada, com recurso a mapeamentos acústicos, através da análise do ruído gerado pelas actividades a desenvolver no interior da área de interesse e pelo tráfego rodoviário eventualmente gerado/atraído pelo Projecto, em condições normais.

4. ASPECTOS RELEVANTES DO PROJECTO

O local de implantação previsto para o Plano em título, está inserido na proximidade de uma área urbana com ocupação sensível (habitacional), cujos receptores sensíveis mais próximos podem vir a sofrer o efeito de alterações do ambiente sonoro actual, determinadas pela construção e exploração do mesmo.

O presente Plano assume, de acordo com o art.º 3º - "Definições" e o art.º 6º "Planos Municipais de Ordenamento do Território", do Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro – RGR- e em concordância com o P.D.M., que a totalidade da sua área de intervenção não integra classificação acústica zonal – dada a tipologia da intervenção prevista ser exclusivamente industrial.
Salienta-se, no entanto que os receptores sensíveis mais próximos – povoação de Bairro Alto, se encontram em zona mista, estando por isso sujeitos aos limites regulamentares $L_{den} \leq 65$ dB(A) e $L_n \leq 55$ dB(A).

As principais fontes ruidosas actualmente existentes nas áreas com interesse para a presente análise são as vias de tráfego rodoviário, nomeadamente a M 616 – Estrada da Ponte e a actividade local e ruídos naturais.

5. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE SONORO ACTUAL

5.1 MAPA DE RUÍDO DO CONCELHO DE MAFRA

A análise aos *Mapas de Ruído* do Concelho de Mafra, elaborados no âmbito do Plano Director Municipal do Concelho (indicadores de ruído L_{den} e L_n, apresentados no Anexo II), permite observar que a área de intervenção se encontra numa zona pouco ruidosa em que os indicadores de ruído regulamentares apresentam valores ($L_{den} \leq 55$ dB(A); $L_n \leq 45$ dB(A)) abaixo dos limites aplicáveis (i.e., $L_{den} \leq 63$ dB(A); $L_n \leq 53$ dB(A)).

No entanto é de referir que, dada a escala do Plano Director Municipal, a principal fonte sonora de interesse (no Plano agora em análise), M616 – Estrada da Ponte, não foi integrada no mapeamento sonoro municipal, não sendo por isso legitimo dai extrair quaisquer conclusões.

5.2 NÍVEIS SONOROS OBSERVADOS ACTUALMENTE

A caracterização do ambiente acústico actual foi efectuada através da realização de campanhas de medição dos níveis sonoros observados *in situ*, nos períodos diurno, do entardecer e nocturno, em condições representativas da actividade local normal (nomeadamente a circulação de tráfego rodoviário).

A referida caracterização foi efectuada pelo CertiproLab, Laboratório de Ensaios Acústicos e Vibráticos da Certiprojecto que se encontra acreditado, para todos os registos / ensaios de Ruído Ambiente aplicáveis, com o nº L599 – IPAC, em Outubro de 2019.

No **Quadro I**, abaixo, são apresentados os níveis sonoros L_{Aeq}, em dB(A), registados nas condições actuais, nos pontos de medição acústica P01 e P02, e os valores dos indicadores de ruído regulamentares L_d, L_e, L_n e L_{den}, determinados com base nos valores dos níveis sonoros registados *in situ*.

QUADRO I

NÍVEIS SONOROS L_{AEQ}, EM dB(A), REGISTADOS IN SITU (OUTUBRO DE 2019) E VALORES DOS INDICADORES DE RUÍDO REGULAMENTARES L_D, L_E, L_N E L_{DEN}

LOCAL DE MEDIÇÃO ACÚSTICA		FONTES RUIDOSAS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEIS SONOROS L_{AEQ} [dB(A)]	L_D; L_E; L_N (2)	L_{DEN} (3)
N.º (1)	LOCAL / OCUPAÇÃO					
P01	Ponto de medição acústica localizado a 6,0 m M616 – Estrada da Ponte , a Nascente	Tráfego rodoviário envolvente; Actividade local	DIURNO	61 60	61	62
			ENTARDECER	59 57	58	
			NOCTURNO	52 55	54	
P02	Ponto de medição acústica localizado a 65,0 m da M616 . Estrada da Ponte	Tráfego rodoviário envolvente; Actividade local	Diurno	45 44	45	48
			Entardecer	42 40	41	
			Nocturno	40 41	41	

(1) *Local de Medição Acústica assinalados nos Mapas de Ruído Anexos (Anexo III)*

(2) L_d – indicador de ruído rellativo ao período diurno (7h – 20h); L_e – indicador de ruído relativo ao período de entardecer (20h-23h); L_n - indicador de ruído relativo ao período nocturno (23h-7h);

(3) $L_{den} = 10 \times \log 1/24\ [13 \times 10^{(Ld/10)} + 3 \times 10^{((Le+5)/10)} + 8 \times 10^{((Ln+10)/10)}]$ (art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 9/2007).

5.3 APRECIAÇÃO DO AMBIENTE SONORO ACTUAL

A análise do *Mapa de Ruído do Concelho de Mafra* e as observações efectuadas *in situ* permitiram confirmar que a principal fonte ruidosa com influência na área de intervenção é o tráfego rodoviário da M616 – Estrada da Ponte.

Os resultados das medições acústicas efectuadas (apresentados no Quadro I, atrás), indicam que a maioria da área do Plano é caracterizada por indicadores de ruído $L_{den} \leq 62$ dB(A) e $L_n \leq 48$ dB(A) traduzindo um ambiente sonoro calmo e próprio do meio rural em presença.

6. SIMULAÇÃO DA PROPAGAÇÃO SONORA

6.1 GENERALIDADES

Os *mapas de ruído* relativos ao Plano em titulo, foram obtidos com recurso a programa de cálculo automático específico para o efeito, adiante descrito, o qual permite simular a propagação sonora e calcular os níveis sonoros L_{den} e L_n, com base nas características da zona em causa e das fontes sonoras existentes e previstas, seguindo os procedimentos normalizados, as directivas europeias e as directrizes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) aplicáveis.

Das simulações efectuadas resultaram os *mapas de ruído* apresentados no Anexo IV, que traduzem graficamente a distribuição dos níveis sonoros do ruído com origem nas fontes consideradas (vias de tráfego rodoviário), através de gamas cromáticas de valores dos parâmetros L_{den} e L_n representativos de condições médias anuais.

Sublinha-se que os referidos níveis sonoros estão frequentemente sujeitos a variações decorrentes das normais alterações da actividade humana, bem como das condições meteorológicas.

6.2 PROGRAMA DE CÁLCULO UTILIZADO

O programa de cálculo automático utilizado para elaboração dos *mapas de ruído* do Plano em título designa-se *IMMI* e foi desenvolvido pela *Wölfel Software GmbH* (Alemanha).

O algoritmo de cálculo do programa é específico para simulação da propagação do ruído de tráfego rodoviário (CNOSSOS - ROAD) e é o estabelecido para o efeito no Decreto Lei n.º 136A/2019 para a elaboração de *mapas de ruído*.

6.3 ELABORAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO DOS MODELOS DE CÁLCULO (RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS)

Os modelos digitais de cálculo elaborados baseiam-se na cartografia actual da zona e na informação específica do Plano (topografia, traçado da rede rodoviária, localização de obstáculos à propagação sonora, etc.), fornecida em formato digital e complementada com elementos recolhidos nos levantamentos *in situ*, tendo sido preparados dois cenários distintos - *Situação Actual* (Ano 2019), e *Situação Futura (Com Projecto)*- para determinação dos indicadores L_{den} e L_n, de acordo com a regulamentação em vigor.

O modelo de cálculo foi parametrizado de acordo com as características das fontes sonoras consideradas – vias de tráfego rodoviário - das quais se destacam as mais importantes:

- volumes de tráfego de veículos ligeiros e pesados para cada período de referência (média horária);
- velocidades médias de circulação de veículos ligeiros e pesados;
- perfil transversal tipo (largura, número de vias, etc.);
- configuração dos taludes das bermas das vias (escavação, aterro, viaduto, etc.);
- características de emissão sonora da camada de desgaste;
- fluidez do tráfego.

Os algoritmos de cálculo consideram ainda outros efeitos não directamente relacionados com as fontes ruidosas (emissão sonora), mas que influenciam a propagação energética, tais como:

- dispersão geométrica e absorção atmosférica;
- reflexões sonoras e presença de obstáculos à propagação do ruído;
- características de reflexão/absorção sonora do terreno;
- efeitos meteorológicos.

Dado que os *mapas de ruído* para articulação com planos de ordenamento do território devem traduzir condições médias anuais, a parametrização das fontes sonoras do tipo "*vias de tráfego*", nos modelos de cálculo, deve ser feita, tanto quanto possível, com base em valores médios anuais dos volumes de tráfego em circulação.

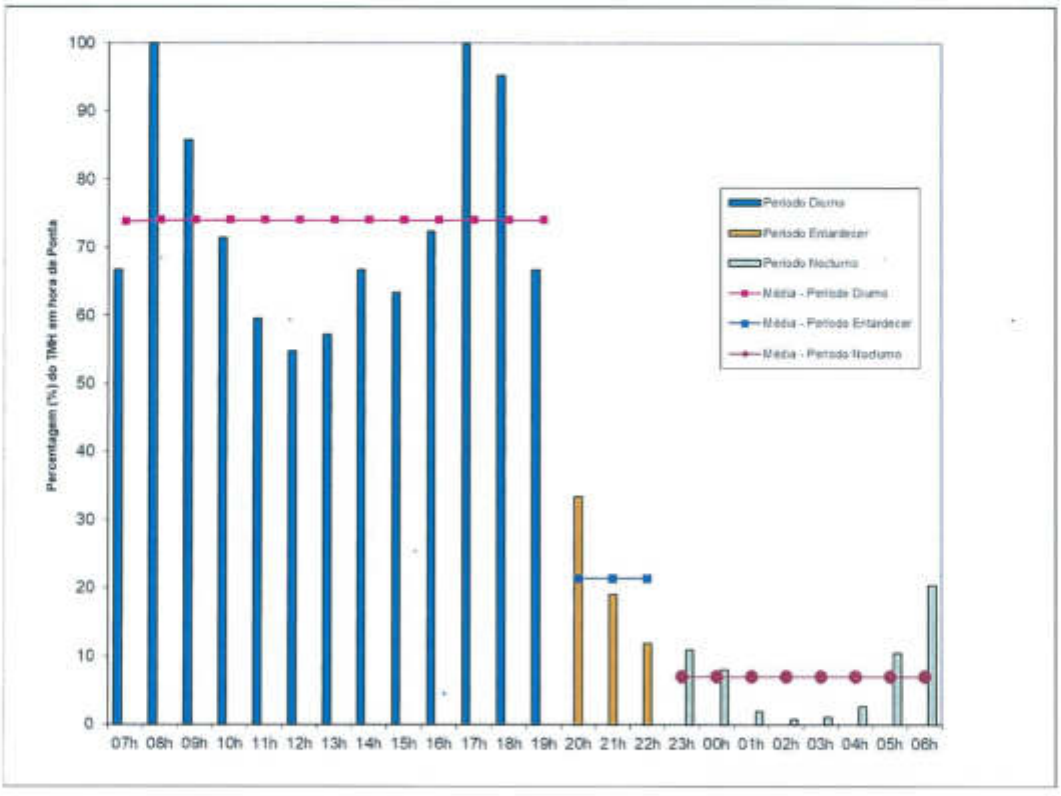
Neste contexto os modelos de cálculo para simulação da propagação sonora e elaboração dos mapas de ruído (cenários actual e futuro), foram parametrizados com base nos volumes de tráfego médio horário (TMH) para os períodos diurno, do entardecer e nocturno para a via envolvente, determinado a partir dos volumes de tráfego observados, considerando para o cenário futuro (com Projecto) um acréscimo de 25% relativamente ao actual, essencialmente atraído à área do Plano destinado a Industria, Serviços e Logística.

No presente caso, uma vez que não existem dados oficiais actualizados sobre o tráfego circulante nas infra-estruturas rodoviárias do Concelho do Mafra, foram efectuadas, contagens adequadas, através de várias amostragens em dias e horas distintos, visando, identificar a evolução dos volumes de tráfego, que permitam determinar valores representativos do Tráfego Médio Diário Anual (*TMDA*) para a via com interesse e para ambos os períodos de referência, para o ano de 2019.

Este procedimento é aconselhado na publicação da European Commission Working Group for Assessment of Exposure to Noise (WG-AEN) *"Good practice guide for strategic noise mapping and production of associated data on noise exposure"* [15].

Sublinha-se a este respeito que as normais variações dos volumes de tráfego rodoviário (bem como as eventuais diferenças relativamente à distribuição indicada no Gráfico I) não deverão determinar alterações significativas dos níveis sonoros médios resultantes, visto que estes níveis seguem uma relação logarítmica em função dos volumes de tráfego, sendo necessário que ocorram alterações muito expressivas destes volumes para que os níveis sonoros correspondentes sofram variações sensíveis ao ouvido humano (teoricamente, para que ocorra um acréscimo de + 3 dB(A) é necessária uma duplicação dos volumes de tráfego).

Gráfico I
Distribuição horária típica dos volumes de tráfego rodoviário
Fonte: *Certiprojecto, Lda*



QUADRO II – CARACTERÍSTICAS E PARÂMETROS DE CÁLCULO UTILIZADOS NA PREVISÃO DE NÍVEIS SONOROS

PROGRAMA DE CÁLCULO:

IMMI - Wölfel Software GmbH

ALGORITMO DE CÁLCULO:

Norma CNOSSOS - Road, especifica para ruído de tráfego rodoviário, indicada no Decreto-Lei n.º 136A/2019, de 6 de Setembro e recomendada pela Agência Portuguesa do Ambiente

MODELAÇÃO OROGRÁFICA DO TERRENO E IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS:

Baseada nas plantas do Plano e nos levantamentos de campo realizados.

CARACTERÍSTICAS DO TERRENO SOBRE O QUAL OCORRE A PROPAGAÇÃO SONORA:

Coeficiente de absorção sonora: $\alpha_{méd.} \approx 0{,}8$ (Medianamente absorvente sonoro)

FENÓMENOS DE REFLEXÃO ASSOCIADOS AOS OBSTÁCULOS À PROPAGAÇÃO SONORA , MALHA DE CÁLCULO E ALTURA DE CÁLCULO:

Número de Reflexões: 1
Malha de Cálculo: 5m x 5m
Altura de Cálculo: 4m

CENÁRIOS DE ESTUDO:

Situação Actual: 2019 | *Situação Futura (Com Projecto)*

CARACTERÍSTICAS DAS FONTES SONORAS (VIAS DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO):

VIA DE TRÁFEGO		PERFIL TRANSVERSAL TIPO	LARGURA TOTAL DA VIA	VELOCIDADES BASE DO PROJECTO [1]
VIA EXTERIOR	M616	2x1 vias	8m	50/60 km/h
VIAS INTERNAS	-	2x1 vias	8m	40/50 km/h

TRÁFEGO MÉDIO HORÁRIO (*TMH*) PREVISTO, EM VEÍCULOS/HORA [2]

Situação Actual: 2019

VIA DE TRÁFEGO	V.LIGEIROS			V.PESADOS MÉDIOS			V. PESADOS			V. MOTOR DE DUAS RODAS			CATEGORIA ABERTA		
	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.
M616	124	35	8	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Vias internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Situação Futura (Com Projecto)

VIA DE TRÁFEGO	V.LIGEIROS			V.PESADOS MÉDIOS			V. PESADOS			V. MOTOR DE DUAS RODAS			CATEGORIA ABERTA		
	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.	P. D.	P. E.	P. N.
M616	130	37	9	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Vias internas	1	0	0	0	0	0	6	2	1*	0	0	0	0	0	0

[1] – Na ausência de informação oficial foram adoptadas as Larguras da Plataforma e Velocidades Médias comuns neste tipo de empreendimentos.

P.D – Período Diurno | P.E – Período de Entardecer | P.N. – Período Nocturno

7. INTERPRETAÇÃO DOS MAPAS DE RUÍDO

7.1 AMBIENTE SONORO ACTUAL (ANO 2019)

A apreciação *in situ* na generalidade da área de intervenção do Plano, confirmada através da análise dos *mapas de ruído* correspondentes à *Situação Actual* – ano 2019 (Figuras n°1 e n° 2), permite identificar que o ambiente acústico se apresenta actualmente pouco perturbado, com níveis sonoros abaixo de $L_{den} \approx 60/65$ dB(A) e $L_n \approx 50/55$ dB(A)), até aproximadamente 8m da via.

Na restante área do empreendimento não existem fontes ruidosas significativas pelo que os níveis sonoros existentes cumprem, com segurança, os referidos valores limite regulamentares, sendo determinados por fontes de ruído naturais (vento, animais, etc.).

7.2 AMBIENTE SONORO FUTURO (COM PROJECTO)

As condições acústicas relativas *ao Cenário Futuro* resultarão essencialmente dos volumes de tráfego que circularão na M616 – Estrada da Ponte e da Via interna do Plano.

Refira-se que, em caso de ausência de construção do Plano, as condições acústicas futuras não iriam, previsivelmente, sofrer variações significativas uma vez que não se prevê a alteração dos volumes de tráfego em circulação na rede viária existente.

Assim, para o cenário futuro com a implantação e inicio de exploração dos usos afectos ao Plano em análise, prevê-se um pequeno acréscimo dos níveis sonoros locais relativamente ao cenário actual, resultante do aumento do tráfego de veículos pesados, afectos às actividades em proposta .

No entanto, na generalidade da área do Plano, o ambiente sonoro futuro (Figuras n.º 3 e 4), será caracterizado por valores dos indicadores L_{den} e L_n, manter-se-á pouco perturbado, sendo caracterizado por valores $L_{den} \leq 65$ dB(A) e $L_n \leq 55$ dB(A)).

Salienta-se ainda que, os usos previstos no presente plano são industriais, de serviços e logística não sensíveis ao ruído.

No Quadro III, adiante, apresentam-se os níveis sonoros de *ruído ambiente* previstos para o Cenário Futuro junto aos receptores sensíveis ao ruído potencialmente mais expostos.

QUADRO III

NÍVEIS SONOROS L_{den} E L_n, EM dB(A) PREVISTOS NAS FACHADAS MAIS EXPOSTAS DO EDIFÍCIO SENSÍVEIS EXISTENTE

LOCAL / OCUPAÇÃO [1]	PONTO RECEPTOR			NÍVEIS SONOROS EM dB(A)	
	DISTÂNCIA À FONTE [m]	ALTURA DO SOLO, h [m]	N.º	L_{den}	L_n
Edifício Habitacional Existente	a 112m da M616	h = 1,5m	**R01**	43	32
Edifício Habitacional Existente - desocupado	a 30m da M616	h = 1,5m	**R02**	50	38

Nota: Valores acima dos limites regulamentares assinalados a **negrito**.

A observação dos valores apesentados no Quadro III, acima permite prever que se verificará o cumprimento dos limites regulamentares estabelecidos para zonas mistas em ambos os receptores analizados.

8. VERIFICAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO (DECRETO-LEI N.º 9/2007)

No que respeita à área de implantação e dado que o Plano contempla a construção de edifícios industriais, de Serviços e logística, considera-se necessário garantir por um lado, a aptidão da área em termos de ambiente sonoro para uma operação urbanística deste tipo (tendo em conta o conforto dos utilizadores) e por outro, que os níveis sonoros futuros juntos dos receptores sensíveis existentes respeitam os limites regulamentares estabelecidos. Importa assim garantir que o projecto em apreço não conduza ao agravamento do ambiente sonoro na envolvente exterior.

No que concerne à aptidão da área de intervenção do Plano em causa para os fins propostos (industriais, serviços e logística), o edificado a implantar não está sujeito a quaisquer limites sonoros, dada a sua tipologia de utilização – não sensível ao ruído.

Os níveis sonoros previsivelmente apercebidos, em ambos os cenários analisados (Actual e Futuro), indicados atrás e ilustrados nos *mapas de ruído* em anexo, **verificam o cumprimento dos valores limite de exposição aplicáveis a zonas mistas na generalidade da área de interesse, em particular junto do receptor sensivel potencialmente mais exposto e situado na Povoação de Bairro Alto.**

9. NOTA CONCLUSIVA

No âmbito do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira, em Pinhal dos Frades, Concelho de Mafra, procedeu-se à apreciação do ambiente acústico da área de intervenção e envolvente próxima, em condições representativas da *Situação Actual* e da *Situação Futura* (com Projecto).

Identifica-se que a principal fonte ruidosa actualmente existente na área com interesse é a circulação rodoviária na M616 – Estrada da Ponte.

A análise dos resultados obtidos permite verificar que a área de intervenção tem aptidão para a implantação do edificado em proposta (industriais, serviços e logística), tendo em conta a não exigência de limites regulamentares aplicáveis.

O Plano não classifica a sua área de intervenção em termos acústicos dada a tipologia da sua utilização ser exclusivamente industrial, serviços e logística.

Em face do exposto, considera-se lícito concluir que, a Operação Urbanística aplicável ao Plano de Pormenor em título se encontra em condições acústicas de ser aprovada, no que respeita às condições acústicas actuais e futuras.

Sintra, 04 de Outubro de 2019

DIRECÇÃO TÉCNICA

Fernando Palma Ruivo, Eng.º
(Especialista em Engenharia Acústica Pela Ordem dos Engenheiros)

CERTIPROJECTO, LDA
DEPARTAMENTO DE ACÚSTICA AMBIENTAL
TÉCNICO RESPONSÁVEL

Jorge Cardoso, Eng.º
(DFA em Engenharia Acústica)

COLABORAÇÃO
Marta Antão, Geografa
Luís Lobo, Eng.º

j:\cm_mafra\0284t2019_av. acustica - pp da área de actividades economicas da carrasqueira - mafra\tecnico\0284t2019_ppcarrasqueira.docx

ANEXO I: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO
REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO

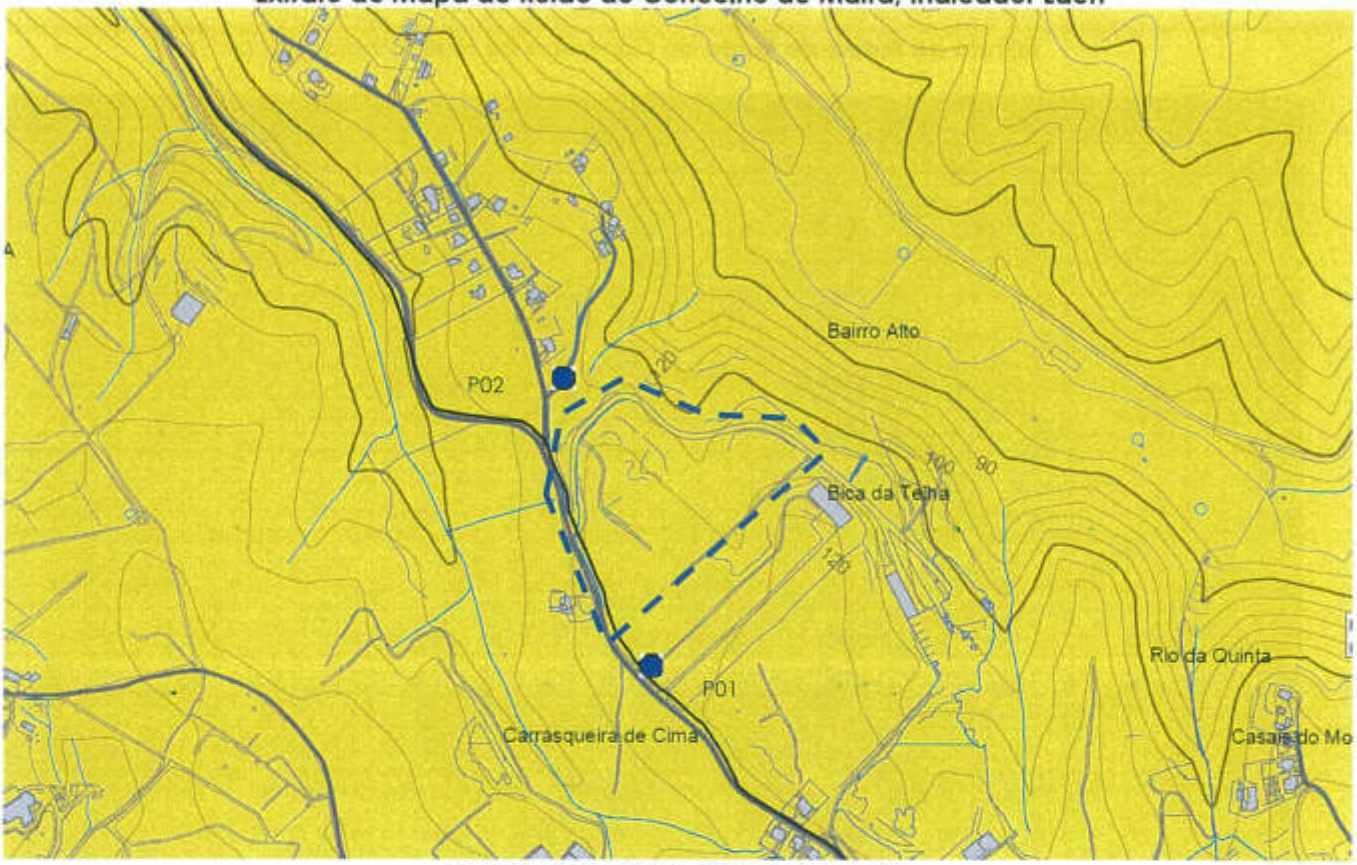
[2] PORTARIA N.º 113/2015, DE 22 DE ABRIL

[3] NORMA PORTUGUESA NP ISO 1996:2011
"ACÚSTICA. DESCRIÇÃO, MEDIÇÃO E AVALIAÇÃO DO RUÍDO AMBIENTE
PARTE 1: GRANDEZAS FUNDAMENTAIS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO
PARTE 2: DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA DO RUÍDO AMBIENTE"
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (IPQ), FEVEREIRO 2011

[4] GUIA PRÁTICO PARA MEDIÇÕES DE RUÍDO AMBIENTE - NO CONTEXTO DO REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO TENDO EM CONTA A NP ISO 1996
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA), OUTUBRO 2011

ANEXO II: MAPAS DE RUÍDO DO CONCELHO DE MAFRA

Extrato de Mapa de Ruído do Concelho de Mafra, Indicador Lden



Fonte: Câmara Municipal de Mafra

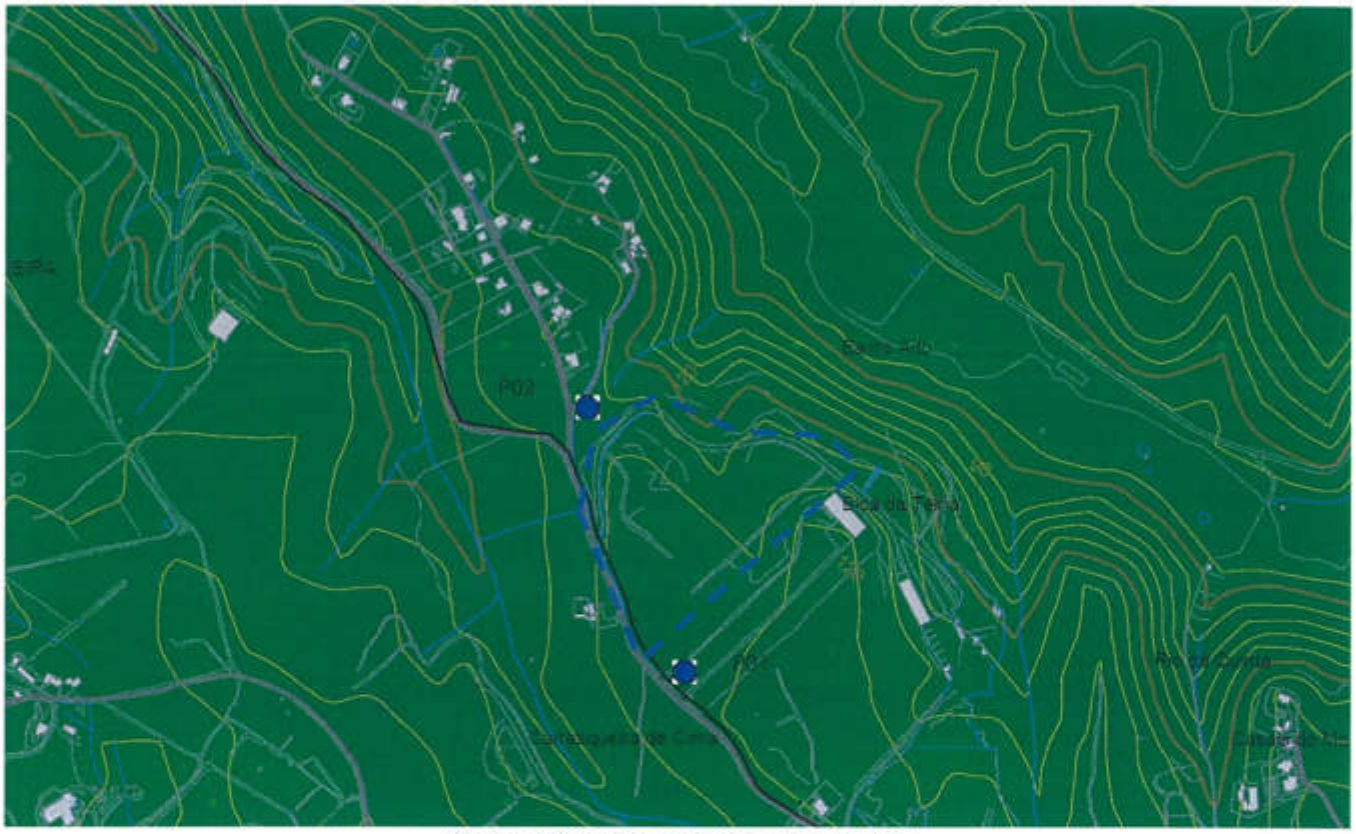
Níveis de ruído ambiente
Distribuição expectável do parâmetro L_{den}
dB(A)

- Lden ≤ 55
- 55< Lden ≤60
- 60< Lden ≤65
- 65< Lden ≤70
- Lden > 70

Área Aproximada de Implantação do Plano

Pontos de Medição Acústica (Certiprojecto Lda./Certipro-Lab (Out. 2019)

Extrato de Mapa de Ruído do Concelho de Mafra, Indicador Ln



Fonte: Câmara Municipal de Mafra

Níveis de ruído ambiente
Distribuição expectável do parâmetro L_n

dB(A)

- Ln ≤ 45
- 45< Ln ≤50
- 50< Ln ≤55
- 55< Ln ≤60
- Ln > 60

Área Aproximada de Implantação do Plano

Pontos de Medição Acústica (Certiprojecto Lda./Certipro-Lab (Out. 2019)

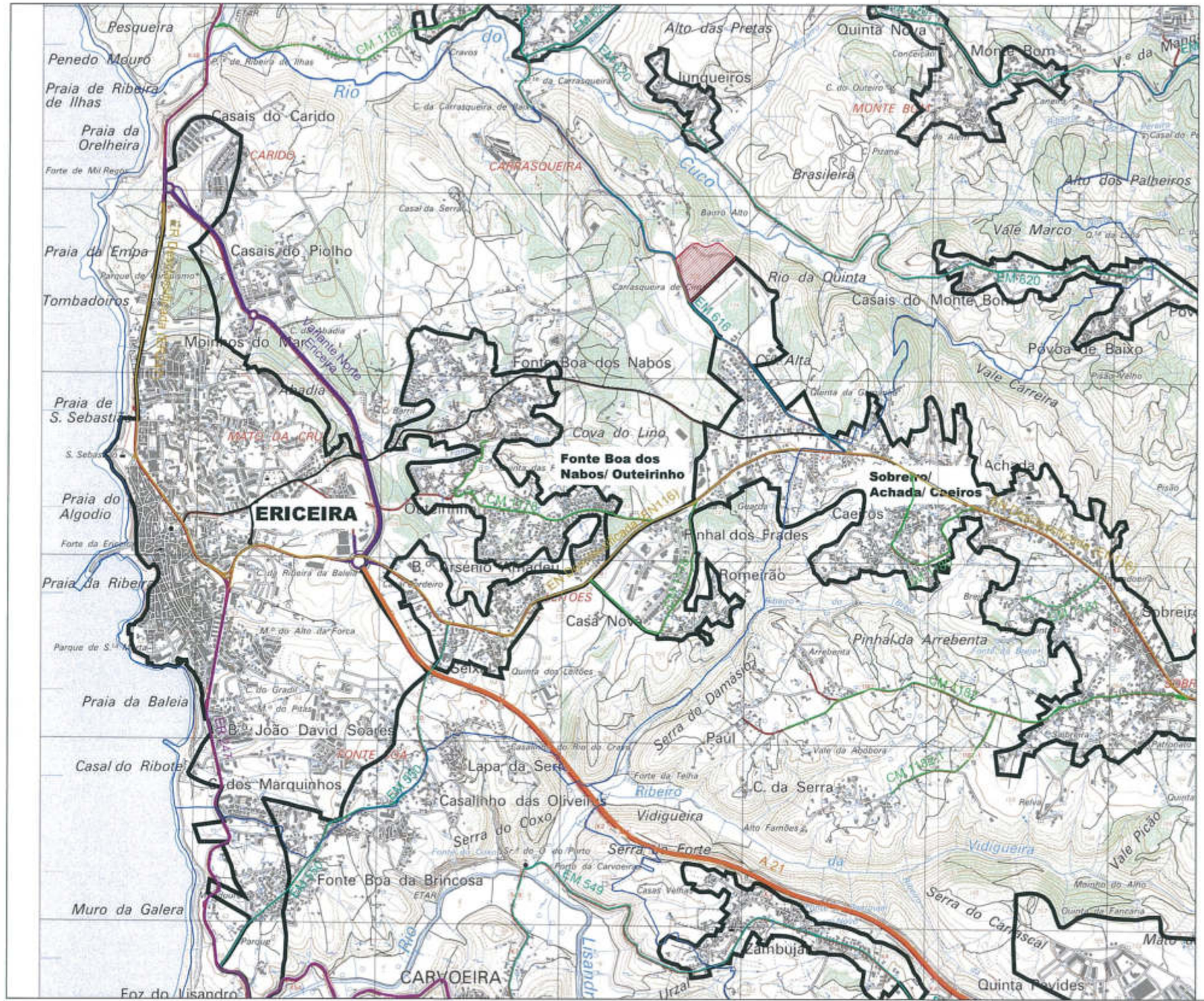
ANEXO IV: MAPAS DE RUÍDO

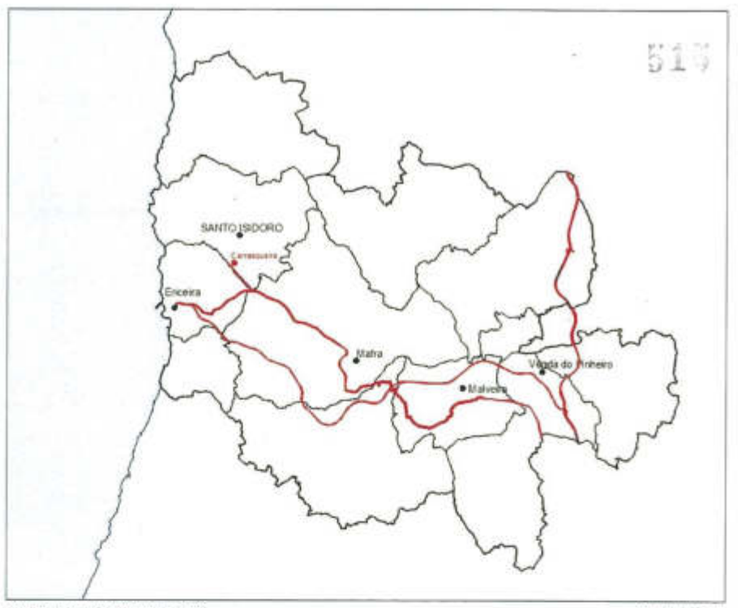
Figura 1 - Cenário Actual (Ano 2019) – L_{den}

Figura 2 - Cenário Actual (Ano 2019) – L_n

Figura 3 – Cenário Futuro (Com Projecto) – L_{den}

Figura 4 - Cenário Futuro (Com Projecto) – L_n –





MAPA DE ENQUADRAMENTO SEM ESCALA

LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Econòmicas da Carrasqueira

Limites Administrativos - Freguesias

Núcleos Urbanos

Auto Estrada - A 21

Estrada Nacional Desclassificada - EN 116

Caminhos Municipais

Estrada Regional - ER247

Variante Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Miriam Fonte
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

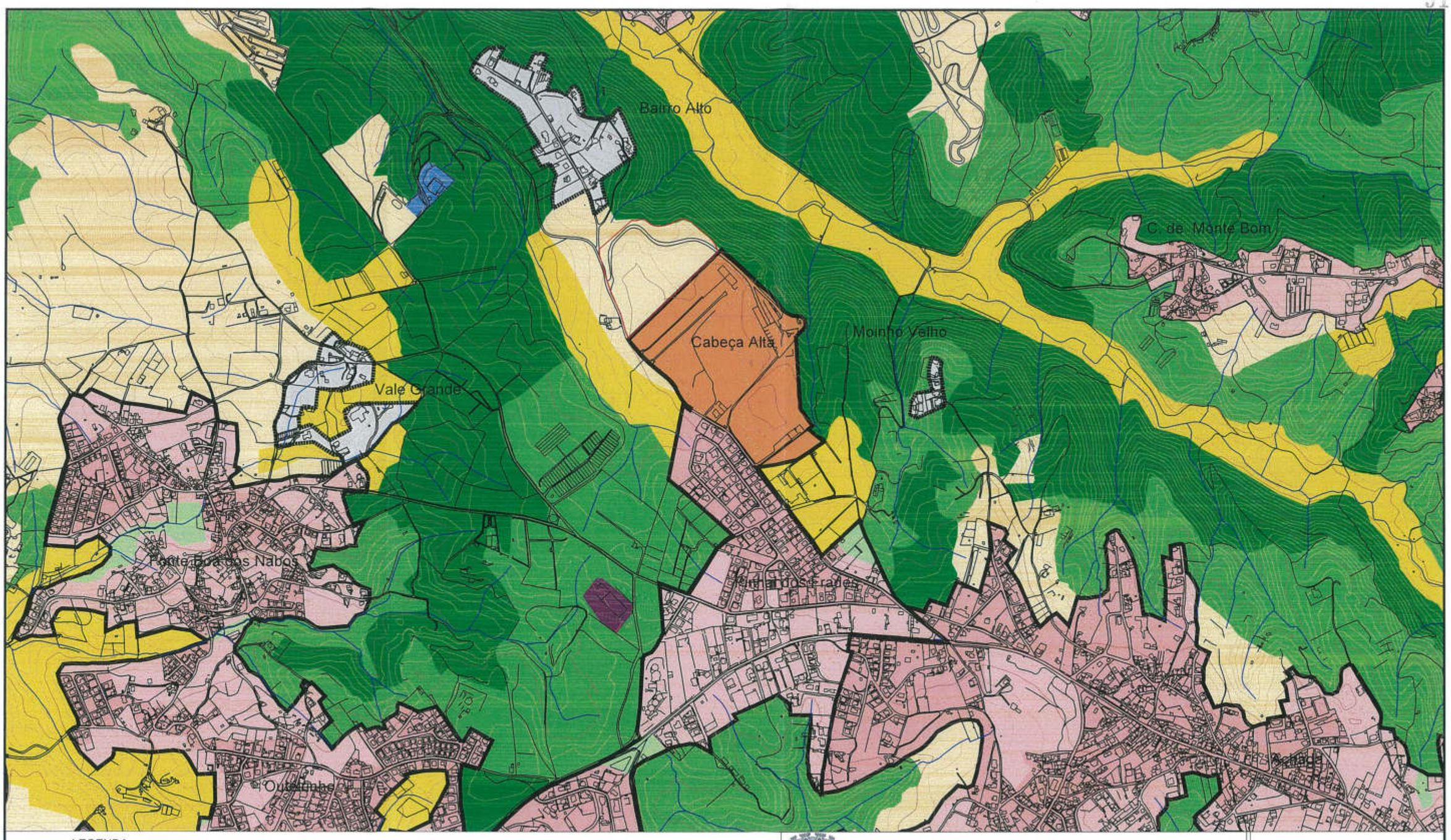
LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
LEVANTAMENTO, DIGITALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E DESENHO EXECUTADOS PELO CIGEOE
TRABALHO DE CAMPO: 17 OUTUBRO 2008
DATA DE EDIÇÃO: 01 DEZEMBRO 2009
CÓDIGO DO SISTEMA DE REFERÊNCIA: MOD06 GAUSS-HAYFORD
FOLHA 388 – ERICEIRA (MAFRA)

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 25.000	DESENHO Nº: 01
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE ENQUADRAMENTO TERRITORIAL
EXTRATO DA CARTA MILITAR 2009



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Extrato da Legenda da Planta de Ordenamento:

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

SOLO URBANO

Solo Urbanizável

SOLO RURAL

Espaços Agricolas

Espaços Agroflorestais

Espaços Florestais

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Fabio Matos
URBANISTA	Sofia Borges
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Ramundo
DESENHADOR	Pedro Pardal
ENG.CIVIL	Marian Pombo
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MUNICIPA, SA
DATA DE EDIÇÃO: 2010
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2013. Nº205/DGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
EXATIDÃO POSICIONAL: PLANIMETRIA = 0,6M | ALTIMETRIA = 1/4 EQUIDISTANTE

Nº. DE ARQUIVO:

Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1

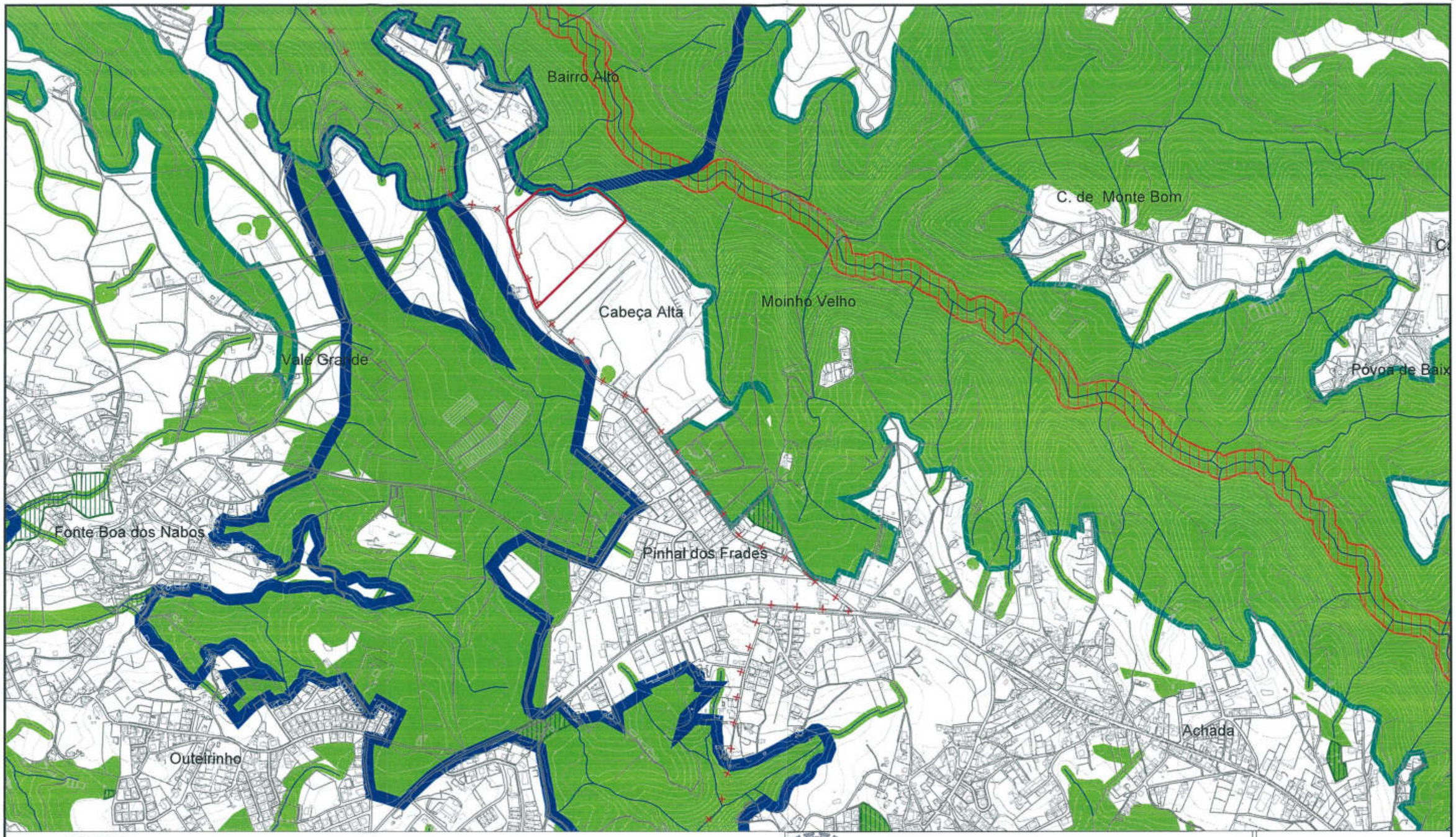
DATA: Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO: CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

ESCALA: 1 / 10.000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 02 A



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

Extrato da Legenda da Planta de Ordenamento:

Estrutura Ecológica Municipal

Áreas de Protecção.....

Áreas e Corredores Secundários.....

Áreas de Valorização Específica.....

Rede Ecológica Metropolitana - PROT 2002

Corredor Estruturante Primário.....

Corredor Estruturante Secundário.....

Área Estruturante Secundária.....

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Matos
URBANISTA	Sofia Barros
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA DESENHADOR	Filipa Raimundo
ENG.CIVIL	Pedro Pardal
ARQ.ESTAGIARIA	Tatiana Pinto
	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

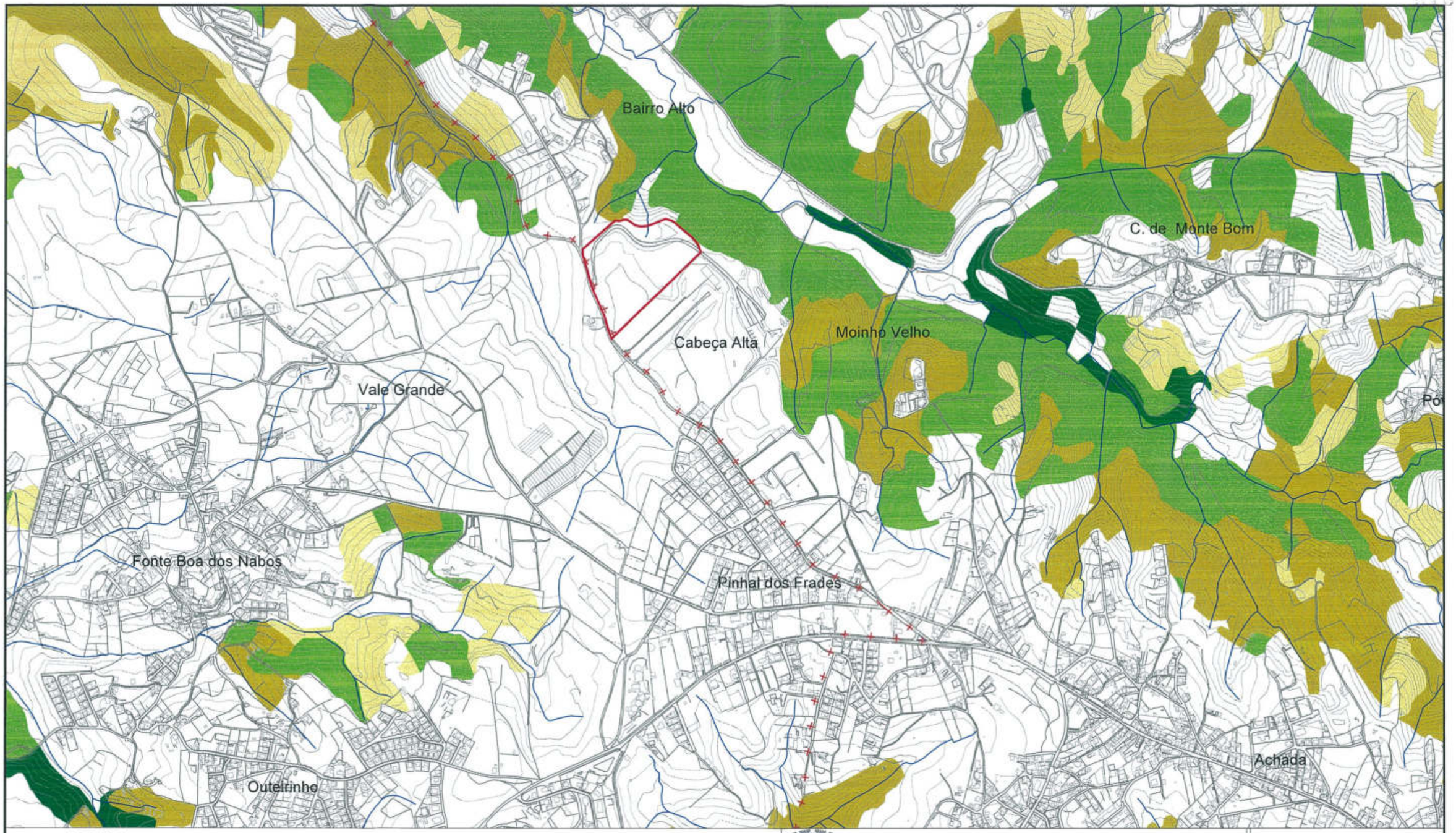
CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MUNIFOX, SA
DATA DE EDIÇÃO: [illegible]
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2013, Nº005/SIGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: EPSG:8157 - ETRS89
CARTA(S) POSICIONAL(AIS): ESCALA = 1/2M | ALTIMETRIA = 1/1M EQUIDISTANTE

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	DESIGNAÇÃO: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO: ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL PROT 2002
	DATA: Setembro 2019	

ESCALA: 1 / 10.000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 02 B



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

Extrato da Legenda da Planta de Ordenamento:

Habitats e Espécies na Restante Área do Território Municipal

9540 - Pinhais mediterrânicos.....

5230 | 5330pt5 | 5330pt7 - Matagais e Matos Termomediterrânicos.....

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Matias
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Pombo
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Pinto

ASSUNTO:
PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

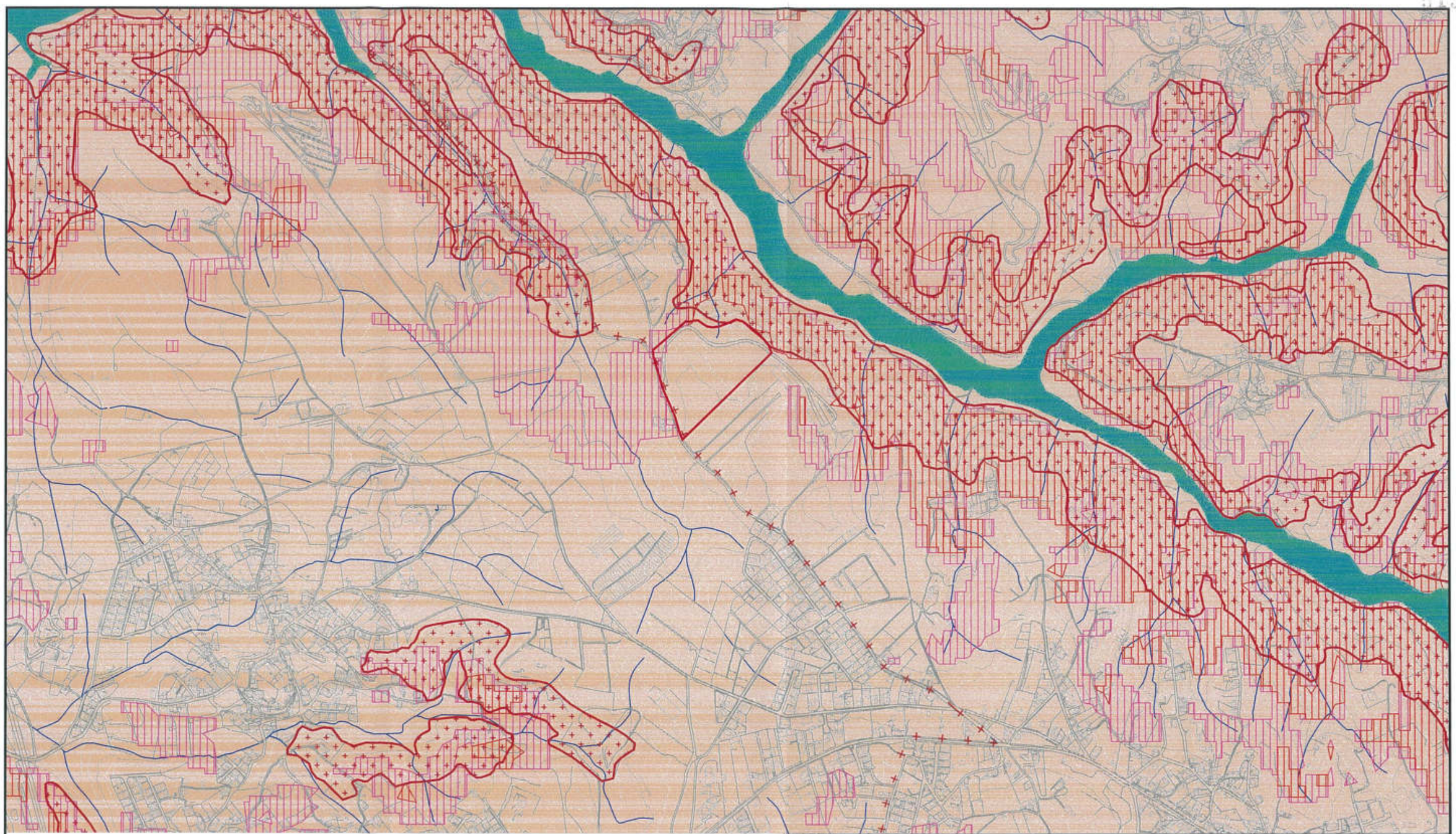
LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PRODUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
DATA DE EDIÇÃO: 2019
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 10.000	DESENHO Nº: 02 C
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO:
EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO:
DISTRIBUIÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

Zonas de Riscos

Risco Sismico

Moderado (PROTAML)

Risco de Ameaça de Cheia

Zonas de Ameaça de Cheia

Risco de Instabilidade de Vertentes

Zonas de Risco de Instabilidade de Vertentes

Risco de Incêndios

Elevado

Muito Elevado

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Pardão
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

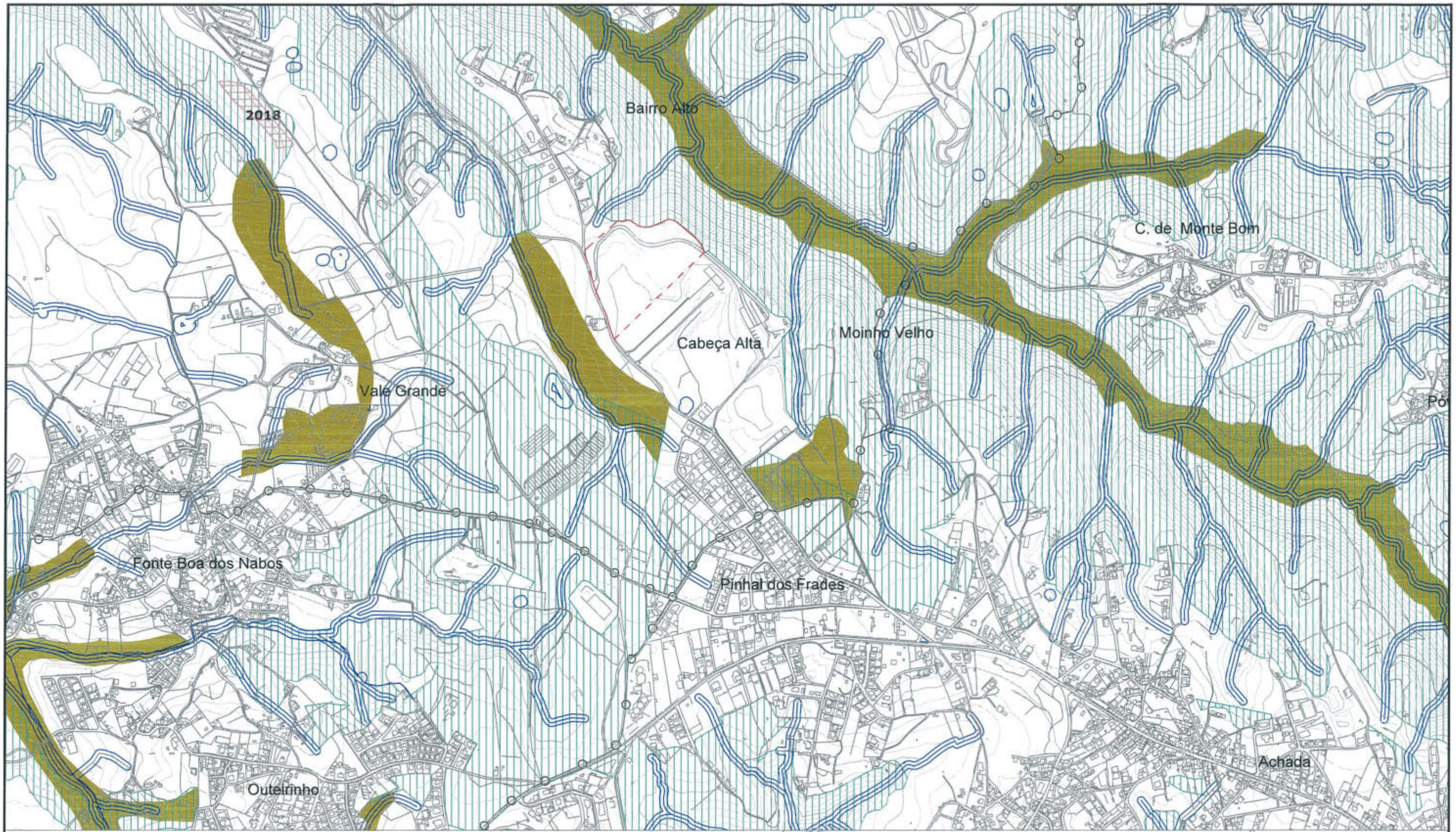
APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:

ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MUNITOPA, SA
DATA DE EDIÇÃO: 2010
DATA E NÚMERO DE HOMOLOGAÇÃO: 05/04/2011, 41005/INT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89 PT-TM06
EXATIDÃO POSICIONAL PLANIMÉTRICA = 0,80 | ALTIMÉTRICA = 0,40 EQUIDISTÂNCIA

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 10.000	DESENHO Nº: 02 D
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO: RISCOS



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Recursos Naturais

Recursos Hídricos

- Leito das Águas do Mae e Margem
- Leito dos Cursos de Água REN e Margem
- Leito dos Restantes Cursos de Água e Margem
- Reserva Agricola Nacional

Recursos Ecológicos

- Reserva Ecológica Nacional

Abastecimento de Água

- Rede de Abastecimento
- Reservatório

Drenagem de Águas Residuais

- Emissários

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Mateus
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

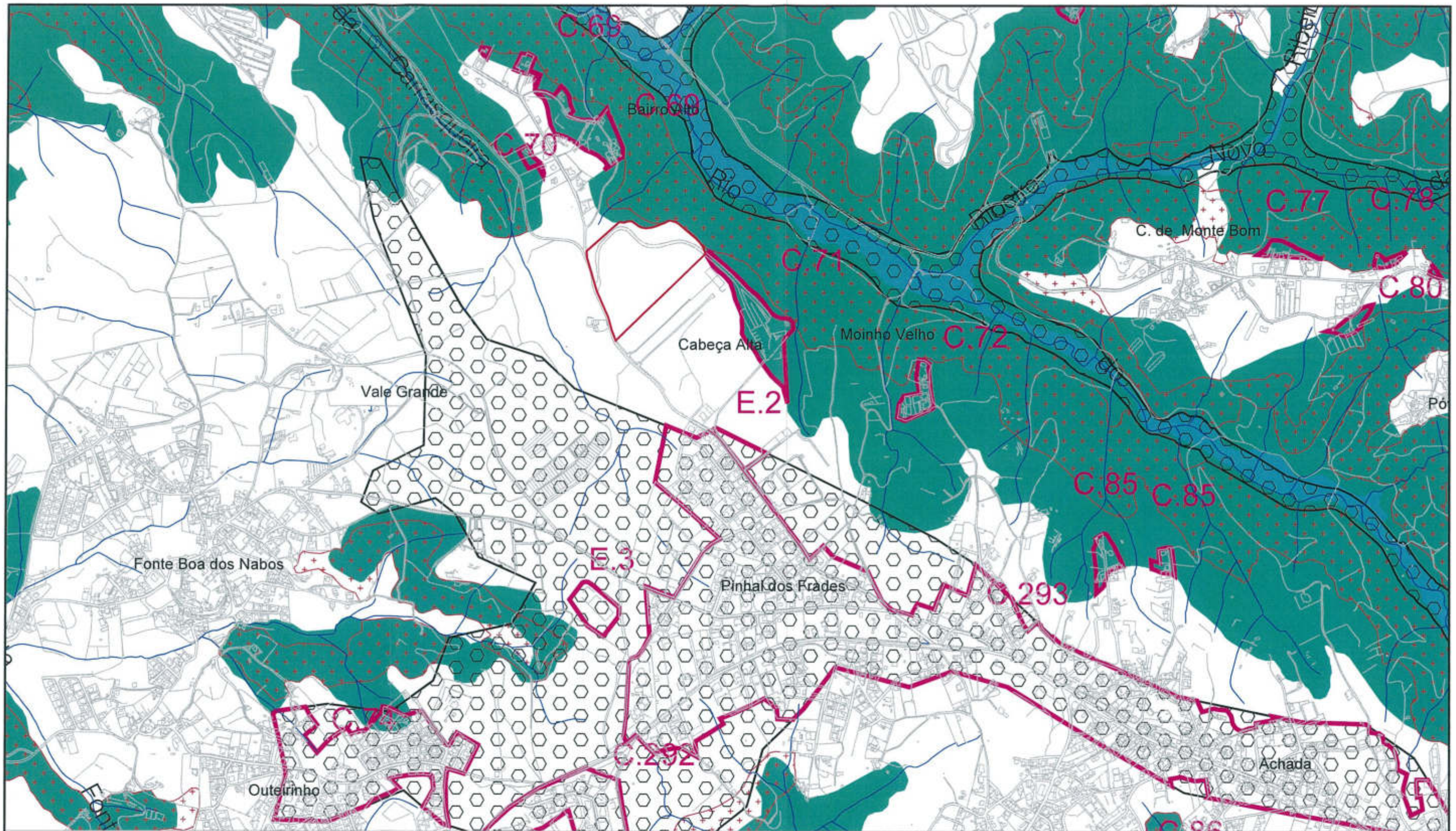
LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 10.000	DESENHO Nº: 03 A
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES: SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Zonas Ribeirinhas, Águas Interiores e Áreas de Apanhamento

- Leitos dos Cursos de Água REN a Céu Aberto
- Leitos dos Cursos de Água REN Cobertos
- Áreas de Máxima Infiltração
- Cabeceiras de Linhas de Água
- Zonas Ameaçadas pelas Cheias

Zonas Declivosas

- Áreas com Riscos de Erosão
- Escarpas e Outras Áreas de Elevada Suscepetibilidade Geológico

Exclusões

- Áreas de Exclusão (C.n/ E.n)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Rainundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Miriam Fonte
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MUNICIPAL
DATA DE EDIÇÃO: 2019
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2013, Nº 226.0/07
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
EASTING POSITIVO: FALSE METRO = 0,001 | ALTIMETRIA = LNT EQUIDISTÂNCIA

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 10.000	DESENHO Nº: 03 B
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: EXTRATO DA PLANTA DE CONDICIONANTES: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL POR TIPOLOGIA DE ÁREA, COM ÁREAS DE EXCLUSÃO

LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

Curvas de Nível	Percentagem/ Área do Plano
25m a 50m	-
50m a 75m	-
75m a 100m	-
100m a 125m	78%
125m a 150m	22%

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE FISCALIZADORA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MUNICIPAL SA
DATA DE EDIÇÃO: 2011
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2013, NP3864/07
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CLASSIFICAÇÃO ALTIMÉTRICA: Elipsoidal | ALTIMETRIA - Elipsoidal

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE: HIPSOMETRIA

ESCALA: 1/2.500

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 04A

LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira

- - - - - Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

USO FLORESTAL / AGRÍCOLA	OUTROS USOS
Povoamento Misto	Áreas de Matos
Povoamento de Eucaliptos	Áreas de Extração de Inertes
Pomar	Núcleo Edificados
Agricultura de Regadio	
Agricultura de Sequeiro	

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Madina
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Rarundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Marian Ponto
ARQ.ESTACIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO:
PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL:
CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

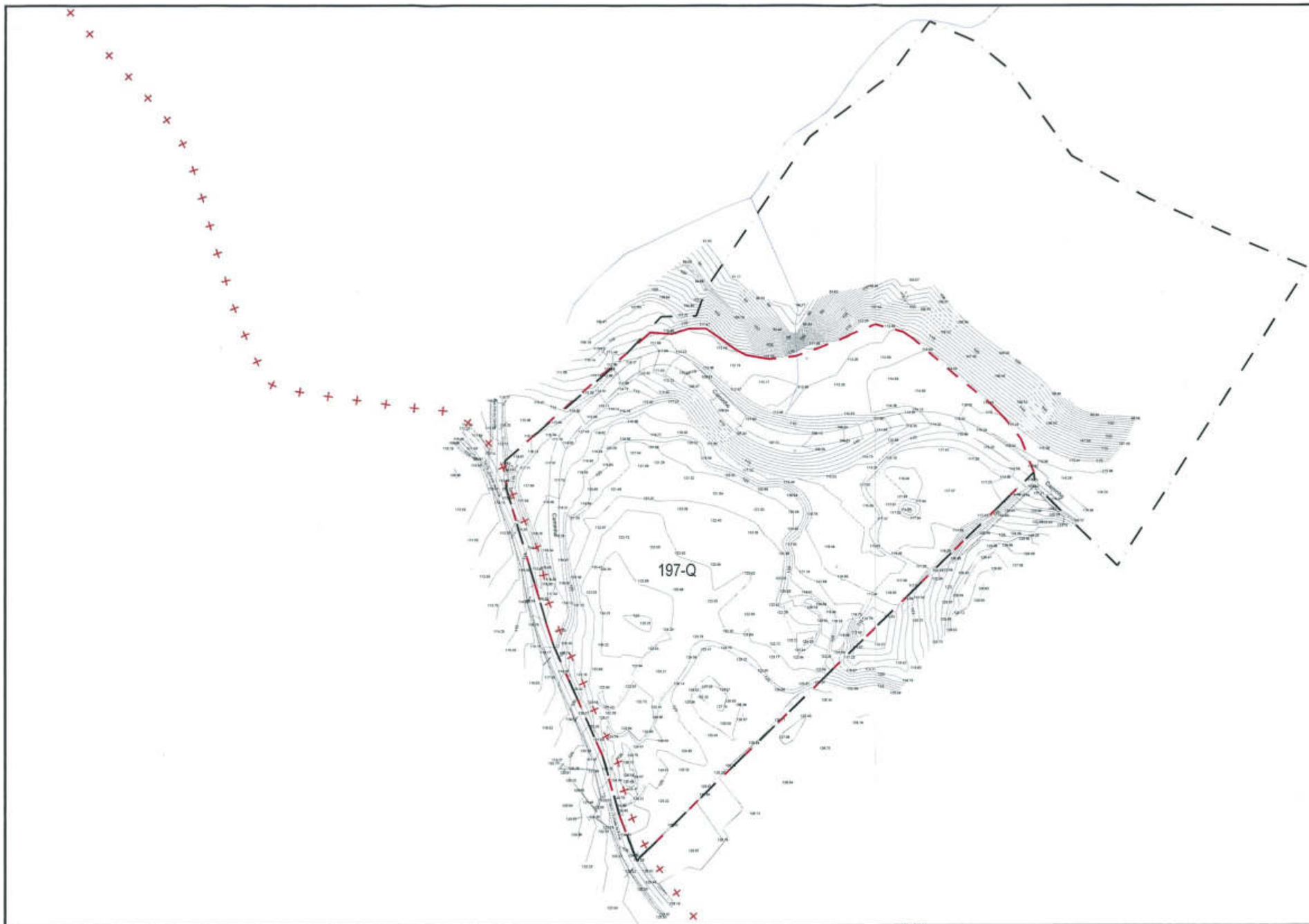
CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: Câmara Municipal de Mafra
ENTIDADE PRODUTORA: MUNICIPAL
DATA DE EDIÇÃO: 2019
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2013, nº 336/001
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
EXATIDÃO POSICIONAL PLANIMÉTRICA = 0,5M | ALTIMÉTRICA = 1/4 EQUIDISTANTE

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019

DESIGNAÇÃO:
PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE: USO DO SOLO

ESCALA:	1/2.500
FASE DO PROJETO:	Proposta de Plano - DP

DESENHO Nº:
04B



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Linha de Água
- Parcela de Terreno com área de 120.000 m2
- 197-Q — N.º da Parcela

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
URB.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rondão
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PRODUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO CUSTÓDIO FERREIRA — DNOP QD/0470
DATA DE EDIÇÃO: 30 DE MAIO DE 2019
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2019 - HP/1.700
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
ORTOFOTOMAPA: ORTOFOTOMAPA DE 2018
ALTIMETRIA: ALTIMETRIA DE 2018
EXATIDÃO POSICIONAL: PLANIMETRIA = 0,5M | ALTIMETRIA = 0,4M

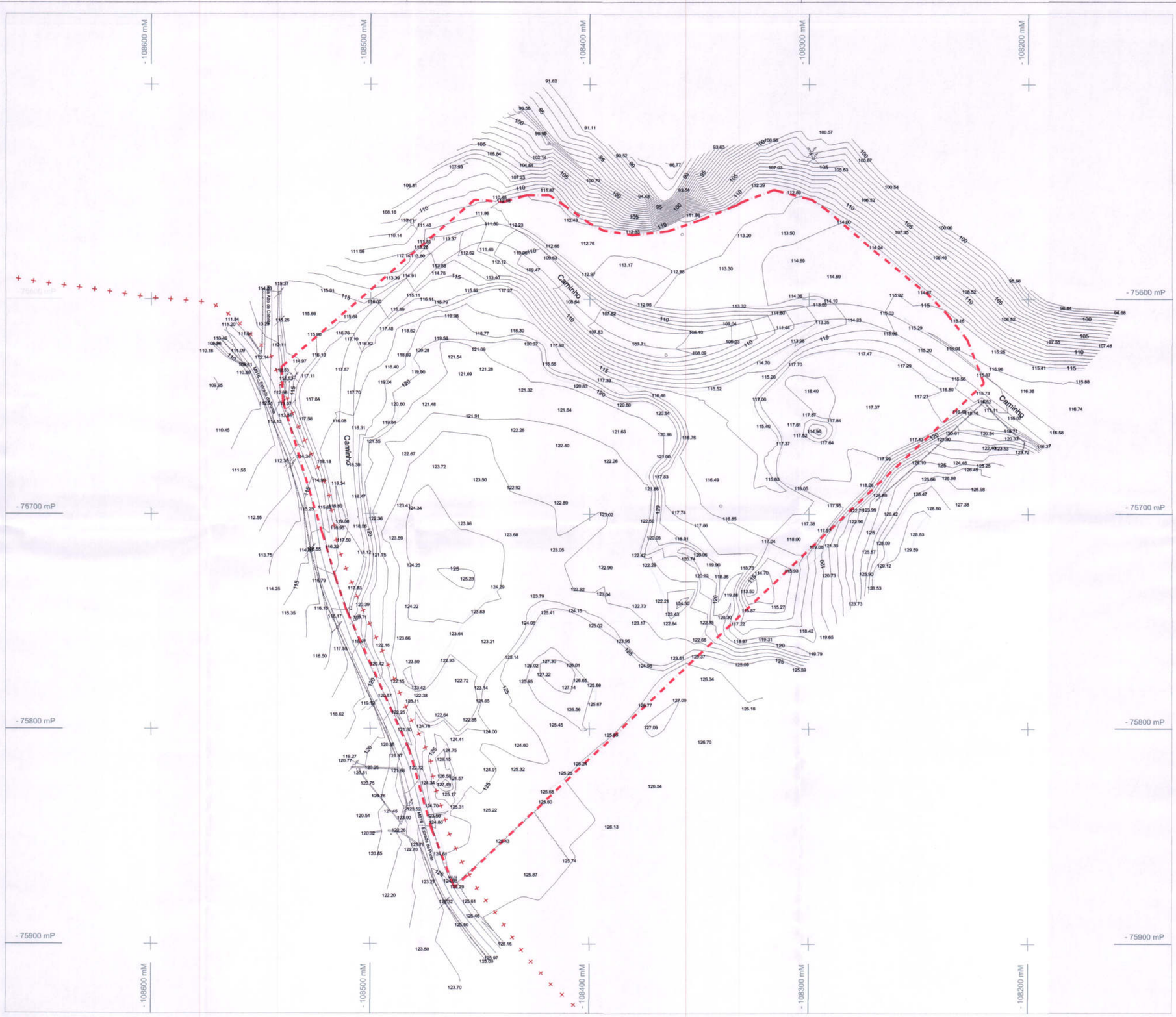
Nº DE ARQUIVO:	
Nº PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE: CADASTRO

ESCALA: 1/2.500

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 05



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- 126.70 — Curvas de Nível Existentes
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

N

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Mafra
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Miranda
DESENHADOR	Pedro Mendes
ENG.CIVIL	Miguel Pardal
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Rocio

APROVAÇÃO:

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

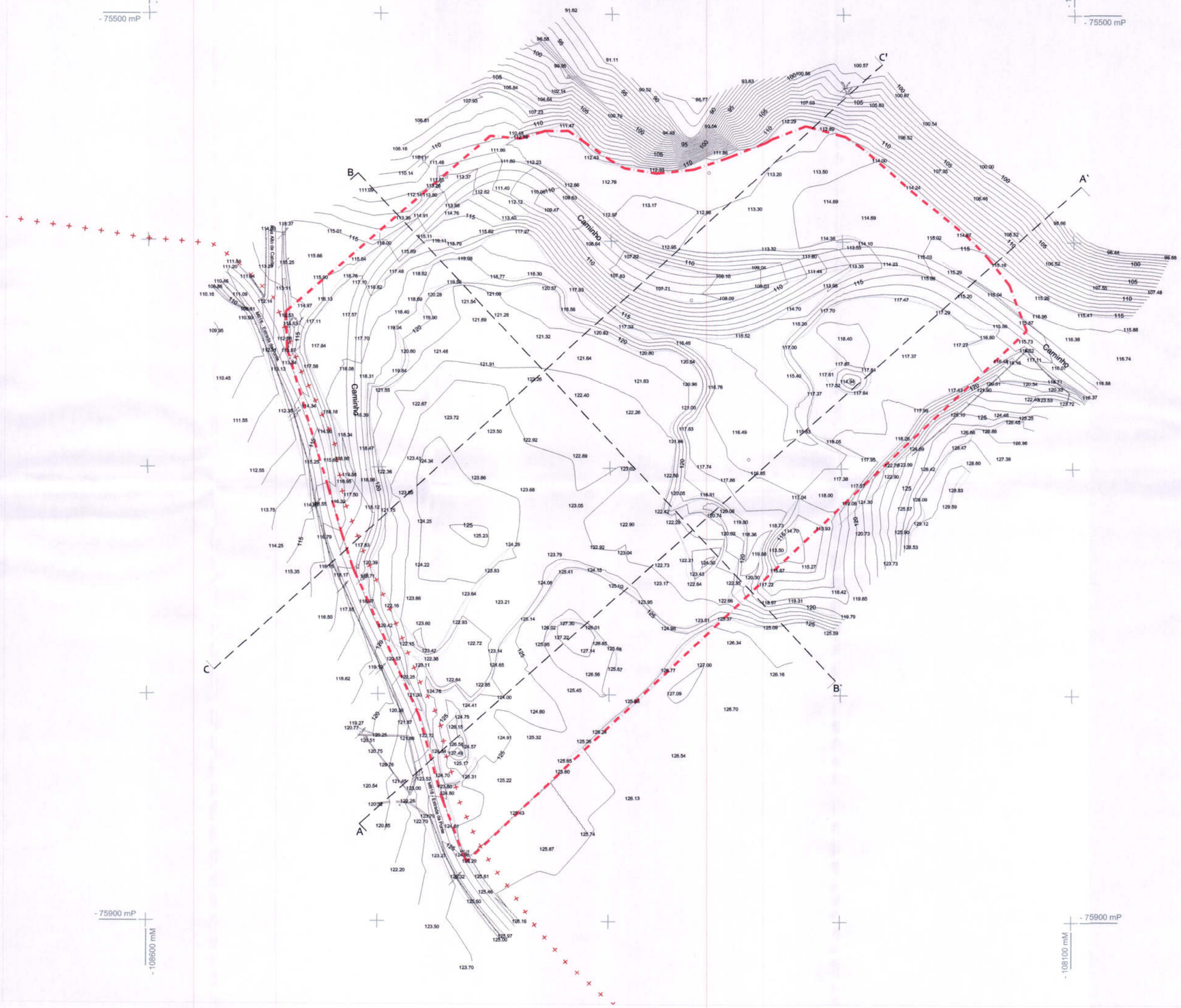
LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: Câmara Municipal de Mafra
ENTIDADE PRODUTORA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO: DUOMA
DATA E EXPEDIÇÃO DE MAIO DE 2019
DATA E MEMÓRIA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/02/2019, NTR11/DGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CARTÉSIO: POSICIONAL/PLANIMETRIA = 0,3M | ALTIMETRIA = 0,4M

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
DATA DA HOMOLOGAÇÃO- DGT- 08/02/2019

ESCALA:	1/1.000
FASE DO PROJECTO:	Proposta de Plano
DESENHO Nº:	06A



N

LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- 126.70 — Curvas de Nível Existentes
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- A-A' | B-B' | C-C' — Perfis Longitudinais

526

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO:	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Pinto
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Fernando
DESENHADOR	Pedro Rendão
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LUCIANO FERREIRA — DMT SISTEMAS
DATA DE PRODUÇÃO DA CARTOGRAFIA: 2018
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 08/02/2019, 47511/DGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: CH95/01-DMS
ERATÓRIO POSICIONAL PLANIMÉTRICO = 0,3m | ALTIMÉTRICO = 0,4m

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.5/2018/1
DATA:	Janeiro 2019

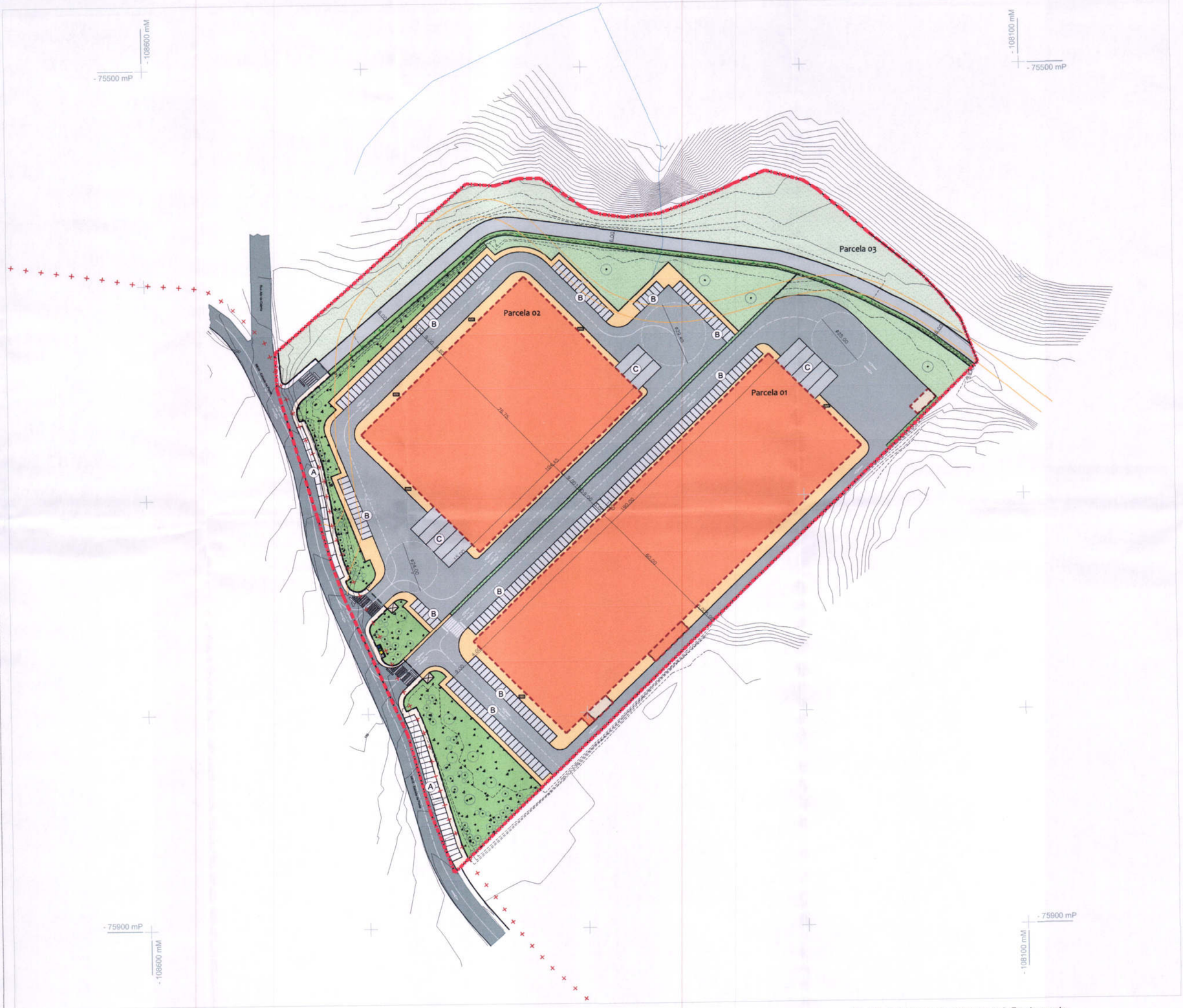
DESIGNAÇÃO: PLANTA DE SITUAÇÃO EXISTENTE: ENQUADRAMENTO DOS PERFIS LONGITUDINAIS

ESCALA: 1/1.000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 06B

Modelo Pr-03/1



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Leito do Curso de Água
- Caminho Existente a Demolir

SOLO URBANO

ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

- Limite das Parcelas ou Lotes a Afetar a Atividades Económicas
- Parcela 00 — Identificação das Parcelas
- Curva de Nível a Manter
- Curva de Nível Proposta
- Talude Proposto
- 11.75 — Indentificação de Cotagem

ÁREAS INDUSTRIAIS, SERVIÇOS E LOGÍSTICA

- Áreas Industriais, Serviços e Logística
- Polígono Máximo de Implantação
- Anexos
- 000.00 — Cota Soleira

ÁREAS DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA, PEDONAL E ESTACIONAMENTO

- Via de Distribuição Local - EM 616
- Via de Acesso Rodoviário Condicionado - Servidão
- Áreas Privadas de Circulação Rodoviária
- Áreas Públicas de Circulação Pedonal
- Áreas Privadas de Circulação Pedonal
- (A) Lugares de Estacionamento Público para Veículos Ligeiros
- (B) Lugares de Estacionamento Privado para Veículos Ligeiros
- (C) Lugares de Estacionamento Privado para Veículos Pesados
- Sentidos de Trânsito

ESPAÇOS VERDES

- Áreas Verdes de Proteção e Enquadramento
- Áreas Verdes de Proteção e Contenção de Taludes
- Áreas Verdes de Uso Privado

Tabela I: Uso do Solo

Espaço de atividades económicas	M^2	HA	%
Áreas Industriais, Armazéns e Logística	19 650,87	0,00	33,51
Áreas de Circulação Viária, Pedonal e Estacionamento	24 632,91	2,46	42,01
Áreas Verdes	14 349,34	1,43	24,47
Área Total de Intervenção do Plano	**58 633,12**	**5,86**	**100,00**
Área Privativa: Parcelas afetas às atividades industriais, armazéns e logística	47 352,87	4,74	80,76
Domínio Privado Municipal de Uso Condicionado	9 122,61	0,91	15,56
Domínio Público Municipal	2 157,64	0,22	3,68

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

Tabela II: Parâmetros Urbanísticos

N.º da Parcela	Área da Parcela (m^2)	Utilização	Área Máxima de Implantação (m^2)	Índice de Ocupação do Solo	Área Máxima de Construção (m^2)	Índice de Utilização do Solo	Altura Máxima das Edificações (m)	Volumetria Máxima (m^3)	Índice de Volumétrico	N.º Máximo de Pisos - acima da cota de soleira	Área de Impermeabilização (m^2)	Índice de Impermeabilização
01	25 366,91	Indústria, armazéns e logística (inclui anexos)	11 630,00	0,46	12 095,90	0,48	9	103 154,20	4,07	2	21 736,50	0,86
02	21 985,97	Indústria, armazéns e logística	8 020,87	0,36	8 100,00	0,37	9	72 187,85	3,28	2	18 276,11	0,83
03	9 122,61	Verde proteção e enquadramento e Acesso rodoviária condicionado	-	-	-	-	-	-	-	-	2 113,53	0,23

Tabela III: Parâmetros de Dimensionamento do Estacionamento

N.º da Parcela	Estacionamento Privado de Ligeiros: 1 lugar/ 100m^2 de Σ Ac. Em lotes > 3.000m^2	Estacionamento Privado de Pesados - Estudo Tráfego	Estacionamento Público de Ligeiros: 20% do Total Est. Privado
01	121	5	26
02	91	8	16
TOTAL	**212**	**13**	**42**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Mafra
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Inês Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rendeiro
ENG.CIVIL	Marian Pardo
ARQ.ESTAGIARIA	Cacita Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA: ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA; ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LUCIANO FERREIRA – CMP 1033N/PO; DATA DE EDIÇÃO DO DI: MAIO DE 2019; DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2016, 4701/1/507; SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06; CENTRO PODOMÉTRICO: PLANIMETRIA + ELIPSOIDE

Nº. DE ARQUIVO:

Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/1

DATA: Setembro 2019

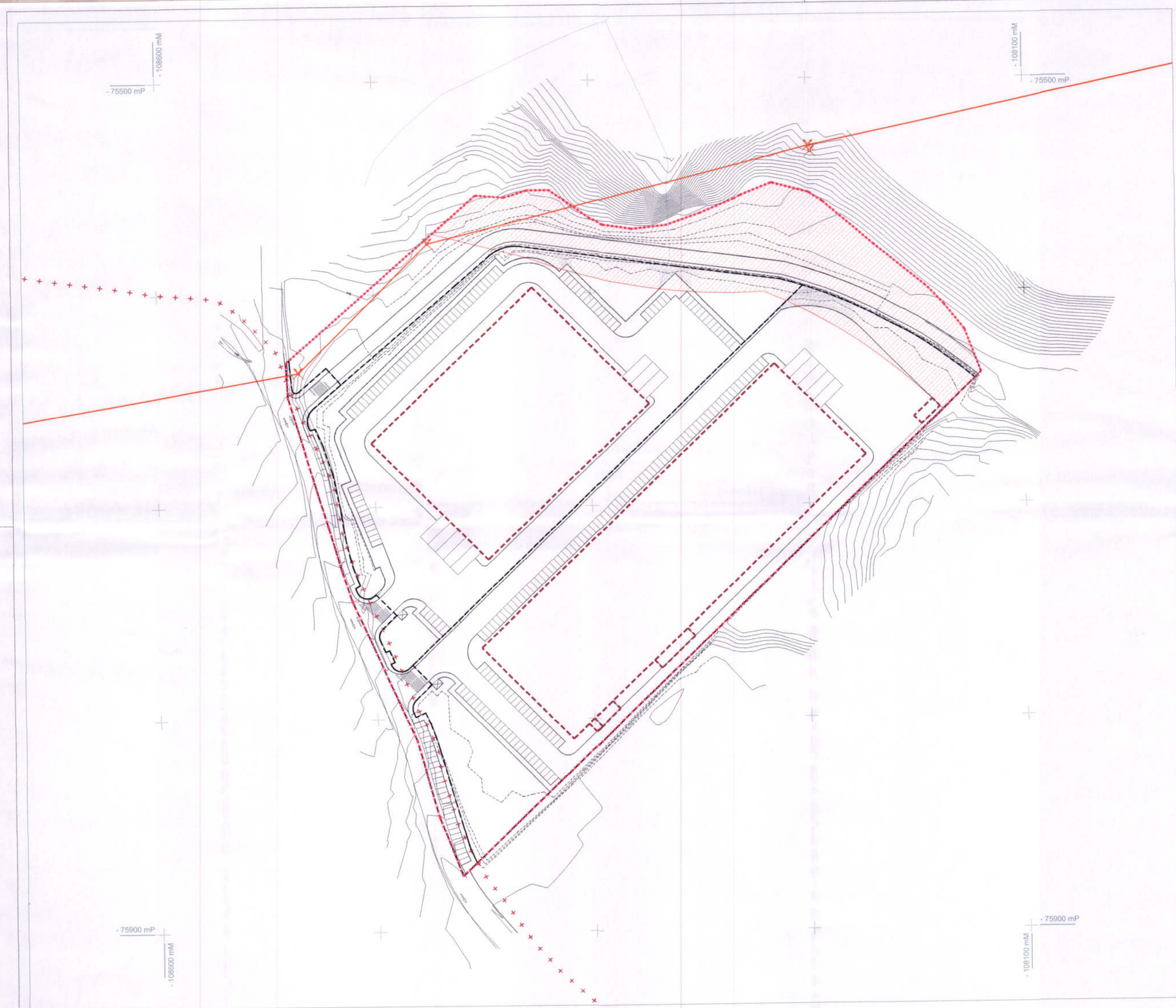
DESIGNAÇÃO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

ESCALA: 1/1.000

FASE DO PROJECTO: **Proposta de Plano**

DESENHO Nº: 07

Modelo Pr-03/1



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Limite das Parcelas a Afetar a Atividades Económicas
- Parcela 00 — Identificação das Parcelas
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a manter
- Talude Proposto
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos

CONDICIONANTES

- Faixa de Gestão de Combustível
- Rede Elétrica - Linha de Alta Tensão (60Kv)
- Leito do Curso de Água

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Mafra
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Fernandes
DESENHADOR	Pedro Mafra
ENG.CIVIL	Miguel Cardoso
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LUSITANO FERREIRA — ENGº DESENHO
DATA DE EDIÇÃO: 30 DE MAIO DE 2019
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO: 08/02/2010, 97511/DGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: DSB08/PT-TM06
CRITÉRIO POSICIONAL: PLANIMETRIA = 0,5M ; ALTIMETRIA = 0,4M

Nº. DE ARQUIVO:

Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/1

DATA: Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE CONDICIONANTES

ESCALA: 1/1000

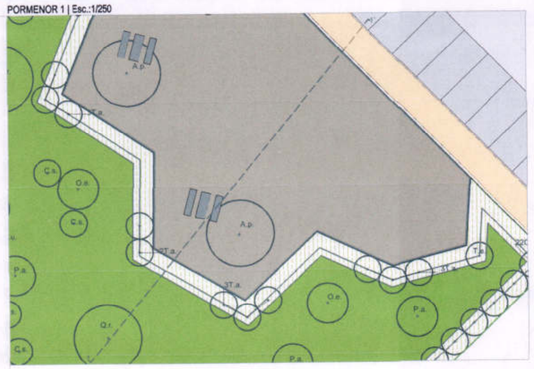
FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 08

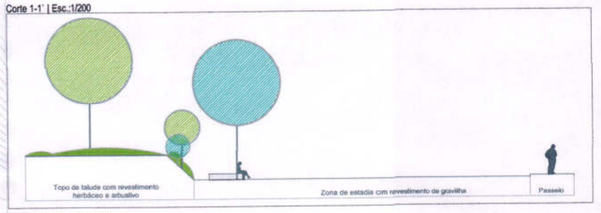
Modelo Pr--03/1



PORMENOR 1 | Esc.:1/250



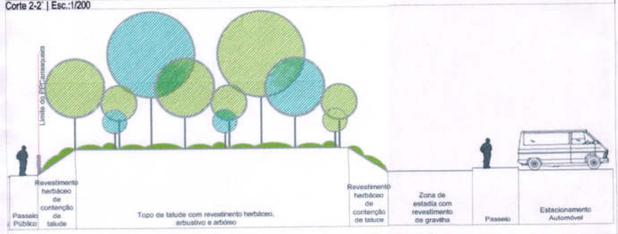
Corte 1-1' | Esc.:1/200



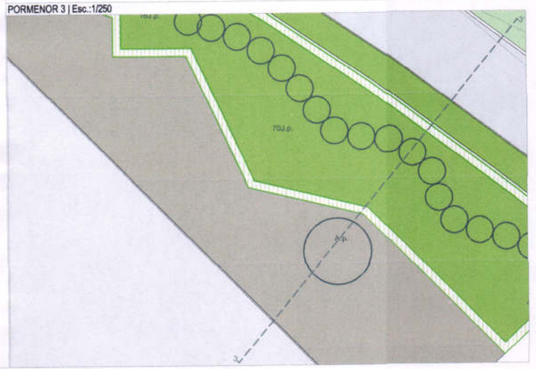
PORMENOR 2| Esc.:1/250



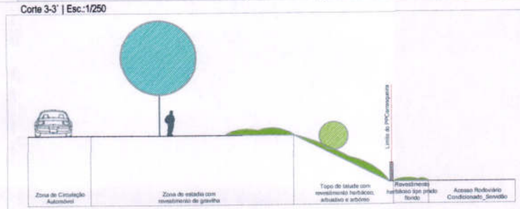
Corte 2-2' | Esc.:1/200



PORMENOR 3 | Esc.:1/250



Corte 3-3' | Esc.:1/250



N

LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesias - CAOP 2018
- Leito do Curso de Água

SOLO URBANO

ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES ECONÓMICAS

ÁREAS INDUSTRIAIS, SERVIÇOS E LOGÍSTICA

- Áreas Industriais, Serviços e Logística
- Polígono Máximo de Implantação
- Anexos

ÁREAS DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA, PEDONAL E ESTACIONAMENTO

- Via de Distribuição Local - EM 616
- Via de Acesso Rodoviário Condicionado - Servidão
- Áreas Privadas de Circulação Rodoviária
- Áreas Públicas de Circulação Pedonal
- Áreas Privadas de Circulação Pedonal

ESPAÇOS VERDES

Áreas Verdes de Proteção e Enquadramento:

- Manutenção e limpeza da vegetação existente

Áreas Verdes de Proteção e Contenção de Taludes e Áreas Verdes de Uso Privado:

- Revestimento de pequenos taludes propostos com vegetação herbácea com características adequadas à consolidação de taludes e às condições edafoclimáticas do local
- Revestimento herbáceo tipo prado florido de forma a garantir a manutenção e permitir o aumento de biodiversidade
- Plantação de Árvores e Arbustos Caducifólios Autóctones
- Plantação de Árvores e Arbustos Perenifólios Autóctones
- Plantação de cortinas arbóreas, para minimizar impactes visuais e sonoros e agirem como proteção contra a ação dos ventos dominantes
- Modelação de terreno proposta, para minimizar impactes visuais e sonoros, conjuntamente com a plantação dos sistemas vegetais
- Áreas de revestimento com gravilha de granito
- Mobiliário Urbano

Árvores


A.p.-*Acer pseudoplatanus*


C.a.-*Celtis australis*


C.s.-*Cupressus sempervirens var. stricta*


L.n.-*Laurus nobilis*


O.e.-*Olea europaea*

P.l.-*Prunus lusitanica*


P.a.-*Prunus avium*


Q.r.-*Quercus robur*

Sementeiras


Prado regado

Arbustos


A.u.-*Arbutus unedo*


J.p.-*Juniperus pfitzeriana*


P.g.-*Punica granatum*


S.n.-*Sambucus nigra*


S.c.-*Spirea cantoniensis*


T.a.-*Tamarix africana*


V.t.-*Viburnum tinus*

Herbáceas


G.r.-*Gazania rigens*


A.p.-*Agapanthus praecox*


H.c.-*Hedera canariensis "variegata"*

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Mafra
URBANISTA	Sofia Barbosa
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Fernando
DESENHADOR	Pedro Mendes
ENG.CIVIL	Miriam Martins
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA DA CARTOGRAFIA: DMP DESENHO
DATA DE AQUISIÇÃO DA CARTOGRAFIA: 2018
DATA E MEIO DE HOMOLOGAÇÃO (MUNICIPAL, IPCC): DGT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CARTOGRAFIA PLANIMÉTRICA: 0,5M | ALTIMETRIA: 0,5M

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/1	DESIGNAÇÃO: PLANTA DE ESPAÇOS VERDES	ESCALA: 1/1.000
	DATA: Setembro 2019		FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano
			DESENHO Nº: 09

Modelo Pr-03/1

- 108600 mM
- 75500 mP

- 108100 mM
- 75500 mP

C'

B

A`

Parcela 02

Parcela 01

C

A

B`

- 75900 mP
- 108600 mM

- 75900 mP
- 108100 mM

N

LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Limite das Parcelas a Afetar a Atividades Económicas
- Leito do Curso de Água
- Parcela 00 — Identificação das Parcelas
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a retirar
- Curva de Nível Existente a manter
- Talude Proposto
- 115 — Cota Proposta
- 115 — Cota Existente
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Duarte
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Fernando
DESENHADOR	Pedro Rendeiro
ENG.CIVIL	Miriam Pombo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: Câmara Municipal de Mafra
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LUCIANO FERREIRA — ENGº GEOMATA
DATA DE EDIÇÃO DE MAIO DE 2018
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO 08/03/2019, N101/1,001
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CARTEIRO POSICIONAL PLANIMETRIA = 0,30 | ALTIMETRIA = 0,48

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019


DESIGNAÇÃO: PLANTA DE MODELAÇÃO DE TERRENO

ESCALA: 1/1.000

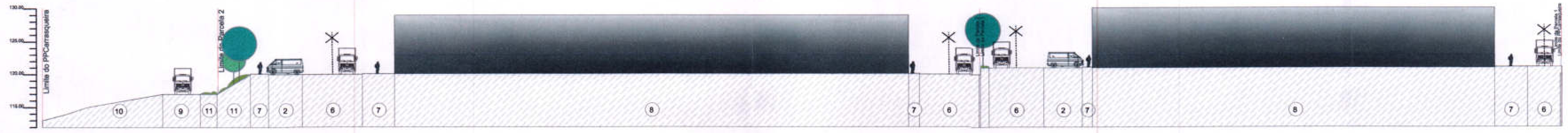
FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 10A

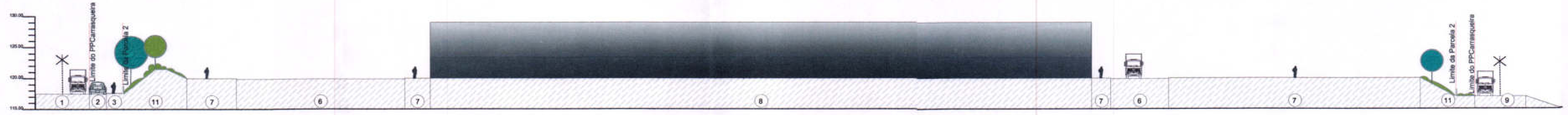
Modelo Pr-03/1



PERFIL LONGITUDINAL A A'



PERFIL TRANSVERSAL B B'



PERFIL LONGITUDINAL C C'

1. EM616
2. Estacionamento
3. Área Pública de Circulação Pedonal
4. Áreas Verdes de Proteção e Contenção de Taludes
5. Área de Revestimento com gravilha de granito
6. Áreas Privadas de Circulação Automóvel
7. Áreas Privativas de Circulação Pedonal
8. Implantação de Edifício
9. Via de Acesso Rodoviário Condicionado-Servidão
10. Áreas Verdes de Proteção e Enquadramento
11. Revestimento herbáceo tipo prado florido

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

D U O M A
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Romão
ENG.CIVIL	Miriam Porfirio
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:

Nº. DE ARQUIVO:

Nº. PROCESSO: 16.1.5/2018/1

DATA: Setembro 2019

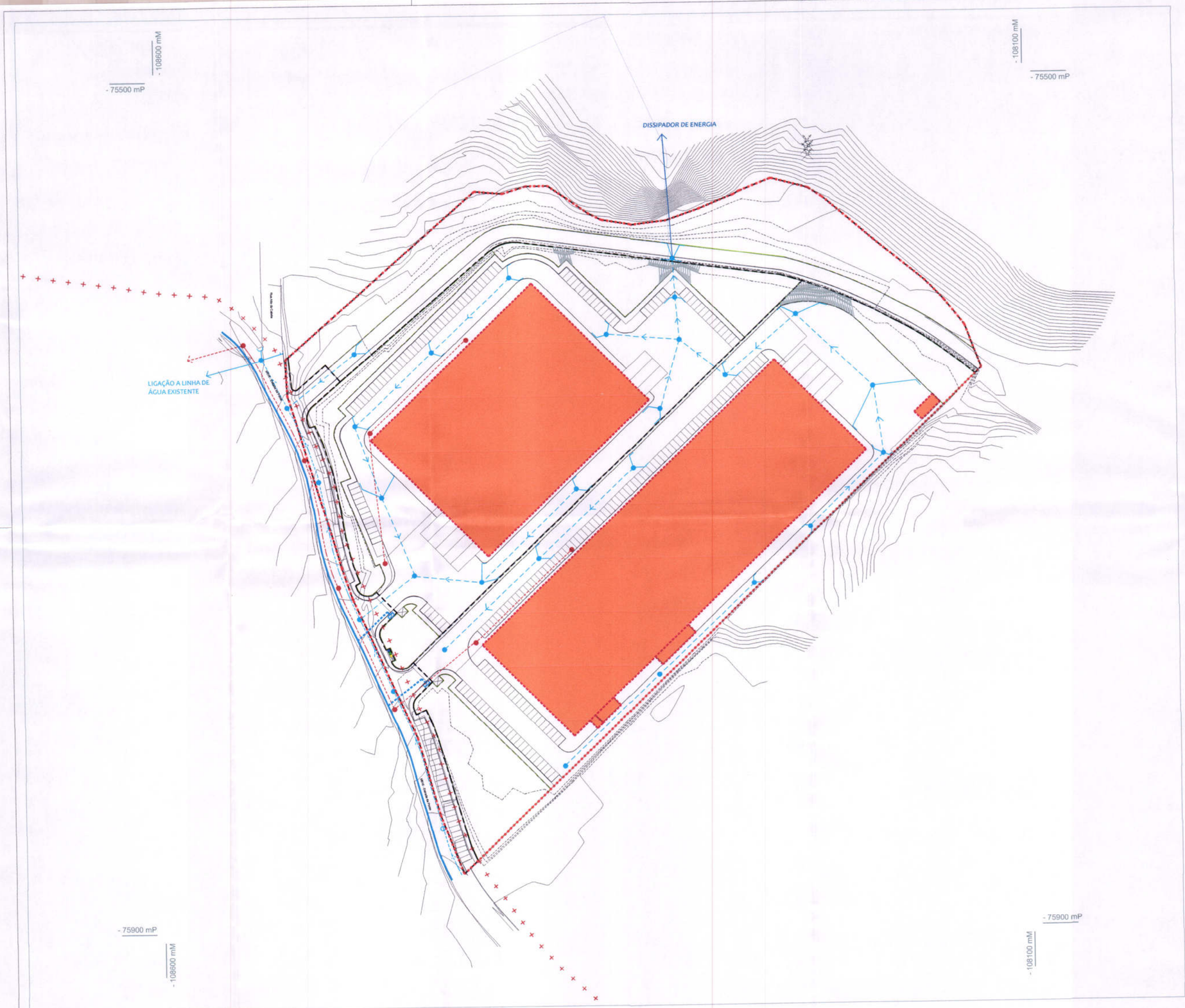
DESIGNAÇÃO: PLANTA DE PERFIS LONGITUDINAIS / PERFIL TRANSVERSAL

ESCALA: 1/500

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 10B

Modelo Pr–03/1



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Limite das Parcelas a Afetar a Atividades Económicas
- Leito do Curso de Água
- Parcela 00 — Identificação das Parcelas
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a Manter
- Talude Proposto
- 115 — Cota Proposta
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos
- Espaços Verdes

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Conduta Adutora/ Distribuidora Existente
- Ramal de Ligação Proposto

DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Coletor de Águas Pluviais Proposto
- Caixa de Visita

DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

- Coletor de Águas Pluviais Proposto
- Caixa de Visita e aos Ligação Sumidoures

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- Ecoponto

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Pontes
ENG. TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipe Reinaldo
DESENHADOR	Pedro Rendas
ENG.CIVIL	Marian Pardo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO CUSTÓDIO FERREIRA - ENGº GEOMÁTICO
DATA DE EDIÇÃO DA CARTOGRAFIA: 2019
SISTEMA DE REFERÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO: 08/05/2014, RT01/2007
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/TM-06N0
ENTIDADE POSICIONAL/PLANIMETRIA = 0,04 | ALTIMETRIA = 0,04

Nº. DE ARQUIVO:

Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/1

DATA: Setembro 2019

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE INFRAESTRUTURAS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DRENAGEM DE ÁGUAS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

ESCALA: 1/1.000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 11A

Modelo Pr-03/1

- 108600 mM

- 75500 mP

- 108100 mM

- 75500 mP

Parcela 03

Parcela 02

Parcela 01

- 75900 mP

- 108600 mM

- 108100 mM

- 75900 mP

LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Limite das Parcelas a Afetar a Atividades Económicas
- Parcela 00 — Identificação das Parcelas
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a Manter
- Talude Proposto
- Cota Proposta
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos
- Espaços Verdes

REDE ELÉTRICA

- Rede Elétrica Existente
- Rede Elétrica Proposta

REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

- Rede de Telecomunicações Proposta

N

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Matos
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Pereira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Rolando
DESENHADOR	Pedro Rolando
ENG.CIVIL	Hivan Monteiro
ARQ.ESTAGIARIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: Câmara Municipal de Mafra
ENTIDADE PRODUTORA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO: - DWT DESENHO
DATA DE EDIÇÃO (O DE MAIO DE 2019)
DATA E NOMENCLATURA DA HOMOLOGAÇÃO PC-08/02/2019, 9/511/007
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
ENTIDADE ALTIMÉTRICA - ELIPSOIDE: | ALTIMETRIA = ELIPSOIDE

Nº. DE ARQUIVO:	
Nº. PROCESSO:	16.1.1/2018/1
DATA:	Setembro 2019

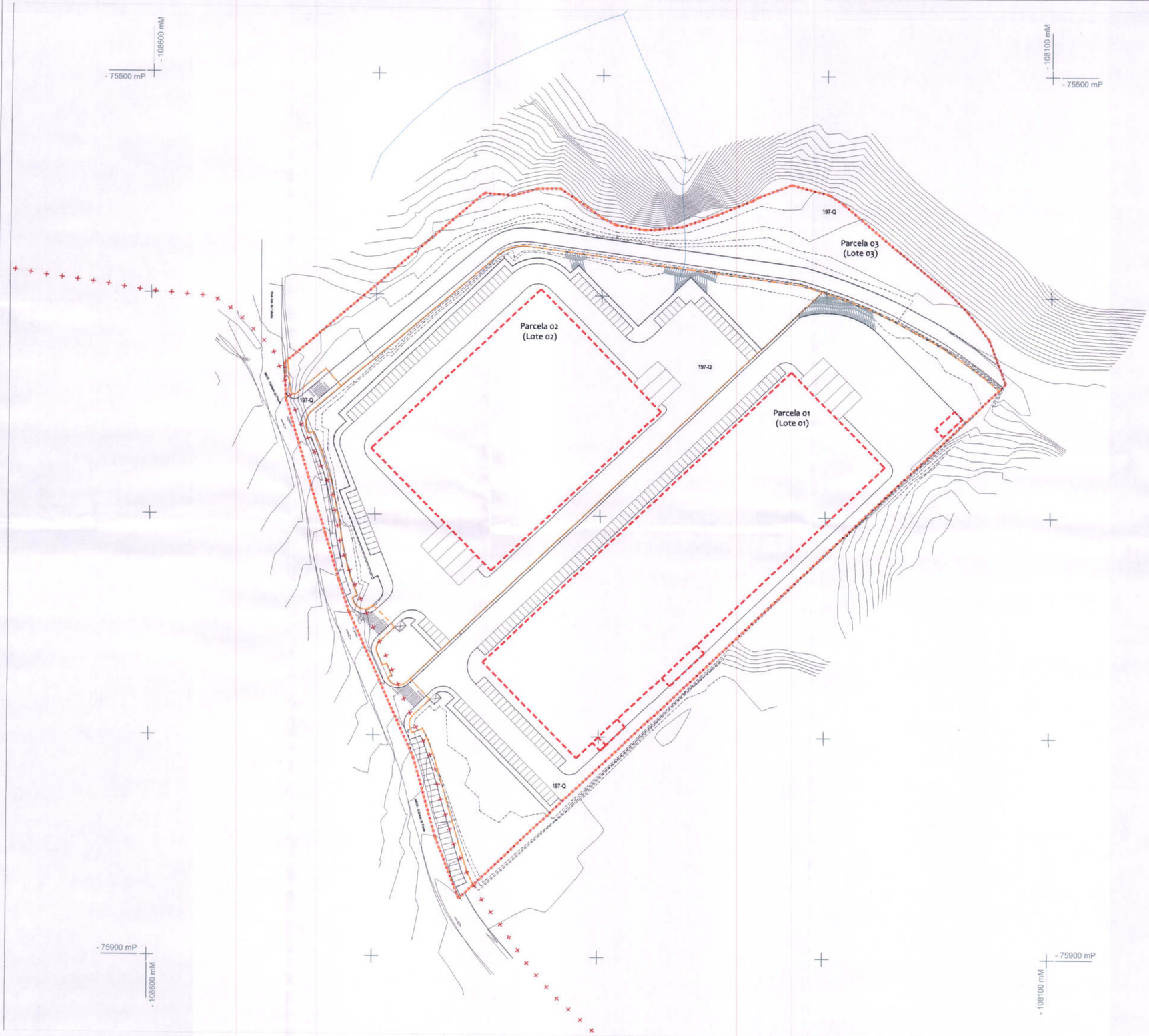
DESIGNAÇÃO: PLANTA DE INFRAESTRUTURAS: REDE ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES

ESCALA: 1/1.000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 11B

Modelo Pr-03/1



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018
- Limite das Parcelas ou Lotes a Afetar a Atividades Económicas
- Leito do Curso de Água
- 197-Q — Identificação do Prédio Original
- 00 — Identificação das Parcelas ou Lotes
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a manter
- Talude Proposto
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos

N

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

Tabela I: Parcelas a Constituir Através do Plano de Pormenor

Prédio Original			Transformação fundiária			
Artigo N.º	Área (M^2)	Titular	Identificação das Parcelas ou Lotes	Área (M^2)	Titular	Confrontações
197-Q Freguesia S. Isidoro	120 000,00	Município de Mafra	**01**	25 366,91	Município de Mafra	Norte: Parcela/Lote 03; Sul: Serafim Batalha e Betostrong (Industria de Betão, Lda); Nascente: Parcela/Lote 02; Poente: Estrada Municipal
			02	21 985,97	Município de Mafra	Norte: Parcela/Lote 03; Sul: Parcela/Lote 01; Nascente: Parcela/Lote 03; Poente: Estrada Municipal
			03	9 122,61	Município de Mafra	Norte: Parcela Restante Art.º 197-Q; Sul: Parcela/Lote 02; Nascente: Ribeiro e Manuel Vicente; Poente: Estrada Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Martins
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Rolando
DESENHADOR	Pedro Rosado
ENG.CIVIL	Miriam Pardal
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Rácio

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LOURENÇO FERREIRA - ENGº GEOMATA
DATA DE EDIÇÃO DO DE MAIO DE 2019
DATA E MÉTODO DA HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2019, ATV-1/GNT
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06 | ALTIMETRIA = ELIPSOIDE
ESTUDO POSICIONAL: PLANIMETRIA = 0,2M | ALTIMETRIA = 0,4M

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/81
	DATA: Setembro 2019

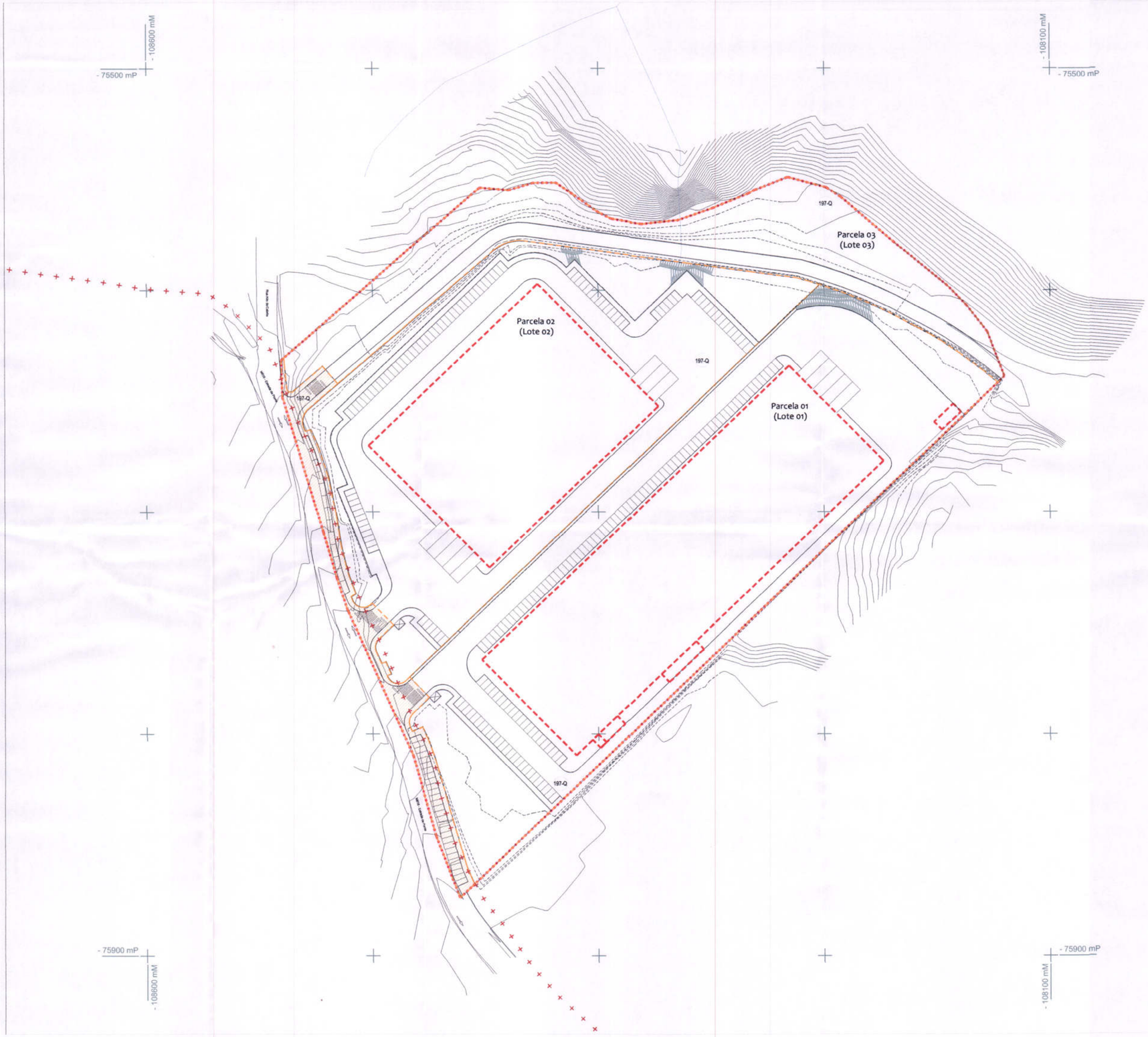
DESIGNAÇÃO: PLANTA DE TRANSFORMAÇÃO FUNDIÁRIA

ESCALA: 1/1000

FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano

DESENHO Nº: 12A

Modelo Pr--03/1



LEGENDA

- Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira
- Limite Administrativo entre Freguesias - CAOP 2018
- Limite das Parcelas a Afetar a Atividades Económicas
- Leito do Curso de Água
- 197-Q — Identificação do Prédio Original
- 00 — Identificação das Parcelas ou Lotes
- DP 01 — Área de Cedência ao Domínio Público
- Curva de Nível Proposta
- Curva de Nível Existente a manter
- Talude Proposto
- Polígono Máximo de Implantação dos Edifícios e Anexos

N

ESCALA GRÁFICA

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

ESCALA 1/1000

Tabela I: Área de Cedência ao Domínio Público

Identificação	Área de Cedência	Proveniência	Confrontações
DP 01	2 157,64 m²	197-Q Freguesia S. Isidoro	Norte: Parcela/Lote 03; Sul: Serafim Batalha e Betostrong (Industria de Betão, Lda); Nascente: Parcelas/Lotes 01 e 02; Poente: Estrada Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Matos
URBANISTA	Sofia Santos
ENG.TERRITÓRIO	Ana Ferreira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rendeiro
ENG.CIVIL	Miguel Pombo
ARQ.ESTAGIÁRIA	Cacilda Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

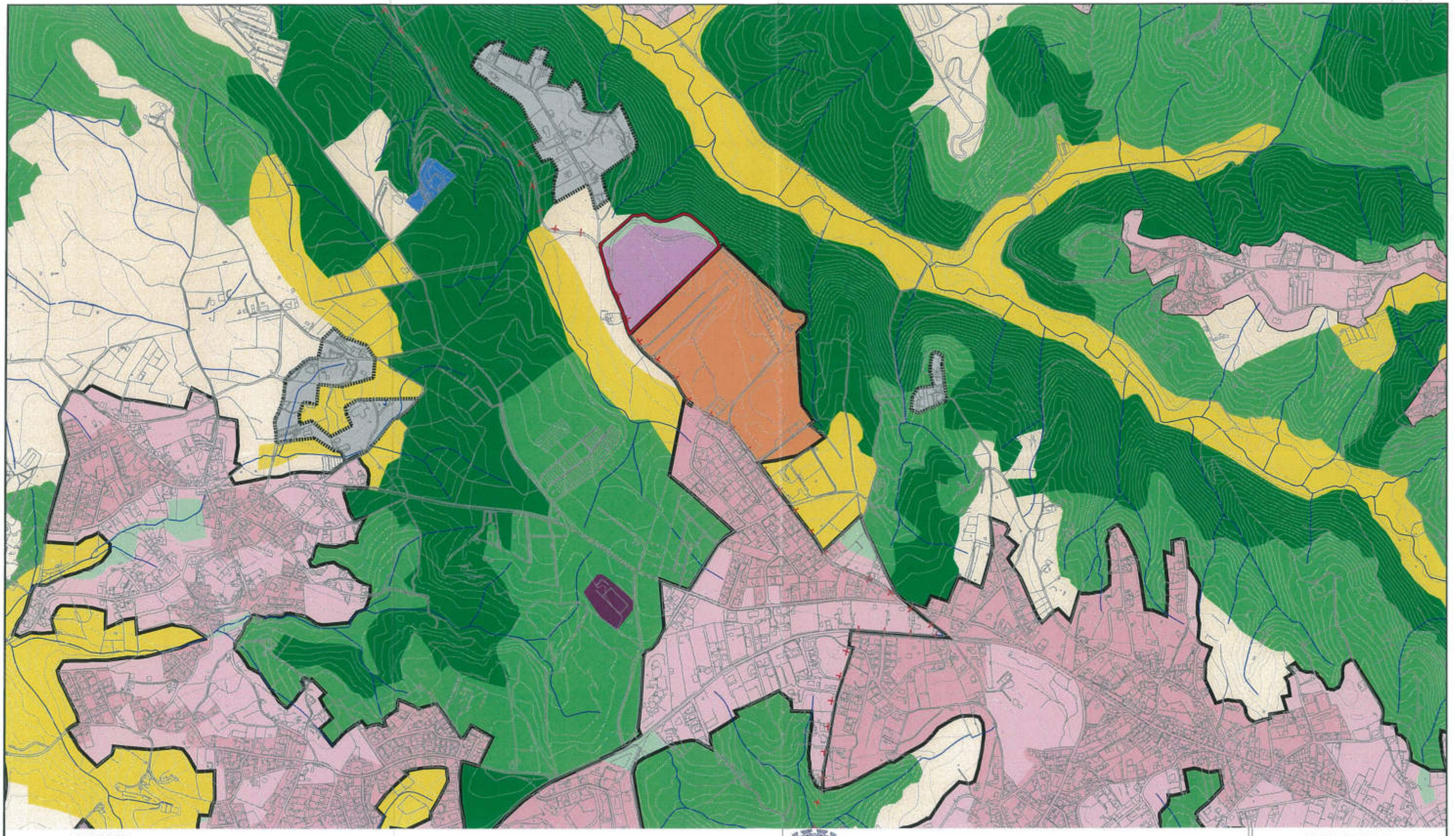
APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PRODUTORA: PAULO LUCIANO FERREIRA — ENG.º GEOGRAFO
DATA DE EDIÇÃO: 20 DE MAIO DE 2019
DATA E MODO DA HOMOLOGAÇÃO: 06/05/2019, NP011/001
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CARTÃO TOPOGRÁFICO: PLANIMETRIA + ALTIMETRIA + ELIM / ALTIMETRIA + ELIM

Nº. DE ARQUIVO:	Nº. PROCESSO: 16.1.1/2018/1	ESCALA: 1/1000	DESENHO Nº: 12B
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: PLANTA DE CEDÊNCIA AO DOMÍNIO PÚBLICO

Modelo Pr-03/1



LEGENDA:

Limite do Plano de Pormenor da Área de Atividades Económicas da Carrasqueira / Área objeto de Suspensão Parcial PDM - Aviso n.º15291/2018, 23 de outubro

Limite Administrativo entre Freguesiais - CAOP 2018

Extrato da Legenda da Planta de Ordenamento:

SOLO URBANO

Espaços de Atividades Económicas
Áreas a Estruturar

Espaços Verdes

SISTEMA URBANO

Nível II

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DUOMA
DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ARQUITECTO	Pedro Marino
URBANISTA	Sofia Dias
ENG.TERRITÓRIO	Ana Feteira
ARQ.PAISAGISTA	Filipa Raimundo
DESENHADOR	Pedro Rodrigo
ENG.CIVIL	Miriam Pontes
ARQ.ESTAGIÁRIA	Carina Ribeiro

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CARRASQUEIRA

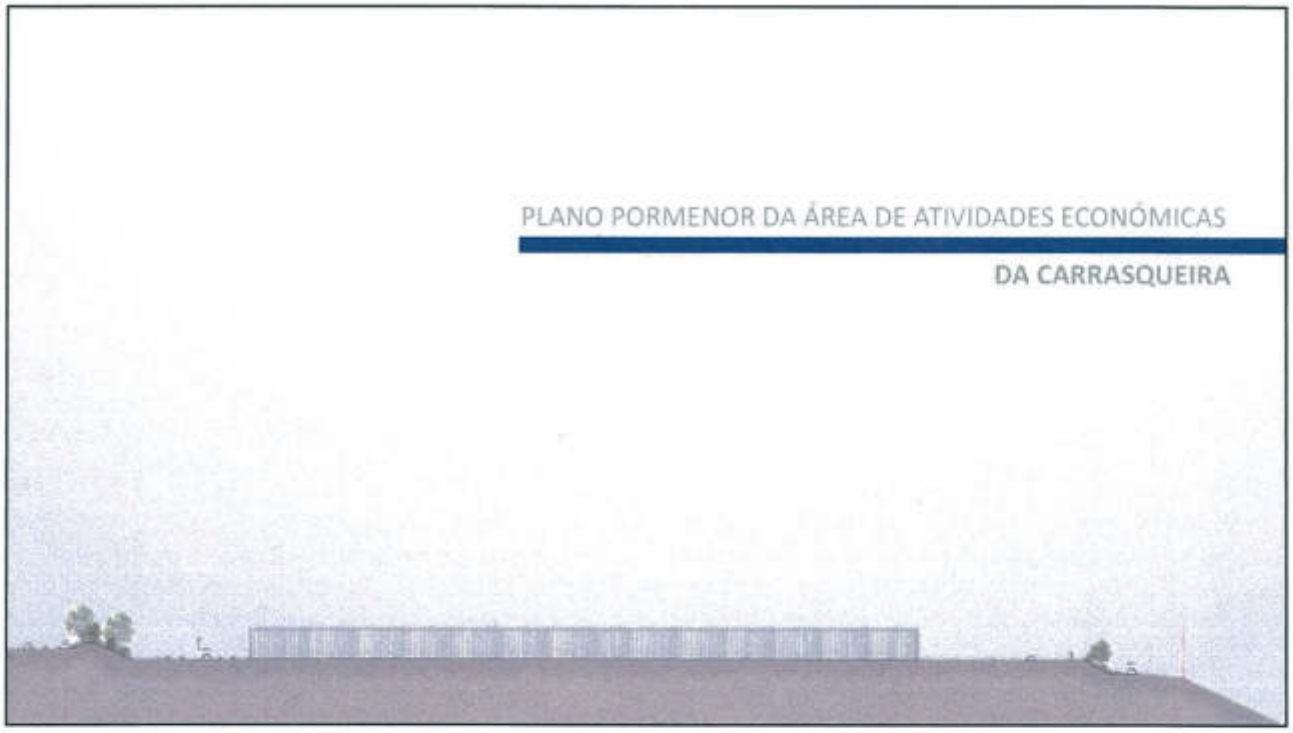
LOCAL: CARRASQUEIRA - PINHAL DOS FRADES

APROVAÇÃO:

CARTOGRAFIA:
ENTIDADE PROPRIETÁRIA DA CARTOGRAFIA: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ENTIDADE PRODUTORA: MAGNA SA
DATA DE ESCALA: 2018
DATA E NÚMERO DA HOMOLOGAÇÃO (M/M/DD): N°2020/007
SISTEMA DE REFERÊNCIA: ETRS89/PT-TM06
CARTÃO TOPOGRÁFICO: PLANIMETRIA + CURVAS DE NÍVEL | ALTIMETRIA + PONTOS COTADOS

N°. DE ARQUIVO:	N°. PROCESSO: 16.1.5/2018/1	ESCALA: 1 / 10.000	DESENHO N°: 13
	DATA: Setembro 2019	FASE DO PROJECTO: Proposta de Plano	

DESIGNAÇÃO: ALTERAÇÃO AO PDM: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO - CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO



PP | CARRASQUEIRA

1 SITUAÇÃO EXISTENTE

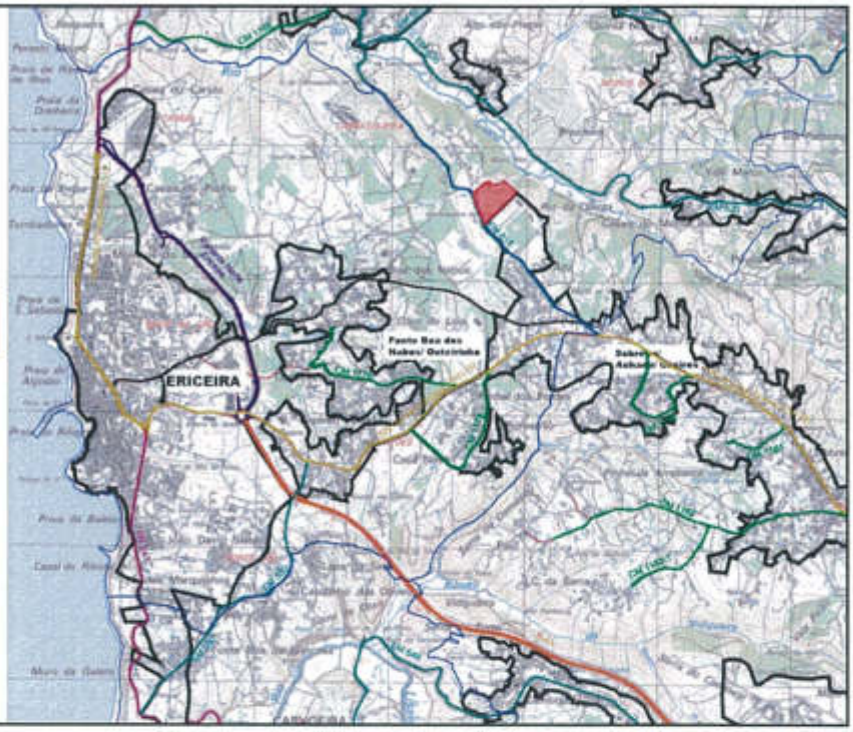
2 PROPOSTA

3 EXECUÇÃO DO PLANO

anexo VIII

1 ENQUADRAMENTO

- 6 HECTARES
- ARTIGO MATRICIAIS N.º 197, DA SECÇÃO Q



1 OBJETIVOS

- PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE UM ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, INFRAESTRUTURADO QUE PERMITA A RELOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS
- REQUALIFICAR UM TERRITÓRIO DEGRADADO, DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO
- DEFINIR UM MODELO DE OCUPAÇÃO URBANA QUE PERMITA A ARTICULAÇÃO COM O INVESTIMENTO PRIVADO



- REQUALIFICAR OS ESPAÇOS EXTERIORES E SUA INTERLIGAÇÃO AOS ESPAÇOS ADJACENTES EXISTENTES – ESPAÇOS NATURAIS E ESPAÇOS RESIDENCIAIS;
- RECLASSIFICAR SOLO RURAL EM SOLO URBANO, PARA AS CATEGORIAS DE ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS E ESPAÇOS VERDES

2 PROPOSTA



3 EXECUÇÃO DO PLANO

Identificação das Parcelas ou Lotes	Designação	Área m²
01	Área Máxima de Infiltração	11 630,00
	Índice de ocupação do solo	0,46
	Área máxima de construção	12 095,90
	Índice de utilização do solo	0,48
	Altura máxima de edificação	9,00
	Volumetria máxima	103 154,20
	Área de Impermeabilização	21 736,50
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 630,40
	Área total da parcela	**25 366,91**
02	Área Máxima de Infiltração	8 020,87
	Índice de ocupação do solo	0,36
	Área máxima de construção	8 100,00
	Índice de utilização do solo	0,37
	Altura máxima de edificação	9,00
	Volumetria máxima	72 187,85
	Área de Impermeabilização	18 276,11
	Áreas verdes de proteção e Áreas verdes de uso privado	3 709,86
	Área total da parcela	**21 985,97**
03	Área verde de proteção e enquadramento	2 113,53
	Área total da parcela	**9 122,61**

3 EXECUÇÃO DO PLANO

Parcelas ou lotes previstos	Área de construção admitida [m²]	Custo unitário [€/m²]	Estimativa de Receita Global [€]
Parcela ou lote 01	12 095,90	405	4 898 840 €
Parcela ou lote 02	8 100,00	415	3 361 500 €
Parcela ou lote 03	0,00	0	0 €
TOTAL DA RECEITA			8 260 340 €
VIABILIDADE			1 012 628 € 12,26%

Ações por área de intervenção	Área [m²]	Custo unitário [€/m²]	Estimativa de Custo Global [€]
Área de cedência ao domínio público:			152 094 €
Parcela ou lote 01:			3 960 205 €
Parcela ou lote 02:			2 922 606 €
Parcela ou lote 03:			212 808 €
TOTAL DO INVESTIMENTO			7 247 712 €

3 EXECUÇÃO DO PLANO

	Ações	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano
0.	**Projetos**					
0.1	Projetos para a construção dos edifícios, incluindo infraestruturas viárias e infraestruturas de abastecimento e saneamento e rede elétrica					
0.2	Desenvolvimento dos projetos de espaços verdes					
1.	**Execução - Modelação do Terreno**					
1.1	Aterro e escavação para nivelamento da área do plano					
1.2	Modelação do terreno para receção das redes de infraestruturas propostas					
1.3	Estabilização do talude na zona norte					
2.	**Beneficiação - Rede Viária exotorno**					
2.1	Beneficiação/ alargamento da EM516					
3.	**Execução - Infraestruturas**					
3.1	Rede de abastecimento de água					
3.2	Rede de drenagem de águas residuais e pluviais					
3.3	Resíduos sólidos Urbanos					
3.4	Passeios					
3.5	Estacionamentos					
3.6	Rede viária					
3.7	Rede de distribuição elétrica					
3.8	Rede de iluminação pública					
3.9	Postos de transformação					
3.10	Rede de telecomunicações					
4.	**Execução - Edificado**					
4.1	Edifício Parcela 01					
4.2	Edifícios Parcela 02					
5.	**Execução - Áreas Verdes**					
5.1	Áreas verdes de uso privado e áreas verdes de proteção e contenção de taludes					
5.2	Áreas Verdes de proteção e enquadramento					
5.3	Recuperação das formações arbóreas/ arbustivas autóctones					

PLANO PORMENOR DA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

DA CARRASQUEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concordo com a proposta apresentada.
À consideração superior

14/10/2019

O Diretor de Departamento,

FACE À INFORMAÇÃO PRESTADA, COM A QUAL CONCORDO, PROPONHO O SEU ENVIO À REUNIÃO DE CÂMARA.

14/10/2019

O Chefe de Divisão

concordo com o proposto.
À consideração o envio à reunião C.M.

14/10/2019

A Coordenadora

DESPACHO

À reunião

15/10/2019

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15012

ASSUNTO: Mafra Requalifica - Fichas de Avaliação do Nível de Conservação dos Edifícios

No âmbito do **Programa Mafra Requalifica** foram solicitadas vistorias para determinação do **estado de conservação dos imóveis**, de modo a verificar um dos critérios necessários para que estes sejam passíveis de usufruir, com a devida intervenção de reabilitação realizada e restantes critérios cumpridos, dos benefícios fiscais aprovados pela Assembleia Municipal e, nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), nomeadamente de **isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis** (IMI) e **isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis** (IMT) e, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais **a dedução à coleta, em sede de IRS, dos encargos suportados pelo proprietário decorrentes da intervenção de reabilitação** e **tributação de mais-valias à taxa reduzida de 5%**, bem como para **imóveis concluídos há mais de 30 anos, relativamente à isenção do IMI e IMT**, nos termos do disposto no artº45 do EBF.

anexo IX

Pelo que se propõe que a **Câmara Municipal delibere concordar com o estado de conservação proposto** para os seguintes imóveis no seguimento da vistoria realizada pela comissão de vistoria, e de **acordo com a Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios** em anexo:

- **Processo 16.1.16/2019/111**- Imóvel sito em Largo do Jardim, n. 6- Livramento, União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. 3002 **– proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;**

- **Processo 16.1.16/2019/142** - Imóvel sito em Travessa Mestre Agostinho, n.1 – Asseiceira Grande, União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. 5747 do Milharado **– proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;**

- **Processo 16.1.16/2019/151** - Imóvel sito em Rua da Escola, n. 14 – Cabeço de Montachique, Freguesia de Milharado, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n. 8049 – **proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo.**

À consideração superior

14/10/2019

X

Miriam Pombo
Técnica Superior - Eng.ª Civil
Assinado por: MIRIAM PEDROSO DOS SANTOS POMBO

Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

15 / 10 / 2019

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Largo do Jardim

Número: 6 Localidade: Livramento Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: UF Azueira e Sobral da Abelheira

Artigo Matricial: 3002 Fracção: Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
1	2	Anterior a 1951	Alvenaria de Pedra e outros	1_1_1	Habitação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☑	☐		x 6 =	12
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☑	☐	☐	☐	x 3 =	9
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação eléctrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 2 =	2
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
22. Tectos	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
23. Escadas	☐	☐	☑	☐	☐	☐	x 4 =	12
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 2 =	4
27. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☑	☐	☐	☐	x 4 =	12
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação eléctrica	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)		95
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	65	
Índice de anomalias	(a / b)		1,46

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas
1. Estrutura	Estrutura com desagregação extensa de elementos, não comprometendo a sua estabilidade.	Fotos 1 a 3
2. Cobertura	Coberturas com colapso parcial ou total da estrutura de suporte.	Fotos 1, 2, 4 a 7 e 13
18. Paredes exteriores	Paredes exteriores com degradação generalizada do revestimento, com fendilhação de grande abertura. Muros com fendilhação extensa de média ou grande abertura, não comprometendo a sua estabilidade.	Fotos 1 a 3, 6, 8 a 18
19. Paredes interiores	Revestimentos de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	Fotos 5 e 13
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	Revestimento de piso totalmente removidos ou muito degradados, permitindo o desenvolvimento de vegetação.	Fotos 8 e 14
21. Revestimentos de pavimentos interiores	Revestimentos de piso em falta, com irregularidades, fendilhação, com degradação em grandes áreas, permitindo o desenvolvimento de vegetação, exigindo substituição ou reparação total.	Fotos 2, 9 e 15
22. Tectos	Revestimentos de tectos em falta, ou muito danificados, devido ao mau estado de conservação da cobertura.	Fotos 1, 2, 4 a 7 e 13
24. Caixilharia e portas exteriores	Caixilharia ou portas com elementos deteriorados ou removidos, com muitos vidros partidos ou outras anomalias que motivam a falta de estanquidade à água da chuva e excessiva permeabilidade ao ar.	Fotos 1, 8, 12, 16 e 18
25. Caixilharia e portas interiores	Caixilharia ou portas interiores removidas ou com elementos deteriorados ou removidos, motivando o funcionamento muito deficiente ou inoperacional.	Fotos 5 e 13
26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores	Dispositivos de protecção de vãos com elementos deteriorados ou removidos, motivando funcionamento muito deficiente.	Fotos 1, 12, 16 e 17
28. Equipamento sanitário	Loiças sanitárias e torneiras de aparelhos sanitários removidas ou inoperacionais, inviabilizando o uso da instalação sanitária.	Fotos 13 e 15
29. Equipamento de cozinha	Ausência de lava loiça e de outros equipamentos indispensáveis à constituição de cozinha, por remoção ou pela falta de local para a sua instalação.	Fotos 1 a 18
30. Instalação de distribuição de água	Instalação de distribuição de água fria e quente inexistente, removida ou inoperacional.	Fotos 1 a 18
31. Instalação de drenagem de águas residuais	Instalação de drenagem de águas residuais inexistente, removida ou inoperacional.	Fotos 1 a 18
33. Instalação eléctrica	Instalação eléctrica inoperacional ou removida.	Fotos 8, 13 e 18

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

Verificou-se que o edifício em questão encontra-se parcialmente em ruínas, principalmente por colapso da cobertura.

Data de vistoria:
03/07/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

1

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9

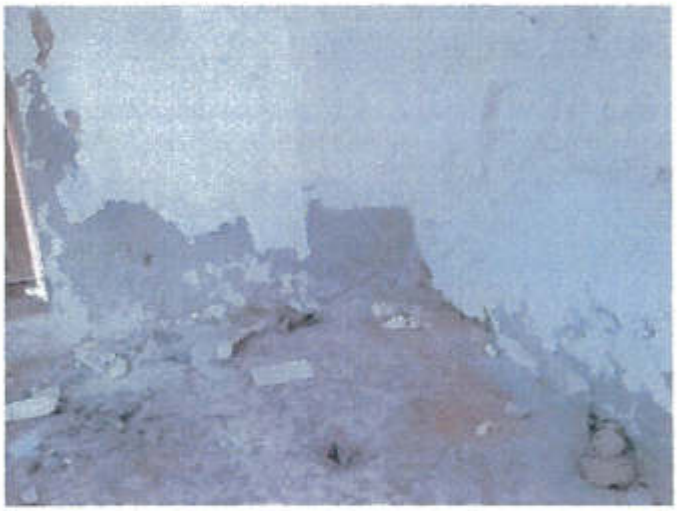


FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

15/10/2019

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

Ficha de avaliação do nivel de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Travessa Mestre Agostinho

Número: 1 Localidade: Asseiceira Grande Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: UF Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés

Artigo Matricial: 5747 Fracção: Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
1	1	Anterior a 1951	Alvenarias	I__I__I	Arrecadações e arrumos

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑		x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 3 =	6
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação eléctrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
22. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
23. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação eléctrica	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)	34
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	31
Índice de anomalias	(a / b)	1,10

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas
1. Estrutura	Estrutura com significativa degradação, em ruína.	Fotos 1 a 9
2. Cobertura	Cobertura com colapso total.	Fotos 1 a 9
3. Elementos salientes	Chaminé com partes deterioradas, nomeadamente com elementos metálicos muito degradados indiciando destacamento iminente.	Fotos 1, 2, 5 e 6
18. Paredes exteriores	Paredes exteriores com significativa degradação, em ruína.	Fotos 1 a 9
21. Revestimentos de pavimentos interiores	Revestimento de piso em falta ou muito degradado, permitindo o desenvolvimento de vegetação.	Fotos 4, 7 a 9
24. Caixilharia e portas exteriores	Caixilharia ou portas inexistentes.	Fotos 1 a 9
33. Instalação elétrica	Instalação elétrica inexistente ou removida.	Fotos 1 a 9

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

Verificou-se que o edifício em questão encontra-se em ruínas.

Data de vistoria:
29/05/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

1

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



Mafra reQUALIFICA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hélder António Guerra de Sousa Silva

15/10/2019

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redacção actual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua da Escola

Número: 14 Localidade: Cabeço de Montachique Código postal:

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Milharado

Artigo Matricial: 8049 Fracção: Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
2	2	1951 a 1982	Alvenaria de pedra e Betão Armado	I__I__1	Habitação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑		x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação eléctrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑		x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 2 =	2
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
22. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
23. Escadas	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
26. Dispositivos de protecção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de protecção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação eléctrica	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)		52
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	52	
Índice de anomalias	(a / b)		1;00

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas
1. Estrutura	Estrutura com significativa degradação, em ruína.	Fotos 1 a 12
2. Cobertura	Cobertura com colapso total ou em avançado estado de degradação, exigindo substituição total.	Fotos 1 a 5, 7 e 11
18. Paredes exteriores	Paredes com grandes abaulamentos, desaprumos ou outras deformações que indiciam risco de desabamento total ou parcial.	Fotos 1 a 12
19. Paredes interiores	Paredes com abaulamentos, desaprumos ou outras deformações e com revestimentos de protecção em falta, destacados, empolados, partidos ou em degradação em grandes áreas.	Fotos 7 e 8
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	Revestimento de piso em falta permitindo o desenvolvimento de vegetação.	Fotos 1 a 12
21. Revestimentos de pavimentos interiores	Pavimentos inexistentes ou muito degradados, permitindo o desenvolvimento de vegetação.	Fotos 1 a 12
23. Escadas	Escadas com degradação de elementos estruturais, abaulamentos, cedências ou outras deformações, permitindo o desenvolvimento de vegetação.	Foto 9
24. Caixilharia e portas exteriores	Caixilharia ou portas inexistentes ou removidas.	Fotos 1 a 12
25. Caixilharia e portas interiores	Caixilharia ou portas inexistentes ou removidas.	Fotos 1 a 12
28. Equipamento sanitário	Ausência de equipamento sanitário.	Fotos 1 a 12
29. Equipamento de cozinha.	Ausência de equipamento de cozinha.	Fotos 1 a 12
30. Instalação de distribuição de água	Instalação de distribuição de água inexistente ou removida.	Fotos 1 a 12
31. Instalação de drenagem de águas residuais	Instalação de drenagem de águas residuais inexistente ou removida.	Fotos 1 a 12
33. Instalação elétrica	Instalação elétrica inexistente ou removida.	Fotos 1 a 12

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é _____ (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

Verificou-se que o edifício em questão encontra-se em ruínas.

Data de vistoria:
28/05/2019

Eng. Miriam Pombo

Arq. Homero Ferreira

Arq. Sara Martins

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

1

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião do Órgão Executivo

2019.10.15

O Vereador,

Concordo com a presente informação

15/10/2019

A Diretora de Departamento,

DESPACHO

À reunião.

15.10.19

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2019/15009

ASSUNTO: Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento.

Considerando ainda o n.º 1 do art.º 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte.

Considerando ainda a alínea a) e b) do n.º 2 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o orçamento municipal inclui os orçamentos dos órgãos e serviços do

Anexo X

município com autonomia financeira (SMAS de Mafra) e, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o artigo 75.º da mesma lei, ou seja, no caso do Município de Mafra das empresas Giatul, E.M., S.A. e do Matadouro Regional de Mafra, S.A.

No âmbito do cumprimento do regime jurídico do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, foi dirigido um ofício aos Partidos para se pronunciarem sobre a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano. Neste sentido, pelo PAN – Pessoas Animais Natureza, foi rececionado um ofício com as suas propostas, ao qual foi respondido, conforme ofício em anexo.

Face ao exposto, e considerando o cumprimento de todos os pressupostos para elaboração do Orçamento 2020 e diretrizes do Executivo desta Câmara Municipal, anexo a proposta do orçamento para 2020 no valor total de 87.950.964 EUR (oitenta e sete milhões novecentos e cinquenta mil novecentos e sessenta e quatro euros), sendo dos SMAS de Mafra 21.148.534 EUR (vinte e um milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e trinta e quatro euros) e do Orçamento Municipal 66.802.430 EUR (sessenta e seis milhões oitocentos e dois mil quatrocentos e trinta euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a 39.579.780 EUR (trinta e nove milhões quinhentos e setenta e nove mil setecentos e oitenta euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos 14.879.785 EUR (catorze milhões oitocentos e setenta e nove mil e setecentos e oitenta e cinco euros) e do Plano de Atividades Municipal o valor de 24.699.995 EUR (vinte e quatro milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e cinco euros), propondo-se que os mesmos sejam submetidos a aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior,
A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património,

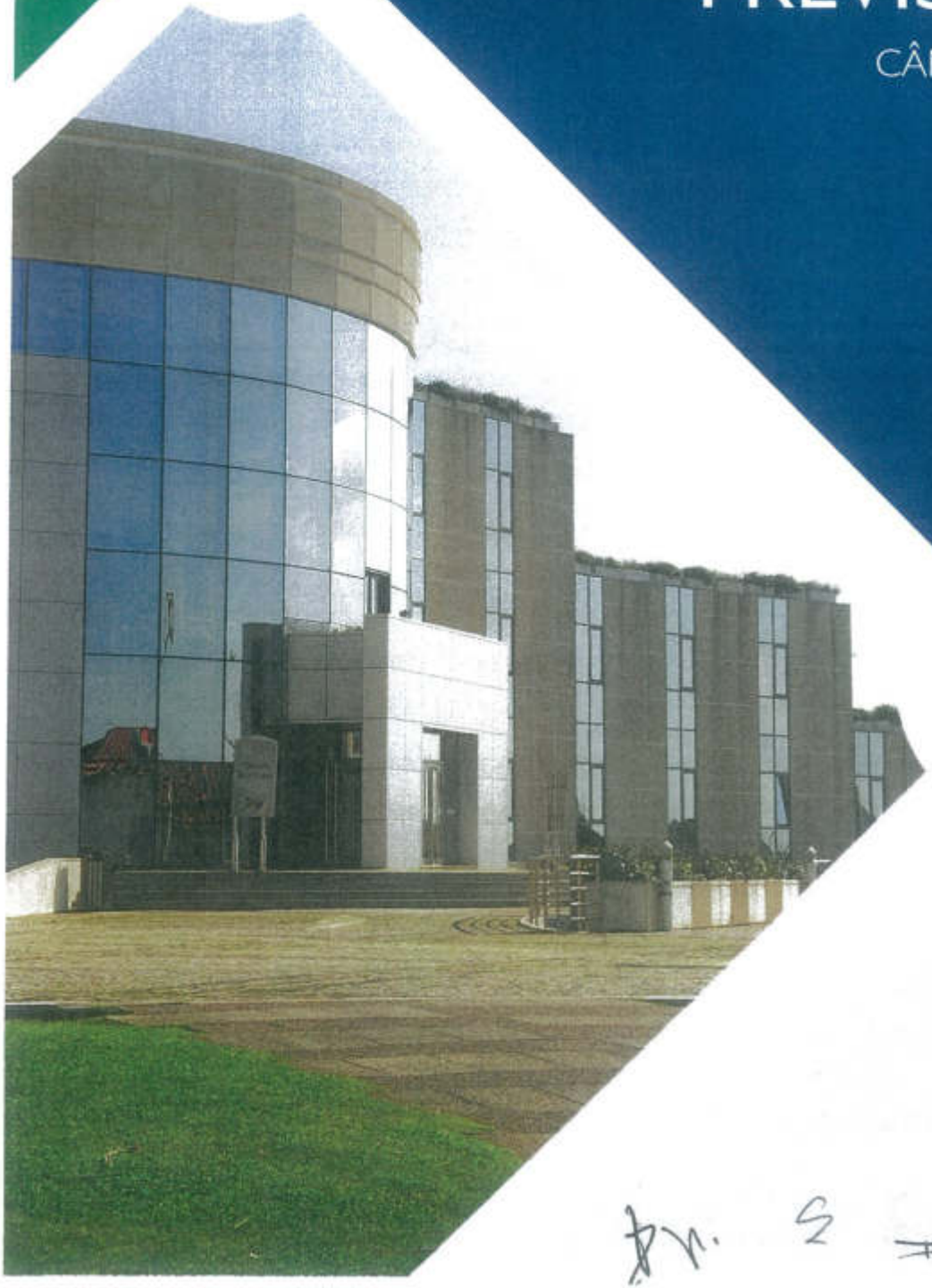
(Dulce Lourenço)

Mafra

2020

DOCUMENTOS PREVISIONAIS

CÂMARA MUNICIPAL
DE MAFRA



MUNICÍPIO DE MAFRA

ÍNDICE

Preâmbulo 3
Introdução 5
Análise da Situação Financeira
Estrutura da Receita e da Despesa 7
Previsão da Dívida Total 9
Resumo das Grandes Opções do Plano 9
Análise comparativa do Orçamento e das GOP
Evolução de Empréstimos a Médio e Longo Prazo 14
Evolução Previsional de Despesas com o Serviço de Dívida 14

Mapas do Orçamento e das GOP
Resumo do Orçamento 16
Orçamento da Receita 17
Orçamento da Despesa por Classificação Orgânica/ Económica 21
Orçamento da Despesa por Classificação Económica 36
Resumo das Grandes Opções do Plano 41
Grandes Opções do Plano 42
Plano Plurianual de Investimentos 53
Plano de Atividades Municipal 65

Outros Documentos
Mapa de Empréstimos 75
Mapa das Entidades Participadas 76
Quadro Plurianual Municipal 76
Responsabilidades Contingentes 77
Termo de Encerramento 79
Termo de Aprovação Final 80

Orçamentos das Empresas Locais
(Giatul, E.M, S.A. e Matadouro Regional de Mafra, S.A.) 82

Orçamento dos SMAS de Mafra 112

PREÂMBULO

Este é o orçamento da consolidação. Dois anos volvidos, o documento que se submete à aprovação dá continuidade à implementação dos projetos enquadrados nos princípios programáticos definidos para o presente mandato.

A consolidação implica fazer um **duplo exercício:** por um lado, um exercício de rigor e de responsabilidade na gestão das contas públicas, garantindo o imprescindível equilíbrio financeiro; por outro, um exercício de reforço da coesão social e de dinamização da atividade económica, fazendo de Mafra um Concelho capaz de produzir conhecimento, talento e riqueza.

Tal exercício só é eficaz quando sustentado numa **visão de longo prazo,** o que significa que a autarquia adotou uma postura proativa, e não reativa, assegurando uma atualização permanente da missão municipal na antecipação de respostas aos desafios.

Os investimentos previstos para 2020 traduzem este paradigma, integrando-se nos três vetores definidos para o quadriénio 2017/2021: **preservar** para garantir a salvaguarda dos recursos locais; **qualificar** para elevar as condições para a plena realização das pessoas; e **valorizar** para tornar o território cada vez mais atrativo para habitantes, visitantes e investidores.

No eixo "Preservar", o **ambiente** assume-se como prioridade, quer na construção de equipamentos como o Parque Ecológico da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, o Parque Verde e de Estacionamento da Póvoa da Galega e diversas zonas verdes nas freguesias, quer ainda na qualificação de serviços fundamentais. Neste âmbito, evidencia-se a limpeza urbana (prevendo-se um reforço das transferências para as Freguesias, na ordem dos 25%), a recolha de resíduos sólidos urbanos (incluindo a atribuição de incentivos aos munícipes para deposição seletiva), bem como a renovação da rede de água e a ampliação da rede de saneamento, investimentos estes que são alocados ao orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra, no valor total de 4,9 milhões de euros.

Ainda no eixo "Preservar", a **mobilidade** constitui uma aposta estratégica, não só pelo cofinanciamento municipal do sistema de transportes públicos de passageiros na Área Metropolitana de Lisboa, mas também pela componente infraestrutural, destacando-se: a conclusão do Parque Intermodal da Ericeira e a adaptação do atual Terminal Rodoviário para parque de estacionamento; a conclusão do passeio Ribamar/ Ribeira d'Ilhas; a construção de uma nova via, no prolongamento da Rua do Castelo, em Mafra; a conservação da rede viária e a criação de passeios nas várias freguesias; e a renovação da rede de iluminação pública, com recurso à tecnologia LED.

A **reabilitação urbana** continua a assumir primazia no contexto deste primeiro vetor, seja pela ampliação dos apoios a atribuir aos privados no âmbito do programa "Mafra Requalifica", seja pelo investimento municipal na regeneração de equipamentos e espaços públicos, em particular, a reconversão do antigo edifício das

Finanças de Mafra para acolher serviços municipais, a conclusão da Casa de Cultura da Malveira, a reabilitação do Largo da Feira da Malveira ou a conclusão do arranjo urbanístico na envolvente do Posto de Assistência Social da Malveira.

No vetor "Preservar", integram-se, igualmente, as questões da **segurança,** fundamentais à salvaguarda dos índices de qualidade de vida. Novamente, o Município de Mafra assume ser parte da solução, cooperando com a Administração Central na construção do Posto Territorial do Livramento da Guarda Nacional Republicana (GNR).

A aposta no eixo "Qualificar" reflete o pendor humanista das políticas municipais. Para 2020, e no âmbito da **ação social,** prevê-se a construção de habitações para arrendamento a custos controlados na Quinta de Santa Bárbara e o desenvolvimento dos projetos para a Rua Júlio da Conceição Ivo, em Mafra, assim como o reforço dos apoios no âmbito do programa "arrenDAR". Já no que concerne à **educação**, e concluída que está a modernização do parque escolar sob responsabilidade municipal, a autarquia procederá à ampliação da Creche de Mafra e pugnará, junto do Governo, pelo urgente aumento da capacidade de resposta no ensino secundário.

O último vetor, "Valorizar", é bem ilustrativo do objetivo de capitalização económico-turística da imagem que o Concelho de Mafra tem vindo a construir nos últimos anos, para a qual contribuiu indelevelmente a distinção da Ericeira como Reserva Mundial de Surf e, no passado dia 7 de julho de 2019, do Real Edifício de Mafra como Património Mundial pela UNESCO.

Assim, enquadradas neste vetor e associadas ao monumento mandado edificar por D. João V, as prioridades na área da **cultura** centram-se na instalação do Museu Nacional da Música em Mafra e na criação do Polo de Investigação em Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, a par da manutenção da excelência da programação cultural já consolidada e geradora de dinâmicas de visitação.

No âmbito do **desporto**, destaca-se o desenvolvimento do projeto referente ao Polo de Turismo Equestre, em cooperação com o Exército, enquanto que, na área do **turismo,** se evidenciam a requalificação dos apoios de praia (Matadouro e Sul) e a ampliação da rede municipal de áreas de serviço de autocaravanas.

Os exemplos que se enumeram neste preâmbulo não esgotam a totalidade da atividade prevista, mas exprimem, nas respetivas áreas, uma estratégia municipal que se caracteriza pela transversalidade. Importa sublinhar, como premissa fundamental, que os projetos apresentados não são isolados, antes se articulam entre si.

Afinal, preservar, qualificar e valorizar são vetores indissociáveis de um mesmo projeto: a **prosperidade coletiva**!

Mafra, 18 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)

INTRODUÇÃO

A elaboração do orçamento para 2020 assenta nas regras orçamentais estabelecidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

Apesar da aprovação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento), a presente proposta de orçamento para 2020 é ainda apresentada nos termos deste Plano Oficial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, de acordo com orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2020 haverá um ajustamento em sede de execução, para os modelos de reporte previstos no SNC-AP.

Neste sentido, apresenta-se à Câmara e Assembleia Municipal o Orçamento para 2020 e as Grandes Opções do Plano para 2020-2023. Estas definem os objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia.

Importa ainda realçar que, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, os serviços municipalizados têm orçamento próprio, pelo que se anexa o orçamento dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra – SMAS de Mafra - ao Orçamento Municipal e inscrevendo-se neste os totais das suas receitas e despesas.

I

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Estrutura da Receita e da Despesa

O Orçamento agrega a receita e a despesa do Município de Mafra, para 2020, por grandes agrupamentos da classificação económica, em cerca de 67 milhões de EUR.

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%	Rubrica	Designação	2020	%
01	Impostos Diretos	32 797 835	49,2%	01	Despesas com o Pessoal	18 713 135	28,1%
02	Impostos Indiretos	2 623 550	3,9%	02	Aquisição de Bens e Serviços	25 982 525	38,9%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 907 105	5,8%	03	Juros e Outros Encargos	271 250	0,4%
05	Rendimentos de Propriedade	130 630	0,2%	04	Transferências Correntes	5 435 950	8,1%
06	Transferências Correntes	14 005 140	21,0%	05	Subsídios	320 005	0,5%
07	Venda Bens e Serviços Correntes	6 341 495	9,5%	06	Outras Despesas Correntes	1 199 780	1,8%
08	Outras Receitas Correntes	414 760	0,6%	07	Aquisição de Bens de Capital	14 029 170	21,0%
09	Venda de Bens de Investimento	553 065	0,8%	08	Transferências de Capital	60 030	0,1%
10	Transferências de Capital	6 028 820	9,0%	09	Ativos Financeiros	123 480	0,2%
11	Ativos Financeiros	5	0,0%	10	Passivos Financeiros	567 100	0,8%
12	Passivos Financeiros	15	0,0%	11	Outras Despesas de Capital	100 005	0,1%
13	Outras Receitas Capital	5	0,0%				
15	Reposições Não Abatidas Pag.	5	0,0%				
	Total de Receitas Correntes	**60 220 515**	**90,2%**		**Total de Despesas Correntes**	**51 922 645**	**77,8%**
	Total de Receitas de Capital	**6 581 910**	**9,8%**		**Total de Despesas de Capital**	**14 879 785**	**22,2%**
	Total de Outras Receitas	**5**	**0,0%**				
	Total	66 802 430	100,0%		Total	66 802 430	100,0%

De acordo com o disposto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios devem garantir que a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, isto é, que os orçamentos das entidades do setor local estimem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente deva ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No Orçamento do Município, verifica-se o cumprimento deste princípio, uma vez que a receita corrente é de 60.220.515 EUR, a despesa corrente é de 51.922.645 EUR e as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo são de 1.629.317 EUR.

A previsão de saldo corrente para 2020 deduzido das amortizações de empréstimos é de 6.668.553 EUR.

Com o presente orçamento da receita, e em termos de fontes de financiamento, procurar-se-á garantir o prosseguimento dos objetivos relativos à boa execução dos investimentos propostos, principalmente pela componente das receitas próprias.

As receitas são classificadas, orçamentalmente e segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

Os valores inscritos no Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS são os que constam na Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Ao nível da receita, a corrente representa 90,2% (60.220.515 EUR) e a de capital 9,8% (6.581.910 EUR) do total do orçamento.

Já a realização das despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências conferidas às autarquias locais, a afetação dos recursos ao desenvolvimento de atividades para satisfazer as necessidades da população local.

As despesas são classificadas, segundo a classificação funcional, orgânica e económica, em correntes ou de capital.

As despesas correntes são todas as que revelam caráter permanente e afetam o património não duradouro da autarquia, determinando a redução do ativo líquido (despesas de funcionamento, transferências e subsídios).

As despesas de capital são todas as que alteram o património duradouro da autarquia, determinando o seu crescimento, na medida em que contribuem para a formação de capital fixo e para o bem-estar coletivo (investimento e transferências).

A despesa corrente representa 77,8% (51.922.645 EUR) e a despesa de capital 22,2% (14.879.785 EUR) do total do orçamento da despesa.

Previsão da Dívida Total

De acordo com o art. 52.º - "Limite da dívida total", da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os critérios dos limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo de cada município dizem que, sucintamente, a dívida de operações orçamentais em 31 de dezembro de cada ano não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Este limite engloba as empresas do setor empresarial local e demais entidades participadas na respetiva proporção do capital social, sendo que a previsão para 2020 do Limite da Dívida Total do Município é de 88.752.889 EUR.

Resumo das Grandes Opções do Plano

Unidade: Euro

Objetivo	Descrição	Valor	%
1.	**Funções gerais**	**3 451 240**	**8,8%**
1.1.	Serviços gerais de administração pública	2 395 135	6,1%
1.2.	Segurança e ordem públicas	1 056 105	2,7%
2.	**Funções sociais**	**24 136 525**	**60,9%**
2.1.	Educação	9 546 705	24,1%
2.3.	Segurança e ação sociais	432 830	1,1%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	11 361 985	28,6%
2.5.	Servicos culturais, recreativos e religiosos	2 795 005	7,1%
3.	**Funções económicas**	**5 946 720**	**15,0%**
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	84 125	0,2%
3.2	Indústria e Energia	1 914 030	4,8%
3.3.	Transportes e comunicações	3 065 910	7,7%
3.4.	Comércio e turismo	381 570	1,0%
3.5.	Outras funções económicas	501 085	1,3%
4.	**Outras funções**	**6 045 295**	**15,3%**
4.1.	Operações da dívida autárquica	1 996 260	5,0%
4.2.	Transferências entre administrações	3 949 030	10,0%
4.3.	Diversas não especificadas	100 005	0,3%
	Total	**39 579 780**	**100,0%**

As Grandes Opções do Plano são o conjunto das despesas relevantes, com as despesas de investimento, que constituirá o documento fundamental de caráter previsional, que engloba o Plano de Atividades Municipal (PAM) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O Plano Plurianual de Investimentos é um quadro de base móvel, abrangendo quatro anos e que engloba todos os objetivos a prosseguir pela Autarquia, bem como os respetivos programas, projetos e ações definidos, devendo incluir, para cada investimento previsto, o respetivo montante de despesa orçamental para cada um dos quatro anos.

O Plano de Atividades Municipal inclui a definição de objetivos e discriminação dos respetivos programas e ações com maior impacto na gestão da autarquia local. Este documento evidencia apenas as atividades que merecem destaque e a realizar durante o exercício económico em causa.

Tendo em conta a conjuntura e, consequentemente, as limitações à capacidade financeira dos municípios, continua-se a evidenciar, nas Grandes Opções do Plano para 2020-2023, objetivos estratégicos que se desenvolvem na implementação de medidas e na concretização de ações fundamentais para o desenvolvimento local, incluindo a dinamização de uma economia sustentável no Concelho.

Desta forma, o Plano Plurianual de Investimentos para o período 2020-2023 foi elaborado tendo por base uma racionalização de investimentos, atendendo à atual situação económica e financeira da autarquia, a consolidação de investimentos iniciados em anos anteriores e uma seleção criteriosa de novos investimentos para o futuro em áreas chave desta entidade.

Unidade: Euro

Funcionais	PAM	PPI	GOP	%
1. Funções Gerais	1 459 950	1 991 290	3 451 240	8,7%
2. Funções Sociais	16 546 525	7 590 000	24 136 525	61,0%
3. Funções Económicas	2 525 820	3 420 900	5 946 720	15,0%
4. Outras Funções	4 167 700	1 877 595	6 045 295	15,3%
Total	**24 699 995**	**14 879 785**	**39 579 780**	**100,0%**

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Atividades Municipal prevê a despesa no valor de 24.699.995 EUR e o Plano Plurianual de Investimentos estima um montante de 14.879.785 EUR, preconizando-se diferentes ações e medidas adequadas ao contexto económico-social do Município.

No Plano de Atividades Municipal salientam-se, nas Funções Gerais (1.459.950 EUR), as transferências efetuadas para as Associações e Agrupamentos Humanitários, no âmbito de protocolos realizados entre o Município e essas entidades.

Nas Funções Sociais (16.546.525 EUR) destacam-se os custos associados à educação e rede escolar, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Nas Funções Económicas (2.525.820 EUR) evidenciam-se os custos com o consumo de energia elétrica em iluminação pública.

Nas Outras Funções (4.167.700 EUR) importa mencionar as transferências correntes, no âmbito dos protocolos com as Freguesias, no montante de 2.060.040 EUR.

No Plano Plurianual de Investimentos destacam-se nas Funções Gerais (1.991.290 EUR) a realização de investimentos na reparação e beneficiação dos edifícios municipais; a reabilitação do Posto Territorial do Livramento da GNR; a aquisição de edifícios e a aquisição de equipamentos administrativos, básicos e informáticos para os serviços.

Nas Funções Sociais (7.590.000 EUR) evidenciam-se a construção, reparação e beneficiação de equipamentos de serviços de apoio à educação, saúde, de serviços coletivos e, ainda, de serviços culturais e recreativos.

Nas Funções Económicas (3.420.900 EUR) sublinham-se as reparações e beneficiações em bens de investimento relacionados com transportes e comunicações e outros relacionados com o comércio e turismo.

Nas Outras Funções (1.877.595 EUR) torna-se relevante mencionar as amortizações da dívida em empréstimos de médio e longo prazo e respetivos encargos, bem como o valor da contribuição do Município de Mafra para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

2

ANÁLISE COMPARATIVA DO ORÇAMENTO E DAS GOP

ANÁLISE COMPARATIVA DO ORÇAMENTO E DAS GOP

Evolução de Empréstimos a Médio e Longo Prazo

Unidade: Euro

Empréstimos M. L. Prazo	2018	2019	Variação 2018/2019		2020 (Previsional)	Variação 2019/2020	
			Abs.	%		Abs.	%
Total	2 150 180	23 782 908	21 632 728	1006,1%	23 215 837	-567 071	-2,4%

A contratação de empréstimos de médio e longo prazo pelas autarquias encontra-se regulada nos artigos 49.º a 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

O montante das dívidas com empréstimos a médio e longo prazo, em 2019, era de 23.782.908 EUR. Prevê-se um decréscimo na ordem dos 2,4% (567.071 EUR).

Evolução Previsional de Despesas com o Serviço de Dívida

Unidade: Euro

Serviço da Dívida	2018 (Executado)	2019 (Previsional)	Variação 2018/2019		2020 (Previsional)	Variação 2019/2020	
			Abs.	%		Abs.	%
Amortização	757 388	662 053	-95 335	-12,6%	567 071	-94 982	-14,3%
Juros	4 266	44 605	40 339	945,5%	133 056	88 451	198,3%
Total	761 654	706 659	-54 996	-7,2%	700 127	-6 532	-0,9%

A presente informação evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida, desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

3

MAPA DE ORÇAMENTOS E DAS GOP

RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

Unidade: Euro

Receitas	Valor	%	Despesas	Valor	%
Receitas Correntes			**Despesas Correntes**		
01 Impostos Diretos	32 797 835,00	49,2%	01 Despesas com Pessoal	18 713 135,00	28,1%
02 Impostos Indiretos	2 623 550,00	3,9%	02 Aquisição de Bens e Serviços	25 982 525,00	38,9%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	3 907 105,00	5,8%	03 Juros e outros Encargos	271 250,00	0,4%
05 Rendimentos de Propriedade	130 630,00	0,2%	04 Transferências Correntes	5 435 950,00	8,1%
06 Transferências Correntes	14 005 140,00	21,0%	05 Subsídios	320 005,00	0,5%
07 Venda de Bens e Serviços	6 341 495,00	9,5%	06 Outras Despesas Correntes	1 199 780,00	1,8%
08 Outras Receitas Correntes	414 760,00	0,6%			
Total das Receitas Correntes	60 220 515,00	90,2%	Total das Despesas Correntes	51 922 645,00	77,8%
Receitas de Capital			**Despesas de Capital**		
09 Venda de Bens de Investimento	553 065,00	0,8%	07 Aquisição de Bens de Capital	14 029 170,00	21,0%
10 Transferências de Capital	6 028 820,00	9,0%	08 Transferências de Capital	60 030,00	0,1%
11 Ativos Financeiros	5,00	0,0%	09 Ativos Financeiros	123 480,00	0,2%
12 Passivos Financeiros	15,00	0,0%	10 Passivos Financeiros	567 100,00	0,8%
13 Outras Receitas de Capital	5,00	0,0%	11 Outras Despesas de Capital	100 005,00	0,1%
Total das Receitas Capital	6 581 910,00	9,8%	Total das Despesas Capital	14 879 785,00	22,2%
Outras receitas					
15 Reposições não Abat. nos Pag.	5,00	0,0%			
Total Outras Receitas	5,00	0,0%			
Total das Receitas	66 802 430,00	100,0%	Total das Despesas	66 802 430,00	100,0%

O ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 17 de outubro de 2019

O ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em de de 2019

ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	**60.220.515,00**
01	**IMPOSTOS DIRETOS**	**32.797.835,00**
01.02	**Outros**	**32.797.835,00**
01.02.02	Imposto Municipal sobre Imóveis	19.500.000,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação	2.320.270,00
01.02.04	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	9.983.595,00
01.02.05	Derrama	993.865,00
01.02.07	**Impostos Abolidos**	**105,00**
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	95,00
01.02.07.02	Imposto Municipal de Sisa	5,00
01.02.07.03	Imposto Municipal sobre Veículos	5,00
02	**IMPOSTOS INDIRETOS**	**2.623.550,00**
02.02	**Outros**	**2.623.550,00**
02.02.06	**Impostos Indiretos Específicos Autarquias Locais**	**2.623.550,00**
02.02.06.01	Mercados e Feiras	2.110,00
02.02.06.02	**Loteamentos e Obras**	**862.365,00**
02.02.06.02.01	Taxa Municipal de Urbanização	190.735,00
02.02.06.02.02	Obras	554.745,00
02.02.06.02.03	Diversos	116.885,00
02.02.06.03	Ocupação da Via Pública	129.520,00
02.02.06.05	Publicidade	18.515,00
02.02.06.06	Saneamento	5,00
02.02.06.99	**Outros**	**1.611.035,00**
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	27.195,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	3.735,00
02.02.06.99.03	Tarifa de Resíduos Sólidos	1.244.665,00
02.02.06.99.04	Taxa Turística	224.925,00
02.02.06.99.99	Outros	110.515,00
04	**TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**	**3.907.105,00**
04.01	**Taxas**	**3.709.210,00**
04.01.23	**Taxas Específicas das Autarquias Locais**	**3.709.210,00**
04.01.23.01	Mercados e Feiras	2.220,00
04.01.23.02	**Loteamentos e Obras**	**1.114.030,00**
04.01.23.02.01	Taxa Municipal de Urbanização	185.010,00
04.01.23.02.02	Obras	617.625,00
04.01.23.02.03	Diversos	311.395,00
04.01.23.03	Ocupação da Via Pública	22.155,00
04.01.23.06	Saneamento	5,00
04.01.23.99	**Outras**	**2.570.800,00**
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	3.735,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	2.205,00
04.01.23.99.03	Tarifa do Ambiente	5,00
04.01.23.99.04	Taxa Turística	82.220,00
04.01.23.99.05	Taxa de Gestão de Resíduos	3.490,00
04.01.23.99.06	Tarifa de Resíduos Sólidos	2.404.750,00
04.01.23.99.99	Outras	74.395,00
04.02	**Multas e Outras Penalidades**	**197.895,00**
04.02.01	Juros de Mora	96.810,00
04.02.02	Juros Compensatórios	41.165,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por Contra-ordenações	31.090,00
04.02.99	Multas e Penalidades Diversas	28.830,00
05	**RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE**	**130.630,00**
05.02	**Juros-Sociedades Financeiras**	**10.000,00**
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10.000,00
05.07	**Dividendos e Participações nos Lucros de Sociedade**	**10,00**
05.07.02	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5,00

ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
05.07.03	Empresas Privadas	5,00
05.09	**Participações nos Lucros de Administrações Públicas**	**5,00**
05.09.99	Outros	5,00
05.10	**Rendas**	**120.615,00**
05.10.01	Terrenos	120.595,00
05.10.03	Habitações	5,00
05.10.04	Edifícios	5,00
05.10.05	Bens de Domínio Público	5,00
05.10.99	Outras	5,00
06	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**14.005.140,00**
06.01	**Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras**	**173.000,00**
06.01.02	Privadas	173.000,00
06.02	**Sociedades Financeiras**	**10.000,00**
06.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10.000,00
06.03	**Administração Central**	**13.822.120,00**
06.03.01	**Estado**	**12.893.525,00**
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.170.080,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	967.230,00
06.03.01.03	Participação Fixa no IRS	4.395.590,00
06.03.01.99	Outros	5.360.625,00
06.03.06	**Estado-Participação Comunitária em Projetos Co-financiados**	**921.535,00**
06.03.06.01	FSE	514.525,00
06.03.06.02	FEDER	60.660,00
06.03.06.03	FEADER-Fundo Europeu Agrícola Desenvolv.Rural	5,00
06.03.06.04	FEAMP-Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e Pescas	346.330,00
06.03.06.05	FC-Fundo de Coesão	5,00
06.03.06.06	FEAC-Fundo Europeu de Apoio a Carenciados	10,00
06.03.07	**Serviços e Fundos Autónomos**	**5,00**
06.03.07.99	Outras	5,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos-Subsistema de Protecção à Família e Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional	7.055,00
06.05	**Administração Local**	**5,00**
06.05.01	Continente	5,00
06.09	**Resto do Mundo**	**15,00**
06.09.01	União Europeia - Instituições	5,00
06.09.04	União Europeia - Países membros	5,00
06.09.05	Países Terceiros e Organizações Internacionais	5,00
07	**VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**	**6.341.495,00**
07.01	**Venda de bens**	**11.455,00**
07.01.03	Publicações e Impressos	6.255,00
07.01.08	Mercadorias	5,00
07.01.10	**Desperdícios, Resíduos e Refugos**	**10,00**
07.01.10.01	Sucata	5,00
07.01.10.99	Outros	5,00
07.01.99	Outros	5.185,00
07.02	**Serviços**	**4.174.195,00**
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	189.390,00
07.02.08	**Serviços Sociais, Recreat., Culturais e Desport.**	**1.604.285,00**
07.02.08.01	Serviços Sociais	5,00
07.02.08.02	**Serviços Recreativos**	**10,00**
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	5,00
07.02.08.02.99	Outros	5,00
07.02.08.03	**Serviços Culturais**	**43.735,00**
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	5,00
07.02.08.03.99	Outros	43.730,00
07.02.08.04	Serviços Desportivos	1.560.535,00

ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
07.02.09	**Serviços Específicos das Autarquias**	**2.380.515,00**
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	5,00
07.02.09.05	Cemitérios	15.065,00
07.02.09.06	Mercados e Feiras	5,00
07.02.09.07	Parques de Estacionamento	199.995,00
07.02.09.09	Canídeos e Gatídeos	5.690,00
07.02.09.99	Outros	2.159.755,00
07.02.99	**Outros**	**5,00**
07.02.99.02	Recolha de Efluentes	5,00
07.03	**Rendas**	**2.155.845,00**
07.03.01	Habitações	65.595,00
07.03.02	Edifícios	175.030,00
07.03.99	**Outras**	**1.915.220,00**
07.03.99.01	Exploração de Energia	1.500.000,00
07.03.99.02	Infra-Estruturas de Saneamento Básico	5,00
07.03.99.03	Abastecimento de Água	5,00
07.03.99.99	Diversos	415.210,00
08	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**414.760,00**
08.01	**Outras**	**414.755,00**
08.01.99	**Outras**	**414.755,00**
08.01.99.01	Indemnizações por Deterioração, Roubo e Extravio de bens Patrimoniais	1.670,00
08.01.99.02	Indemnizações de Estragos Provocados por Outrém	40.950,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	5,00
08.01.99.04	IVA Inversão da Liquidação	5,00
08.01.99.99	Diversas	372.125,00
08.02	**Subsídios**	**5,00**
08.02.09	Segurança Social	5,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	**6.581.910,00**
09	**VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO**	**553.065,00**
09.01	**Terrenos**	**553.005,00**
09.01.01	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras	5,00
09.01.10	Famílias	553.000,00
09.02	**Habitações**	**5,00**
09.02.10	Famílias	5,00
09.03	**Edifícios**	**10,00**
09.03.01	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeira	5,00
09.03.10	Famílias	5,00
09.04	**Outros Bens de Investimento**	**45,00**
09.04.01	**Sociedades e Quase-Sociedades não Financeira**	**15,00**
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	5,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	5,00
09.04.01.03	Outros	5,00
09.04.09	**Instituições Sem Fins Lucrativos**	**15,00**
09.04.09.01	Equipamento de Transporte	5,00
09.04.09.02	Maquinaria e Equipamento	5,00
09.04.09.99	Outros	5,00
09.04.10	**Famílias**	**15,00**
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	5,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	5,00
09.04.10.03	Outros	5,00
10	**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**	**6.028.820,00**
10.01	**Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras**	**15,00**
10.01.01	**Públicas**	**10,00**
10.01.01.01	Empresas Públicas	5,00
10.01.01.99	Outras	5,00
10.01.02	Privadas	5,00

ORÇAMENTO DA RECEITA DO ANO 2020

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
10.02	**Sociedades Financeiras**	**5,00**
10.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	5,00
10.03	**Administração Central**	**1.428.780,00**
10.03.01	**Estado**	**890.925,00**
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	241.120,00
10.03.01.99	Outras	649.805,00
10.03.07	**Estado-Participações Comunitárias em Projetos Co-Financiados**	**537.850,00**
10.03.07.01	FSE	5,00
10.03.07.02	FEDER	537.145,00
10.03.07.03	Fundo de Coesão	690,00
10.03.07.04	FEADER-Fundo Europeu Agrícola Desenvolv.Rural	5,00
10.03.07.05	FEAMP-Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e Pescas	5,00
10.03.08	**Serviços e Fundos Autónomos**	**5,00**
10.03.08.99	Outras	5,00
10.05	**Administração Local**	**4.600.000,00**
10.05.01	**Continente**	**4.600.000,00**
10.05.01.03	Serviços Autónomos da Administração Local	4.600.000,00
10.08	**Famílias**	**5,00**
10.08.01	Famílias	5,00
10.09	**Resto do Mundo**	**15,00**
10.09.01	União Europeia - Instituições	5,00
10.09.03	União Europeia - Países membros	5,00
10.09.04	Países Terceiros e Organizações Internacionais	5,00
11	**ATIVOS FINANCEIROS**	**5,00**
11.10	Alienação de partes sociais de empresa	5,00
12	**PASSIVOS FINANCEIROS**	**15,00**
12.05	**Empréstimos a Curto Prazo**	**5,00**
12.05.02	**Sociedades Financeiras**	**5,00**
12.05.02.01	Sociedades Financeiras	5,00
12.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**10,00**
12.06.02	Sociedades Financeiras	5,00
12.06.03	**Adm.Pública-Adm.Central-Estado**	**5,00**
12.06.03.01	Empréstimo Quadro Banco Europeu Investimentos (BEI)	5,00
13	**OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL**	**5,00**
13.01	**Outras**	**5,00**
13.01.99	Outras	5,00
	O U T R A S R E C E I T A S	**5,00**
15	**REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS**	**5,00**
15.01	**Reposições não Abatidas nos Pagamentos**	**5,00**
15.01.01	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5,00
	TOTAL DAS RECEITAS	66.802.430,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**	**15.110.400,00**	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	45.500,00	
		DESPESAS CORRENTES		45.500,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		39.500,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		39.500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		7.000,00
	01.02.13	Outros Suplementos e Prémios		32.500,00
	01.02.13.02	Outros		32.500,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.000,00
	02.01	Aquisição de Bens		3.000,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		500,00
	02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração		500,00
	02.01.21	Outros Bens		2.000,00
	02.02	Aquisição de Serviços		1.000,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		500,00
	02.02.17	Publicidade		500,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.000,00
	06.02	Diversas		2.000,00
	06.02.03	Outras		2.000,00
	06.02.03.05	Outras		2.000,00
	06.02.03.05.99	Outras		2.000,00
01.02		CÂMARA MUNICIPAL	13.140.030,00	
		DESPESAS CORRENTES		12.135.015,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		1.142.765,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		1.114.740,00
	01.01.01	Titulares de Órgãos de Soberania e Memb. de Órgãos Autárquicos		265.000,00
	01.01.04	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho		391.510,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		361.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		30.500,00
	01.01.06	Pessoal Contratado a Termo		15,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		92.205,00
	01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação		218.000,00
	01.01.11	Representação		41.010,00
	01.01.11.01	Membros dos Orgãos Autárquicos		41.000,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		10,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		28.500,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		77.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		1.500,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		17.520,00
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		8.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.13	Outros Suplementos e Prémios		5.000,00
	01.02.13.02	Outros		5.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		3.500,00
	01.03	Segurança Social		10.505,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		7.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		3.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		500,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.09	**Seguros**		**5,00**
	01.03.09.01	Seguros de Acid. no Trab.e Doenças Profissionais		5,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**5.441.500,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**539.005,00**
	02.01.02	**Combustíveis e Lubrificantes**		**494.600,00**
	02.01.02.99	Outros		494.600,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		1.000,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		2.800,00
	02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração		5,00
	02.01.21	Outros Bens		40.600,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**4.902.495,00**
	02.02.01	**Encargos das Instalações**		**3.484.030,00**
	02.02.01.01	Água		820.000,00
	02.02.01.02	**Eletricidade**		**2.614.030,00**
	02.02.01.02.01	Instalações Diversas		980.000,00
	02.02.01.02.02	Iluminação Pública		1.634.030,00
	02.02.01.09	Outros		50.000,00
	02.02.03	Conservação de Bens		100,00
	02.02.09	Comunicações		140.045,00
	02.02.10	Transportes		16.500,00
	02.02.11	Representação dos Serviços		71.500,00
	02.02.12	Seguros		125.450,00
	02.02.13	Deslocações e Estadas		1.000,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		56.900,00
	02.02.17	Publicidade		30.000,00
	02.02.19	Assistência Técnica		17.515,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		850.970,00
	02.02.25	Outros Serviços		108.485,00
	03	**JUROS E OUTROS ENCARGOS**		**505,00**
	03.03	**Juros de Locação Financeira**		**505,00**
	03.03.05	Material de Transporte		5,00
	03.03.06	Material de Informática		500,00
	04	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**		**5.140.240,00**
	04.01	**Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras**		**151.200,00**
	04.01.01	**Públicas**		**1.200,00**
	04.01.01.02	Outras		1.200,00
	04.01.02	Privadas		150.000,00
	04.03	**Administração Central**		**5,00**
	04.03.05	Serviços e Fundos Autónomos		5,00
	04.05	**Administração Local**		**3.692.330,00**
	04.05.01	**Continente**		**3.692.330,00**
	04.05.01.01	Municípios		5.800,00
	04.05.01.02	Freguesias		2.098.545,00
	04.05.01.04	Associações de Municípios		27.515,00
	04.05.01.08	Outros		1.560.470,00
	04.07	**Instituições Sem Fins Lucrativos**		**1.129.695,00**
	04.07.01	Transferências Correntes		1.129.695,00
	04.08	**Famílias**		**162.005,00**
	04.08.02	Outras		162.005,00
	04.09	**Resto do Mundo**		**5.005,00**
	04.09.03	Países Terceiros e Organizações Internacionais		5.005,00
	05	**SUBSÍDIOS**		**320.005,00**
	05.01	**Sociedade e Quase-Sociedades Não Financeiras**		**320.005,00**
	05.01.01	**Públicas**		**300.005,00**
	05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais		300.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	05.01.01.02	Outras		5,00
	05.01.03	Privadas		20.000,00
	06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**		**90.000,00**
	06.02	**Diversas**		**90.000,00**
	06.02.03	**Outras**		**90.000,00**
	06.02.03.01	Outras Restituições		20.000,00
	06.02.03.05	**Outras**		**70.000,00**
	06.02.03.05.99	Outras		70.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**1.005.015,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**721.505,00**
	07.01	**Investimentos**		**721.495,00**
	07.01.01	Terrenos		149.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática		180.000,00
	07.01.08	Software Informático		80.645,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		160.500,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**92.005,00**
	07.01.10.99	Outro		92.005,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios		2.000,00
	07.01.13	Investimentos Incorpóreos		57.345,00
	07.02	**Locação Financeira**		**10,00**
	07.02.05	Material de Transporte- Locação Financeira		5,00
	07.02.06	Material de Informática- Locação Financeira		5,00
	08	**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**		**60.025,00**
	08.05	**Administração Local**		**15,00**
	08.05.01	**Continente**		**15,00**
	08.05.01.02	Freguesias		5,00
	08.05.01.03	Serviços Autónomos da Administração Local		5,00
	08.05.01.04	Associações de Municipios		5,00
	08.07	**Instituições Sem Fins Lucrativos**		**60.010,00**
	08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos		60.010,00
	09	**ATIVOS FINANCEIROS**		**123.480,00**
	09.07	**Ações e Outras Participações**		**50.000,00**
	09.07.02	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras-Públicas		50.000,00
	09.08	**Unidades de Participação**		**73.480,00**
	09.08.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras- Privadas		5,00
	09.08.02	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras- Públicas		73.475,00
	11	**OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL**		**100.005,00**
	11.02	**Diversas**		**100.005,00**
	11.02.02	Indemnizações		100.000,00
	11.02.99	Outras		5,00
01.03		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.924.850,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		**270.745,00**
	03	**JUROS E OUTROS ENCARGOS**		**270.745,00**
	03.01	**Juros da Dívida Pública**		**138.985,00**
	03.01.03	**Sociedades Financeiras-Bancos e Outras Instituições Financeiras**		**138.985,00**
	03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo		5,00
	03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos		138.980,00
	03.06	**Outros Encargos Financeiros**		**131.760,00**
	03.06.01	Outros Encargos Financeiros		131.760,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**1.654.105,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**1.087.005,00**
	07.03	**Bens de Domínio Público**		**1.087.005,00**
	07.03.03	**Outras Construções e Infra-Estruturas**		**1.087.005,00**
	07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		1.087.005,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	10	**PASSIVOS FINANCEIROS**		**567.100,00**
	10.05	**Empréstimos a Curto Prazo**		**5,00**
	10.05.03	Sociedades Financeiras- Bancos e Outras Instituições		5,00
	10.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**		**567.095,00**
	10.06.03	Sociedades Financeiras-Banc. e Out. Instituições		567.095,00
01.04		CLASSES INATIVAS	20,00	
		DESPESAS CORRENTES		20,00
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**20,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**10,00**
	01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação		10,00
	01.03	**Segurança Social**		**10,00**
	01.03.08	Outras Pensões		10,00
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	7.084.880,00	
02.01		DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS	619.180,00	
		DESPESAS CORRENTES		619.180,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		616.655,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		592.625,00
	01.01.04	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho		472.510,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		461.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		11.500,00
	01.01.06	Pessoal Contratado a Termo		15,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	Representação		6.100,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		6.100,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		40.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		69.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		5.000,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		6.020,00
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		3.500,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		1.000,00
	01.03	Segurança Social		18.010,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		10.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		8.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.525,00
	02.01	Aquisição de Bens		2.500,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		2.000,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		500,00
	02.02	Aquisição de Serviços		25,00
	02.02.02	Limpeza e Higiene		5,00
	02.02.17	Publicidade		5,00
	02.02.19	Assistência Técnica		5,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		5,00
	02.02.25	Outros Serviços		5,00
02.02		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO	1.828.995,00	
		DESPESAS CORRENTES		1.828.995,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		544.955,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		527.425,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**416.510,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		408.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		8.500,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**15,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		34.900,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		70.600,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		3.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**7.520,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		2.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		3.500,00
	01.03	**Segurança Social**		**10.010,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		7.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		3.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**953.815,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**145.520,00**
	02.01.04	Limpeza e Higiene		107.020,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		1.000,00
	02.01.08	Material de Escritório		37.500,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**808.295,00**
	02.02.04	Locação de Edifícios		53.280,00
	02.02.10	Transportes		500,00
	02.02.19	Assistência Técnica		26.730,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		6.150,00
	02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas		700.100,00
	02.02.25	Outros Serviços		21.535,00
	06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**		**330.225,00**
	06.02	**Diversas**		**330.225,00**
	06.02.01	**Impostos e Taxas**		**300.220,00**
	06.02.01.01	**Impostos e taxas pagos pela autarquia**		**300.215,00**
	06.02.01.01.99	Outras		300.215,00
	06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobrados		5,00
	06.02.03	**Outras**		**30.005,00**
	06.02.03.01	Outras Restituições		5,00
	06.02.03.02	IVA Pago		30.000,00
02.03		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	4.636.705,00	
		DESPESAS CORRENTES		4.636.705,00
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**4.491.905,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**344.505,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**261.755,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		254.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		5,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		7.750,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**8.005,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		8.000,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		35.345,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		36.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		1.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**220.530,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		10,00
	01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno		3.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções		15.000,00
	01.02.13	**Outros Suplementos e Prémios**		**200.000,00**
	01.02.13.01	Prémios de Desempenho		200.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		1.500,00
	01.03	**Segurança Social**		**3.926.870,00**
	01.03.01	Encargos com a Saúde		281.860,00
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		6.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		1.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	01.03.05	**Contribuições para a Segurança Social**		**3.437.000,00**
	01.03.05.01	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)		216.000,00
	01.03.05.02	**Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)**		**3.216.000,00**
	01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações		1.166.000,00
	01.03.05.02.02	Segurança Social-Regime Geral		2.050.000,00
	01.03.05.03	Outros		5.000,00
	01.03.08	Outras Pensões		5.000,00
	01.03.09	**Seguros**		**196.000,00**
	01.03.09.01	Seguros de Acid. no Trab.e Doenças Profissionais		196.000,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**144.800,00**
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**144.800,00**
	02.02.10	Transportes		3.105,00
	02.02.15	Formação		52.560,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		85.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		4.135,00
03		**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE**	**19.619.515,00**	
03.01		DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	10.505.610,00	
		DESPESAS CORRENTES		**2.799.360,00**
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**1.255.885,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**1.172.365,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**874.010,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		820.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		54.000,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**8.005,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		8.000,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		7.000,00
	01.01.11	**Representação**		**6.100,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		6.100,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.13	Subsídio de Refeição		98.750,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		175.500,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		3.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**64.510,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		35.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		1.500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		10,00
	01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno		1.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		9.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		17.000,00
	01.03	**Segurança Social**		**19.010,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		11.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		8.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**1.543.475,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**330.000,00**
	02.01.02	**Combustíveis e Lubrificantes**		**215.500,00**
	02.01.02.01	Gasolina		25.500,00
	02.01.02.02	Gasóleo		190.000,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		6.000,00
	02.01.12	Material de Transporte-Peças		7.500,00
	02.01.14	Outro Material-Peças		10.000,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		5.000,00
	02.01.21	Outros Bens		86.000,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**1.213.475,00**
	02.02.03	Conservação de Bens		350.000,00
	02.02.06	Locação de Material de Transporte		173.810,00
	02.02.10	Transportes		20.220,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		100.000,00
	02.02.19	Assistência Técnica		60.000,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		51.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		458.445,00
		DESPESAS DE CAPITAL		**7.706.250,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**7.706.250,00**
	07.01	**Investimentos**		**2.768.830,00**
	07.01.03	**Edifícios**		**1.287.805,00**
	07.01.03.01	Instalações de Serviços		121.155,00
	07.01.03.99	Outros		1.166.650,00
	07.01.04	**Construções Diversas**		**1.100.015,00**
	07.01.04.99	Outros		1.100.015,00
	07.01.06	**Material de Transporte**		**50.005,00**
	07.01.06.01	Recolha de Resíduos		5,00
	07.01.06.99	Outro		50.000,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		1.000,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**325.005,00**
	07.01.10.99	Outro		325.005,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios		5.000,00
	07.03	**Bens de Domínio Público**		**4.937.420,00**
	07.03.03	**Outras Construções e Infra-Estruturas**		**4.937.420,00**
	07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares		2.097.405,00
	07.03.03.04	Iluminação Pública		175.000,00
	07.03.03.99	Outros		2.665.015,00
03.02		DIVISÃO DE PLAN. TERRITORIAL E GESTÃO URBANÍSTICA	588.465,00	
		DESPESAS CORRENTES		**550.120,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**512.115,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**493.575,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**388.260,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		381.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		7.250,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**15,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		30.900,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		67.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		5.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**5.530,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		10,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		4.000,00
	01.03	**Segurança Social**		**13.010,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		8.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		5.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**38.005,00**
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**38.005,00**
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		1.005,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		36.000,00
	02.02.25	Outros Serviços		1.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		**38.345,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**38.345,00**
	07.01	**Investimentos**		**38.345,00**
	07.01.08	Software Informático		38.345,00
03.03		DIVISÃO DE AMBIENTE	8.525.440,00	
		DESPESAS CORRENTES		**7.998.875,00**
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**1.004.735,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**928.925,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**683.510,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		600.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		83.500,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**15,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		95.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		143.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		5.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**64.000,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		50.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		500,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		1.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		6.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		6.000,00
	01.03	**Segurança Social**		**11.810,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		10.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		1.800,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**6.594.140,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**136.235,00**
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		20.000,00
	02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos		74.355,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		1.500,00
	02.01.21	Outros Bens		40.380,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**6.457.905,00**
	02.02.02	Limpeza e Higiene		5.000,00
	02.02.03	Conservação de Bens		29.775,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		41.825,00
	02.02.10	Transportes		10,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		1.000,00
	02.02.19	Assistência Técnica		10.000,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		480.185,00
	02.02.25	Outros Serviços		5.890.110,00
	06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**		**400.000,00**
	06.02	**Diversas**		**400.000,00**
	06.02.01	**Impostos e Taxas**		**400.000,00**
	06.02.01.01	**Impostos e taxas pagos pela autarquia**		**400.000,00**
	06.02.01.01.01	Taxa de Gestão de Resíduos-TGR		400.000,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		**526.565,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**526.565,00**
	07.01	**Investimentos**		**281.275,00**
	07.01.03	**Edifícios**		**5,00**
	07.01.03.03	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária		5,00
	07.01.04	**Construções Diversas**		**5,00**
	07.01.04.99	Outros		5,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		100,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**277.165,00**
	07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos		162.680,00
	07.01.10.99	Outro		114.485,00
	07.01.11	Ferramentas e Utensílios		4.000,00
	07.03	**Bens de Domínio Público**		**245.290,00**
	07.03.03	**Outras Construções e Infra-Estruturas**		**245.290,00**
	07.03.03.02	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais		10,00
	07.03.03.05	Parques e Jardins		235.270,00
	07.03.03.07	Captação e Distribuição de Água		5,00
	07.03.03.12	Cemitérios		10.000,00
	07.03.03.99	Outros		5,00
04		**DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO**	**23.742.050,00**	
04.01		DIVISÃO DE TURISMO, CULTURA E DESPORTO	5.644.720,00	
		D E S P E S A S C O R R E N T E S		**4.005.775,00**
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**2.196.780,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**2.064.670,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**1.325.510,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		1.300.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		25.500,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**8.005,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		8.000,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		315.155,00
	01.01.11	**Representação**		**6.000,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		6.000,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		147.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		260.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		3.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**100.100,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		4.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		4.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		6.000,00
	01.02.05	Abono para Falhas		14.000,00
	01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno		600,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		70.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		1.500,00
	01.03	**Segurança Social**		**32.010,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		25.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		7.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		10,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**1.497.050,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**78.670,00**
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		12.995,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		100,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		9.840,00
	02.01.16	**Mercadorias para Vendas**		**4.000,00**
	02.01.16.03	Outras		4.000,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		50,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		50,00
	02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio		3.550,00
	02.01.21	Outros Bens		48.085,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**1.418.380,00**
	02.02.02	Limpeza e Higiene		5,00
	02.02.03	Conservação de Bens		86.500,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		36.500,00
	02.02.10	Transportes		6.400,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		30.000,00
	02.02.16	Seminários, Exposições e Similares		3.690,00
	02.02.19	Assistência Técnica		61.630,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		240.555,00
	02.02.25	Outros Serviços		953.100,00
	06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**		**311.945,00**
	06.02	**Diversas**		**311.945,00**
	06.02.03	**Outras**		**311.945,00**
	06.02.03.05	**Outras**		**311.945,00**
	06.02.03.05.01	Atividades Desportivas		5,00
	06.02.03.05.04	Atividades		280.565,00
	06.02.03.05.05	Arqueologia e Museus		31.375,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1.638.945,00
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**1.638.940,00**
	07.01	**Investimentos**		**1.463.935,00**
	07.01.03	**Edifícios**		**1.122.420,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas		100.000,00
	07.01.03.99	Outros		1.022.420,00
	07.01.04	**Construções Diversas**		**160.020,00**
	07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas		100.000,00
	07.01.04.99	Outros		60.020,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		38.385,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**143.110,00**
	07.01.10.99	Outro		143.110,00
	07.03	**Bens de Domínio Público**		**175.005,00**
	07.03.03	**Outras Construções e Infra-Estruturas**		**175.005,00**
	07.03.03.06	Instalações Desportivas e Recreativas		75.000,00
	07.03.03.99	Outros		100.005,00
	08	**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**		**5,00**
	08.03	**Administração Central**		**5,00**
	08.03.01	Estado		5,00
04.02		DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL	2.591.625,00	
		DESPESAS CORRENTES		851.570,00
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**395.505,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**390.875,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**266.760,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		263.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		3.750,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**44.005,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		44.000,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		23.900,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		53.800,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		10,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**1.130,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		10,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		100,00
	01.02.05	Abono para Falhas		10,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		10,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		500,00
	01.03	**Segurança Social**		**3.500,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		2.500,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		1.000,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**219.035,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**38.300,00**
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		300,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		5.000,00
	02.01.21	Outros Bens		33.000,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**180.735,00**
	02.02.03	Conservação de Bens		1.500,00
	02.02.10	Transportes		7.500,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		500,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		55.480,00
	02.02.25	Outros Serviços		115.755,00
	04	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**		**237.030,00**
	04.07	**Instituições Sem Fins Lucrativos**		**19.830,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	04.07.01	Transferências Correntes		19.830,00
	04.08	**Famílias**		**217.200,00**
	04.08.02	Outras		217.200,00
		DESPESAS DE CAPITAL		1.740.055,00
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**1.740.055,00**
	07.01	**Investimentos**		**1.740.055,00**
	07.01.02	**Habitações**		**1.731.000,00**
	07.01.02.01	Construção		1.681.000,00
	07.01.02.03	Reparação e Beneficiação		50.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática		100,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		1.000,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**7.955,00**
	07.01.10.99	Outro		7.955,00
04.03		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	15.505.705,00	
		DESPESAS CORRENTES		14.992.205,00
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**5.868.145,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**5.748.045,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**3.717.010,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		3.677.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		40.000,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**347.000,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		337.000,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		10.000,00
	01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença		195.635,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		693.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		783.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		10.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**33.100,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		3.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		4.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		5.000,00
	01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno		500,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		2.100,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		18.000,00
	01.03	**Segurança Social**		**87.000,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		70.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		15.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		2.000,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**8.999.770,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**1.131.315,00**
	02.01.05	Alimentação-Refeições Confecionadas		969.820,00
	02.01.06	Alimentação-Géneros para Confecionar		100,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		865,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		2.070,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		10.550,00
	02.01.17	Ferramentas e Utensílios		50,00
	02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio		7.970,00
	02.01.21	Outros Bens		139.890,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**7.868.455,00**
	02.02.03	Conservação de Bens		125.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.04	Locação de Edifícios		4.753.810,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		2.000,00
	02.02.10	Transportes		1.232.375,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		53.220,00
	02.02.19	Assistência Técnica		48.335,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		68.615,00
	02.02.25	Outros Serviços		1.585.100,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		58.680,00
	04.07	Instituições Sem Fins Lucrativos		23.680,00
	04.07.01	Transferências Correntes		23.680,00
	04.08	Famílias		35.000,00
	04.08.02	Outras		35.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		65.610,00
	06.02	Diversas		65.610,00
	06.02.03	Outras		65.610,00
	06.02.03.05	Outras		65.610,00
	06.02.03.05.02	Atividades de Tempos Livres		65.610,00
		DESPESAS DE CAPITAL		513.500,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		513.500,00
	07.01	Investimentos		513.500,00
	07.01.03	Edifícios		475.000,00
	07.01.03.05	Escolas		475.000,00
	07.01.07	Equipamento de Informática		6.500,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		7.000,00
	07.01.10	Equipamento Básico		25.000,00
	07.01.10.99	Outro		25.000,00
06		DIVISÃO DE SEGURANÇA	642.345,00	
		DESPESAS CORRENTES		635.345,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		269.335,00
	01.01	Remunerações Certas e Permanentes		212.325,00
	01.01.03	Pessoal dos Quadros-Regime da Função Pública		17.000,00
	01.01.03.01	Pessoal em Funções		17.000,00
	01.01.04	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho		140.010,00
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		110.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		30.000,00
	01.01.06	Pessoal Contratado a Termo		15,00
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.10	Gratificações		2.400,00
	01.01.10.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.11	Representação		2.400,00
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		18.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		31.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		1.500,00
	01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais		54.010,00
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		5.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.500,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		10,00
	01.02.05	Abono para Falhas		12.000,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		35.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		500,00
	01.03	Segurança Social		3.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		2.000,00
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		1.000,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**366.010,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**13.400,00**
	02.01.03	Munições, Explosivos e Artifícios		250,00
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		5.000,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		250,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		200,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		200,00
	02.01.21	Outros Bens		7.500,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**352.610,00**
	02.02.02	Limpeza e Higiene		1.500,00
	02.02.03	Conservação de Bens		7.500,00
	02.02.04	Locação de Edifícios		250,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		1.000,00
	02.02.10	Transportes		2.500,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		2.500,00
	02.02.18	Vigilância e Segurança		288.985,00
	02.02.19	Assistência Técnica		1.875,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		21.500,00
	02.02.25	Outros Serviços		25.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		**7.000,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**7.000,00**
	07.01	**Investimentos**		**7.000,00**
	07.01.09	Equipamento Administrativo		2.000,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**5.000,00**
	07.01.10.99	Outro		5.000,00
07		DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL	603.240,00	
		DESPESAS CORRENTES		**553.235,00**
	01	**DESPESAS COM O PESSOAL**		**374.835,00**
	01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**		**333.325,00**
	01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**		**254.510,00**
	01.01.04.01	Pessoal em Funções		247.000,00
	01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório		10,00
	01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		7.500,00
	01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**		**15,00**
	01.01.06.01	Pessoal em Funções		10,00
	01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho		5,00
	01.01.10	**Gratificações**		**2.400,00**
	01.01.10.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.11	**Representação**		**2.400,00**
	01.01.11.02	Pessoal dos Quadros		2.400,00
	01.01.13	Subsídio de Refeição		28.000,00
	01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal		44.000,00
	01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade		2.000,00
	01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**		**37.010,00**
	01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais		3.000,00
	01.02.02	Horas Extraordinárias		1.000,00
	01.02.04	Ajudas de Custo		500,00
	01.02.05	Abono para Falhas		10,00
	01.02.11	Subsídio de Turno		32.000,00
	01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie		500,00
	01.03	**Segurança Social**		**4.500,00**
	01.03.02	Outros Encargos com a Saúde		2.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA) DO ANO 2020				
CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens		2.000,00
	01.03.04	Outras Prestações Familiares		500,00
	02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**		**178.400,00**
	02.01	**Aquisição de Bens**		**13.150,00**
	02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais		5.000,00
	02.01.11	Material de Consumo Clínico		250,00
	02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas		200,00
	02.01.18	Livros e Documentação Técnica		200,00
	02.01.21	Outros Bens		7.500,00
	02.02	**Aquisição de Serviços**		**165.250,00**
	02.02.02	Limpeza e Higiene		1.500,00
	02.02.03	Conservação de Bens		70.000,00
	02.02.04	Locação de Edifícios		250,00
	02.02.08	Locação de Outros Bens		1.000,00
	02.02.10	Transportes		2.500,00
	02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria		7.500,00
	02.02.20	Outros Trabalhos Especializados		57.500,00
	02.02.25	Outros Serviços		25.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		**50.005,00**
	07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**		**50.005,00**
	07.01	**Investimentos**		**50.005,00**
	07.01.06	Material de Transporte		5,00
	07.01.06.99	Outro		5,00
	07.01.09	Equipamento Administrativo		25.000,00
	07.01.10	**Equipamento Básico**		**25.000,00**
	07.01.10.99	Outro		25.000,00
			TOTAL GERAL DAS DESPESAS	66.802.430,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA) DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	**51.922.645,00**
01	**DESPESAS COM O PESSOAL**	**18.713.135,00**
01.01	**Remunerações Certas e Permanentes**	**13.923.410,00**
01.01.01	Titulares de Órgãos de Soberania e Memb. de Órgãos Autárquicos	265.000,00
01.01.03	**Pessoal dos Quadros-Regime da Função Pública**	**17.000,00**
01.01.03.01	Pessoal em Funções	17.000,00
01.01.04	**Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho**	**9.191.865,00**
01.01.04.01	Pessoal em Funções	8.882.000,00
01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	115,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	309.750,00
01.01.06	**Pessoal Contratado a Termo**	**415.125,00**
01.01.06.01	Pessoal em Funções	405.070,00
01.01.06.04	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	10.055,00
01.01.07	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	609.995,00
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	10,00
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	218.000,00
01.01.10	**Gratificações**	**4.800,00**
01.01.10.02	Pessoal dos Quadros	4.800,00
01.01.11	**Representação**	**78.410,00**
01.01.11.01	Membros dos Orgãos Autárquicos	41.000,00
01.01.11.02	Pessoal dos Quadros	37.410,00
01.01.13	Subsídio de Refeição	1.273.295,00
01.01.14	Subsídios de Férias e de Natal	1.809.900,00
01.01.15	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	40.010,00
01.02	**Abonos Variáveis ou Eventuais**	**650.480,00**
01.02.01	Gratificações Variáveis ou Eventuais	100.060,00
01.02.02	Horas Extraordinárias	17.500,00
01.02.04	Ajudas de Custo	26.110,00
01.02.05	Abono para Falhas	37.550,00
01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	5.100,00
01.02.11	Subsídio de Turno	154.160,00
01.02.12	Indemnizações por Cessação de Funções	15.000,00
01.02.13	**Outros Suplementos e Prémios**	**237.500,00**
01.02.13.01	Prémios de Desempenho	200.000,00
01.02.13.02	Outros	37.500,00
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	57.500,00
01.03	**Segurança Social**	**4.139.245,00**
01.03.01	Encargos com a Saúde	281.860,00
01.03.02	Outros Encargos com a Saúde	160.500,00
01.03.03	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	55.800,00
01.03.04	Outras Prestações Familiares	3.070,00
01.03.05	**Contribuições para a Segurança Social**	**3.437.000,00**
01.03.05.01	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	216.000,00
01.03.05.02	**Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)**	**3.216.000,00**
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	1.166.000,00
01.03.05.02.02	Segurança Social-Regime Geral	2.050.000,00
01.03.05.03	Outros	5.000,00
01.03.08	Outras Pensões	5.010,00
01.03.09	**Seguros**	**196.005,00**
01.03.09.01	Seguros de Acid. no Trab.e Doenças Profissionais	196.005,00
02	**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**	**25.982.525,00**
02.01	**Aquisição de Bens**	**2.431.095,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA) DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.02	**Combustíveis e Lubrificantes**	**710.100,00**
02.01.02.01	Gasolina	25.500,00
02.01.02.02	Gasóleo	190.000,00
02.01.02.99	Outros	494.600,00
02.01.03	Munições, Explosivos e Artifícios	250,00
02.01.04	Limpeza e Higiene	107.020,00
02.01.05	Alimentação-Refeições Confecionadas	969.820,00
02.01.06	Alimentação-Géneros para Confecionar	100,00
02.01.07	Vestuário e Artigos Pessoais	53.160,00
02.01.08	Material de Escritório	37.500,00
02.01.09	Produtos Químicos e Farmacêuticos	74.355,00
02.01.11	Material de Consumo Clínico	2.670,00
02.01.12	Material de Transporte-Peças	7.500,00
02.01.14	Outro Material-Peças	10.000,00
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	27.290,00
02.01.16	**Mercadorias para Vendas**	**4.000,00**
02.01.16.03	Outras	4.000,00
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	6.600,00
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	3.750,00
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	505,00
02.01.20	Material de Educação, Cultura e Recreio	11.520,00
02.01.21	Outros Bens	404.955,00
02.02	**Aquisição de Serviços**	**23.551.430,00**
02.02.01	**Encargos das Instalações**	**3.484.030,00**
02.02.01.01	Água	820.000,00
02.02.01.02	**Eletricidade**	**2.614.030,00**
02.02.01.02.01	Instalações Diversas	980.000,00
02.02.01.02.02	Iluminação Pública	1.634.030,00
02.02.01.09	Outros	50.000,00
02.02.02	Limpeza e Higiene	8.010,00
02.02.03	Conservação de Bens	670.375,00
02.02.04	Locação de Edifícios	4.807.590,00
02.02.06	Locação de Material de Transporte	173.810,00
02.02.08	Locação de Outros Bens	82.325,00
02.02.09	Comunicações	140.045,00
02.02.10	Transportes	1.291.610,00
02.02.11	Representação dos Serviços	71.500,00
02.02.12	Seguros	125.450,00
02.02.13	Deslocações e Estadas	1.500,00
02.02.14	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	252.625,00
02.02.15	Formação	52.560,00
02.02.16	Seminários, Exposições e Similares	3.690,00
02.02.17	Publicidade	30.505,00
02.02.18	Vigilância e Segurança	288.985,00
02.02.19	Assistência Técnica	226.090,00
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	1.952.960,00
02.02.24	Encargos de Cobrança de Receitas	700.100,00
02.02.25	Outros Serviços	9.187.670,00
03	**JUROS E OUTROS ENCARGOS**	**271.250,00**
03.01	**Juros da Dívida Pública**	**138.985,00**
03.01.03	**Sociedades Financeiras-Bancos e Outras Instituições Financeiras**	**138.985,00**
03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	5,00
03.01.03.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	138.980,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA) DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
03.03	**Juros de Locação Financeira**	**505,00**
03.03.05	Material de Transporte	5,00
03.03.06	Material de Informática	500,00
03.06	**Outros Encargos Financeiros**	**131.760,00**
03.06.01	Outros Encargos Financeiros	131.760,00
04	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**5.435.950,00**
04.01	**Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras**	**151.200,00**
04.01.01	**Públicas**	**1.200,00**
04.01.01.02	Outras	1.200,00
04.01.02	Privadas	150.000,00
04.03	**Administração Central**	**5,00**
04.03.05	Serviços e Fundos Autónomos	5,00
04.05	**Administração Local**	**3.692.330,00**
04.05.01	**Continente**	**3.692.330,00**
04.05.01.01	Municípios	5.800,00
04.05.01.02	Freguesias	2.098.545,00
04.05.01.04	Associações de Municipios	27.515,00
04.05.01.08	Outros	1.560.470,00
04.07	**Instituições Sem Fins Lucrativos**	**1.173.205,00**
04.07.01	Transferências Correntes	1.173.205,00
04.08	**Famílias**	**414.205,00**
04.08.02	Outras	414.205,00
04.09	**Resto do Mundo**	**5.005,00**
04.09.03	Países Terceiros e Organizações Internacionais	5.005,00
05	**SUBSÍDIOS**	**320.005,00**
05.01	**Sociedade e Quase-Sociedades Não Financeiras**	**320.005,00**
05.01.01	**Públicas**	**300.005,00**
05.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	300.000,00
05.01.01.02	Outras	5,00
05.01.03	Privadas	20.000,00
06	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**1.199.780,00**
06.02	**Diversas**	**1.199.780,00**
06.02.01	**Impostos e Taxas**	**700.220,00**
06.02.01.01	**Impostos e taxas pagos pela autarquia**	**700.215,00**
06.02.01.01.01	Taxa de Gestão de Resíduos-TGR	400.000,00
06.02.01.01.99	Outras	300.215,00
06.02.01.02	Restituições de impostos ou taxas cobrados	5,00
06.02.03	**Outras**	**499.560,00**
06.02.03.01	Outras Restituições	20.005,00
06.02.03.02	IVA Pago	30.000,00
06.02.03.05	**Outras**	**449.555,00**
06.02.03.05.01	Atividades Desportivas	5,00
06.02.03.05.02	Atividades de Tempos Livres	65.610,00
06.02.03.05.04	Atividades	280.565,00
06.02.03.05.05	Arqueologia e Museus	31.375,00
06.02.03.05.99	Outras	72.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	**14.879.785,00**
07	**AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL**	**14.029.170,00**
07.01	**Investimentos**	**7.584.440,00**
07.01.01	Terrenos	149.000,00
07.01.02	**Habitações**	**1.731.000,00**
07.01.02.01	Construção	1.681.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	50.000,00

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA) DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
07.01.03	**Edifícios**	**2.885.230,00**
07.01.03.01	Instalações de Serviços	121.155,00
07.01.03.02	Instalações Desportivas e Recreativas	100.000,00
07.01.03.03	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	5,00
07.01.03.05	Escolas	475.000,00
07.01.03.99	Outros	2.189.070,00
07.01.04	**Construções Diversas**	**1.260.040,00**
07.01.04.06	Instalações Desportivas e Recreativas	100.000,00
07.01.04.99	Outros	1.160.040,00
07.01.06	**Material de Transporte**	**50.010,00**
07.01.06.01	Recolha de Resíduos	5,00
07.01.06.99	Outro	50.005,00
07.01.07	Equipamento de Informática	186.600,00
07.01.08	Software Informático	118.990,00
07.01.09	Equipamento Administrativo	234.985,00
07.01.10	**Equipamento Básico**	**900.240,00**
07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos	162.680,00
07.01.10.99	Outro	737.560,00
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	11.000,00
07.01.13	Investimentos Incorpóreos	57.345,00
07.02	**Locação Financeira**	**10,00**
07.02.05	Material de Transporte- Locação Financeira	5,00
07.02.06	Material de Informática- Locação Financeira	5,00
07.03	**Bens de Domínio Público**	**6.444.720,00**
07.03.03	**Outras Construções e Infra-Estruturas**	**6.444.720,00**
07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	3.184.410,00
07.03.03.02	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	10,00
07.03.03.04	Iluminação Pública	175.000,00
07.03.03.05	Parques e Jardins	235.270,00
07.03.03.06	Instalações Desportivas e Recreativas	75.000,00
07.03.03.07	Captação e Distribuição de Água	5,00
07.03.03.12	Cemitérios	10.000,00
07.03.03.99	Outros	2.765.025,00
08	**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**	**60.030,00**
08.03	**Administração Central**	**5,00**
08.03.01	Estado	5,00
08.05	**Administração Local**	**15,00**
08.05.01	**Continente**	**15,00**
08.05.01.02	Freguesias	5,00
08.05.01.03	Serviços Autónomos da Administração Local	5,00
08.05.01.04	Associações de Municípios	5,00
08.07	**Instituições Sem Fins Lucrativos**	**60.010,00**
08.07.01	Instituições Sem Fins Lucrativos	60.010,00
09	**ATIVOS FINANCEIROS**	**123.480,00**
09.07	**Ações e Outras Participações**	**50.000,00**
09.07.02	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras-Públicas	50.000,00
09.08	**Unidades de Participação**	**73.480,00**
09.08.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras- Privadas	5,00
09.08.02	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras- Públicas	73.475,00
10	**PASSIVOS FINANCEIROS**	**567.100,00**
10.05	**Empréstimos a Curto Prazo**	**5,00**
10.05.03	Sociedades Financeiras- Bancos e Outras Instituições	5,00
10.06	**Empréstimos a Médio e Longo Prazos**	**567.095,00**

ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA) DO ANO 2020		
CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
10.06.03	Sociedades Financeiras-Banc. e Out. Instituições	567.095,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100.005,00
11.02	Diversas	100.005,00
11.02.02	Indemnizações	100.000,00
11.02.99	Outras	5,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	66.802.430,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO 2020

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
				ANO EN CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS	
1.	**Funções gerais**	**13.168.765,20**		**5.810.555,00**	**3.451.240,00**	**2.359.315,00**	**4.010.395,00**	**3.983.720,00**	**2.238.720,00**		**29.212.155,20**
1.1.	Serviços gerais da administração pública	11.988.060,63		4.754.450,00	2.395.135,00	2.359.315,00	3.301.530,00	3.511.530,00	1.761.530,00		25.317.100,63
1.1.1.	Administração geral	11.988.060,63		4.754.450,00	2.395.135,00	2.359.315,00	3.301.530,00	3.511.530,00	1.761.530,00		25.317.100,63
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1.180.704,57		1.056.105,00	1.056.105,00		708.865,00	472.190,00	477.190,00		3.895.054,57
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	1.180.704,57		485.200,00	485.200,00		460.190,00	465.190,00	470.190,00		3.061.474,57
1.2.2.	Polícia municipal			570.905,00	570.905,00		248.675,00	7.000,00	7.000,00		833.580,00
2.	**Funções sociais**	**100195821,93**		**37.420.625,00**	**24.136.525,00**	**13.284.100,00**	**29.976.865,00**	**21.183.520,00**	**18.295.250,00**	**151072500,00**	**358144581,93**
2.1.	Educação	45.004.056,39		9.826.705,00	9.546.705,00	280.000,00	9.039.390,00	9.329.390,00	9.739.390,00	68.952.000,00	151890931,39
2.1.1.	Ensino não superior	29.633.979,48		5.784.405,00	5.504.405,00	280.000,00	4.997.090,00	5.287.090,00	5.697.090,00	68.952.000,00	120351654,48
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	15.370.076,91		4.042.300,00	4.042.300,00		4.042.300,00	4.042.300,00	4.042.300,00		31.539.276,91
2.3.	Segurança e Ação Social	440.872,40		492.830,00	432.830,00	60.000,00	454.380,00	358.530,00	358.530,00		2.105.142,40
2.3.2.	Ação social	440.872,40		492.830,00	432.830,00	60.000,00	454.380,00	358.530,00	358.530,00		2.105.142,40
2.4.	Habitação e serviços coletivos	50.575.075,31		19.615.510,00	11.361.985,00	8.253.525,00	12.193.505,00	7.068.505,00	6.018.505,00	82.120.500,00	177591600,31
2.4.1.	Habitação	165.194,29		1.865.000,00	1.731.000,00	134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.2.	Ordenamento do território	5.294.369,73		4.739.360,00	3.314.360,00	1.425.000,00	4.413.345,00	888.345,00	38.345,00		15.373.764,73
2.4.3.	Saneamento	13.957.547,14		15,00	15,00						13.957.562,14
2.4.4.	Abastecimento de Água	1.045.644,17		5,00	5,00						1.045.649,17
2.4.5.	Resíduos sólidos	26.810.463,07		9.810.560,00	5.463.510,00	4.347.050,00	5.300.820,00	5.300.820,00	5.300.820,00	82.120.500,00	134643983,07
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da nature	3.301.856,91		3.200.570,00	853.095,00	2.347.475,00	679.340,00	679.340,00	679.340,00		8.540.446,91
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	4.175.817,83		7.485.580,00	2.795.005,00	4.690.575,00	8.289.590,00	4.427.095,00	2.178.825,00		26.556.907,83
2.5.1.	Cultura	1.139.013,62		5.171.185,00	1.585.605,00	3.585.580,00	6.197.560,00	2.790.065,00	656.795,00		15.954.618,62
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	2.387.804,21		2.304.395,00	1.199.400,00	1.104.995,00	2.092.030,00	1.637.030,00	1.522.030,00		9.943.289,21
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
3.	**Funções económicas**	**39.503.100,26**		**11.371.180,00**	**5.946.720,00**	**5.424.460,00**	**9.876.775,00**	**6.536.775,00**	**6.236.775,00**		**73.524.605,26**
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	420.050,61		184.120,00	84.125,00	99.995,00	51.200,00	51.200,00	51.200,00		757.770,61
3.2.	Indústria e energia	10.755.918,17		2.439.030,00	1.914.030,00	525.000,00	2.059.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		19.022.038,17
3.2.1.	Iluminação pública	10.755.918,17		2.439.030,00	1.914.030,00	525.000,00	2.059.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		19.022.038,17
3.3.	Transportes e comunicações	24.187.463,27		6.118.500,00	3.065.910,00	3.052.590,00	4.698.485,00	3.928.485,00	3.828.485,00		42.761.418,27
3.3.1.	Transportes rodoviários	24.187.463,27		6.118.500,00	3.065.910,00	3.052.590,00	4.698.485,00	3.928.485,00	3.828.485,00		42.761.418,27
3.4.	Comércio e turismo	2.640.559,29		2.086.550,00	381.570,00	1.704.980,00	2.886.050,00	491.050,00	291.050,00		8.395.259,29
3.4.1.	Mercados e feiras	11.752,65		800.000,00	5,00	799.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.511.752,65
3.4.2.	Turismo	2.628.806,64		1.286.550,00	381.565,00	904.985,00	1.286.050,00	391.050,00	291.050,00		5.883.506,64
3.5.	Outras funções económicas	1.499.108,92		542.980,00	501.085,00	41.895,00	182.010,00	182.010,00	182.010,00		2.588.118,92
3.5.1.	Infraestruturas diversas	1.499.108,92		522.980,00	481.085,00	41.895,00	98.295,00	98.295,00	98.295,00		2.316.973,92
3.5.2.	Desenvolvimento económico			20.000,00	20.000,00		83.715,00	83.715,00	83.715,00		271.145,00
4.	**Outras funções**	**53.962.572,94**		**13.432.045,00**	**6.045.295,00**	**7.386.750,00**	**6.179.150,00**	**6.189.760,00**	**6.157.275,00**	**24.987.215,00**	**110908017,94**
4.1.	Operações da dívida autárquica	15.596.475,84		1.996.260,00	1.996.260,00		2.230.005,00	2.240.615,00	2.208.130,00	24.987.215,00	49.258.700,84
4.2.	Transferências entre administrações	10.387.154,97		3.949.030,00	3.949.030,00		3.949.145,00	3.949.145,00	3.949.145,00		26.183.619,97
4.3.	Diversas não especificadas	27.978.942,13		7.486.755,00	100.005,00	7.386.750,00					35.465.697,13
	TOTAL GERAL	206830260,33		68.034.405,00	39.579.780,00	28.454.625,00	50.043.185,00	37.893.775,00	32.928.020,00	176059715,00	571789360,33

ORGÃO EXECUTIVO

En 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

En ___ de _____ de ___

GRANDES OPÇÕES DO PLANO — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ., ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	FONTE DE FINANCIAMENTO AA	FONTE DE FINANCIAMENTO FC	RESPON SÁVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	REALIZADO PAGAR, ATÉ 1-OUT-2019	REALIZADO PAGAR, PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
1.			**Funções gerais**									**13.168.765,20**		**5.880.555,00**	**3.451.240,00**	**2.359.315,00**	**4.010.395,00**	**3.983.720,00**	**2.238.720,00**		**29.212.155,20**
1.1.			**Serviços gerais de administração pública**									**11.988.060,63**		**4.754.450,00**	**2.395.135,00**	**2.359.315,00**	**3.301.530,00**	**3.511.530,00**	**1.761.530,00**		**25.317.100,63**
1.1.1.			**Administração geral**									**11.988.060,63**		**4.754.450,00**	**2.395.135,00**	**2.359.315,00**	**3.301.530,00**	**3.511.530,00**	**1.761.530,00**		**25.317.100,63**
1.1.1.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**5.237.053,62**		**861.150,00**	**121.150,00**	**740.000,00**	**250.000,00**				**6.348.203,62**
1.1.1.	0301/07010301	0101 2014 I 1	Edifícios Municipais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	5.237.053,62		861.150,00	121.150,00	740.000,00	250.000,00				6.348.203,62
1.1.1.		02 2014	**Aquisição e Reparação de Bens de Investimento**									**1.365.260,16**		**679.965,00**	**260.645,00**	**419.320,00**	**279.445,00**	**279.445,00**	**279.445,00**		**2.883.560,16**
1.1.1.	0102/070107	0205 2014 I 7	Equipamento de Informática					CM	2014/01/01	2023/12/31	3	524.751,13		400.520,00	180.000,00	220.520,00					925.271,13
1.1.1.	0102/070108	0206 2014 I 8	Software Informático					CM	2014/01/01	2023/12/31	3	840.509,03		279.445,00	80.645,00	198.800,00	279.445,00	279.445,00	279.445,00		1.958.289,03
1.1.1.	0102/020220	06 2014 A 65	Consultoria e Auditoria					CM	2014/01/01	2023/12/31		172.457,85		52.790,00	52.790,00		52.790,00	52.790,00	52.790,00		383.617,85
1.1.1.	0301/07010399	10 2014 I 82	Aquisição de Edifícios					CM	2014/01/02	2023/12/31	0	3.440.738,58		527.735,00	527.735,00		400.000,00	400.000,00	400.000,00		5.168.473,58
1.1.1.	0102/020220	02 2017 A 7	Trabalhos Especializados					CM	2017/03/28	2023/12/31		362.667,46		228.180,00	228.180,00		228.180,00	228.180,00	228.180,00		1.275.387,46
1.1.1.	0102/070113	03 2017 I 5	Investimentos Incorpóreos					CM	2017/06/20	2023/12/31		225.712,42		57.330,00	57.330,00		57.330,00	57.330,00	57.330,00		455.032,42
1.1.1.	0102/020230	01 2018 A 1	Publicações Periódicas					GAPC	2018/01/02	2023/12/31		81.740,60		77.800,00	77.800,00		77.800,00	77.800,00	77.800,00		392.940,60
1.1.1.	0203/020215	02 2018 A 2	Formação					CM	2018/01/02	2023/12/31		42.922,18		52.550,00	52.550,00		52.550,00	52.550,00	52.550,00		253.122,18
1.1.1.	0102/020225	03 2018 A 3	Obras Coercivas					CM	2018/01/02	2023/12/31		313.347,94		200.005,00	5,00	200.000,00	40.000,00				553.352,94
1.1.1.	0102/070101	04 2018 I 1	Terrenos					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	350.091,96		1.049.000,00	149.000,00	900.000,00					1.399.091,96
1.1.1.	0102/070109	05 2018 I 2	Equipamento Administrativo					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	23.753,11		160.500,00	160.500,00						184.253,11
1.1.1.	0102/07011099	06 2018 I 3	Equipamento Básico					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	83.374,31		92.000,00	92.000,00						175.374,31
1.1.1.	0102/070111	07 2018 I 4	Ferramentas e Utensílios					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	1.736,94		2.000,00	2.000,00						3.736,94
1.1.1.	0102/020220	08 2018 A 4	Modernização Administrativa					GAI	2018/01/02	2023/12/31		16.328,03		2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00		26.328,03
1.1.1.	0301/07010301	09 2018 I 33	Edifício Multiusos	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.1.1.	0301/07010399	10 2018 I 48	Obras de Remodelação e Requalificação da Quinta Santo António						2018/06/28	2023/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00	1.250.000,00	1.750.000,00			3.100.000,00
1.1.1.	0102/030306	11 2018 A 32	Locação de Equipamento de Informática - Juros					USIMA	2018/10/01	2023/12/31				500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2.000,00
1.1.1.	0102/070206	12 2018 I 56	Locação de Equipamento de Informática					USIMA	2018/10/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
1.1.1.		01 2019 A 1	Seguros					CM	2019/01/01	2023/12/31		270.875,47		321.450,00			321.450,00	321.450,00	321.450,00		1.556.675,47
1.1.1.	0102/020212	01 2019 A 1													125.450,00						
1.1.1.	0203/01030901	01 2019 A 1													196.000,00						
1.1.1.	06/020218	02 2019 A 5	Vigilância e Segurança						2019/09/01	2023/12/31				288.985,00	288.985,00		288.985,00	288.985,00	288.985,00		1.155.940,00
1.2.			**Segurança e ordem públicas**									**1.180.704,57**		**1.056.105,00**	**1.056.105,00**		**708.865,00**	**472.190,00**	**477.190,00**		**3.895.054,57**
1.2.1.			**Protecção civil e luta contra incêndios**									**1.180.704,57**		**485.200,00**	**485.200,00**		**460.190,00**	**465.190,00**	**470.190,00**		**3.061.474,57**
1.2.1.		01 2018	**Transferências**									**1.180.704,57**		**427.700,00**	**427.700,00**		**427.690,00**	**427.690,00**	**427.690,00**		**2.891.474,57**
1.2.1.	0102/040701	0101 2018 I 7	Capital-Associações e Agrupamentos Humanitários					CM	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.2.1.	0102/040701	0102 2018 A 5	Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitários					CM	2018/01/02	2023/12/31		1.180.704,57		427.690,00	427.690,00		427.690,00	427.690,00	427.690,00		2.891.464,57
1.2.1.	0102/08050304	0103 2018 I 8	Capital - Associações de Municípios					CM	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.2.1.	07/070109	01 2019 I 4	Equipamento Administrativo						2019/09/01	2023/12/31				25.000,00	25.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		55.000,00
1.2.1.	07/07011099	02 2019 I 5	Equipamento Básico						2019/09/01	2023/12/31				25.000,00	25.000,00		15.000,00	20.000,00	25.000,00		85.000,00
										A TRANSPORTAR ...		13.168.765,20		5.232.150,00	2.872.835,00	2.359.315,00	3.754.220,00	3.969.220,00	2.224.220,00		28.348.575,20

GRANDES OPÇÕES DO PLANO — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									13.168.765,20		5.232.150,00	2.872.835,00	2.359.315,00	3.754.220,00	3.969.220,00	2.224.220,00		28.348.575,20
1.2.1.	07/020220	03 2019 A 6	Planos de Emergência e Ações de Formação e Sensibilização						2019/09/01	2023/12/31				7.500,00	7.500,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00		30.000,00
1.2.2.			**Policia municipal**											**570.905,00**	**570.905,00**		**248.675,00**	**7.000,00**	**7.000,00**		**833.580,00**
1.2.2.	06/070109	01 2019 I 6	Equipamento Administrativo						2019/09/01	2023/12/31				2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00
1.2.2.	06/07011099	02 2019 I 7	Equipamento Básico						2019/09/01	2023/12/31				5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
1.2.2.	0301/07010399	03 2019 I 11	Reabilitação do Posto Territorial da Malveira da GNR						2019/09/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
1.2.2.	0301/07010399	04 2019 I 12	Reabilitação do Posto Territorial do Livramento da GNR						2019/09/01	2023/12/31				563.900,00	563.900,00		241.675,00				805.575,00
2.			**Funções sociais**									**100195821,93**		**37.420.625,00**	**24.136.525,00**	**13.284.100,00**	**29.976.865,00**	**21183520,00**	**18295250,00**	**151072500,00**	**358144581,93**
2.1.			**Educação**									**45.004.056,39**		**9.826.705,00**	**9.546.705,00**	**280.000,00**	**9.039.390,00**	**9.329.390,00**	**9.739.390,00**	**68.952.000,00**	**151890931,39**
2.1.1.			**Ensino não superior**									**29.633.979,48**		**5.784.405,00**	**5.504.405,00**	**280.000,00**	**4.997.090,00**	**5.287.090,00**	**5.697.090,00**	**68.952.000,00**	**120351654,48**
2.1.1.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**5.025.482,18**		**680.000,00**	**400.000,00**	**280.000,00**	**50.000,00**				**5.755.482,18**
2.1.1.	0403/07010305	0101 2014 I 14	Edificios Escolares	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	3	5.025.482,18		680.000,00	400.000,00	280.000,00	50.000,00				5.755.482,18
2.1.1.	0403/020204	03 2014 A 7	Rede Escolar do Concelho - Renda					DEJ	2014/01/01	2035/12/31		21.925.184,37		4.753.810,00	4.753.810,00		4.710.000,00	5.050.000,00	5.460.000,00	68.952.000,00	110850994,37
2.1.1.	0102/070113	04 2016 I 1	Projeto Educativo Municipal	OUTRA				DS	2016/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.1.1.		01 2017 A 6	Promoção do Sucesso Escolar					CM	2017/02/14	2023/12/31		247.493,96		**213.410,00**			213.410,00	213.410,00	213.410,00		1.101.133,96
2.1.1.	0403/010107	01 2017 A 6													127.085,00						
2.1.1.	0403/020214	01 2017 A 6													53.220,00						
2.1.1.	0403/020220	01 2017 A 6													20.230,00						
2.1.1.	0403/020225	01 2017 A 6													12.875,00						
2.1.1.	0403/070109	01 2018 I 11	Equipamento Administrativo					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	2.962,86		7.000,00	7.000,00						9.962,86
2.1.1.	0403/07011099	02 2018 I 12	Equipamento Básico					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	92.294,18		25.000,00	25.000,00						117.294,18
2.1.1.	0403/070107	03 2018 I 13	Equipamento de Informática					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	17.926,02		6.500,00	6.500,00						24.426,02
2.1.1.	0403/040701	04 2018 A 7	Transferências - Instituições sem Fins Lucrativos					DDS	2018/01/02	2023/12/31		24.050,59		23.680,00	23.680,00		23.680,00	23.680,00	23.680,00		118.770,59
2.1.1.	0403/07010305	05 2018 I 34	EB 2/3 da Ericeira	EMPREITADA				DUDMA	2018/01/02	2021/12/31	3	2.298.585,32		75.000,00	75.000,00						2.373.585,32
2.1.2.			**Serviços auxiliares de ensino**									**15.370.076,91**		**4.042.300,00**	**4.042.300,00**		**4.042.300,00**	**4.042.300,00**	**4.042.300,00**		**31.539.276,91**
2.1.2.		02 2014 A 9	Transportes Escolares					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		6.760.973,88		**1.095.000,00**			1.095.000,00	1.095.000,00	1.095.000,00		11.140.973,88
2.1.2.	0403/020210	02 2014 A 9													1.060.000,00						
2.1.2.	0403/040802	02 2014 A 9													35.000,00						
2.1.2.		03 2014 A 10	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		7.726.814,14		**2.350.000,00**			2.350.000,00	2.350.000,00	2.350.000,00		17.126.814,14
2.1.2.	0403/020105	03 2014 A 10													950.000,00						
2.1.2.	0403/020225	03 2014 A 10													1.400.000,00						
2.1.2.	0403/020225	04 2014 A 11	Alimentação Creche Municipal					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		106.661,32		75.000,00	75.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		406.661,32
			A TRANSPORTAR ...									57.397.194,02		15.114.960,00	12.475.645,00	2.639.315,00	12.527.485,00	12790810,00	11455810,00	68.952.000,00	178238259,02

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	FONTE DE FINANCIAMENTO AA	FONTE DE FINANCIAMENTO FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	REALIZADO PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									57.397.194,02		15.114.960,00	12.475.645,00	2.639.315,00	12.527.485,00	12790810,00	11455810,00	68.952.000,00	178238259,02
2.1.2.	0403/020121	05 2014 A 12	Fornecimento de Fruta Escolar					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		115.711,90		54.350,00	54.350,00		54.350,00	54.350,00	54.350,00		333.111,90
2.1.2.	0403/020121	01 2017 A 2	Ação Social Escolar	OUTRA				DS	2017/01/01	2023/12/31		19.928,47		18.950,00	18.950,00		18.950,00	18.950,00	18.950,00		95.728,47
2.1.2.	0403/020121	01 2018 A 8	Bolsa de Livros Escolares					DDS	2018/01/02	2023/12/31		6.033,20		42.000,00	42.000,00		42.000,00	42.000,00	42.000,00		174.033,20
2.1.2.	0102/040701	02 2018 A 9	Atividades de Enriquecimento Curricular					DDS	2018/01/02	2023/12/31		591.576,00		385.000,00	385.000,00		385.000,00	385.000,00	385.000,00		2.131.576,00
2.1.2.	0102/040701	03 2018 A 10	Transferências-Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Educativos					DDS	2018/01/02	2023/12/31		42.378,00		22.000,00	22.000,00		22.000,00	22.000,00	22.000,00		130.378,00
2.3.			**Segurança e acção sociais**									**440.872,40**		**492.830,00**	**432.830,00**	**60.000,00**	**454.380,00**	**358.530,00**	**358.530,00**		**2.105.142,40**
2.3.2.			**Acção social**									**440.872,40**		**492.830,00**	**432.830,00**	**60.000,00**	**454.380,00**	**358.530,00**	**358.530,00**		**2.105.142,40**
2.3.2.		01 2015	**Medidas de Apoio Social**									374.235,52		260.010,00	200.010,00	60.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00		1.414.245,52
2.3.2.		0101 2015 A 2	Apoio ao Cidadão					DDS	2015/01/01	2023/12/31		374.235,52		260.005,00		60.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00		1.414.240,52
2.3.2.	0402/020225	0101 2015 A 2													5,00						
2.3.2.	0402/040701	0101 2015 A 2													10.000,00						
2.3.2.	0402/040802	0101 2015 A 2													190.000,00						
2.3.2.	0102/040701	0103 2015 A 4	Apoio ao Associativismo					DDS	2015/01/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
2.3.2.		01 2016	**Iniciativas de Apoio ao Sénior Academia SEI**									**4.175,34**		**10,00**	**10,00**						**4.185,34**
2.3.2.	0402/07011099	0101 2016 I 2	Equipamento Básico	OUTRA				DS	2016/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.3.2.	0102/020220	0102 2016 A 1	Apoio ao Sénior Academia SEI	OUTRA				DDS	2016/01/02	2023/12/31	0	4.175,34		5,00	5,00						4.180,34
2.3.2.	0402/040802	02 2016 A 8	Incentivo à Fixação de Médicos	OUTRA				DDS	2016/09/13	2023/12/31		42.000,00		27.200,00	27.200,00		27.200,00	27.200,00	27.200,00		150.800,00
2.3.2.		01 2017 A 9	Apoio a Carenciados - Polo de Receção					DDS	2017/03/28	2023/12/31		1.601,83		11.330,00			11.330,00	11.330,00	11.330,00		46.921,83
2.3.2.	0402/020121	01 2017 A 9													500,00						
2.3.2.	0402/020225	01 2017 A 9													1.000,00						
2.3.2.	0402/040701	01 2017 A 9													9.830,00						
2.3.2.	0402/070109	01 2018 I 14	Equipamento Administrativo					DDS	2018/01/02	2023/12/31				1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.3.2.	0402/07011099	02 2018 I 15	Equipamento Básico					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	7.848,97		7.850,00	7.850,00						15.698,97
2.3.2.	0102/040701	01 2019 A 2	Promoção do Emprego e da Empregabilidade					DDS	2019/03/18	2023/12/31				60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		240.000,00
2.3.2.		02 2019 A 3	Idade +						2019/03/18	2023/12/31		4.821,41		125.230,00			95.650,00				225.701,41
2.3.2.	0402/020220	02 2019 A 3													45.480,00						
2.3.2.	0402/020225	02 2019 A 3													79.750,00						
2.3.2.		03 2019 I 2	Idade +						2019/03/18	2021/12/31		6.189,33		200,00			200,00				6.589,33
2.3.2.	0402/070107	03 2019 I 2													100,00						
2.3.2.	0402/07013099	03 2019 I 2													100,00						
2.4.			**Habitação e serviços colectivos**									**50.575.075,31**		**19.615.510,00**	**11.361.985,00**	**8.253.525,00**	**12.193.505,00**	**7.068.505,00**	**6.018.505,00**	**82.120.500,00**	**177591600,31**
2.4.1.			**Habitação**									**165.194,29**		**1.865.000,00**	**1.731.000,00**	**134.000,00**	**1.800.000,00**	**200.000,00**			**4.030.194,29**
2.4.1.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									165.194,29		1.865.000,00	1.731.000,00	134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.1.		0101 2014 I 21	Habitações Sociais	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	165.194,29		1.865.000,00		134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.1.	0402/07010201	0101 2014 I 21													1.681.000,00						
2.4.1.	0402/07010203	0101 2014 I 21													50.000,00						
2.4.2.			**Ordenamento do território**									**5.294.369,73**		**4.739.360,00**	**3.314.360,00**	**1.425.000,00**	**4.413.345,00**	**888.345,00**	**38.345,00**		**15.373.764,73**
			A TRANSPORTAR ...									58.778.888,28		17.995.090,00	15.161.775,00	2.833.315,00	15.304.165,00	13871640,00	12336640,00	68.952.000,00	187238423,28

MAPA DE ORÇAMENTOS E DAS GOP

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO				DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
								AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
						A TRANSPORTAR ...									58.778.888,28		17.995.090,00	15.161.775,00	2.833.315,00	15.304.165,00	13871640,00	12336640,00	68.952.000,00	187238823,28
2.4.2.		01	2014			**Construção e Requalificação**									4.584.524,21		1.740.000,00	1.040.000,00	700.000,00	375.000,00				6.699.524,21
2.4.2.	0301/07030399	0101	2014	I	22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	3.196.865,28		1.015.000,00	615.000,00	400.000,00	250.000,00				4.461.865,28
2.4.2.	0301/07030301	0105	2014	I	26	Passeios Pedonais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.387.658,93		725.000,00	425.000,00	300.000,00	125.000,00				2.237.658,93
2.4.2.	0302/070108	03	2014	I	30	Sistema de Informação Geográfica - SIG					DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	198.721,26		38.345,00	38.345,00		38.345,00	38.345,00	38.345,00		352.101,26
2.4.2.	0102/020220	05	2014	A	61	Candidatura Conjunta - Convento, Palácio e Tapada Nacional de Mafra						2014/01/01	2023/12/31		41.202,28		5,00	5,00						41.207,28
2.4.2.	0302/020214	01	2015	A	5	Planos de Ordenamento do Território					DUOMA	2015/01/01	2023/12/31		61.094,10		5,00	5,00						61.099,10
2.4.2.	0301/070109	01	2018	I	16	Equipamento Administrativo					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.2.	0301/07011099	02	2018	I	17	Equipamento Básico					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	160.599,69		105.000,00	105.000,00						265.599,69
2.4.2.	0301/070111	03	2018	I	18	Ferramentas e Utensílios					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	7.276,45		5.000,00	5.000,00						12.276,45
2.4.2.	0301/07030399	04	2018	I	35	Parque Ecológico da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0	42.804,00		500.000,00	100.000,00	400.000,00	1.250.000,00	750.000,00			2.542.804,00
2.4.2.		05	2018	I	36	Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	2	198.147,74		1.975.000,00			2.000.000,00	100.000,00			4.273.147,74
2.4.2.	0301/07010399	05	2018	I	36													75.000,00						
2.4.2.	0301/07030399	05	2018	I	36													1.900.000,00						
2.4.2.	0301/07030399	06	2018	I	37	Requalificação da Vila Velha	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.4.2.	0301/07030399	01	2019	I	10	ValorRio						2019/09/01	2022/12/31				375.000,00	50.000,00	325.000,00	750.000,00				1.125.000,00
2.4.3.						**Saneamento**									13.957.547,14		15,00	15,00						13.957.562,14
2.4.3.		01	2014			**Construção, Reparação e Beneficiação**									921.899,34		10,00	10,00						921.909,34
2.4.3.	0303/07030302	0101	2014	I	32	Rede de Coletores em Diversas Localidades	EMPREITADA				DAEUR	2014/01/01	2021/12/31	0	921.899,34		5,00	5,00						921.904,34
2.4.3.	0303/07030302	0102	2014	I	33	Reparação e Beneficiação da Rede de Esgotos	EMPREITADA				DAEUR	2014/01/01	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.4.3.	0303/020225	02	2014	A	25	Recolha e Tratamento de Efluentes	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		13.035.647,80		5,00	5,00						13.035.652,80
2.4.4.						**Abastecimento de Água**									1.045.644,17		5,00	5,00						1.045.649,17
2.4.4.		01	2014			**Construção e Beneficiação**									1.045.644,17		5,00	5,00						1.045.649,17
2.4.4.	0303/07030307	0101	2014	I	36	Redes de Abastecimento de Água	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2021/12/31	0	1.045.644,17		5,00	5,00						1.045.649,17
2.4.5.						**Resíduos sólidos**									26.810.463,07		9.810.560,00	5.463.510,00	4.347.050,00	5.300.820,00	5.300.820,00	5.300.820,00	82.120.500,00	134643983,07
2.4.5.		01	2014			**Aquisição e Reparação de Bens de Investimento**									633.174,81		2.162.680,00	162.680,00	2.000.000,00					2.795.854,81
2.4.5.	0303/07011001	0101	2014	I	37	Equipamento de Recolha de Resíduos	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		633.174,81		2.162.680,00	162.680,00	2.000.000,00					2.795.854,81
2.4.5.	0303/020225	02	2014	A	26	Recolha de RSU	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2028/12/31		13.280.618,99		2.520.000,00	2.520.000,00		2.520.000,00	2.520.000,00	2.520.000,00	12.600.000,00	35.960.618,99
2.4.5.		03	2014	A	27	Tratamento de RSU					DAEUR	2014/01/01	2048/12/31		12.886.559,52		2.780.820,00			2.780.820,00	2.780.820,00	2.780.820,00	69.520.500,00	93.530.339,52
2.4.5.	0303/020225	03	2014	A	27													2.380.820,00						
2.4.5.	0303/0602010101	03	2014	A	27													400.000,00						
						A TRANSPORTAR ...									105876802,64		30.197.970,00	23.939.655,00	6.258.315,00	25.018.330,00	20060805,00	17675805,00	151072500,00	349902212,64

MAPA DE ORCAMENTOS E DAS GOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									105876802,64		30.197.570,00	23.939.655,00	6.258.315,00	25.018.330,00	20060805,00	17675805,00	151072500,00	349902212,64
2.4.5.		04 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**10.109,75**		**127.310,00**	**5,00**	**127.305,00**					**137.419,75**
2.4.5.	0303/07010499	0401 2015 I 3	Mini-Ecocentro					DAEUR	2015/01/01	2023/12/31	0	10.109,75		127.310,00	5,00	127.305,00					137.419,75
2.4.5.	0303/020220	01 2016 A 2	Implementação de Sistemas e Otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	OUTRA				DAEUR	2016/01/02	2023/12/31	0			2.219.750,00	5,00	2.219.745,00					2.219.750,00
2.4.6.			**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**									**3.301.856,91**		**3.200.570,00**	**853.095,00**	**2.347.475,00**	**679.340,00**	**679.340,00**	**679.340,00**		**8.540.446,91**
2.4.6.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**1.185.124,73**		**855.305,00**	**235.275,00**	**620.030,00**					**2.040.429,73**
2.4.6.	0303/07030305	0102 2014 I 39	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	1.094.669,43		825.270,00	225.270,00	600.000,00					1.919.939,43
2.4.6.	0303/07030312	0103 2014 I 40	Cemitérios	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31		72.111,58		10.000,00	10.000,00						82.111,58
2.4.6.	0303/07030399	0105 2015 I 4	Requalificação e Valorização das Linhas de Água					DUOMA	2015/01/01	2023/12/31	0	18.343,72		20.035,00	5,00	20.030,00					38.378,72
2.4.6.	0303/020225	03 2014 A 28	Intervenção em Rios/Ribeiras						2014/01/01	2023/12/31		1.535.282,01		1.456.155,00	5,00	1.456.150,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00		3.231.437,01
2.4.6.	0303/020208	04 2014 A 29	Sanitários Públicos	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		76.260,00		22.140,00	22.140,00		22.140,00	22.140,00	22.140,00		164.820,00
2.4.6.	0303/020225	01 2018 A 11	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	OUTRA				DAEUR	2018/01/02	2023/12/31		374.608,89		577.200,00	500.000,00	77.200,00	577.200,00	577.200,00	577.200,00		2.683.408,89
2.4.6.	0303/07030305	02 2018 I 19	Jardins Municipais					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	2.693,70		10.000,00	10.000,00						12.693,70
2.4.6.	0303/07011099	03 2018 I 20	Equipamento Básico					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	127.887,58		181.670,00	81.670,00	100.000,00					309.557,58
2.4.6.	0303/070111	04 2018 I 21	Ferramentas e Utensílios					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			4.000,00	4.000,00						4.000,00
2.4.6.	0303/07011099	05 2018 I 22	Equipamento de Limpeza Urbana					DAEUR	2018/01/02	2021/12/31	0			94.100,00	5,00	94.095,00					94.100,00
2.5.			**Serviços culturais, recreativos e religiosos**									**4.175.817,83**		**7.485.580,00**	**2.795.005,00**	**4.690.575,00**	**8.289.590,00**	**4.427.095,00**	**2.178.825,00**		**26.556.907,83**
2.5.1.			**Cultura**									**1.139.013,62**		**5.171.185,00**	**1.585.605,00**	**3.585.580,00**	**6.197.560,00**	**2.790.065,00**	**656.795,00**		**15.954.618,62**
2.5.1.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**188.026,46**		**2.750.005,00**	**1.017.405,00**	**1.732.600,00**	**1.840.765,00**	**1.790.765,00**			**6.569.561,46**
2.5.1.	0401/07010399	0101 2014 I 43	Diversas Instalações Culturais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	188.026,46		750.000,00	550.000,00	200.000,00	50.000,00				988.026,46
2.5.1.		0104 2014 I 45	Museu da Música	OUTRA				CM	2014/01/01	2022/12/31	0			**2.000.005,00**		1.532.600,00	1.790.765,00	1.790.765,00			5.581.535,00
2.5.1.	0401/07010399	0104 2014 I 45													467.400,00						
2.5.1.	0401/080301	0104 2014 I 45													5,00						
2.5.1.	0102/04050101	03 2014 A 31	Transferências-Rota Histórica das Linhas de Torres					OTCD	2014/01/01	2023/12/31		11.800,00		5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		31.800,00
2.5.1.	0401/0602030505	04 2014 A 32	Rota Histórica das Linhas de Torres					OTCD	2014/01/01	2023/12/31		12.993,28		7.500,00	7.500,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00		42.993,28
2.5.1.	0102/040802	12 2014 A 72	Bolsas de Estudo					DDS	2014/09/18	2023/12/31		139.703,53		52.000,00	52.000,00		52.000,00	52.000,00	52.000,00		347.703,53
2.5.1.		02 2015	**Transferências**									**20.000,00**		**4.000,00**	**4.000,00**		**4.000,00**	**4.000,00**	**4.000,00**		**36.000,00**
2.5.1.	0102/040903	0201 2015 A 10	ECHO - European Cities of Historic Organs					DDS	2015/04/01	2023/12/31		20.000,00		4.000,00	4.000,00		4.000,00	4.000,00	4.000,00		36.000,00
2.5.1.		01 2016	**Transferências**									**140.600,00**		**40.800,00**	**40.800,00**		**800,00**	**800,00**	**800,00**		**183.800,00**
2.5.1.	0102/04050101	0101 2016 A 5	Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica					DDS	2016/04/21	2023/12/31		1.600,00		800,00	800,00		800,00	800,00	800,00		4.800,00
			A TRANSPORTAR ...									109562892,57		38.564.905,00	25.879.465,00	12.685.440,00	27.607.735,00	22600230,00	18424445,00	151072500,00	367832687,57

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV- DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
			A TRANSPORTAR ...									109562892,57		38.564.905,00	25.879.465,00	12.685.440,00	27.607.735,00	22600210,00	18424445,00	151072500,00	367832687,57
2.5.1.	0102/080701	0102 2016 I 4	Transferências de Capital						2016/04/21	2023/12/31		139.000,00		40.000,00	40.000,00						179.000,00
2.5.1.		02 2016 A 7	Caminhos do Memorial nas linhas de Saramago	OUTRA				DOS	2016/01/02	2020/12/31	3	68.367,59		15,00							68.382,59
2.5.1.	0401/020121	02 2016 A 7													5,00						
2.5.1.	0401/020220	02 2016 A 7													5,00						
2.5.1.	0401/020225	02 2016 A 7													5,00						
2.5.1.	0102/04050102	01 2017 A 3	Marchas Populares	OUTRA				DOS	2017/01/01	2023/12/31		93.000,00		38.500,00	38.500,00		38.500,00	38.500,00	38.500,00		247.000,00
2.5.1.	0102/040802	03 2017 A 8	Prémio Internacional de Composição para os Seis Órgãos de Mafra					DOS	2017/03/28	2023/12/31		12.500,00		5,00	5,00		7.500,00	5,00	7.500,00		27.510,00
2.5.1.	0401/0602030504	01 2018 A 12	Bibliotecas - Difusão e Animação					DOS	2018/01/02	2023/12/31		1.672,30		36.565,00	11.565,00	25.000,00	36.565,00	36.565,00	36.565,00		147.932,30
2.5.1.	0401/0602030504	02 2018 A 13	Animação Cultural					DOS	2018/01/02	2023/12/31		272.938,67		387.000,00	269.000,00	118.000,00	387.000,00	387.000,00	387.000,00		1.820.938,67
2.5.1.	0102/040701	03 2018 A 14	Apoio ao Associativismo					DOS	2018/01/02	2023/12/31		60.500,00		40.000,00	40.000,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00		220.500,00
2.5.1.	0401/0602030505	04 2018 A 15	Atividades de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas					DOS	2018/01/02	2023/12/31		18.984,57		33.875,00	23.875,00	10.000,00	33.875,00	33.875,00	33.875,00		154.484,57
2.5.1.	0401/020220	05 2018 A 16	Trabalhos Especializados de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas					DOS	2018/01/02	2023/12/31		18.485,72		30.680,00	30.680,00		30.680,00	30.680,00	30.680,00		141.205,72
2.5.1.	0401/020220	06 2018 A 17	Trabalhos Especializados de Arquivo Histórico, Centro de Estudos e Edições					DOS	2018/01/02	2023/12/31		6.996,51		13.375,00	13.375,00		13.375,00	13.375,00	13.375,00		60.496,51
2.5.1.	0401/070109	07 2018 I 23	Equipamento Administrativo					DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	5.474,85		3.865,00	3.865,00						9.339,85
2.5.1.	0401/07010099	08 2018 I 24	Equipamento Básico					DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	66.970,14		27.995,00	27.995,00						94.965,14
2.5.1.	0401/07010399	09 2018 I 49	Museu Raúl de Almeida						2018/06/28	2022/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00	2.100.000,00	250.000,00			2.450.000,00
2.5.1.	0401/07010399	10 2018 I 50	Quinta da Raposa						2018/06/28	2021/12/31				600.000,00	5,00	599.995,00					600.000,00
2.5.1.	0401/07010399	11 2018 I 51	Museu do Pão						2018/06/28	2021/12/31				5,00	5,00						5,00
2.5.1.	0401/07010499	01 2020 I 1	Cabana da Idade do Bronze						2020/01/02	2023/12/31				50.000,00	5,00	49.995,00					50.000,00
2.5.1.	0401/07010399	02 2020 I 2	Biblioteca de Mafra						2020/01/02	2023/12/31				950.000,00	5,00	949.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.650.000,00
2.5.2.			**Desporto, recreio e lazer**									2.387.804,21		**2.304.395,00**	**1.199.400,00**	**1.104.995,00**	**2.092.030,00**	**1.637.030,00**	**1.522.030,00**		**9.943.289,21**
2.5.2.		**01** 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									**848.921,54**		**850.000,00**	**275.000,00**	**575.000,00**	**425.000,00**	**50.000,00**			**2.173.921,54**
2.5.2.	0401/07010302	0101 2014 I 49	Edifícios-Instalações Desportivas	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	115.235,27		500.000,00	100.000,00	400.000,00	400.000,00	50.000,00			1.065.235,27
2.5.2.	0401/07010406	0102 2014 I 50	Construções Diversas-Instalações Desportivas	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	572.442,59		200.000,00	100.000,00	100.000,00					772.442,59
2.5.2.	0401/07030306	0103 2014 I 51	Diversos Parques de Jogo e Recreio	ADM. DIR.				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	161.243,68		150.000,00	75.000,00	75.000,00	25.000,00				336.243,68
2.5.2.	0102/080701	06 2014 I 85	Transferências de Capital					CM	2014/09/18	2023/12/31	0	648.094,84		10.000,00	10.000,00						658.094,84
2.5.2.	0403/0602030502	01 2016 A 3	Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	OUTRA				DOS	2016/01/02	2023/12/31	0	158.618,76		95.610,00	65.610,00	30.000,00	95.610,00	95.610,00	95.610,00		541.058,76
			A TRANSPORTAR ...									111983418,06		41.872.395,00	26.728.975,00	15.143.420,00	32.415.840,00	23675820,00	19107550,00	151072500,00	380127523,06

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV- DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
			A TRANSPORTAR ...									111983418,06		41.872.395,00	26.728.975,00	15.143.420,00	32.415.840,00	23675820,00	19107550,00	151072500,00	380127523,06
2.5.2.	0401/020225	01 2018 A 18	Atividade Física Desportiva					ODS	2018/01/02	2023/12/31		48.184,86		52.890,00	52.890,00		52.890,00	52.890,00	52.890,00		259.744,86
2.5.2.	0102/040701	02 2018 A 19	Apoio ao Associativismo					ODS	2018/01/02	2023/12/31		102.300,00		78.500,00	78.500,00		78.500,00	78.500,00	78.500,00		416.300,00
2.5.2.	0401/070109	03 2018 I 25	Equipamento Administrativo	OUTRA				ODS	2018/01/02	2023/12/31	0	1.268,23		29.520,00	29.520,00						30.788,23
2.5.2.	0401/07011099	04 2018 I 26	Equipamento Básico	OUTRA				ODS	2018/01/02	2023/12/31	0	163.101,22		114.615,00	114.615,00						277.716,22
2.5.2.	0401/010107	05 2018 A 20	Núcleos Desportivos Municipais					ODS	2018/01/02	2023/12/31		390.183,00		298.030,00	298.030,00		298.030,00	298.030,00	298.030,00		1.582.303,00
2.5.2.		06 2018 A 31	Mafra Sustentável					ODS	2018/09/18	2023/12/31		180,00		98.220,00			10.000,00				108.400,00
2.5.2.	0401/020220	06 2018 A 31													50.000,00						
2.5.2.	0401/020225	06 2018 A 31													48.220,00						
2.5.2.	0401/07010499	07 2018 I 55	Mafra Sustentável Investimento					ODS	2018/09/18	2021/12/31		26.951,76		5,00	5,00						26.956,76
2.5.2.	0401/020225	01 2020 A 2	Atividades de Surfing					OS	2020/01/02	2023/12/31				177.000,00	177.000,00		177.000,00	177.000,00	177.000,00		708.000,00
2.5.2.		02 2020 I 3	Escolas de Armas/Equitação						2020/01/02	2023/12/31				500.005,00		499.995,00	955.000,00	885.000,00	820.000,00		3.160.005,00
2.5.2.	0301/07010399	02 2020 I 3													5,00						
2.5.2.	0301/07010499	02 2020 I 3													5,00						
2.5.3.			**Outras actividades cívicas e religiosas**									649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
2.5.3.		01 2014	**Transferências**									649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
2.5.3.	0102/080701	0101 2014 I 87	Transferências de Capital					CM	2014/09/18	2023/12/31	0	649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
3.			**Funções económicas**									39.503.100,26		11.371.180,00	5.946.720,00	5.424.460,00	9.876.775,00	6.536.775,00	6.236.775,00		73.524.605,26
3.1.			**Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca**									420.050,61		184.120,00	84.125,00	99.995,00	51.200,00	51.200,00	51.200,00		757.770,61
3.1.	0102/040701	02 2014 A 44	Manutenção da Equipa de Sapadores Florestais						2014/01/01	2023/12/31		412.587,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		612.587,00
3.1.	0102/080701	06 2014 I 86	Transferências de Capital						2014/09/18	2023/12/31		1.000,00		5,00	5,00						1.005,00
3.1.	0102/04010102	01 2015 A 7	Sociedade de Desenvolvimento Rural (A2S)					UPED	2015/01/01	2023/12/31		6.000,00		1.200,00	1.200,00		1.200,00	1.200,00	1.200,00		10.800,00
3.1.	0303/070109	01 2018 I 27	Equipamento Administrativo					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	21,45		100,00	100,00						121,45
3.1.	0303/07011099	02 2018 I 28	Equipamento Básico					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	442,16		32.810,00	32.810,00						33.252,16
3.1.	0302/070205	04 2018 I 46	Locação Financeira-Material de Transporte						2018/04/03	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
3.1.	07/07010699	01 2019 I 8	Equipamento de Transporte						2019/09/01	2023/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00					100.000,00
3.2.			**Indústria e energia**									10.755.918,17		2.439.030,00	1.914.030,00	525.000,00	2.059.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		19.022.038,17
3.2.1.			**Iluminação pública**									10.755.918,17		2.439.030,00	1.914.030,00	525.000,00	2.059.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		19.022.038,17
3.2.1.		01 2014	**Iluminação em Diversas Localidades**									10.755.918,17		2.439.030,00	1.914.030,00	525.000,00	2.059.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		19.022.038,17
3.2.1.	0301/07030304	0101 2014 I 57	Construção e Infraestruturas	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	957.782,34		350.000,00	175.000,00	175.000,00	100.000,00				1.407.782,34
3.2.1.	0301/07011099	0102 2014 I 58	Equipamento	OUTRA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	638.989,26		205.000,00	105.000,00	100.000,00	75.000,00				918.989,26
3.2.1.	0102/0202010202	0103 2014 A 48	Consumo de Energia Eléctrica					CM	2014/01/01	2023/12/31		9.159.146,57		1.884.030,00	1.634.030,00	250.000,00	1.884.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		16.695.266,57
3.3.			**Transportes e comunicações**									24.187.463,27		6.118.500,00	3.065.910,00	3.052.590,00	4.698.485,00	3.928.485,00	3.828.485,00		42.761.418,27
			A TRANSPORTAR ...									124540555,91		45.854.330,00	29.585.920,00	16.268.410,00	36.097.490,00	27102470,00	22469200,00	151072500,00	407136545,91

MAPA DE ORÇAMENTOS E DAS GOP

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	REALIZADO PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									124540555,91		45.854.330,00	29.585.920,00	16.268.410,00	36.097.490,00	27102470,00	22469200,00	151072500,00	407136545,91
3.3.1.			**Transportes rodoviários**									**24.187.463,27**		**6.118.500,00**	**3.065.910,00**	**3.052.590,00**	**4.698.485,00**	**3.928.485,00**	**3.828.485,00**		**42.761.418,27**
3.3.1.		**01**	**2014** **Construção, Reparação e Beneficiação**									**22.835.048,69**		**3.500.000,00**	**1.772.405,00**	**1.727.595,00**	**3.800.000,00**	**3.700.000,00**	**3.700.000,00**		**37.535.048,69**
3.3.1.	0301/07030301	0101 2014 I 59	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	4	21.503.339,52		3.250.000,00	1.672.405,00	1.577.595,00	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00		35.853.339,52
3.3.1.	0301/07010499	0103 2014 I 61	Construção e Ampliação de Estacionamentos	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.331.709,17		250.000,00	100.000,00	150.000,00	100.000,00				1.681.709,17
3.3.1.		**02**	**2014** **Aquisição e Reparação de Bens de Investimento**									**1.010.517,73**		**490.005,00**	**165.005,00**	**325.000,00**					**1.500.522,73**
3.3.1.	0301/07011099	0202 2014 I 62	Equipamento Básico	OUTRA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	522.311,43		215.000,00	115.000,00	100.000,00					737.311,43
3.3.1.		0203 2014 I 63	Equipamento de Transporte	OUTRA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	488.206,30		**275.005,00**		225.000,00					763.211,30
3.3.1.	0301/07010601	0203 2014 I 63													5,00						
3.3.1.	0301/07010699	0203 2014 I 63													50.000,00						
3.3.1.	0303/020208	03 2014 A 49	Mobiliário Urbano					CM	2014/01/01	2023/12/31		118.080,00		19.680,00	19.680,00		19.680,00	19.680,00	19.680,00		196.800,00
3.3.1.	0301/07010499	01 2018 I 39	Parque de Estacionamento da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
3.3.1.	0301/07010499	02 2018 I 40	Parque Intermodal da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	2	222.664,19		1.600.000,00	1.000.000,00	600.000,00	20.000,00				1.842.664,19
3.3.1.	0301/07010499	04 2018 I 42	Parque Autocaravanas	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0			400.000,00	5,00	399.995,00	750.000,00	100.000,00			1.250.000,00
3.3.1.	0102/030305	05 2018 A 27	Locação Financeira - Material de Transporte						2018/06/28	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
3.3.1.	0301/020206	06 2018 A 28	Aluguer Operacional de Material de Transporte						2018/06/28	2023/12/31		1.152,66		108.805,00	108.805,00		108.805,00	108.805,00	108.805,00		436.372,66
3.4.			**Comércio e turismo**									**2.640.559,29**		**2.086.550,00**	**381.570,00**	**1.704.980,00**	**2.886.050,00**	**491.050,00**	**291.050,00**		**8.395.259,29**
3.4.1.			**Mercados e feiras**									**11.752,65**		**800.000,00**	**5,00**	**799.995,00**	**1.600.000,00**	**100.000,00**			**2.511.752,65**
3.4.1.		**01**	**2014** **Construção, Reparação e Beneficiação**									**11.752,65**		**800.000,00**	**5,00**	**799.995,00**	**1.600.000,00**	**100.000,00**			**2.511.752,65**
3.4.1.	0303/07010303	0101 2014 I 64	Mercados					DUOMA	2014/01/01	2023/12/31		11.752,65		800.000,00	5,00	799.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.511.752,65
3.4.2.			**Turismo**									**2.628.806,64**		**1.286.550,00**	**381.565,00**	**904.985,00**	**1.286.050,00**	**391.050,00**	**291.050,00**		**5.883.506,64**
3.4.2.		**01**	**2014** **Construção, Reparação e Beneficiação**									**2.470.650,27**		**235.000,00**	**165.000,00**	**70.000,00**	**90.000,00**	**80.000,00**	**80.000,00**		**2.955.650,27**
3.4.2.	0401/07010499	0101 2014 I 66	Apoios de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	506.648,81		60.000,00	60.000,00		10.000,00				576.648,81
3.4.2.	0401/07030399	0102 2014 I 67	Arranjo das Zonas Balneares	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.957.041,46		95.000,00	95.000,00						2.052.041,46
3.4.2.	0401/07030399	0105 2014 I 70	Planos de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	6.642,00		50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		206.642,00
3.4.2.	0401/07010399	0106 2014 I 71	Equipamentos de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	318,00		30.000,00	5.000,00	25.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		120.318,00
3.4.2.		01 2018 A 21	Atividades de Promoção Turística					DOS	2018/01/02	2023/12/31		157.712,73		**211.050,00**			211.050,00	211.050,00	211.050,00		1.001.912,73
3.4.2.	0401/020220	01 2018 A 21													22.750,00						
3.4.2.	0401/020225	01 2018 A 21													188.300,00						
3.4.2.	0401/070109	02 2018 I 30	Equipamento Administrativo	OUTRA				DOS	2018/01/02	2023/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.4.2.	0401/07011099	03 2018 I 31	Equipamento Básico	OUTRA				DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	443,64		500,00	500,00						943,64
3.4.2.	0401/07010499	04 2018 I 43	Apoio de Praia Baleia Sul					DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			160.000,00	5,00	159.995,00	335.000,00				495.000,00
3.4.2.	0401/07010499	05 2018 I 44	Apoio de Praia Matadouro					DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0			75.000,00	5,00	74.995,00	600.000,00	100.000,00			775.000,00
3.4.2.	0401/07030399	01 2019 I 9	Estabilização da Arriba da Praia do Algodio-Lado Sul						2019/09/01	2022/12/31				600.000,00	5,00	599.995,00	50.000,00				650.000,00
3.5.			**Outras funções económicas**									**1.499.108,92**		**542.980,00**	**501.085,00**	**41.895,00**	**182.010,00**	**182.010,00**	**182.010,00**		**2.588.118,92**
3.5.1.			**Infraestruturas diversas**									**1.499.108,92**		**522.980,00**	**481.085,00**	**41.895,00**	**98.295,00**	**98.295,00**	**98.295,00**		**2.316.973,92**
			A TRANSPORTAR ...									151368578,47		54.059.380,00	33.033.400,00	21.025.980,00	43.682.025,00	31522005,00	26588735,00	151072500,00	458293223,47

MAPA DE ORÇAMENTOS E DAS GOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	FONTE DE FINANCIAMENTO AA	FONTE DE FINANCIAMENTO FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	REALIZADO PAGAR. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									151368578,47		54.059.380,00	33.033.400,00	21.025.980,00	43.682.025,00	31522005,00	26588735,00	151072500,00	458293223,47
3.5.1.		01 2014	**Construção, Reparação e Beneficiação**									44.513,16		5,00	5,00						44.518,16
3.5.1.	0301/07030399	0103 2015 I 5	Infraestruturas de Rede em Fibra Óptica					DXOMA	2015/01/01	2021/12/31	3	44.513,16		5,00	5,00						44.518,16
3.5.1.	0102/110299	05 2014 I 81	Outras Despesas de Capital					CM	2014/01/01	2021/12/31	4	1.175.045,00		5,00	5,00						1.175.050,00
3.5.1.	0102/020220	06 2014 A 70	Minho de Empresas de Mafra-Ericeira Promoção e Divulgação			100.0		UPED	2014/09/18	2023/12/31		228.013,23		98.295,00	98.295,00		98.295,00	98.295,00	98.295,00		621.193,23
3.5.1.	0102/070113	08 2014 I 84	Outros Investimentos					GAPC	2014/09/18	2021/12/31		867,68		5,00	5,00						872,68
3.5.1.	0102/020209	01 2018 A 22	Iniciativa WiFi4EU - Comunicações						2018/01/02	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
3.5.1.	0301/07030399	02 2018 I 32	Iniciativa WiFi4EU - Outras Construções e Infraestruturas						2018/01/02	2021/12/31	3			5,00	5,00						5,00
3.5.1.	0303/020220	03 2018 A 23	Projeto Ouriceira- Mar do Programa MAR 2020					UPED	2018/01/02	2023/12/31		50.669,85		382.750,00	382.750,00						433.419,85
3.5.1.		04 2018 I 45	Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira						2018/04/06	2021/12/31				10,00							10,00
3.5.1.	0102/07011099	04 2018 I 45													5,00						
3.5.1.	0102/070113	04 2018 I 45													5,00						
3.5.1.	0301/07011099	01 2020 I 4	Master Lighting System						2020/01/02	2023/12/31				41.900,00	5,00	41.895,00					41.900,00
3.5.2.			**Desenvolvimento económico**											**20.000,00**	**20.000,00**		**83.715,00**	**83.715,00**	**83.715,00**		**271.145,00**
3.5.2.	0102/050103	01 2016 A 4	Apoio às Empresas Emancipadas das Incubadoras	OUTRA				CM	2016/01/02	2023/12/31	0			20.000,00	20.000,00		83.715,00	83.715,00	83.715,00		271.145,00
4.			**Outras funções**									53.962.572,94		13.432.045,00	6.045.295,00	7.386.750,00	6.179.150,00	6.189.760,00	6.157.275,00	24.987.215,00	110908017,94
4.1.			**Operações da dívida autárquica**									15.596.475,84		1.996.260,00	1.996.260,00		2.230.005,00	2.240.615,00	2.208.130,00	24.987.215,00	49.258.700,84
4.1.		01 2014	**Empréstimos Bancários**									9.304.057,43		568.835,00	568.835,00		398.680,00	170.675,00	154.465,00	199.345,00	10.796.057,43
4.1.	0103/100603	0101 2014 I 77	Amortizações da dívida - empréstimos m/l prazo					CM	2014/01/01	2027/12/31		4.249.041,17		567.075,00	567.075,00		397.570,00	169.995,00	154.140,00	199.280,00	5.737.101,17
4.1.	0103/100503	0102 2014 I 78	Amortizações da dívida - empréstimos curto prazo					CM	2014/01/01	2021/12/31		4.940.000,00		5,00	5,00						4.940.005,00
4.1.	0103/03010302	0103 2014 A 52	Juros de empréstimos m/l prazo					CM	2014/01/01	2032/12/31		70.568,52		1.750,00	1.750,00		1.110,00	680,00	325,00	65,00	74.498,52
4.1.	0103/03010301	0104 2014 A 53	Juros de empréstimos curto prazo					CM	2014/01/01	2023/12/31		44.447,74		5,00	5,00						44.452,74
4.1.	0103/07030301	02 2014 I 79	Outras Amortizações de Médio e Longo Prazo	OUTRA				CM	2014/01/01	2024/12/31		4.379.879,76		1.087.005,00	1.087.005,00		1.111.790,00	470.905,00	470.905,00	470.905,00	7.991.389,76
4.1.	0103/030601	03 2014 A 66	Outros Juros de Médio e Longo Prazo					CM	2014/01/01	2024/12/31		729.657,04		79.690,00	79.690,00		80.285,00	40.635,00	25.525,00	9.380,00	945.772,04
4.1.	0102/090702	05 2014 I 80	Ações e Outras Participações					CM	2014/01/02	2021/12/31				50.000,00	50.000,00						50.000,00
4.1.	0102/090802	01 2015 I 6	Fundo de Apoio Municipal (FAM)					CM	2015/01/01	2021/12/31		1.175.528,00		73.475,00	73.475,00						1.249.003,00
4.1.	0102/090801	02 2015 I 8	Unidades Participação - Soc e quase soc não Financeiras - Privadas					CM	2015/01/01	2021/12/31				5,00	5,00						5,00
			A TRANSPORTAR ...									168456809,62		56.461.370,00	35.393.495,00	21.067.875,00	45.434.790,00	32386230,00	27421640,00	151752730,00	481913569,62

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
			A TRANSPORTAR ...									168456809,62		56.461.370,00	35.393.495,00	21.067.875,00	45.434.790,00	32386230,00	27421640,00	151752730,00	481933569,62
4.1.		01	2018									**562,94**		**10.740,00**	**10.740,00**		**51.610,00**	**277.165,00**	**276.005,00**	**4.236.355,00**	**4.852.437,94**
4.1.	0103/100603	0101	2018 I 52						2018/06/28	2039/12/31				5,00	5,00		40.945,00	54.595,00	54.595,00	832.575,00	982.715,00
4.1.	0103/03010302	0102	2018 A 29						2018/06/28	2039/12/31		562,94		4.815,00	4.815,00		4.745,00	4.490,00	4.225,00	31.290,00	50.127,94
4.1.	0103/100603	0103	2018 I 53						2018/06/28	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	155.560,00	155.560,00	2.488.960,00	2.800.090,00
4.1.	0103/03010302	0104	2018 A 30						2018/06/28	2039/12/31				5.905,00	5.905,00		5.905,00	5.755,00	5.425,00	42.215,00	65.205,00
4.1.	0103/100603	0105	2018 I 57						2018/12/13	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	51.330,00	51.330,00	821.275,00	923.945,00
4.1.	0103/03010302	0106	2018 A 33						2018/12/13	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	5.435,00	4.870,00	20.040,00	30.355,00
4.1.		01	2019									**6.790,67**		**126.510,00**	**126.510,00**		**607.640,00**	**1.281.235,00**	**1.281.230,00**	**20.070.630,00**	**23.374.035,67**
4.1.	0103/100603	0101	2019 I 3						2019/03/18	2039/12/31				5,00	5,00		481.600,00	1.160.555,00	1.167.245,00	19.188.640,00	21.998.045,00
4.1.	0103/03010302	0102	2019 A 4						2019/03/18	2039/12/31		6.790,67		126.505,00	126.505,00		126.040,00	120.680,00	113.985,00	881.990,00	1.375.990,67
4.2.												**10.387.154,97**		**3.949.030,00**	**3.949.030,00**		**3.949.145,00**	**3.949.145,00**	**3.949.145,00**		**26.183.619,97**
4.2.		01	2014									**8.972.719,44**		**2.060.040,00**	**2.060.040,00**		**2.060.040,00**	**2.060.040,00**	**2.060.040,00**		**17.212.879,44**
4.2.	0102/04050102	0101	2014 A 54					CM	2014/01/01	2023/12/31		8.972.719,44		2.060.040,00	2.060.040,00		2.060.040,00	2.060.040,00	2.060.040,00		17.212.879,44
4.2.		02	2014									**1.139.716,82**		**1.572.380,00**	**1.572.380,00**		**1.572.505,00**	**1.572.505,00**	**1.572.505,00**		**7.429.611,82**
4.2.	0102/04050104	0201	2014 A 55					CM	2014/01/01	2023/12/31		35.598,04		6.075,00	6.075,00		6.200,00	6.200,00	6.200,00		60.273,04
4.2.	0102/04050104	0203	2014 A 57					CM	2014/01/01	2023/12/31		10.780,49		2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		18.780,49
4.2.	0102/04050108	0204	2014 A 58					CM	2014/01/01	2023/12/31		1.041.585,59		1.554.415,00	1.554.415,00		1.554.415,00	1.554.415,00	1.554.415,00		7.259.245,59
4.2.	0102/04050104	0205	2014 A 59					CM	2014/01/01	2023/12/31		23.024,70		3.840,00	3.840,00		3.840,00	3.840,00	3.840,00		38.384,70
4.2.	0102/04050108	0206	2015 A 9					CM	2015/01/01	2023/12/31		28.728,00		6.050,00	6.050,00		6.050,00	6.050,00	6.050,00		52.928,00
			A TRANSPORTAR ...									178576599,49		60.231.040,00	39.163.365,00	21.067.875,00	49.726.585,00	37577175,00	32613420,00	176059715,00	534782534,49

MAPA DE ORÇAMENTOS E DAS GOP

GRANDES OPÇÕES DO PLANO — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUM. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV. DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									178576599,49		60.231.840,00	39.163.165,00	21.067.875,00	49.726.585,00	37577175,00	32611420,00	176059715,00	534782534,49
4.2.	0102/05010102	04	Subsídios					CM	2014/04/30	2023/12/31		28.602,22		5,00	5,00						28.607,22
4.2.		01 2017	**Transferências para Associações de Municípios**									36.116,49		14.000,00	14.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00		92.116,49
4.2.	0102/04050104	0101	AMTRES	OUTRA				CM	2017/01/01	2023/12/31		36.116,49		14.000,00	14.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00		92.116,49
4.2.		01 2018	**Subsídios à Exploração-Giatul**									150.000,00		300.000,00	300.000,00		300.000,00	300.000,00	300.000,00		1.350.000,00
4.2.	0102/05010101	0101	2018 A 25 Exploração do Parque de Campismo						2018/06/28	2023/12/31		75.000,00		150.000,00	150.000,00		150.000,00	150.000,00	150.000,00		675.000,00
4.2.	0102/05010101	0102	2018 A 26 Exploração de Infraestruturas e Rodovias						2018/06/28	2023/12/31		75.000,00		150.000,00	150.000,00		150.000,00	150.000,00	150.000,00		675.000,00
4.2.	0102/08050102	02	2018 I 5A Transferências de Capital						2018/09/18	2021/12/31		60.000,00		5,00	5,00						60.005,00
4.2.	0102/04050104	02	2019 A 7 AMPV						2019/09/01	2023/12/31				1.600,00	1.600,00		1.600,00	1.600,00	1.600,00		6.400,00
4.2.	0102/040903	01	2020 A 1 World Surf Cities Network					CM	2020/01/02	2023/12/31				1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
4.3.			**Diversas não especificadas**									27.978.942,13		7.486.755,00	100.005,00	7.386.750,00					35.465.697,13
4.3.		01 2017	**Diversas não especificadas**									27.978.942,13		7.486.755,00	100.005,00	7.386.750,00					35.465.697,13
4.3.	0102/110202	0101	2017 I 1 Indemnizações					CM	2017/02/14	2022/12/31		2.478.942,13		7.486.750,00	100.000,00	7.386.750,00					9.965.692,13
4.3.	0102/08050103	0103	2017 I 3 Transf. Cap. SMAS Mafra						2017/05/18	2021/12/31		25.500.000,00		5,00	5,00						25.500.005,00
			TOTAL GERAL ...									206830260,33		68.034.405,00	39.579.780,00	28.454.625,00	50.043.185,00	37893775,00	32928620,00	176059715,00	571789360,33

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NÃO INICIADA
1 - COM PROJECTO TÉCNICO
2 - ADJUDICADA
3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
5 - DESPESA CONTÍNUA
9 - CONCLUÍDA

ORGÃO EXECUTIVO
Em 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO
Em __ de _____ de __

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
1.					Funções gerais									10.727.721,10		4.150.605,00	1.991.290,00	2.159.315,00	2.510.450,00	2.523.775,00	778.775,00		20.691.326,10
1.1.					Serviços gerais de administração pública									10.727.721,10		3.529.690,00	1.370.375,00	2.159.315,00	2.236.775,00	2.486.775,00	736.775,00		19.717.736,10
1.1.1.					Administracão geral									10.727.721,10		3.529.690,00	1.370.375,00	2.159.315,00	2.236.775,00	2.486.775,00	736.775,00		19.717.736,10
1.1.1.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									5.237.053,62		861.150,00	121.150,00	740.000,00	250.000,00				6.348.203,62
1.1.1.	0301/07010301	0101	2014	1	Edifícios Municipais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	5.237.053,62		861.150,00	121.150,00	740.000,00	250.000,00				6.348.203,62
1.1.1.		02	2014		Aquisição e Reparação de Bens de Investimento									1.365.260,16		679.965,00	260.645,00	419.320,00	279.445,00	279.445,00	279.445,00		2.883.560,16
1.1.1.	0102/070107	0205	2014	7	Equipamento de Informática					CM	2014/01/01	2023/12/31	3	524.751,13		400.520,00	180.000,00	220.520,00					925.271,13
1.1.1.	0102/070108	0206	2014	8	Software Informático					CM	2014/01/01	2023/12/31	3	840.509,03		279.445,00	80.645,00	198.800,00	279.445,00	279.445,00	279.445,00		1.958.289,03
1.1.1.	0301/07010399	10	2014	42	Aquisição de Edifícios					CM	2014/01/02	2023/12/31	0	3.440.738,58		527.735,00	527.735,00		400.000,00	400.000,00	400.000,00		5.168.473,58
1.1.1.	0102/070113	03	2017	5	Investimentos Incorpóreos					CM	2017/06/20	2023/12/31		225.712,42		57.330,00	57.330,00		57.330,00	57.330,00	57.330,00		455.032,42
1.1.1.	0102/070101	04	2018	1	Terrenos					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	350.091,96		1.049.000,00	149.000,00	900.000,00					1.399.091,96
1.1.1.	0102/070109	05	2018	2	Equipamento Administrativo					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	23.753,11		160.500,00	160.500,00						184.253,11
1.1.1.	0102/07011099	06	2018	3	Equipamento Básico					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	83.374,31		92.000,00	92.000,00						175.374,31
1.1.1.	0102/070111	07	2018	4	Ferramentas e Utensílios					CM	2018/01/02	2023/12/31	0	1.736,94		2.000,00	2.000,00						3.736,94
1.1.1.	0301/07010301	09	2018	33	Edifício Multiusos	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.1.1.	0301/07010399	10	2018	48	Obras de Remodelação e Requalificação da Quinta Santo António						2018/06/28	2023/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00	1.250.000,00	1.750.000,00			3.100.000,00
1.1.1.	0102/070206	12	2018	56	Locação de Equipamento de Informática					USEMA	2018/10/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
1.2.					Segurança e ordem públicas											620.915,00	620.915,00		273.675,00	37.000,00	42.000,00		973.590,00
1.2.1.					Protecção civil e luta contra incêndios											50.010,00	50.010,00		25.000,00	30.000,00	35.000,00		140.010,00
A TRANSPORTAR ...														10.727.721,10		3.529.690,00	1.370.375,00	2.159.315,00	2.236.775,00	2.486.775,00	736.775,00		19.717.736,10

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									10.727.721,10		3.529.690,00	1.370.375,00	2.159.315,00	2.236.775,00	2.486.775,00	736.775,00		19.717.736,10
1.2.1.		01	2018		**Transferências**											**10,00**	**10,00**						**10,00**
1.2.1.	0102/080701	0101	2018	7	Capital-Associações e Agrupamentos Humanitários					CM	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.2.1.	0102/08050104	0103	2018	8	Capital - Associações de Municipios					CM	2018/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
1.2.1.	07/070109	01	2019	4	Equipamento Administrativo						2019/09/01	2023/12/31				25.000,00	25.000,00		10.000,00	10.000,00	10.000,00		55.000,00
1.2.1.	07/07011099	02	2019	5	Equipamento Básico						2019/09/01	2023/12/31				25.000,00	25.000,00		15.000,00	20.000,00	25.000,00		85.000,00
1.2.2.					**Policia municipal**											**570.905,00**	**570.905,00**		**248.675,00**	**7.000,00**	**7.000,00**		**833.580,00**
1.2.2.	06/070109	01	2019	6	Equipamento Administrativo						2019/09/01	2023/12/31				2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		8.000,00
1.2.2.	06/07011099	02	2019	7	Equipamento Básico						2019/09/01	2023/12/31				5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		20.000,00
1.2.2.	0301/07010399	03	2019	11	Reabilitação do Posto Territorial da Malveira da GNR						2019/09/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
1.2.2.	0301/07010399	04	2019	12	Reabilitação do Posto Territorial do Livramento da GNR						2019/09/01	2023/12/31				563.900,00	563.900,00		241.675,00				805.575,00
2.					**Funções sociais**									**19.471.899,62**		**16.878.005,00**	**7.590.000,00**	**9.288.005,00**	**13.184.310,00**	**4.164.110,00**	**858.345,00**		**54.556.669,62**
2.1.					**Educação**									**7.437.250,56**		**793.505,00**	**513.505,00**	**280.000,00**	**50.000,00**				**8.280.755,56**
2.1.1.					**Ensino não superior**									**7.437.250,56**		**793.505,00**	**513.505,00**	**280.000,00**	**50.000,00**				**8.280.755,56**
2.1.1.		01	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**5.025.482,18**		**680.000,00**	**400.000,00**	**280.000,00**	**50.000,00**				**5.755.482,18**
2.1.1.	0403/07010305	0101	2014	14	Edificios Escolares	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	5.025.482,18		680.000,00	400.000,00	280.000,00	50.000,00				5.755.482,18
2.1.1.	0102/070113	04	2016	1	Projeto Educativo Municipal	OUTRA				DS	2016/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.1.1.	0403/070109	01	2018	11	Equipamento Administrativo					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	2.962,86		7.000,00	7.000,00						9.962,86
2.1.1.	0403/07011099	02	2018	12	Equipamento Básico					DDS	2018/01/02	2023/12/31	0	92.294,18		25.000,00	25.000,00						117.294,18
					A TRANSPORTAR ...									15.848.460,32		4.862.610,00	2.423.295,00	2.439.315,00	2.560.450,00	2.523.775,00	778.775,00		26.574.070,32

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									15.848.460,32		4.862.610,00	2.423.295,00	2.439.315,00	2.560.450,00	2.523.775,00	778.775,00		26.574.070,32
2.1.1.	0403/070107	03	2018	13	Equipamento de Informática					DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	17.926,02		6.500,00	6.500,00						24.426,02
2.1.1.	0403/07010305	05	2018	34	EB 2/3 da Ericeira	EMPREITADA				OUOMA	2018/01/02	2021/12/31	3	2.298.585,32		75.000,00	75.000,00						2.373.585,32
2.3.					Segurança e acção sociais									14.038,30		9.055,00	9.055,00		200,00				23.293,30
2.3.2.					Acção social									14.038,30		9.055,00	9.055,00		200,00				23.293,30
2.3.2.		01	2016		Iniciativas de Apoio ao Sénior Academia SEI											5,00	5,00						5,00
2.3.2.	0402/07011099	0101	2016	2	Equipamento Básico	OUTRA				DS	2016/01/02	2023/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.3.2.	0402/070109	01	2018	14	Equipamento Administrativo					DOS	2018/01/02	2023/12/31				1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.3.2.	0402/07011099	02	2018	15	Equipamento Básico					DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	7.848,97		7.850,00	7.850,00						15.698,97
2.3.2.		03	2019	2	Idade +						2019/03/18	2021/12/31		6.189,33		200,00			200,00				6.589,33
2.3.2.	0402/070107	03	2019	2													100,00						
2.3.2.	0402/07011099	03	2019	2													100,00						
2.4.					Habitação e serviços colectivos									9.283.801,72		10.039.430,00	5.539.000,00	4.500.430,00	6.213.345,00	1.088.345,00	38.345,00		26.663.266,72
2.4.1.					Habitação									165.194,29		1.865.000,00	1.731.000,00	134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.1.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									165.194,29		1.865.000,00	1.731.000,00	134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.1.		0101	2014	21	Habitações Sociais	EMPREITADA				OUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	165.194,29		1.865.000,00		134.000,00	1.800.000,00	200.000,00			4.030.194,29
2.4.1.	0402/07010201	0101	2014	21													1.681.000,00						
2.4.1.	0402/07010203	0101	2014	21													50.000,00						
2.4.2.					Ordenamento do território									5.192.073,35		4.739.350,00	3.314.350,00	1.425.000,00	4.413.345,00	888.345,00	38.345,00		15.271.458,35
2.4.2.		01	2014		Construção e Requalificação									4.584.524,21		1.740.000,00	1.040.000,00	700.000,00	375.000,00				6.699.524,21
					A TRANSPORTAR ...									18.344.204,25		6.818.165,00	4.244.850,00	2.573.315,00	4.360.650,00	2.723.775,00	778.775,00		33.025.569,25

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ., ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									18.344.204,25		6.818.165,00	4.244.850,00	2.573.315,00	4.360.650,00	2.723.775,00	778.775,00		33.025.569,25
2.4.2.	0301/07030399	0101	2014	22	Requalificação de Diversos Espaços Urbanos	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	3.196.865,28		1.015.000,00	615.000,00	400.000,00	250.000,00				4.461.865,28
2.4.2.	0301/07030301	0105	2014	26	Passeios Pedonais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.387.658,93		725.000,00	425.000,00	300.000,00	125.000,00				2.237.658,93
2.4.2.	0302/070108	03	2014	30	Sistema de Informação Geográfica - SIG					DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	198.721,26		38.345,00	38.345,00		38.345,00	38.345,00	38.345,00		352.101,26
2.4.2.	0301/070109	01	2018	16	Equipamento Administrativo					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.2.	0301/07011099	02	2018	17	Equipamento Básico					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	160.599,69		105.000,00	105.000,00						265.599,69
2.4.2.	0301/070111	03	2018	18	Ferramentas e Utensílios					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	7.276,45		5.000,00	5.000,00						12.276,45
2.4.2.	0301/07030399	04	2018	35	Parque Ecológico da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0	42.804,00		500.000,00	100.000,00	400.000,00	1.250.000,00	750.000,00			2.542.804,00
2.4.2.		05	2018	36	Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	2	198.147,74		1.975.000,00			2.000.000,00	100.000,00			4.273.147,74
2.4.2.	0301/07010399	05	2018	36													75.000,00						
2.4.2.	0301/07030399	05	2018	36													1.900.000,00						
2.4.2.	0301/07030399	06	2018	37	Requalificação da Vila Velha	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
2.4.2.	0301/07030399	01	2019	10	Valorsio						2019/09/01	2022/12/31				375.000,00	50.000,00	325.000,00	750.000,00				1.125.000,00
2.4.3.					**Saneamento**									**921.899,34**		**10,00**	**10,00**						**921.909,34**
2.4.3.		**01**	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**921.899,34**		**10,00**	**10,00**						**921.909,34**
2.4.3.	0303/07030302	0101	2014	32	Rede de Coletores em Diversas Localidades	EMPREITADA				DAEUR	2014/01/01	2021/12/31	0	921.899,34		5,00	5,00						921.904,34
2.4.3.	0303/07030302	0102	2014	33	Reparação e Beneficiação da Rede de Esgotos	EMPREITADA				DAEUR	2014/01/01	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
					A TRANSPORTAR ...									24.458.176,94		11.557.525,00	7.559.210,00	3.998.315,00	8.773.995,00	3.612.120,00	817.120,00		49.218.936,94

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									24.458.176,94		11.557.525,00	7.559.210,00	3.998.315,00	8.773.995,00	3.612.120,00	817.120,00		49.218.936,94
2.4.4.					**Abastecimento de Água**									**1.045.644,17**		**5,00**	**5,00**						**1.045.649,17**
2.4.4.		**01**	2014		**Construção e Beneficiação**									**1.045.644,17**		**5,00**	**5,00**						**1.045.649,17**
2.4.4.	0303/07030307	0101	2014	36	Redes de Abastecimento de Água	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2021/12/31	0	1.045.644,17		5,00	5,00						1.045.649,17
2.4.5.					**Resíduos sólidos**									**643.284,56**		**2.289.990,00**	**162.685,00**	**2.127.305,00**					**2.933.274,56**
2.4.5.		**01**	2014		**Aquisição e Reparação de Bens de Investimento**									**633.174,81**		**2.162.680,00**	**162.680,00**	**2.000.000,00**					**2.795.854,81**
2.4.5.	0303/07011001	0101	2014	37	Equipamento de Recolha de Resíduos	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		633.174,81		2.162.680,00	162.680,00	2.000.000,00					2.795.854,81
2.4.5.		**04**	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**10.109,75**		**127.310,00**	**5,00**	**127.305,00**					**137.419,75**
2.4.5.	0303/07010499	0401	2015	3	Mini-Ecocentro					DAEUR	2015/01/01	2023/12/31	0	10.109,75		127.310,00	5,00	127.305,00					137.419,75
2.4.6.					**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**									**1.315.706,01**		**1.145.075,00**	**330.950,00**	**814.125,00**					**2.460.781,01**
2.4.6.		**01**	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**1.185.124,73**		**855.305,00**	**235.275,00**	**620.030,00**					**2.040.429,73**
2.4.6.	0303/07030305	0102	2014	39	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	1.094.669,43		825.270,00	225.270,00	600.000,00					1.919.939,43
2.4.6.	0303/07030312	0103	2014	40	Cemitérios	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31		72.111,58		10.000,00	10.000,00						82.111,58
2.4.6.	0303/07030399	0105	2015	4	Requalificação e Valorização das Linhas de Água					DUOMA	2015/01/01	2023/12/31	0	18.343,72		20.035,00	5,00	20.030,00					38.378,72
2.4.6.	0303/07030305	02	2018	19	Jardins Municipais					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	2.693,70		10.000,00	10.000,00						12.693,70
2.4.6. *	0303/07011099	03	2018	20	Equipamento Básico					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0	127.887,58		181.670,00	81.670,00	100.000,00					309.557,58
2.4.6.	0303/070111	04	2018	21	Ferramentas e Utensílios					DUOMA	2018/01/02	2023/12/31	0			4.000,00	4.000,00						4.000,00
					A TRANSPORTAR ...									27.462.811,68		14.898.495,00	8.052.845,00	6.845.650,00	8.773.995,00	3.612.120,00	817.120,00		55.564.541,68

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									27.462.811,68		14.898.495,00	8.052.845,00	6.845.650,00	8.773.995,00	3.612.120,00	817.120,00		55.564.541,68
2.4.6.	0303/07011099	05	2018	22	Equipamento de Limpeza Urbana					DAEUR	2018/01/02	2021/12/31	0			94.100,00	5,00	94.095,00					94.100,00
2.5.					Servicos culturais, recreativos e religiosos									2.736.809,04		6.036.015,00	1.528.440,00	4.507.575,00	6.920.765,00	3.075.765,00	820.000,00		19.589.354,04
2.5.1.					Cultura									399.471,45		4.521.870,00	1.089.290,00	3.432.580,00	5.560.765,00	2.140.765,00			12.602.871,45
2.5.1.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									188.026,46		2.750.005,00	1.017.405,00	1.732.600,00	1.840.765,00	1.790.765,00			6.569.561,46
2.5.1.	0401/07010399	0101	2014	43	Diversas Instalações Culturais	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	188.026,46		750.000,00	550.000,00	200.000,00	50.000,00				988.026,46
2.5.1.		0104	2014	45	Museu da Música	OUTRA				CM	2014/01/01	2022/12/31	0			2.000.005,00		1.532.600,00	1.790.765,00	1.790.765,00			5.581.535,00
2.5.1.	0401/07010399	0104	2014	45													467.400,00						
2.5.1.	0401/080301	0104	2014	45													5,00						
2.5.1.		01	2016		Transferências									139.000,00		40.000,00	40.000,00						179.000,00
2.5.1.	0102/080701	0102	2016	4	Transferências de Capital						2016/04/21	2023/12/31		139.000,00		40.000,00	40.000,00						179.000,00
2.5.1.	0401/070109	07	2018	23	Equipamento Administrativo					ODS	2018/01/02	2023/12/31	0	5.474,85		3.865,00	3.865,00						9.339,85
2.5.1.	0401/07011099	08	2018	24	Equipamento Básico					ODS	2018/01/02	2023/12/31	0	66.970,14		27.995,00	27.995,00						94.965,14
2.5.1.	0401/07010399	09	2018	49	Museu Raúl de Almeida						2018/06/28	2022/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00	2.100.000,00	250.000,00			2.450.000,00
2.5.1.	0401/07010399	10	2018	50	Quinta da Raposa						2018/06/28	2021/12/31				600.000,00	5,00	599.995,00					600.000,00
2.5.1.	0401/07010399	11	2018	51	Museu do Pão						2018/06/28	2021/12/31				5,00	5,00						5,00
2.5.1.	0401/07010499	01	2020	1	Cabana da Idade do Bronze						2020/01/02	2023/12/31				50.000,00	5,00	49.995,00					50.000,00
2.5.1.	0401/07010399	02	2020	2	Biblioteca de Mafra						2020/01/02	2023/12/31				950.000,00	5,00	949.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.650.000,00
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer									1.688.337,59		1.504.145,00	429.150,00	1.074.995,00	1.380.000,00	935.000,00	820.000,00		6.327.482,59
2.5.2.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									848.921,54		850.000,00	275.000,00	575.000,00	425.000,00	50.000,00			2.173.921,54
					A TRANSPORTAR ...									27.862.283,13		19.514.465,00	9.142.140,00	10.372.325,00	14.314.760,00	5.752.885,00	817.120,00		68.261.513,13

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									27.862.283,13		19.514.465,00	9.142.140,00	10.372.325,00	14.314.760,00	5.752.885,00	817.120,00		68.261.513,13
2.5.2.	0401/07010302	0101	2014	49	Edificios-Instalações Desportivas	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	115.235,27		500.000,00	100.000,00	400.000,00	400.000,00	50.000,00			1.065.235,27
2.5.2.	0401/07010406	0102	2014	50	Construções Diversas-Instalações Desportivas	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	572.442,59		200.000,00	100.000,00	100.000,00					772.442,59
2.5.2.	0401/07030306	0103	2014	51	Diversos Parques de Jogo e Recreio	ADM. DIR.				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	161.243,68		150.000,00	75.000,00	75.000,00	25.000,00				336.243,68
2.5.2.	0102/080701	06	2014	85	Transferências de Capital					CM	2014/09/18	2023/12/31	0	648.094,84		10.000,00	10.000,00						658.094,84
2.5.2.	0401/070109	03	2018	25	Equipamento Administrativo	OUTRA				DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	1.268,23		29.520,00	29.520,00						30.788,23
2.5.2.	0401/07011099	04	2018	26	Equipamento Básico	OUTRA				DOS	2018/01/02	2023/12/31	0	163.101,22		114.615,00	114.615,00						277.716,22
2.5.2.	0401/07010499	07	2018	55	Mafra Sustentável Investimento					DOS	2018/09/18	2021/12/31		26.951,76		5,00	5,00						26.956,76
2.5.2.		02	2020	3	Escolas de Armas/Equitação						2020/01/02	2023/12/31				500.005,00		499.995,00	955.000,00	885.000,00	820.000,00		3.160.005,00
2.5.2.	0301/07010399	02	2020	3													5,00						
2.5.2.	0301/07010499	02	2020	3													5,00						
2.5.3.					**Outras actividades cívicas e religiosas**									**649.000,00**		**10.000,00**	**10.000,00**						**659.000,00**
2.5.3.		01	2014		Transferências									649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
2.5.3.	0102/080701	0101	2014	87	Transferências de Capital					CM	2014/09/18	2023/12/31	0	649.000,00		10.000,00	10.000,00						659.000,00
3.					**Funções económicas**									**29.369.738,22**		**8.595.360,00**	**3.420.900,00**	**5.174.460,00**	**7.420.000,00**	**4.080.000,00**	**3.780.000,00**		**53.245.098,22**
3.1.					**Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca**									**1.463,61**		**132.920,00**	**32.925,00**	**99.995,00**					**134.383,61**
3.1.	0102/080701	06	2014	86	Transferências de Capital						2014/09/18	2023/12/31		1.000,00		5,00	5,00						1.005,00
3.1.	0303/070109	01	2018	27	Equipamento Administrativo					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	21,45		100,00	100,00						121,45
3.1.	0303/07011099	02	2018	28	Equipamento Básico					DAEUR	2018/01/02	2023/12/31	0	442,16		32.810,00	32.810,00						33.252,16
					A TRANSPORTAR ...									30.201.084,33		21.061.525,00	9.614.205,00	11.447.320,00	15.694.760,00	6.687.885,00	1.637.120,00		75.282.374,33

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									30.201.084,33		21.061.525,00	9.614.205,00	11.447.320,00	15.694.760,00	6.687.885,00	1.637.120,00		75.282.374,33
3.1.	0102/070205	04	2018	46	Locação Financeira-Material de Transporte						2018/04/03	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
3.1.	07/07010699	01	2019	8	Equipamento de Transporte						2019/09/01	2023/12/31				100.000,00	5,00	99.995,00					100.000,00
3.2.					**Indústria e energia**									**1.596.771,60**		**555.000,00**	**280.000,00**	**275.000,00**	**175.000,00**				**2.326.771,60**
3.2.1.					**Iluminação pública**									**1.596.771,60**		**555.000,00**	**280.000,00**	**275.000,00**	**175.000,00**				**2.326.771,60**
3.2.1.		01	2014		**Iluminação em Diversas Localidades**									**1.596.771,60**		**555.000,00**	**280.000,00**	**275.000,00**	**175.000,00**				**2.326.771,60**
3.2.1.	0301/07030304	0101	2014	57	Construção e Infraestruturas	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	957.782,34		350.000,00	175.000,00	175.000,00	100.000,00				1.407.782,34
3.2.1.	0301/07011099	0102	2014	58	Equipamento	OUTRA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	638.989,26		205.000,00	105.000,00	100.000,00	75.000,00				918.989,26
3.3.					**Transportes e comunicações**									**24.068.230,61**		**5.990.010,00**	**2.937.420,00**	**3.052.590,00**	**4.570.000,00**	**3.800.000,00**	**3.700.000,00**		**42.128.240,61**
3.3.1.					**Transportes rodoviários**									**24.068.230,61**		**5.990.010,00**	**2.937.420,00**	**3.052.590,00**	**4.570.000,00**	**3.800.000,00**	**3.700.000,00**		**42.128.240,61**
3.3.1.		01	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**22.835.048,69**		**3.500.000,00**	**1.772.405,00**	**1.727.595,00**	**3.800.000,00**	**3.700.000,00**	**3.700.000,00**		**37.535.048,69**
3.3.1.	0301/07030301	0101	2014	59	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	4	21.503.339,52		3.250.000,00	1.672.405,00	1.577.595,00	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00		35.853.339,52
3.3.1.	0301/07010499	0103	2014	61	Construção e Ampliação de Estacionamentos	EMPREITADA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.331.709,17		250.000,00	100.000,00	150.000,00	100.000,00				1.681.709,17
3.3.1.		02	2014		**Aquisição e Reparação de Bens de Investimento**									**1.010.517,73**		**490.005,00**	**165.005,00**	**325.000,00**					**1.500.522,73**
3.3.1.	0301/07011099	0202	2014	62	Equipamento Básico	OUTRA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	522.311,43		215.000,00	115.000,00	100.000,00					737.311,43
3.3.1.		0203	2014	63	Equipamento de Transporte	OUTRA				DUDMA	2014/01/01	2023/12/31	0	488.206,30		275.005,00		225.000,00					763.211,30
3.3.1.	0301/07010601	0203	2014	63													5,00						
3.3.1.	0301/07010699	0203	2014	63													50.000,00						
					A TRANSPORTAR ...									55.643.422,35		25.706.535,00	11.831.625,00	13.874.910,00	19.669.760,00	10387885,00	5.337.120,00		116744722,35

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									55.643.422,35		25.706.535,00	11.831.625,00	13.874.910,00	19.669.760,00	10387885,00	5.337.120,00		116744722,35
3.3.1.	0301/07010499	01	2018	39	Parque de Estacionamento da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			5,00	5,00						5,00
3.3.1.	0301/07010499	02	2018	40	Parque Intermodal da Ericeira	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	2	222.664,19		1.600.000,00	1.000.000,00	600.000,00	20.000,00				1.842.664,19
3.3.1.	0301/07010499	04	2018	42	Parque Autocaravanas	EMPREITADA				DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0			400.000,00	5,00	399.995,00	750.000,00	100.000,00			1.250.000,00
3.4.					**Comércio e turismo**									**2.682.846,56**		**1.875.500,00**	**170.520,00**	**1.704.980,00**	**2.675.000,00**	**280.000,00**	**80.000,00**		**7.393.346,56**
3.4.1.					**Mercados e feiras**									**11.752,65**		**800.000,00**	**5,00**	**799.995,00**	**1.600.000,00**	**100.000,00**			**2.511.752,65**
3.4.1.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									11.752,65		800.000,00	5,00	799.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.511.752,65
3.4.1.	0303/07010303	0101	2014	64	Mercados					DUOMA	2014/01/01	2023/12/31		11.752,65		800.000,00	5,00	799.995,00	1.600.000,00	100.000,00			2.511.752,65
3.4.2.					**Turismo**									**2.471.093,91**		**1.075.500,00**	**170.515,00**	**904.985,00**	**1.075.000,00**	**180.000,00**	**80.000,00**		**4.881.593,91**
3.4.2.		01	2014		Construção, Reparação e Beneficiação									2.470.650,27		235.000,00	165.000,00	70.000,00	90.000,00	80.000,00	80.000,00		2.955.650,27
3.4.2.	0401/07010499	0101	2014	66	Apoios de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	506.648,81		60.000,00	60.000,00		10.000,00				576.648,81
3.4.2.	0401/07030399	0102	2014	67	Arranjo das Zonas Balneares	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	3	1.957.041,46		95.000,00	95.000,00						2.052.041,46
3.4.2.	0401/07030399	0105	2014	70	Planos de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	6.642,00		50.000,00	5.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		206.642,00
3.4.2.	0401/07010399	0106	2014	71	Equipamentos de Praia	EMPREITADA				DUOMA	2014/01/01	2023/12/31	0	318,00		30.000,00	5.000,00	25.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00		120.318,00
3.4.2.	0401/070109	02	2018	30	Equipamento Administrativo	OUTRA				ODS	2018/01/02	2023/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.4.2.	0401/07011099	03	2018	31	Equipamento Básico	OUTRA				ODS	2018/01/02	2023/12/31	0	443,64		500,00	500,00						943,64
3.4.2.	0401/07010499	04	2018	43	Apoio de Praia Baleia Sul					DUOMA	2018/01/02	2021/12/31	0			160.000,00	5,00	159.995,00	335.000,00				495.000,00
3.4.2.	0401/07010499	05	2018	44	Apoio de Praia Matadouro					DUOMA	2018/01/02	2022/12/31	0			75.000,00	5,00	74.995,00	600.000,00	100.000,00			775.000,00
3.4.2.	0401/07030399	01	2019	9	Estabilização da Arriba da Praia do Algodio-Lado Sul						2019/09/01	2022/12/31				600.000,00	5,00	599.995,00	50.000,00				650.000,00
3.5.					**Outras funções económicas**									**1.220.425,84**		**41.930,00**	**35,00**	**41.895,00**					**1.262.355,84**
					A TRANSPORTAR ...									58.348.933,10		29.582.040,00	13.002.155,00	16.579.885,00	23.114.760,00	10767885,00	5.417.120,00		127230738,10

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									58.348.933,10		29.582.040,00	13.002.155,00	16.579.885,00	23.114.760,00	10767885,00	5.417.120,00		127230738,10
3.5.1.					**Infraestruturas diversas**									**1.220.425,84**		**41.930,00**	**35,00**	**41.895,00**					**1.262.355,84**
3.5.1.		**01**	2014		**Construção, Reparação e Beneficiação**									**44.513,16**		**5,00**	**5,00**						**44.518,16**
3.5.1.	0301/07030399	0103	2015	5	Infraestruturas de Rede em Fibra Óptica					DUOMA	2015/01/01	2021/12/31	3	44.513,16		5,00	5,00						44.518,16
3.5.1.	0102/110299	05	2014	81	Outras Despesas de Capital					CM	2014/01/01	2021/12/31	4	1.175.045,00		5,00	5,00						1.175.050,00
3.5.1.	0102/070113	08	2014	84	Outros Investimentos					GAPC	2014/09/18	2021/12/31		867,68		5,00	5,00						872,68
3.5.1.	0301/07030399	02	2018	32	Iniciativa WiFi4EU - Outras Construções e Infraestruturas						2018/01/02	2021/12/31	3			5,00	5,00						5,00
3.5.1.		04	2018	45	Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira						2018/04/06	2021/12/31				10,00							10,00
3.5.1.	0102/07011099	04	2018	45													5,00						
3.5.1.	0102/070113	04	2018	45													5,00						
3.5.1.	0301/07011099	01	2020	4	Master Lighting System						2020/01/02	2023/12/31				41.900,00	5,00	41.895,00					41.900,00
4.					**Outras funções**									**42.783.391,06**		**9.264.345,00**	**1.877.595,00**	**7.386.750,00**	**2.031.915,00**	**2.062.940,00**	**2.053.775,00**	**24001635,00**	**82.198.081,06**
4.1.					**Operações da dívida autárquica**									**14.744.448,93**		**1.777.585,00**	**1.777.585,00**		**2.031.915,00**	**2.062.940,00**	**2.053.775,00**	**24001635,00**	**46.672.298,93**
4.1.		**01**	2014		**Empréstimos Bancários**									**9.189.041,17**		**567.080,00**	**567.080,00**		**397.570,00**	**169.995,00**	**154.140,00**	**199.280,00**	**10.677.106,17**
4.1.	0103/100603	0101	2014	77	Amortizações da dívida - empréstimos m/l prazo					CM	2014/01/01	2027/12/31		4.249.041,17		567.075,00	567.075,00		397.570,00	169.995,00	154.140,00	199.280,00	5.737.101,17
4.1.	0103/100503	0102	2014	78	Amortizações da dívida - empréstimos curto prazo					CM	2014/01/01	2021/12/31		4.940.000,00		5,00	5,00						4.940.005,00
4.1.	0103/07030301	02	2014	79	Outras Amortizações de Médio e Longo Prazo	OUTRA				CM	2014/01/01	2024/12/31		4.379.879,76		1.087.005,00	1.087.005,00		1.111.790,00	470.905,00	470.905,00	470.905,00	7.991.389,76
					A TRANSPORTAR ...									73.138.279,87		31.278.055,00	14.656.275,00	16.621.780,00	24.624.120,00	11408785,00	6.042.165,00	670.185,00	147161589,87

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									73.138.279,87		31.278.055,00	14.656.275,00	16.621.780,00	24.624.120,00	11408785,00	6.042.165,00	670.185,00	147161589,87
4.1.	0102/090702	05	2014	80	Ações e Outras Participações					CM	2014/01/02	2021/12/31				50.000,00	50.000,00						50.000,00
4.1.	0102/090802	01	2015	6	Fundo de Apoio Municipal (FAM)					CM	2015/01/01	2021/12/31		1.175.528,00		73.475,00	73.475,00						1.249.003,00
4.1.	0102/090801	02	2015	8	Unidades Participação - Soc e quase soc não Financeiras - Privadas					CM	2015/01/01	2021/12/31				5,00	5,00						5,00
4.1.		**01**	2018		**Empréstimos m/l prazo IFRRU**											**15,00**	**15,00**		**40.955,00**	**261.485,00**	**261.485,00**	**4.142.810,00**	**4.706.750,00**
4.1.	0103/100603	0101	2018	S2	Amortizações da dívida - Remodelação Edif.Antiga Repartição de Finanças de Mafra						2018/06/28	2039/12/31				5,00	5,00		40.945,00	54.595,00	54.595,00	832.575,00	982.715,00
4.1.	0103/100603	0103	2018	S3	Amortizações da dívida - Requalificação Largo da Feira e Casa Canas						2018/06/28	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	155.560,00	155.560,00	2.488.960,00	2.800.090,00
4.1.	0103/100603	0105	2018	S7	Amortizações da dívida - Ampliação Requal Eb António B Franco Ericeira						2018/12/13	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	51.330,00	51.330,00	821.275,00	923.945,00
4.1.		**01**	2019		**Empréstimo m/l prazo ao abrigo do artigo 92º da lei nº 71/2018, de 31 de dezembro**											**5,00**	**5,00**		**481.600,00**	**1.160.555,00**	**1.167.245,00**	**19188640,00**	**21.998.045,00**
4.1.	0103/100603	0101	2019	3	Amortizações da dívida - Empréstimo m/l prazo ao abrigo do artigo 92º da lei nº 71/2018, de 31 de dezembro						2019/03/18	2039/12/31				5,00	5,00		481.600,00	1.160.555,00	1.167.245,00	19188640,00	21.998.045,00
4.2.					**Transferências entre administrações**									**60.000,00**		**5,00**	**5,00**						**60.005,00**
4.2.	0102/08050102	02	2018	54	Transferências de Capital						2018/09/18	2021/12/31		60.000,00		5,00	5,00						60.005,00
4.3.					**Diversas não especificadas**									**27.978.942,13**		**7.486.755,00**	**100.005,00**	**7.386.750,00**					**35.465.697,13**
					A TRANSPORTAR ...									74.373.807,87		31.401.560,00	14.779.780,00	16.621.780,00	25.146.675,00	12830625,00	7.470.895,00	24001635,00	175225397,87

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
A TRANSPORTAR ...														74.373.807,87		31.401.560,00	14.779.780,00	16.621.780,00	25.146.675,00	12830825,00	7.470.895,00	24001635,00	175225397,87
4.3.		01	2017		Diversas não especificadas									27.978.942,13		7.486.755,00	100.005,00	7.386.750,00					35.465.697,13
4.3.	0102/110202	0101	2017	1	Indemnizações					CM	2017/02/14	2022/12/31		2.478.942,13		7.486.750,00	100.000,00	7.386.750,00					9.965.692,13
4.3.	0102/08050103	0103	2017	3	Transf. Cap. SMAS Mafra						2017/05/18	2021/12/31		25.500.000,00		5,00	5,00						25.500.005,00
TOTAL GERAL ...														102352750,00		38.888.315,00	14.879.785,00	24.008.530,00	25.146.675,00	12830825,00	7.470.895,00	24001635,00	210690395,00

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NÃO INICIADA
1 - COM PROJECTO TÉCNICO
2 - ADJUDICADA
3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
5 - DESPESA CONTÍNUA
9 - CONCLUÍDA

ORGÃO EXECUTIVO

Em 18 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em __ de _____ de __

_____

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIN		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
1.			**Funções gerais**									**2.441.044,10**		**1.659.950,00**	**1.459.950,00**	**200.000,00**	**1.499.945,00**	**1.459.945,00**	**1.459.945,00**		**8.520.829,10**
1.1.			**Serviços gerais de administração pública**									**1.260.339,53**		**1.224.760,00**	**1.024.760,00**	**200.000,00**	**1.064.755,00**	**1.024.755,00**	**1.024.755,00**		**5.599.364,53**
1.1.1.			**Administracão geral**									**1.260.339,53**		**1.224.760,00**	**1.024.760,00**	**200.000,00**	**1.064.755,00**	**1.024.755,00**	**1.024.755,00**		**5.599.364,53**
1.1.1.	0102/020220	06	2014 65	Consultoria e Auditoria				CM	2014/01/01	2023/12/31		172.457,85		52.790,00	52.790,00		52.790,00	52.790,00	52.790,00		383.617,85
1.1.1.	0102/020220	02	2017 7	Trabalhos Especializados				CM	2017/03/28	2023/12/31		362.667,46		228.180,00	228.180,00		228.180,00	228.180,00	228.180,00		1.275.387,46
1.1.1.	0102/020220	01	2018 1	Publicações Periódicas				GAPC	2018/01/02	2023/12/31		81.740,60		77.800,00	77.800,00		77.800,00	77.800,00	77.800,00		392.940,60
1.1.1.	0203/020215	02	2018 2	Formação				CM	2018/01/02	2023/12/31		42.922,18		52.550,00	52.550,00		52.550,00	52.550,00	52.550,00		253.122,18
1.1.1.	0102/020225	03	2018 3	Obras Coercivas				CM	2018/01/02	2023/12/31		313.347,94		200.005,00	5,00	200.000,00	40.000,00				553.352,94
1.1.1.	0102/020220	08	2018 4	Modernização Administrativa				GAI	2018/01/02	2023/12/31		16.328,03		2.500,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00		26.328,03
1.1.1.	0102/030306	11	2018 32	Locação de Equipamento de Informática - Juros				USIMA	2018/10/01	2023/12/31				500,00	500,00		500,00	500,00	500,00		2.000,00
1.1.1.		01	2019 1	Seguros				CM	2019/01/01	2023/12/31		270.875,47		321.450,00			321.450,00	321.450,00	321.450,00		1.556.675,47
1.1.1.	0102/020212	01	2019 1												125.450,00						
1.1.1.	0203/01030901	01	2019 1												196.000,00						
1.1.1.	06/020218	02	2019 5	Vigilância e Segurança					2019/09/01	2023/12/31				288.985,00	288.985,00		288.985,00	288.985,00	288.985,00		1.155.940,00
1.2.			**Segurança e ordem públicas**									**1.180.704,57**		**435.190,00**	**435.190,00**		**435.190,00**	**435.190,00**	**435.190,00**		**2.921.464,57**
1.2.1.			**Protecção civil e luta contra incêndios**									**1.180.704,57**		**435.190,00**	**435.190,00**		**435.190,00**	**435.190,00**	**435.190,00**		**2.921.464,57**
1.2.1.		01	2018	Transferências								1.180.704,57		427.690,00	427.690,00		427.690,00	427.690,00	427.690,00		2.891.464,57
1.2.1.	0102/040701	0102	2018 5	Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitários				CM	2018/01/02	2023/12/31		1.180.704,57		427.690,00	427.690,00		427.690,00	427.690,00	427.690,00		2.891.464,57
1.2.1.	07/020220	03	2019 6	Planos de Emergência e Ações de Formação e Sensibilização					2019/09/01	2023/12/31				7.500,00	7.500,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00		30.000,00
2.			**Funções sociais**									**80.723.922,31**		**20.542.620,00**	**16.546.525,00**	**3.996.095,00**	**16.792.555,00**	**17019410,00**	**17436905,00**	**151072500,00**	**303587912,31**
2.1.			**Educação**									**37.566.805,83**		**9.033.200,00**	**9.033.200,00**		**8.989.390,00**	**9.329.390,00**	**9.739.390,00**	**68.952.000,00**	**143610175,83**
2.1.1.			**Ensino não superior**									**22.196.728,92**		**4.990.900,00**	**4.990.900,00**		**4.947.090,00**	**5.287.090,00**	**5.697.090,00**	**68.952.000,00**	**112070898,92**
										A TRANSPORTAR ...		2.441.044,10		1.659.950,00	1.459.950,00	200.000,00	1.499.945,00	1.459.945,00	1.459.945,00		8.520.829,10

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	FONTE DE FINANCIAMENTO AA	FONTE DE FINANCIAMENTO FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	DATAS FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	REALIZADO PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									2.441.044,10		1.659.950,00	1.459.950,00	200.000,00	1.499.945,00	1.459.945,00	1.459.945,00		8.520.829,10
2.1.1.	0403/020204	03 2014 7	Rede Escolar do Concelho - Renda					DEJ	2014/01/01	2035/12/31		21.925.184,37		4.753.810,00	4.753.810,00		4.710.000,00	5.050.000,00	5.460.000,00	68.952.000,00	110850994,37
2.1.1.		01 2017 6	Promoção do Sucesso Escolar					OM	2017/02/14	2023/12/31		247.493,96		213.410,00			213.410,00	213.410,00	213.410,00		1.101.133,96
2.1.1.	0403/010107	01 2017 6													127.085,00						
2.1.1.	0403/020214	01 2017 6													53.220,00						
2.1.1.	0403/020220	01 2017 6													20.230,00						
2.1.1.	0403/020225	01 2017 6													12.875,00						
2.1.1.	0403/040701	04 2018 7	Transferências - Instituições sem Fins Lucrativos					DOS	2018/01/02	2023/12/31		24.050,59		23.680,00	23.680,00		23.680,00	23.680,00	23.680,00		118.770,59
2.1.2.			**Serviços auxiliares de ensino**									**15.370.076,91**		**4.042.300,00**	**4.042.300,00**		**4.042.300,00**	**4.042.300,00**	**4.042.300,00**		**31.539.276,91**
2.1.2.		02 2014 9	Transportes Escolares					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		6.760.973,88		1.095.000,00			1.095.000,00	1.095.000,00	1.095.000,00		11.140.973,88
2.1.2.	0403/020210	02 2014 9													1.060.000,00						
2.1.2.	0403/040802	02 2014 9													35.000,00						
2.1.2.		03 2014 10	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		7.726.814,14		2.350.000,00			2.350.000,00	2.350.000,00	2.350.000,00		17.126.814,14
2.1.2.	0403/020105	03 2014 10													950.000,00						
2.1.2.	0403/020225	03 2014 10													1.400.000,00						
2.1.2.	0403/020225	04 2014 11	Alimentação Creche Municipal					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		106.661,32		75.000,00	75.000,00		75.000,00	75.000,00	75.000,00		406.661,32
2.1.2.	0403/020121	05 2014 12	Fornecimento de Fruta Escolar					DEJ	2014/01/01	2023/12/31		115.711,90		54.350,00	54.350,00		54.350,00	54.350,00	54.350,00		333.111,90
2.1.2.	0403/020121	01 2017 2	Ação Social Escolar	OUTRA				DS	2017/01/01	2023/12/31		19.928,47		18.950,00	18.950,00		18.950,00	18.950,00	18.950,00		95.728,47
2.1.2.	0403/020121	01 2018 8	Bolsa de Livros Escolares					DOS	2018/01/02	2023/12/31		6.033,20		42.000,00	42.000,00		42.000,00	42.000,00	42.000,00		174.033,20
2.1.2.	0102/040701	02 2018 9	Atividades de Enriquecimento Curricular					DOS	2018/01/02	2023/12/31		591.576,00		385.000,00	385.000,00		385.000,00	385.000,00	385.000,00		2.131.576,00
2.1.2.	0102/040701	03 2018 10	Transferências-Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Educativos					DOS	2018/01/02	2023/12/31		42.378,00		22.000,00	22.000,00		22.000,00	22.000,00	22.000,00		130.378,00
			A TRANSPORTAR ...									40.007.849,93		10.693.150,00	10.493.150,00	200.000,00	10.489.335,00	10789335,00	11199335,00	68.952.000,00	152131004,93

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			AMOS SEGUINTES			
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS
			A TRANSPORTAR ...									40.007.849,93		10.693.150,00	10.493.150,00	200.000,00	10.489.335,00	10789335,00	11199335,00	68.952.000,00	152131004,93
2.3.			Segurança e acção sociais									426.834,10		483.775,00	423.775,00	60.000,00	454.180,00	358.530,00	358.530,00		2.081.849,10
2.3.2.			Acção social									426.834,10		483.775,00	423.775,00	60.000,00	454.180,00	358.530,00	358.530,00		2.081.849,10
2.3.2.		01	2015	Medidas de Apoio Social								374.235,52		260.010,00	200.010,00	60.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00		1.414.245,52
2.3.2.		0101	2015 2	Apoio ao Cidadão				DDS	2015/01/01	2023/12/31		374.235,52		260.005,00		60.000,00	260.000,00	260.000,00	260.000,00		1.414.240,52
2.3.2.	0402/020225	0101	2015 2												5,00						
2.3.2.	0402/040701	0101	2015 2												10.000,00						
2.3.2.	0402/040802	0101	2015 2												190.000,00						
2.3.2.	0102/040701	0103	2015 4	Apoio ao Associativismo				DDS	2015/01/01	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
2.3.2.		01	2016	Iniciativas de Apoio ao Sénior Academia SEI								4.175,34		5,00	5,00						4.180,34
2.3.2.	0102/020220	0102	2016 1	Apoio ao Sénior Academia SEI	OUTRA			DDS	2016/01/02	2023/12/31	0	4.175,34		5,00	5,00						4.180,34
2.3.2.	0402/040802	02	2016 8	Incentivo à Fixação de Médicos	OUTRA			DDS	2016/09/13	2023/12/31		42.000,00		27.200,00	27.200,00		27.200,00	27.200,00	27.200,00		150.800,00
2.3.2.		01	2017 9	Apoio a Carenciados - Polo de Receção				DDS	2017/03/28	2023/12/31		1.691,83		11.330,00			11.330,00	11.330,00	11.330,00		46.921,83
2.3.2.	0402/020121	01	2017 9												500,00						
2.3.2.	0402/020225	01	2017 9												1.000,00						
2.3.2.	0402/040701	01	2017 9												9.830,00						
2.3.2.	0102/040701	01	2019 2	Promoção do Emprego e da Empregabilidade				DDS	2019/03/18	2023/12/31				60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		240.000,00
2.3.2.		02	2019 3	Idade +					2019/03/18	2023/12/31		4.821,41		125.230,00			95.650,00				225.701,41
2.3.2.	0402/020220	02	2019 3												45.480,00						
2.3.2.	0402/020225	02	2019 3												79.750,00						
2.4.			Habitação e serviços colectivos									41.291.273,59		9.576.080,00	5.822.985,00	3.753.095,00	5.980.160,00	5.980.160,00	5.980.160,00	82.120.500,00	150928333,59
2.4.2.			Ordenamento do território									102.296,38		10,00	10,00						102.306,38
			A TRANSPORTAR ...									40.434.684,03		11.176.925,00	10.916.925,00	260.000,00	10.943.515,00	11147865,00	11557865,00	68.952.000,00	154212854,03

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	ANOS SEGUINTES 2021	2022	2023	OUTROS	TOTAL PREVISTO
			A TRANSPORTAR ...									40.434.684,03		11.176.925,00	10.916.925,00	260.000,00	10.943.515,00	11147865,00	11557865,00	68.952.000,00	154212854,03
2.4.2.	0102/020220	05 2014 61	Candidatura Conjunta - Convento, Palácio e Tapada Nacional de Mafra						2014/01/01	2023/12/31		41.202,28		5,00	5,00						41.207,28
2.4.2.	0302/020214	01 2015 5	Planos de Ordenamento do Território					DUOMA	2015/01/01	2023/12/31		61.094,10		5,00	5,00						61.099,10
2.4.3.			**Saneamento**									**13.035.647,80**		**5,00**	**5,00**						**13.035.652,80**
2.4.3.	0303/020225	02 2014 25	Recolha e Tratamento de Efluentes	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		13.035.647,80		5,00	5,00						13.035.652,80
2.4.5.			**Resíduos sólidos**									**26.167.178,51**		**7.520.570,00**	**5.300.825,00**	**2.219.745,00**	**5.300.820,00**	**5.300.820,00**	**5.300.820,00**	**82.120.500,00**	**131710708,51**
2.4.5.	0303/020225	02 2014 26	Recolha de RSU	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2028/12/31		13.280.618,99		2.520.000,00	2.520.000,00		2.520.000,00	2.520.000,00	2.520.000,00	12.600.000,00	35.960.618,99
2.4.5.		03 2014 27	Tratamento de RSU					DAEUR	2014/01/01	2048/12/31		12.886.559,52		2.780.820,00			2.780.820,00	2.780.820,00	2.780.820,00	69.520.500,00	93.530.339,52
2.4.5.	0303/020225	03 2014 27													2.380.820,00						
2.4.5.	0303/0602010101	03 2014 27													400.000,00						
2.4.5.	0303/020220	01 2016 2	Implementação de Sistemas e Otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	OUTRA				DAEUR	2016/01/02	2023/12/31	0			2.219.750,00	5,00	2.219.745,00					2.219.750,00
2.4.6.			**Protecção do meio ambiente e conservação da natureza**									**1.986.150,90**		**2.055.495,00**	**522.145,00**	**1.533.350,00**	**679.340,00**	**679.340,00**	**679.340,00**		**6.079.665,90**
2.4.6.	0303/020225	03 2014 28	Intervenção em Rios/Ribeiras						2014/01/01	2023/12/31		1.535.282,01		1.456.155,00	5,00	1.456.150,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00		3.231.437,01
2.4.6.	0303/020208	04 2014 29	Sanitários Públicos	OUTRA				DAEUR	2014/01/01	2023/12/31		76.260,00		22.140,00	22.140,00		22.140,00	22.140,00	22.140,00		164.820,00
2.4.6.	0303/020225	01 2018 11	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	OUTRA				DAEUR	2018/01/02	2023/12/31		374.608,89		577.200,00	500.000,00	77.200,00	577.200,00	577.200,00	577.200,00		2.683.408,89
2.5.			**Servicos culturais, recreativos e religiosos**									**1.439.008,79**		**1.449.565,00**	**1.266.565,00**	**183.000,00**	**1.368.825,00**	**1.351.330,00**	**1.358.825,00**		**6.967.553,79**
2.5.1.			**Cultura**									**739.542,17**		**649.315,00**	**496.315,00**	**153.000,00**	**656.795,00**	**649.300,00**	**656.795,00**		**3.351.747,17**
2.5.1.	0102/04050101	03 2014 31	Transferências-Rota Histórica das Linhas de Torres					DTCD	2014/01/01	2023/12/31		11.800,00		5.000,00	5.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		31.800,00
2.5.1.	0401/0602030505	04 2014 32	Rota Histórica das Linhas de Torres					DTCD	2014/01/01	2023/12/31		12.993,28		7.500,00	7.500,00		7.500,00	7.500,00	7.500,00		42.993,28
			A TRANSPORTAR ...									81.750.750,90		20.765.505,00	16.752.410,00	4.013.095,00	16.936.175,00	17140525,00	17550525,00	151072500,00	305215980,90

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
											INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									81.750.750,90		20.765.585,00	16.752.410,00	4.013.095,00	16.936.175,00	17140525,00	17550525,00	151072500,00	305215980,90
2.5.1.	0102/040802	12	2014	72	Bolsas de Estudo					005	2014/09/18	2023/12/31		139.703,53		52.000,00	52.000,00		52.000,00	52.000,00	52.000,00		347.703,53
2.5.1.		02	2015		**Transferências**									**20.000,00**		**4.000,00**	**4.000,00**		**4.000,00**	**4.000,00**	**4.000,00**		**36.000,00**
2.5.1.	0102/040903	0201	2015	10	ECHO - European Cities of Historic Organs					005	2015/04/01	2023/12/31		20.000,00		4.000,00	4.000,00		4.000,00	4.000,00	4.000,00		36.000,00
2.5.1.		01	2016		**Transferências**									**1.600,00**		**800,00**	**800,00**		**800,00**	**800,00**	**800,00**		**4.800,00**
2.5.1.	0102/04050101	0101	2016	5	Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica					005	2016/04/21	2023/12/31		1.600,00		800,00	800,00		800,00	800,00	800,00		4.800,00
2.5.1.		02	2016	7	Caminhos do Memorial nas Linhas de Saramago	OUTRA				005	2016/01/02	2020/12/31	3	68.367,59		15,00							68.382,59
2.5.1.	0401/020121	02	2016	7													5,00						
2.5.1.	0401/020220	02	2016	7													5,00						
2.5.1.	0401/020225	02	2016	7													5,00						
2.5.1.	0102/04050102	01	2017	3	Marchas Populares	OUTRA				005	2017/01/01	2023/12/31		93.000,00		38.500,00	38.500,00		38.500,00	38.500,00	38.500,00		247.000,00
2.5.1.	0102/040802	03	2017	8	Prémio Internacional de Composição para os Seis Orgãos de Mafra					005	2017/03/28	2023/12/31		12.500,00		5,00	5,00		7.500,00	5,00	7.500,00		27.510,00
2.5.1.	0401/0602030504	01	2018	12	Bibliotecas - Difusão e Animação					005	2018/01/02	2023/12/31		1.672,30		36.565,00	11.565,00	25.000,00	36.565,00	36.565,00	36.565,00		147.932,30
2.5.1.	0401/0602030504	02	2018	13	Animação Cultural					005	2018/01/02	2023/12/31		272.938,67		387.000,00	269.000,00	118.000,00	387.000,00	387.000,00	387.000,00		1.820.938,67
2.5.1.	0102/040701	03	2018	14	Apoio ao Associativismo					005	2018/01/02	2023/12/31		60.500,00		40.000,00	40.000,00		40.000,00	40.000,00	40.000,00		220.500,00
2.5.1.	0401/0602030505	04	2018	15	Atividades de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas					005	2018/01/02	2023/12/31		18.984,57		33.875,00	23.875,00	10.000,00	33.875,00	33.875,00	33.875,00		154.484,57
2.5.1.	0401/020220	05	2018	16	Trabalhos Especializados de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas					005	2018/01/02	2023/12/31		18.485,72		30.680,00	30.680,00		30.680,00	30.680,00	30.680,00		141.205,72
2.5.1.	0401/020220	06	2018	17	Trabalhos Especializados de Arquivo Histórico, Centro de Estudos e Edições					005	2018/01/02	2023/12/31		6.996,51		13.375,00	13.375,00		13.375,00	13.375,00	13.375,00		60.496,51
2.5.2.					**Desporto, recreio e lazer**									**699.466,62**		**800.250,00**	**770.250,00**	**30.000,00**	**712.030,00**	**702.030,00**	**702.030,00**		**3.615.806,62**
					A TRANSPORTAR ...									82.465.499,79		21.402.320,00	17.236.225,00	4.166.095,00	17.580.470,00	17777325,00	18194820,00	151072500,00	308492934,79

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			AMOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									82.465.499,79		21.402.320,00	17.236.225,00	4.166.095,00	17.580.470,00	17777325,00	18194820,00	151072500,00	308492934,79
2.5.2.	0403/06020305B2	01	2016	3	Actividades de Ocupação dos Tempos Livres e Geração On	OUTRA				DDS	2016/01/02	2023/12/31	0	158.618,76		95.610,00	65.610,00	30.000,00	95.610,00	95.610,00	95.610,00		541.058,76
2.5.2.	0401/020225	01	2018	18	Atividade Física Desportiva					DDS	2018/01/02	2023/12/31		48.184,86		52.890,00	52.890,00		52.890,00	52.890,00	52.890,00		259.744,86
2.5.2.	0102/040701	02	2018	19	Apoio ao Associativismo					DDS	2018/01/02	2023/12/31		102.300,00		78.500,00	78.500,00		78.500,00	78.500,00	78.500,00		416.300,00
2.5.2.	0401/010107	05	2018	20	Núcleos Desportivos Municipais					DDS	2018/01/02	2023/12/31		390.183,00		298.030,00	298.030,00		298.030,00	298.030,00	298.030,00		1.582.303,00
2.5.2.		06	2018	31	Mafra Sustentável					DDS	2018/09/18	2023/12/31		180,00		98.220,00			10.000,00				108.400,00
2.5.2.	0401/020220	06	2018	31													50.000,00						
2.5.2.	0401/020225	06	2018	31													48.220,00						
2.5.2.	0401/020225	01	2020	2	Actividades de Surfing					DS	2020/01/02	2023/12/31				177.000,00	177.000,00		177.000,00	177.000,00	177.000,00		708.000,00
3.					**Funções económicas**									**10.133.362,04**		**2.775.820,00**	**2.525.820,00**	**250.000,00**	**2.456.775,00**	**2.456.775,00**	**2.456.775,00**		**20.279.507,04**
3.1.					**Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca**									**418.587,00**		**51.200,00**	**51.200,00**		**51.200,00**	**51.200,00**	**51.200,00**		**623.387,00**
3.1.	0102/040701	02	2014	44	Manutenção da Equipa de Sapadores Florestais						2014/01/01	2023/12/31		412.587,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		612.587,00
3.1.	0102/04010102	01	2015	7	Sociedade de Desenvolvimento Rural (A2S)					UPED	2015/01/01	2023/12/31		6.000,00		1.200,00	1.200,00		1.200,00	1.200,00	1.200,00		10.800,00
3.2.					**Indústria e energia**									**9.159.146,57**		**1.884.030,00**	**1.634.030,00**	**250.000,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**		**16.695.266,57**
3.2.1.					**Iluminação pública**									**9.159.146,57**		**1.884.030,00**	**1.634.030,00**	**250.000,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**		**16.695.266,57**
3.2.1.		01	2014		**Iluminação em Diversas Localidades**									**9.159.146,57**		**1.884.030,00**	**1.634.030,00**	**250.000,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**	**1.884.030,00**		**16.695.266,57**
3.2.1.	0102/02020102/02	0103	2014	48	Consumo de Energia Eléctrica					CM	2014/01/01	2023/12/31		9.159.146,57		1.884.030,00	1.634.030,00	250.000,00	1.884.030,00	1.884.030,00	1.884.030,00		16.695.266,57
3.3.					**Transportes e comunicações**									**119.232,66**		**128.490,00**	**128.490,00**		**128.485,00**	**128.485,00**	**128.485,00**		**633.177,66**
3.3.1.					**Transportes rodoviários**									**119.232,66**		**128.490,00**	**128.490,00**		**128.485,00**	**128.485,00**	**128.485,00**		**633.177,66**
3.3.1.	0303/020208	03	2014	49	Mobiliário Urbano					CM	2014/01/01	2023/12/31		118.080,00		19.680,00	19.680,00		19.680,00	19.680,00	19.680,00		196.800,00
3.3.1.	0102/030305	05	2018	27	Locação Financeira - Material de Transporte						2018/06/28	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
					A TRANSPORTAR ...									92.860.779,98		24.157.485,00	19.711.390,00	4.446.095,00	20.247.410,00	20434265,00	20851760,00	151072500,00	329624199,98

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			AMOS SEGUINTES			
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS
			A TRANSPORTAR ...									92.860.779,98		24.157.485,00	19.711.390,00	4.446.095,00	20.247.410,00	20434265,00	20651760,00	151072500,00	329624199,98
3.3.1.	0301/020206	06 2018 28	Aluguer Operacional de Material de Transporte						2018/06/28	2023/12/31		1.152,66		108.805,00	108.805,00		108.805,00	108.805,00	108.805,00		436.372,66
3.4.			**Comércio e turismo**									**157.712,73**		**211.050,00**	**211.050,00**		**211.050,00**	**211.050,00**	**211.050,00**		**1.001.912,73**
3.4.2.			**Turismo**									**157.712,73**		**211.050,00**	**211.050,00**		**211.050,00**	**211.050,00**	**211.050,00**		**1.001.912,73**
3.4.2.		01 2018 21	Atividades de Promoção Turística					DDS	2018/01/02	2023/12/31		157.712,73		211.050,00			211.050,00	211.050,00	211.050,00		1.001.912,73
3.4.2.	0401/020220	01 2018 21													22.750,00						
3.4.2.	0401/020225	01 2018 21													188.300,00						
3.5.			**Outras funções económicas**									**278.683,08**		**501.050,00**	**501.050,00**		**182.010,00**	**182.010,00**	**182.010,00**		**1.325.763,08**
3.5.1.			**Infraestruturas diversas**									**278.683,08**		**481.050,00**	**481.050,00**		**98.295,00**	**98.295,00**	**98.295,00**		**1.054.618,08**
3.5.1.	0102/020220	06 2014 70	Ninho de Empresas de Mafra-Ericeira Promoção e Divulgação			100.0		UPED	2014/09/18	2023/12/31		228.013,23		98.295,00	98.295,00		98.295,00	98.295,00	98.295,00		621.193,23
3.5.1.	0102/020209	01 2018 22	Iniciativa WiFi4EU - Comunicações						2018/01/02	2023/12/31				5,00	5,00						5,00
3.5.1.	0303/020220	03 2018 23	Projeto Ouriceira- Mar do Programa MAR 2020					UPED	2018/01/02	2023/12/31		50.669,85		382.750,00	382.750,00						433.419,85
3.5.2.			**Desenvolvimento económico**											**20.000,00**	**20.000,00**		**83.715,00**	**83.715,00**	**83.715,00**		**271.145,00**
3.5.2.	0102/050103	01 2016 4	Apoio às Empresas Emancipadas das Incubadoras	OUTRA				CM	2016/01/02	2023/12/31	0			20.000,00	20.000,00		83.715,00	83.715,00	83.715,00		271.145,00
4.			**Outras funções**									**11.179.181,88**		**4.167.700,00**	**4.167.700,00**		**4.147.235,00**	**4.126.820,00**	**4.103.500,00**	**985.580,00**	**28.710.016,88**
4.1.			**Operações da dívida autárquica**									**852.026,91**		**218.675,00**	**218.675,00**		**198.090,00**	**177.675,00**	**154.355,00**	**985.580,00**	**2.586.401,91**
4.1.		01 2014	**Empréstimos Bancários**									**115.016,26**		**1.755,00**	**1.755,00**		**1.110,00**	**680,00**	**325,00**	**65,00**	**118.951,26**
4.1.	0103/03010302	0103 2014 52	Juros de empréstimos m/l prazo					CM	2014/01/01	2032/12/31		70.568,52		1.750,00	1.750,00		1.110,00	680,00	325,00	65,00	74.498,52
4.1.	0103/03010301	0104 2014 53	Juros de empréstimos curto prazo					CM	2014/01/01	2023/12/31		44.447,74		5,00	5,00						44.452,74
4.1.	0103/030601	03 2014 66	Outros Juros de Médio e Longo Prazo					CM	2014/01/01	2024/12/31		729.657,04		79.690,00	79.690,00		60.285,00	40.635,00	25.525,00	9.980,00	945.772,04
			A TRANSPORTAR ...									94.143.001,75		25.059.835,00	20.613.740,00	4.446.095,00	20.810.670,00	20977445,00	21379475,00	151082545,00	333452971,75

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL — DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES			
									INICIO	FIN		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
			A TRANSPORTAR ...									94.143.081,75		25.059.835,00	20.613.740,00	4.446.095,00	20.810.670,00	20977445,00	21379475,00	151082545,00	333452971,75
4.1.		01 2018	**Empréstimos m/l prazo IFRRU**									**562,94**		**10.725,00**	**10.725,00**		**10.655,00**	**15.680,00**	**14.520,00**	**93.545,00**	**145.687,94**
4.1.	0103/03010302	0102 2018 29	Juros de empréstimos m/l prazo - Remodelação Edif.Antiga Repartição de Finanças de Mafra						2018/06/28	2039/12/31		562,94		4.815,00	4.815,00		4.745,00	4.490,00	4.225,00	31.290,00	50.127,94
4.1.	0103/03010302	0104 2018 30	Juros de empréstimos m/l prazo - Requalificação Largo da Feira e Casa Canais						2018/06/28	2039/12/31				5.905,00	5.905,00		5.905,00	5.755,00	5.425,00	42.215,00	65.205,00
4.1.	0103/03010302	0106 2018 33	Juros de empréstimos m/l prazo - Ampliação Requal EB António B Franco Ericeira						2018/12/13	2039/12/31				5,00	5,00		5,00	5.435,00	4.870,00	20.040,00	30.355,00
4.1.		01 2019	**Empréstimo m/l prazo ao abrigo do artigo 92º da lei nº 71/2018, de 31 de dezembro**									**6.790,67**		**126.505,00**	**126.505,00**		**126.040,00**	**120.680,00**	**113.985,00**	**881.990,00**	**1.375.990,67**
4.1.	0103/03010302	0102 2019 4	Juros de empréstimo m/l prazo - Empréstimo m/l prazo ao abrigo do artigo 92º da lei nº 71/2018, de 31 de dezembro						2019/03/18	2039/12/31		6.790,67		126.505,00	126.505,00		126.040,00	120.680,00	113.985,00	881.990,00	1.375.990,67
4.2.			**Transferências entre administrações**									**10.327.154,97**		**3.949.025,00**	**3.949.025,00**		**3.949.145,00**	**3.949.145,00**	**3.949.145,00**		**26.123.614,97**
4.2.		01 2014	**Protocolos com as Juntas de Freguesia**									**8.972.719,44**		**2.060.040,00**	**2.060.040,00**		**2.060.040,00**	**2.060.040,00**	**2.060.040,00**		**17.212.879,44**
4.2.	0102/04050102	0101 2014 54	Transferências Correntes					CM	2014/01/01	2023/12/31		8.972.719,44		2.060.040,00	2.060.040,00		2.060.040,00	2.060.040,00	2.060.040,00		17.212.879,44
4.2.		02 2014	**Transferências para Outras Entidades**									**1.139.716,82**		**1.572.380,00**	**1.572.380,00**		**1.572.505,00**	**1.572.505,00**	**1.572.505,00**		**7.429.611,82**
4.2.	0102/04050104	0201 2014 55	AMBP					CM	2014/01/01	2023/12/31		35.598,04		6.075,00	6.075,00		6.200,00	6.200,00	6.200,00		60.273,04
4.2.	0102/04050104	0203 2014 57	AMEGA					CM	2014/01/01	2023/12/31		10.780,49		2.000,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00	2.000,00		18.780,49
4.2.	0102/04050108	0204 2014 58	AML					CM	2014/01/01	2023/12/31		1.041.585,59		1.554.415,00	1.554.415,00		1.554.415,00	1.554.415,00	1.554.415,00		7.259.245,59
4.2.	0102/04050104	0205 2014 59	AMAGÁS					CM	2014/01/01	2023/12/31		23.024,70		3.840,00	3.840,00		3.840,00	3.840,00	3.840,00		38.384,70
4.2.	0102/04050108	0206 2015 9	Associação Turismo Lisboa					CM	2015/01/01	2023/12/31		28.728,00		6.050,00	6.050,00		6.050,00	6.050,00	6.050,00		52.928,00
4.2.	0102/05030102	04 2014 68	Subsídios					CM	2014/04/30	2023/12/31		28.602,22		5,00	5,00						28.607,22
			A TRANSPORTAR ...									104291393,84		28.829.490,00	24.383.395,00	4.446.095,00	24.579.910,00	24746350,00	25140525,00	152058080,00	359645748,84

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL DO ANO 2020

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES				
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFIN	2021	2022	2023	OUTROS	
					A TRANSPORTAR ...									104291393,84		28.829.490,00	24.383.395,00	4.446.095,00	24.579.910,00	24746350,00	25140525,00	152058080,00	359645748,84
4.2.		01	2017		**Transferências para Associações de Municípios**									**36.116,49**		**14.000,00**	**14.000,00**		**14.000,00**	**14.000,00**	**14.000,00**		**92.116,49**
4.2.	0102/04050104	0101	2017	4	AMTRES	OUTRA				CM	2017/01/01	2023/12/31		36.116,49		14.000,00	14.000,00		14.000,00	14.000,00	14.000,00		92.116,49
4.2.		01	2018		**Subsídios à Exploração-Giatul**									**150.000,00**		**300.000,00**	**300.000,00**		**300.000,00**	**300.000,00**	**300.000,00**		**1.350.000,00**
4.2.	0102/05010101	0101	2018	25	Exploração do Parque de Campismo						2018/06/28	2023/12/31		75.000,00		150.000,00	150.000,00		150.000,00	150.000,00	150.000,00		675.000,00
4.2.	0102/05010101	0102	2018	26	Exploração de Infraestruturas e Rodovias						2018/06/28	2023/12/31		75.000,00		150.000,00	150.000,00		150.000,00	150.000,00	150.000,00		675.000,00
4.2.	0102/04050104	02	2019	7	AMPV						2019/09/01	2023/12/31				1.600,00	1.600,00		1.600,00	1.600,00	1.600,00		6.400,00
4.2.	0102/040903	01	2020	1	World Surf Cities Network					CM	2020/01/02	2023/12/31				1.000,00	1.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
					TOTAL GERAL									104477510,33		29.146.090,00	24.699.995,00	4.446.095,00	24.896.510,00	25062950,00	25457125,00	152058080,00	361098265,33

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NÃO INICIADA
1 - COM PROJECTO TÉCNICO
2 - ADJUDICADA
3 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
5 - DESPESA CONTÍNUA
9 - CONCLUÍDA

ORGÃO EXECUTIVO

Em 8 de Outubro de 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

Em __ de _____ de __

_____

4

OUTROS DOCUMENTOS

8.3.6.1 - Empréstimos

Câmara Municipal de Mafra — **ANO: 2020**

(Unidade: Euro)

Caracterização do empréstimo		Data de aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro	Obs.
						N.º de Registo	Data	(c)	Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total			
Médio e longo prazo	C.G.D.	08.09.95	12.10.95	27	24	98861	21.11.95	(I) Programa especial de realojamento - 1ª fase (Artº 21º do Dec.Lei 163/93, de 7/5 introduzido pela Lei 34/96 de 29/8)	353 284	343 961	12,50%	Euribor 6M + 0,875%	15 859	51	15 910	47 632	31 773	
	C.G.D.	27.06.97	13.03.98	26	21	7021	04.03.98	(I) Programa Especial de Realojamento - 2ª fase (Artº 21º do Dec.Lei 163/93, de 7/5 introduzido pela Lei 34/96 de 29/8)	658 119	658 119	1,21%	Euribor 6M + 0,875%	28 828	144	28 972	129 993	101 165	
	C.G.D.	29.02.00	02.10.00	20	18	2999	24.08.00	(I) Investimentos educação (Artº 32º da Lei 42/98 na redação dada pelo artº 28º da LOE/2000 e nº 6 do artº 20º da Lei 107-B/2003 de 31/12 LOE/2004)	1 496 394	1 496 394	4,60%	Euribor 6M	93 897	0	93 897	93 897	0	
	C.G.D.	26.04.01	21.08.01	20	18	2088	28.06.01	(N) Investimentos diversos	1 870 492	1 870 492	4,51%	Euribor 6M + 0,475%	118 924	145	119 069	208 212	89 287	
	C.G.D.	26.04.01	21.08.01	20	18	2088	28.06.01	(N) Investimentos diversos	1 870 492	1 870 492	4,51%	Euribor 6M + 0,475%	118 924	145	119 069	208 212	89 287	
	C.G.D.	27.06.01	13.08.01	20	18	-	-	(I) Intempéries 2000 / 2001 (Dec.Lei 38-C/2001, de 8/2 e Artº 4º da Lei 2-A/2001, de 8/2) (a)	341 542	341 542	1,07%	Euribor 6M + 0,675%	21 469	13	21 482	37 580	16 110	
	C.G.D.	27.06.01	13.08.01	20	18	-	-	(N) Intempéries 2000 / 2001 (Dec.Lei 38-C/2001, de 8/2 e Artº 4º da Lei 2-A/2001, de 8/2 (b)	659 915	659 915	3,74%	Euribor 6M + 0,475%	43 076	50	44 026	76 992	33 015	
	C.G.D.	27.06.01	12.02.01	26	18	3722	15.11.01	(I) Investimento habitação social (Lei 42/98 com as alterações introduzidas pelas Leis 87-B/98, de 31/12, Lei 3-B/2000, de 4/4, Lei 15/2001, de 5/6, Lei 94/2001, de 20/8 e Lei Orgânica de 28/8)	155 271	152 255	1,51%	Euribor 6M + 0,475%	6 800	13	6 813	49 344	42 544	
	C.G.D.	27.06.01	12.02.01	26	18	3721	15.11.01	(I) Investimento / P.E.R. (Artº 21º Dec.Lei 163/93, de 7/5, introduzido pela Lei 34/96, de 29/8)	443 027	443 028	0,94%	Euribor 6M + 0,475%	19 395	23	19 418	140 696	121 301	
	NOVO BANCO	29.12.03	30.12.03	19	15	173	27.01.04	(N) Complexo escolar da Venda do Pinheiro	835 000	835 000	2,77%	Euribor 3M + 0,6%	49 118	1 161	50 278	200 750	159 632	
	C.G.D.	29.06.05	05.07.05	20	14	1750	14.07.05	(N) Complexo escolar da Malveira	845 000	845 000	2,28%	Euribor 3M + 0,152%	49 880	0	49 880	286 812	236 932	
	SANTANDER TOTTA	28.06.18	19.11.18	20	1	5557	25.02.19	(N) Remodelação do Edifício da Antiga Repartição de Finanças de Mafra	982 631	294 789	0,60% 0,344%	Euribor 6M + 0,60% Euribor 6M + 0,344%	0	4 818	4 818	294 789	294 789	
	B.P.I.	19.06.19	27.06.2019	20	1	2060	02.08.19	(N) Pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de concessão - ao abrigo do art 92.º Lei n.º 71/2018, 31 de dezembro - Orçamento de Estado 2019	22 000 000	22 000 000	0,51%	Euribor 6M + 0,025%	0	126 500	126 500	22 000 000	22 000 000	
Total									**32 511 177**	**31 811 007**			**567 071**	**133 056**	**700 127**	**23 792 908**	**23 215 837**	
Limite da dívida total (Provisório)														**88 753 889**				

(a) Parte beneficiada.

(b) Parte não bonificada.

(c) (I) isento do limite de endividamento e (N) , no caso contrário.

Órgão Executivo

Em 16 de outubro de 2019

Órgão Deliberativo

Em _____ de _____ de 2019

_____

OUTROS DOCUMENTOS

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Unidade: Euro

N.º Identificação Fiscal	Designação	Percentagem Participação	Valor Correspondente
506874915	GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A	100,00%	900 000
505004232	Matadouro Regional de Mafra, SA	93,33%	700 000
504295071	Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	21,97%	17 575
502026391	Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para Tratamento de Resíduos Sólidos	9,53%	3 569 292
503322148	AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás	12,00%	3 837
503875970	AMEGA - Associação de Municípios de Estudos e Gestão de Água	5,19%	1 850
502826126	Área Metropolitana de Lisboa	3,50%	20 715
504475606	Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A	2,31%	74 850
501627413	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%	6 072
500903000	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	0,00%	500
501880160	Associação de Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau	0,00%	6 048
513351353	A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia	8,30%	1200
514247304	RHLT - Rota Histórica das Linhas de Torres - Associação para o desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras	0,17%	5 000
514874201	APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	7,14%	800

QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL

Para dar cumprimento ao disposto do n.º 4 do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	60 220 515	90,2%	60 494 765	90,1%	60 771 755	90,1%	61 051 525	90,1%
Receitas Capital	6 581 910	9,8%	6 647 725	9,9%	6 714 215	9,9%	6 781 375	9,9%
Outras Receitas	5	0,0%	5	0,0%	5	0,0%	5	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS	66 802 430	100,0%	67 142 495	100,0%	67 485 975	100,0%	67 832 905	100,0%

	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	51 922 645	77,8%	52 544 625	78,2%	53 355 085	79,0%	54 320 245	80,1%
Despesas Capital	14 879 785	22,2%	14 597 870	21,8%	14 130 890	21,0%	13 512 660	19,9%
TOTAL DAS DESPESAS	66 802 430	100,0%	67 142 495	100,0%	67 485 975	100,0%	67 832 905	100,0%

RESPONSABILIDADES CONTIGENTES

Unidade: Euro

N.º Processo	Autor	Designação	Valor Fixado em Arbitragem e Caucionado	Valor Ação à Data
5	Maria América Gaspar	Aguarda Decisão/Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça	63 764 €	131 300 €
10	Maria América Gaspar	Aguarda Sentença (Tribunal 1.ª Instância)	608 102 €	1 316 322 €
20.1 e 20.2	-	Processo Suspenso	9 336 €	0 €
24	-	Processo Suspenso	18 225 €	0 €
43	-	Aguarda Notificação	11 638 €	0 €
120	-	Aguarda Notificação	3 685 €	0 €
LI11.1, LI11.2, LI11.3 e LI11.4	Henrique dos Santos Batalha	Aguarda Sentença (Tribunal 1.ª Instância)	1 628 786 €	1 628 786 €
131/LS05	Rogério Caracol Esteves	Aguarda Sentença (Tribunal 1.ª Instância)	65 660 €	65 000 €
Processo n.º 401/07.3BELRS	José Manuel Teles Garcia	Pedido de declaração de nulidade de atos de licenciamento de obras, a demolição de construções e pedido de indemnização.	-	600 000 €
Processo n.º 1269-C/98	Dário Maia Esteves Alexandrino e outros	Execução de sentença e pedido de indemnização.	-	500 000 €
Processo n.º 1580/10.8BESNT	Tiago Mendes Nunes Xambre	Pedido de indemnização por perdas e danos patrimoniais e não patrimoniais.	-	290 358 €
Processo n.º 2382/11.0BELSB	Gonçalo Nuno Carmona da Costa Ferreira de Oliveira e outros	Pedido de declaração de nulidade da deliberação da assembleia municipal de 28.4.2011 - ressarcimento do dano produzido pela omissão de notificação da declaração de utilidade pública (pedido de certidão de teor).	-	1 453 €
Processo n.º 314/12.7T2MFR	Gonçalo Nuno Carmona da Costa Ferreira de Oliveira e outros	Expropriação litigiosa prédio em Ribeira D'Ilhas.	-	61 872 €
Processo n.º 2513/10.7BELSB	Finuras Atividades Hoteleiras, Lda	Ação administrativa especial intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, sobre demolição de apoio de praia na praia da calada - pedido de indemnização (valor não determinado).	-	0 €
Processo n.º 48/13.5BELSB	José Manuel Rocha da Silva e outros	Ação administrativa especial intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, para prática do acto de licenciamento com vista à emissão do alvará referente ao processo OP-163/2000 e pagamento de indemnização (valor não determinado).	-	0 €
Processo n.º 244/13.5BELSB	Dário Maia Esteves Alexandrino e outros	Ação administrativa comum, forma ordinária intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com vista à indemnização pelos danos causados pelas construções erigidas por Camilo da Silva Milharado - Ribamar.	-	280 000 €
Processo n.º 3122/12.1BELSB	Maria Guilhermina Milharado e filhos	Ação administrativa principal intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa por danos patrimoniais e não patrimoniais.	-	671 202 €
Processo n.º 1013/13.8BELSB	António Manuel Filipe Rocha Pimentel	Ação administrativa comum intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.	-	21 094 €
Processo n.º 1503/13.2BELSB	David Mateus	Ação administrativa especial intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa com vista a tornar anulável a deliberação da CMM, de 28.2.2013, que aplicou a pena de suspensão efetiva de 90 dias.	-	2 800 €

RESPONSABILIDADES CONTIGENTES

Unidade: Euro

N.º Processo	Autor	Designação	Valor Fixado em Arbitragem e Caucionado	Valor Ação à Data
Processo n.º 1122/06.0TBMFR	Tribunal de Mafra	Pedido de informação pela Comarca da Grande Lisboa - Noroeste - Mafra - pedido de informação à CMM - pagamento de multa em 1 unidade conta.	-	102 €
Processo n.º 2121/13.0BELSB	Carlos Filipe Carvalho Afonso	Ação administrativa especial, impugnação de ato administrativo , intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa - 4.ª uo, referente à manutenção da remuneração base que auferia na posição remuneratória que detinha no exército como 1.º sargento (valor não determinado).	-	0 €
Processo n.º 241/14.3BELSB	Hilário Maria Vaz de Sá	Ação administrativa comum, intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa para indemnização do valor de 451.660.00 €, pela não legalização da pedreira sita em Vale de Andorinhas - Malveira.	-	451 660 €
Auto n.º 462/2015	GNR Mafra	Processo de contra-ordenação, alarme sonoro do Complexo Cultural da Quinta da Raposa - Mafra - violação do DL 297/99, de 4/8, com coima de 249,40 € a 2.493,99 €.	-	2 494 €
Processo n.º 1546201306000003 7836	Autoridade Tributária - Serviço de Finanças de Mafra	Processo de contra-ordenação, referente à entrega de declarações de substituição do iva - violação do n.º 6 do artigo 78.º do civa, punível com coima de 2.948,60 € a 14.743,02 € e de 395,99 € a 1.319,99 €, respetivamente, conforme previsto no artigo 114.º do RGIT - suspenso (aguarda trânsito em julgado da sentença referente à impugnação judicial).	-	16 063 €
Processo n.º 1970/14.7BESNT	Condomínio do prédio sito na rua dos bombeiros voluntários, n.º 6, Ericeira	Ação administrativa comum para cessação da utilização da fração B como comércio e reposição da legalidade, pedido de indemnização.	-	110 000 €
Processo n.º 005662/14.9ECLSB	ASAE	Processo de contra-ordenação, instalações do espaço do jogo e recreio existente no Parque de Santa Marta - Ericeira, com coima de 3.500,00 € a 30.000,00 €.	-	30 000 €
Auto n.º 199/16	GNR Mafra	Processo de contra-ordenação, alarme sonoro a tocar no Jardim de Infância do Quintal- violação da l.34/13, com coima de 1.500,00 € a 7.500,00 €.	-	7 500 €
Processo n.º 1227/17.1BESNT	Carla Susana Grosso Campos	Ação administrativa a correr termos no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa por acidente ocorrido no dia da criança no Parque Desportivo Municipal de Mafra.	-	5 000 €
Processo n.º 25/17.7BESNT	Elevolution - Engenharia, S.A.	Ação administrativa intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa com vista ao pagamento do valor pelo direito de regresso.	-	1 227 745 €
Processo NUICO 2159/18.1ECLSB	ASAE	Processo de contraordenação - por irregularidades no Parque Desportivo Municipal - Eng.º Ministro dos Santos - Mafra - violação do DL 203/2015, de 17/9, 2 infrações de 30.000,00€ e 1 de 6.000,00€.	-	66 000 €
Processo n.º 385/16.7BESNT	Susana Maria Santos Fortes Realista	Ação administrativa intentada no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa - revogação da decisão proferida no processo disciplinar 9.1.3/2015/5 - pedido de indemnização s/ valor determinado.	-	0 €
		Total	**2 409 195 €**	**7 486 749 €**

TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente documento que é composto pelos Mapas do Orçamento e das GOP e Anexos para o ano económico de 2020, contém 147 páginas, devidamente rubricadas pelos membros do Órgão Executivo, foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mafra, realizada no dia dezoito de outubro de dois mil e dezanove.

O Presidente da Câmara

Os Vereadores

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os documentos previsionais que antecedem (Orçamento e Grandes Opções do Plano/2020), merecem a aprovação por (1), de Assembleia Municipal em sua sessão ordinária do dia de de 2019.

O Presidente da Assembleia Municipal

_____

O 1.º Secretário

_____

O 2.º Secretário

_____

(1) – Unanimidade ou maioria

5

ORÇAMENTOS DAS EMPRESAS LOCAIS

Giatul EM-SA

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

2020 a 2029

03 de Outubro de 2019

Índice

1. Introdução 3
2. Plano de Atividades, Investimento e Financeiro 3
2.1 Plano de Atividades 3
2.2 Plano de Investimento 7
2.3 Plano Financeiro 7
3. Orçamento de Exploração Plurianual 8
4. Orçamento de Tesouraria Plurianual 8
5. Balanço Previsional Plurianual 9
6. Demonstrações Financeiras Plurianuais Previsionais 10
6.1 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Infraestruturas e Rodovias 11
6.2 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Parque de Campismos 12
6.3 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Consolidada 13
6.4 Orçamento de Tesouraria Plurianual 14
6.5 Balanço Plurianual 15

1. Introdução

Dando cumprimento ao artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, a GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., vem apresentar os Instrumentos de Gestão Previsional, os quais devem disciplinar a gestão económica e financeira da empresa, para o período de 2020 a 2029.

Os Instrumentos de Gestão Previsional são compostos pela seguinte informação:

1. Plano de Atividades, Investimento e Financeiro;
2. Orçamento de Exploração Plurianual;
3. Orçamento de Tesouraria Plurianual; e
4. Balanço Previsional Plurianual.

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras previsionais, foram calculados com base no conhecimento dos valores históricos dos últimos exercícios, recolhidos da atividade de exploração do parque de campismo e da atividade de infraestruturas e rodovias.

A elaboração destes documentos previsionais, para além de respeitar a experiência dos últimos anos, teve em conta os princípios da prudência e do rigor contabilístico.

2. Plano de Atividades, Investimento e Financeiro

2.1 Plano de Atividades

O plano de atividades é subdividido e analisado tendo por base as duas atividades desenvolvidas pela GIATUL:

- Parque de campismo; e
- Infraestruturas e rodovias.

Parque de campismo

As previsões das vendas do parque de campismo para o ano de 2020 e seguintes foram estimadas com um crescimento de 2% ao ano. Uma estimativa que teve por base o crescimento verificado nos últimos anos, que foram acima do valor considerado.

A administração da empresa, confiante na projeção nacional associado aos muitos eventos que o Concelho de Mafra tem promovido, nomeadamente o Sumol Summer Festival, o Festival do Pão, e os vários eventos no âmbito dos desportos de mar, acredita estarem construídas as bases, para garantir um bom número de turistas, que certamente, permitirão sustentar, e até ultrapassar a estimativa de vendas.

Infraestruturas e rodovias

As prestações de serviços relacionadas com infraestruturas e rodovias, foram estimadas em função das necessidades do Município para o ano de 2020, com uma taxa de crescimento anual de 1%. Trata-se de uma estimativa prudente, tendo em consideração a taxa de inflação estimada para os próximos anos, que se prevê acima do 1%.

Estas prestações de serviço serão efetuadas nas seguintes áreas:

Áreas de Intervenção	Descrição
Diversas Estradas e Caminhos - Conservação Corrente	• Melhoria do estado das infraestruturas rodoviárias e aumento da sua durabilidade, através da manutenção e beneficiação dos sistemas de drenagem, da melhoria das condições de visibilidade e da recuperação da estrutura do pavimento dos arruamentos existentes. • Construção de raiz ou reparação e beneficiação de estradas e caminhos, através da execução de terraplenagens, drenagens, pavimentações e execução de passeios. • Limpeza urbana.
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	• Construção e ampliação, de sistemas de saneamento básico em diversas freguesias do Concelho, com o objetivo de criar uma rede de saneamento o mais abrangente possível.
Sinalização e Transito	• Manutenção, substituição e melhoria da sinalização horizontal e vertical dos arruamentos e vias existentes, uma vez que esta sinalização rodoviária sofre uma degradação continua, promovendo-se assim a segurança rodoviária do Concelho.
Iluminação em Diversas Localidades	• Construção, recuperação, beneficiação das redes de iluminação pública do Concelho, nomeadamente colocação de novos pontos de luz e alteração da rede aérea.
Construção, Ampliação, Remodelação de redes de águas e reservatórios	• Construção, remodelação, beneficiação das redes de águas do Concelho e construção de reservatórios necessários para alimentar as diversas redes de distribuição.
Diversos Estudos e Projetos	• Elaboração de estudos e projetos que servirão de suporte à definição das intervenções a levar a cabo pela CMM.
Equipamentos - Construções diversas	• Construção e manutenção de diversos equipamentos sociais, equipamentos infantis, equipamentos desportivos e beneficiação de espaços para a colocação Ecopontos/Ecocentros.
Arruamentos em diversas povoações	• Manutenção e beneficiação dos diversos arruamentos do Concelho, centrando-se nas intervenções ao nível da estrutura dos pavimentos, nas repavimentações, na selagem de pavimentos e nos sistemas de drenagem superficial.
Espaços Verdes e Jardins	• Construção, manutenção, recuperação e beneficiação de diversos espaços verdes, nomeadamente em escolas, rotundas e zonas de lazer.
Infraestruturas diversas	• Construção, recuperação e beneficiação de diversas infraestruturas, incluindo parques de estacionamento, largos e praças, levantamento e reposição de infraestruturas degradadas, execução de coletores domésticos e pluviais, reperfilamento de arruamentos e execução de passeios.
Trabalhos para Terceiros	• Desenvolve-se nas diversas vertentes das tarefas da empresa e visa dar cumprimento a infraestruturas em loteamentos ou ruas que poderão ser entregues ao domínio público municipal.
Massas Asfálticas	• Produção para as obras própria e para terceiros.

Em seguida, apresenta-se a previsão da atividade para o parque de campismo e para as infraestruturas e rodovias, para 2020 e para o período de 2020 a 2029.

Parque Campismo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2020
Bungalows	11 098	10 279	11 760	13 454	15 419	17 809	35 197	43 687	22 652	14 808	13 350	12 161	221 676
Contratos Anuais - Mobile Homes	4 807	4 452	5 093	5 827	6 678	7 714	15 245	18 922	9 811	6 414	5 782	5 267	96 012
Teepees	1 088	1 008	1 153	1 319	1 512	1 746	3 451	4 284	2 221	1 452	1 309	1 192	21 737
Contratos Anuais Tendas/Caravanas	21 049	19 496	22 304	25 518	29 245	33 778	66 756	82 859	42 963	28 085	25 321	23 064	420 439
Campismo Eventual	18 512	17 146	19 615	22 442	25 720	29 706	58 710	72 871	37 784	24 700	22 269	20 284	369 760
Cobrança de Eletricidade	980	908	1 038	1 188	1 362	1 573	3 108	3 858	2 000	1 308	1 179	1 074	19 575
Cobrança Manutenção Espaços Verdes	133	123	141	161	184	213	421	522	271	177	160	145	2 649
Cobrança de Água	175	162	185	212	243	281	555	689	357	233	210	192	3 495
Outras Receitas - Adaptadores	145	135	154	176	202	233	461	572	296	194	175	159	2 901
Máquinas de Vending - Café	363	336	385	440	505	583	1 152	1 430	741	485	437	398	7 254
Cobrança de internet	192	178	204	233	267	308	610	757	392	256	231	211	3 839
Máquinas de Vending - Sumos	27	25	29	33	38	44	87	108	56	36	33	30	546
Outras Receitas - Lavagem de Roupa	148	137	157	180	206	238	471	584	303	198	179	163	2 964
Concessões (Pizzaria, Minimercado, etc.) - Rendas	1 358	1 257	1 439	1 646	1 886	2 179	4 306	5 344	2 771	1 811	1 633	1 488	27 118
Total	**60 075**	**55 644**	**63 657**	**72 831**	**83 468**	**96 405**	**190 528**	**236 486**	**122 620**	**80 158**	**72 267**	**65 827**	**1 199 965**
Infraestruturas e Rodovias													
Diversas Estradas e Caminhos - Conservação Corrente	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	157 209	1 886 509
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	53 736
Sinalização e Transito	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	5 425	65 094
Iluminação em Diversas Localidades	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	6 710	80 524
Construção, Ampl., Remod. de redes de águas e reserv	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	14 430	173 156
Diversos Estudos e Projetos	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	3 407	40 878
Equipamentos - Construções diversas	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	4 478	53 736
Arruamentos em diversas povoações	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	56 187	674 247
Espaços Verdes e Jardins	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	38 656	463 867
Infraestruturas diversas	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	41 744	500 930
Trabalhos para Terceiros	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	21 644	259 734
Massas Asfálticas	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	13 528	162 334
Receção de RCD(S)	789	789	789	789	789	789	789	789	789	789	789	789	9 469
Total	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**368 685**	**4 424 214**
Total Vendas e Prestações de Serviços	**428 759**	**424 328**	**432 341**	**441 515**	**452 152**	**465 089**	**559 212**	**605 171**	**491 305**	**448 842**	**440 952**	**434 512**	**5 624 180**

Tabela 1 – Vendas e prestações de serviço para o ano de 2020

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Parque Campismo										
Bungalows	221 676	226 109	230 632	235 244	239 949	244 748	249 643	254 636	259 729	264 923
Contratos Anuais - Mobile Homes	96 012	97 933	99 891	101 889	103 927	106 005	108 126	110 288	112 494	114 744
Teepees	21 737	22 171	22 615	23 067	23 529	23 999	24 479	24 969	25 468	25 977
Contratos Anuais Tendas/Caravanas	420 439	428 848	437 425	446 173	455 097	464 199	473 483	482 952	492 612	502 464
Campismo Eventual	369 760	377 155	384 698	392 392	400 240	408 245	416 410	424 738	433 233	441 897
Cobrança de Eletricidade	19 575	19 967	20 366	20 774	21 189	21 613	22 045	22 486	22 936	23 394
Cobrança Manutenção Espaços Verdes	2 649	2 702	2 756	2 811	2 867	2 925	2 983	3 043	3 104	3 166
Cobrança de Água	3 495	3 565	3 636	3 709	3 783	3 858	3 936	4 014	4 095	4 177
Outras Receitas - Adaptadores	2 901	2 959	3 018	3 079	3 140	3 203	3 267	3 332	3 399	3 467
Máquinas de Vending - Café	7 254	7 399	7 547	7 698	7 852	8 009	8 169	8 332	8 499	8 669
Maquina de Jogos	3 839	3 916	3 994	4 074	4 156	4 239	4 324	4 410	4 498	4 588
Máquinas de Vending - Sumos	546	557	568	580	591	603	615	628	640	653
Outras Receitas - Lavagem de Roupa	2 964	3 023	3 084	3 146	3 208	3 273	3 338	3 405	3 473	3 542
Concessões (Pizzaria, Minimercado, etc.) - Rendas	27 118	27 660	28 213	28 778	29 353	29 940	30 539	31 150	31 773	32 408
Total	**1 199 965**	**1 223 965**	**1 248 444**	**1 273 413**	**1 298 881**	**1 324 859**	**1 351 356**	**1 378 383**	**1 405 951**	**1 434 070**
Infraestruturas e Rodovias										
Diversas Estradas e Caminhos - Conservação Corrente	1 886 509	1 905 374	1 924 427	1 943 672	1 963 108	1 982 740	2 002 567	2 022 593	2 042 819	2 063 247
Saneamento em Diversas Freguesias do Concelho	53 736	54 274	54 816	55 364	55 918	56 477	57 042	57 612	58 189	58 770
Sinalização e Transito	65 094	65 745	66 403	67 067	67 737	68 415	69 099	69 790	70 488	71 193
Iluminação em Diversas Localidades	80 524	81 329	82 142	82 964	83 793	84 631	85 478	86 333	87 196	88 068
Construção, Ampl., Remod. de redes de águas e reserv.	173 156	174 887	176 636	178 403	180 187	181 989	183 808	185 647	187 503	189 378
Diversos Estudos e Projetos	40 878	41 287	41 700	42 117	42 538	42 963	43 393	43 827	44 265	44 708
Equipamentos - Construções diversas	53 736	54 274	54 816	55 364	55 918	56 477	57 042	57 612	58 189	58 770
Arruamentos em diversas povoações	674 247	680 990	687 799	694 677	701 624	708 640	715 727	722 884	730 113	737 414
Espaços Verdes e Jardins	463 867	468 506	473 191	477 923	482 702	487 529	492 404	497 328	502 301	507 324
Infraestruturas diversas	500 930	505 940	510 999	516 109	521 270	526 483	531 748	537 065	542 436	547 860
Trabalhos para Terceiros	259 734	262 331	264 954	267 604	270 280	272 983	275 713	278 470	281 254	284 067
Massas Asfálticas	162 334	163 957	165 597	167 252	168 925	170 614	172 320	174 044	175 784	177 542
Receção de RCD(S)	9 469	9 564	9 660	9 756	9 854	9 952	10 052	10 153	10 254	10 357
Total	**4 424 214**	**4 468 456**	**4 513 141**	**4 558 272**	**4 603 855**	**4 649 894**	**4 696 393**	**4 743 357**	**4 790 790**	**4 838 698**
Total Vendas e Prestação de Serviços	**5 624 180**	**5 692 421**	**5 761 585**	**5 831 685**	**5 902 736**	**5 974 753**	**6 047 749**	**6 121 740**	**6 196 741**	**6 272 768**

Tabela 2 – Vendas e prestações de serviço para o periodo de 2020 a 2029

2.2 Plano de Investimento

Estão previstos investimentos para os exercícios de 2020, 2021 e 2022.

O investimento planeado para 2020, tem como objetivo a modernização e atualização do parque de campismo, nomeadamente no desenvolvimento da infraestrutura, bem como, na construção de caminhos e acessos internos. Estes investimentos são vitais para garantir que este ativo da sociedade possa continuar a diferenciar-se como uma referência na oferta de turismo para a região.

Para 2020, está também previsto o investimento em equipamentos de limpeza urbana, por forma, a garantir uma maior operacionalidade e eficiência nos trabalhos realizados.

Ano	Atividade	Descrição	Valor
2020			
	Parque Campismo	Substituição do telhado da sala de convívio e da receção e portaria	50 000
		Construção de vias de circulação pedonal	10 000
		Construção de infraestruturas para alvéolos – Mobile homes	60 000
	Infraest. e Rodovias	Aquisição de equipamentos de limpeza urbana	180 000
Total 2020			**300 000**
2021			
	Parque de Campismo	Aquisição de equipamentos de transporte	20 000
	Infraest. e Rodovias	Aquisição de equipamentos de transporte	100 000
Total 2021			**120 000**
2022			
	Parque de Campismo	Diversas reparações	100 000
	Infraest. e Rodovias	Aquisição de diversos equipamentos	50 000
Total 2022			**150 000**

Tabela 3 – Plano de Investimento para o período de 2020 a 2029

2.3 Plano Financeiro

No âmbito dos financiamentos obtidos pela empresa, de realçar os dois contratos existentes com a Caixa Geral de Depósitos, que terminarão em 2021 e 2022.

O contrato com vencimento em 2021, contempla o pagamento de duas prestações de € 700.000 nesse ano, que o orçamento de tesouraria não consegue comportar. Para fazer face à necessidade de tesouraria prevê-se a renegociação do contrato, com o objetivo de efetuar o pagamento da dívida em 4 anos (2021-2024), com prestações anuais de 350.000.

3. Orçamento de Exploração Plurianual

No que respeita aos rendimentos, há a considerar as vendas e as prestações de serviços do parque de pampismo, e as efetuadas ao Município de Mafra. Os valores mais significativos são os provenientes da execução das obras, que se estima em cerca de € 4.424.214, seguido dos referentes às prestações de serviços do parque de campismo, no valor de € 1.199.965, ambos para 2020, conforme previstas no Plano de Atividades.

Ainda relativo a rendimentos, de referir o valor a receber no âmbito do Contrato Programa, no valor de € 300.000, que se considera para todo o período de 2020 a 2029.

Todos os gastos previstos para 2020 sofreram uma adequação face à estimativa de rendimentos apresentada, com a exceção dos gastos com pessoal.

Decorrente da necessidade de melhoria dos níveis de controlo interno, face ao Contrato Programa e outros níveis de reporte interno e externo, sentiu esta Sociedade a necessidade de dotar a sua estrutura com um Contabilista Certificados, que desempenhe esta função em permanência, desenvolvendo e melhorando as atividades administrativas e financeiras. Assim, os gastos com pessoal apresentam um incremento de cerca de 3% face a exercícios anteriores, como resultado desta admissão.

De referir que se prevê resultados positivos para o período de 2020 a 2029. Estes resultados positivos são alcançados, quer na atividade do parque de campismo, quer na atividade das infraestruturas e rodovias.

4. Orçamento de Tesouraria Plurianual

No que respeita às entradas em caixa, as principais fontes são os recebimentos provenientes dos serviços prestados à Câmara Municipal de Mafra, e dos serviços prestados no parque de campismo. Para além destas, verifica-se ainda os recebimentos respeitantes à cedência de espaços no parque de campimos e ao Contrato Programa.

Do lado das saídas, para além dos pagamentos normais de exploração (vencimentos, impostos, juros, despesas bancárias, etc.), são também relevantes os pagamentos a fornecedores e as amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo. De salientar ainda os pagamentos previsto com a aquisição de ativos fixos tangíveis, tal como apresentado no Plano de Investimento.

5. Balanço Previsional Plurianual

A estrutura patrimonial é representada principalmente pelo valor dos ativos não correntes, distribuídos por ativos fixos tangíveis e intangíveis (propriedade industrial) e pelo saldo de clientes que foi estimado com base no prazo médio de recebimentos.

A nível do Passivo, realça-se os dois financiamentos obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos, com contratos que venceriam em 2021 e 2022. Contudo, tal como referido no Plano Financeiro, o contrato com vencimento em 2021 será renegociado com o intuito de efetuar o seu pagamento no período de 2021 a 2024.

Revela-se ainda de importância no Passivo, o saldo em dívida a fornecedores, calculado com base no prazo médio de pagamentos, e as outras contas a pagar, que incluem a provisão para férias, subsídio de férias e encargos a pagar no ano seguinte.

Os capitais próprios são positivos e crescerão por acréscimo dos resultados positivos de todos os exercícios.

6. Demonstrações Financeiras Plurianuais Previsionais

2020 a 2029

6.1 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Infraestruturas e rodovias

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e serviços prestados	4 424 214	4 468 456	4 513 141	4 558 272	4 603 855	4 649 894	4 696 393	4 743 357	4 790 790	4 838 698
Subsídios à exploração	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	663 632	670 268	676 971	683 741	690 578	697 484	704 459	711 503	718 619	725 805
Fornecimentos e serviços externos	2 415 621	2 439 777	2 464 175	2 488 817	2 513 705	2 538 842	2 564 230	2 589 873	2 615 771	2 641 929
Gastos com o pessoal	1 282 632	1 295 458	1 308 413	1 321 497	1 334 712	1 348 059	1 361 540	1 375 155	1 388 907	1 402 796
Outros rendimentos e ganhos	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633	30 633
Outros gastos e perdas	43 776	44 214	44 656	45 103	45 554	46 009	46 470	46 934	47 404	47 878
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	199 186	199 371	199 559	199 748	199 939	200 132	200 327	200 524	200 723	200 924
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39 921	61 589	49 099	39 749	39 733	39 733	34 733	34 733	12 233	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	159 265	137 782	150 460	159 999	160 206	160 399	165 594	165 791	188 490	200 924
Juros e gastos similares suportados	88	7	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos	159 177	137 774	150 460	159 999	160 206	160 399	165 594	165 791	188 490	200 924
Imposto sobre o rendimento do período	33 427	28 933	31 597	33 600	33 643	33 684	34 775	34 816	39 583	42 194
Resultado líquido do período	125 749	108 842	118 863	126 399	126 563	126 716	130 820	130 975	148 907	158 730

6.2 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Parque de campismos

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e serviços prestados	1 199 965	1 223 965	1 248 444	1 273 413	1 298 881	1 324 859	1 351 356	1 378 383	1 405 951	1 434 070
Subsídios à exploração	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8 874	9 052	9 233	9 418	9 606	9 798	9 994	10 194	10 398	10 606
Fornecimentos e serviços externos	659 981	673 181	686 644	700 377	714 385	728 672	743 246	758 111	773 273	788 738
Gastos com o pessoal	288 853	291 741	294 659	297 605	300 581	303 587	306 623	309 689	312 786	315 914
Outros rendimentos e ganhos	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000
Outros gastos e perdas	30 052	30 653	31 266	31 891	32 529	33 180	33 843	34 520	35 210	35 915
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	482 206	489 338	496 642	504 122	511 780	519 622	527 650	535 869	544 284	552 897
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	358 020	369 520	381 892	403 946	402 884	402 884	344 344	262 598	226 011	123 787
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	124 185	119 818	114 750	100 176	108 896	116 738	183 306	273 272	318 272	429 110
Juros e gastos similares suportados	16 588	10 301	8 852	7 000	6 500	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos	107 598	109 518	105 898	93 176	102 396	116 738	183 306	273 272	318 272	429 110
Imposto sobre o rendimento do período	22 596	22 999	22 239	19 567	21 503	24 515	38 494	57 387	66 837	90 113
Resultado líquido do período	85 002	86 519	83 660	73 609	80 893	92 223	144 812	215 885	251 435	338 997

6.3 Demonstração dos Resultados por Natureza Plurianual – Consolidada

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Vendas e serviços prestados	5 624 180	5 692 421	5 761 585	5 831 685	5 902 736	5 974 753	6 047 749	6 121 740	6 196 741	6 272 768
Subsídios à exploração	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	672 506	679 320	686 204	693 158	700 184	707 282	714 453	721 697	729 016	736 410
Fornecimentos e serviços externos	3 075 602	3 112 958	3 150 819	3 189 194	3 228 090	3 267 514	3 307 476	3 347 983	3 389 044	3 430 668
Gastos com o pessoal	1 571 485	1 587 200	1 603 072	1 619 102	1 635 293	1 651 646	1 668 163	1 684 844	1 701 693	1 718 710
Outros rendimentos e ganhos	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633	150 633
Outros gastos e perdas	73 828	74 867	75 922	76 994	78 083	79 189	80 313	81 454	82 614	83 792
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	681 391	688 709	696 201	703 870	711 719	719 754	727 977	736 393	745 007	753 821
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	397 941	431 109	430 991	443 695	442 617	442 617	379 077	297 330	238 244	123 787
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	283 450	257 600	265 210	260 175	269 102	277 137	348 900	439 063	506 763	630 034
Juros e gastos similares suportados	16 676	10 308	8 852	7 000	6 500	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos	266 774	247 292	256 358	253 175	262 602	277 137	348 900	439 063	506 763	630 034
Imposto sobre o rendimento do período	56 023	51 931	53 835	53 167	55 147	58 199	73 269	92 203	106 420	132 307
Resultado líquido do período	210 752	195 361	202 523	200 008	207 456	218 938	275 631	346 860	400 342	497 727

6.4 Orçamento de Tesouraria Plurianual

RUBRICAS	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo										
Recebimentos de clientes	5 953 207	6 148 874	6 223 409	6 298 950	6 375 513	6 453 113	6 531 765	6 611 487	6 692 294	6 774 202
Pagamentos a fornecedores	4 040 564	4 424 382	4 473 962	4 524 474	4 575 903	4 628 237	4 681 465	4 735 581	4 790 578	4 846 453
Pagamentos ao pessoal	1 289 157	1 308 559	1 321 645	1 334 861	1 348 210	1 361 692	1 375 309	1 389 062	1 402 953	1 416 982
Caixa gerada pelas operações	**623 486**	**415 934**	**427 802**	**439 615**	**451 400**	**463 184**	**474 991**	**486 844**	**498 763**	**510 767**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-207 205	-217 639	-216 522	-247 866	-254 802	-258 653	-263 592	-280 565	-301 418	-317 569
Outros recebimentos/pagamentos	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000	420 000
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	**836 281**	**618 294**	**631 280**	**611 749**	**616 598**	**624 531**	**631 399**	**626 279**	**617 345**	**613 198**
Fluxos de caixa das actividades de investimento										
Pagamentos respeitantes a:										
Activos fixos tangíveis	-369 000	-147 600	-184 500	0	0	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	**-369 000**	**-147 600**	**-184 500**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento										
Pagamentos respeitantes a:										
Financiamentos obtidos	511 051	556 912	452 336	350 000	350 000	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares	16 676	10 308	8 852	7 000	6 500	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	**-527 727**	**-567 220**	**-461 188**	**-357 000**	**-356 500**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-60 446	-96 525	-14 407	254 749	260 098	624 531	631 399	626 279	617 345	613 198
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	260 794	200 347	103 822	89 415	344 164	604 262	1 228 792	1 860 192	2 486 471	3 103 816
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	**200 347**	**103 822**	**89 415**	**344 164**	**604 262**	**1 228 792**	**1 860 192**	**2 486 471**	**3 103 816**	**3 717 014**

6.5 Balanço Plurianual

RUBRICAS	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	31/12/2028	31/12/2029
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	1 801 790	1 690 680	1 609 689	1 365 994	1 123 377	880 760	701 683	604 353	566 109	542 322
Ativos intangíveis	7 612 308	7 412 308	7 212 308	7 012 308	6 812 308	6 612 308	6 412 308	6 212 308	6 012 308	5 912 308
	9 414 097	9 102 988	8 821 997	8 378 302	7 935 685	7 493 068	7 113 991	6 816 661	6 578 417	6 454 630
Ativo Corrente										
Inventários	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400	40 400
Clientes	811 763	821 591	831 553	841 649	851 881	862 252	872 764	883 419	894 218	905 166
Estados e outros entes públicos	24 751	18 006	19 313	13 722	13 883	14 046	14 211	14 378	14 548	14 720
Outras contas a receber	260 802	263 966	267 173	270 424	273 719	277 058	280 443	283 874	287 352	290 878
Caixa e depósitos bancários	200 347	103 822	89 415	344 164	604 262	1 228 792	1 860 192	2 486 471	3 103 816	3 717 014
	1 338 062	1 247 785	1 247 854	1 510 358	1 784 144	2 422 549	3 068 010	3 708 542	4 340 335	4 968 177
Total do ativo	10 752 159	10 350 773	10 069 850	9 888 660	9 719 829	9 915 617	10 182 001	10 525 202	10 918 751	11 422 807
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO										
CAPITAL PROPRIO										
Capital realizado	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800	356 800
Outras reservas	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534	821 534
Resultados transitados	4 212 974	4 423 726	4 619 086	4 821 609	5 021 617	5 229 073	5 448 011	5 723 642	6 070 502	6 470 845
Ajustamentos em activos financeiros	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925	-6 925
Resultado liquido do periodo	210 752	195 361	202 523	200 008	207 456	218 938	275 631	346 860	400 342	497 727
Total do capital próprio	6 495 135	6 690 495	6 893 018	7 093 026	7 300 482	7 519 421	7 795 052	8 141 911	8 542 254	9 039 981
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Financiamentos obtidos	1 152 336	700 000	350 000	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	145 032	146 482	147 947	149 426	150 921	152 430	153 954	155 494	157 048	158 619
	1 297 367	846 482	497 947	149 426	150 921	152 430	153 954	155 494	157 048	158 619
Passivo corrente										
Fornecedores	1 072 896	1 085 540	1 098 348	1 111 323	1 124 468	1 137 785	1 151 277	1 164 946	1 178 795	1 192 826
Estado e outros entes públicos	56 023	51 931	53 835	53 167	55 147	58 199	73 269	92 203	106 420	132 307
Financiamentos obtidos	556 912	452 336	350 000	350 000	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	822 660	803 455	786 801	772 450	760 177	749 780	741 080	733 913	728 131	723 604
Diferimentos	451 167	420 534	389 901	359 268	328 635	298 002	267 369	236 736	206 103	175 470
	2 959 657	2 813 796	2 678 885	2 646 207	2 268 426	2 243 766	2 232 995	2 227 798	2 219 449	2 224 207
Total do passivo	4 257 025	3 660 278	3 176 832	2 795 634	2 419 347	2 396 196	2 386 949	2 383 291	2 376 497	2 382 826
Total do capital próprio e do passivo	10 752 159	10 350 773	10 069 850	9 888 660	9 719 829	9 915 617	10 182 001	10 525 202	10 918 751	11 422 807

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

1. Nos termos do artigo 28.°, alínea g) da Lei n.°50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional **de GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infra-estruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, E.M., S.A.** (a Entidade) relativos aos exercícios de 2020 a 2029, que compreendem o Plano atividades, investimento e financeiros, Orçamento de exploração plurianual, Orçamento de tesouraria plurianual, Balanço previsional plurianual e Demonstração de resultados plurianual, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no Relatório dos Instrumentos de Gestão Previsional.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

2. É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.° 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

3. A nossa responsabilidade consiste em:
(i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional;
(ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e
(iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Conclusão e opinião

4. Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com

base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 03 de outubro de 2019

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS Nº 190
Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas, nº 1167

MATADOURO REGIONAL de MAFRA

Plano de Actividades e Orçamento de 2020

Mafra, 11 de Outubro de 2019

INTRODUÇÃO

A caminho dos dezasseis anos de atividade, destaca-se a boa articulação entre o Conselho de Administração, a Direcção e os funcionários do Matadouro Regional de Mafra, S.A., o que por si só, é um factor fundamental para a consolidação do posicionamento e da boa imagem para o mercado.

Para a elaboração deste documento é necessário perspectivarmos o que irá acontecer no ano seguinte, situação que dentro da realidade económico-financeira que continuamos a assistir, obriga-nos a uma grande prudência para conseguir criar cenários com alguma fiabilidade. As projeções económicas que estão a ser apresentadas mostram uma tendência ténue de crescimento da economia, apesar de não parecer existir igual desenvolvimento no rendimento liquido das famílias, condicionando obrigatoriamente o seu dia-a-dia, e refletindo-se de imediato, por exemplo, em menores consumos per *capita* de carne de bovino.

Acresce a este fator, o crescente afastamento e dificuldade de operacionalização da DGAV (Direcção Geral Alimentar e Veterinária) sobre os funcionários dos Corpos de Inspeção e sobre a capacidade de fornecer condições logísticas e de pessoal, nos moldes em que o mercado necessita, prejudicando e condicionando o normal funcionamento das unidades de abate. Embora exista dificuldade em garantir meios humanos para as equipas de Inspeção Sanitária, é notório que em termos administrativos, as exigências continuam a aumentar, traduzindo-se numa crescente fiscalização do sector traduzida em auditorias, vistorias, inspeções, verificações, etc., que poderão acarretar em custos que não poderemos prever. Constatamos igualmente, que também os produtores estão sujeitos, a toda esta carga burocrática situada a um nivel de exigência, que os desanima fazendo com que o sector esteja envelhecido e com uma baixa taxa de entrada de novos produtores.

Em conclusão, apenas com base na experiência adquirida e conscientes das dificuldades em que a fileira está inserida e da grande competitividade deste mercado, que poderemos elaborar este Plano de Atividades e Orçamento para o exercicio de 2020.

1. MERCADO

O M.R.M., S.A. no ano de 2019 praticamente alcançou os valores do ano anterior e foi ligeiramente melhor aos valores registados em termos nacionais, pois assistiu-se a uma quebra das quantidades de bovinos abatidos em cerca de 3,2% (Set2019/Set2018).
Em simultâneo e com a descida dos abates em termos nacionais, mantem-se a grande concorrência ao nível de preços que as unidades de abate (integradas em grupos privados), continuam a incutir provocando constantemente uma grande instabilidade e dificuldade na fidelização dos clientes, obrigando-nos a ter iguais procedimentos.
De realçar, o comportamento dos preços dos Couros e Peles, pois ao longo do ano de 2019 sofreram uma forte desvalorização, existindo alguns escalões de preços de Couros e Peles que se encontram sem valor comercial. Infelizmente ao momento, ainda não nos é possível vislumbrar quaisquer sinais de melhoria nos mercados.

2. ACTIVIDADE

2.1 Serviços Administrativos

Para 2020, vamos manter a realização de acções e a melhoria de alguns procedimentos internos, com vista a aumentar a eficiência das operações. Em paralelo, com o crescimento da empresa, têm aumentado o número de transacções e de documentação subjacente ao normal desenvolvimento da empresa, obrigando a um maior esforço no respectivo tratamento administrativo e contabilístico. Acresce, as constantes alterações na legislação que obrigam a adaptações das aplicações informáticas e a um aumento dos reportes de informação, nomeadamente para as entidades oficiais. Desta forma, será fundamental manter a política de melhoria contínua das aplicações informáticas, apostar no incremento da velocidade da rede interna e equacionar sobre a actualização de alguns equipamentos.
Deve-se salientar ainda, que é de extrema importância o esforço na execução das cobranças, pois na continuação dos anos anteriores, os clientes continuam com grandes dificuldades no cumprimento das suas obrigações.

2.2 Serviços Técnicos

No que respeita aos Serviços Técnicos, manteremos o empenho em manter os bons resultados operacionais.
O Plano HACCP será revisto e actualizado, de acordo com as sempre exigentes regras legislativas e com a melhoria contínua dos procedimentos.
A aposta na formação é, e será, uma constante na nossa política de funcionamento interno.

Continuaremos a realizar uma manutenção preventiva, não esquecendo o desgaste natural dos equipamentos.

O apoio aos utentes será também para manter, nomeadamente a divulgação dos resultados microbiológicos das análises das carcaças, na documentação obrigatória na movimentação animal, nos registos de transportadores de animais, etc.

Na área ambiental, continuaremos com um elevado nível de exigência de resultados, tanto a nível de controlo da ETARI, como no controlo das emissões e gestão de resíduos.

2.3 Serviços de Produção

A higiene do abate é também uma preocupação constante da nossa empresa, e assim sendo, mantem-se em operação, a oclusão do recto e obliteração do esófago dos pequenos ruminantes, em paralelo, com algumas melhorias de eficiência no processamento das carcaças.

Pretendemos melhorar o tempo entre a insensibilização e a sangria dos animais, de modo a minimizar os efeitos nocivos na qualidade da carne.

Será melhorado o Manual de bem-estar animal, incidindo em formação especifica para os colaboradores afectos a esta área, reforçando a preocupação que esta área ocupa como garantia de sucesso na obtenção de um produto de qualidade superior.

Manter a preocupação na organização e correcta separação dos subprodutos tornando todo o processo de tecnologia de abate, mais eficiente e por consequência mais rentável.

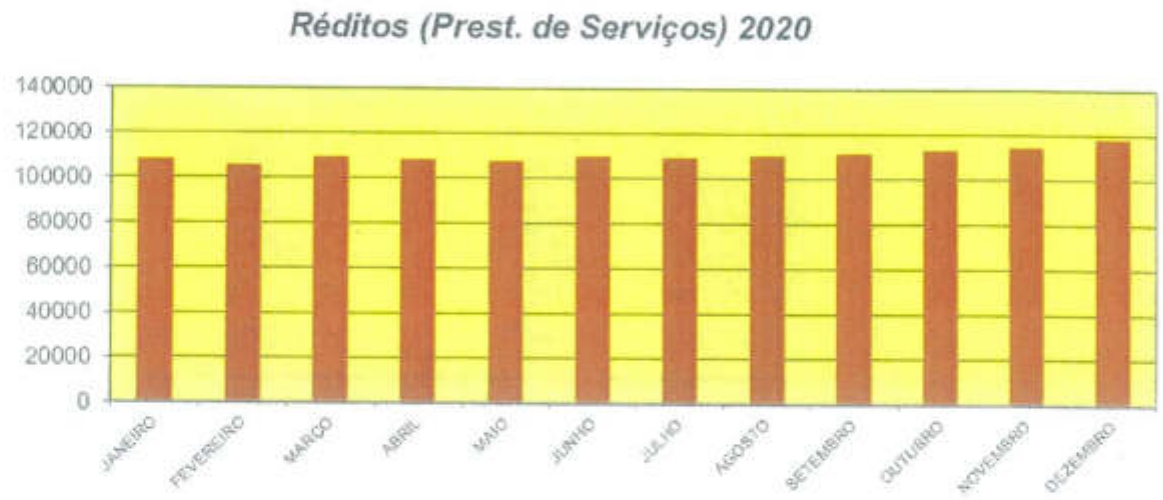
Na linha de abate, será necessário continuar com a manutenção preventiva habitual, por forma, a garantir correta operacionalidade dos equipamentos e evitar paragens na linha.

Após a conclusão das obras de beneficiação e ampliação do MRM, teremos que abordar e refletir sobre o tratamento técnico mais adequado a realizar no piso da zona da abegoaria. Após tantos anos de utilização o mesmo já apresenta elevados sinais de desgaste e por vezes, já não garante as melhores condições operacionais. Por fim, dever-se-á equacionar a limitação do terreno do M.R.M., S.A. e criar um acesso à ETARI por Norte, por forma a melhorarmos no futuro o aproveitamento dos subprodutos da ETARI.

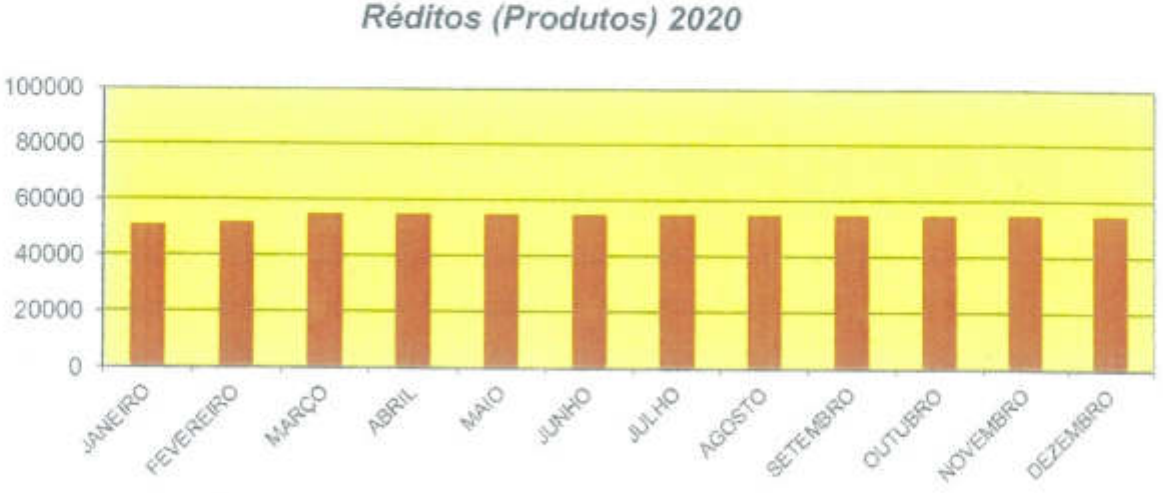
3. ORÇAMENTO PREVISIONAL

De seguida, encontram-se descritas as principais contas do Orçamento Previsional para o ano de 2019 e a análise dos factores que poderão condicionar os resultados do Matadouro Regional de Mafra, S.A..

3.1. Contas de Proveitos



Perspectiva-se, que no final de 2020 os valores da Prestação de Serviços possam ter um incremento face a 2019 superior a 5%, permitindo ultrapassar o valor de 1.325.000,00 €.



Na rubrica das Vendas de Produtos (onde se destacam os Couros e Peles com cerca de 85% do valor), por via da forte desvalorização ocorrida durante o ano de 2019, perspetivamos uma quebra superior a 48%, superando ainda assim, os 650.000,00€, com uma

contribuição menor de outros subprodutos. Tal como já tinha sido destacado em anos anteriores, confirma-se mais uma vez, uma grande volatilidade de preços no mercado dos Couros e Peles, demonstrando a grande dificuldade de previsibilidade neste tipo de mercados.

3.2. Contas de Custos



Apesar da sensibilidade da cotação já referida, estima-se na rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas, uma redução no valor proporcional às Vendas dos Couros e Peles. Na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, esperamos uma ligeira subida de valores, pois apesar do aumento dos gastos nos contratos com a eliminação dos subprodutos (Catg.1, Catg.2 e Catg.3), têm sido possíveis importantes ganhos de eficiência e também de melhorias de preços em alguns consumíveis.

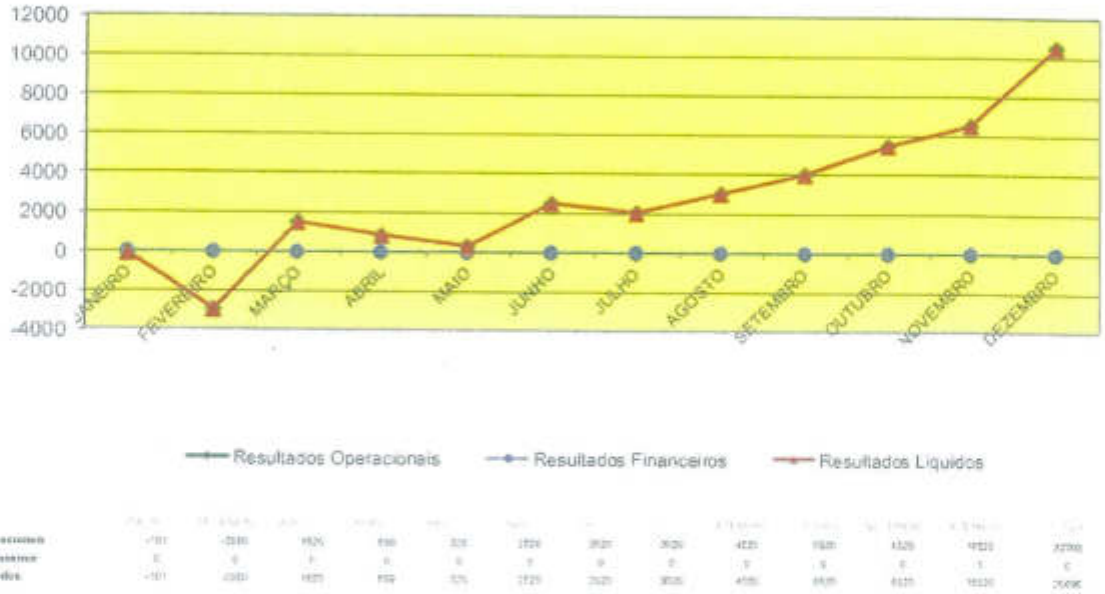
Na rubrica, Gastos com Pessoal estima-se um valor ligeiramente superior, justificado pela atualização salarial, acrescido pela necessidade de reforço de pessoal para substituição, por via da idade de alguns funcionários ao serviço da empresa.

Na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações prevê-se um aumento por via de ser o primeiro exercício completo de amortização das instalações recentemente ampliadas.

3.3. Contas de Resultados

Conforme se pode verificar no gráfico a seguir mencionado, referente aos dados previsionais para 2020, destaca-se o valor positivo dos resultados operacionais e o valor nulo dos resultados financeiros, que somados se poderão traduzir no final do ano em resultados líquidos previsionais no valor de 26.696,34€ (Vinte e seis mil, seiscentos e noventa e seis euros e trinta e quatro cêntimos).

Contas de Resultados Previsionais 2020



Mafra, 11 de Outubro de 2019

O Presidente do Conselho de Administração

Hélder António Guerra de Sousa Silva (Eng.º)

Vogal do Conselho de Administração

Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Dr.)

Vogal do Conselho de Administração

Hugo Manuel Moreira Luis (Dr.)

MAPAS PREVISIONAIS

MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

BALANÇO PREVISIONAL

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO 2020
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis		1 207 219,63 €
Propriedades de investimento		0,00 €
Goodwill		0,00 €
Activos intangíveis		0,00 €
Activos biológicos		0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		0,00 €
Participações financeiras - outros métodos		1 000,00 €
Accionistas/sócios		0,00 €
Outros activos financeiros		5 248,13 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €
		1 213 467,76 €
Activo corrente		
Inventários		0,00 €
Activos biológicos		0,00 €
Clientes		659 409,33 €
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €
Estado e outros entes públicos		11 870,70 €
Accionistas/sócios		0,00 €
Outras contas a receber		27 040,87 €
Diferimentos		7 722,75 €
Activos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros activos financeiros		0,00 €
Activos não correntes detidos para venda		0,00 €
Caixa e depósitos bancários		257 260,42 €
		963 304,08 €
TOTAL DO ACTIVO		2 176 771,84 €

BALANÇO PREVISIONAL

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO 2020
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital realizado		750 000,00 €
Acções (quotas) próprias		10 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €
Reservas legais		150 000,00 €
Outras reservas		732 818,37 €
Resultados transitados		0,00 €
Ajustamento em activos financeiros		0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €
Outras variações no capital próprio		42 434,01 €
Resultado líquido do período		26 696,34 €
Interesses minoritários		0,00 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 711 948,72 €
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões		0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €
Responsabilidade por benefícios pós-emprego		0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €
Outras contas a pagar		0,00 €
		0,00 €
Passivo corrente		
Fornecedores		347 556,34 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €
Estado e outros entes públicos		103 659,47 €
Accionistas/sócios		7 000,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €
Outras contas a pagar		6 607,31 €
Diferimentos		0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €
Passivos não correntes detidos para venda		0,00 €
		464 823,12 €
TOTAL DO PASSIVO		464 823,12 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2 176 771,84 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099

40261

MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PREVISIONAL

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2020
Vendas e Serviços Prestados		
Mercadorias		487 508,00 €
Produtos		165 492,00 €
Prestação de Serviços		1 325 228,00 €
Subsídios à exploração		0,00 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
Mercadorias		-483 040,00 €
Matérias		-13 240,00 €
Fornecimento e serviços externos		-534 775,36 €
Gastos com o pessoal		-689 800,32 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		12 960,12 €
Outros gastos e perdas		-24 487,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**245 244,84 €**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-211 452,00 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**33 792,84 €**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €
Resultados antes de impostos		**33 792,84 €**
Imposto sobre o rendimento do período		7 096,50 €
Resultado líquido do período		**26 696,34 €**

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099
NIF
40261

MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

Rubricas			2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO:			
Recebimento de clientes		+	2 037 574,84 €
Pagamentos a fornecedores		-	-1 092 918,68 €
Pagamentos ao pessoal		-	-689 800,92 €
Caixa gerada pelas operações		+/-	254 855,24 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-7 096,50 €
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	-12 126,88 €
Fluxos das actividades operacionais	*[1]*	+/-	235 631,86 €
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-125 000,00 €
Activos intangíveis		-	0,00 €
Investimentos Financeiros		-	-780,00 €
Outros activos		-	0,00 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		+	0,00 €
Activos intangíveis Investimentos financeiros		+	0,00 €
Outros activos		+	0,00 €
Subsídios ao investimento		+	0,00 €
Juros e rendimentos similares		+	0,00 €
Dividendos			0,00 €
Fluxos das actividades de investimento	*[2]*	+/-	-125 780,00 €
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		+	0,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	0,00 €
Cobertura de prejuízos		+	0,00 €
Doações		+	0,00 €
Outras operações de financiamento		+	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-	0,00 €
Juros e gastos similares		-	- €
Dividendos		-	0,00 €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	0,00 €
Outras operações de financiamento		-	0,00 €
Fluxos das actividades de financiamento	*[3]*		0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes	[1] + [2] + [3]		109 851,86 €
Efeitos das diferenças de câmbio		+/-	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	147 408,56 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	257 260,42 €

Conselho de Administração

Contabilista Certificado nº 40261

168814099

40261

ANEXOS

6

ORÇAMENTO DOS SMAS DE MAFRA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA



ANO 2020

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020/2024
ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
MAPA DE PESSOAL

ÍNDICE

1. PREÂMBULO 3
2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS 4
3. ANÁLISE AO ORÇAMENTO 2020 6
4. MAPAS DO ORÇAMENTO 13
   4.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 13
   4.2. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO 2020 14
   4.3. ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO 2020 17
   4.4. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 22
   4.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024 24
6. MAPA DE PESSOAL 28

1. PREÂMBULO

Em função da defesa do interesse público e após um longo processo negocial associado ao resgate da concessão, que teve a sua concretização após 01 de setembro de 2019, podemos afirmar que o ano 2019 foi um marco para Mafra associado à reativação dos Serviços Municipalizados de Água e de Saneamento, na dependência da Câmara Municipal.

Neste plano e orçamento para 2020, em primeiro lugar, queremos consolidar o processo de transição. Atendendo a que o pessoal é o bem mais precioso de qualquer organização, queremos garantir que todos os colaboradores dos novos SMAS-Mafra estão devidamente enquadrados, motivados e sintonizados com a nova organização.

Em segundo lugar, durante o ano de 2020, preconizamos manter e se possível melhorar a qualidade do serviço, fornecendo um serviço de água e de saneamento de excecional qualidade em todo o território do concelho de Mafra.

Em terceiro lugar queremos adequar o tarifário à realidade socioeconómica do Concelho de Mafra. Desde que iniciámos o processo de resgate (2016), já reduzimos as tarifas em mais de 8%. Mas não estamos conformados, queremos no próximo ano de 2020 também não aumentar as tarifas, absorvendo os já anunciados aumentos do preço da água em alta, assim como os aumentos do índice de preços ao consumidor e dos outros fatores de produção. Assim, em 2020, vamos reduzir as tarifas, atingindo um acumulado acima dos dois dígitos (10%), ajustando em baixa os tarifários, em duas áreas que consideramos prioritárias: pequeno comércio e condomínios habitacionais.

Em quarto lugar, queremos investir na renovação das redes de água, na ampliação das redes de saneamento e na melhoria das redes pluviais em todo o concelho. No ano de 2020 está previsto um valor de investimento em renovação e ampliação de redes superior a 4,5 Milhões de euros.

Em quinto lugar, queremos introduzir novas tecnologias nas redes e no serviço. Queremos que as novas tecnologias tornem a vida dos nossos munícipes mais simples.

Mafra, pelo seu desenvolvimento e atratividade, aliados à qualidade de vida que propicia a quem aqui reside, trabalha ou visita, só pode ter uns SMAS que acompanhe os desafios que diariamente se nos colocam.

Esperamos corresponder às expectativas dos nossos munícipes.

O Conselho de Administração
Hélder Sousa Silva
Joaquim Sardinha
Sérgio Santos

2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

No cumprimento dos termos legais apresentam-se os Documentos Previsionais para o período 2020/2024, designadamente o Orçamento 2020, o Plano Orçamental Plurianual e o Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra.

Para o mesmo foi considerado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que incorpora a estrutura concetual da informação financeira pública e as normas de contabilidade pública, explanada na NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, e o artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, lei que determina o Regime Financeiro das Autarquias Locais e articulado com as medidas para orientar a execução orçamental.

Na elaboração do presente documento foram ainda consideradas as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e os princípios constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (Regime Jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos) e do Regulamento n.º 594/2018, de 04 de setembro (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos).

A elaboração dos documentos previsionais aqui apresentados teve como base os seguintes principais considerandos e pressupostos:

- O início da atividade dos SMAS a 1 de setembro de 2019, após a finalização do processo de resgate, e os principais objetivos estratégicos preconizados pelo Conselho de Administração para os próximos anos, nomeadamente: garantir a prestação de um serviço público de excelência, aos níveis técnico, económico, social e ambiental, adequar o tarifário à realidade socioeconómica do concelho, investir na renovação das redes de água e na ampliação das redes de saneamento, bem como na melhoria das redes pluviais e introduzir novas tecnologias na gestão das redes e do serviço;

- O plano de amortização da dívida inerente ao empréstimo contraído pela Câmara Municipal de Mafra para a operação de resgate;

- A manutenção do tarifário aplicado em 2019, com exceção da tarifa fixa não doméstica de pequenos calibres, que será reduzida por forma a baixar a fatura do pequeno comércio e condomínios, promovendo o aumento de novas ligações e contratações, inclusivamente de utilizadores que no passado solicitaram o cancelamento do serviço;

- As receitas foram calculadas tendo por base o tarifário definido no ponto anterior aplicado à estimativa, quer de consumos quer do número de utilizadores de cada um dos sistemas para cada ano. Estas estimativas tiveram por base o histórico de capitações e o crescimento de clientes registado nos últimos 2 anos;

- As despesas operacionais foram calculadas por forma a cobrir todas as necessidades de funcionamento dos Serviços de Águas, tendo como princípio base a utilização racional dos recursos disponíveis e os compromissos já estabelecidos com os fornecedores e prestadores de serviços. Neste ponto, é de realçar o facto de, à data de elaboração deste orçamento, estarem ainda em curso alguns processos de contratação relevantes, obrigando a uma estimativa sem uma base efetiva / histórica;

- No que respeita às despesas mais relevantes do orçamento dos SMAS, designadamente com a compra de água à EPAL e à AdVT e a entrega de águas residuais à AdTA, foram considerados os valores das tarifas e compromissos para 2020 informados por cada uma destas entidades;

- No apuramento das despesas com o pessoal foram observadas as disposições legais em vigor. Neste rúbrica é de realçar que estão considerados os trabalhadores que se prevê que integrem a estrutura orgânica dos SMAS e cujos processos de recrutamento estão autorizados e em curso, para além dos trabalhadores existentes à data da elaboração do orçamento;

- Abertura de um novo posto de atendimento na Loja do Cidadão;

- Implementação e certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo o referencial NP EN ISO 9001:2015, da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), de acordo com o referencial NP EN ISO 45001:2018 e Ambiental (SGA) segundo o referencial NP EN ISO 14001:2015;

- As despesas de capital contemplam todos os investimentos considerados prioritários ao nível de: remodelações de redes de água, ampliação de redes de saneamento, renovação de redutoras de pressão e centrais elevatórias, reabilitação integral de alguns reservatórios de água, aquisição de equipamentos e ferramentas para a gestão operacional dos serviços, a renovação da generalidade do parque informático, dos servidores e de software, a introdução de novas tecnologias ao nível da teleleitura no cliente final.

3. ANÁLISE AO ORÇAMENTO 2020

Orçamento da Receita para 2020

No quadro abaixo evidencia-se a distribuição do montante da receita orçamentada para o ano de 2020, por classificação económica e respetivos pesos em termos percentuais.

Orçamento da Receita para 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
04	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	1%
05	Rendimentos da propriedade	10	0%
06	Transferências correntes	10	0%
07	Venda de bens e serviços correntes	16 454 214	78%
08	Outras receitas correntes	4 424 230	21%
	Receita Corrente	**21 148 479**	**100%**
09	Venda de bens de investimento	15	0%
10	Transferências de capital	15	0%
11	Activos financeiros	0	0%
12	Passivos financeiros	15	0%
13	Outras receitas de capital	10	0%
	Receita de Capital	**55**	**0%**
	Receita Total	**21 148 534**	

O orçamento da receita é composto por 21.148.479€ de receita corrente e por 55€ de receita de capital

Orçamento da Despesa para 2020

No quadro abaixo é explanada a distribuição do montante da despesa orçamentada para o ano de 2020, por classificação económica e respetivos pesos em termos percentuais.

Orçamento da Despesa para 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
01	Despesas com o pessoal	2 383 026	11%
02	Aquisição de bens e serviços	8 432 958	40%
03	Juros e outros encargos	96 750	0%
04	Transferências correntes	10	0%
05	Subsídios	0	0%
06	Outras despesas correntes	721 015	3%
	Despesas Corrente	**11 633 759**	**55%**
07	Aquisição de bens de capital	4 914 740	23%
08	Transferências de capital	20	0%
09	Activos financeiros	0	0%
10	Passivos financeiros	1 100 005	5%
11	Outras despesas de capital	3 500 010	17%
	Despesas de Capital	**9 514 775**	**45%**
	Despesa Total	**21 148 534**	

O orçamento da despesa é composto por 11.633.759€ de despesa corrente e por 9.514.775€ de despesa de capital. Realça-se que 3.971.005€ da despesa corrente (34%) são referentes à aquisição de água em alta e 2.133.289€ (18%) referentes à recolha e tratamento de efluentes.

Plano Plurianual de Investimentos 2020/2024

No quadro abaixo é apresentado o resumo do Plano Plurianual de Investimentos 2020/2024, agrupado pelas principais rúbricas.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024 - RESUMO

DESIGNAÇÃO	ANO					TOTAL PREVISTO 2020/2024
	2020	2021	2022	2023	2024	
Abastecimento de Água						
Estudos e Projetos	200	40 000	40 000	40 000	40 000	160 200
Obras	1 190 442	1 246 826	1 169 263	1 323 098	1 410 603	6 340 231
Edificações	382 300	200 000	200 000	200 000	200 000	1 182 300
Equipamentos	551 600	560 000	810 000	810 000	810 000	3 541 600
Terrenos	200	10 100	10 100	10 100	10 100	40 600
Total	**2 124 742**	**2 056 926**	**2 229 363**	**2 383 198**	**2 470 703**	**11 264 931**
Águas Residuais						
Estudos e Projetos	12 000	70 000	70 000	70 000	70 000	292 000
Obras	2 261 843	1 689 300	1 685 263	1 703 098	1 790 603	9 130 106
Edificações	185 350	100 000	100 000	100 000	100 000	585 350
Equipamentos	15 000	20 000	20 000	20 000	20 000	95 000
Terrenos	11 100	11 100	11 100	11 100	11 100	55 500
Total	**2 485 293**	**1 890 400**	**1 886 363**	**1 904 198**	**1 991 703**	**10 157 956**
Actividades de Apoio						
Estudos e Projetos	200	200	200	200	200	1 000
Obras	200	5 100	5 100	5 100	5 100	20 600
Máquinas e Equipamentos	27 370	113 100	113 100	113 100	113 100	479 770
Informática	276 935	90 000	90 000	90 000	90 000	636 935
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Total	**304 705**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**1 138 305**
Total Geral	**4 914 740**	**4 155 726**	**4 324 125**	**4 495 796**	**4 670 805**	**22 561 194**

Seguidamente é apresentado um descritivo dos investimentos mais relevantes que se propõem executar em 2020 nas infraestruturas pertencentes à rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas.

INVESTIMENTOS NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

REMODELAÇÃO DA CONDUTA GRAVÍTICA ERICEIRA - FOZ DO LIZANDRO, NA ER 247 (PPI.2020.0019)

A conduta gravítica que garante o transporte de água entre a Ericeira e a Foz do Lizandro, instalada no início da década de 60 e que se desenvolve ao longo da Estrada Regional 247, apresenta um grau

de deterioração elevado, que se tem manifestado na ocorrência de um elevado número de avarias e, consequentemente, de interrupções no abastecimento de água à população.

Face ao elevado número de habitantes cujo abastecimento de água depende desta conduta e dado o seu débil estado de conservação, propõe-se a sua remodelação numa extensão total de cerca de 2.060 m, ao longo da ER 247, com instalação de tubagem em PEAD de diâmetro variável entre os 90 e os 140 mm.

Poderão ainda usufruir da obra cerca de 800 habitantes residentes na localidade de Fonte Boa da Brincosa, uma vez que as condutas a instalar poderão constituir um circuito de abastecimento alternativo.

ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA RÓLIA (PPI.2020.0030)

O sistema de abastecimento da Rólia apresenta atualmente as seguintes debilidades:

- Reserva insuficiente face aos consumos verificados, sobretudo no período do verão;
- Necessidade de se reduzir a pressão na linha que abastece o reservatório da Rólia (superior a 10 bar nos locais mais críticos), que resultaria numa redução do caudal afluente a este reservatório, agravando a situação da sua autonomia;
- Elevado número de avarias/interrupções no abastecimento decorrentes do excesso de pressão na adutora da Venda do Valador para a freguesia do Milharado;
- Problemas no abastecimento de água nos locais de cota mais elevada (nas localidades de Casais da Serra e Vale de S. Gião).

A solução proposta consiste, essencialmente, na transferência de uma parte da rede abrangida pelo reservatório da Rólia para a zona de abastecimento de Casais da Serra (bombagem). Para isso, preconiza-se uma picagem na ventosa existente da conduta elevatória Casais da Serra/Venda do Pinheiro e a remodelação de cerca de 410 metros de conduta em PVC DN 90 mm para PEAD DN160 mm, com recurso à técnica "Pipe Bursting".

Serão necessárias outras intervenções associadas a esta alteração do abastecimento, nomeadamente:

- A interligação das condutas de entrada e saída do reservatório da Venda do Pinheiro, de modo a permitir que a conduta elevatória funcione em sentido inverso, com escoamento por gravidade (sentido Venda do Pinheiro – Casais da Serra);
- A interligação das condutas de entrada e saída do reservatório da Rólia, que permitirá uma entrada alternativa de água e, futuramente, que este reservatório funcione como reservatório de extremidade;
- A instalação de duas válvulas redutoras de pressão: uma no ponto de ligação à conduta elevatória e outra na localidade de Sobreira.

REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BAPTISTA ANTUNES - MALVEIRA-REMODELAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (PPI.2020.0037)

A Câmara Municipal de Mafra irá promover em 2020 o concurso para requalificação do Largo da Feira, na Malveira. A área de intervenção circunscreve-se ao Largo da Feira e Av. José Batista Antunes.

Tendo em consideração a tipologia da intervenção, os SMAS de Mafra considera premente incluir na empreitada a remodelação das condutas de abastecimento de água em fibrocimento instaladas na área de intervenção, que se encontram no final da sua vida útil (rede instalada há cerca de 65 anos) e que possuem diâmetros reduzidos (50 mm). Desta forma, preconiza a instalação de aproximadamente 2.650 m de tubagem em PEAD de diâmetros que variam entre os 90 e os 160 mm.

CONDUTA ADUTORA MAFRA-FONTE BOA DOS NABOS: TROÇO NA RUA MOREIRA (PPI.2020.0025)

O Plano Diretor de Abastecimento de Água ao Concelho de Mafra prevê a construção de um eixo de adução entre Mafra e a Ericeira (reservatório de Fonte Boa dos Nabos), que visa suprir os défices de abastecimento existentes nesta área, sobretudo em época estival, devido à grande componente de população flutuante que nessa altura ocorre nas freguesias da Carvoeira e Ericeira.

Esse projeto preconiza a instalação de uma nova conduta adutora ao reservatório da Zona Baixa de Mafra e ao reservatório de Fonte Boa dos Nabos, com origem no reservatório da Zona Alta de Mafra.

Uma parte desta conduta foi já instalada no âmbito da empreitada de "Remodelação da rede de abastecimento de água no Terreiro D. João V" e foi igualmente remodelada a conduta de saída do reservatório de Mafra Zona Alta até à Rua do Canal, no âmbito da construção do novo parque intermodal do Alto da Vela.

O presente projeto contempla a remodelação do troço localizado imediatamente a jusante do troço remodelado no âmbito da empreitada de "Remodelação da rede de abastecimento de água no Terreiro D. João V", desde o início da Rua Moreira até ao cruzamento com a Rua Francisco Alves Gato. Preconiza-se a instalação de cerca de 310 m de tubagem em PEAD DN450 mm e de DN165 m de tubagem em PEAD DN250 mm, bem como a remodelação do contador de rede existente.

A necessidade de execução desta empreitada no futuro próximo está igualmente associada à eminente construção do novo Hotel de Mafra, localizado no espaço do antigo Parque e Oficinas da Câmara Municipal. A satisfação do consumo previsto para este novo empreendimento não poderá ser garantido pela rede pública sem que seja executada a remodelação de rede descrita anteriormente.

REMODELAÇÃO DA CONDUTA GRAVÍTICA DE ABASTECIMENTO À PICANCEIRA (PPI.2020.0013)

O abastecimento de água à localidade da Picanceira tem sofrido interrupções frequentes, motivadas pelo elevado número de avarias que têm ocorrido num troço de conduta existente na Estrada Nacional 9 e na Rua de Santo António (troços em fibrocimento DN50 mm, instalados no início da década de 60).

Os SMAS de Mafra propuseram a inclusão da remodelação destes troços de conduta na lista de obras prioritárias a realizar, com a instalação de tubagens em PEAD DN110 mm (454 m), 90 mm (420 m) e 50 mm (30 m).

INVESTIMENTOS NA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE CASAIS DE S. LOURENÇO (PPI.2020.0058)

A rede pública de drenagem de águas residuais domésticas existente na localidade de Casais de S. Lourenço abrange apenas alguns arruamentos dessa localidade, tendo como destino final três fossas séticas municipais (executadas no âmbito de operações de loteamento). Por outro lado, em S. Lourenço não existe sequer essa infraestrutura.

Face à proximidade dessa localidade relativamente à orla costeira e em particular, por se tratar de uma zona balnear de extrema relevância, a expansão do sistema público de saneamento é considerado prioritário. Acresce ainda que, atualmente, a empresa Águas do Tejo Atlântico (AdTA) deu início à empreitada que permitirá o encaminhamento do efluente doméstico de toda a localidade para o subsistema da Ericeira, viabilizando desta forma a entrada em serviço da rede pública projetada.

A intervenção preconizada reparte-se por seis bacias de drenagem gravíticas, contemplando a instalação de cerca de 3,2 km de rede em PVC-U com DN200 mm. Permitirá servir cerca de 300 novos utentes (termo coincidente com cliente de água), sendo igualmente abrangidos pela intervenção cerca de 70 utentes potenciais já atualmente servidos com rede de saneamento.

REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BAPTISTA ANTUNES – MALVEIRA - REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS (PPI.2020.0066)

A Câmara Municipal de Mafra irá promover em 2020 o concurso para requalificação do Largo da Feira, na Malveira. A área de intervenção circunscreve-se ao Largo da Feira e Av. José Batista Antunes.

Tendo em consideração a tipologia da intervenção e as anomalias identificadas no âmbito do estudo da rede unitária dessa localidade (elaborado em 2018/2019), que têm originado inundações no limite sul da área de intervenção (Rua José Franco Canas), considera-se prioritário incluir na empreitada a remodelação desse sistema.

As intervenções propostas, que serão complementadas com as previstas na especialidade de drenagem de águas pluviais, têm como objetivo a compatibilização de traçados dos coletores existentes, promovendo simultaneamente a separação das redes e, paralelamente, mitigar a possibilidade de ocorrência de inundações durante a ocorrência de precipitação. Nesse sentido, é proposta a instalação de cerca de 1.100 metros de coletor DN200 mm, transferência/execução de ramais domiciliários, bem como a execução de um coletor de descarga de emergência em PVC-U DN315 com cerca de 90 m de comprimento. Parte do coletor de descarga (cerca de 15 metros de comprimento) terá de ser instalado com recurso à técnica de perfuração horizontal dirigida, permitindo desta forma a travessia sob a linha ferroviária existente sem abertura de vala.

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE MONTESOUROS, MURTAIS E QUINTAL (PPI.2020.0063)

As localidades de Montesouros, Murtais e Quintal encontram-se parcialmente servidas por rede pública de drenagem de águas residuais domésticas, através de dois pequenos sistemas tendo como destino final fossas municipais e um sistema cujo destino consiste na ETAR do Quintal.

Face à proximidade que estas localidades têm relativamente a Mafra e da população abrangida, considerou-se prioritário investir na expansão desse sistema. Contempla-se a instalação de cerca de 4 km de coletor em PVC-U DN200 mm, 2 sistemas elevatórios e 1 nova ETAR que garantirá o tratamento do efluente doméstico das três localidades. A atual ETAR do Quintal será desativada, sendo o efluente encaminhado para a nova infraestrutura a construir. Preconiza-se ainda a desativação de uma fossa sética municipal existente na localidade de Montesouros. O investimento a realizar permitirá a expansão do sistema público de saneamento a cerca de 169 novos utentes.

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA CARAPINHEIRA - BACIA A (PPI.2020.0065)

A rede de drenagem de águas residuais domésticas da Carapinheira teve, na sua génese, operações de loteamento promovidas por promotores particulares. Num desses loteamentos foi instalada uma ETAR compacta que foi dimensionada para 300 hab.eq, sendo esse sistema de saneamento pertencente à gestão dos SMAS de Mafra.

Tendo em consideração a orografia do local, verifica-se ser possível expandir o sistema à zona norte da localidade (Rua do Bairro Novo e adjacentes), sendo contudo necessário reformular a ETAR existente por forma a permitir o tratamento dos efluentes dos novos utentes.

A presente obra pretende dar resposta a esta expansão do sistema público de saneamento que tem sido reivindicada pela população aí residente já há vários anos). A empreitada contempla a instalação de cerca de 840 metros de coletor em PVC-U DN200 mm e a reformulação da ETAR para um aumento de capacidade (total - 500 hab.eq), o que permitirá que 35 novos utentes sejam servidos com rede pública de saneamento.

4. MAPAS DO ORÇAMENTO

4.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	21 148 479,00	Correntes	11 633 759,00
Capital	55,00	Capital	9 514 775,00
Total Geral	**21 148 534,00**	**Total Geral**	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração
em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo
em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo
em ____ de _____ de ____

4.2. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO - Receita

Capítulo	Descrição	Montante (€)
Receitas Correntes		
04	Taxas, multas e outras penalidades	270 015,00
05	Rendimentos da propriedade	10,00
06	Transferências correntes	10,00
07	Venda de bens e serviços correntes	16 454 214,00
08	Outras receitas correntes	4 424 230,00
	Total das Receitas Correntes	**21 148 479,00**
Receitas de Capital		
09	Venda de bens de investimento	15,00
10	Transferências de capital	15,00
12	Passivos financeiros	15,00
13	Outras receitas de capital	10,00
	Total das Receitas de Capital	**55,00**
	Total Orçamento	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

smas MAFRA

ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
04	**Taxas, multas e outras penalidades**	**270 015**
0401	Taxas	220 005
040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	150 000
040102	Taxa de Gestão de Resíduos	5
040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	70 000
0402	Multas e outras penalidades	50 010
040201	Juros de mora	30 000
040202	Juros compensatórios	5
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	20 000
040299	Multas e penalidades diversas	5
05	**Rendimentos da propriedade**	**10**
0502	Juros - Sociedades financeiras	5
050201	Bancos e outras instituições financeiras	5
0510	Rendas	5
051099	Outros	5
06	**Transferências correntes**	**10**
0603	Administrações central	5
060301	Estado	5
06030199	Outras	5
0605	Administração local	5
060501	Continente	5
06050199	Outros	5
07	**Venda de bens e serviços correntes**	**16 454 214**
0701	Venda de bens	6 934 418
070108	Mercadorias	6 934 418
07010802	Água	6 932 942
07010899	Outros	1 476
0702	Serviços	9 519 796
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	5
070203	Vistorias e ensaios	5
070204	Serviços de laboratórios	5
070209	Serviços específicos das autarquias	9 519 781
07020901	Saneamento	6 015 090
070209011	Saneamento - Tarifa Variavel	3 668 409
070209012	Saneamento - Tarifa Fixa	2 346 681
07020902	Resíduos Sólidos	5
07020904	Trabalhos por conta de particulares	222 183
070209041	Trabalhos por conta de particulares - Atividade água	188 258
070209042	Trabalhos por conta de particulares - Atividade saneamento	33 925
07020910	Água	2 969 030
070209101	Água - Tarifa Fixa	2 969 030
07020999	Outros Serviços	313 473
070209991	Outras Tarifas - Atividade água	229 040
070209992	Outras Tarifas - Atividade saneamento	84 423
070209993	Atividades Complementares água	5
070209994	Atividades Complementares saneamento	5
08	**Outras receitas correntes**	**4 424 230**
0801	Outras receitas correntes	4 424 230
080199	Outras	4 424 230

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
08019901	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	5
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros	5
08019903	IVA reembolsado	4 424 210
08019904	IVA Inversão da liquidação	5
08019999	Diversas	5
09	**Venda de bens de investimento**	**15**
0904	Outros bens de investimento	15
090406	Adm. Públicas - Adm. local - Continente	15
09040601	Equipamento de transporte	5
09040602	Maquinaria e equipamento	5
09040603	Outros	5
10	**Transferências de capital**	**15**
1003	Administrações centrais	10
100301	Estado	5
10030199	Outras	5
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	5
1005	Administração local	5
100501	Continente	5
12	**Passivos financeiros**	**15**
1205	Empréstimos a curto prazo	5
120502	Sociedades financeiras	5
1206	Empréstimos a médio e longo prazo	5
120602	Sociedades financeiras	5
1207	Outros passivos financeiros	5
120706	Adm. Públicas - Adm. local - Continente	5
13	**Outras receitas de capital**	**10**
1301	Outras	10
130101	Indemnizações	5
130199	Outras	5

Total do Orçamento da Receita: 21 148 534

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

4.3. ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO - Despesa

Capítulo	Descrição	Montante (€)
Despesas Correntes		
01	Despesas com o pessoal	2 383 026,00
02	Aquisição de bens e serviços	8 432 958,00
03	Juros e outros encargos	96 750,00
04	Transferências correntes	10,00
06	Outras despesas correntes	721 015,00
	Total das Despesas Correntes	**11 633 759,00**
Despesas de Capital		
07	Aquisição de bens de capital	4 914 740,00
08	Transferências de capital	20,00
10	Passivos financeiros	1 100 005,00
11	Outras despesas de capital	3 500 010,00
	Total das Despesas de Capital	**9 514 775,00**
	Total Orçamento	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração
em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo
em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo
em ____ de _____ de ____

ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 - Despesa

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
01	**Despesas com o pessoal**	**2 383 026**
0101	Remunerações certas e permanentes	1 541 689
010101	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	10
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	471 868
01010301	Pessoal em Funções	434 898
01010302	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10
01010304	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	36 960
010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	721 327
01010401	Pessoal em Funções	721 327
010105	Pessoal além dos quadros	10
010106	Pessoal contratado a termo	10
01010601	Pessoal em funções	10
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	10
010108	Pessoal aguardando aposentação	5 809
010109	Pessoal em qualquer outra situação	10
010110	Gratificações	10
010111	Representação	2 338
010112	Suplementos e prémios	10
010113	Subsídio de refeição	135 436
010114	Subsídio de férias e de Natal	204 341
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	500
0102	Abonos variáveis ou eventuais	316 320
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	10
010202	Horas extraordinárias	29 114
010204	Ajudas de custo	18 173
010205	Abono pª falhas	7 891
010206	Formação	10
010207	Colaboração técnica e especializada	10
010209	Subsídio de prevenção	28 939
010210	Subsídio de trabalho nocturno	955
010211	Subsídio de turno	39 677
010212	Indemnizações por cessação de funções	40
010213	Outros suplementos e prémios	191 491
01021302	Outros	191 491
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	10
0103	Segurança social	525 017
010301	Encargos com a saúde	59 399
010302	Outros encargos com saúde	10
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	5 777
010304	Outras prestações familiares	10
010305	Contribuições pª a segurança social	420 271
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	18 968
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções pública	401 293
0103050201	Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	159 563
0103050202	Contribuições para a segurança social - Regime Geral	241 730
01030503	Contribuições para a segurança social - Outros Setores	10
010308	Outras pensões	10
010309	Seguros	36 240
01030901	Seguros de Acid.no Trab.e Doenças Priofissionais	36 230
01030902	Seguros com o pessoal	10
010310	Outras despesas de segurança social	3 300
01031099	Outras despesas de segurança social	3 300

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
02	**Aquisição de bens e serviços**	**8 432 958**
0201	Aquisição de bens	4 314 679
020101	Matérias-primas e subsidiárias	142 313
020102	Combustíveis e lubrificantes	130 631
02010201	Combustíveis - gasolina	6 700
02010202	Combustíveis - Gasóleo	123 926
02010299	Outros Combustíveis e Lubrificantes	5
020104	Limpeza e higiene	4 674
020107	Vestuário e artigos pessoais	24 600
020108	Material de escritório	10 209
020115	Prémios, condecorações e ofertas	6 519
020116	Mercadorias para a venda	3 971 005
02011601	Mercadorias para a venda - Água	3 971 005
020117	Ferramentas e utensílios	9 225
020118	Livros e documentação técnica	1 230
020119	Artigos honoríficos e de decoração	5
020120	Material de educação, cultura e recreio	12 300
020121	Outros bens	1 968
0202	Aquisição de serviços	4 118 279
020201	Encargos das instalações	399 297
020202	Limpeza e higiene	37 516
020203	Conservação de bens	176 874
020204	Locação de edifícios	16 236
020205	Locação de material de informática	5 500
020206	Locação de material de transporte	56 475
020208	Locação de outros bens	7 442
020209	Comunicações	336 423
020210	Transportes	5
020211	Representação dos serviços	3 690
020212	Seguros	100 000
020213	Deslocações e estadas	15 375
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	5
020215	Formação	36 900
020216	Seminários, exposições e similares	5
020217	Publicidade	5 228
020218	Vigilância e segurança	3 690
020219	Assistência técnica	39 954
020220	Outros trabalhos especializados	2 699 328
020222	Serviços de saúde	5
020224	Encargos de cobrança de receitas	5
020225	Outros serviços	178 326
03	**Juros e outros encargos**	**96 750**
0301	Juros da dívida pública	96 740
030103	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	10
03010301	Empréstimos a curto prazo	5
03010302	Empréstimos a médio e longo prazos	5
030108	Administração pública local - Continente	96 730
03010801	Empréstimo	96 730
0305	Outros juros	5
030502	Outros	5
03050299	Outros Juros	5
0306	Outros encargos financeiros	5
030601	Outros encargos financeiros	5
04	**Transferências correntes**	**10**
0405	Administração local	5
040501	Continente	5

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
04050101	Municípios	5
0406	Segurança Social	5
040602	Outras transferências	5
04060202	Outras	5
06	**Outras despesas correntes**	**721 015**
0602	Diversas	721 015
060201	Impostos e taxas	249 510
06020101	Impostos e taxas pagos pela autarquia	5
0602010199	Outras	5
06020102	Restituições de impostos ou taxas cobrados	5
06020103	Taxa de Recursos Hídricos	240 000
060201031	Taxa de Recursos Hídricos - AA	160 000
060201032	Taxa de Recursos Hídricos - AR	80 000
06020104	Taxas ERSAR	9 500
060201041	Taxa de controlo da qualidade da água	9 500
060203	Outras	471 505
06020301	Outras restituições	5
06020302	IVA pago	470 000
06020305	Outras	1 500
07	**Aquisição de bens de capital**	**4 914 740**
0701	Investimentos	4 914 740
070103	Edifícios	500
070104	Construções diversas	4 110 035
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	2 485 293
07010407	Captação e distribuição de água	1 624 742
070106	Material de transporte	10 000
07010602	Material de transporte - Outros	10 000
070107	Equipamento de informática	206 763
070108	Software informático	70 172
070109	Equipamento administrativo	5
070110	Equipamento básico	500 000
07011002	Outro equipamento básico	500 000
070111	Ferramentas e utensílios	17 170
070115	Outros investimentos	95
08	**Transferências de capital**	**20**
0801	Sociedades e quase soc não financeiras	15
080101	Públicas	10
08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5
08010102	Outras	5
080102	Privadas	5
0805	Administração local	5
080501	Continente	5
08050101	Municípios	5
10	**Passivos financeiros**	**1 100 005**
1005	Empréstimos a curto prazo	5
100503	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	5
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1 100 000
100608	Administração pública local - Continente	1 100 000
11	**Outras despesas de capital**	**3 500 010**
1102	Diversas	3 500 010
110201	Restituições	5
110203	Acordo Transação	3 500 000
110299	Outras	5

Total do Orçamento da Despesa: 21 148 534

O Conselho de Administração
em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo
em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo
em ____ de _____ de _____

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Receita Corrente					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	270 015	270 015	270 015	270 015
R4	Rendimentos de propriedade	10	10	10	10	10
R5	Transferências correntes	10	10	10	10	10
R5111	Administração Central - Estado Português	5	5	5	5	5
R5115	Administração Local	5	5	5	5	5
R6	Venda de bens e serviços	16 454 214	16 783 298	17 118 964	17 461 342	17 810 568
R7	Outras Receitas Correntes	4 424 230	25	25	25	25
	Receita de Capital					
R8	Venda de bens de investimento	15	15	15	15	15
R9	Transferências de capital	15	15	15	15	15
R9111	Administração Central - Estado Português	10	10	10	10	10
R9115	Administração Local	5	5	5	5	5
R13	Receita com Passivos financeiros	15	15	15	15	15
R10	Outras receitas de capital	10	10	10	10	10
	Receita Total [1]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Despesa Corrente					
D1	Despesas com pessoal	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026
D11	Remunerações Certas e Permanentes	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	316 320	316 320	316 320	316 320	316 320
D13	Segurança Social	525 017	525 017	525 017	525 017	525 017
D2	Aquisição de Serviços	8 432 958	8 601 617	8 773 648	8 949 121	9 128 101
D3	Juros e Outros Encargos	96 750	91 954	87 158	82 362	77 566
D4	Transferências Correntes	10	10	10	10	10
D415	Administração Local	5	5	5	5	5
D4113	Segurança social	5	5	5	5	5

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
D5	Outras Despesas Correntes	721 015	721 045	721 076	721 107	721 139
	Despesa de Capital					
D6	Aquisição de bens de capital	4 914 740	4 155 726	4 324 126	4 495 796	4 670 806
D7	Transferências de capital	20	20	20	20	20
D714	Outras	15	15	15	15	15
D7115	Administração local	5	5	5	5	5
D10	Despesa com passivos financeiros	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005
D8	Outras despesas de capital	3 500 010	10	10	10	10
	Despesa Total [2]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683
	Saldo Total [3] = [1] - [2]	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
	Saldo Corrente	**9 514 720**	**5 255 706**	**5 424 106**	**5 595 776**	**5 770 786**
	Saldo de Capital	**-9 514 720**	**-5 255 706**	**-5 424 106**	**-5 595 776**	**-5 770 786**

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em de de

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)							Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
1		**Funções Gerais**																		
1.1		**Serviços gerais da administração publica**																		
1.1.1		**Administração geral**										0	0	304 705	208 400	208 400	208 400	208 400	0	1 138 305
	PPI_2020.0071	Edificio Sede - Estudos	1.1	1		500,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI_2020.0072	Edificio Sede - Obras	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	5 000	5 000	5 000	5 000	0	20 100
	PPI_2020.0073	Edificio Sede - Equipamento	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	1 000	1 000	1 000	1 000	0	4 100
	PPI_2020.0074	Instalações Industriais - Estudos	1.1	1		500,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI_2020.0075	Instalações Industriais - Obras	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI_2020.0076	Ferramentas e Utensílios - Equipamento	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	12 170	60 000	60 000	60 000	60 000	0	252 170
	PPI_2020.0077	Equipamento Inteligente - Equipamento	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	10 000	50 000	50 000	50 000	50 000	0	210 000
	PPI_2020.0078	Outras Instalações Complexas - Equipamento	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	95	95	95	95	95	0	475
	PPI_2020.0079	Hardware - Informática	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	206 763	50 000	50 000	50 000	50 000	0	406 763
	PPI_2020.0080	Software - Informática	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	70 172	40 000	40 000	40 000	40 000	0	230 172
	PPI_2020.0081	Equipamento Administrativo - Equipamento	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	5	5	5	5	5	0	25
2		**Funções sociais**																		
2.4		**Habitação e serviços coletivos**																		
2.4.3		**Saneamento**										0	0	2 485 293	1 890 400	1 886 363	1 904 198	1 991 703	0	10 157 957
	PPI_2020.0040	Extensão Rámais A.R. - Obras	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	103 320	110 000	115 000	115 000	115 000	0	558 320
	PPI_2020.0041	Ampliação Rental Instalações A.P. - Estudos	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI_2020.0042	Ampliação Rental Instalações A.P. - Edificações	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	0	500 000
	PPI_2020.0043	Ampliação Rental Instalações A.P. - Equipamentos	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI_2020.0044	Ampliação Rental Instalações A.R. - Estudos	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI_2020.0045	Ampliação Rental Coletores A.P. - Estudos	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	1 000	30 000	30 000	30 000	30 000	0	121 000
	PPI_2020.0046	Ampliação Rental Coletores A.P. - Obras	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	113 321	94 000	1 001 263	1 188 098	1 275 603	0	1 674 282
	PPI_2020.0047	Ampliação Rental Coletores A.R. - Estudos	1.1	1		100,00			01-01-2020	31-12-2024	1	0	0	100	100	100	100	100	0	500

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)							Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
	PPI.2020.0048	Ampliação Remod Coletores A.P. Enfrades	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	1 000	30 000	30 000	30 000	30 000	0	121 000
	PPI.2020.0049	Ampliação Remod Coletores A.P. Olaia	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	250 000	250 000	250 000	400 000	400 000	0	1 550 000
	PPI.2020.0050	Ampliação Remod Coletores A.P. Terrenos	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	0	5 000
	PPI.2020.0051	Renov e Ampliação Sist Telegestão Alt Equipamentos	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	45 000
	PPI.2020.0052	PSE Evoreira - Subst filtro Renov PSE	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	11 000	0	0	0	0	0	11 000
	PPI.2020.0053	Liq Rede Abastecimento Sist Alta Desat Ota	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	15 000	0	0	0	0	0	15 000
	PPI.2020.0054	Prolong Rede Saneam Abastecim - Azueira	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	29 100	0	0	0	0	0	29 100
	PPI.2020.0055	PSE Povoa Cruz - Subst filtro e Renovação PSE	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	19 250	0	0	0	0	0	19 250
	PPI.2020.0056	PSE Pinhal Frades - Subst filtro e Renovação PSE	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	16 000	0	0	0	0	0	16 000
	PPI.2020.0057	PSE Sensal - Subst filtro e Renovação PSE	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	14 000	0	0	0	0	0	14 000
	PPI.2020.0058	Rede Drenagem A.R. Domiciliar C.S.Louvaria	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	541 000	0	0	0	0	0	541 000
	PPI.2020.0059	Prolong Rede Saneamento Fonte Boa Ermidas	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	0	117 500	0	0	0	0	117 500
	PPI.2020.0060	Prolong Rede Saneamento R.Pinhal/Casa Boas Romeirão	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	0	58 800	0	0	0	0	58 800
	PPI.2020.0061	Ampliação Rede Saneamento Lagoa S.Pedrouço	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	0	53 000	0	0	0	0	53 000
	PPI.2020.0062	Construção Rede Saneamento Junqueiros	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	0	300 000	0	0	0	0	300 000
	PPI.2020.0063	Rede Dressag A.R. Dam Montesouro, Murtas Quental	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	798 500	200 000	0	0	0	0	998 500
	PPI.2020.0064	PSE Carapinheira - Subst filtro Renovação PSE	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	25 100	0	0	0	0	0	25 100
	PPI.2020.0065	Rde Dressag A.R.D. Carapinheira - Bacia A	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	220 000	0	0	0	0	0	220 000
	PPI.2020.0066	Remod Rede A.R.D. Malveira - Lg Feira e Av Jose D Antunes	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	138 100	0	0	0	0	0	138 100
	PPI.2020.0067	Remod Coletor Malveira E.N Benatur reposi e Inv (60)	06	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	40 000	0	0	0	0	0	40 000
	PPI.2020.0068	Remod Coletor Av 9 julho (entre R canal Abrute e R boa esperança)	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	13 500	0	0	0	0	0	13 500
	PPI.2020.0069	Prolong Rede Saneamento EN116 - Malveira	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2023	0	0	0	0	88 000	0	0	0	0	88 000
	PPI.2020.0070	Remod Rede ARD Ventania Malveira	06	E		100,00			01-01-2020	31-12-2022	0	0	0	0	418 000	317 000	0	0	0	735 000
2.4.4		**Abastecimento de Água**										**0**	**0**	**2 124 742**	**2 056 926**	**2 229 363**	**2 383 198**	**2 470 703**	**0**	**11 264 932**
	PPI.2020.0001	Execução de Ramais - Obra	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	101 844	110 000	115 000	115 000	115 000	0	556 844
	PPI.2020.0002	Equipamentos de Medição e Leitura	06	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	500 000	500 000	750 000	750 000	750 000	0	3 250 000

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)								Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
	PPI_2020.0003	Ampliação e Remodelação de Instalações Estudos	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	20 000	20 000	20 000	20 000	0	80 100
	PPI_2020.0004	Ampliação e Remodelação de Instalações Edificações	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	200 000	200 000	200 000	200 000	0	800 100
	PPI_2020.0005	Ampliação e Remodelação de Instalações Equipamento	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	50 000	50 000	50 000	50 000	0	205 000
	PPI_2020.0006	Ampliação e Remodelação de Instalações Terrenos	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI_2020.0007	Ampliação e Remodelação de Condutas Estudos	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	20 000	20 000	20 000	20 000	0	80 100
	PPI_2020.0009	Ampliação e Remodelação de Condutas Terrenos	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	10 000	10 000	10 000	10 000	0	40 100
	PPI_2020.0008	Ampliação e Remodelação de Condutas obra	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	113 323	94 426	1 034 263	1 188 098	1 275 603	0	3 705 713
	PPI_2020.0010	Renovação válvulas redutoras de pressão Obra	126	A		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	15 375	20 000	20 000	20 000	20 000	0	95 375
	PPI_2020.0011	Renovação e Ampliação Sistema Telegestão Equipamento	126	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	45 000
	PPI_2020.0012	RVT Sobral Abelheira - impermeabilização cobertura	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 000	0	0	0	0	0	12 000
	PPI_2020.0013	Remodelação Conduta Gravítica Abastecimento Picanceira	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	112 000	0	0	0	0	0	112 000
	PPI_2020.0014	Remodelação Condutas Distribuição Água Casais Arena	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	28 600	0	0	0	0	0	28 600
	PPI_2020.0015	EEAABeuara Beco - Substituição central elevatória	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	19 000	0	0	0	0	0	19 000
	PPI_2020.0018	RVT Lapa Seca - Impermeab cobertura c/tela betuminosa	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	13 200	0	0	0	0	0	13 200
	PPI_2020.0016	RVT Antas - Reabilitação exterior e impermeab cobertura	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 500	0	0	0	0	0	12 500
	PPI_2020.0017	RVT Ericeira Beco - Reabilitação exterior e impermeab cobertura	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 500	0	0	0	0	0	12 500
	PPI_2020.0019	Remod. Conduta Grav Ericeira RVT Ulgueira	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	191 000	0	0	0	0	0	191 000
	PPI_2020.0020	RVT Malveira (Alta Nova) - Reabil ext impermeab int 2 células	126	F		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	57 000	0	0	0	0	0	57 000
	PPI_2020.0021	Remodel e Ampl Rede Dist Água Bairro Abegoa V Palheiro	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2025	0	0	0	61 300	0	0	0	0	0	61 300
	PPI_2020.0022	Remodel Rede Dist Água Zona Malveira Cima	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	332 000	0	0	0	0	332 000
	PPI_2020.0023	Remodel Cond Adut Rua Carvalho e Al Figueiras	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	106 400	0	0	0	0	106 400
	PPI_2020.0024	RVT Alta Nova Malva - Reab Ext e Impermeab int Célula	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	42 500	0	0	0	0	0	42 500
	PPI_2020.0025	Conduta Adut Malva - E.E.Malveira - Troço II.Morenas	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	182 400	0	0	0	0	0	182 400
	PPI_2020.0027	RVT Hilbarado - Reab Ext Impermeab int célula	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	22 500	0	0	0	0	0	22 500
	PPI_2020.0026	Conduta Adut Malva - E.E.Malveira - Troço II.Canal	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	0	114 000	0	0	0	0	114 000
	PPI_2020.0028	RVT Cabeço - Reabil Ext Impermeabiliz int célula	126	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	17 500	0	0	0	0	0	17 500

Obj. [1]	Numero do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Datas Inicio [10]	Fim [11]	Fase de Exec. [12]	Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Pagamentos (€) Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
	PPI_2020.00.30	Alteração Sistema Abastecim Água [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	90 000	0	0	0	0	0	90 000
	PPI_2020.00.29	RVT [illegible] – Reabil Ext Impermeabiliz int células	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	30 500	0	0	0	0	0	30 500
	PPI_2020.00.32	Ampl Rede Abast Água [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	34 000	0	0	0	0	0	34 000
	PPI_2020.00.31	Remod Conduta Adut [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2021	0	0	0	0	62 500	0	0	0	0	62 500
	PPI_2020.00.33	RVT [illegible] – Substituição [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	17 500	0	0	0	0	0	17 500
	PPI_2020.00.34	REP [illegible] – Substituição [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	10 000	0	0	0	0	0	10 000
	PPI_2020.00.36	RVT Venda do Pinheiro – Reabil Ext e Impermeab Int Célula [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	90 500	0	0	0	0	0	90 500
	PPI_2020.00.35	RVT Vale da Guarda – Reabil Ext e Impermeab Int 2 Células	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	71 500	0	0	0	0	0	71 500
	PPI_2020.00.37	Remod Rede Dist Água [illegible] Malveira	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2020	0	0	0	270 600	0	0	0	0	0	270 600
	PPI_2020.00.39	Remod Troço Cond Adut [illegible] Reservatório [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2021	0	0	0	0	255 000	0	0	0	0	255 000
	PPI_2020.00.38	Remod Troço Cond Dist Água [illegible]	[illegible]	1		100,00			01.01.2020	31.12.2021	0	0	0	0	152 500	0	0	0	0	152 500
											TOTAIS	0	0	4 914 748	4 155 726	4 324 126	4 495 796	4 670 806	0	22 561 194

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em de de

6. MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL EM 01-01-2020

Unidades Orgânicas

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Diretor Delegado							
Diretor Delegado		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total Diretor Delegado			**1**	**0**	**0**	**0**	**1**
Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança							
Técnico Superior	Ambiente e Formação em sistemas de GAQS e CAP V TS SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho							
Técnico Superior	Técnico Superior SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2 (*)	0	0	0	2 (*)
Total do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho			**2** (*)	**0**	**0**	**0**	**2** (*)
Serviço de Estudos e Inovação							
Técnico Superior		Mobilidade Interna de outro Organismo categoria igual - CTFP	1	0	0	0	1
Técnico Superior		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total do Serviço de Estudos e Inovação			**2**	**0**	**0**	**0**	**2**

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental							
Técnico Superior	Comunicação	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Divisão de Relação com Clientes							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Atendimento							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	2	0	0	2
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	8	0	0	0	8
Secção de Faturação e Operação							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	0	0	0	3
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Satisfação do Cliente							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão de Relação com Clientes			**18**	**2**	**0**	**0**	**20**

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão							
Chefe de Divisão		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Serviço de informática							
Técnico Superior	Engenharia Informática	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Geografia e Planeamento Regional	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Especialista de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Técnico de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total da Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão			**3**	**0**	**0**	**4**	**7**
Divisão Técnica							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Afluências Indevidas							
Técnico Superior	Engenharia do Ambiente	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Perdas de Água							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Secção de Qualidade de Águas							
Técnico Superior	Química, Engenharia Química	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Eletromecânica							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Exploração							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Gestão de Rede de Águas Residuais							
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	6	2	0	2	10
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	7	0	0	0	7
Serviço de Gestão de Rede de Água							
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	2	0	1	6
Serviço de Obras							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	7	2	0	2	11
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Secção de Apoio							
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Mobilidade Interna intercategorias	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Projetos e Fiscalização							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	2	2
Técnico Superior	Engenharia Território	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão Técnica			**50**	**6**	**1**	**9**	**66**
Divisão Administrativa e Financeira							
Chefe de Divisão		Regime de substituição Dirigente - Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Secção de Recursos Humanos e Secretaria Geral							

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Técnico Superior	Recursos Humanos, Ciências Sociais, Psicologia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Coordenador Técnico		Mobilidade Interna intercarreiras	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	4	0	0	0	4
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2	0	0	0	2
Secção de Contabilidade							
Técnico Superior	Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	1	0	1
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Compras							
Técnico Superior	Direito, Gestão, Economia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Apoio Jurídico							
Técnico Superior	Direito	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total da Divisão Administrativa e Financeira			**13**	**1**	**2**	**2**	**18**

Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Contrato de Trabalho em Funções Públicas	31	11	1	17	60
Contrato Individual de Trabalho	57	0	0	0	57
Mobilidade	1	0	2	0	3
TOTAL	89	11	3	17	120

NOTAS:

Postos de trabalho Ocupados: Trabalhadores em exercício de funções.

Postos de trabalho Livres: Postos de trabalho previstos e não ocupados, cujo processo de preenchimento já foi autorizado e se encontra em curso.

Postos de trabalho Cativos: Postos de trabalho não ocupados que correspondem aos postos de trabalho de origem de trabalhadores que se encontram em exercício de cargos dirigentes ou em mobilidade intercarreiras e intercategorias. Os titulares mantêm o direito à integração nestes postos uma vez finda a comissão de serviço ou a mobilidade.

Postos de trabalho previstos: Postos de trabalho previstos e não ocupados sem processo de recrutamento em curso.

(*) As funções são exercidas por trabalhadores que estão integrados noutros serviços, onde desempenham a sua função principal.

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em de de

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2020					
Receitas	**Montante**		**Despesas**	**Montante**	
Correntes	60 220 515		Correntes	51 922 645	
De capital	6 581 910		De capital	14 879 785	
Outras Receitas	5				
Total		**66 802 430**	**Total**		**66 802 430**
Serviços Municipalizados:		21 148 534	Serviços Municipalizados:		21 148 534
	Total Geral:	**87 950 964**		**Total Geral:**	**87 950 964**

Unidade: Euro

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 18 de Outubro de 2019

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em __ de _____ de ____

_____

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO RELATIVAMENTE À PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL 2020 / ENVIO DE CONTRIBUTOS PAN PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Exmos/as Senhores/as,

Tendo-nos sido enviada a proposta de Orçamento Municipal para o ano 2020 e a proposta de Grandes Opções do Plano gostaríamos de nos pronunciar sobre as mesmas através das seguintes questões para o nosso esclarecimento. Antes disso gostaríamos de referir a forma pouco atempada com que foi encaminhada esta proposta para nossa análise. Nos anos anteriores recebemos primeiro por email, comunicando que seria igualmente enviado via postal. Este ano foi recepcionado por nós no dia 9 de Outubro, tendo sido enviada por correio para a sede do PAN em Lisboa. Tem como data limite de resposta dia 10 de Outubro pela 16h, uma antecedência para nós extremamente insuficiente para a elaboração de uma análise da proposta. Pedimos maior cuidado no cumprimento do regime jurídico do Estatuto de Oposição.

Encaminhamos para vosso esclarecimento as seguintes questões:

1 – Na proposta de Orçamento Municipal para 2019, tal como no ano anterior, não nos é percetível descortinar o valor das verbas destinada à esterilização obrigatória de animais CROAMM e programas CED (Captura – Esterilização- Devolução). Qual o valor para este efeito? Qual a verba destinada à esterilização de animais das associações zoófilas? Há verba destinada para esterilização de animais de estimação de famílias carenciadas?

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

2 – Estão previstas verbas para as associações zoófilas no âmbito do protocolo de cooperação que estabeleceram com a Câmara Municipal, a fim de melhorarem a sua capacidade operativa na missão de cuidarem os animais transferidos pelo CROAMM? Se sim, qual o valor?

3 – Qual o valor do orçamento municipal para 2020 destinado à aquisição de viaturas elétricas e/ou híbridas para renovação da frota automóvel atual?

4- Estão previstas verbas para a aquisição e instalação de cinzeiros como preconiza a Lei n.º 88/2019? Vão recorrer ao Fundo Ambiental para o efeito?

5- Estão previstas verbas para a execução para a instalação de bebedouros e pontos de enchimento de garrafas de água? Esta foi uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Mafra a 28 de junho de 2018.

6- Estão previstas verbas para baloiços adaptados a crianças com deficiência? Esta foi uma moção aprovada a 28 de junho de 2018 pela Assembleia Municipal de Mafra.

7- Estão previstas verbas para a realização de campanhas de sensibilização sobre o acorrentamento permanente de animais, nomeadamente canídeos? Esta foi uma moção aprovada a 29 de Novembro de 2018.

8. Estão previstas verbas para a criação de uma Rede Municipal de Hortas Urbanas? Esta foi uma moção aprovada em 29 de Novembro de 2018.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

9 – No passado orçamento em resposta à nossa questão *"Estão previstas no orçamento municipal de 2019 verbas para a construção de parques caninos no concelho, medida aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro?"* foi referido que sim, contudo tal não aconteceu. Para este ano 2020 essa verba transitará para ser utilizada para esse efeito? Que valor será alocado a esta finalidade?

10 – No passado orçamento em resposta à nossa questão *"Estão previstas no orçamento municipal de 2020 verbas para aquisição e instalação de pontos de recolha de óleos domésticos (oleões) de forma a expandir a rede de oleões no concelho?"* foi referido que sim. Para este ano 2020 essa verba transitará para ser utilizado para esse efeito? Que valor?

11- O que compreende a rubrica "Mafra Sustentável"?

12- Serão afetas verbas para planeamento e ordenamento do território municipal, como sejam; os licenciamentos para reparação ou reconstrução habitacional, controlo e limitação de determinada florestação e apoio a outras plantações mais amigas do ambiente? E à agricultura biológica?

13- Que verbas serão afectas a ações de promoção e formação em ambiente e biodiversidade e de alerta a riscos de fenómenos naturais?

O Pessoas-Animais-Natureza (PAN) submete também para apreciação alguns contributos e sugestões ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra para o exercício de 2020:

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

1- Tal como no ano passado referimos a importância de retirar de forma faseada a taxa de lixo (resíduos sólidos urbanos) da fatura dos munícipes, passando a Câmara a assumir esse custo. Atualmente essa taxa está inclusa na conta da água dos(as) munícipes sendo que o cálculo desta taxa está baseado no consumo de água, factor este que nem sempre traduz a realidade. Paga mais quem mais consome água mesmo que produza pouco ou nenhum lixo. O munícipe com preocupações na redução de resíduos, que reutiliza, recicla ou mesmo realiza compostagem é penalizado por esta forma de cobrança. Caso esta possibilidade de assumir o custo da gestão de resíduos sólidos não seja considerada pelo executivo, sugerimos que o Município encontre forma de incentivar estas práticas com recompensas ao nível da fatura de água.

   Deixamos exemplo de um método mais justo que promove a redução da fração indiferenciada produzida por cada cidadão e o aumento da separação dos resíduos valorizáveis:

   http://payt-portugal.com/faq-categoria/pay-as-you-throw/2-pay-as-you-throw

2- O atual regulamento de apoio ao associativismo exclui as associações zoófilas. Estas associações (são atualmente 5 associações) atuam no terreno prestando um serviço que é público. Retiram das ruas centenas de animais, esterilizando, custeando cuidados médico veterinários (animais doentes e acidentados), alimentando e encontrando famílias de adoção. Esterilizam ainda colónias de animais de rua e prestam auxílio com alimentação e cuidados médico veterinárias a famílias carenciadas. Atualmente, apoiam de forma incansável a autarquia na sua responsabilidade de realizar programas CED, realizando toda a parte prática desta importante atividade de saúde pública e controlo da hiperpopulação animal. Consideramos que o apoio ao associativismo deveria reconhecer o trabalho que é feito por estas associações, ao nível da proteção animal e ambiental e saúde pública pela integração destas associações de proteção animal nos apoios ao associativismo e nesse sentido sugerimos um reforço da verba deste item.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

3- Reiteramos a importância da construção de um segundo CROAMM (Centro de Recolha Oficial de Animais de Município de Mafra). Tendo em conta a dimensão e o crescimento populacional do Concelho, consideramos que a capacidade do atual Centro de Recolha Oficial de Animais do concelho é limitada para as necessidades e solicitações existente, facto este que é comprovado com a sua constante superlotação. Um segundo canil ou a construção de alojamentos para animais que cumpra o que está regulamentado para o seu legal licenciamento (Decreto-Lei nº 315/2003), daria às associações zoófilas locais, a quem foi cedido terrenos, as condições para se dedicarem à sua verdadeira missão, resgatar e cuidar dos animais. Neste momento, muito da energia destas associações está investida na construção de boxes e condições físicas do espaço, implicando realizarem o seu árduo e meritório trabalho de serviço público em difíceis condições. Um trabalho importante para toda a comunidade ao nível da proteção animal e saúde pública. Não existindo vontade ou condições para realizar essa obra, que daria aos animais e humanos que lá trabalham condições dignas, deixamos como proposta ao executivo que possa reservar verba do orçamento para:

- Suportar as despesas de água destes abrigos em construção;
- Instalação de luz elétrica;
- Colocação de fossa séptica;
- Casa das máquinas/lavandaria para lavagem de mantas/tapetes e outros elementos de conforto dos animais;
- WC para os voluntários/as;
- Pequena enfermaria e local para banhos dos animais.

Relativamente às despesas de água destes abrigos, o seu pagamento está sujeito a apelos de ajuda, inclusive através das redes sociais, dependendo da boa vontade das pessoas. Sendo as águas hoje

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

municipais, consideramos que seria essencial que este serviço público realizado pelas associações em prol do município fosse encargo da autarquia.

Na expectativa que estas propostas possam ser tidas em conta, despeço-me, com os melhores cumprimentos.

MAFRA, 14 DE OUTUBRO DE 2019

Pessoas - Animais – Natureza

Matilde Batalha

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

Cândida Jacinto

De: CMMafra Departamento Administração Geral e Finanças
Enviado: 18 de outubro de 2019 15:30
Para: concelhia.mafra@pan.com.pt
Cc: Matilde Batalha
Assunto: PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020
Anexos: orcamento2020 .pdf; of.saida.2019.19185.pdf; PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

Exma. Senhora

Matilde Filipe Batalha Camilo

Comissão Politica da Concelhia PAN Mafra

Relativamente ao assunto acima referido, envia-se, em anexo, o ofício com a referência Saída/2019/19185, datado de 17 de outubro corrente, que será entregue no endereço ali mencionado.
Remete-se, igualmente, em anexo, o e-mail comprovativo de ter sido informado o link, onde o documento poderia ser consultado e qual o prazo de pronúncia.

Com os melhores cumprimentos.

No uso de competência delegada,

Ana Viana
Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 182
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

AM/

De: Concelhia de Mafra <concelhia.mafra@pan.com.pt>
Enviada: 14 de outubro de 2019 12:06
Para: Geral <Geral@cm-mafra.pt>
Cc: Assembleia Municipal <Assembleia@cm-mafra.pt>
Assunto: PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Hélder Sousa Silva,
Exmo Sr. Vereador Hugo Moreira

Tendo-nos sido enviada a proposta de Orçamento Municipal para o ano 2020 e a proposta de Grandes Opções do Plano gostaríamos de nos pronunciar sobre as mesmas através de algumas questões, bem como enviar alguns contributos para o exercício de 2020.

Antes disso gostaríamos de referir a forma pouco atempada com que foi encaminhada esta proposta para nossa análise. Nos anos anteriores recebemos primeiro por email, comunicando que seria igualmente enviado via postal. Este ano foi recepcionado por nós no dia 9 de Outubro, tendo sido enviada por correio para a sede do PAN em Lisboa. Tem como data limite de resposta dia 10 de Outubro pela 16h, uma antecedência para nós extremamente insuficiente para a elaboração de uma análise da proposta. A lei 24/98 refere no art. 5.º n.º3 que "*Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade*", sendo que "*Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 4.º*", ou seja, *"As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.*"

Consideramos que tal não foi feito pelo que pedimos maior antecedência futuramente, tal como já foi feito em anteriores anos.

Agradecemos confirmação da recepção deste email e anexo.

Aguardamos resposta.

Grata pela atenção,

Melhores cumprimentos

Matilde Batalha

Pela Comissão Politica da Concelhia PAN Mafra

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Contabilidade

Por subdelegação de competências
Órgão do Presidente da Câmara

AO
PAN - CONCELHIA DE MAFRA
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5
2640-456 Mafra

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Saída/2019/19185	17/10/2019

Assunto: PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

Exmos. Senhores

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e no uso da competência que me foi delegada, e na sequência do *email* remetido à Câmara Municipal de Mafra, em conformidade com o despacho do Sr. Presidente datado de 16 de outubro do corrente ano, informa-se V. Exas. de que, em cumprimento do regime jurídico do estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, foi colocada para consulta, através do link https://www.cm-mafra.pt/pages/1346, a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, tendo sido dado conhecimento ao PAN Pessoas Animais Natureza, no passado dia 4 de outubro, através de email enviado previamente ao ofício.

No que diz respeito ao prazo concedido para pronuncia sobre os documentos em causa, informa-se que foi o prazo possível de disponibilizar para o efeito, atendendo a que a mesma teve que ser submetida à reunião de câmara do dia 16 de outubro, de modo a ser presente ao órgão deliberativo até ao próximo dia 31 de outubro.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças

(Ana Viana)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 135 • Fax: 261 810 144
e-mail: contabilidade@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Cândida Jacinto

De: CMMafra Departamento Administração Geral e Finanças
Enviado: 4 de outubro de 2019 16:34
Para: 'geral@pan.com.pt'
Assunto: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020
Anexos: OF.SAÍDA - 2019.18273 -PAN.pdf

Exmos. Senhores

Remete-se, em anexo, o ofício que seguiu hoje, via correio, referente ao assunto acima referido.

Com os melhores cumprimentos.

No uso de competência delegada,

Ana Viana
Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças
Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 182
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

AM/

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Assuntos Jurídicos
Apoio aos Órgãos Autárquicos

A competência delegada pelo
Órgão do Presidente da Câmara

AD
PAN PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
AV. ALMIRANTE REIS, N.º 81-5
1150-012 LISBOA

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		Saída/2019/15279 3.1.2/2019/8	04/10/2019

Assunto: PROPOSTA DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020

Em cumprimento do regime jurídico do estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, encontra-se disponível para consulta, através do link https://www.cm-mafra.pt/pages/1345, a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020.

Caso V. Exas. queiram pronunciar-se sobre os documentos em causa, deverão fazê-lo até às 16,00H do dia 10 de outubro corrente, para o seguinte *e-mail*: geral@cm-mafra.pt.

Com os melhores cumprimentos,
O Vereador no uso da competência delegada

(Hugo Moreira Luís)

Praça do Município e 2644-001 e Mafra
Telef.: 261 810 150 e Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Mafra

2020

DOCUMENTOS PREVISIONAIS

CÂMARA MUNICIPAL
DE MAFRA



ÍNDICE

- ORÇAMENTO
- ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA
- RECEITA E DESPESA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS
- IMPOSTOS DO ESTADO – EVOLUÇÃO PREVISIONAL
- GOP'S - POR OBJETIVO E COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS
- EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO – EVOLUÇÃO PREVISTA
- QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL
- SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA
- RESUMO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL COM A INCLUSÃO DOS SMAS

(anexo XI)

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO MUNICIPAL

Unidade: Euro

Designação	2020	%
Receitas Correntes	60 220 515	90,2%
Receitas de Capital	6 581 910	9,8%
Outras Receitas	5	0,0%
Total	66 802 430	100,0%

Unidade: Euro

Designação	2020	%
Despesas Correntes	51 922 645	77,8%
Despesas de Capital	14 879 785	22,2%
Total	66 802 430	100,0%

ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

ESTRUTURA DA RECEITA - CORRENTE

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%
01	Impostos Diretos	32 797 835	49,2%
02	Impostos Indiretos	2 623 550	3,9%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 907 105	5,8%
05	Rendimentos de Propriedade	130 630	0,2%
06	Transferências Correntes	14 005 140	21,0%
07	Venda Bens e Serviços Correntes	6 341 495	9,5%
08	Outras Receitas Correntes	414 760	0,6%
Total de Receitas Correntes		60 220 515	90,2%

ESTRUTURA DA RECEITA - CAPITAL

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%
09	Venda de Bens de Investimento	553 065	0,8%
10	Transferências de Capital	6 028 820	9,0%
11	Ativos Financeiros	5	0,0%
12	Passivos Financeiros	15	0,0%
13	Outras Receitas Capital	5	0,0%
Total de Receitas de Capital		6 581 910	9,8%

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%
15	Reposições Não Abatidas Pag.	5	0,0%
Total de Outras Receitas		5	0,0%

ESTRUTURA DA DESPESA - CORRENTE

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%
01	Despesas com o Pessoal	18 713 135	28,1%
02	Aquisição de Bens e Serviços	25 982 525	38,9%
03	Juros e Outros Encargos	271 250	0,4%
04	Transferências Correntes	5 435 950	8,1%
05	Subsídios	320 005	0,5%
06	Outras Despesas Correntes	1 199 780	1,8%
Total de Despesas Correntes		51 922 645	77,8%

ESTRUTURA DA DESPESA - CAPITAL

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2020	%
07	Aquisição de Bens de Capital	14 029 170	21,0%
08	Transferências de Capital	60 030	0,1%
09	Ativos Financeiros	123 480	0,2%
10	Passivos Financeiros	567 100	0,8%
11	Outras Despesas de Capital	100 005	0,1%
Total de Despesas de Capital		14 879 785	22,2%

RECEITA E DESPESA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

RECEITA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
			Abs.	%		Abs.	%
Receitas Correntes	54 746 055	58 821 430	4 075 375	7,4	60 220 515	1 399 085	2,4
Receitas de Capital	5 543 020	4 674 940	-868 080	-15,7	6 581 910	1 906 970	40,8
Outras Receitas	5	5	0	0,0	5	0	0,0
Total	60 289 080	63 496 375	3 207 295	5,3	66 802 430	3 306 055	5,2

RECEITA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
				Abs.	%		Abs.	%
01	Impostos Diretos	27 675 615	30 849 475	3 173 860	11,5	32 797 835	1 948 360	6,3
02	Impostos Indiretos	1 974 425	2 324 495	350 070	17,7	2 623 550	299 055	12,9
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	3 977 805	4 168 465	190 660	4,8	3 907 105	-261 360	-6,3
05	Rendimentos de Propriedade	150 255	92 275	-57 980	-38,6	130 630	38 355	41,6
06	Transferências Correntes	11 825 760	12 935 875	1 110 115	9,4	14 005 140	1 069 265	8,3
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	8 934 615	8 160 120	-774 495	-8,7	6 341 495	-1 818 625	-22,3
08	Outras Receitas Correntes	207 580	290 725	83 145	40,1	414 760	124 035	42,7
Total de Receitas Correntes		54 746 055	58 821 430	4 075 375	7,4	60 220 515	1 399 085	2,4

RECEITA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
				Abs.	%		Abs.	%
09	Venda de Bens de Investimento	327 320	750 065	422 745	129,2	553 065	-197 000	-26,3
10	Transferências de Capital	5 215 680	2 942 235	-2 273 445	-43,6	6 028 820	3 086 585	104,9
11	Ativos Financeiros	5	5	0	0,0	5	0	0,0
12	Passivos Financeiros	10	982 630	982 620	9 826 200,0	15	-982 615	-100,0
13	Outras Receitas de Capital	5	5	0	0,0	5	0	0,0
Total de Receitas de Capital		5 543 020	4 674 940	-868 080	-15,7	6 581 910	1 906 970	40,8
15	Reposições Não Abatidas Pagamentos	5	5	0	0,0	5	0	0,0
Total Outras Receitas		5	5	0	0,0	5	0	0,0

DESPESA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
			Abs.	%		Abs.	%
Despesas Correntes	46 288 145	45 702 075	-586 070	-1,3	51 922 645	6 220 570	13,6
Despesas de Capital	14 000 935	17 794 300	3 793 365	27,1	14 879 785	-2 914 515	-16,4
Total	60 289 080	63 496 375	3 207 295	5,3	66 802 430	3 306 055	5,2

DESPESA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
				Abs.	%		Abs.	%
01	Despesas com o Pessoal	16 800 200	16 604 905	-195 295	-1,2	18 713 135	2 108 230	12,7
02	Aquisição de Bens e Serviços	24 778 525	24 834 785	56 260	0,2	25 982 525	1 147 740	4,6
03	Juros e Outros Encargos	199 135	166 700	-32 435	-16,3	271 250	104 550	62,7
04	Transferências Correntes	3 252 455	2 942 030	-310 425	-9,5	5 435 950	2 493 920	84,8
05	Subsídios	10	300 055	300 045	100,0	320 005	19 950	6,6
06	Outras Despesas Correntes	1 257 820	853 600	-404 220	-32,1	1 199 780	346 180	40,6
Total de Despesas Correntes		46 288 145	45 702 075	-586 070	-1,3	51 922 645	6 220 570	13,6

DESPESA - COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

Rubrica	Designação	2018	2019	Variação 2018/2019		2020	Variação 2019/2020	
				Abs.	%		Abs.	%
07	Aquisição de Bens de Capital	11 934 600	15 816 765	3 882 165	32,5	14 029 170	-1 787 595	-11,3
08	Transferências de Capital	15 030	618 420	603 390	4 014,6	60 030	-558 390	-90,3
09	Ativos Financeiros	293 900	196 960	-96 940	-33,0	123 480	-73 480	-37,3
10	Passivos Financeiros	757 395	662 145	-95 250	-12,6	567 100	-95 045	-14,4
11	Outras Despesas de Capital	1 000 010	500 010	-500 000	-50,0	100 005	-400 005	-80,0
Total de Despesas de Capital		14 000 935	17 794 300	3 793 365	27,1	14 879 785	-2 914 515	-16,4

IMPOSTOS DO ESTADO – EVOLUÇÃO PREVISIONAL

IMPOSTOS DO ESTADO – EVOLUÇÃO PREVISIONAL

Unidade: Euro

Designação		2017	2018	2019	2020
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	Corrente	2 239 535	1 959 820	1 959 820	1 959 820
	Capital	248 835	217 755	217 755	217 755
	Total	**2 488 370**	**2 177 575**	**2 177 575**	**2 177 575**
FSM - Fundo Social Municipal		967 230	967 230	967 230	967 230
IRS - Participação Variável		3 853 090	4 255 385	4 255 385	4 255 385
Total		7 308 690	7 400 190	7 400 190	7 400 190

GOP'S - POR OBJETIVO E COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVO

Resumo das Grandes Opções do Plano 2020

Unidade: Euro

Objetivo	Descrição	Valor	%
1.	Funções gerais	3 451 240	8,8%
2.	Funções sociais	24 136 525	60,9%
3.	Funções económicas	5 946 720	15,0%
4.	Outras funções	6 045 295	15,3%
	Total	39 579 780	100,0%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVO

Unidade: Euro

Objetivo	Descrição	Valor	%
1.	**Funções gerais**	**3 451 240**	**8,8%**
1.1.	Serviços gerais de administração pública	2 395 135	6,1%
1.2.	Segurança e ordem públicas	1 056 105	2,7%
2.	**Funções sociais**	**24 136 525**	**60,9%**
2.1.	Educação	9 546 705	24,1%
2.3.	Segurança e ação sociais	432 830	1,1%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	11 361 985	28,6%
2.5.	Servicos culturais, recreativos e religiosos	2 795 005	7,1%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVO

Objetivo	Descrição	Valor	%
3.	**Funções económicas**	**5 946 720**	**15,0%**
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	84 125	0,2%
3.2.	Indústria e Energia	1 914 030	4,8%
3.3.	Transportes e comunicações	3 065 910	7,7%
3.4.	Comércio e turismo	381 570	1,0%
3.5.	Outras funções económicas	501 085	1,3%
4.	**Outras funções**	**6 045 295**	**15,3%**
4.1.	Operações da dívida autárquica	1 996 260	5,0%
4.2.	Transferências entre administrações	3 949 030	10,0%
4.3.	Diversas não especificadas	100 005	0,3%
	Total	39 579 780	100,0%

GOP'S - POR OBJETIVO E COMPARAÇÃO DAS DOTAÇÕES PREVISTAS

Unidade: Euro

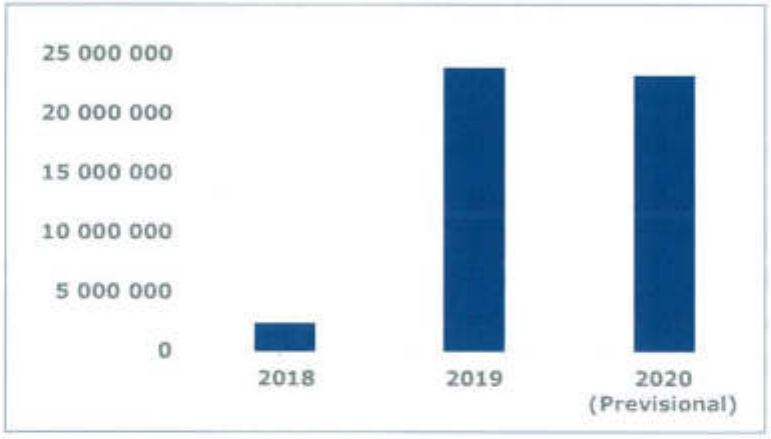
Obj.	Desig.	2018	2019	Var. 2018/2019		2020 (Previsional)	Var. 2019/2020	
				Abs.	%		Abs.	%
1.	Funções Gerais	1 959 510	4 267 180	2 307 670	118	3 451 240	-815 940	-19
2.	Funções Sociais	21 713 530	22 702 445	988 915	5	24 136 525	1 434 080	6
3.	Funções Económicas	7 130 235	7 571 420	441 185	6	5 946 720	-1 624 700	-21
4.	Outras Funções	4 946 475	4 509 765	-436 710	-9	6 045 295	1 535 530	34
Total		35 749 750	39 050 810	3 301 060	9	39 579 780	528 970	1

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO – EVOLUÇÃO PREVISTA

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO – EVOLUÇÃO PREVISTA

Unidade: Euro

Empréstimos M. L. Prazo	2018	2019	Variação 2018/2019		2020 (Previsional)	Variação 2019/2020	
			Abs.	%		Abs.	%
Total	2 150 180	23 782 908	21 632 728	1006,1%	23 215 837	-567 071	-2,4%



QUADRO PLURIANUAL MUNICIPAL

Unidade: Euro

	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	60 220 515	90%	60 494 765	90%	60 771 755	90%	61 051 525	90%
Receitas Capital	6 581 910	10%	6 647 725	10%	6 714 215	10%	6 781 375	10%
Outras Receitas	5	0%	5	0%	5	0%	5	0%
TOTAL DAS RECEITAS	66 802 430	100%	67 142 495	100%	67 485 975	100%	67 832 905	100%

	2020		2021		2022		2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	51 922 645	78%	52 544 625	78%	53 355 085	79%	54 320 245	80%
Despesas Capital	14 879 785	22%	14 597 870	22%	14 130 890	21%	13 512 660	20%
TOTAL DAS DESPESAS	66 802 430	100%	67 142 495	100%	67 485 975	100%	67 832 905	100%

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
04	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	1%
05	Rendimentos da propriedade	10	0%
06	Transferências correntes	10	0%
07	Venda de bens e serviços correntes	16 454 214	78%
08	Outras receitas correntes	4 424 230	21%
	Receita Corrente	**21 148 479**	**100%**
09	Venda de bens de investimento	15	0%
10	Transferências de capital	15	0%
11	Activos financeiros	0	0%
12	Passivos financeiros	15	0%
13	Outras receitas de capital	10	0%
	Receita de Capital	**55**	**0%**
	Receita Total	**21 148 534**	

ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
01	Despesas com o pessoal	2 383 026	11%
02	Aquisição de bens e serviços	8 432 958	40%
03	Juros e outros encargos	96 750	0%
04	Transferências correntes	10	0%
05	Subsídios	0	0%
06	Outras despesas correntes	721 015	3%
	Despesas Corrente	**11 633 759**	**55%**
07	Aquisição de bens de capital	4 914 740	23%
08	Transferências de capital	20	0%
09	Activos financeiros	0	0%
10	Passivos financeiros	1 100 005	5%
11	Outras despesas de capital	3 500 010	17%
	Despesas de Capital	**9 514 775**	**45%**
	Despesa Total	**21 148 534**	

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024 - RESUMO

DESIGNAÇÃO	ANO					TOTAL PREVISTO 2020/2024
	2020	2021	2022	2023	2024	
Abastecimento de Água						
Estudos e Projetos	200	40 000	40 000	40 000	40 000	160 200
Obras	1 190 442	1 246 826	1 169 263	1 323 098	1 410 603	6 340 231
Edificações	382 300	200 000	200 000	200 000	200 000	1 182 300
Equipamentos	551 600	560 000	810 000	810 000	810 000	3 541 600
Terrenos	200	10 100	10 100	10 100	10 100	40 600
Total	2 124 742	2 056 926	2 229 363	2 383 198	2 470 703	11 264 931
Águas Residuais						
Estudos e Projetos	12 000	70 000	70 000	70 000	70 000	292 000
Obras	2 261 843	1 689 300	1 685 263	1 703 098	1 790 603	9 130 106
Edificações	185 350	100 000	100 000	100 000	100 000	585 350
Equipamentos	15 000	20 000	20 000	20 000	20 000	95 000
Terrenos	11 100	11 100	11 100	11 100	11 100	55 500
Total	2 485 293	1 890 400	1 886 363	1 904 198	1 991 703	10 157 956
Actividades de Apoio						
Estudos e Projetos	200	200	200	200	200	1 000
Obras	200	5 100	5 100	5 100	5 100	20 600
Máquinas e Equipamentos	27 370	113 100	113 100	113 100	113 100	479 770
Informática	276 935	90 000	90 000	90 000	90 000	636 935
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Total	304 705	208 400	208 400	208 400	208 400	1 138 305
Total Geral	4 914 740	4 155 726	4 324 125	4 495 796	4 670 805	22 561 194

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2020/2024

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Receita Corrente					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	270 015	270 015	270 015	270 015
R4	Rendimentos de propriedade	10	10	10	10	10
R5	Transferências correntes	10	10	10	10	10
R5111	Administração Central - Estado Português	5	5	5	5	5
R5115	Administração Local	5	5	5	5	5
R6	Venda de bens e serviços	16 454 214	16 783 298	17 118 964	17 461 342	17 810 568
R7	Outras Receitas Correntes	4 424 230	25	25	25	25
	Receita de Capital					
R8	Venda de bens de investimento	15	15	15	15	15
R9	Transferências de capital	15	15	15	15	15
R9111	Administração Central - Estado Português	10	10	10	10	10
R9115	Administração Local	5	5	5	5	5
R13	Receita com Passivos financeiros	15	15	15	15	15
R10	Outras receitas de capital	10	10	10	10	10
	Receita Total [1]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Despesa Corrente					
D1	Despesas com pessoal	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026
D11	Remunerações Certas e Permanentes	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	316 320	316 320	316 320	316 320	316 320
D13	Segurança Social	525 017	525 017	525 017	525 017	525 017
D2	Aquisição de Serviços	8 432 958	8 601 617	8 773 648	8 949 121	9 128 101
D3	Juros e Outros Encargos	96 750	91 954	87 158	82 362	77 566
D4	Transferências Correntes	10	10	10	10	10
D415	Administração Local	5	5	5	5	5
D4113	Segurança social	5	5	5	5	5

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
D5	Outras Despesas Correntes	721 015	721 045	721 076	721 107	721 139
	Despesa de Capital					
D6	Aquisição de bens de capital	4 914 740	4 155 726	4 324 126	4 495 796	4 670 806
D7	Transferências de capital	20	20	20	20	20
D714	Outras	15	15	15	15	15
D7115	Administração local	5	5	5	5	5
D10	Despesa com passivos financeiros	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005
D8	Outras despesas de capital	3 500 010	10	10	10	10
	Despesa Total [2]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683
	Saldo Total [3] = [1] - [2]	0	0	0	0	0
	Saldo Corrente	9 514 720	5 255 706	5 424 106	5 595 776	5 770 786
	Saldo de Capital	-9 514 720	-5 255 706	-5 424 106	-5 595 776	-5 770 786

RESUMO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL COM A INCLUSÃO DOS SMAS

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2020

Unidade: Euro

Receitas	Montante		Despesas	Montante	
Correntes	60 220 515		Correntes	51 922 645	
De capital	6 581 910		De capital	14 879 785	
Outras Receitas	5				
Total		66 802 430	Total		66 802 430
Serviços Municipalizados:		21 148 534	Serviços Municipalizados:		21 148 534
Total Geral:		87 950 964	Total Geral:		87 950 964

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../.....	À reunião.
O(A) Vereador(a), concordo com o parecer.	
15/10/2019	14/10/19
O(A) Diretor(a) de Departamento,	O Presidente da Câmara,
...../...../.....	(Hélder Sousa Silva)
O(A) Chefe de Divisão	

INFORMAÇÃO RecHumanos/2019/4877

ASSUNTO: Mapa de Pessoal 2020

Estabelece o artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP), que os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou o serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades.

No âmbito da planificação e atividade dos recursos humanos, ao abrigo da LGTFP, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal após apreciação em reunião de Câmara.

Nesta conformidade, foi solicitado aos responsáveis de cada unidade orgânica, informação do número de postos de trabalho que necessita para 2020, tendo em atenção as atividades que visa desenvolver.

Assim, o Mapa de pessoal que se submete a aprovação, enumera as várias modalidades de constituição de relação jurídica de emprego público, previstas nas unidades orgânicas, como se reflete no seguinte quadro:

	Mapa de Pessoal 2019	Mapa de Pessoal 2020
Ocupados	976	1004
Livres	50	29
Previstos	24	63
Cativos	37	37
Total	1087	1133

O Mapa prevê os lugares ocupados, previstos, cativos e livres em regime de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo incerto, licença sem remuneração e mobilidade interna.

O aumento do número de postos de trabalho ocupados resulta da conclusão dos procedimentos concursais que estavam em curso e que chegaram ao seu termo, com o consequente recrutamento dos trabalhadores que no mapa de pessoal de 2019 se encontravam previstos, bem como das alterações ao mapa de pessoal ao longo do ano.

Quanto aos postos de trabalho que se encontram cativos, estes embora estejam refletidos no mapa não acrescentam encargo para a autarquia, pois estão em situações de mobilidade interna em outros organismos ou em licença sem remuneração.

Os postos de trabalho que se encontram livres decorrem de aposentações e de consolidações de mobilidades internas em outros órgãos ou serviços.

Já os postos de trabalho previstos, contemplam os postos de trabalho que atualmente se encontram em procedimento concursal e ou, que no ano de 2020, se prevê o seu eventual recrutamento, decorrente de necessidades que se venham a fazer sentir no desenvolvimento da atividade municipal.

Face ao exposto, remete-se à consideração do Sr. Presidente a presente proposta de Mapa de Pessoal para 2020, que nos termos do art.º 29 da LGTFP, deve ser submetido a concordância da Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

14 de outubro de 2019

A Chefe de Divisão de Recursos Humanos

Milene Leitão Vieira

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Ciência politica	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Comunicação Social	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Design	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	mob interna de out orga cat igual	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Fotografia	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxilio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Secretário(a) de Vereação		Comissão de Serviço P Q	1				1
Exercem as funções em regime de CS, com competências equiparadas ao regime relativo ao pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, com as necessárias adaptações, consforme Lei 75/2013 de 12/9	Adjunto da Presidência	Comunicação Social	Comissão de Serviço P Q	1				1
Exercem as funções em regime de CS, com competências equiparadas ao regime relativo ao pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, com as necessárias adaptações, consforme Lei 75/2013 de 12/9	Chefe de Gabinete		Nomeado (Membro GAP)	1				1
Exercem as funções em regime de CS, com competências equiparadas ao regime relativo ao pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, com as necessárias adaptações, consforme Lei 75/2013 de 12/9	Secretário(a) de Vereação		Comissão de Serviço P Q	2				2
			Nomeado (Membro GAP)	1				1
			Total de Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação:	13	0	0	0	13

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Planeamento Estratégico e Desenvolvimento

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade Planeamento Estratégico e Desenvolvimento:	2	0	0	0	2

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Sistemas de Informação

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Especialista Informática de Grau 1		CTFP por tempo indeterminado	1			2	3
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Tecnico de Informática de Grau 1		CTFP por tempo indeterminado	4			2	6
			mob interna de out orga cat igual	1				1
			Total de Unidade Sistemas de Informação:	9	0	0	5	14

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unid Auditoria Interna Modernização Administrativa

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado		1			1
			Total de Unid Auditoria Interna Modernização Administrativa:	1	1	0	0	2

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Segurança

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSM e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	1	1			2
		Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTFP por tempo indeterminado			1		1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	1º Sargento		Mobilidade interna de nomeados defi	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Agente Municipal de 1ª		CTFP por tempo indeterminado	2		1	2	5
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Agente Municipal de 2ª		CTFP por tempo indeterminado			1	9	10
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Agente Municipal Graduado		CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Total de Divisão de Segurança:	12	1	3	11	27

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Proteção Civil

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Geografia	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Engenharia florestal	CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Telefones	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Sapador Florestal	CTFP por tempo indeterminado	6		1	3	10
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Telefones	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			mob interna de out orga cat igual	1				1
			Total de Divisão de Proteção Civil:	17	0	1	4	22

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Departamento Administração Geral e Finanças

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSM e despachos	Director de Departamento		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Departamento Administração Geral e Finanças:	2	0	0	0	2

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Assuntos Jurídicos

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Direito	CTFP por tempo indeterminado	4				4
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Auxilio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			mobilidade p/ outro Serv. com pgt	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxilio geral	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Telefones	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Divisão de Assuntos Jurídicos:	16	0	0	0	16

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Atendimento ao Cidadão

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	9				9
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Telefones	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Atendimento ao Cidadão:	15	0	0	0	15

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Licenciamentos Diversos

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Aferição de pesos e medidas	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3			1	4
			Total de Unidade de Licenciamentos Diversos:	6	0	0	1	7

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão Gestão Financeira e Património

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Gestão e Administração Pública	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	7			1	8
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Armazém	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Tecnico de Informática de Grau 1		CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Divisão Gestão Financeira e Património:	15	0	0	1	16

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Gestão do Património

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Direito	CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3				3
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Gestão do Património:	6	0	0	1	7

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Total de Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento:	5	0	0	0	5

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Estudos e Planeamento

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Contabilidade	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Organização e Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Estudos e Planeamento:	4	0	0	0	4

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Recursos Humanos

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	7			1	8
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Serviços operacionais	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	17			1	18
			Contrato Termo Incerto	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Auxílio na educação	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
			Total de Divisão de Recursos Humanos:	32	0	0	2	34

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Dep de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSM e despachos	Director de Departamento		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	3		1		4
		Gestão	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	5				5
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Fiscal		CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Total de Dep de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente:	14	0	1	0	15

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Obras Municipais

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	4		1		5
		Arquitectura	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Eng.ª Electrotécnica	CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Desenhador	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Topografia	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Divisão de Obras Municipais:	11	0	1	1	13

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Div Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Arquitectura	CTFP por tempo indeterminado	3			1	4
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	6				6
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Armazém	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Div Planeamento Territorial e Gestão Urbanística:	18	0	0	1	19

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Planeamento Ordenamento Território

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia do território	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Arquitectura	CTFP por tempo indeterminado	2			1	3
		Arquitetura Paisagista	CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade Planeamento Ordenamento Território:	8	0	0	2	10

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Ambiente

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe de Divisão		Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia do ambiente	CTFP por tempo indeterminado	1			2	3
		Veterinária	CTFP por tempo indeterminado	1			1	2
		Engenharia civil	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Engenharia e Gestão Industrial	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Limpeza	Mobilidade interna inter-carreiras	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional		CTFP por tempo indeterminado	2				2
			mob interna de out orga cat igual	1				1
		Armazém	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Cantoneiro	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Coveiro	CTFP por tempo indeterminado			1		1
		Limpeza	CTFP por tempo indeterminado	12	2	5		19
		Pedreiro	CTFP por tempo indeterminado	1	1			2
			Total de Divisão de Ambiente:	31	3	6	4	44

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Sustentabilidade Ambiental

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior		CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Arquitetura Paisagista	CTFP por tempo indeterminado				1	1
			Total de Unidade de Sustentabilidade Ambiental:	1	0	0	2	3

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Espaços Verdes

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional		CTFP por tempo indeterminado				1	1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Jardinagem	CTFP por tempo indeterminado	11				11
		Auxilio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxilio geral	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Limpeza	CTFP por tempo indeterminado	5			4	9
		Pedreiro	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Telefones	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Vigilância de parques e jardins infantis	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Armazém	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Espaços Verdes:	28	0	0	5	33

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Saneamento e Projetos

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau	Engenharia civil	Regime Substituição Dirigente	1				1
			Total de Unidade de Saneamento e Projetos:	1	0	0	0	1

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Parque e Oficinas

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Engenharia de máquinas	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Almoxarife	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTFP por tempo indeterminado				2	2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Geral Operacional	Desporto	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional		CTFP por tempo indeterminado	2				2

Unidade de Parque e Oficinas

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Limpeza	CTFP por tempo indeterminado	1		1		2
			CTFP por tempo indeterminado	5	3		5	13
			CTTI (transf. competências)	1				1
			Contrato Termo Incerto	1				1
		Armazém	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	4				4
		Canalização	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Cantoneiro	CTFP por tempo indeterminado	3				3
			Requisitado p/ outro Serv. com pgt	1				1
		Carpintaria	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Electricidade	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Maquinaria pesada	CTFP por tempo indeterminado	10				10
		Mecânica	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Motorista transportes colectivos	CTFP por tempo indeterminado	1		1		2
		Pedreiro	CTFP por tempo indeterminado	4				4
		Pintura	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Serralharia	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Parque e Oficinas:	48	3	2	7	60

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Sistemas de Informação Geográfica

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Geografia	CTFP por tempo indeterminado	3				3
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Desenhador	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Sistemas de Informação Geográfica:	6	0	0	0	6

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Departamento de Desenvolvimento Sócioeconómico

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSM e despachos	Director de Departamento		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Desporto	CTFP por tempo indeterminado			1		1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTFP por tempo indeterminado		1			1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio na educação	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
			Total de Departamento de Desenvolvimento Sócioeconómico:	4	1	1	0	6

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado		1			1
			Total de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto:	2	1	0	0	3

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Turismo

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Turismo	CTFP por tempo indeterminado	2			1	3
		Relações públicas	CTFP por tempo indeterminado			1		1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Turismo	CTFP por tempo indeterminado	3				3
			Total de Unidade de Turismo:	8	0	1	1	10

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Cultura

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	História	Comissão Serviço Noutra Entidade	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Cultura/artes do espetáculo	CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Antropologia	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Arqueologia	CTFP por tempo indeterminado	1			1	2
		Arquivo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Artes Plásticas - Pintura	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Biblioteca e Dcumentação	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Animação sociocultural	CTFP por tempo indeterminado				1	1
		História arte	CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Sociologia	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Biblioteca e Dcumentação	CTFP por tempo indeterminado	13	1	1		15
			mob interna de out orga cat igual	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	7				7
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		electrónica e telecomunicações	CTFP por tempo indeterminado	1			1	2
		Turismo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3				3
			Total de Unidade de Cultura:	43	1	1	5	50

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Desporto

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Desporto	CTFP por tempo indeterminado	18			1	19
			mob interna de out orga cat igual	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTFP por tempo indeterminado		1			1
		Desporto	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Desporto (natação)	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Desporto	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	29			1	30
			Contrato Termo Incerto	2				2
			CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Auxílio na educação	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Armazém	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Motorista ligeiros	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Desporto:	71	1	0	2	74

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Acção Social e Apoio Institucional

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Serviço Social	CTFP termo resolutivo certo	1				1
			mob interna de out orga cat igual	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1			1	2
		Sociologia	CTFP termo resolutivo certo	1				1
		Terapia Ocupacional	CTFP termo resolutivo certo	1				1
		Psicologia	CTFP por tempo indeterminado	3				3
		Psicologia Clinica	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			mob interna de out orga cat igual	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Divisão de Acção Social e Apoio Institucional:	17	0	0	1	18

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Apoio Institucional

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado			1		1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1		1		2
			Total de Unidade de Apoio Institucional:	4	0	2	0	6

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Divisão de Educação e Juventude

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Chefe Divisão		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Educação	CTFP por tempo indeterminado		1		2	3
		Nutrição	CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Psicologia Clinica	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Biblioteca e Dcumentação	CTFP por tempo indeterminado			1		1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Desporto	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado			1		1
		Auxílio geral	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
			Total de Divisão de Educação e Juventude:	5	1	2	3	11

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Coordenação e Gestão Educativa

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	3			2	5
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade de Coordenação e Gestão Educativa:	9	0	0	2	11

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Plan. Gestão Rede Educativa Mafra Oeste

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional		CTFP por tempo indeterminado				1	1
		Desporto	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade Plan. Gestão Rede Educativa Mafra Oeste:	2	0	0	1	3

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Agrupamento de Mafra

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vinculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Animação sociocultural	CTFP por tempo indeterminado	3				3
			Contrato Termo Incerto	2				2
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	5		1		6
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	7		1		8
			CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Educação	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	3				3
			CTTI - pessoal afeto às escolas	21				21
			CTFP por tempo indeterminado	4				4
			CTTI (transf. competências)	31				31
			CTTI - pessoal afeto às escolas	5				5
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	27	3			30
			CTTI - pessoal afeto às escolas	25				25
			Contrato Termo Incerto	13				13
			mob interna de out orga cat igual	1				1
		Apoio à Infância	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Telefones	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Agrupamento de Mafra:	153	3	2	0	158

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Agrupamento da Ericeira

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Educação	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxilio na educação	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	4				4
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxilio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTTI (transf. competências)	4				4
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Educação	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional		CTFP por tempo indeterminado	4				4
			CTTI (transf. competências)	16				16
			CTTI - pessoal afeto às escolas	16		1		17
		Auxilio geral	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTTI - pessoal afeto às escolas	24				24
		Auxilio na educação	CTFP por tempo indeterminado	15	1	2		18
			CTTI - pessoal afeto às escolas	19	1	1		21
			Contrato Termo Incerto	6	1			7
		Apoio à Infância	CTFP por tempo indeterminado	2	1			3
			Total de Agrupamento da Ericeira:	117	4	4	0	125

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Plan. Gestão Rede Educativa Mafra Este

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Comissão de Serviço P Q	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Educação	CTFP por tempo indeterminado	6				6
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado		1			1
		Animação sociocultural	CTFP por tempo indeterminado	1	1			2
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	2				2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Educação	CTFP por tempo indeterminado	1			1	2
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional		CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio geral	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	7		1		8
			CTTI - pessoal afeto às escolas	2				2
			Contrato Termo Incerto	1	1			2
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade Plan. Gestão Rede Educativa Mafra Este:	26	3	1	1	31

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Agrupamento da Malveira

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Psicologia	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxílio geral	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Animação sociocultural	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Contrato Termo Incerto		1			1
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Apoio administrativo	CTTI (transf. competências)	4		1		5
			mob interna de out orga cat igual	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Educação	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional	Auxílio geral	CTTI - pessoal afeto às escolas	14				14
			CTFP por tempo indeterminado	2				2
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	9				9
			CTTI (transf. competências)	12	1	2		15
			CTTI - pessoal afeto às escolas	25				25
			Contrato Termo Incerto	7				7
			CTTI - pessoal afeto às escolas	6				6
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Apoio à Infância	Contrato Termo Incerto	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Armazém	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Agrupamento da Malveira:	92	2	3	0	97

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Agrupamento Venda do Pinheiro

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Técnico Superior	Psicologia	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico	Apoio administrativo	CTTI (transf. competências)	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Auxílio na educação	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
		Educação	CTFP por tempo indeterminado	4	2			6
		Animação sociocultural	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Contrato Termo Incerto	1				1
		Apoio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
			CTTI (transf. competências)	5				5
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Encarregado Operacional	Auxílio geral	CTTI - pessoal afeto às escolas	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Operacional		CTFP por tempo indeterminado	2				2
			CTTI (transf. competências)	16		1		17
			CTTI - pessoal afeto às escolas	10		2		12
		Auxílio administrativo	CTFP por tempo indeterminado	1				1
		Auxílio na educação	CTFP por tempo indeterminado	26				26
			CTTI (transf. competências)	1				1
			CTTI - pessoal afeto às escolas	21		3		24
			Contrato Termo Incerto	8	2			10
		Apoio à Infância	CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Contrato Termo Incerto	1				1
		Auxílio geral	CTTI - pessoal afeto às escolas	17				17
			CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Agrupamento Venda do Pinheiro:	124	4	6	0	134

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade de Juventude

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau	Comunicação Social	Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Assistente Técnico	Animação sociocultural	Contrato Termo Incerto	1				1
			CTFP por tempo indeterminado	2				2
			Total de Unidade de Juventude:	4	0	0	0	4

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal em: 01/01/2020

Unidade Gestão de Eventos

Competências / Atividades / Atribuições	Categoria	Área Funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocup.	Livre	Cativ.	Prev.	Total
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Dirigente de 3º grau		Regime Substituição Dirigente	1				1
Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos	Coordenador Técnico		CTFP por tempo indeterminado	1				1
			Total de Unidade Gestão de Eventos:	2	0	0	0	2
			Total:	1 004	29	37	63	1 133

15.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

À reunião
15.10.2019.

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		0198 /2019	15 OUT. 2019

Assunto: Documentos Previsionais 2020 - 2024

Exmo. Senhor,

Em cumprimento da deliberação do Conselho de Administração na reunião do passado dia 11 de outubro de 2019, a qual se anexa, serve a presente para remeter a proposta dos Documentos Previsionais 2020 - 2024, a fim de ser submetida a aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, presente à Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Delegada.

(Susana Reis)

JP.

anexo XIII

Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2644-013 Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

REUNIÃO DE 2019/10/11

ASSUNTO: DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020 – 2024

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, Informação Interna/2019/54 da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, datada de 10 de outubro de 2019, validada pela Diretora Delegada dos SMAS de Mafra, que mereceu despacho de concordância do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração em 11 de outubro de 2019. ----------

DELIBERAÇÃO: Atenta a informação apresentada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, o Conselho de Administração deliberou, nos termos conjugados da alínea d), do artigo 13º e do número 1, do artigo 16º, ambos da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto e da alínea b), do número 1, do artigo 11º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra, aprovar a proposta dos documentos previsionais 2020 – 2024, para ser aprovada pela Câmara Municipal de Mafra, e posteriormente presente, apreciada e votada na Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c), do nº1, do artigo 33º conjugada com a alínea a), do nº1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada.-------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria.~~ ----------

-Votos a favor: Presidente e dois vogais

Votos contra: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

PARECER

Do Diretor Delegado:
Concordo com a proposta apresentada e proponho que o assunto seja remetido à reunião do Conselho de Administração

10 / 10 / 2019

(Susana Reis)

DESPACHO

Remeta-se à reunião do Conselho de Administração,

10 / 10 / 2019

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interna/2019/54

ASSUNTO: DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020 – 2024

No cumprimento dos termos legais apresentamos os Documentos Previsionais inerentes ao Orçamento de 2020-2024 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.

Na elaboração dos Documentos Previsionais foram tidos em conta os princípios orçamentais consagrados no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que *"integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente decreto-lei, e que dele fazem parte integrante"*.

A Norma26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental) tem como objetivo regular a contabilidade orçamental.

Através dos mapas de análise apresentados procura-se espelhar aquela que irá ser a atividade a desenvolver pelos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra.

Rua Constância Maria Rodrigues n.º 19, • 2640-389 • Mafra
Telef.: 261 816 650 • Fax: 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

Os Documentos Previsionais foram elaborados com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio.

Fica à consideração superior a presente proposta dos documentos previsionais 2020 – 2024 que, nos termos conjugados da alínea d), do artigo 13º e do número 1, do artigo 16º, ambos da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto e da alínea b), do número 1, do artigo 11º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra, deve ser submetido à aprovação do Conselho de Administração dos SMAS de Mafra para posterior aprovação pela Câmara Municipal de Mafra, para que sejam presentes, apreciadas e votadas na Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c), do nº1, do artigo 33º conjugada com a alínea a), do nº1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme espelhado nos mapas que se anexam.

10 de outubro de 2019.

Submeto à consideração superior,

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Zita Sarmento

Rua Constância Maria Rodrigues n.º 19, • 2640-389 • Mafra
Telef.: 261 816 650 • Fax: 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA



ANO 2020

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020/2024

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

MAPA DE PESSOAL

ÍNDICE

1. PREÂMBULO 3
2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS 4
3. ANÁLISE AO ORÇAMENTO 2020 6
4. MAPAS DO ORÇAMENTO 13
   4.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 13
   4.2. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO 2020 14
   4.3. ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO 2020 17
   4.4. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 22
   4.5. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024 24
6. MAPA DE PESSOAL 28

1. PREÂMBULO

Em função da defesa do interesse público e após um longo processo negocial associado ao resgate da concessão, que teve a sua concretização após 01 de setembro de 2019, podemos afirmar que o ano 2019 foi um marco para Mafra associado à reativação dos Serviços Municipalizados de Água e de Saneamento, na dependência da Câmara Municipal.

Neste plano e orçamento para 2020, em primeiro lugar, queremos consolidar o processo de transição. Atendendo a que o pessoal é o bem mais precioso de qualquer organização, queremos garantir que todos os colaboradores dos novos SMAS-Mafra estão devidamente enquadrados, motivados e sintonizados com a nova organização.

Em segundo lugar, durante o ano de 2020, preconizamos manter e se possível melhorar a qualidade do serviço, fornecendo um serviço de água e de saneamento de excecional qualidade em todo o território do concelho de Mafra.

Em terceiro lugar queremos adequar o tarifário à realidade socioeconómica do Concelho de Mafra. Desde que iniciámos o processo de resgate (2016), já reduzimos as tarifas em mais de 8%. Mas não estamos conformados, queremos no próximo ano de 2020 também não aumentar as tarifas, absorvendo os já anunciados aumentos do preço da água em alta, assim como os aumentos do índice de preços ao consumidor e dos outros fatores de produção. Assim, em 2020, vamos reduzir as tarifas, atingindo um acumulado acima dos dois dígitos (10%), ajustando em baixa os tarifários, em duas áreas que consideramos prioritárias: pequeno comércio e condomínios habitacionais.

Em quarto lugar, queremos investir na renovação das redes de água, na ampliação das redes de saneamento e na melhoria das redes pluviais em todo o concelho. No ano de 2020 está previsto um valor de investimento em renovação e ampliação de redes superior a 4,5 Milhões de euros.

Em quinto lugar, queremos introduzir novas tecnologias nas redes e no serviço. Queremos que as novas tecnologias tornem a vida dos nossos munícipes mais simples.

Mafra, pelo seu desenvolvimento e atratividade, aliados à qualidade de vida que propicia a quem aqui reside, trabalha ou visita, só pode ter uns SMAS que acompanhe os desafios que diariamente se nos colocam.

Esperamos corresponder às expectativas dos nossos munícipes.

O Conselho de Administração
Hélder Sousa Silva
Joaquim Sardinha
Sérgio Santos

2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

No cumprimento dos termos legais apresentam-se os Documentos Previsionais para o período 2020/2024, designadamente o Orçamento 2020, o Plano Orçamental Plurianual e o Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Mafra.

Para o mesmo foi considerado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que incorpora a estrutura concetual da informação financeira pública e as normas de contabilidade pública, explanada na NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, e o artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, lei que determina o Regime Financeiro das Autarquias Locais e articulado com as medidas para orientar a execução orçamental.

Na elaboração do presente documento foram ainda consideradas as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e os princípios constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (Regime Jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos) e do Regulamento n.º 594/2018, de 04 de setembro (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos).

A elaboração dos documentos previsionais aqui apresentados teve como base os seguintes principais considerandos e pressupostos:

- O início da atividade dos SMAS a 1 de setembro de 2019, após a finalização do processo de resgate, e os principais objetivos estratégicos preconizados pelo Conselho de Administração para os próximos anos, nomeadamente: garantir a prestação de um serviço público de excelência, aos níveis técnico, económico, social e ambiental, adequar o tarifário à realidade socioeconómica do concelho, investir na renovação das redes de água e na ampliação das redes de saneamento, bem como na melhoria das redes pluviais e introduzir novas tecnologias na gestão das redes e do serviço;

- O plano de amortização da dívida inerente ao empréstimo contraído pela Câmara Municipal de Mafra para a operação de resgate;

- A manutenção do tarifário aplicado em 2019, com exceção da tarifa fixa não doméstica de pequenos calibres, que será reduzida por forma a baixar a fatura do pequeno comércio e condomínios, promovendo o aumento de novas ligações e contratações, inclusivamente de utilizadores que no passado solicitaram o cancelamento do serviço;

- As receitas foram calculadas tendo por base o tarifário definido no ponto anterior aplicado à estimativa, quer de consumos quer do número de utilizadores de cada um dos sistemas para cada ano. Estas estimativas tiveram por base o histórico de capitações e o crescimento de clientes registado nos últimos 2 anos;

- As despesas operacionais foram calculadas por forma a cobrir todas as necessidades de funcionamento dos Serviços de Águas, tendo como princípio base a utilização racional dos recursos disponíveis e os compromissos já estabelecidos com os fornecedores e prestadores de serviços. Neste ponto, é de realçar o facto de, à data de elaboração deste orçamento, estarem ainda em curso alguns processos de contratação relevantes, obrigando a uma estimativa sem uma base efetiva / histórica;

- No que respeita às despesas mais relevantes do orçamento dos SMAS, designadamente com a compra de água à EPAL e à AdVT e a entrega de águas residuais à AdTA, foram considerados os valores das tarifas e compromissos para 2020 informados por cada uma destas entidades;

- No apuramento das despesas com o pessoal foram observadas as disposições legais em vigor. Neste rúbrica é de realçar que estão considerados os trabalhadores que se prevê que integrem a estrutura orgânica dos SMAS e cujos processos de recrutamento estão autorizados e em curso, para além dos trabalhadores existentes à data da elaboração do orçamento;

- Abertura de um novo posto de atendimento na Loja do Cidadão;

- Implementação e certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo o referencial NP EN ISO 9001:2015, da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), de acordo com o referencial NP EN ISO 45001:2018 e Ambiental (SGA) segundo o referencial NP EN ISO 14001:2015;

- As despesas de capital contemplam todos os investimentos considerados prioritários ao nível de: remodelações de redes de água, ampliação de redes de saneamento, renovação de redutoras de pressão e centrais elevatórias, reabilitação integral de alguns reservatórios de água, aquisição de equipamentos e ferramentas para a gestão operacional dos serviços, a renovação da generalidade do parque informático, dos servidores e de software, a introdução de novas tecnologias ao nível da teleleitura no cliente final.

3. ANÁLISE AO ORÇAMENTO 2020

Orçamento da Receita para 2020

No quadro abaixo evidencia-se a distribuição do montante da receita orçamentada para o ano de 2020, por classificação económica e respetivos pesos em termos percentuais.

Orçamento da Receita para 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
04	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	1%
05	Rendimentos da propriedade	10	0%
06	Transferências correntes	10	0%
07	Venda de bens e serviços correntes	16 454 214	78%
08	Outras receitas correntes	4 424 230	21%
	Receita Corrente	**21 148 479**	**100%**
09	Venda de bens de investimento	15	0%
10	Transferências de capital	15	0%
11	Activos financeiros	0	0%
12	Passivos financeiros	15	0%
13	Outras receitas de capital	10	0%
	Receita de Capital	**55**	**0%**
	Receita Total	**21 148 534**	

O orçamento da receita é composto por 21.148.479€ de receita corrente e por 55€ de receita de capital

Plano Plurianual de Investimentos 2020/2024

No quadro abaixo é apresentado o resumo do Plano Plurianual de Investimentos 2020/2024, agrupado pelas principais rúbricas.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024 - RESUMO

DESIGNAÇÃO	ANO					TOTAL PREVISTO 2020/2024
	2020	2021	2022	2023	2024	
Abastecimento de Água						
Estudos e Projetos	200	40 000	40 000	40 000	40 000	160 200
Obras	1 190 442	1 246 826	1 169 263	1 323 098	1 410 603	6 340 231
Edificações	382 300	200 000	200 000	200 000	200 000	1 182 300
Equipamentos	551 600	560 000	810 000	810 000	810 000	3 541 600
Terrenos	200	10 100	10 100	10 100	10 100	40 600
Total	**2 124 742**	**2 056 926**	**2 229 363**	**2 383 198**	**2 470 703**	**11 264 931**
Águas Residuais						
Estudos e Projetos	12 000	70 000	70 000	70 000	70 000	292 000
Obras	2 261 843	1 689 300	1 685 263	1 703 098	1 790 603	9 130 106
Edificações	185 350	100 000	100 000	100 000	100 000	585 350
Equipamentos	15 000	20 000	20 000	20 000	20 000	95 000
Terrenos	11 100	11 100	11 100	11 100	11 100	55 500
Total	**2 485 293**	**1 890 400**	**1 886 363**	**1 904 198**	**1 991 703**	**10 157 956**
Actividades de Apoio						
Estudos e Projetos	200	200	200	200	200	1 000
Obras	200	5 100	5 100	5 100	5 100	20 600
Máquinas e Equipamentos	27 370	113 100	113 100	113 100	113 100	479 770
Informática	276 935	90 000	90 000	90 000	90 000	636 935
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Total	**304 705**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**1 138 305**
Total Geral	**4 914 740**	**4 155 726**	**4 324 125**	**4 495 796**	**4 670 805**	**22 561 194**

Seguidamente é apresentado um descritivo dos investimentos mais relevantes que se propõem executar em 2020 nas infraestruturas pertencentes à rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas.

INVESTIMENTOS NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

REMODELAÇÃO DA CONDUTA GRAVÍTICA ERICEIRA - FOZ DO LIZANDRO, NA ER 247 (PPI.2020.0019)

A conduta gravítica que garante o transporte de água entre a Ericeira e a Foz do Lizandro, instalada no início da década de 60 e que se desenvolve ao longo da Estrada Regional 247, apresenta um grau

Orçamento da Despesa para 2020

No quadro abaixo é explanada a distribuição do montante da despesa orçamentada para o ano de 2020, por classificação económica e respetivos pesos em termos percentuais.

Orçamento da Despesa para 2020

Agrupamento Económico	Designação	Valor (€)	%
01	Despesas com o pessoal	2 383 026	11%
02	Aquisição de bens e serviços	8 432 958	40%
03	Juros e outros encargos	96 750	0%
04	Transferências correntes	10	0%
05	Subsídios	0	0%
06	Outras despesas correntes	721 015	3%
	Despesas Corrente	**11 633 759**	**55%**
07	Aquisição de bens de capital	4 914 740	23%
08	Transferências de capital	20	0%
09	Activos financeiros	0	0%
10	Passivos financeiros	1 100 005	5%
11	Outras despesas de capital	3 500 010	17%
	Despesas de Capital	**9 514 775**	**45%**
	Despesa Total	**21 148 534**	

O orçamento da despesa é composto por 11.633.759€ de despesa corrente e por 9.514.775€ de despesa de capital. Realça-se que 3.971.005€ da despesa corrente (34%) são referentes à aquisição de água em alta e 2.133.289€ (18%) referentes à recolha e tratamento de efluentes.

de deterioração elevado, que se tem manifestado na ocorrência de um elevado número de avarias e, consequentemente, de interrupções no abastecimento de água à população.

Face ao elevado número de habitantes cujo abastecimento de água depende desta conduta e dado o seu débil estado de conservação, propõe-se a sua remodelação numa extensão total de cerca de 2.060 m, ao longo da ER 247, com instalação de tubagem em PEAD de diâmetro variável entre os 90 e os 140 mm.

Poderão ainda usufruir da obra cerca de 800 habitantes residentes na localidade de Fonte Boa da Brincosa, uma vez que as condutas a instalar poderão constituir um circuito de abastecimento alternativo.

ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA RÓLIA (PPI.2020.0030)

O sistema de abastecimento da Rólia apresenta atualmente as seguintes debilidades:

- Reserva insuficiente face aos consumos verificados, sobretudo no período do verão;
- Necessidade de se reduzir a pressão na linha que abastece o reservatório da Rólia (superior a 10 bar nos locais mais críticos), que resultaria numa redução do caudal afluente a este reservatório, agravando a situação da sua autonomia;
- Elevado número de avarias/interrupções no abastecimento decorrentes do excesso de pressão na adutora da Venda do Valador para a freguesia do Milharado;
- Problemas no abastecimento de água nos locais de cota mais elevada (nas localidades de Casais da Serra e Vale de S. Gião).

A solução proposta consiste, essencialmente, na transferência de uma parte da rede abrangida pelo reservatório da Rólia para a zona de abastecimento de Casais da Serra (bombagem). Para isso, preconiza-se uma picagem na ventosa existente da conduta elevatória Casais da Serra/Venda do Pinheiro e a remodelação de cerca de 410 metros de conduta em PVC DN 90 mm para PEAD DN160 mm, com recurso à técnica "Pipe Bursting".

Serão necessárias outras intervenções associadas a esta alteração do abastecimento, nomeadamente:

- A interligação das condutas de entrada e saída do reservatório da Venda do Pinheiro, de modo a permitir que a conduta elevatória funcione em sentido inverso, com escoamento por gravidade (sentido Venda do Pinheiro – Casais da Serra);
- A interligação das condutas de entrada e saída do reservatório da Rólia, que permitirá uma entrada alternativa de água e, futuramente, que este reservatório funcione como reservatório de extremidade;
- A instalação de duas válvulas redutoras de pressão: uma no ponto de ligação à conduta elevatória e outra na localidade de Sobreira.

REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BAPTISTA ANTUNES - MALVEIRA-REMODELAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA (PPI.2020.0037)

A Câmara Municipal de Mafra irá promover em 2020 o concurso para requalificação do Largo da Feira, na Malveira. A área de intervenção circunscreve-se ao Largo da Feira e Av. José Batista Antunes.

Tendo em consideração a tipologia da intervenção, os SMAS de Mafra considera premente incluir na empreitada a remodelação das condutas de abastecimento de água em fibrocimento instaladas na área de intervenção, que se encontram no final da sua vida útil (rede instalada há cerca de 65 anos) e que possuem diâmetros reduzidos (50 mm). Desta forma, preconiza a instalação de aproximadamente 2.650 m de tubagem em PEAD de diâmetros que variam entre os 90 e os 160 mm.

CONDUTA ADUTORA MAFRA-FONTE BOA DOS NABOS: TROÇO NA RUA MOREIRA (PPI.2020.0025)

O Plano Diretor de Abastecimento de Água ao Concelho de Mafra prevê a construção de um eixo de adução entre Mafra e a Ericeira (reservatório de Fonte Boa dos Nabos), que visa suprir os défices de abastecimento existentes nesta área, sobretudo em época estival, devido à grande componente de população flutuante que nessa altura ocorre nas freguesias da Carvoeira e Ericeira.

Esse projeto preconiza a instalação de uma nova conduta adutora ao reservatório da Zona Baixa de Mafra e ao reservatório de Fonte Boa dos Nabos, com origem no reservatório da Zona Alta de Mafra.

Uma parte desta conduta foi já instalada no âmbito da empreitada de "Remodelação da rede de abastecimento de água no Terreiro D. João V" e foi igualmente remodelada a conduta de saída do reservatório de Mafra Zona Alta até à Rua do Canal, no âmbito da construção do novo parque intermodal do Alto da Vela.

O presente projeto contempla a remodelação do troço localizado imediatamente a jusante do troço remodelado no âmbito da empreitada de "Remodelação da rede de abastecimento de água no Terreiro D. João V", desde o início da Rua Moreira até ao cruzamento com a Rua Francisco Alves Gato. Preconiza-se a instalação de cerca de 310 m de tubagem em PEAD DN450 mm e de DN165 m de tubagem em PEAD DN250 mm, bem como a remodelação do contador de rede existente.

A necessidade de execução desta empreitada no futuro próximo está igualmente associada à eminente construção do novo Hotel de Mafra, localizado no espaço do antigo Parque e Oficinas da Câmara Municipal. A satisfação do consumo previsto para este novo empreendimento não poderá ser garantido pela rede pública sem que seja executada a remodelação de rede descrita anteriormente.

REMODELAÇÃO DA CONDUTA GRAVÍTICA DE ABASTECIMENTO À PICANCEIRA (PPI.2020.0013)

O abastecimento de água à localidade da Picanceira tem sofrido interrupções frequentes, motivadas pelo elevado número de avarias que têm ocorrido num troço de conduta existente na Estrada Nacional 9 e na Rua de Santo António (troços em fibrocimento DN50 mm, instalados no início da década de 60).

Os SMAS de Mafra propuseram a inclusão da remodelação destes troços de conduta na lista de obras prioritárias a realizar, com a instalação de tubagens em PEAD DN110 mm (454 m), 90 mm (420 m) e 50 mm (30 m).

INVESTIMENTOS NA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE CASAIS DE S. LOURENÇO (PPI.2020.0058)

A rede pública de drenagem de águas residuais domésticas existente na localidade de Casais de S. Lourenço abrange apenas alguns arruamentos dessa localidade, tendo como destino final três fossas séticas municipais (executadas no âmbito de operações de loteamento). Por outro lado, em S. Lourenço não existe sequer essa infraestrutura.

Face à proximidade dessa localidade relativamente à orla costeira e em particular, por se tratar de uma zona balnear de extrema relevância, a expansão do sistema público de saneamento é considerado prioritário. Acresce ainda que, atualmente, a empresa Águas do Tejo Atlântico (AdTA) deu início à empreitada que permitirá o encaminhamento do efluente doméstico de toda a localidade para o subsistema da Ericeira, viabilizando desta forma a entrada em serviço da rede pública projetada.

A intervenção preconizada reparte-se por seis bacias de drenagem gravíticas, contemplando a instalação de cerca de 3,2 km de rede em PVC-U com DN200 mm. Permitirá servir cerca de 300 novos utentes (termo coincidente com cliente de água), sendo igualmente abrangidos pela intervenção cerca de 70 utentes potenciais já atualmente servidos com rede de saneamento.

REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E DA AV. JOSÉ BAPTISTA ANTUNES – MALVEIRA - REMODELAÇÃO DA REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS (PPI.2020.0066)

A Câmara Municipal de Mafra irá promover em 2020 o concurso para requalificação do Largo da Feira, na Malveira. A área de intervenção circunscreve-se ao Largo da Feira e Av. José Batista Antunes.

Tendo em consideração a tipologia da intervenção e as anomalias identificadas no âmbito do estudo da rede unitária dessa localidade (elaborado em 2018/2019), que têm originado inundações no limite sul da área de intervenção (Rua José Franco Canas), considera-se prioritário incluir na empreitada a remodelação desse sistema.

As intervenções propostas, que serão complementadas com as previstas na especialidade de drenagem de águas pluviais, têm como objetivo a compatibilização de traçados dos coletores existentes, promovendo simultaneamente a separação das redes e, paralelamente, mitigar a possibilidade de ocorrência de inundações durante a ocorrência de precipitação. Nesse sentido, é proposta a instalação de cerca de 1.100 metros de coletor DN200 mm, transferência/execução de ramais domiciliários, bem como a execução de um coletor de descarga de emergência em PVC-U DN315 com cerca de 90 m de comprimento. Parte do coletor de descarga (cerca de 15 metros de comprimento) terá de ser instalado com recurso à técnica de perfuração horizontal dirigida, permitindo desta forma a travessia sob a linha ferroviária existente sem abertura de vala.

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE MONTESOUROS, MURTAIS E QUINTAL (PPI.2020.0063)

As localidades de Montesouros, Murtais e Quintal encontram-se parcialmente servidas por rede pública de drenagem de águas residuais domésticas, através de dois pequenos sistemas tendo como destino final fossas municipais e um sistema cujo destino consiste na ETAR do Quintal.

Face à proximidade que estas localidades têm relativamente a Mafra e da população abrangida, considerou-se prioritário investir na expansão desse sistema. Contempla-se a instalação de cerca de 4 km de coletor em PVC-U DN200 mm, 2 sistemas elevatórios e 1 nova ETAR que garantirá o tratamento do efluente doméstico das três localidades. A atual ETAR do Quintal será desativada, sendo o efluente encaminhado para a nova infraestrutura a construir. Preconiza-se ainda a desativação de uma fossa sética municipal existente na localidade de Montesouros. O investimento a realizar permitirá a expansão do sistema público de saneamento a cerca de 169 novos utentes.

REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DA CARAPINHEIRA - BACIA A (PPI.2020.0065)

A rede de drenagem de águas residuais domésticas da Carapinheira teve, na sua génese, operações de loteamento promovidas por promotores particulares. Num desses loteamentos foi instalada uma ETAR compacta que foi dimensionada para 300 hab.eq, sendo esse sistema de saneamento pertencente à gestão dos SMAS de Mafra.

Tendo em consideração a orografia do local, verifica-se ser possível expandir o sistema à zona norte da localidade (Rua do Bairro Novo e adjacentes), sendo contudo necessário reformular a ETAR existente por forma a permitir o tratamento dos efluentes dos novos utentes.

A presente obra pretende dar resposta a esta expansão do sistema público de saneamento que tem sido reivindicada pela população aí residente já há vários anos). A empreitada contempla a instalação de cerca de 840 metros de coletor em PVC-U DN200 mm e a reformulação da ETAR para um aumento de capacidade (total - 500 hab.eq), o que permitirá que 35 novos utentes sejam servidos com rede pública de saneamento.

4. MAPAS DO ORÇAMENTO

4.1. RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO

Receitas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	21 148 479,00	Correntes	11 633 759,00
Capital	55,00	Capital	9 514 775,00
Total Geral	**21 148 534,00**	**Total Geral**	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração
em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo
em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo
em ____ de _____ de _____

4.2. ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO - Receita

Capítulo	Descrição	Montante (€)
Receitas Correntes		
04	Taxas, multas e outras penalidades	270 015,00
05	Rendimentos da propriedade	10,00
06	Transferências correntes	10,00
07	Venda de bens e serviços correntes	16 454 214,00
08	Outras receitas correntes	4 424 230,00
	Total das Receitas Correntes	**21 148 479,00**
Receitas de Capital		
09	Venda de bens de investimento	15,00
10	Transferências de capital	15,00
12	Passivos financeiros	15,00
13	Outras receitas de capital	10,00
	Total das Receitas de Capital	**55,00**
	Total Orçamento	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 - Receita

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
04	**Taxas, multas e outras penalidades**	**270 015**
0401	Taxas	220 005
040101	Taxa de Recursos Hídricos - Abastecimento	150 000
040102	Taxa de Gestão de Resíduos	5
040103	Taxa de Recursos Hídricos - Saneamento	70 000
0402	Multas e outras penalidades	50 010
040201	Juros de mora	30 000
040202	Juros compensatórios	5
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	20 000
040299	Multas e penalidades diversas	5
05	**Rendimentos da propriedade**	**10**
0502	Juros - Sociedades financeiras	5
050201	Bancos e outras instituições financeiras	5
0510	Rendas	5
051099	Outros	5
06	**Transferências correntes**	**10**
0603	Administrações central	5
060301	Estado	5
06030199	Outras	5
0605	Administração local	5
060501	Continente	5
06050199	Outros	5
07	**Venda de bens e serviços correntes**	**16 454 214**
0701	Venda de bens	6 934 418
070108	Mercadorias	6 934 418
07010802	Água	6 932 942
07010899	Outros	1 476
0702	Serviços	9 519 796
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	5
070203	Vistorias e ensaios	5
070204	Serviços de laboratórios	5
070209	Serviços específicos das autarquias	9 519 781
07020901	Saneamento	6 015 090
070209011	Saneamento - Tarifa Variavel	3 668 409
070209012	Saneamento - Tarifa Fixa	2 346 681
07020902	Resíduos Sólidos	5
07020904	Trabalhos por conta de particulares	222 183
070209041	Trabalhos por conta de particulares - Atividade água	188 258
070209042	Trabalhos por conta de particulares - Atividade saneamento	33 925
07020910	Água	2 969 030
070209101	Água - Tarifa Fixa	2 969 030
07020999	Outros Serviços	313 473
070209991	Outras Tarifas - Atividade água	229 040
070209992	Outras Tarifas - Atividade saneamento	84 423
070209993	Atividades Complementares água	5
070209994	Atividades Complementares saneamento	5
08	**Outras receitas correntes**	**4 424 230**
0801	Outras receitas correntes	4 424 230
080199	Outras	4 424 230

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
08019901	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	5
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrém em viaturas ou em quaisquer outros	5
08019903	IVA reembolsado	4 424 210
08019904	IVA Inversão da liquidação	5
08019999	Diversas	5
09	**Venda de bens de investimento**	**15**
0904	Outros bens de investimento	15
090406	Adm. Públicas - Adm. local - Continente	15
09040601	Equipamento de transporte	5
09040602	Maquinaria e equipamento	5
09040603	Outros	5
10	**Transferências de capital**	**15**
1003	Administrações centrais	10
100301	Estado	5
10030199	Outras	5
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	5
1005	Administração local	5
100501	Continente	5
12	**Passivos financeiros**	**15**
1205	Empréstimos a curto prazo	5
120502	Sociedades financeiras	5
1206	Empréstimos a médio e longo prazo	5
120602	Sociedades financeiras	5
1207	Outros passivos financeiros	5
120706	Adm. Públicas - Adm. local - Continente	5
13	**Outras receitas de capital**	**10**
1301	Outras	10
130101	Indemnizações	5
130199	Outras	5

Total do Orçamento da Receita: 21 148 534

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

4.3. ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO 2020

RESUMO DO ORÇAMENTO - Despesa

Capítulo	Descrição	Montante (€)
Despesas Correntes		
01	Despesas com o pessoal	2 383 026,00
02	Aquisição de bens e serviços	8 432 958,00
03	Juros e outros encargos	96 750,00
04	Transferências correntes	10,00
06	Outras despesas correntes	721 015,00
	Total das Despesas Correntes	**11 633 759,00**
Despesas de Capital		
07	Aquisição de bens de capital	4 914 740,00
08	Transferências de capital	20,00
10	Passivos financeiros	1 100 005,00
11	Outras despesas de capital	3 500 010,00
	Total das Despesas de Capital	**9 514 775,00**
	Total Orçamento	**21 148 534,00**

O Conselho de Administração
em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo
em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo
em ____ de _____ de ____

ORÇAMENTO PARA O ANO 2020 - Despesa

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
01	**Despesas com o pessoal**	**2 383 026**
0101	Remunerações certas e permanentes	1 541 689
010101	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	10
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	471 868
01010301	Pessoal em Funções	434 898
01010302	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	10
01010304	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	36 960
010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	721 327
01010401	Pessoal em Funções	721 327
010105	Pessoal além dos quadros	10
010106	Pessoal contratado a termo	10
01010601	Pessoal em funções	10
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	10
010108	Pessoal aguardando aposentação	5 809
010109	Pessoal em qualquer outra situação	10
010110	Gratificações	10
010111	Representação	2 338
010112	Suplementos e prémios	10
010113	Subsídio de refeição	135 436
010114	Subsídio de férias e de Natal	204 341
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	500
0102	Abonos variáveis ou eventuais	316 320
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	10
010202	Horas extraordinárias	29 114
010204	Ajudas de custo	18 173
010205	Abono pª falhas	7 891
010206	Formação	10
010207	Colaboração técnica e especializada	10
010209	Subsídio de prevenção	28 939
010210	Subsídio de trabalho nocturno	955
010211	Subsídio de turno	39 677
010212	Indemnizações por cessação de funções	40
010213	Outros suplementos e prémios	191 491
01021302	Outros	191 491
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	10
0103	Segurança social	525 017
010301	Encargos com a saúde	59 399
010302	Outros encargos com saúde	10
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	5 777
010304	Outras prestações familiares	10
010305	Contribuições pª a segurança social	420 271
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE)	18 968
01030502	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções pública	401 293
0103050201	Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	159 563
0103050202	Contribuições para a segurança social - Regime Geral	241 730
01030503	Contribuições para a segurança social - Outros Setores	10
010308	Outras pensões	10
010309	Seguros	36 240
01030901	Seguros de Acid.no Trab.e Doenças Priofissionais	36 230
01030902	Seguros com o pessoal	10
010310	Outras despesas de segurança social	3 300
01031099	Outras despesas de segurança social	3 300

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
02	**Aquisição de bens e serviços**	**8 432 958**
0201	Aquisição de bens	4 314 679
020101	Matérias-primas e subsidiárias	142 313
020102	Combustíveis e lubrificantes	130 631
02010201	Combustíveis - gasolina	6 700
02010202	Combustíveis - Gasóleo	123 926
02010299	Outros Combustíveis e Lubrificantes	5
020104	Limpeza e higiene	4 674
020107	Vestuário e artigos pessoais	24 600
020108	Material de escritório	10 209
020115	Prémios, condecorações e ofertas	6 519
020116	Mercadorias para a venda	3 971 005
02011601	Mercadorias para a venda - Água	3 971 005
020117	Ferramentas e utensílios	9 225
020118	Livros e documentação técnica	1 230
020119	Artigos honoríficos e de decoração	5
020120	Material de educação, cultura e recreio	12 300
020121	Outros bens	1 968
0202	Aquisição de serviços	4 118 279
020201	Encargos das instalações	399 297
020202	Limpeza e higiene	37 516
020203	Conservação de bens	176 874
020204	Locação de edifícios	16 236
020205	Locação de material de informática	5 500
020206	Locação de material de transporte	56 475
020208	Locação de outros bens	7 442
020209	Comunicações	336 423
020210	Transportes	5
020211	Representação dos serviços	3 690
020212	Seguros	100 000
020213	Deslocações e estadas	15 375
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	5
020215	Formação	36 900
020216	Seminários, exposições e similares	5
020217	Publicidade	5 228
020218	Vigilância e segurança	3 690
020219	Assistência técnica	39 954
020220	Outros trabalhos especializados	2 699 328
020222	Serviços de saúde	5
020224	Encargos de cobrança de receitas	5
020225	Outros serviços	178 326
03	**Juros e outros encargos**	**96 750**
0301	Juros da dívida pública	96 740
030103	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	10
03010301	Empréstimos a curto prazo	5
03010302	Empréstimos a médio e longo prazos	5
030108	Administração pública local - Continente	96 730
03010801	Empréstimo	96 730
0305	Outros juros	5
030502	Outros	5
03050299	Outros Juros	5
0306	Outros encargos financeiros	5
030601	Outros encargos financeiros	5
04	**Transferências correntes**	**10**
0405	Administração local	5
040501	Continente	5

Código Class. Económica	Designação	Montante (€)
04050101	Municípios	5
0406	Segurança Social	5
040602	Outras transferências	5
04060202	Outras	5
06	**Outras despesas correntes**	**721 015**
0602	Diversas	721 015
060201	Impostos e taxas	249 510
06020101	Impostos e taxas pagos pela autarquia	5
0602010199	Outras	5
06020102	Restituições de impostos ou taxas cobrados	5
06020103	Taxa de Recursos Hídricos	240 000
060201031	Taxa de Recursos Hídricos - AA	160 000
060201032	Taxa de Recursos Hídricos - AR	80 000
06020104	Taxas ERSAR	9 500
060201041	Taxa de controlo da qualidade da água	9 500
060203	Outras	471 505
06020301	Outras restituições	5
06020302	IVA pago	470 000
06020305	Outras	1 500
07	**Aquisição de bens de capital**	**4 914 740**
0701	Investimentos	4 914 740
070103	Edifícios	500
070104	Construções diversas	4 110 035
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	2 485 293
07010407	Captação e distribuição de água	1 624 742
070106	Material de transporte	10 000
07010602	Material de transporte - Outros	10 000
070107	Equipamento de informática	206 763
070108	Software informático	70 172
070109	Equipamento administrativo	5
070110	Equipamento básico	500 000
07011002	Outro equipamento básico	500 000
070111	Ferramentas e utensílios	17 170
070115	Outros investimentos	95
08	**Transferências de capital**	**20**
0801	Sociedades e quase soc não financeiras	15
080101	Públicas	10
08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	5
08010102	Outras	5
080102	Privadas	5
0805	Administração local	5
080501	Continente	5
08050101	Municípios	5
10	**Passivos financeiros**	**1 100 005**
1005	Empréstimos a curto prazo	5
100503	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	5
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	1 100 000
100608	Administração pública local - Continente	1 100 000
11	**Outras despesas de capital**	**3 500 010**
1102	Diversas	3 500 010
110201	Restituições	5
110203	Acordo Transação	3 500 000
110299	Outras	5

Total do Orçamento da Despesa: 21 148 534

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de ____

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Receita Corrente					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	270 015	270 015	270 015	270 015	270 015
R4	Rendimentos de propriedade	10	10	10	10	10
R5	Transferências correntes	10	10	10	10	10
R5111	Administração Central - Estado Português	5	5	5	5	5
R5115	Administração Local	5	5	5	5	5
R6	Venda de bens e serviços	16 454 214	16 783 298	17 118 964	17 461 342	17 810 568
R7	Outras Receitas Correntes	4 424 230	25	25	25	25
	Receita de Capital					
R8	Venda de bens de investimento	15	15	15	15	15
R9	Transferências de capital	15	15	15	15	15
R9111	Administração Central - Estado Português	10	10	10	10	10
R9115	Administração Local	5	5	5	5	5
R13	Receita com Passivos financeiros	15	15	15	15	15
R10	Outras receitas de capital	10	10	10	10	10
	Receita Total [1]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
	Despesa Corrente					
D1	Despesas com pessoal	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026	2 383 026
D11	Remunerações Certas e Permanentes	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689	1 541 689
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	316 320	316 320	316 320	316 320	316 320
D13	Segurança Social	525 017	525 017	525 017	525 017	525 017
D2	Aquisição de Serviços	8 432 958	8 601 617	8 773 648	8 949 121	9 128 101
D3	Juros e Outros Encargos	96 750	91 954	87 158	82 362	77 566
D4	Transferências Correntes	10	10	10	10	10
D415	Administração Local	5	5	5	5	5
D4113	Segurança social	5	5	5	5	5

Rubrica	Designação	Orçamento 2020	Plano Orçamental Plurianual			
		Total	2021	2022	2023	2024
D5	Outras Despesas Correntes	721 015	721 045	721 076	721 107	721 139
	Despesa de Capital					
D6	Aquisição de bens de capital	4 914 740	4 155 726	4 324 126	4 495 796	4 670 806
D7	Transferências de capital	20	20	20	20	20
D714	Outras	15	15	15	15	15
D7115	Administração local	5	5	5	5	5
D10	Despesa com passivos financeiros	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005	1 100 005
D8	Outras despesas de capital	3 500 010	10	10	10	10
	Despesa Total [2]	21 148 534	17 053 413	17 389 079	17 731 457	18 080 683
	Saldo Total [3] = [1] - [2]	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
	Saldo Corrente	**9 514 720**	**5 255 706**	**5 424 106**	**5 595 776**	**5 770 786**
	Saldo de Capital	**-9 514 720**	**-5 255 706**	**-5 424 106**	**-5 595 776**	**-5 770 786**

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020/2024

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)							Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
1		**Funções Gerais**																		
1.1		**Serviços gerais da administração pública**																		
1.1.1		**Administração geral**										**0**	**0**	**304 705**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**208 400**	**0**	**1 138 305**
	PPI.2020.0071	Edifício Sede - Estudo	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI.2020.0072	Edifício Sede - Obras	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	5 000	5 000	5 000	5 000	0	20 100
	PPI.2020.0073	Edifício Sede - Equipamento	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	3 000	3 000	3 000	3 000	0	12 100
	PPI.2020.0074	Instalações Industriais - Estudo	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI.2020.0075	Instalações Industriais - Obras	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI.2020.0076	Ferramentas e Utensílios - Equipamento	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	17 170	60 000	60 000	60 000	60 000	0	257 170
	PPI.2020.0077	Equipamento Transporte - Equipamento	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	10 000	50 000	50 000	50 000	50 000	0	210 000
	PPI.2020.0078	Outras Imobilizações corpóreas - Equipamento	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	95	95	95	95	95	0	475
	PPI.2020.0079	Hardware - Informática	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	206 763	50 000	50 000	50 000	50 000	0	406 763
	PPI.2020.0080	Software - Informática	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	70 172	40 000	40 000	40 000	40 000	0	230 172
	PPI.2020.0081	Equipamento Administrativo - Equipamento	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5	5	5	5	5	0	25
2		**Funções sociais**																		
2.4		**Habitação e serviços coletivos**																		
2.4.3		**Saneamento**										**0**	**0**	**2 485 293**	**1 890 400**	**1 886 363**	**1 904 198**	**1 991 703**	**0**	**10 157 957**
	PPI.2020.0040	Execução Ramais A.R. - Obra	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	103 320	110 000	115 000	115 000	115 000	0	558 320
	PPI.2020.0041	Ampliação Remod Instalações A.R. - Estudos	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI.2020.0042	Ampliação Remod Instalações A.R. - Edificações	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000	0	500 000
	PPI.2020.0043	Ampliação Remod Instalações A.R. - Equipamentos	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI.2020.0044	Ampliação Remod Instalações A.R. - Terrenos	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	50 000
	PPI.2020.0045	Ampliação Remod Coletores A.R. - Estudos	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	1 000	30 000	30 000	30 000	30 000	0	121 000
	PPI.2020.0046	Ampliação Remod Coletores A.R. - Obra	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	113 323	94 000	1 003 263	1 188 098	1 275 603	0	3 674 287
	PPI.2020.0047	Ampliação Remod Coletores A.R. - Terrenos	DI	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)								Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
	PPI.2020.0048	Ampliação Remod Coletores A.P.-Estudos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	1 000	30 000	30 000	30 000	30 000	0	121 000
	PPI.2020.0049	Ampliação Remod Coletores A.P.-Obra	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	250 000	250 000	250 000	400 000	400 000	0	1 550 000
	PPI.2020.0050	Ampliação Remod Coletores A.P.-Terrenos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	0	5 000
	PPI.2020.0051	Renov e Ampliação Sist Telegestão AR-Equipamentos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	45 000
	PPI.2020.0052	FSC Ervideira - Subst filtro Renov FSC	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	11 000	0	0	0	0	0	11 000
	PPI.2020.0053	Lig Rede Aboboreira Sist Alta Desat Etar	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	15 000	0	0	0	0	0	15 000
	PPI.2020.0054	Prolong Rede Saneam Aboboreira - Azueira	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	29 100	0	0	0	0	0	29 100
	PPI.2020.0055	FSC Povoa Cima - Subst filtro e Renovação FSC	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	19 250	0	0	0	0	0	19 250
	PPI.2020.0056	FSC Pinhal Frades - Subst filtro e Renovação FSC	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	16 000	0	0	0	0	0	16 000
	PPI.2020.0057	FSC Seixal - Subst filtro e Renovação FSC	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	14 000	0	0	0	0	0	14 000
	PPI.2020.0058	Rede Drenagem A.R. Domesticas C.S.Lourenço	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	541 000	0	0	0	0	0	541 000
	PPI.2020.0059	Prolong Rede Saneamento Fonte Boa Brincosa	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	117 500	0	0	0	0	117 500
	PPI.2020.0060	Prolong Rede Saneamento R.Pinhal(Casa Nova-Romeirão)	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	58 800	0	0	0	0	58 800
	PPI.2020.0061	Ampliação Rede Saneamento Lagoa-S.Isidoro	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	53 000	0	0	0	0	53 000
	PPI.2020.0062	Construção Rede Saneamento Junqueiros	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	300 000	0	0	0	0	300 000
	PPI.2020.0063	Rede Drenag A.R. Dom Montesouros, Mortais Quintal	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	798 500	200 000	0	0	0	0	998 500
	PPI.2020.0064	FSC Carapinheira- Subst Filtro Renovação FSC	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	25 100	0	0	0	0	0	25 100
	PPI.2020.0065	Rde Drenag A.R.D. Carapinheira - Bacia A	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	220 000	0	0	0	0	0	220 000
	PPI.2020.0066	Remod Rede A.R.D. Malveira -Lg Feira e Av Jose B Antunes	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	138 100	0	0	0	0	0	138 100
	PPI.2020.0067	Remod Coletor Malveira E N 8(entre repsol e trv rio)	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	40 000	0	0	0	0	0	40 000
	PPI.2020.0068	Remod ColetorAv 9 julho (entre R casal alfaiate e R boa esperança)	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	13 500	0	0	0	0	0	13 500
	PPI.2020.0069	Prolong Rede Saneamento EN116 - Malveira	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	88 000	0	0	0	0	88 000
	PPI.2020.0070	Remod Rede ARD Unitária Malveira	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2022	0	0	0	0	418 000	317 000	0	0	0	735 000
2.4.4		**Abastecimento de Água**										**0**	**0**	**2 124 742**	**2 056 926**	**2 229 363**	**2 383 198**	**2 470 703**	**0**	**11 264 932**
	PPI.2020.0001	Execução de ramais - Obra	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	101 844	110 000	115 000	115 000	115 000	0	556 844
	PPI.2020.0002	Equipamentos de Medição e Leitura	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	500 000	500 000	750 000	750 000	750 000	0	3 250 000

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)								Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
	PPI.2020.0003	Ampliação e Remodelação de Instalações - Estudos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	20 000	20 000	20 000	20 000	0	80 100
	PPI.2020.0004	Ampliação e Remodelação de Instalações - Edificações	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	200 000	200 000	200 000	200 000	0	800 100
	PPI.2020.0005	Ampliação e Remodelação de Instalações - Equipamento	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	50 000	50 000	50 000	50 000	0	205 000
	PPI.2020.0006	Ampliação e Remodelação de Instalações - Terrenos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	100	100	100	100	0	500
	PPI.2020.0007	Ampliação e Remodelação de Condutas - Estudos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	20 000	20 000	20 000	20 000	0	80 100
	PPI.2020.0009	Ampliação e Remodelação de Condutas - Terrenos	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	100	10 000	10 000	10 000	10 000	0	40 100
	PPI.2020.0008	Ampliação e Remodelação de Condutas - obra	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	113 323	94 426	1 034 263	1 188 098	1 275 603	0	3 705 713
	PPI.2020.0010	Renovação válvulas redutoras de pressão - Obra	D6	A		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	15 375	20 000	20 000	20 000	20 000	0	95 375
	PPI.2020.0011	Renovação e Ampliação Sistema Telegestão - Equipamento	D6	O		100,00			01-01-2020	31-12-2024	0	0	0	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	0	45 000
	PPI.2020.0012	RVT Sobral Abelheira - impermeabilização cobertura	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 000	0	0	0	0	0	12 000
	PPI.2020.0013	Remodelação Conduta Gravitiva Abastecimento Picanceira	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	112 000	0	0	0	0	0	112 000
	PPI.2020.0014	Remodelação Condutas Distribuição Água Canais Areia	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	28 600	0	0	0	0	0	28 600
	PPI.2020.0015	EEAAEnxara Bispo - Substituição central elevatória	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	19 000	0	0	0	0	0	19 000
	PPI.2020.0018	RVT Lapa Serra - Impermeab cobertura c/tela betuminosa	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	13 200	0	0	0	0	0	13 200
	PPI.2020.0016	RVT Antas - Reabilitação exterior e impermeab int celula	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 500	0	0	0	0	0	12 500
	PPI.2020.0017	RVT Enxara Bispo - Reabilitação exterior e impermeab int celula	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 500	0	0	0	0	0	12 500
	PPI.2020.0019	Remod Conduta Grav Encarreira-Foz Lizandro	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	191 000	0	0	0	0	0	191 000
	PPI.2020.0020	RVT Malveira (Alta Nova) - Reabil ext impermeab int 2 células	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	57 000	0	0	0	0	0	57 000
	PPI.2020.0021	Remodul e Ampl Rede Dist Água Bairro Alegra - V Pinheiro	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	61 300	0	0	0	0	0	61 300
	PPI.2020.0022	Remodul Rede Dist Água Zona Malveira Cima	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	332 000	0	0	0	0	332 000
	PPI.2020.0023	Remodul Cond Adut Rua Lamarão e Al Figueiras	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	106 400	0	0	0	0	106 400
	PPI.2020.0024	RVT Alta Nova Mafra - Reab Ext e Imp Int Célula	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	42 500	0	0	0	0	0	42 500
	PPI.2020.0025	Conduta Adut Mafra - F.B.Nabos- troço R.Moreira	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	182 400	0	0	0	0	0	182 400
	PPI.2020.0027	RVT Milhariado - Reab Ext Impermeab int célula	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	22 500	0	0	0	0	0	22 500
	PPI.2020.0026	Conduta Adut Mafra - F.B.Nabos- troço R.Canal	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	114 000	0	0	0	0	114 000
	PPI.2020.0028	RVT Calvos - Reabil Ext Impermibilaz int célula	D6	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	17 500	0	0	0	0	0	17 500

Obj. [1]	Número do Projeto [2]	Descrição [3]	Rubrica [4]	Forma de Realiz. [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de Exec. [12]	Pagamentos (€)								Total Previsto (€) [21] = [13]+...+[20]
					RG [6]	RP [7]	EU [8]	EMPR [9]	Inicio [10]	Fim [11]		Realizado em Periodos Anteriores [13]	Estimativa de Realização do Periodo t-1 [14]	Ano t [15]	Ano t+1 [16]	Ano t+2 [17]	Ano t+3 [18]	Ano t+4 [19]	Outros [20]	
	PPI.2020.0030	Alteração Sistema Abastecim Água Rolta	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	80 000	0	0	0	0	0	80 000
	PPI.2020.0029	RVT Caso - Reabil Ext Impermeabiliz int célula	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	30 500	0	0	0	0	0	30 500
	PPI.2020.0032	Ampli Rede Abast Água R Escola Montemuro	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	34 000	0	0	0	0	0	34 000
	PPI.2020.0031	Remod Conduta Adut Calvos/Rolta (fase2)	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	62 500	0	0	0	0	62 500
	PPI.2020.0033	RVT Lousa - Substituição PT	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	12 600	0	0	0	0	0	12 600
	PPI.2020.0034	HDP Monte Leite - Substituição Hidropressor	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	10 000	0	0	0	0	0	10 000
	PPI.2020.0036	RVT Venda do Pinheiro - Reabil Ext e Impermeab Int Célula mais antiga	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	90 500	0	0	0	0	0	90 500
	PPI.2020.0035	RVT Vale da Guarda - Reabil Ext e Impermeab Int 2 Células	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	71 500	0	0	0	0	0	71 500
	PPI.2020.0037	Remod Rede Dist Água- L.Ferra e Av J.B.Antunes-Malveira	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2020	0	0	0	270 600	0	0	0	0	0	270 600
	PPI.2020.0039	Remod Troço Cond Adut Grav Abastec Reservatório Cheleiros	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	255 000	0	0	0	0	255 000
	PPI.2020.0038	Remod Troço Cond Elev Alcainça Caiagendurra	De	E		100,00			01-01-2020	31-12-2021	0	0	0	0	152 500	0	0	0	0	152 500
										TOTAIS		**0**	**0**	**4 914 740**	**4 155 726**	**4 324 126**	**4 495 796**	**4 670 806**	**0**	**22 561 194**

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

6. MAPA DE PESSOAL

MAPA DE PESSOAL EM 01-01-2020

Unidades Orgânicas

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Diretor Delegado							
Diretor Delegado		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total Diretor Delegado			**1**	**0**	**0**	**0**	**1**
Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança							
Técnico Superior	Ambiente e Formação em sistemas de GAQS e CAP V TS SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho							
Técnico Superior	Técnico Superior SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2 (*)	0	0	0	2 (*)
Total do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho			**2** (*)	**0**	**0**	**0**	**2** (*)
Serviço de Estudos e Inovação							
Técnico Superior		Mobilidade Interna de outro Organismo categoria igual - CTFP	1	0	0	0	1
Técnico Superior		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total do Serviço de Estudos e Inovação			**2**	**0**	**0**	**0**	**2**

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental							
Técnico Superior	Comunicação	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Divisão de Relação com Clientes							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Atendimento							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	2	0	0	2
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	8	0	0	0	8
Secção de Faturação e Operação							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	0	0	0	3
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Satisfação do Cliente							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão de Relação com Clientes			**18**	**2**	**0**	**0**	**20**

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão							
Chefe de Divisão		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Serviço de informática							
Técnico Superior	Engenharia Informática	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Geografia e Planeamento Regional	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Especialista de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Técnico de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total da Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão			**3**	**0**	**0**	**4**	**7**
Divisão Técnica							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Afluências Indevidas							
Técnico Superior	Engenharia do Ambiente	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Perdas de Água							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Secção de Qualidade de Águas							
Técnico Superior	Química, Engenharia Química	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Eletromecânica							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Exploração							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Gestão de Rede de Águas Residuais							
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	6	2	0	2	10
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	7	0	0	0	7
Serviço de Gestão de Rede de Água							
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	2	0	1	6
Serviço de Obras							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	7	2	0	2	11
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Secção de Apoio							
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Mobilidade Interna intercategorias	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Projetos e Fiscalização							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	2	2
Técnico Superior	Engenharia Território	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão Técnica			**50**	**6**	**1**	**9**	**66**
Divisão Administrativa e Financeira							
Chefe de Divisão		Regime de substituição Dirigente - Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Secção de Recursos Humanos e Secretaria Geral							

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Técnico Superior	Recursos Humanos, Ciências Sociais, Psicologia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Coordenador Técnico		Mobilidade Interna intercarreiras	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	4	0	0	0	4
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2	0	0	0	2
Secção de Contabilidade							
Técnico Superior	Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	1	0	1
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Compras							
Técnico Superior	Direito, Gestão, Economia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Apoio Jurídico							
Técnico Superior	Direito	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total da Divisão Administrativa e Financeira			**13**	**1**	**2**	**2**	**18**

Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Contrato de Trabalho em Funções Públicas	**31**	**11**	**1**	**17**	**60**
Contrato Individual de Trabalho	**57**	**0**	**0**	**0**	**57**
Mobilidade	**1**	**0**	**2**	**0**	**3**
TOTAL	**89**	**11**	**3**	**17**	**120**

NOTAS:

Postos de trabalho Ocupados: Trabalhadores em exercício de funções.

Postos de trabalho Livres: Postos de trabalho previstos e não ocupados, cujo processo de preenchimento já foi autorizado e se encontra em curso.

Postos de trabalho Cativos: Postos de trabalho não ocupados que correspondem aos postos de trabalho de origem de trabalhadores que se encontram em exercício de cargos dirigentes ou em mobilidade intercarreiras e intercategorias. Os titulares mantêm o direito à integração nestes postos uma vez finda a comissão de serviço ou a mobilidade.

Postos de trabalho previstos: Postos de trabalho previstos e não ocupados sem processo de recrutamento em curso.

(*) As funções são exercidas por trabalhadores que estão integrados noutros serviços, onde desempenham a sua função principal.

O Conselho de Administração

em 11 de Outubro de 2019

O Órgão Deliberativo

em ____ de _____ de _____

O Órgão Executivo

em 18 de Outubro de 2019

16
7 of

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

À reunião
15.10.2019

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Praça do Município

2644-001 Mafra

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		0199 /2019	15 OUT. 2019

Assunto: Proposta de Mapa de Pessoal para 2020

Exmo. Senhor,

Em cumprimento da deliberação do Conselho de Administração na reunião do passado dia 11 de outubro de 2019, a qual se anexa, serve a presente para remeter a proposta de Mapa de Pessoal dos SMAS de Mafra para 2020, a fim de ser submetida a aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, presente à Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Delegada.

(Susana Reis)

JP.

anexo XIV

Rua Constância Maria Rodrigues, n.º 19 • 2644-013 Mafra
Telef.: +351 261 816 650 • Fax: +351 261 816 659
e-mail: geral@smas-mafra.pt • Internet: www.smas-mafra.pt

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE MAFRA

MINUTA

(n.º 5 do artigo 12.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica)

REUNIÃO DE 2019/10/11

ASSUNTO: **Proposta de Mapa de Pessoal para 2020**

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente informação interna/2019/39 datada de 8 de outubro de 2019, subscrita pela Chefe do Serviço de Recursos Humanos e Secretaria Geral, com pareceres favoráveis da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira e da Diretora Delegada, que mereceu despacho de concordância do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração em 11 de setembro de 2019. --

DELIBERAÇÃO: O Conselho de Administração deliberou, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Mafra, e pelos fundamentos de facto e de direito constantes da proposta, os quais se consideram reproduzidos para a presente deliberação, **aprovar a Proposta de Mapa de Pessoal para 2020.** ----------

Mais deliberou que o mesmo seja submetido a aprovação da Câmara Municipal para que, cumpridos os formalismos legais, seja presente à Assembleia Municipal para apreciação e votação. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~. ----------

-Votos a favor: Presidente e dois vogais .....

Votos contra: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUAS E SANEAMENTO DE MAFRA

PARECER

Do Diretor Delegado:

Concordo com a proposta.

10/10/2019

(Susana Reis)

Do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira:

Concordo com a proposta.

10/10/2019

(Zita Sarmento)

DESPACHO

Concordo com a proposta, submeta-se ao Conselho de Administração.

10/10/2019

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interna/2019/39

ASSUNTO: Proposta de Mapa de Pessoal para 2020

Dispõe o art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho que:

> *"Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução*
> *2 - O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:*
> *a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;*
> *b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;*
> *c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;*
> *d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho."*

A presente proposta de Mapa de Pessoal foi elaborada tendo em conta as necessidades identificadas pelos dirigentes responsáveis pelas unidades orgânicas, com vista ao cumprimento dos objetivos traçados para o serviço para 2020.

No que respeita ao vínculo / situação, incorporam os SMAS de Mafra trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas e trabalhadores com contrato individual de trabalho. Estes últimos, constituem os trabalhadores da concessionária afetos à atividade do contrato de concessão que, por força do termo da concessão, passaram a integrar os SMAS de Mafra. A integração deu-se por cedência de interesse público, tendo os trabalhadores passado a ocupar nos SMAS de Mafra idênticos postos de trabalho e a desempenhar funções idênticas às que desempenhavam na concessionária. Por esse motivo, pese embora as designações das suas categorias e carreiras não coincidirem com as

estabelecidas para a Função Pública, foram traduzidas neste Mapa por analogia com estas em razão das funções exercidas, o que permite uma visão uniforme e uma melhor análise dos recursos humanos. Existem ainda trabalhadores que se encontram em mobilidade interna intercarreiras e intercategorias e em mobilidade do Município de Mafra.

O Mapa de Pessoal apresenta-se com um total de 120 lugares que se distribuem quanto à sua ocupação em:

- Ocupados - Trabalhadores em exercício de funções;
- Livres - Postos de trabalho previstos e não ocupados, cujo processo de preenchimento já foi autorizado e se encontra em curso;
- Cativos - Postos de trabalho não ocupados que correspondem aos postos de trabalho de origem de trabalhadores que se encontram em exercício de cargos dirigentes ou em mobilidade intercarreiras e intercategorias. Os titulares mantêm o direito à integração nestes postos uma vez finda a comissão de serviço ou a mobilidade;
- Previstos - Postos de trabalho previstos e não ocupados sem processo de recrutamento em curso.

Mapa de Pessoal 2020	
Ocupados	89
Livres	11
Cativos	3
Previstos	17
Total	**120**

Relativamente ao previsto para 2019, no Mapa de Pessoal para 2020 ora proposto são mantidas as Unidades Orgânicas existentes, existindo um acréscimo de 4 postos de trabalho, apresentando os valores a seguinte variação:

	2019	2020	Variação
Diretor Delegado	1	1	0
Chefe de Divisão	4	4	0
Técnico Superior	19	21	2
Especialista de Informática	1	1	0
Técnico de Informática	1	1	0
Coordenador Técnico	4	5	1
Assistente Técnico	34	34	0
Encarregado Geral Operacional	1	0	-1
Encarregado Operacional	4	4	0
Assistente Operacional	47	49	2
	116	**120**	**4**

Os postos de trabalho encontram-se ainda caracterizados quanto à Categoria, Área Funcional / Habilitacional, Situação e Vínculo e Competências.

Dispõe o n.º 4 do artigo 29.º que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica.

Nessa conformidade, submete-se à consideração a proposta de Mapa de Pessoal para 2020 que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Estrutura Nuclear e Orgânica dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município de Mafra, conjugado com o citado n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º e com a alínea ccc) do artigo 33.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deve ser remetido para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente submetido a aprovação da Câmara Municipal para que, cumpridos os formalismos legais, seja presente à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Mafra, 08 de outubro de 2019
Serviço de Recursos Humanos e Secretaria Geral
A Técnica Superior,

Julieta Matias

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE MAFRA

MAPA DE PESSOAL EM 01-01-2020

Unidades Orgânicas

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Diretor Delegado							
Diretor Delegado		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total Diretor Delegado			**1**	**0**	**0**	**0**	**1**
Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança							
Técnico Superior	Ambiente e Formação em sistemas de GAQS e CAP V TS SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho							
Técnico Superior	Técnico Superior SST	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2	0	0	0	2
Total do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho			**2**	**0**	**0**	**0**	**2**
Serviço de Estudos e Inovação							
Técnico Superior		Mobilidade Interna de outro Organismo categoria igual - CTFP	1	0	0	0	1
Técnico Superior		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total do Serviço de Estudos e Inovação			**2**	**0**	**0**	**0**	**2**
Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental							
Técnico Superior	Comunicação	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total do Serviço de Comunicação e Sensibilização Ambiental			**0**	**1**	**0**	**1**	**2**
Divisão de Relação com Clientes							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Atendimento							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	2	0	0	2
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	8	0	0	0	8
Secção de Faturação e Operação							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	0	0	0	3
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Satisfação do Cliente							
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão de Relação com Clientes			**18**	**2**	**0**	**0**	**20**
Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão							
Chefe de Divisão		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Serviço de Informática							
Técnico Superior	Engenharia Informática	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Geografia e Planeamento Regional	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Especialista de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Técnico de Informática	Curso Profissional	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Total da Divisão de Sistemas e Indicadores de Gestão			**3**	**0**	**0**	**4**	**7**

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE MAFRA

MAPA DE PESSOAL EM 01-01-2020

Unidades Orgânicas

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Divisão Técnica							
Chefe de Divisão		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Afluências Indevidas							
Técnico Superior	Engenharia do Ambiente	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Controlo de Perdas de Água							
Coordenador Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Secção de Qualidade de Águas							
Técnico Superior	Química, Engenharia Química	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Eletromecânica							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Exploração							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Serviço de Gestão de Rede de Águas Residuais							
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	6	2	0	2	10
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	7	0	0	0	7
Serviço de Gestão de Rede de Água							
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	3	2	0	1	6
Serviço de Obras							
Encarregado Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	7	2	0	2	11
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Apoio							
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Mobilidade Interna Intercategorias	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Operacional		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Projetos e Fiscalização							
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato Individual de Trabalho	2	0	0	0	2
Técnico Superior	Engenharia Civil	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	2	2
Técnico Superior	Engenharia Território	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Encarregado Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Total da Divisão Técnica			**50**	**6**	**1**	**9**	**66**

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE MAFRA

MAPA DE PESSOAL EM 01-01-2020

Unidades Orgânicas

Categoria	Área funcional / Habilitacional	Situação / Vínculo	Ocupados	Livres	Cativos	Previstos	Total
Divisão Administrativa e Financeira							
Chefe de Divisão		Regime de substituição Dirigente - Contrato de Trabalho em Funções Públic	1	0	0	0	1
Secção de Recursos Humanos e Secretaria Geral							
Técnico Superior	Recursos Humanos, Ciências Sociais, Psicologia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Coordenador Técnico		Mobilidade Interna Intercarreiras	0	0	1	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	4	0	0	0	4
Assistente Operacional		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	2	0	0	0	2
Secção de Contabilidade							
Técnico Superior	Contabilidade, Gestão, Economia, Finanças	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	1	0	1
Coordenador Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	0	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	3	0	0	0	3
Secção de Compras							
Técnico Superior	Direito, Gestão, Economia	Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	1	0	0	1
Assistente Técnico		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	0	0	0	1	1
Assistente Técnico		Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Secção de Apoio Jurídico							
Técnico Superior	Direito	Contrato Individual de Trabalho	1	0	0	0	1
Total da Divisão Administrativa e Financeira			**13**	**1**	**2**	**2**	**18**
		Contrato de Trabalho em Funções Públicas	**31**	**11**	**1**	**17**	**60**
		Contrato Individual de Trabalho	**57**	**0**	**0**	**0**	**57**
		Mobilidade	**1**	**0**	**2**	**0**	**3**
		Total	**89**	**11**	**3**	**17**	**120**